

DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2017

organização

*Luís de Brito | Carlos Nuno Castel-Branco | Sérgio Chichava
Salvador Forquilha | António Francisco*

DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2017

organização

*Luís de Brito | Carlos Nuno Castel-Branco | Sérgio Chichava
Salvador Forquilha | António Francisco*



www.iese.ac.mz

TÍTULO

DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE, 2017

ORGANIZAÇÃO

LUÍS DE BRITO, CARLOS NUNO CASTEL-BRANCO, SÉRGIO CHICHAVA, SALVADOR FORQUILHA E ANTÓNIO FRANCISCO

EDIÇÃO

IESE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

MARIMBIQUE – CONTEÚDOS E PUBLICAÇÕES, LDA

EDITOR EXECUTIVO

NELSON SAÚTE

DESIGN E PAGINAÇÃO

RUI CARVALHO – 004 F* @#ING IDEAS

FOTOGRAFIA DA CAPA

JOÃO COSTA (FUNCHO)

REVISÃO

FLORBELA BARRETO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

NORPRINT – A CASA DO LIVRO

NÚMERO DE REGISTO

8999/RLINLD/2017

ISBN

978-989-8464-37-8

TIRAGEM

1500 EXEMPLARES

ENDEREÇO DO EDITOR

AVENIDA TOMAS NDUDA, 1375, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

IESE@IESE.AC.MZ

WWW.IESE.AC.MZ

TEL.: + 258 21 486 043

MAPUTO, 2017

O IESE AGRADECE O APOIO DE:

Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC)

Embaixada Real da Dinamarca

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Irlanda (Cooperação Irlandesa)

IBIS Moçambique

AUTORES

António Francisco

É director de investigação e coordenador do Grupo de Investigação sobre Pobreza e Protecção Social no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). É professor associado da Faculdade de Economia (FE) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), licenciado em Economia

(FE-UEM, 1987), mestre (1990) e doutorado (1997) em Demografia pela Universidade Nacional da Austrália. Tem investigado e escrito sobre o desenvolvimento económico em Moçambique. O foco actual da sua pesquisa é a natureza da estratégia de crescimento económico e suas implicações para a configuração da protecção social, com destaque a poupança interna e o gerontocrescimento versus envelhecimento populacional.

antonio.francisco@iese.ac.mz

Carlos Muianga

É investigador do Grupo de Investigação sobre Economia e Desenvolvimento do IESE. É licenciado em Economia pela UEM (2009) e mestre em Desenvolvimento Económico pela School of Oriental and African Studies (SOAS) da Universidade de Londres (2013).

carlos.muianga@iese.ac.mz

Carlos Nuno Castel-Branco

Doutorado em Economia pela SOAS da Universidade de Londres, é director de Investigação, membro do Conselho Científico e coordenador científico do Grupo de Investigação em Economia e Desenvolvimento no IESE, professor associado da Faculdade de Economia da UEM, professor visitante no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e investigador do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISEG (CeSA/ISEG). É, ainda, membro dos corpos editoriais do *Journal of Southern African Studies (JSAS)* e da *Review of African Political Economy (RoAPE)* e membro da Academia de Ciências de Moçambique. A sua área de investigação é economia política, política industrial e padrões de transição e transformação económica. A sua colaboração neste livro foi realizada enquanto beneficiava de uma bolsa de ensino e de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), que lhe foi atribuída no contexto da sua associação ao ISEG, como professor visitante, e ao CeSA/ISEG, como investigador.

carlos.castelbranco@gmail.com

Epifânia Langa

É investigadora do IESE, tem licenciatura em Economia pela UEM e mestrado em Economia Política do Desenvolvimento pela SOAS da Universidade de Londres. As suas áreas de investigação abordam as dinâmicas de desenvolvimento industrial em Moçambique e as suas ligações com o investimento directo estrangeiro e a exploração de recursos naturais.

epifania.langa@iese.ac.mz

Fernanda Massarongo Chivulele

É coordenadora do Grupo de Investigação de Economia e Desenvolvimento e investigadora do IESE. É licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da UEM e mestre em Desenvolvimento Económico pela SOAS da Universidade de Londres. Recentemente, foi uma dos 12 jovens moçambicanos seleccionados para o Mandela Washington Fellowship 2016, para a área de Finanças Públicas. A sua área de investigação é a macroeconomia, considerando a sua relação com os processos de crescimento e transformação da base produtiva.

fernanda.massarongo@iese.ac.mz

Gilad Isaacs

É coordenador da Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional e director do Projecto de Investigação de Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Industrial da Universidade do Witwatersrand. Tem um mestrado em Economia Política e em Economia e é doutorando em Economia pela SOAS da Universidade de Londres. Tem desenvolvido activismo político e, em termos de investigação, interessa-se por finanças, política macroeconómica, mercados de trabalho e o sector mineral.

gilad.isaacs@wits.ac.za

Luís de Brito

É director de investigação do Grupo de Investigação sobre Cidadania e Governação no IESE e professor associado da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM. É doutorado em Antropologia (Antropologia e Sociologia da Política) pela Universidade de Paris VIII.

luis.brito@iese.ac.mz

Natalia N. Fingermann

Doutora em Administração Pública e Governo pela FGV-SP e mestre em Social Development pela University of Sussex, é, actualmente, investigadora e professora do bacharelato em Relações Internacionais na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), além de consultora independente em relações internacionais. As suas áreas de pesquisa incluem: relações entre as economias emergentes na África Subsaariana, cooperação Sul-Sul, política externa brasileira e internacionalização de políticas públicas.

nataliafingerm@yaho.com.br

Oksana Mandlate

Coordenadora do Centro de Documentação do IESE e investigadora do IESE, é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da UEM (2005) e mestre em Socioeconomia de Desenvolvimento pelo Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM) (2013). As suas áreas de investigação estão ligadas a industrialização, ligações industriais e investimento directo estrangeiro.

oksana.mandlate@iese.ac.mz

Rosimina Ali

É investigadora do IESE e assistente na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. É licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da UEM (2008) e mestre em Desenvolvimento Económico pela SOAS da Universidade de Londres (2012). As suas áreas de pesquisa estão ligadas a: mercados de trabalho rurais, emprego, migração, pobreza, desigualdades e desenvolvimento. Tem também trabalhado em questões relacionadas com finanças rurais.

rosimina.ali@iese.ac.mz

Ruth Castel-Branco

É investigadora da Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional, doutoranda no Departamento de Sociologia da Universidade do Witwatersrand, e filiada do Centro Internacional de Desenvolvimento e Trabalho Decente, da Faculdade de Sociologia da UEM e no IESE. É sindicalista e os seus interesses incluem os direitos laborais, a organização colectiva e os mecanismos de redistribuição, como a protecção social e os programas de obras públicas.

ruthcastelbranco@gmail.com

Salvador Forquilha

É director do IESE e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Bordeaux, França. As suas áreas de pesquisa são: processos de democratização, descentralização e governação local.
salvador:forquilha@iese.ac.mz

Sérgio Chichava

É director adjunto para investigação e presidente do Conselho Científico do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). É doutorado em Ciência Política pela Universidade de Bordeaux, França. As suas áreas de pesquisa são: processos de democratização, governação e relações entre Moçambique e as economias emergentes.
sergio.chichava@iese.ac.mz

Zefanias Matsimbe

É docente (Assistente Universitário) no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane. É doutorado em Ciência Política (Comportamento Eleitoral) pela Universidade de Pretória.
matsimbe71@yahoo.co.uk

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	
Carlos Nuno Castel-Branco	13
PARTE I POLÍTICA	
UM OLHAR PARA A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM 2014	
Luís de Brito	23
DESCENTRALIZAÇÃO E CONFLITO EM MOÇAMBIQUE	
O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO	
Salvador Forquilha	35
PARTIDOS LIBERTADORES NA ÁFRICA AUSTRAL	
REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE	
Zefanias Matsimbe	61
PARTE II: ECONOMIA	
CONTRIBUIÇÃO PARA O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA	
DE MOÇAMBIQUE	
Carlos Nuno Castel-Branco	83
CRISES ECONÓMICAS E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE	
Carlos Nuno Castel-Branco	99
DEPENDÊNCIA DE MEGAPROJECTOS E DESINDUSTRIALIZAÇÃO PREMATURA	
EM MOÇAMBIQUE	
Epifânia Langa	165
INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
EM MOÇAMBIQUE	
Rosimina Ali e Carlos Muianga	185
POLÍTICA MONETÁRIA E ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE	
Fernanda Massarongo Chivulele	203

A BOLHA ECONÓMICA MOÇAMBICANA E O PAPEL DA POROSIDADE ECONÓMICA
NA ABSORÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS
Oksana Mandlate 233

LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE
Carlos Nuno Castel-Branco 257

NOVAS QUESTÕES E CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO
Carlos Nuno Castel-Branco 303

PARTE III: SOCIEDADE

«GERONTOCRESCIMENTO» E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM ÁFRICA
RELEVÂNCIA E ALCANCE DA PESQUISA DO IESE
António A. da Silva Francisco 311

«RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE DO NOSSO POVO»
DE SALÁRIOS SECTORIAIS A UM SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL NA ÁFRICA DO SUL
Ruth Castel-Branco e Gilad Isaacs 355

PARTE IV: MOÇAMBIQUE NO MUNDO

MOÇAMBIQUE E A CRISE POLÍTICO-ECONÓMICA BRASILEIRA
Sérgio Chichava 381

UM OLHAR DO IESE SOBRE COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA
Natalia N. Fingermann 395

INTRODUÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco

Este é o oitavo número da série *Desafios para Moçambique*, iniciada pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em 2010, e tem como objectivo principal promover e informar o debate sobre temas de interesse intelectual, social e político para Moçambique, valorizando a investigação social e económica realizada no IESE, pelos seus investigadores permanentes e associados, e realizada por outras instituições e investigadores, nacionais e estrangeiros, empenhados na produção, na comunicação e no debate do conhecimento relevante para Moçambique.

Este número tem a particularidade de ser lançado no ano do décimo aniversário da fundação do IESE. Há dez anos, na sessão de abertura da conferência inaugural do IESE, a 19 de Setembro de 2007, foi definido o que se queria que o instituto fosse: uma instituição comprometida com investigação social e económica pluralista, heterodoxa e interdisciplinar, com enfoque no rigor e na qualidade académica e na relevância e no compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento de redes de investigadores e de organizações de investigação que estudam Moçambique ou temas relevantes para Moçambique e para a sua integração na África Austral e no mundo.

Na mesma conferência inaugural, identificámos alguns dos principais desafios da pesquisa social e económica em Moçambique. O primeiro era garantir a sua relevância social. No espírito da *praxis*, a pesquisa social é uma forma de intervenção social através da qual a teoria, a análise e a acção se informam continuamente. A sua relevância social provém da oportunidade e do alcance das temáticas, da adequação das abordagens e das metodologias às questões a serem tratadas, da ligação entre a pesquisa e o ensino e de uma estratégia agressiva de publicação e debate. O segundo era manter o rigor teórico, metodológico e analítico, apesar da pressão para simplificar e para adoptar novas modas académicas e políticas que muitas vezes não têm fundamento intelectual. O terceiro era o desenvolvimento de uma cultura e prática de colaboração, cooperação e partilha entre as instituições de pesquisa, o que requeria meios e recursos, mas, acima de tudo, interesse, complementaridade, empenhamento com temas comuns, heterodoxia interdisciplinar e visão.

O quarto desafio ligava-se às relações com o poder político e económico. Era necessário desmistificar o sentido de crítica social e investigação, pois em muitas esferas da sociedade e do poder, o debate crítico, a contradição e tensão entre ideias e abordagens, o surgimento de iniciativas não oficiais ou não controladas, a própria ideia da necessidade do estudo, eram vistos com receio e como ameaça. Ideias diferentes eram atacadas por serem diferentes, independentemente dos seus méritos. Para além de outros factores de natureza política, esta situação estava relacionada com a fraca cultura intelectual, científica e de debate crítico em que o País vivia. Quando a burocratização do pensamento se transforma em valor e em cultura e penetra em todas as esferas da sociedade, na educação, nas relações sociais, nas discussões de trabalho, a mediocridade institucionaliza-se, pois só esta é consistente com a recusa de estudar, de criticar, de explorar novas opções, de pensar e de perguntar antes de aceitar, de assumir ou de julgar. O desenvolvimento é um desafio contínuo ao que está estabelecido, às verdades que outrora foram inovações, aos nossos limites e capacidades, à ignorância ainda desconhecida, aos valores que são produto da história, às expectativas e ambições de cada um e da sociedade. A sociedade não se desenvolve por mera repetição. O conhecimento e o direito de o buscar, questionar, criar e utilizar não são propriedade privada de ninguém.

Como é evidente, pensar social e económico é pensar político. Todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o direito de pensar o seu país, a sociedade e os problemas a resolver, de pensar as soluções, de criar novas perspectivas e abordagens. De facto, todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento amplo da sociedade motivado por uma cultura social e por uma governação pública democráticas, criativas e inclusivas. Isto é, todos os cidadãos têm o direito e o dever de pensar político, e é essa *praxis* que faz deles e delas cidadãos e cidadãs capazes de respeitar e de mudar o seu mundo. O IESE foi formado para enfrentar estes desafios, não apenas para os reconhecer. A sua influência no debate político e no desenvolvimento conceptual ao nível académico, dentro e fora do País, atestam a sua relevância, o rigor do seu trabalho, a sua capacidade de comunicação e o valor das redes de colaboração entretanto criadas. Neste contexto, a série *Desafios para Moçambique* tem sido instrumental para ligar a investigação, o ensino e a informação do debate público, tendo, por mérito próprio, ficado a marca principal da reputação e representação do IESE e uma plataforma privilegiada para formar redes de investigação e para divulgação e debate da pesquisa.

Os dez anos do IESE coincidiram com um período particularmente problemático da história contemporânea de Moçambique, o qual foi marcado pelo endurecimento da intolerância política e do ataque à liberdade de expressão, pelo retorno à confrontação militar, pela institucionalização da expropriação do Estado e da sociedade por via tanto da aceleração da privatização dos recursos estratégicos públicos (como a terra e os recursos minerais-energéticos e florestais, e infra-estruturas económicas vitais) como do meteórico endividamento público

associado às várias formas de protecção do Governo aos interesses do grande capital nacional e multinacional. Naturalmente, durante este período estalou a maior crise económica e financeira das últimas três décadas, que foi agravada pela descoberta da intencional e sistemática violação, pelo Governo, da Constituição da República e da legislação e procedimentos de gestão competente, transparente e rigorosa das finanças públicas. As dívidas ilícitas, como são popularmente conhecidas, descredibilizaram as instituições nacionais perante a sociedade e o mundo. O debate sobre como lidar com a crise económica e com a componente ilícita da crise financeira continua, mas já são visíveis as suas marcas, por via do impacto da austeridade social, na deterioração dos níveis de vida, na redução da actividade das pequenas e médias empresas, na contracção do investimento privado e na geração de estímulos à actividade especulativa. Nestes dez anos, o número de pobres no País aumentou em cerca de dois milhões de pessoas (embora a percentagem da população considerada pobre tenha diminuído) e a eficácia do crescimento económico em reduzir pobreza baixou de tal modo que a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económico em Moçambique é um terço da média da África Subsaariana. No mesmo período, o número de milionários nacionais duplicou, em grande medida por causa do acesso privilegiado e exclusivo às rendas geradas pela expropriação sistemática do Estado e da sociedade e pela especulação dos recursos estratégicos nacionais em aliança com o capital multinacional.

Sinais de mudança são ainda tímidos e contraditórios, com o País focado na questão da pacificação da sociedade, no desafio da descentralização democrática e na discussão dos caminhos para sair da crise económica e financeira com uma perspectiva de reestruturação profunda dos padrões de produção, emprego e distribuição.

Nestas circunstâncias, o tema genérico deste número do *Desafios para Moçambique*, aproveitando-se do tema central da conferência inaugural do IESE, são os desafios para a investigação social e económica – dez anos depois. Assim, o livro procura fazer um balanço do contributo intelectual do IESE, localizando a sua investigação no contexto mais geral da literatura e do debate sobre os temas focados, identificando o ciclo de investigação em que cada tema se encontra, sistematizando os contributos intelectuais e para o debate público nacional, e visualizando os caminhos futuros da investigação do IESE.

Como é habitual, o livro está organizado em quatro secções, nomeadamente «Política», «Economia», «Sociedade», e «Moçambique no Mundo», e contém quinze artigos produzidos por catorze investigadores permanentes e associados do IESE.

A secção «Política», formada por três artigos, começa com um olhar para a abstenção eleitoral em Moçambique em 2014. Desde 2004, os processos eleitorais de nível nacional têm sido caracterizados por uma elevada taxa de abstenção, com mais de metade dos eleitores a optarem por não votar. A questão da abstenção é, pois, incontornável no estudo do comportamento eleitoral em Moçambique. Este artigo apresenta uma primeira tentativa de perceber quem são

os abstencionistas e quais são os principais factores que conduzem à abstenção. Os dados foram obtidos através de um inquérito por questionário conduzido por uma equipa de pesquisa do IESE em 2015. A pesquisa abrangeu os distritos de Manjacaze e Murrupula, bem como a cidade da Beira. O segundo artigo discute descentralização e conflito em Moçambique e os desafios da construção do Estado. No artigo, a descentralização surge não só como um mecanismo que pode conduzir ao aprofundamento da democracia e ao melhoramento na provisão de serviços públicos mas também, e sobretudo, como um mecanismo fundamental de integração da heterogeneidade e das diferenças no processo da construção do Estado e minimização da ocorrência de contestação violenta do Estado, na medida em que, ao devolver o poder para o nível local, a descentralização favorece a partilha do poder e aumenta a possibilidade dos diferentes partidos políticos de participarem no processo da construção das instituições. Mas em que medida responde o actual processo de descentralização, em curso no País desde os anos 1990, aos problemas da construção do Estado, numa perspectiva da integração das diferenças e heterogeneidade? Em que medida pode a descentralização jogar um papel relevante na gestão do conflito político em Moçambique? De que modelo de descentralização precisa o País para fazer face a diferentes tipos de clivagens presentes na sociedade moçambicana? Com base em pesquisas anteriores, este artigo procura responder a estas perguntas. O terceiro artigo analisa o percurso histórico e a experiência política dos partidos libertadores na África Austral, nomeadamente aqueles movimentos políticos internos que conduziram as lutas armadas de libertação nacional, como são os casos da Frelimo, do MPLA, da SWAPO, do ANC e da Zanu e Zapo. Este artigo, numa perspectiva regional, mas sem pretensão de abordagem comparativa, discute alguns dos desafios que se impõem nos países da região, mas com enfoque em Moçambique, na transição dos movimentos de libertação para partidos políticos com responsabilidade na governação e na construção de Estados e sociedades democráticas.

A secção «Economia» é formada por oito artigos, dispostos numa sequência lógica. O primeiro é sobre o método de pesquisa, explicando a abordagem de economia política que foi adoptada¹ e como é que foi adaptada ao estudo da economia política de Moçambique, enfatizando a importância de focar no todo e na essência, de separar essência e aparência, sem negligenciar a validade das manifestações concretas da essência, e de localizar o debate nas condições históricas concretas dos processos económicos e sociais em análise. O segundo artigo explora as crises económicas das últimas seis décadas, discute a literatura e como nela as crises são tratadas, identifica traços comuns das crises, que, não sendo a sua essência, dela fazem parte, e mostra os limites destas críticas tradicionais. Este texto parte, então, para a descrição dos mecanismos de crise na economia moçambicana e como estes estão interligados com o circuito, as estruturas

¹ Ao contrário do que é afirmado por alguns autores, a necessidade de explicar qual é a abordagem de economia política escolhida já é, em si, um reconhecimento da existência de outras abordagens de economia política, mesmo que sejam diferentes e discordantes com a que foi adoptada nesta análise.

e as dinâmicas de acumulação e capital. O artigo termina com duas questões: se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas? Estas questões são retomadas no sétimo artigo desta secção. O terceiro artigo discute a relação entre o modo particular de acumulação capitalista em Moçambique e as características das estruturas produtivas desenvolvidas nas últimas duas décadas, tendo enfoque na análise e inter-relação da produção e das estruturas comercial e de investimento, as características e dinâmicas na indústria transformadora, e a interacção entre fornecedores nacionais e megaprojectos de IDE. O texto argumenta que a economia de Moçambique segue uma trajetória que, em vez de transformar, reforça e agrava padrões de dependência, instabilidade e crise, o que é evidenciado pela sua contínua especialização num leque menor de actividades e em produtos primários, motivada por maior concentração no núcleo extractivo da economia, e pela desindustrialização prematura, embora o PIB e o investimento continuem a expandir-se. O quarto artigo discute a integração da força de trabalho, por várias e diversificadas formas, nos processos de acumulação capitalista em Moçambique. Estudando estruturas produtivas específicas e os processos de acumulação associados a estas estruturas, o artigo procura analisar três questões fundamentais: a natureza dos mercados de trabalho rurais, a relação entre estruturas produtivas e de acumulação e as possibilidades e tensões em torno das possibilidades de gerar emprego maciço e decente, a base de rentabilidade das empresas e como esta se reflecte nas relações e condições de trabalho ao nível das unidades produtivas. O quinto artigo dá continuidade ao argumento de que as estruturas da economia de Moçambique tornam as políticas macroeconómicas expansionistas inconsistentes entre si e com os problemas da economia que as mesmas pretendem resolver, está focado na análise de três inconsistências fundamentais (dentro da política monetária, entre a política monetária e as estruturas produtivas e entre a política monetária e a política fiscal), e desenvolve o argumento de que as políticas monetárias protegem o sistema financeiro em detrimento dos sectores que necessitam de crédito doméstico (em especial o sector produtivo). O sexto artigo pretende explicar as origens e os contornos de uma das manifestações mais dramáticas da crise estrutural da economia moçambicana, nomeadamente a formação, explosão e implosão da bolha económica. Na prática, o texto mostra como as questões analisadas nos artigos anteriores desembocam na maior crise económica do País das últimas três décadas. O sétimo artigo começa pelas interrogações levantadas no fim do segundo (Se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas?) para desenvolver o argumento sobre a

lógica histórica do modelo de acumulação capitalista em Moçambique, voltando à problemática dos processos e dilemas de acumulação primitiva de capital, o argumento «nacionalista» e as condições da «revolução capitalista», o papel do Estado, o contexto neoliberal e de financeirização regional e global do capitalismo, e a interdependência entre o capital nacional e as dinâmicas do capital multinacional e monopolista, tanto regional como global. O oitavo artigo aponta para opções de investigação para o futuro, construídas sobre a análise do estado actual da nossa pesquisa e sobre novas questões concretas que a trajetória e as opções da economia nos vão colocando.

A terceira secção, «Sociedade», contém dois artigos. O primeiro discute o gerontocrescimento e o envelhecimento populacional em África, revelando a relevância e o alcance da pesquisa do IESE sobre esta temática ao longo dos anos, contextualizando o debate sobre o gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional, na pesquisa realizada pelo IESE, e insistindo, de forma mais assertiva e específica, na premência de se romper com a indiferença intelectual e o silêncio político em relação às dinâmicas e aos processos estruturantes e fundamentais das mudanças demográficas. O artigo faz uma discussão sobre os instrumentos metodológicos e modelos analíticos, uma análise empírica da questão do gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional e sua importância para se entender a sobre-representação dos países africanos de baixa renda na cauda do desempenho no que diz respeito às condições de vida dos idosos, ilustra empiricamente a armadilha da transição demográfica, e conclui com uma discussão de aspectos que podem fortalecer o alcance explicativo do IGG, quer por via do reforço do seu alcance analítico quer pela sua inserção numa abordagem mais abrangente.

O segundo artigo discute a problemática da transição de salários mínimos sectoriais para um salário mínimo nacional na África do Sul, e procura ligar o debate aí ocorrido com questões semelhantes em Moçambique. Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand – o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul –, este texto apresenta algumas das questões-chave levantadas durante os debates, contextualizando os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial, fornecendo uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade, analisando os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, explorando o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções.

A quarta secção, «Moçambique no Mundo», é composta por dois artigos, ambos discutindo perspectivas moçambicanas sobre as relações entre Moçambique e o Brasil. O primeiro artigo discute Moçambique e a crise político-económica brasileira. Argumentando que a relação Moçambique-Brasil é um caso emblemático para compreender não só o engajamento do Brasil mas

também o impacto da crise político-económica brasileira no continente africano, o artigo começa por descrever a presença brasileira em África para depois discutir o impacto da sua crise político-económica no continente a partir do estudo do caso de Moçambique. O segundo artigo aborda o tratamento que o IESE tem dado à Cooperação Sul-Sul (CCS) brasileira. O artigo mapeia as publicações sobre CSS realizadas pelo IESE, entre os anos de 2010 e 2016, de forma a poder analisar e identificar as contribuições teóricas e práticas que a instituição construiu em torno da Cooperação Sul-Sul brasileira no sector agrícola e conclui sobre a necessidade de estreitar as relações e o diálogo entre académicos e investigadores brasileiros e moçambicanos nesta área de estudo.

Como seria de esperar de uma instituição que se define como heterodoxa, pluralista e interdisciplinar, os artigos deste livro seguem diferentes enfoques, metodologias e abordagens, que reflectem a diversidade do IESE e das suas direcções e redes de investigação, bem como a riqueza do contributo da investigação social e económica para identificar, interrogar, estudar e enfrentar os desafios de Moçambique. Esta diversidade, que por vezes resulta em tensões e conflitos de abordagem e análise, é, também, uma das contribuições intelectuais e culturais importantes dos dez anos do IESE.

PARTE I

POLÍTICA

UM OLHAR PARA A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM 2014

Luís de Brito

INTRODUÇÃO

Desde 2004, os processos eleitorais de nível nacional em Moçambique (eleições presidenciais, legislativas e de membros das assembleias provinciais) têm sido caracterizados por uma elevada taxa de abstenção. Com efeito, desde o processo eleitoral de 2004, mais de metade dos potenciais eleitores optaram por não participar no voto. Por exemplo, nas últimas eleições (2014), a taxa oficial de abstenção foi de 52,6%.¹ No entanto, se considerarmos o número de potenciais eleitores calculado pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa real de abstenção, nesse ano, terá sido cerca de 58%. Assim, a questão da abstenção é incontornável no estudo do comportamento eleitoral em Moçambique. Este artigo apresenta uma primeira tentativa para perceber quem são os abstencionistas e quais são os principais factores que conduzem à abstenção.

Os dados apresentados e analisados neste texto foram obtidos no quadro de um inquérito por questionário conduzido por uma equipa de pesquisa do IESE em 2015. A pesquisa abrangeu os distritos de Manjacaze e Murrupula, bem como a cidade da Beira. Embora o conjunto das amostras dos três locais não constitua uma amostra estatisticamente representativa a nível nacional, a sua diversidade e tipicidade (cobrindo áreas rurais e urbanas e abrangendo áreas de forte influência dos três principais partidos, distribuídas pelas três grandes regiões do País) permitem obter resultados muito próximos dos que seriam produzidos por uma amostra representativa da população nacional.

Não obstante uma percentagem importante de abstencionistas inquiridos tenham declarado ter votado², foi possível dispor de um efectivo de 629 abstencionistas, um número que já

¹ A taxa oficial de abstenção em Moçambique corresponde à percentagem dos eleitores recenseados que não votaram. Nas primeiras eleições multipartidárias (1994), a abstenção oficial foi de 13%, e, nas eleições de 1999, foi de 30%.

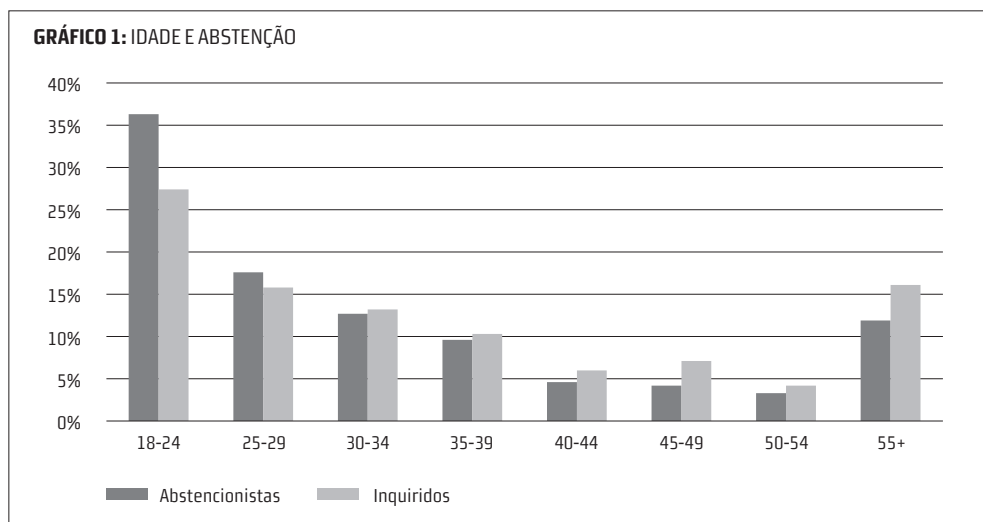
² De acordo com os resultados do inquérito, teria havido apenas 20% de abstencionistas em cada um dos três locais de pesquisa. Ora, segundo os resultados oficiais, a abstenção foi: 69% em Murrupula, 44% na Beira e 42% em Manjacaze. Houve, pois, uma percentagem de abstencionistas (cerca de 20% na Beira e em Manjacaze e perto de 50% em Murrupula) que disseram ter participado no voto, mas que, efectivamente, não votaram.

permite uma exploração estatística das suas características, a comparação entre a população de abstencionistas e a população de votantes e a formulação de algumas conclusões, ainda que indicativas³.

O texto apresenta, em primeiro lugar, as principais características sociodemográficas dos abstencionistas. Num segundo momento, são apresentados dados que permitem ver que a abstenção inclui também uma dimensão de distância em relação à política e, finalmente, complementando o ponto anterior, são apresentados dados sobre a diferenciação da abstenção, mostrando que esta é mais importante entre os simpatizantes da oposição.

QUEM SÃO OS ABSTENCIONISTAS

Os abstencionistas são maioritariamente jovens, tal como se pode observar no Gráfico 1, havendo 54% que têm uma idade compreendida entre 18 e 29 anos. Estes dados mostram que a idade é um factor da abstenção, pois se não fosse um factor relevante, seria de esperar que a percentagem de não votantes jovens fosse semelhante, ou pelo menos próxima, à sua percentagem na distribuição etária da população moçambicana, que é apenas ligeiramente superior a 43% para as classes de idade aqui consideradas.⁴



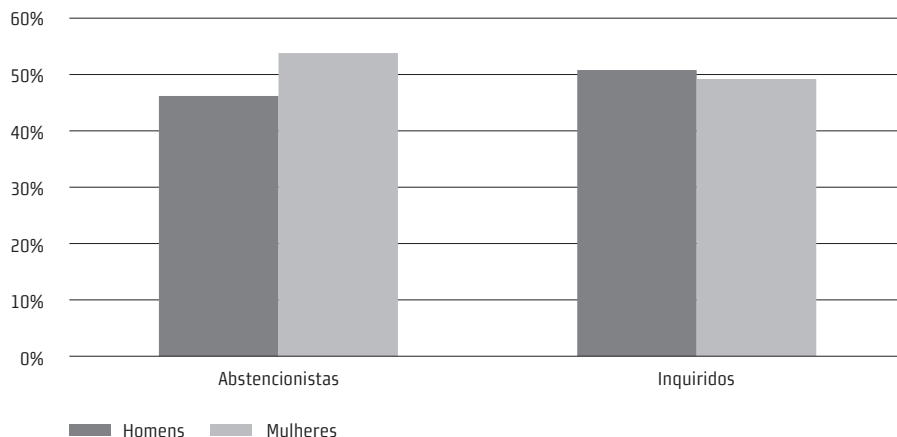
³ É óbvio que, considerando que um grande número de abstencionistas não se reconheceu como tal, os valores estatísticos encontrados não são necessariamente os valores reais. Portanto, o que realmente conta para entender o fenómeno da abstenção com os dados disponíveis são as relações e as diferenças que se podem observar entre as diferentes categorias analisadas.

⁴ A distribuição etária dos inquiridos corresponde quase perfeitamente à distribuição etária da população moçambicana.

Ao contrário, como se pode ver no gráfico, em todas as restantes classes de idade (a partir dos 30 anos) a tendência inverte-se, havendo uma percentagem de abstencionistas inferior à sua participação na distribuição etária do País. Embora nas classes de idade compreendidas entre os 30 e os 39 anos a percentagem de abstencionistas seja menor que a respectiva percentagem em termos de população, a diferença é muito reduzida: 12,7% de abstencionistas para 13,2% da população na classe de idade entre os 30 e os 34 anos e 9,6% de abstencionistas para 10,3% da população na classe de idade entre os 35 e os 39 anos. Ao contrário, nas classes de idade a partir dos 40 anos a diferença entre a percentagem de abstencionistas e a da população tende a subir: 4,6% de abstencionistas para 6% da população na classe de idade entre os 40 e os 44 anos, 4,2% de abstencionistas para 7,1% da população entre os 45 e os 49 anos, 3,3% de abstencionistas para 4,2% da população entre os 50 e os 54 anos e 11,9% de abstencionistas para 16,1% da população com 55 anos ou mais. Há, pois, uma nítida tendência para o aumento da participação eleitoral a partir dos 40 anos, com destaque para os mais idosos. Ou seja, há um contraste muito acentuado entre as jovens gerações nascidas depois do Acordo Geral de Paz (1992) e as gerações mais velhas, que conheceram o período monopartidário e a guerra. Este contraste permite colocar a hipótese de uma parte da abstenção dos jovens resultar do contexto histórico e da diferente experiência de socialização política de cada um desses grupos, pois, ao contrário dos jovens, que cresceram num ambiente de liberdade política (institucionalizada pela Constituição de 1990 e confirmada pelo Acordo Geral de Paz de 1992), os mais velhos tiveram uma experiência de vida marcada por um ambiente político de tipo autoritário e de forte controlo social partidário e estatal, daí resultando provavelmente uma menor disposição para o incumprimento do dever cívico do voto. Por outro lado, a maior integração social e profissional dos mais velhos reflecte-se também numa maior tendência para a participação eleitoral.

Embora não se apresente com o mesmo peso que o factor «idade», o «sexo» também aparece como um dos factores sociais da abstenção. Tal como acontece com os jovens, constata-se que há uma sobre-representação de mulheres no seio dos abstencionistas: as mulheres eram 49,2% das pessoas inquiridas, mas são 53,8% dos abstencionistas (Gráfico 2).

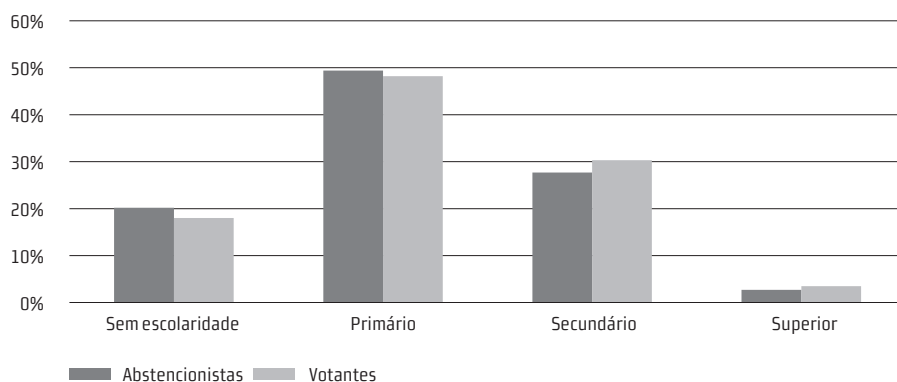
GRÁFICO 2: SEXO E ABSTENÇÃO



A diferença de comportamento entre os sexos relativamente ao voto pode em parte resultar da maior distância das mulheres em relação à política, devido a uma história social que as remete tradicionalmente para a esfera privada e doméstica em detrimento da sua participação na esfera pública. É nesse sentido que apontam os dados, pois enquanto 44,2% dos homens inquiridos dizem acompanhar a política, as mulheres na mesma situação são apenas 25,8%.

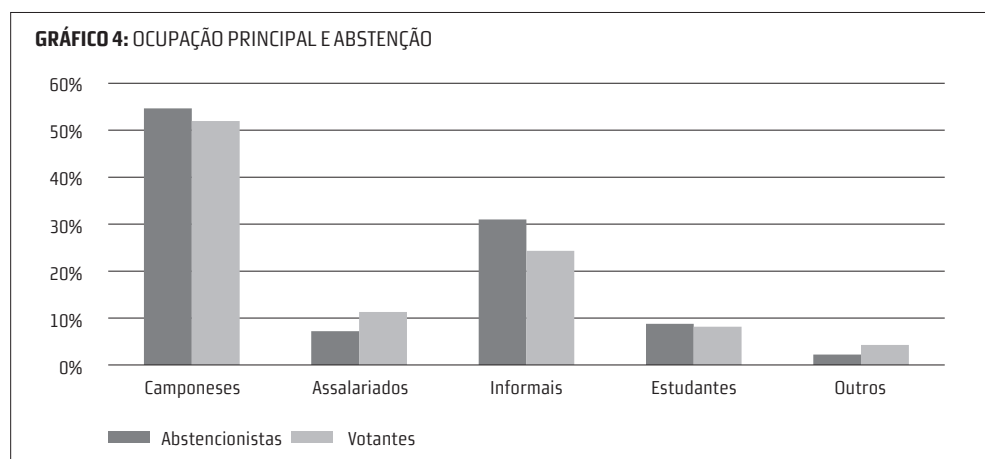
O terceiro factor de ordem social que tem influência na tendência para a abstenção é o nível de escolaridade. Como se pode ver no Gráfico 3, o grupo de pessoas sem escolaridade, ou tendo apenas completado o nível primário, apresentam percentagens ligeiramente mais elevadas de abstencionistas (69,6% de abstencionistas para 66,1% de inquiridos no conjunto desses dois níveis) que o grupo dos detentores de um nível de formação médio, ou superior.

GRÁFICO 3: ESCOLARIDADE E ABSTENÇÃO



Um baixo nível de escolaridade é, em geral, indicador de fraco acesso à informação e ao conhecimento político, o que limita as capacidades de os eleitores nessas condições se interessarem pelo processo político e, nomeadamente, de exercerem o seu direito de voto.

Finalmente, também há diferenças significativas entre os abstencionistas e os votantes em termos de profissão, ou ocupação. O Gráfico 4 mostra que há dois grupos, os camponeses e, com maior destaque ainda, os trabalhadores do sector informal, em que a abstenção é superior ao que seria de esperar. O gráfico mostra, por outro lado, uma tendência claramente inversa no caso dos trabalhadores assalariados do sector formal, que apresentam um nível alto de participação no voto.



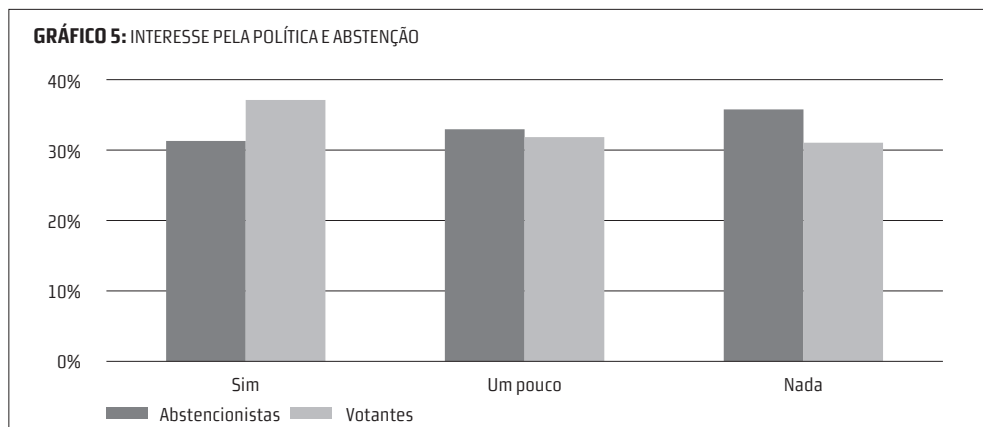
Estas diferenças de comportamento revelam uma clara oposição entre o mundo do Estado moderno, a que corresponde o trabalho assalariado formal, e os mundos da informalidade e da ruralidade, apenas marginalmente integrados na economia moderna e no Estado.

A ABSTENÇÃO COMO DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À POLÍTICA

A abstenção é, em geral, a manifestação de um fraco grau de politização.⁵ Assim, olhando para os indicadores de integração dos eleitores no campo político, verifica-se que a menor mobilização dos abstencionistas está relacionada com uma maior distância em relação à política. O primeiro desses indicadores é o grau de interesse pela política. Como se pode ver no Gráfico 5, há uma relação inversa entre o interesse pelos assuntos políticos e a abstenção, ou seja, à medida que o interesse declarado pela política diminui, a abstenção aumenta. Assim, enquanto entre aqueles

⁵ Isso não impede que haja marginalmente uma abstenção politizada, que traduz uma forma de protesto e insatisfação em relação a uma situação particular, ou aos partidos e às instituições políticas em geral.

que disseram não acompanhar nada a política há 35,8% de abstencionistas e apenas 31% de votantes, no seio dos que afirmaram o seu interesse pela política, a percentagem de votantes (37,1%) é superior à dos abstencionistas (31,3%).



Regra geral, a falta de interesse pela política traduz-se num fraco conhecimento das instituições e num igualmente fraco acompanhamento da vida política e dos seus actores. Comparando o nível de conhecimento de figuras políticas nacionais e locais⁶ entre os abstencionistas e os votantes (Gráfico 6), pode-se constatar que também neste caso, como seria de esperar, à medida que o seu conhecimento aumenta, a abstenção diminui. O gráfico mostra que os abstencionistas estão sobre-representados entre os inquiridos menos informados (os que apenas deram entre zero e quatro respostas certas), sendo 48,6% neste caso contra apenas 36,4% para os votantes no mesmo caso.

De alguma maneira, a distância em relação à política significa, ainda que de forma indirecta, uma crítica da política, das suas instituições e actores, na medida em que são incapazes de mobilizar a atenção e o interesse dos cidadãos abstencionistas. Nestas condições, é de esperar que a opinião desses cidadãos sobre os políticos seja bastante negativa e que exprima uma correspondente falta de confiança. Assim, observa-se (Gráfico 7) que os abstencionistas são proporcionalmente mais (53,2% contra 43,4% no seio dos votantes) a manifestarem concordância com a afirmação proposta na pergunta «Os políticos não se preocupam com os problemas da população». De entre os que se manifestaram sem opinião, a diferença entre abstencionistas e votantes é praticamente nula, e para os que discordaram, portanto para os que confiam nos políticos, a tendência inverte-se, com uma percentagem de abstencionistas (38,6%) bem inferior à dos votantes (49,6%).

⁶ O questionário incluía uma pergunta destinada a verificar se o inquirido conhecia o nome de 14 responsáveis políticos a vários níveis. O Gráfico 6 mostra a distribuição dos abstencionistas e dos votantes pelo número de respostas correctas.

GRÁFICO 6: CONHECIMENTO POLÍTICO E ABSTENÇÃO

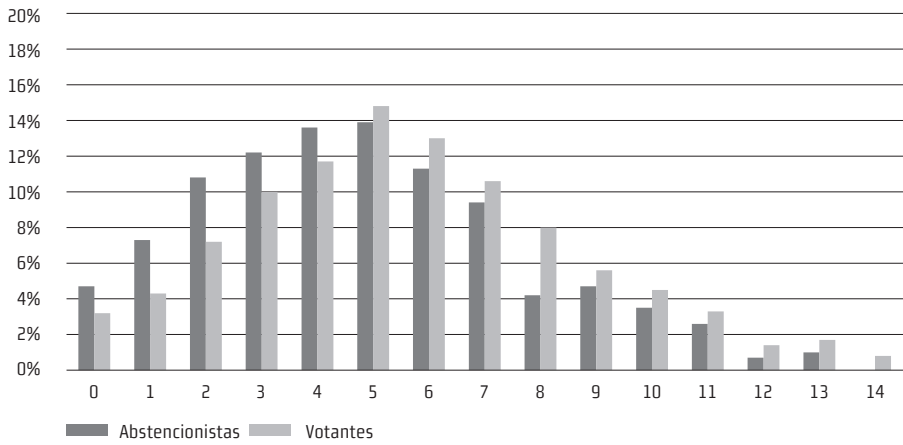
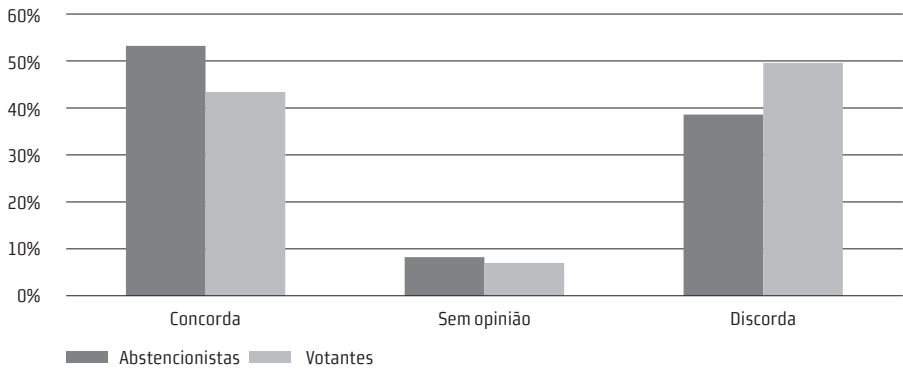
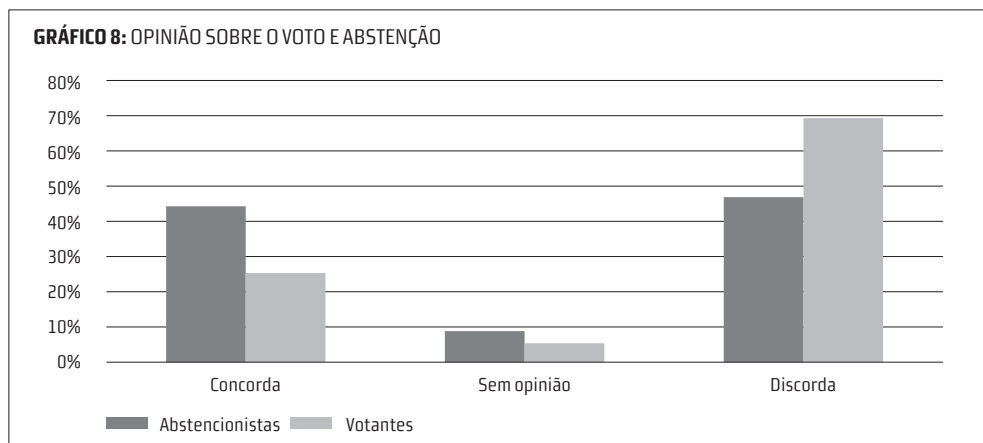


GRÁFICO 7: OPINIÃO SOBRE OS POLÍTICOS E ABSTENÇÃO



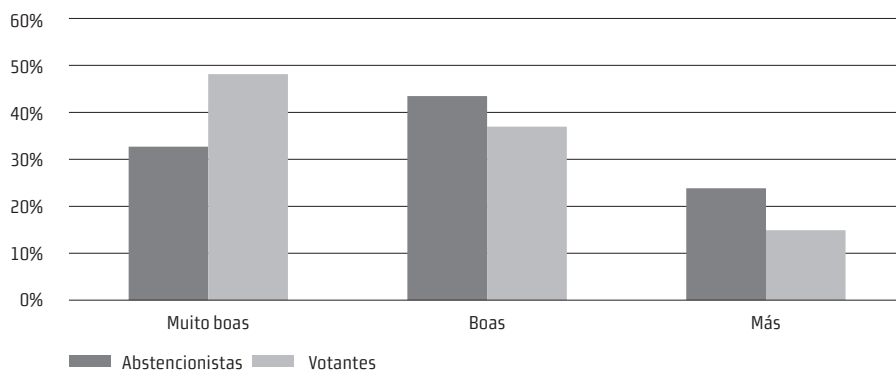
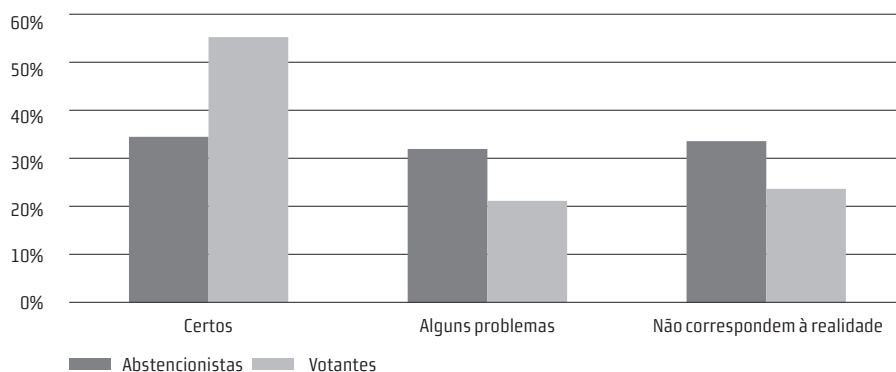
Nesse contexto de fraca confiança em relação aos políticos, verifica-se exactamente o mesmo padrão de respostas no que diz respeito à pergunta que avaliava a concordância, ou discordância, com a afirmação segundo a qual «o voto não muda nada nas suas vidas». Ainda mais que em relação à confiança nos políticos, o contraste é notório entre a percentagem de abstencionistas que concordam com a inutilidade do voto para trazer mudanças (44,3%) e a percentagem dos votantes na mesma situação (25,3%).



Mas a desilusão dos abstencionistas em relação à política e a sua falta de confiança nas instituições tendem a ser mais importantes no seio dos cidadãos que manifestam uma maior proximidade com as ideias, posições e propostas da oposição.

UMA ABSTENÇÃO POLITICAMENTE DIFERENCIADA

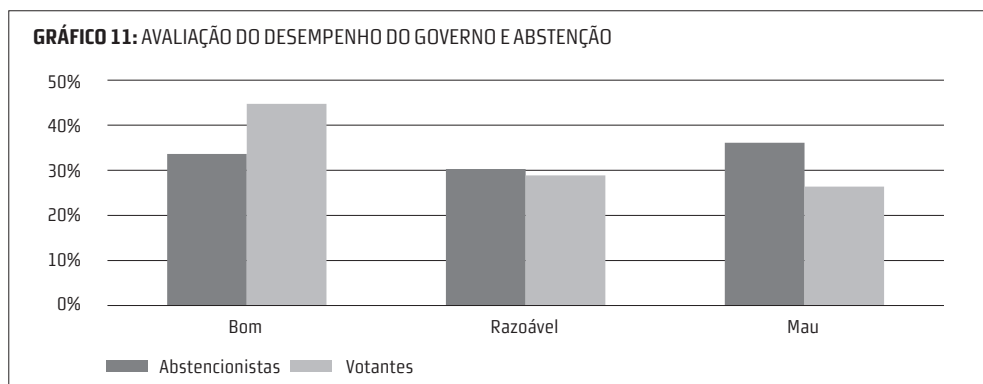
Em primeiro lugar, como se pode ver no Gráfico 9, a avaliação das eleições é bastante mais negativa entre os abstencionistas do que entre os votantes. Assim, a percentagem de inquiridos que consideraram que as eleições foram «muito boas (não houve nenhuns problemas)» é superior entre os votantes (48,1%), em relação aos abstencionistas (32,7%), mas essa relação inverte-se para os que consideraram as eleições apenas «boas (mas com alguns problemas)», 43,5% dos abstencionistas e 37% dos votantes, e para os que declararam que as eleições foram «más (houve muitos problemas)», 23,8% para os abstencionistas e 14,9% para os votantes.

GRÁFICO 9: AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES E ABSTENÇÃO**GRÁFICO 10: CONFIANÇA NOS RESULTADOS ELEITORAIS E ABSTENÇÃO**

Da mesma maneira, o Gráfico 10 revela que há uma percentagem superior entre os votantes a declarar que os resultados eleitorais estavam «certos» (55,2%), que entre os abstencionistas (34,5%). Ao contrário, há mais abstencionistas que votantes a considerar que os resultados «não correspondem à realidade» (33,6% e 23,6%, respectivamente).

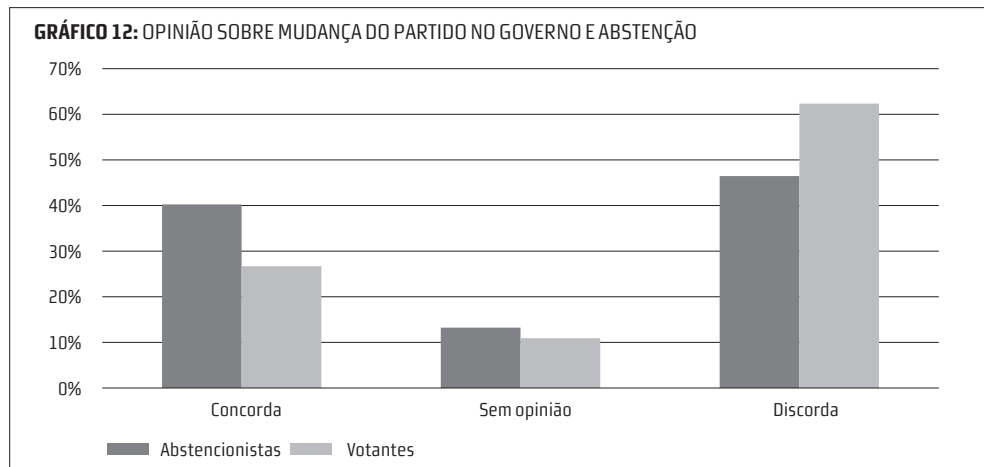
Por outro lado, em termos de avaliação do desempenho do Governo (Gráfico 11), os resultados do inquérito mostram que os abstencionistas são bem mais críticos sobre o seu balanço que os votantes. Ora, essa é uma clara indicação que a abstenção não é simplesmente a expressão da falta de interesse desses cidadãos pelas questões políticas e, portanto, pelo processo eleitoral, mas também, em parte pelo menos, a manifestação de uma crítica à governação. Com efeito, a percentagem de abstencionistas que avaliaram o desempenho do Governo como «bom» é significativamente menor (33,6%) que a dos votantes que fizeram a mesma avaliação (44,7%). Para os que classificaram a governação como «razoável», não existe uma diferença significativa entre os dois grupos, mas, para os que declararam que o desempenho governamental

foi «mau», a percentagem de abstencionistas é claramente superior à dos votantes, respectivamente 36,1% e 26,4%.

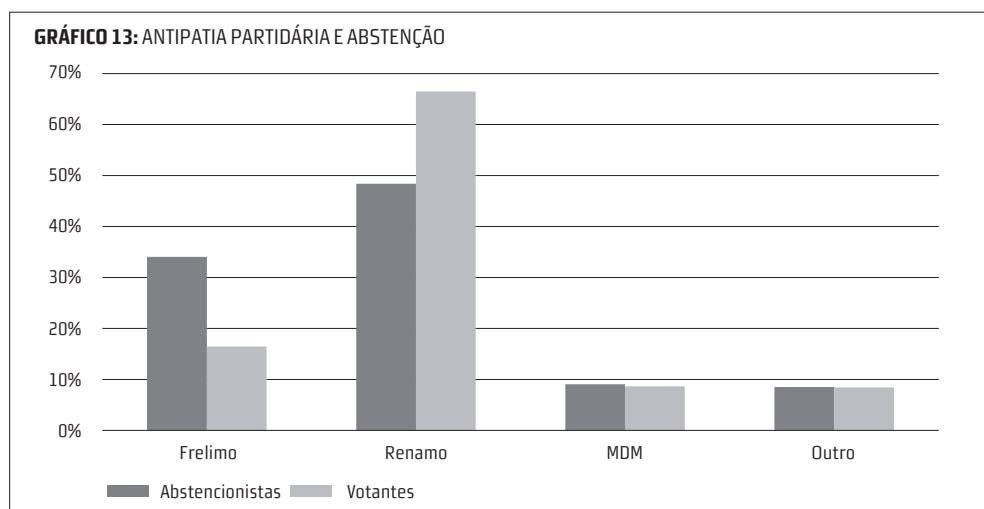


Os dados sobre a questão da avaliação das eleições e, em particular, sobre a qualidade dos resultados eleitorais e sobre a avaliação do desempenho do Governo, dão uma primeira indicação da existência de uma clivagem de natureza política entre os votantes e os abstencionistas, que seriam em grande medida oriundos do eleitorado tradicional da Renamo.⁷ Esta hipótese é reforçada pelos resultados do inquérito no que se refere à relação entre a abstenção e a posição dos inquiridos sobre a necessidade de haver uma mudança do partido governante. Como se pode ver no Gráfico 12, há uma clara diferença de opinião sobre este assunto entre os votantes e os abstencionistas. Enquanto há 40,3% dos abstencionistas que concordaram com a ideia de que era preciso mudar o partido no Governo para que a situação do País melhorasse, a mesma opinião é apenas expressa por 26,7% dos votantes e, inversamente, entre os que discordaram dessa ideia, há uma maior percentagem de votantes (62,4%) que de abstencionistas (46,5%).

⁷ A análise da cartografia eleitoral, e em especial da geografia da abstenção, já tinha dado uma indicação nesse sentido, pois as maiores taxas de abstenção (muito superiores à média nacional) têm-se registado, desde as eleições de 2004, em províncias muito populosas (Nampula e Zambézia), onde historicamente se concentra o eleitorado da Renamo, o que leva a pensar que a abstenção se tenha desenvolvido mais no seio dos simpatizantes deste partido.



Finalmente, os dados do Gráfico 13 confirmam que a clivagem política acima referida é uma realidade. A pergunta que está na base do gráfico pedia aos inquiridos para dizerem se havia algum partido em que nunca votariam. Os resultados são claros: embora a percentagem de votantes que disseram que nunca votariam na Renamo (66,5%) seja bastante maior do que a dos abstencionistas que disseram o mesmo (48,4%), é no seio dos que assumiram que nunca votariam na Frelimo que a expressão da clivagem política é mais notória, pois a percentagem dos abstencionistas (34%) é mais do que o dobro da percentagem correspondente no seio dos votantes (16,5%).



CONCLUSÃO

Os dados aqui analisados permitem concluir, em primeiro lugar, que a abstenção não se distribui na população eleitoral de forma aleatória, ou seja, que há uma fractura social que se reflecte em termos de participação eleitoral e se traduz no facto de certas categorias sociais, nomeadamente os jovens, as mulheres, os menos escolarizados, os rurais e os que desenvolvem as suas actividades no sector informal, serem mais propensas a renunciar ao exercício de cidadania através do voto. Em segundo lugar, os dados revelam que há uma dimensão política na abstenção, reflectindo a falta de confiança no sistema e nas instituições políticas de uma parte do potencial eleitorado da oposição. Assim, uma parte da abstenção observada pode ser classificada como abstencionismo de frustração e protesto, uma prática de algum modo contraproducente que, por sua vez, remete para as dificuldades do processo de construção de um campo político democrático no País e para a fragilidade das suas instituições.

DESCENTRALIZAÇÃO E CONFLITO EM MOÇAMBIQUE

O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Salvador Forquilha

A partir dos finais dos anos 1980, o debate sobre o Estado na África Subsaariana esteve profundamente associado, num primeiro momento, ao fenômeno das transições políticas da época, na sequência da emergência da democracia na maior parte dos países, e, num segundo momento, às reformas de descentralização, concebidas em muitos casos como um meio para o reforço e aprofundamento da democracia. Com efeito, uma vasta literatura desenvolveu-se mostrando não só a complexidade do processo da institucionalização do Estado no contexto africano como também os desafios da democratização e o impacto das reformas de descentralização (Bayart, 1989; Bowen, 2000; Bratton & Van de Walle, 1997; Chabal & Daloz, 1999; Chingono, 1996; Daloz & Quantin, 1997; Hall & Young, 1997; Mkandawire, 2001; Rothchild & Chazan, 1988; Médard, 1991).

No que se refere particularmente à descentralização, num trabalho recente Shandan & Loureiro (2017) consideram que, apesar de a descentralização ter sido um dos traços mais marcantes das democracias emergentes em África, as repetidas reformas de governos locais tiveram pouco impacto na resolução dos problemas de governação. Na realidade, em muitos casos, os resultados das reformas de descentralização têm sido consistentes com a tendência de estagnação e até de recuo da democracia e qualidade de governação prevalecentes no continente, tal como mostram, por exemplo, os relatórios do Afrobarómetro e do Ibrahim Index of African Governance (Mattes & Bratton, 2016; Mo Ibrahim Foundation, 2016).

Quando se analisa as reformas de descentralização em curso em diferentes países da África Subsaariana, constata-se que visam, essencialmente, por um lado, reforçar e aprofundar a democracia e, por outro, melhorar a provisão de serviços públicos. Raramente são associadas à gestão de conflitos. Quando o são, os seus resultados não são necessariamente a mesma coisa em todos os países. Por exemplo, enquanto em alguns países como o Ruanda a descentralização parece ter jogado um papel muito importante na manutenção da estabilidade política (Tilburg, 2008), em outros países como o Uganda a descentralização, de alguma forma, contribuiu para exacerbar o conflito a nível local (Schelnberger, 2008).

Relativamente a Moçambique, as reformas de descentralização têm sido associadas ao processo da transição política dos anos 1990, no contexto do reforço e do aprofundamento da democracia e melhoria da provisão de serviços públicos. Assim, em 1997 foi aprovado o pacote legislativo concernente às autarquias locais (Lei 2/97), que estabeleceu o quadro jurídico-legal para a realização das primeiras eleições autárquicas em 1998, em 33 cidades e vilas de Moçambique. Alguns anos mais tarde, o Parlamento aprovou a lei dos órgãos locais do Estado (Lei 8/2003), que desconcentrou uma parte importante das competências e funções do Estado central para entidades estatais a nível local (províncias e distritos).

Neste contexto, Moçambique introduzia, assim, um «modelo de descentralização a duas velocidades», isto é, um modelo que incorpora, ao mesmo tempo, uma devolução para um espaço limitado do território (descentralização política) e uma desconcentração de funções e competências para os escalões locais do Estado (descentralização administrativa). Denotando, por um lado, a dificuldade das elites políticas no poder em romper com o paradigma de governação vigente no período monopartidário e, por outro, uma certa contradição no processo da implementação do pacote das reformas, o modelo foi gerando conflitos, que se agudizaram ao longo do tempo (Weimer, 2012; Weimer & Carrilho, 2016).

Com a eclosão do conflito armado no período que se seguiu às eleições gerais de 2014, a descentralização passou cada vez mais a estar associada ao processo da resolução do conflito. Na realidade, os resultados eleitorais, de alguma forma consistentes com o padrão do voto desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, vieram revelar, mais uma vez, que Moçambique é uma sociedade politicamente heterogénea. Trata-se de uma heterogeneidade que, desde a independência, não tem sido devidamente tomada em conta no processo da construção do Estado. Pelo contrário, a história da construção do Estado pós-colonial em Moçambique tem sido marcada pela negação da heterogeneidade e das diferenças¹.

A descentralização, neste contexto, surge não só como um mecanismo importante que pode conduzir ao aprofundamento da democracia e ao melhoramento na provisão de serviços públicos mas também, e sobretudo, como um mecanismo fundamental de integração da heterogeneidade e das diferenças no processo da construção do Estado e na minimização da ocorrência da contestação violenta do Estado. Mas em que medida o actual processo de descentralização, em curso no País desde os anos 1990, responde ao problema da construção do Estado, numa perspectiva da integração das diferenças e da heterogeneidade? Em que medida a descentralização pode jogar um papel relevante na gestão do conflito político em Moçambique? De que modelo de descentralização precisa o País para fazer face a diferentes tipos de *clivagens* presentes na sociedade moçambicana?

¹ O exercício da construção do Estado-nação no período pós-independência, baseado na ideologia da construção do «homem novo» e da unidade nacional, tomou, em grande medida, as diferenças como uma ameaça. Por isso, muitas vezes, as diferenças e a heterogeneidade foram combatidas abertamente.

Com base em pesquisas anteriores, este artigo procura responder às perguntas acima colocadas, argumentando que, numa sociedade heterogênea e dividida como Moçambique (Lijphart, 2008), a descentralização pode desempenhar um papel relevante na integração das diferenças no processo da construção do Estado, reduzindo assim o potencial de conflito violento. Isso na medida em que, ao devolver o poder para o nível local (províncias e distritos), a descentralização favorece a partilha do poder e aumenta a possibilidade dos diferentes partidos políticos de participarem no processo da construção das instituições. O artigo desenvolve o argumento em duas partes. Na primeira parte, o texto olha para o processo da construção do Estado no período pós-colonial, procurando identificar clivagens importantes que estruturam o conflito violento e a configuração do campo político. Analisar as dinâmicas do processo da construção do Estado no período pós-colonial é um exercício crucial para compreender o papel e o sentido da descentralização no contexto da gestão do conflito político em Moçambique; na segunda parte, a atenção é focalizada nas reformas de descentralização em curso no País desde os anos 1990, interrogando a sua relevância para a gestão do conflito e manutenção da estabilidade política.

O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO PERÍODO PÓS-COLONIAL: CLIVAGENS, CRISE E VIOLÊNCIA POLÍTICA

Na sequência da interdição pelo regime colonial português de qualquer actividade política de contestação, o movimento nacionalista moçambicano emergiu a partir do estrangeiro, nomeadamente dos territórios britânicos vizinhos, tais como Tanganyika, Nyassalândia e Rodésia, onde havia movimentos independentistas por volta dos finais dos anos 1950. Com efeito, várias associações e formações políticas foram fundadas por expatriados moçambicanos, nomeadamente a TMMU (Tanganyika Mozambique Maconde Union), a MAA (Mozambique African Association), a MANU (Mozambique African National Union), entre outras, criadas no Tanganyika em 1958, 1960 e 1961, respectivamente, por imigrantes moçambicanos idos, sobretudo, da região norte de Moçambique (Cahen, 1999: 32-36); UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente), fundada no Nyassalândia em 1961 por expatriados originários da região de Tete; e a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), criada na Rodésia do Sul em 1960 por imigrantes da região centro de Moçambique, nomeadamente do antigo distrito de Manica e Sofala (Brito, 1988; Hall & Young, 1997). Como é que essas associações e formações políticas se desenvolveram nos anos subsequentes?

CONSTITUIÇÃO DA «FRENTE», UNIDADE NACIONAL E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Com a independência do Tanganyika em 1961 e o apoio de Julius Nyerere, as diferentes formações políticas acima mencionadas constituíram-se numa frente comum – Frente de Libertação

de Moçambique (Frelimo) – , sob a direcção de Eduardo Mondlane, que se tinha juntado à Udenamo dias antes da constituição da «Frente» (Cahen, 1999; Brito, 1991). Dada a recusa do regime colonial português em considerar qualquer possibilidade de negociações com vista à autodeterminação, a Frelimo, no seu primeiro congresso em 1962, decidiu equacionar todo o tipo de solução para a independência, incluindo a luta armada. Foi neste contexto que, em 1963, um ano depois da fundação da Frelimo, um primeiro contingente de 250 elementos seguiu para a Argélia com a finalidade de receber treinos militares.

Desde a sua fundação, a Frelimo adoptou o ideal da unidade nacional como um dos pilares mais importantes do seu discurso político, particularmente na sua luta pela independência. Tido como um elemento crucial na mobilização de moçambicanos de diferentes quadrantes, a unidade nacional foi considerada como tendo jogado um papel importante na luta contra o regime colonial português. Aliás, a própria fundação da Frelimo é oficialmente apresentada como fusão de grupos políticos precedentes e, por conseguinte, como a materialização da unidade nacional (Brito, 2016). Todavia, é importante referir que, desde os primeiros anos da sua existência, a Frelimo estava longe de representar a síntese de interesses das diferentes formações políticas que tinham aderido à «Frente». Com efeito, como Brito (1988) sugere na sua análise sobre a génese da Frelimo, contrariamente ao que muitas vezes se pretende apresentar, a «fusão» na origem da Frelimo foi

mais simbólica do que real e o papel principal no crescimento e na afirmação do movimento anticolonial moçambicano coube a uma geração de militantes nova que, não tendo pertencido a nenhuma das formações políticas precedentes, se juntaram então à Frelimo (...) (Brito, 1988:16).

De facto, à medida que o movimento se foi afirmando no terreno, particularmente depois do desencadeamento da guerra anticolonial em 1964, as clivagens políticas no seio da «Frente» foram-se acentuando cada vez mais e muitos dos líderes das formações políticas precedentes, que estiveram na origem da «Frente», abandonaram a Frelimo alguns anos mais tarde e tentaram, sem sucesso, reconstituir as suas antigas formações políticas (Brito, 1991: 64-69).

A história do nacionalismo moçambicano ainda é muito pouco estudada. Todavia, as poucas pesquisas desenvolvidas nessa área mostram que, para além da narrativa da arquitectura da unidade nacional, existe uma dinâmica marcada por conflitos e lógicas de estigmatização e dificuldade de convivência com a diversidade. Na realidade, quer a tentativa de reconstituição das forças políticas anteriores à criação da Frelimo, em meados dos anos 1960, quer o surgimento de grupos políticos, na véspera da independência, com a pretensão de concorrerem com a Frelimo, cristalizam a existência de clivagens políticas profundas no seio da sociedade moçambicana e a diversidade de um povo com histórias e trajectórias locais diferentes (Forquilha, 2006, 2014). Ora, essas clivagens políticas, conflitos e lógicas na origem da constituição

e do funcionamento da Frelimo vão agudizar-se nos finais dos anos 1960 e começos dos anos 1970 – os anos da crise interna do movimento – e estruturar o processo da construção das instituições no período pós-colonial. Foi um processo acompanhado por um discurso de exaltação da nação, em detrimento dos grupos étnicos e das respectivas diferenças.

Assimilada à ideia de perigo para a unidade nacional, a diversidade, particularmente aquela expressa pelos grupos étnicos, era assumida pelas lideranças políticas mais como folclore do que propriamente como um elemento fundamental no processo da construção do Estado. A este propósito é interessante constatar como a Frelimo via a questão das tribos e dos grupos étnicos em Moçambique:

A Frelimo é uma organização política nacionalista composta por membros de todas as partes de Moçambique. Portanto, ela reconhece a existência de tribos e grupos étnicos. A nação moçambicana, como a maior parte das nações do mundo, é composta por pessoas com diferentes tradições e culturas, mas unidas pela mesma existência histórica e tendo os mesmos objectivos políticos, económicos e sociais, engajadas na mesma tarefa sagrada, aquela de lutar pela sua libertação. Isso explica-nos que a tribo e o grupo étnico, não obstante terem uma existência real, deixam de ser entidades políticas, económicas ou sociais. A história já uniu os seus interesses nesses domínios (Frelimo apud Brito, 1991: 180).

Neste contexto, os grupos étnicos e tudo o que a eles estivesse associado, como, por exemplo, a organização social e política, eram não só pouco relevantes como também uma ameaça para a implementação do projecto modernizador e de unidade nacional. Assim, mais do que exaltar e valorizar as diferenças entre os grupos étnicos, a orientação político-partidária defendia ressaltar as similitudes entre os diferentes grupos. A educação era chamada a desempenhar um papel fundamental em todo este processo. Samora Machel, no seu discurso alusivo à segunda conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC), colocava o assunto nos seguintes termos:

Uma das primeiras preocupações que a educação deve transmitir é da unidade do povo. O colonialismo procurou acentuar todas as divisões étnicas, linguísticas, religiosas, culturais que podiam existir entre a população moçambicana. Por outro lado, a educação tradicional, exaltando o culto da comunidade linguística a que a pessoa pertence, inculcou-lhe uma atitude de desprezo, por vezes mesmo de ódio, em relação às outras comunidades. No nosso ensino devemos fazer ressaltar a similitude de situações existentes entre toda a população moçambicana (...). O regionalismo, o tribalismo, a atitude de desprezo para com as outras comunidades, resultam da ignorância, do desconhecimento de outros valores (Machel, 1974: 37-38).

O projecto sociopolítico da construção do Estado pós-colonial pretendia, assim, ser global no sentido de que se propunha transformar radicalmente não só as mentalidades mas também as próprias relações sociais, com vista à construção do «homem novo» e de uma nova sociedade, sob a direcção da Frelimo, enquanto partido de vanguarda (Meneses, 2015; Cahen, 1987; Brito, 1991).

Desde o início do processo da luta anticolonial, o papel da Frelimo no processo libertador e na implantação do projecto de transformação da sociedade moçambicana estava visível não só nos discursos políticos das lideranças como também nas práticas políticas presentes sobretudo nas zonas libertadas. Com a independência do País, em 1975, esse papel reforçou-se e ficou plasmado na Constituição da República, passando o Estado a ser concebido como um instrumento ao serviço da revolução. Ora, isso teve implicações concretas na relação entre o partido e o Estado no período pós-independência. Aliás, no programa da Frelimo apresentado no 3.º congresso do partido, a relação entre o Estado e o partido aparece claramente definida nos seguintes termos:

No âmbito do Estado, a tarefa do Partido é a destruição do estado colonial e a criação de um novo tipo de aparelho de estado que reflecta, nas suas estruturas e nas suas actividades, os interesses das largas massas laboriosas. O Estado é o principal instrumento para a materialização da política revolucionária do Partido. Por isso, o Partido dirige e orienta todas as actividades do Estado. O papel dirigente do Partido, em relação ao Estado, consiste no seguinte: (...) b) o Partido traça as linhas de orientação fundamentais de desenvolvimento em todas as esferas da vida social. Essas linhas de orientação reflectem-se nas leis do Estado. As leis do Estado exprimem assim a aplicação prática das directivas do Partido; c) o Partido cria condições para que, em todos os órgãos do Estado, se constituam organizações do Partido, para aí assegurarem a aplicação da linha política do Partido; d) o Partido mobiliza e forma, política e tecnicamente, quadros leais ao Partido para ocuparem postos no aparelho do Estado (...). A República Popular de Moçambique é um Estado de ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses. Ela exerce o seu poder contra os inimigos do Povo, os capitalistas, contra o imperialismo e os seus agentes, e no interesse da protecção e defesa das conquistas revolucionárias e da soberania e integridade territoriais (Frelimo, 1977: 28-29).

O papel central da Frelimo no processo da construção e transformação da sociedade moçambicana definido no 3.º congresso do partido, em 1977, permaneceu praticamente inalterado nos anos subsequentes e moldará a relação que a Frelimo vai manter com o Estado, incluindo no período multipartidário (Forquilha, 2014). Isso, associado à questão da consolidação da unidade nacional, plasmada na Constituição da República, dificultou a tomada em consideração das diferenças no processo da construção do Estado e, por via disso, reavivou as clivagens étnicas, regionais e políticas abafadas em nome da revolução e da construção do Estado-nação.

CLIVAGENS ÉTNICO-REGIONAIS, CONFLITO E VIOLÊNCIA POLÍTICA: QUE RELAÇÃO?

Embora a referência à luta contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo fosse uma constante nos discursos políticos das elites dirigentes da Frelimo, desde os primórdios da luta anticolonial, o processo da construção do Estado revelou, mais tarde, a relevância de questões étnicas no contexto da reivindicação do acesso ao poder político por parte de determinados grupos de fora e de dentro da Frelimo. O posicionamento dos antigos combatentes expresso numa carta dirigida a quatro membros do *bureau* político do partido (Joaquim Chissano, Alberto Chipande, Armando Guebuza e Mariano Matsinha), em Outubro de 1986, poucos dias depois da morte de Samora Machel, ilustra sobremaneira este facto, ao deixar clara a necessidade de se estabelecer o critério da originalidade como sendo fundamental para a ocupação de cargos de direcção no partido e no Estado.

Com efeito, passando em revista a situação de crise que assolava o Estado nessa altura e que estava cristalizada pela guerra civil, fome, miséria, etc., os antigos combatentes, na sua carta, classificavam os moçambicanos em duas categorias importantes: moçambicanos originais (de gema), basicamente negros, e moçambicanos não originais (brancos e indianos). A carta começa e continua nos seguintes termos:

(...) nós, antigos Combatentes e fundadores desta República, seguros e intransigentes na busca da Paz, Progresso e Prosperidade para a nossa Pátria, dedicamo-vos esta mensagem por ocasião da morte prematura do Primeiro Presidente desta República (...). Compatriotas: O momento lança o maior desafio (...). Estamos confrontados com a realidade socioeconómica do nosso país: problema económico; a guerra prevalecente: problema político-militar; o nosso posicionamento face à libertação da África Austral (África do Sul e Namíbia)... Compatriotas: Devemos analisar séria e profundamente a questão governamental (...). Não nos enganemos mais. A experiência tida fala por si. Esta é, sem dúvidas, a fórmula pela qual hoje cada um deve enfrentar o problema governamental, o problema do poder político (...). É altura de dizermos que o poder político, em qualquer Sociedade-Estado, Sociedade-Nação deste planeta é algo sagrado. Achamos que o critério de originalidade e naturalidade deve ser tido em conta na esfera do poder político (...). Por isso diremos que o Governo deve representar a maioria desta Pátria. Deve representar aqueles que, de facto, foram os destinatários da colonização (...). Achamos que no Governo Central (Conselho de Ministros) a representatividade de cada uma das províncias é fundamental e estabilizadora. Deve-se evitar, no Governo Central, a concentração desproporcional de membros de uma única Província, o que leva a insinuar problemas de ordem tribal e regional. Achamos que, tomando-se essa medida, destrói-se o conflito Sul-Norte (Antigos Combatentes, 1986: 1-4).

É importante lembrar o contexto em que a carta dos antigos combatentes acima mencionada foi escrita: poucos dias depois da morte de Samora Machel, enquanto se aguardava pela reunião do Comité Central da Frelimo, que iria indicar o novo Presidente da República e, por via disso, a formação do novo governo. Além disso, Moçambique enfrentava uma grave crise económica e político-militar. Com efeito, o País estava num processo bem avançado visando o início do programa de ajustamento estrutural, financiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. No plano político-militar, a guerra civil tinha atingido o seu auge, com a Renamo a ocupar grande parte do território nacional, estando o Estado praticamente confinado às zonas urbanas e poucas vilas do País.

Um outro assunto que a carta dos antigos combatentes aborda com frontalidade é a guerra envolvendo o Governo da Frelimo e a Renamo. Contrariando todo o discurso oficial da época, que via a guerra como sendo movida unicamente por factores externos, nomeadamente a correlação de forças no contexto da geopolítica regional, o que conferia à guerra o carácter meramente desestabilizador, os antigos combatentes sublinham a necessidade de olhar para os factores internos da guerra. Ora, isso representava uma mudança significativa na maneira de abordar o conflito armado (Brito, 2016). Neste contexto, na carta, a Renamo surge, antes de mais, como um grupo de moçambicanos cujo papel na solução do conflito era crucial. No dizer dos antigos combatentes:

Um outro ponto, Compatriotas, é o problema da guerra. Têremos que encontrar solução para este problema se quisermos ter o nome de filhos deste Povo (...). Tenhamos a coragem suficiente para enfrentar a guerra. É chegado o momento de abrimos várias frentes para solucionar o problema. Procuremos nós, antigos combatentes, aceitar que, no campo de batalha, frente a frente estão moçambicanos. A isto se chama Guerra Civil. Vejamos que a África tem a sua própria História. Se se tratar de poder, procuremos resolvê-lo, mas não nos devem cegar. Não devemos internacionalizar o conflito como forma de solucioná-lo. Só será adiar o problema e perder tempo (...). Os problemas nacionais (internos) não devem ser exportados para a arena internacional. Enquadrar a guerra, pura e simplesmente, no contexto da África Austral: África do Sul, Angola, Namíbia, pode induzir-nos em erro (...). Compatriotas: Antes de terminarmos gostaríamos de dizer mais qualquer coisa sobre a guerra. Trata-se simplesmente dum ponto de vista, uma proposta. Achamos que para se pôr fim à guerra devemos criar condições para a reconciliação (...). Enviarmos pessoas para explorar para junto dos moçambicanos da Renamo se eles são capazes de fazer o que propomos (...): nós da Frelimo vamos excluir completamente os moçambicanos não originários do poder político, poder económico e poder militar (...). Não se trata de discriminação. Consiste simplesmente em utilizar o critério da originalidade, que se aplica em muitos países do mundo (...). O que queremos junto da Renamo é o seguinte: se existem moçambicanos não originários, esses não devem ter acesso ao poder político ou militar. Num provável acordo entre a Frelimo e a Renamo, devem os moçambicanos não

originários que estão na Renamo ficar conscientes de que não deverão participar nas conversações e num possível governo de reconciliação. O governo que se formar a partir da Frelimo e da Renamo só será exclusivamente de moçambicanos originários como atrás explicámos (Antigos Combatentes, 1986: 5-7).

A redução do conflito político-militar a uma mera guerra de desestabilização dificultou durante muito tempo a busca de uma solução negociada directamente com a Renamo, num quadro de formação de um eventual governo de reconciliação. Neste contexto, as posições assumidas pelos antigos combatentes relativamente à matéria da guerra representavam uma ruptura significativa com a posição oficial do Governo em relação ao conflito político-militar.

Grupo extremamente influente dentro da Frelimo e na vida política do País, os antigos combatentes trouxeram na sua carta assuntos que raramente eram discutidos com a devida frontalidade, nomeadamente a necessidade da tomada em conta de aspectos étnico-regionais no acesso ao poder político, facto que, em grande medida, punha em causa todo o discurso oficial da Frelimo da luta contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

A categorização dos moçambicanos em originais (negros) e não originais (brancos e indianos) e a necessidade do uso do critério da originalidade para o acesso aos cargos de direcção no partido e no Estado, por um lado, e, por outro, a questão da necessidade da representatividade de cada uma das províncias de Moçambique no Governo central (Conselho de Ministros) como factor de estabilidade e garantia do desaparecimento do que os antigos combatentes chamaram «conflito Sul-Norte» cristalizavam clivagens étnico-regionais não só no seio da Frelimo como também na sociedade moçambicana em geral. Essas clivagens foram durante muito tempo reprimidas e escamoteadas por razões ideológicas, ainda que a sua influência sobre o funcionamento do Estado e do partido fosse cada vez mais visível².

Para aquilo que nos interessa neste artigo, a carta dos antigos combatentes cristaliza a relevância da dimensão étnico-regional no processo de construção do Estado no período pós-colonial e permite, por um lado, desconstruir o discurso da Frelimo em relação à luta contra o tribalismo, regionalismo e racismo e, por outro, entender a complexidade e heterogeneidade da sociedade moçambicana.

É interessante a menção do conflito Sul-Norte feita pelos antigos combatentes na sua carta. Embora seja um assunto ainda tabu e visivelmente colocado de uma maneira simplista na carta, na verdade trata-se de uma questão de fundo que, de alguma forma, está presente na história do próprio nacionalismo moçambicano, com destaque particular para a crise interna da Frelimo dos finais dos anos 1960, opondo a ala «revolucionária» à chamada ala «reaccionária».

² É importante notar que, mais de 25 anos depois, o Presidente Armando Guebuza, particularmente no seu segundo mandato (2010-2014), retomou e instrumentalizou a categorização dos moçambicanos em originais (moçambicanos de gema) e não originais, facto que mostra a persistência dessas clivagens.

No seio da própria Frelimo, esse conflito era visto por alguns grupos como oponente, em última análise, as elites políticas oriundas do Sul às elites oriundas do Centro e Norte de Moçambique³. Aliás, Urias Simango, vice-presidente da Frelimo e um dos membros do triunvirato que liderou o movimento depois da morte de Eduardo Mondlane, no seu célebre texto sobre a situação sombria na Frelimo, nos finais dos anos 1960, fala do assunto sem tabus nos seguintes termos:

Existe [na Frelimo] um forte sentimento de sectarismo, regionalismo e tribalismo (...). Em fins de Fevereiro e começos de Março deste ano [1969], depois da morte do Dr. Mondlane, anterior presidente da Frelimo, algumas pessoas oriundas do Sul do país... tiveram vários encontros... Estudaram as circunstâncias que envolveram a morte do Dr. Mondlane como membro da sua tribo, e a questão de quem o teria matado... Discutiram também a forma de defenderem e salvaguardarem os interesses da gente do Sul (...). Desde 1966 tem havido a tendência de um grupo – infelizmente composto por pessoas do Sul (...) – se reunir sozinho, tomar decisões e impô-las a outros por vias de manipulações (...). Devemos entender que não há nenhuma tribo em Moçambique que é superior a outras. Estamos a lutar de modo a eliminar a superioridade rracica do branco ou o direito de um dado grupo oprimir e explorar outros grupos. Todas as tribos devem merecer igual tratamento, oportunidade e direitos, agora durante a luta, e depois da independência. Isto não se pode entender como uma guerra ou discriminação contra pessoas do Sul, mas uma luta contra o tribalismo ou grupos que fatalmente podem desunir-nos e estabelecer perpétuas contradições entre nós. Quando falamos sobre o grupo do Sul é necessário dizer com muita ênfase que são alguns elementos de Gaza! (Simango, 1969: s.p.).

O facto de grande parte dos dissidentes da Frelimo (voluntariamente ou via expulsão), não só durante a luta anticolonial como também nos primeiros anos da independência, terem sido elites políticas oriundas do Centro e Norte do País (Cabrita, 2000; Igreja, 2015) alimentou e, de alguma forma, exacerbou clivagens baseadas na pertença étnico-regional, no contexto do acesso ao poder político, no âmbito da construção do Estado pós-colonial. Aspecto secundarizado e muitas vezes negligenciado nas análises do processo político moçambicano, as clivagens acima mencionadas jogam um papel importante na dinâmica da violência política e na consequente estruturação do campo político e do padrão do voto nos últimos 20 anos. Voltaremos a este assunto mais adiante.

³ Para uma discussão mais aprofundada da crise interna da Frelimo nos finais dos anos 1960, ver Brito (1991); Hall & Young (1997); Bowen (2000).

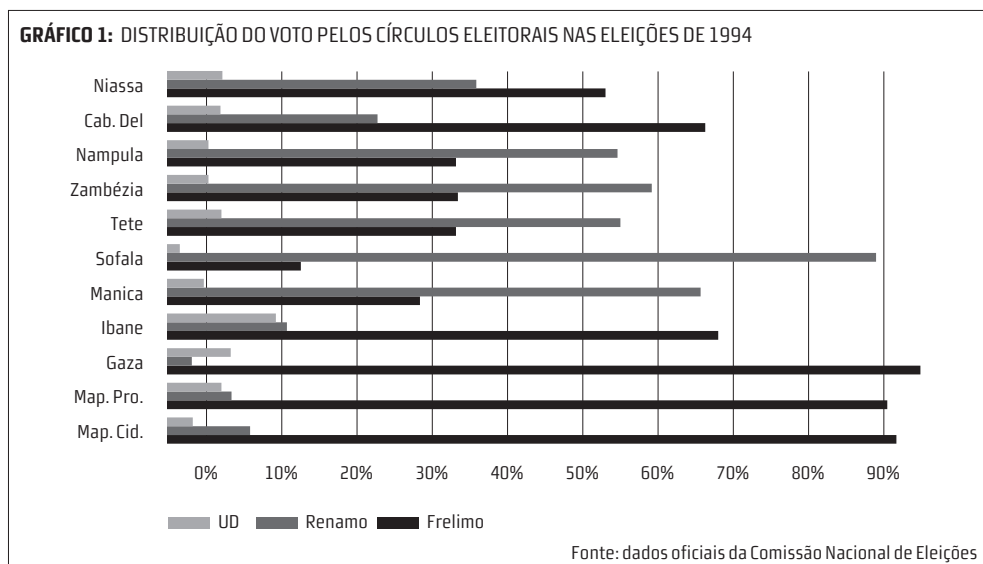
DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O fim da guerra anticolonial em 1974 não significou necessariamente o fim da violência política. Com efeito, tendo-se tornado independente num contexto regional extremamente conturbado, marcado pela presença de regimes minoritários brancos na antiga Rodésia e na África do Sul, hostis ao Governo da Frelimo, Moçambique começou a enfrentar agressão militar movida pela Rodésia (Cabrita, 2000; Hall & Young, 1997). Nessa altura, havia muitos moçambicanos na Rodésia, ligados particularmente ao antigo regime colonial português, que tinham fugido de Moçambique, na sequência da independência do País. Alguns desses moçambicanos foram recrutados e treinados em 1977 pelos serviços secretos rodesianos (CIO), visando desestabilizar Moçambique, dando origem ao estabelecimento do MNR (Resistência Nacional Moçambicana). Com efeito, dois anos mais tarde, em 1979, elementos do MNR levavam a cabo acções militares a partir da região centro de Moçambique, nomeadamente nas províncias de Manica e Sofala. Quando o Zimbabwe se tornou independente em 1980, o regime de *apartheid* da África do Sul substituiu a Rodésia no apoio ao MNR (Cabrita, 2000; Hall & Young, 1997). Todavia, a guerra, que começou por ser uma simples agressão nos finais dos anos 1970, transformou-se numa guerra civil a partir do início dos anos 1980, na medida em que o conflito ganhou uma forte dimensão interna ao exprimir importantes clivagens sociais e políticas da sociedade moçambicana.

Foi neste contexto que a Renamo começou a mobilizar, recrutar e treinar jovens moçambicanos, particularmente das zonas rurais, para lutar contra as políticas do Governo da Frelimo. Como Legrand (1995) sublinha, nos anos 1980, a Renamo conseguiu ter um forte apoio das populações rurais em algumas regiões do País. Este apoio foi impulsionado sobretudo pelas políticas rurais do Governo da Frelimo (Geffray, 1990; Cahen, 2002). Essas políticas, num certo sentido, não trouxeram mudanças significativas para as zonas rurais, alimentando o sentimento de exclusão por parte dos camponeses relativamente aos benefícios vindos do Estado (Legrand, 1995: 138-139). É importante referir que as políticas da Frelimo eram uma consequência da sua visão sobre o que Moçambique independente deveria ser: um Estado-nação moderno assente no pilar da unidade nacional. Muito influenciada pela sua trajectória de «Frente» libertadora e, mais tarde, de partido de vanguarda, a visão de um Moçambique moderno e unido vai moldar significativamente a maneira como a Frelimo vai lidar, por um lado, com a questão da diversidade política, social e cultural do País e, por outro, com a descentralização no contexto da democracia multipartidária. Mas qual era a natureza da guerra? Até aos anos 1990, havia uma forte controvérsia entre os estudiosos sobre a natureza da violência política em Moçambique. Com efeito, a literatura sobre a rebelião armada levada a cabo pela Renamo em Moçambique podia ser classificada, *grasso modo*, em duas categorias: por um lado estavam os trabalhos de autores tais como Gersony (1988), Minter (1994), Nilsson

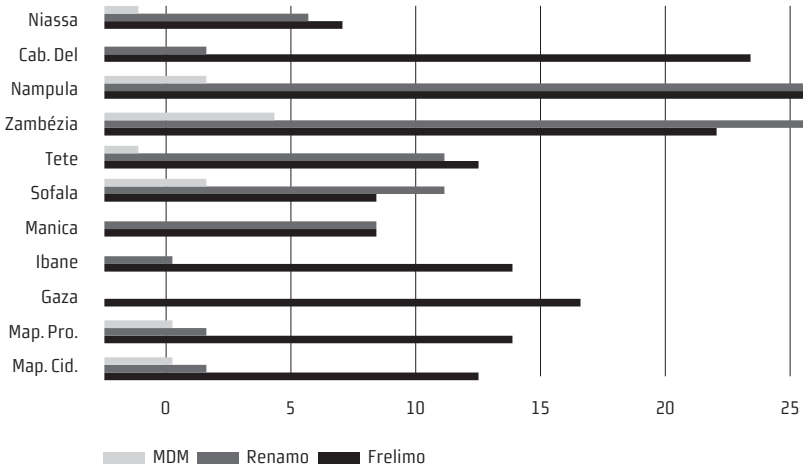
(1990), entre outros, que, insistindo sobre a natureza das origens e apoios externos da Renamo (Rodésia e África do Sul) e das atrocidades cometidas pela guerrilha contra as populações civis e infra-estruturas económicas, reduziam a Renamo a um movimento ao serviço de regimes brancos da região para desestabilizar o Estado moçambicano. Fazendo eco do discurso do Governo da Frelimo, estes autores sublinhavam, assim, que a Renamo era apenas um grupo de bandidos armados, desprovido de qualquer tipo de projecto e discurso políticos e o conflito não era mais do que uma guerra de desestabilização; por outro lado, havia trabalhos de autores tais como Geffray (1990), Geffray & Pedersen (1988), Legrand (1995), Cahen (2002), entre outros, que, apesar de admitirem as origens externas da Renamo, levaram as suas análises mais longe identificando uma série de elementos explicativos da dinâmica interna, que estiveram na origem da constituição da base social da guerrilha e, por conseguinte, considerando o conflito como uma guerra civil. Trata-se de uma dinâmica interna que vai marcar profundamente a estruturação do campo político a partir dos anos 1990.

Com o fim da guerra civil em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, as clivagens étnico-regionais acima mencionadas ganharam uma expressão política importante, tal como a geografia do voto tem vindo a mostrar. Com efeito, embora não se possa falar de um voto étnico (Brito, 1995), os resultados eleitorais, desde 1994, têm estado a revelar um claro apoio étnico-regional, particularmente para os dois principais partidos políticos, nomeadamente a Frelimo e a Renamo – os dois ex-beligerantes da guerra civil. Assim, enquanto a Frelimo goza de um apoio considerável na região sul e no extremo norte do País, a Renamo tem conseguido o seu principal apoio eleitoral na região centro e em algumas partes da região norte do País, tal como se pode constatar a partir dos Gráficos 1 e 2.



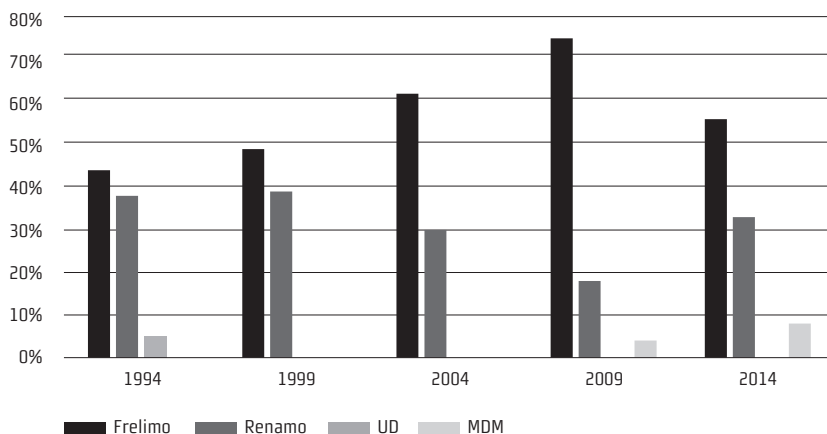
Nas primeiras eleições multipartidárias, em 1994, a diferença percentual entre os dois ex-beligerantes foi de aproximadamente 7%, tendo a Frelimo conseguido 44,3% e a Renamo 37,8%. Estes resultados, em grande medida, foram surpreendentes para a maioria dos observadores, devido, sobretudo, à imagem da Renamo veiculada, durante vários anos, não só a nível nacional como também internacional – um movimento de bandidos e terroristas (Vines, 1991). Como explicar um tal apoio eleitoral à Renamo de uma percentagem significativa do eleitorado moçambicano? Este apoio pode ser visto como expressão de clivagens sociopolíticas internas, que estão na origem do padrão do voto ao longo dos anos da democracia multipartidária em Moçambique. Com efeito, desde 1994, com a excepção de 2009, a Renamo tem conseguido cerca de 30%-35% dos votos do eleitorado, tal como mostra o Gráfico 3. Todavia, o modelo maioritário da democracia vigente em Moçambique, baseado no princípio de «o vencedor leva tudo», acaba marginalizando os partidos políticos da oposição nos processos decisórios e de construção das instituições (Cahen, 2016), na medida em que o modelo não incentiva o reforço de mecanismos de diálogo entre as maiorias (os que ganham as eleições) e as «grandes minorias» (os que perdem as eleições) (Lijphart, 2012).

GRÁFICO 2: . DISTRIBUIÇÃO DOS MANDATOS PELOS CÍRCULOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES DE 2014



Fonte: dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições

GRÁFICO 3: RESULTADOS ELEITORAIS DE 1994-2014



Fonte: dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições

Numa sociedade tão dividida⁴ e heterogênea como Moçambique, tal como fizemos referência acima, o modelo de democracia baseado no princípio «o vencedor leva tudo» propicia a partidarização do Estado e a consequente exclusão política, fenómenos que, em Moçambique, atingiram níveis importantes. Isso, de alguma forma, tem estado a exacerbar as clivagens sociopolíticas, particularmente nos últimos anos, propiciando a contestação violenta ao Estado. Aliás, o relatório do Mecanismo Africano e Revisão de Pares (MARF), em 2009, chamava a atenção para o perigo da partidarização do Estado e para a exclusão política nos seguintes termos:

Em todas as interações com os intervenientes, à excepção da Província de Gaza, a Missão de Revisão foi inundada por relatos da existência de células ou unidades da Frelimo em todas as instituições públicas, onde actuam com o sancionamento oficial. Com efeito, os membros são autorizados a suspender o trabalho para participarem em reuniões do partido quando estas estão agendadas dentro do horário de expediente. Estão autorizados a usar camisetes e outra parafernália do partido nos seus locais de trabalho. São efectuadas deduções obrigatórias dos salários dos trabalhadores em benefício da Frelimo quando autorizado pelos órgãos do partido relevantes. Os outros partidos políticos não usufruem destes privilégios (...). A discriminação e a exclusão económica e social criam uma população ressentida entre os que não são membros da Frelimo. Isto desafia a letra e o espírito do acordo de paz. A realidade da exclusão dos que não são membros da Frelimo é que eles são marginalizados e não podem participar nem tirar proveito das oportunidades económicas e de outras normalmente ao dispor dos cidadãos. A afiliação ao partido Frelimo parece ser a única

⁴ Para uma discussão aprofundada do conceito de sociedade dividida, ver Lijphart (2008).

solução efectiva para beneficiar do acesso às oportunidades criadas pelas políticas do Governo e aos direitos garantidos pela Constituição. Além disso, os elementos que não são membros da Frelimo estão a ser sujeitos a uma pressão indevida e injusta, afastando-os do Estado e minando o compromisso em relação à paz. As reacções verificadas durante os workshops de validação revelam um ressentimento profundo contra esta discriminação (MARF, 2009: 114).

Neste contexto, compreender as dinâmicas do processo da construção do Estado pós-colonial e a estruturação do campo político é crucial para entender o sentido e o papel da descentralização na gestão do conflito e da manutenção da estabilidade política. Nas linhas a seguir, olharemos para as reformas de descentralização que Moçambique tem vindo a implementar nos últimos 20 anos e interrogar-nos-emos sobre como a descentralização pode desempenhar um papel fundamental na estabilidade política, numa sociedade dividida e heterogénea como Moçambique.

REFORMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO, DIVERSIDADE E GESTÃO DE CONFLITO

A descentralização é uma das reformas políticas mais importantes que Moçambique tem vindo a implementar nos últimos 20 anos. Adoptadas pouco depois da aprovação da nova Constituição da República, em 1990, as reformas de descentralização em Moçambique foram desenhadas e implementadas visando responder essencialmente a duas questões importantes: a) melhoramento da provisão de serviços públicos e b) aprofundamento da democracia e práticas participativas. Aliás, quando se olha não só para as experiências do País como também para o próprio documento da política e estratégia de descentralização (PED) (Resolução 40/2012), aprovado muito tempo depois do início das reformas, constata-se que a descentralização está mais ligada às duas questões acima mencionadas do que à «manutenção da estabilidade política face a pressões de reivindicação de localização» (Banco Mundial, 1999: 107). Na realidade, a questão da manutenção da estabilidade política constitui o assunto-chave da discussão desenvolvida neste artigo. Ligar a descentralização à estabilidade política remete-nos à questão do papel da descentralização na gestão do conflito e, portanto, na manutenção da paz. No *World Development Report* de 1999/2000, no capítulo sobre a descentralização, o Banco Mundial sublinha que «a descentralização em si não é nem boa nem má. É um meio para se conseguir um fim, muitas vezes imposto pela realidade política» (Banco Mundial, 1999: 107). Mas o sucesso da descentralização, tal como mostram as diversas experiências de vários países, não é linear (Litvack, Ahmad & Bird, 1998). Aliás, a vasta literatura em ciência política referente a reformas do Estado, particularmente aquelas que dizem respeito à descentralização, enfatiza que os resultados das reformas políticas, em grande medida, dependem do contexto em que são implementadas (Boone, 2003; Manor, 1999, 2011; Crook & Manor, 2000; Crawford & Hartman, 2008; Olowu & Wunsch, 2004). No caso de Moçambique, esse contexto é pro-

fundamente marcado por um sistema político moldado, por um lado, pela epopeia libertadora levada a cabo pela Frelimo e, por outro lado, pela forte tradição de centralização e marginalização política. Este contexto, em grande medida, dificulta o sucesso das reformas de descentralização, na medida em que não só torna extremamente difícil o processo de transferência de funções e competências como também contradiz toda a filosofia de descentralização⁵. Portanto, o contexto, entendido aqui como englobando as instituições, a sua natureza, o modo do seu funcionamento e a trajetória histórica, surge assim como um factor crucial para a análise e compreensão dos resultados das reformas.

Não obstante o facto de os primeiros passos de reformas rumo a uma administração pública menos centralizada em Moçambique terem sido dados no contexto da introdução das reformas de ajustamento estrutural, foi sobretudo com a aprovação da nova Constituição da República, em 1990, que foram lançadas as bases para as reformas de descentralização. Com efeito, dois anos depois da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) e antes da realização das primeiras eleições gerais multipartidárias, o Parlamento monopartidário aprovou, em 1994, a lei referente aos distritos municipais com vista ao aprofundamento da democracia (Lei 3/94). No seu preâmbulo, a lei estabelecia o seguinte:

No contexto geral das transformações políticas, económicas e sociais e da descentralização de poderes do Estado como forma de aprofundamento da democratização da sociedade moçambicana, observando os princípios fundamentais consagrados na Constituição da República, torna-se necessário criar uma base jurídico-legal para a implantação do programa de reforma dos órgãos locais do Estado através da aprovação do quadro institucional dos distritos municipais (Lei 3/94).

Preconizando uma devolução do poder, recursos, funções e competências para a totalidade do território nacional, a Lei 3/94 previa a realização de eleições locais em todos os chamados «distritos municipais». Mas, curiosamente, num primeiro momento, a lei só era aplicável imediatamente nos principais centros urbanos, nomeadamente na capital do País e nas capitais provinciais. Relativamente às zonas rurais, a implementação da lei estava dependente da fixação de uma data pelo Conselho de Ministros. A este propósito, o Artigo 69.^o estabelecia o seguinte:

1. A presente lei entra em vigor em 1 de Outubro de 1994 na capital do país e em todas as capitais provinciais. 2. Nos restantes distritos a lei começará a ser aplicada na data que vier a ser definida pelo Conselho de Ministros (Lei 3/94).

⁵ A este propósito é importante referir, por exemplo, a difícil implementação do Decreto 33/2006 sobre a transferência de funções e competências para as autarquias locais; e a criação de novos distritos nos espaços municipalizados, nomeadamente nas capitais provinciais.

Ora, é importante referir que a Lei 3/94 tinha sido promulgada a 13 de Setembro de 1994 e entrara em vigor duas semanas depois, ou seja, antes das primeiras eleições multipartidárias, que tiveram lugar entre 27 e 29 de Outubro de 1994. Os resultados eleitorais destas eleições, tal como mencionámos, tinham dado uma indicação de apoio eleitoral relativamente importante para a Renamo nas zonas rurais. Neste sentido, a continuação das reformas de descentralização no âmbito da Lei 3/94, teoricamente, dava aos partidos da oposição, particularmente à Renamo, possibilidades de ganhar as eleições locais em alguns distritos municipais. Na realidade, a Lei 3/94 trazia possibilidades importantes do ponto de vista da partilha do poder, com destaque para o nível local. Contudo, antes mesmo da sua implementação completa, a Lei 3/94 foi revogada pelo Parlamento sob o argumento da inconstitucionalidade. Neste contexto, uma nova lei referente a reformas de descentralização, concretamente sobre autarquias locais (Lei 2/97), foi aprovada unilateralmente pela bancada parlamentar da Frelimo, que tinha a maioria na Assembleia da República.

Foi esta nova lei que estabeleceu o quadro jurídico-legal para a realização das primeiras eleições autárquicas em 1998. Em grande medida, a Lei 2/97 cristalizava a persistência da tradição centralizadora do Estado pós-colonial em Moçambique, essencialmente ao consagrar o gradualismo como um dos princípios fundamentais do processo da autarcização do País. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Porque é que a Lei 3/94 foi revogada? Apesar de eventuais aspectos constitucionais oficialmente evocados para a sua revogação, há dois factores importantes, ligados a dinâmicas políticas internas, a tomar em consideração na análise. O primeiro é a cultura política cristalizada na ideologia da unidade nacional, que olha para a descentralização como uma ameaça, em vez de uma oportunidade; o segundo factor, tal como mencionámos, diz respeito aos resultados das primeiras eleições multipartidárias de 1994, que tinham mostrado um cenário, em grande medida, favorável à Renamo, caso houvesse eleições locais em todo o território nacional, no âmbito da Lei 3/94 (Brito, 2010; Forquilha, 2010).

Neste contexto, as reformas de descentralização foram sendo implementadas numa lógica contraditória. Com efeito, a revogação da Lei 3/94 e a aprovação, no seu lugar, da Lei 2/97 significaram o abandono da descentralização completa, em favor de uma descentralização gradual. Assim, a devolução seria levada a cabo em todo o País gradualmente em termos não só territoriais como também de funções e competências, no âmbito da provisão de serviços em diferentes sectores. Além disso, a aprovação da lei dos órgãos locais do Estado em 2003 (Lei 8/2003), com uma forte dimensão de desconcentração, veio, em alguns casos, reforçar o conflito a nível local, particularmente nos casos em que existe uma sobreposição territorial entre uma autarquia local e um distrito. Mas em que medida é que as reformas de descentralização em curso respondem aos desafios do País em termos de integração das diferenças sociais, económicas e políticas no processo da construção do Estado?

Para responder a esta pergunta, analisaremos, ainda que resumidamente, dois aspectos importantes das reformas de descentralização em curso: o gradualismo e a institucionalização de conselhos locais, no âmbito da lei dos órgãos locais do Estado.

AS CONSEQUÊNCIAS DO GRADUALISMO

Como já mencionado, o processo da autorização do País tem vindo a ser implementado sob o princípio do gradualismo. A ideia é que sejam criadas autarquias locais e as respectivas funções e competências transferidas do Estado central gradualmente. Neste contexto, depois de longas discussões no Parlamento, as primeiras 33 autarquias locais foram criadas em 1997 (Lei 2/97), um ano antes da realização das primeiras eleições autárquicas no País. Desde então, foram criadas mais 20 autarquias locais (dez em 2008 e dez em 2013).

Uma das consequências da devolução gradual dos poderes, funções e competências para o nível local é, na realidade, a marginalização política de uma vasta maioria de moçambicanos que vivem fora dos espaços municipalizados, na medida em que o gradualismo acaba categorizando os moçambicanos em dois grupos: os que têm o direito de ser governados localmente por autoridades eleitas a cada cinco anos (uma minoria – os moçambicanos que vivem nas 53 cidades e vilas autarcizadas); e os que não têm esse direito (uma maioria – os moçambicanos que vivem no resto dos distritos do País) e, por isso mesmo, são governados localmente por autoridades indicadas pelo Estado central.

Além disso, a experiência do processo da transferência gradual de funções e competências para os municípios mostra a dificuldade do Governo central em lidar com a questão da devolução, na medida em que não só o processo é extremamente lento como também polémico. O Governo central tem sublinhado o argumento da falta de capacidades a nível local para que se efective a transferência. O gradualismo propicia, assim, o conflito político, na medida em que não favorece a partilha de poder entre os principais actores políticos, particularmente os ex-beligerantes da guerra civil – Frelimo e Renamo. Por conseguinte, o gradualismo, de alguma forma, reduziu as possibilidades dos partidos políticos da oposição de participarem nos processos de tomada de decisões e de construção das instituições, através das autarquias locais, uma vez que as eleições locais não são realizadas em todo o território nacional. Consequentemente, ao longo do tempo, o gradualismo contribuiu para a marginalização da oposição política. Essa marginalização foi agravada pelo modelo de democracia em vigor, baseado no princípio de «o vencedor leva tudo», tal como mencionado acima, criando assim condições para o retorno da violência política.

De facto, a violência política retornou em 2015 na sequência da recusa da Renamo em aceitar os resultados eleitorais, sob alegação de fraude eleitoral. Reclamando vitória eleitoral em seis províncias, nomeadamente Nampula, Zambézia, Niassa, Tete, Manica e Sofala, a Renamo começou a insistir na ideia de governar essas províncias, dentro de um arranjo institucional de

eventuais autarquias provinciais. Neste contexto, a descentralização passou a ser um dos pontos mais importantes da agenda de negociações entre o Governo de Moçambique e a Renamo, com vista a solucionar o conflito político. A descentralização surge, assim, como um meio fundamental para lidar com as clivagens sociopolíticas, na medida em que pode trazer maior autonomia às províncias e, por via disso, impulsionar a partilha de poder a nível local entre os diferentes actores políticos e reduzir o potencial de conflito violento. E que consequências trouxe a descentralização administrativa relativamente à participação local e à inclusão? É o que veremos, ainda que resumidamente, nas linhas a seguir.

TERÁ A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ALARGADO A PARTICIPAÇÃO LOCAL?

Um dos aspectos mais importantes das reformas de descentralização administrativa em Moçambique é o estabelecimento de instituições locais, conhecidas como «conselhos locais». Estes foram criados em todos os distritos, postos administrativos e localidades do País com o objectivo de aprofundar a participação no processo de planificação distrital.

O papel e o âmbito dos conselhos locais em todo o processo de planificação local estão previstos na lei dos órgãos locais do Estado (Lei 8/2003). Todavia, algumas pesquisas sobre o funcionamento dos conselhos locais mostram desafios importantes relativamente ao seu papel no alargamento e aprofundamento da participação local (Forquilha & Orre, 2011; Sal CDS & Massala Consult Lda, 2009). Concretamente, essas pesquisas mostram que, em muitos distritos, os conselhos locais ainda são pouco conhecidos pelo cidadão comum, e as populações locais que, eventualmente, já tenham ouvido falar deles conhecem muito pouco o papel e o âmbito destas instituições no processo da governação local, particularmente no que se refere à planificação distrital. Além disso, em alguns casos, funcionários locais do Governo têm um conhecimento fraco sobre aspectos-chave do processo de descentralização e a maneira como os conselhos locais devem ser integrados no processo de planificação local. A este respeito, um dos relatórios de pesquisa menciona o seguinte:

Os membros do Governo distrital e administração local muitas vezes tomam conhecimento tardiamente sobre nova legislação, orientações, decretos e outra informação relacionada com a lei dos órgãos locais do Estado (...). Funcionários-chave, incluindo administradores e secretários permanentes, deviam ser abrangidos pelo exercício da criação de capacidades em matéria-chave sobre descentralização (Sal CDS & Massala Consult Lda, 2009: 9).

Um outro desafio referente ao funcionamento dos conselhos locais diz respeito ao processo de selecção dos seus membros. Muito influenciado pela dinâmica da partidização do Estado, o processo de selecção dos membros que constituem os conselhos locais acaba por transformar

estas instituições em mera extensão do partido no poder (Frelimo) a nível local, criando condições para conflito e exclusão política, facto que enfraquece o exercício da participação local (Forquilha & Orre, 2011). Este é um dos maiores desafios do processo da descentralização administrativa, particularmente a nível local, na medida em que, ao sofrer a influência das dinâmicas da partidarização do Estado, a constituição dos conselhos locais acaba contribuindo para o atrofamento do espaço de participação local, reforçando, por via disso, a exclusão social, económica e política a nível local.

Assim, embora as reformas de descentralização em curso no País tenham sido desenhadas com vista ao aprofundamento da democracia e ao melhoramento da provisão de serviços públicos, dificilmente permitem lidar com as clivagens étnico-regionais e a integração das diferenças no processo da construção do Estado, na medida em que não só reforçam a exclusão social, económica e política, através do princípio do gradualismo, como também, em alguns casos, contradizem o próprio sentido da descentralização, entendida como devolução (Rondinelli, Nellis & Cheema, 1983), ao criarem uma sobreposição territorial entre autarquias locais e distritos, facto que alimenta conflitos políticos a nível local. Neste sentido, o modelo de descentralização em curso, que combina, ao mesmo tempo, uma desconcentração para as províncias e para os distritos e uma devolução para as 53 autarquias locais, num contexto marcado por uma forte tradição centralizadora e por uma ideologia de unidade nacional, que olha para a descentralização como uma ameaça ao Estado unitário, dificilmente pode jogar um papel relevante na gestão do conflito e trazer estabilidade política ao País.

Por conseguinte, numa sociedade dividida, marcada por clivagens, associar a descentralização à gestão de conflito e à estabilidade política implica repensar a própria descentralização como um mecanismo institucional capaz de trazer diferentes grupos políticos para o processo da construção do Estado, com vista a permitir que diferentes grupos e actores possam rever-se nas instituições.

Neste contexto, Moçambique precisa não só de um outro modelo de descentralização, diferente do que está em curso, como também de reformas profundas do próprio sistema político, visando uma maior partilha do poder a diferentes níveis da organização político-administrativa do Estado, ou seja, um modelo de descentralização que permita que a diversidade e a heterogeneidade social, económica e política do País se reflectam nos processos de tomada de decisões e de construção das instituições. Isso seria possível através de um modelo de descentralização com um elevado grau de devolução para as províncias e para os governos locais (urbanos e rurais).

CONCLUSÃO

À semelhança do que aconteceu noutros países pós-conflito, nomeadamente Ruanda, Mali, Sudão, África do Sul, entre outros (Crawford & Hartman, 2008), a descentralização surge em Moçambique também como um meio extremamente importante para a gestão do conflito e da estabilidade política. Todavia, isso requer, em primeiro lugar, uma análise profunda das dinâmicas marcantes do processo da construção do Estado no período pós-colonial, com vista a compreender as clivagens estruturantes do conflito político recorrente no País. Em segundo lugar, associar a descentralização à gestão do conflito e à estabilidade política requer, igualmente, o abandono do actual modelo de descentralização, que é incoerente, produtor de marginalização e de conflito políticos (Weimer & Carrilho, 2016).

A trajetória da construção do Estado no período pós-colonial, analisada ao longo deste artigo, mostra, por um lado, a necessidade da introdução de reformas políticas profundas, que requerem mexidas constitucionais, e, por outro lado, sugere a adopção de um modelo de descentralização que propicie a partilha do poder a diferentes níveis e que promova a diversidade e heterogeneidade nas instituições políticas, de modo a lidar com as clivagens sociais, políticas e étnico-regionais. Finalmente, associar reformas de descentralização à gestão de conflito e à estabilidade política requer a desconstrução e reinterpretação da ideologia da unidade nacional, que olha para a descentralização, particularmente a devolução, como uma ameaça ao Estado unitário. Aqui, certamente, reside um dos maiores desafios da construção do Estado em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Antigos Combatentes (1986). *Carta dos Antigos Combatentes*. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/politics/veterans/19861025_carta_dos_antigos_combatentes_large.pdf (consultado a 7 de Maio de 2017).
- Banco Mundial (1999). *Entering the 21st century. World Development Report 1999/2000*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Bayart, J.-F. (1989). *La politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Boone, C. (2003). *Political Topographies of the African State. Theritorial Authority and institutional Choice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bowen, M. L. (2000). *The State Against the Peasantry. Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville & Londres: University Press of Virginia.
- Bratton, M. & Van de Walle, N. (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transition in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brito, L. (1988). Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État Frelimo. *Politique Africaine*, 29, 15-27.
- Brito, L. (1991). *Le Frelimo et la construction de l'État national au Mozambique. Le sens de la référence au marxisme (1962-1983). Thèse de Doctorat*. Paris: Université Paris VIII – Vincennes.
- Brito, L. (1995). O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Mocambique. In *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group.
- Brito, L. (2010). Le difficile chemin de la démocratisation. *Politique Africaine*, 117, 5-22.
- Brito, L. (2016). Instituições políticas e unidade nacional. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*, 25-31. Maputo: IESE.
- Cabrita, J. (2000). *Mozambique: The Toruous Road to Democracy*. Basingstoke: Palgrave.
- Cahen, M. (1987). *Mozambique. La révolution implosée. Études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*. Paris: L'Harmattan.
- Cahen, M. (1999). The Mueda case and Maconde political ethnicity. Some notes in a work a work in progress. *Africana Studia*, 2, 29-46.
- Cahen, M. (2002). *Les bandits. Un historien au Mozambique, 1994*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

- Cahen, M. (2016). *Mozambique is Suffering a Military Expression of a Political Problem. An Interview with Historian Michel Cahen for the Rosa Luxemburg Foundation in Southern Africa*. Disponível em:
http://www.pambazuka.org/democracy-governance/mozambique-suffering-military-expression-political-problem?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook&utm_source=socialnetwork (consultado a 8 de Junho de 2016).
- Chabal, P. & Daloz, J.-P. (1999). *L'Afrique est partie. Du désordre comme instrument politique*. Paris: Economica.
- Chingono, M. (1996). *The State, violence and development*. Aldershot: Avebury.
- Crawford, G. & Hartman, C. (2008). Introduction: decentralisation as a pathway out of poverty and conflict? In *Decentralisation in Africa: a Pathway out of Poverty and Conflict?*, 7-32. Amesterdão: Amsterdam University Press.
- Crook, R. & Manor, J. (2000). *Democratic Decentralization*.
- Daloz, J.-P. & Quantin, P. (1997). *Transitions démocratiques africaines: Dynamiques et contraintes (1990-1994)*. Paris: Karthala.
- Forquilha, S. (2006). *Des «autoridades gentílicas» aux «autoridades comunitárias». Le processus de mobilisation de la chefferie comme ressource politique. État, chefferie et démocratisation au Mozambique. Le cas du district de Cheringoma. Thèse de Doctorat*. Bordeaux, France: Université de Bordeaux.
- Forquilha, S. (2010). Governação distrital no contexto da reforma de descentralização administrativa em Moçambique. Lógicas, dinâmicas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2010*, 21-49. Maputo: IESE.
- Forquilha, S. (2014). Do discurso da «história de sucesso» às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2014*, 61-82. Maputo: IESE.
- Forquilha, S. & Orre, A. (2011). «Transformações sem mudanças?» Os conselhos locais e o desafio de institucionalização democrática em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*, 35-53. Maputo: IESE.
- Frelimo (1977). *Programa e Estatutos*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo.
- Geffray (1990). *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'Une Guerre Civile*. Paris: Karthala.

- Geffray, C. & Pedersen, M. (1988). Nampula en guerre. *Politique Africaine*, 29.
- Gersony, R. (1988). *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique*.
- Hall, M. & Young, T. (1997). *Confronting Leviathan. Mozambique Since Independence*. Londres: Hurst & Company.
- Igreja, V. (2015). Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*, 31-52. Maputo: IESE.
- Legrand, J.-C. (1995). Passé et présent dans la guerre du Mozambique. Les enlèvements de la Renamo. *Lusotopie*, 135-150.
- Lei 2/97, *Boletim da República*.
- Lei 3/94, *Boletim da República*.
- Lei 8/2003, *Boletim da República*.
- Lijphart, A. (2008). *Thinking about Democracy. Power Sharing and Majority in Theory and Practice*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Lijphart, A. (2012). *Patterns of Democracy. Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. II. New Haven & Londres: Yale University Press.
- Litvack, J., Ahmad, J. & Bird, R. (1998). *Rethinking Decentralization in Developing Countries*. Sector Studies Series. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Machel, S. (1974). *A Luta Continua*. Porto: Edições Afrontamento.
- Manor, J. (1999). *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington, D.C., Banco Mundial.
- Manor, J. (2011). *Perspectives on Decentralization*.
- MARP (2009). *Relatório de Revisão do País*. Maputo: República de Moçambique.
- Mattes, R. & Bratton, M. (2016). Do African still want democracy? *Afrobarometer Policy Paper*, 36, 1-25.
- Médard, J.-F. (1991). L'État néo-patrimonial en Afrique noire. In *États d'Afrique noire. Formation, mécanismes et crises*, 323-353. Paris: Karthala
- Meneses, M. P. (2015). Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 9-52.
- Minter, W. (1994). *Apartheid's Contras. An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Joanesburgo: Witswatersrand University Press.
- Mkandawire, T. (2001). Thinking about developmental states in Africa. *Cambridge Journal of Economics*, 25, 289-313.
- Mo Ibrahim Foundation (2016). *2016 Ibrahim Index of African Governance. Mozambique insights*. Londres: Mo Ibrahim Foundation.

- Nilsson, A. (1990). *Unmasking the Bandits. The True Face of the M.N.R: European involvement with Apartheid's Tool of Terror*. Londres: ECASAAMA.
- Olowu, D. & Wunsch, J. (2004). *Local Governance in Africa. The Challenges of Democratic Decentralization*. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Resolução 40/2012, de 20 de Dezembro (n.d.). *Boletim da República*.
- Rondinelli, D., Nellis, J. & Cheema, G.S. (1983). *Decentralization in Developing Countries. A Review of Recent Experience*.
- Rothchild, D. & Chazan, N. (1988). *The Precarious Balance: State and Society in Africa*. Boulder: Westview Press.
- Sal CDS & Massala Consult Lda (2009). *Analysis of Experiences Relating to Community Participation and Consultation in District Planning in Mozambique*. Maputo: Sal CDS & Massala Consult Lda.
- Schelnberger, A. K. (2008). Decentralisation and conflict in Kibaale, Uganda. In *Decentralisation in Africa: a Pathway out of Poverty and Conflict?*, 191-212. Amesterdão: Amsterdam University Press.
- Shandana, K. M. & Loureiro, M. (2017). Introduction: interrogating decentralisation in Africa. *IDS Bulletin*, 48 (2).
- Simango, U. T. (1969). *Situação Sombria na Frelimo*. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/02/situa%C3%A7%C3%A3o-sombria-na-frelimo-por-uria-t-simango.html (consultado a 7 de Maio de 2017).
- Tilburg, P. V. (2008). Decentralisation as a stabilising factor in Rwanda. In *Decentralisation in Africa: a Pathway out of Poverty and Conflict*, 213-231. Amesterdão: Amsterdam University Press.
- Vines, A. (1991). *Renamo. Terrorism in Mozambique*. Bloomington, Indianapolis, Londres: University of York/Indiana University Press/James Curry.
- Weimer, B. (2012). *Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados*. Maputo: IESE.
- Weimer, B. & Carrilho, J. (2016). *Political Economy of Decentralization in Mozambique*. Maputo: MAP Consult.

PARTIDOS LIBERTADORES NA ÁFRICA AUSTRAL

REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Zefanias Matsimbe

INTRODUÇÃO

Moçambique é um dos países da África Austral que conquistaram a independência pela força das armas, à semelhança de Angola, Zimbabwe e Namíbia. A luta armada de libertação nacional nestes países foi liderada por movimentos internos de libertação, que a seguir à independência se transformaram em partidos políticos. São conhecidos como «partidos libertadores». A literatura sugere que, no que diz respeito ao controlo e exercício do poder e condução dos destinos dos novos Estados, os partidos libertadores exibiram, ou ainda exibem, atitudes e comportamentos pouco diferentes dos dos países que alcançaram a independência através de negociações pacíficas com os seus colonizadores.

Entretanto, existem algumas características comuns que definem todos os partidos libertadores dos países na região, senão mesmo de grande parte dos Estados do continente. A primeira é que todos os Estados independentes apresentam uma forte herança institucional colonial, incluindo a sua estrutura governamental. Praticamente, a nova liderança dos Estados independentes reproduziu as instituições, políticas e *modus operandi* coloniais, o que levou a que muito rapidamente os novos Estados se assemelhassem ao antigo regime colonial contra o qual os libertadores lutaram.

A segunda característica comum é que, com a exceção de Botswana, Namíbia e África do Sul, os partidos libertadores da região optaram pela eliminação de todas as formas de pluralismo político e pela adopção de regimes de partido único. A Namíbia e a África do Sul ganharam a sua independência num momento histórico em que os partidos únicos caíam em descrédito em África e no resto do mundo, daí que as suas independências tenham sido seguidas de uma abertura ao multipartidarismo.

A terceira característica tem que ver com a longevidade dos libertadores no poder. Com pequenas excepções, os partidos libertadores mantiveram-se, ou ainda se mantêm, no poder por décadas a seguir à independência. A introdução da democracia e das eleições multipartidárias na década de 1990 não foi ainda suficiente para produzir alternâncias significativas, principalmente

no controlo do poder central do Estado. Mesmo no Botswana, considerada uma das democracias mais antigas e estáveis do continente, o BDP (Partido Democrático do Botswana), o partido libertador, continua no poder desde a sua independência em 1966. Contudo, há que reconhecer que, a nível do poder subnacional, a última década tem sido caracterizada por alguma alternância política, com os partidos da oposição a ganhar algum espaço, o que representa uma certa erosão da hegemonia dos partidos libertadores. Em Moçambique, a passagem de três importantes municípios (Beira, Nampula e Quelimane) para o controlo da oposição é um claro sinal de erosão da hegemonia do partido libertador, tal como aconteceu com o ANC (Congresso Nacional Africano) nas eleições locais de 2016 na África do Sul. De referir também que, embora mantenha ainda a maioria absoluta na Assembleia da República, a Frelimo sofreu uma queda de votação de 75% nas eleições gerais de 2009 para 57% nas eleições gerais de 2014.

A quarta característica comum é que, mesmo com a abertura ao multipartidarismo, os partidos libertadores se tornaram partidos dominantes. O fácil acesso à administração e aos recursos do Estado, o controlo das forças de segurança do Estado, o monopólio dos *media* públicos associados ao neopatrimonialismo permitiram-lhes maior controlo social e o seu fortalecimento, e o «afogamento» dos restantes actores políticos e agentes da sociedade civil.

A quinta e última característica é que, influenciados pelo idealismo ancorado na doutrina socialista de alta modernização e desenvolvimento, os «líderes visionários» dos partidos libertadores levantaram enormes expectativas, euforia e optimismo populares para o progresso nacional, com as suas promessas de acabar com os desafios económicos e políticos atribuídos ao imperialismo colonial. Havia enormes expectativas de melhoria das condições de vida traduzidas em melhor habitação, transporte, educação, água e saneamento, saúde, etc. Contudo, com o tempo, as expectativas goraram em desilusão das massas pelos contínuos elevados níveis de pobreza, desemprego e desigualdades, associados ao clientelismo, nepotismo e corrupção. Certamente que não se deve ignorar a influência dos factores externos resultantes da conjuntura internacional para o descalabro dos projectos desenvolvimentistas dos partidos libertadores. No caso de Moçambique, um dos factores externos para o fracasso das políticas desenvolvimentistas tem sido a agressão externa dos regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia de então.

Este artigo, numa perspectiva regional mas sem pretensão de abordagem comparativa, discute alguns dos desafios que se impõem nos países da região, mas com enfoque em Moçambique, país que ganhou a sua independência do colonialismo português em 1975, através de uma luta armada conduzida por um movimento de libertação nacional, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), depois transformado em partido político de índole marxista-leninista, em 1977, e que continua no poder até hoje.

LIBERTADORES DE «PELE NEGRA E MÁSCARA BRANCA»

Os partidos libertadores e nacionalistas tomaram o poder com ambiciosos planos desenvolvimentistas, o que significa que, para além da conquista do poder, havia também a necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes (Dorman, 2006); contudo, eles acabaram por importar, de forma intacta, importantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial (Young, 2004), aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (os anti-sociais), a continuidade da existência de um inimigo interno (o anti-revolucionário), de entre outros. Os libertadores ocuparam-se mais em reproduzir o passado colonial do que em constituir uma alternativa viável (Melber, 2002), o que Fanon descreveu no seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2001).

No âmbito dos novos Estados, o direito inquestionável de governar dos colonialistas europeus pela superioridade racial e civilizacional foi substituído pelo poder de uma nova classe nacionalista, mas guiada pelos mesmos modelos europeus de liderança, governação e ideias de desenvolvimento. Os partidos de vanguarda tinham a missão de serem os faróis do povo, que lhes devia obediência sem questionamento. No Moçambique revolucionário, no âmbito da justiça revolucionária, assistimos à aprovação da Lei 5/83 de 1 de Abril de 1983 (Lei das Chicotadas) com penas mais severas, através de tortura corporal e pena de morte para alguns crimes ou conduta que fosse contra o projecto nacional. Cidadãos condenados por roubo, furto, violação sexual, contrabando ou especulação de preços de produtos alimentares foram chicoteados ou fuzilados em público, o que Samora chamou «justiça revolucionária».

Para os partidos libertadores, os novos líderes deviam ser aqueles com a melhor compreensão da língua e modelos culturais ocidentais, com domínio da língua formal e de processos de administração pública do colonizador (Ajayi, 1982). Isto significa que as elites tradicionais deviam ser marginalizadas do processo de governação por se considerarem obstáculos à modernização (Van Wyk, 2007). Embora com algumas iniciativas de africanização e nacionalização, muitos dos novos Estados continuaram a recorrer à legislação e códigos legais do período colonial.

Uma consequência directa desta importação de modelos coloniais de governação é que os cidadãos se viram ainda sujeitos à exclusão do domínio público. A única diferença é que enquanto o colonialismo exigia obediência, os novos dirigentes exigiam afecto (Young, 2004). Portanto, a nova elite na liderança dos Estados independentes exibia pele negra, mas agia debaixo de uma máscara branca, como referia Fanon (2001).

Na visão de Young (2004), países que alcançaram a independência através de luta armada observaram um elevado nível de ruptura com o Estado colonial. Que dizer de Moçambique em relação à herança colonial? A realidade parece mostrar que, apesar de uma transição através de

uma luta armada e de mobilização das massas para o escangalhamento do aparelho colonial, a seguir à independência, para criar o poder do povo, grande parte dos elementos do *modus operandi* do Estado colonial caracterizaram o projecto nacionalista e desenvolvimentista do libertador.

O banimento das igrejas, como reflexo do secularismo maoísta, teve um impacto insignificante. A herança da língua e cultura portuguesas foi um marco extremamente importante. Nos anos que se seguiram à independência, a proibição do uso das línguas nacionais e de todas as formas de manifestação cultural significou uma continuidade da ideologia colonial. Ademais, os novos líderes escolhidos para conduzir os destinos da revolução não foram procurados entre os africanos com melhor compreensão dos hábitos culturais africanos, mas sim entre intelectuais com conhecimento europeizado, com domínio da língua portuguesa, o que pressupunha uma clara exclusão dos menos escolarizados e baseados nas tradições africanas.

O maciço êxodo de funcionários públicos coloniais não foi suficiente para impedir a herança da cultura burocrática e institucional colonial. Um aspecto crucial é a herança da legislação. Por exemplo, só em 2014 o Parlamento moçambicano mudou o código penal vigente desde o tempo colonial, mas, mesmo assim, o código processual espera aprovação, o que significa que os juristas dificilmente poderão usar o novo código penal (Hanlon, 2017).

A retórica anti-imperialista foi dominante durante a pós-independência. A Frelimo lutou contra todas as formas de discriminação, contra o divisionismo, contra a personificação de cidadãos em cidadãos da primeira e sujeitos, cidadãos de segunda ou indígenas, etc. Contudo, logo a seguir à independência, a elite da Frelimo recuperou exactamente aquilo contra o que lutou.

A política divisiva dicotómica de *Nós* e *Eles* que separava os sujeitos dos agentes no período colonial foi decalcada. Os *Outros* foram substituídos por todos os que se mostravam contra os ideais da revolução, os apelidados *xiconhocas* ou inimigos internos, reaccionários, boateiros, candongueiros, obscurantistas, preguiçosos, etc. Esta divisão foi tomando diferentes formatos ao longo do tempo, tendo os *Outros* sido representados pelos bandidos armados, lacaios, fantoches do imperialismo, inimigos do Estado e do povo. Hoje, os *Outros* incluem todos os que alegadamente não deixam a Frelimo cumprir a sua missão histórica de servir o «glorioso povo moçambicano», os que atrasam a chegada do prometido futuro melhor do povo, os que se opõem à elite predadora dos recursos do Estado e contra a nova burguesia aliada ao partido libertador.

Enquanto esta divisão dicotómica persistir, a ideia de unidade nacional que a Frelimo procura alavancar não passará de uma ideia, mais do que realidade. Unidade nacional é mais do que a unidade na diversidade de todos os grupos étnicos e regiões. A distinção continua entre os moçambicanos com direito de participação e os excluídos no gozo da liberdade conquistada. Enquanto esta realidade prevalecer, a ideia largamente veiculada pela Frelimo de um Moçambique total e completamente independente poderá ser questionada.

É neste contexto que os libertadores se comprometeram a edificar os sonhos da revolução de desenvolvimento de Moçambique, tornando-se os cidadãos necessários e importantes apenas para participar nas marchas, nas reuniões, para aplaudir ou dançar para os dignitários e participar em pleitos eleitorais.

PARTIDOS DE SONHOS TORNADOS PESADELO

A tomada triunfal do poder pelos partidos libertadores foi caracterizada por ambiciosas promessas desenvolvimentistas, com iniciativas de empreendedorismo estatal para acabar com o legado colonial de subdesenvolvimento. Nos primeiros anos de independência foi notório o esforço dos novos governos para estabelecer empreendimentos fabris ou industriais de vários tipos para uma rápida modernização da economia, o que criou expectativas de melhorias de condições de vida que serviram de força mobilizadora das massas para aderir ao projecto nacionalista e legitimar os novos governos (Ajayi, 1982; Young, 2004). Nkrumah, um dos grandes líderes visionários e nacionalistas da época, é citado a prometer tornar Gana um paraíso em dez anos a seguir à independência (Young, 2004). O sonho de melhoria de condições dos seus povos foi mais forte nos países que abraçaram a doutrina socialista, que viam na modernização das suas economias o propulsor do desenvolvimento.

Com o tempo, estas expectativas e este optimismo dos planos de desenvolvimento tornaram-se uma desilusão. Uma das razões do falhanço do projecto progressista, na perspectiva de Ajayi (1982), é que a nova liderança dos Estados independentes tinha uma ideia muito clara sobre o que queriam eliminar, nomeadamente o jugo imperialista, a discriminação e exploração do homem pelo homem, mas faltava uma ideia sobre o tipo de sociedade a criar. Tinham apenas uma ideia bastante vaga de uma sociedade baseada nos conceitos de europeização e modernização.

A década de 1980 constituiu o ponto mais alto da crise dos libertadores com o fracasso do empreendedorismo agrícola e industrial do Estado, o que levou à escassez de produtos alimentares e à fome. Certamente que factores externos contribuíram para este fracasso, como a cessação do compromisso de apoio a África pelo regime soviético (Young, 2004). Portanto, tal como no período colonial, os novos Estados continuam dependentes do Ocidente industrializado até hoje (Ajayi, 1982).

Em Moçambique, a proclamação da independência nacional levantou enormes expectativas e aspirações populares para a melhoria das condições de vida através de uma melhor redistribuição dos recursos económicos antes reservados a uma minoria colonial. Empreendimentos coloniais foram nacionalizados, e o idealismo de uma agricultura mecanizada e a industrialização estatal dominaram o espírito da modernização do novo Estado.

O optimismo revolucionário que caracterizou os primeiros anos de independência e o populismo da liderança da Frelimo guiada pelo marxismo e pela figura carismática do Presidente Samora Machel galvanizaram ainda mais a euforia e as expectativas das massas para um Moçambique melhor. Contudo, a euforia popular rapidamente se degradou e as expectativas foram substituídas por um descontentamento provocado pelo descalabro da economia. Certamente que o «descalabro» da economia moçambicana, a partir dos anos 1980, não é da exclusiva responsabilidade da Frelimo. Factores externos, como a guerra civil e as sucessivas calamidades naturais, também tiveram a sua influência. Passados 45 anos da independência, apesar das altas taxas de crescimento que atingiram quase o dobro ou mesmo triplo da média para a África Subsaariana (Castel-Branco, 2015), o futuro melhor ainda está por vir para a maioria dos moçambicanos. A incidência da pobreza manteve-se praticamente inalterável no período de 2003-2009, de 54,1% para 54,7% (Boom, 2011). Os dados de 2015 indicam uma modesta descida dos níveis de pobreza para 46,1%, principalmente nas áreas rurais (Javier & Pedro, 2016). Uma das importantes expectativas que se seguiram à independência é o fim de todas as formas de opressão, gozo de liberdades civis e também o respeito integral pelos direitos humanos. Contudo, a realidade mostrou que os libertadores, antigas vítimas de opressão colonial, passaram a agentes de opressão (Melber, 2009) contra o povo pelo qual lutaram, cimentando a ideia de que em África a autoridade só pode ser exercida com recurso à força coerciva (Van Wyk, 2007).

Em Moçambique, não são poucos os relatos de uso de meios opressivos, da violência revolucionária, principalmente nos primeiros anos de independência, sob a égide da revolução marxista, no combate aos contra-revolucionários para a Frelimo se impor, bloquear ou silenciar as vozes críticas, algumas delas emergentes de entre os que haviam participado directamente ou apoiado a luta de libertação nacional. Os campos de reeducação foram, por excelência, um espaço de opressão e de lavagem cerebral para a formação do «homem novo». Houve mesmo algumas execuções sumárias daqueles que se opunham ao poder do dia, ou aos ideais do marxismo. A repressão física passou da palmatória e do chicote coloniais para o chamboco. A instituição repressiva colonial por excelência, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direcção-Geral de Segurança (PIDE-DGS), foi substituída pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (Snasp, depois SISE – Serviço de Informações e Segurança do Estado). Há que enfatizar que a repressão não foi apenas herança da máquina repressiva colonial, mas também da luta armada de libertação nacional. Sem ignorar o papel da estratégia de contra-revolução da Rodésia do Sul e da África do Sul, a emergência da Renamo também está directamente associada a este sentimento de descontentamento.

A abertura política dos anos 1990 e constantes apelos nacionais e internacionais para o respeito pelos direitos humanos reduziu os níveis de opressão, principalmente nas zonas urbanas, mas é um fenómeno que está longe de acabar totalmente. As manifestações populares dos que

se opõem ao regime do dia, em alguns casos, têm sido violentamente reprimidas pelas forças de defesa e segurança, em alguns casos sem aparente justificação. As manifestações populares de 2008 e 2010 contra o custo de vida terminaram em violência e mortes. Os relatórios de direitos humanos têm trazido vários episódios de uso sistemático de uma máquina opressiva pelo Governo. A Frelimo praticamente reproduziu e continua a reproduzir o sistema contra o qual lutou.

O imperativo imposto aos partidos libertadores de criação de um Estado e nação novos só seria possível com o monopólio do poder num único partido e com toda a autoridade centralizada numa única figura (Dorman, 2006; Young, 2004). A proeminência de figuras como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda e Samora Machel resulta deste processo, génese do autoritarismo. Fanon (2001) já antevia os perigos de as novas lideranças dos Estados independentes se tornarem autoritárias, principalmente em Estados cuja independência resultou de uma luta armada de libertação, como é o caso de Moçambique. Em Moçambique, a emergência do autoritarismo talvez seja mais resultado de uma dupla herança do que exactamente do desafio da criação um Estado novo. Vejamos, a juventude que empunhou armas para libertar o País, e que depois formou a nova elite pós-independência, nasceu e cresceu sob domínio de um poder colonial autoritário. Portanto, os libertadores herdaram valores autoritários do colonialismo português, que a longo prazo influenciaram a sua concepção sobre o exercício do poder para influenciar, controlar e dominar o povo, através do uso da violência revolucionária e de outras formas de coacção social.

A segunda herança provém da luta armada. Na luta armada de libertação, a cultura e a disciplina de resistência tornaram-se estratégias de sobrevivência dos movimentos de libertação (Melber, 2011a). Estes movimentos transportam estas atitudes depois de transformados em partidos políticos na liderança dos destinos dos seus Estados independentes. No caso de Moçambique, a Frelimo estava ciente de que a vitória contra a dominação colonial portuguesa não seria tarefa fácil sem o recurso a estratégias autoritárias que envolvessem violência. A muito conhecida frase de Samora Machel de que «o poder não se conquista, arranca-se» é reflexo desta socialização.

A experiência da luta armada sobre como a política deve ser feita e como o poder deve ser exercido ficou profunda e permanentemente enraizada nas mentes e atitudes dos jovens libertadores. O povo libertado, o centro da revolução, devia obediência ao partido de vanguarda e deveria adaptar-se a toda uma disciplina e cultura militares usadas durante a luta de libertação. Amiúde, a revolução foi acompanhada pelo que Melber (2011a) chamou «violência revolucionária» para forçar a emancipação popular e como meio de purificação para a criação do «homem novo». Hoje em dia, a longevidade do partido Frelimo no poder levou-o a adoptar características de um partido dominante e com imposições autoritárias mesmo ao nível do Parlamento, onde usa a maioria para impor a ditadura de voto.

As palavras de conceituado escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa proferidas num evento público reflectem a noção do autoritarismo vivido no País quando disse:

Nestes mais de 40 anos de independência, sofremos de uma fobia castrante: o medo de desafiar a doutrina oficial, o discurso do dia. Aos que se especializam em fobias, chamam a esta heresofobia (MediaFax, 6293: 6).

PARTIDOS LIBERTADORES E APROPRIAÇÃO DA HISTÓRIA

Uma das características comuns dos libertadores é a sua permanência no poder por longos anos e a relutância em deixá-lo (Van Wyk, 2007). Os libertadores comungam a ideia de que os seus países nunca podem ser governados por outro partido que não ostente credenciais de libertador (Dorman, 2006), para dizer que eles próprios gozam de um direito quase natural de eternamente governarem a terra que libertaram. A consequência mais directa desta concepção é que os partidos libertadores se desdobram em estratégias e mecanismos para a manutenção da sua hegemonia e do controlo do poder do Estado.

Em Moçambique, os discursos da liderança da Frelimo deixam transparecer esta ideia de que o País só pode ser governado pela Frelimo, porque ela é que o libertou. Um proeminente fundador da Frelimo, em pleno tempo de vigência do sistema democrático, foi citado a dizer que a Frelimo governaria o País por mais 50 anos, o que revela que nem o poder do voto pode retirar ao libertador o seu «direito natural» de liderar os destinos da terra que libertou. Ficou quase um mito que a Frelimo é que libertou o povo e é este mesmo povo que lhe confere a legitimidade para manter o controlo do Estado moçambicano. A linguagem exclusivista dos libertadores ganha maior relevo quando sentem o seu poder desafiado pelos seus opositores (Dorman, 2006).

Os libertadores usam um manancial de pressupostos históricos para credenciar a sua manutenção e monopólio do poder. Um deles é que durante a vigência do monopartidarismo os partidos libertadores, partidos de vanguarda, se assumiram não apenas como representantes do povo mas como encarnação do mesmo: o partido era o povo. Esta concepção sobreviveu às transformações políticas com o tempo. Se o partido é o povo, passar o controlo do Estado para outra força política seria um autêntico «golpe» ao povo. Por isso, usam todos os meios à sua disposição, incluindo os recursos e forças de segurança do Estado, o monopólio dos meios de comunicação públicos e, se necessário, a violência, para a preservação deste poder (Young, 2004).

O uso de narrativas históricas para exaltar a heroicidade dos combatentes de libertação, vivos e mortos, é uma das estratégias que o partido libertador tem usado para a sua manutenção no

poder. Esta estratégia é muito comum e utilizada noutros Estados da região, principalmente no Zimbábue, onde praticamente os combatentes de libertação detêm o controlo do poder político e económico. Mesmo em Moçambique, o prestígio dispensado à figura do antigo combatente, aquele que participou na luta de libertação nacional, funciona como estratégia de exclusão dos que não participaram na luta de libertação no acesso aos recursos do Estado. «Camarada» tornou-se um conceito de peso. Voltando ao exemplo do Zimbábue, vimos que a usurpação da terra dos fazendeiros brancos, no âmbito da reforma da terra dos anos 2000, beneficiou mais aos antigos combatentes e as suas famílias do que os restantes cidadãos zimbabueanos. Em Moçambique, embora numa escala mais reduzida, verificamos que os antigos combatentes têm ganho visibilidade no seu envolvimento na exploração dos recursos naturais, principalmente na mineração, resultando no que Castel Branco (2015) chamou «bolha económica» ou padrão de crescimento económico baseado numa acumulação insustentável. O prestígio dado aos antigos combatentes tende a multiplicar-se nas novas gerações, em que os filhos, netos e bisnetos dos valentes combatentes devem poder colher os frutos da participação dos seus parentes na luta de libertação, através do acesso fácil aos vários serviços do Estado, incluindo o acesso ao ensino superior.

Um outro desafio que caracteriza os libertadores é a usurpação da história dos novos Estados. Na senda da mistificação dos libertadores verificamos que em Moçambique quase todas as datas históricas, que se tornam feriados nacionais, estão ligadas aos feitos do partido libertador. O dia dos heróis moçambicanos é celebrado à volta do homem que formou a Frelimo através da unificação de três movimentos que aspiravam à mesma causa: a independência nacional. O Dia da Mulher Moçambicana é a data da morte de uma combatente da libertação. A 4 de Março de 2017, o Destacamento Feminino, uma organização feminina surgida durante a luta armada, celebrou os seus 50 anos de existência. Esta celebração foi um grande motivo para se tomar o acontecimento como de âmbito nacional. Foi bastante publicitado, com um comício com direito a transmissão em directo nos canais televisivos e radiofónicos do Estado. As ruas e os grandes empreendimentos do Estado ostentam nomes de heróis da luta de libertação. A história dos 16 anos de guerra civil praticamente não é divulgada.

O feriado do 4 de Outubro, dia da assinatura dos Acordos de Roma para pôr fim aos 16 anos de guerra civil, tem sido mais atribuído aos feitos da Frelimo, mesmo sabendo-se que o acordo foi assinado pelas duas partes, a Renamo e o Governo. O signatário dos acordos de Roma, Joaquim Chissano, é enaltecido como o obreiro da paz, não acontecendo o mesmo com a sua contraparte, Afonso Dhlakama. Actualmente, o Presidente Filipe Nyusi tem sido enaltecido pelo esforço e pela entrega para o restabelecimento da paz, mas pouco se fala da outra parte, o que transmite uma clara percepção de que apenas uma parte se entrega à busca da paz.

A relutância à mudança dos símbolos nacionais, mais concretamente da bandeira nacional e do escudo, pode estar ligada a esta exaltação dos libertadores.

A arma, exibida nos dois símbolos nacionais, poderá ter um significado patriótico, mas ao mesmo tempo cimenta a memória colectiva de que este País nasceu a ferro e fogo, numa história em que o libertador ganha relevo. O próprio hino nacional, «Viva, viva a Frelimo», só foi formalmente substituído quase dez anos depois da introdução do multipartidarismo, mas os «vivas» ao partido libertador continuam. Nuvunga (2013) testemunhou que a celebração dos eventos políticos do Estado é sempre iniciada com repetidos «vivas» à Frelimo e a apresentação das estruturas da Frelimo, uma inequívoca forma de invocar uma memória colectiva à volta do libertador.

Os partidos libertadores comungam a ideia de que incarnam a história do País, ou como Melber (2009) referiu, assumem serem o alfa e ómega da história dos seus países. Para isso, procuram a todo o custo descredibilizar todas as forças que queiram constituir possíveis alternativas, atribuindo-lhes conotações negativas. O mesmo tipo de visão «mugabeana» de que o Movimento para a Mudança Democrática (MDC) personifica os lacaios imperialistas ocidentais também existe no seio da Frelimo em relação às forças políticas que procuram constituir alternativa ao poder. Por muito tempo, a Renamo foi vista como uma força manipulada pelos interesses do Governo da minoria branca de Ian Smith, na Rodésia, e depois os do *apartheid* na África do Sul.

A semelhança ou comunhão de interesses entre as lideranças destes partidos libertadores leva a que estes desenvolvam mecanismos informais de protecção mútua, através do que Melber (2011) apelidou «clube dos ditadores», em que partidos libertadores como a Frelimo, a South West Africa People's Organization (SWAPO) da Namíbia, o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul e a União Nacional Africana (ZANU-PF) do Zimbabwe funcionam como protectores uns dos outros. Melber (2011) afirma ainda que este clube desempenhou um papel crucial para ajudar a ZANU-PF a permanecer no poder depois de alegadamente ter perdido as eleições gerais de 2008 a favor do MDC e de ter de seguida proposto a formação de um governo da unidade nacional, como forma de manter o controlo do país e impedir que «forças estranhas» se apropriassem das suas conquistas.

HERANÇA ANTIDEMOCRÁTICA E INTOLERÂNCIA POLÍTICA

A África possui uma história muito limitada de independência acompanhada de democratização. O duplo imperativo de criação de Estados e nações novos só podia ser possível com a centralização do poder e o estabelecimento de um monopólio político, em que a existência de um único partido era fundamental (Young, 2004). Mesmo em países onde se ensaiou a descolonização acompanhada de democratização, as novas lideranças guiaram-se continuamente por padrões de comportamento e estrita estrutura de comando herdados do colonialismo

e/ou da luta armada de libertação. Os libertadores, os antigos oprimidos, tornaram-se péssimos democratas (Melber, 2002).

A maioria dos países introduziu a democracia como resultado das pressões impostas pela conjuntura internacional (Salih, 2007). Como resultado, os preceitos democráticos foram adotados sem a devida internalização e cometimento, tornando-se o que Young (2004) chamou «democracias virtuais ou semidemocracias». Estes países vivem um conflito entre as normas liberais e a herança colonial e de luta armada (Dorman, 2006).

Moçambique é um dos países em que o libertador herdou um vazio em termos democráticos. Este vazio foi também reforçado pela experiência da luta armada caracterizada pela estrutura bastante hierarquizada e autoritária que inibia a iniciação democrática. A Frelimo gastava muita energia a controlar e disciplinar os combatentes para garantir a sua conformidade com os ideais do movimento. Talvez esta seja a razão do seu sucesso na luta armada, mas esta dureza e rigidez continuaram a influenciar o estilo de governação do libertador e as suas relações com a população.

Nos anos 1990, Moçambique abriu-se ao multipartidarismo, resultado da mudança na conjuntura política internacional e também como uma das condições impostas pela Renamo para o fim do conflito armado dos 16 anos. Desde então, o País tem realizado pleitos eleitorais regulares que têm resultado na consolidação do partido libertador, principalmente ao nível central, até ao ponto de assumir características de partido dominante. Porém, as eleições regulares até agora realizadas não têm sido acompanhadas de uma sólida institucionalização do que Melber (2002) chamou «moçambicanização» dos valores, normas e regras democráticas.

Numa outra reflexão, Meneses (2015b) fala da liberalização política não acompanhada pela democratização das instituições políticas e das regras do jogo político.

Esta realidade resulta na emergência de sucessivas crises políticas no País, devido, em parte, à erosão dos valores democráticos. As mudanças constitucionais não têm sido acompanhadas de observância de certos princípios democráticos básicos, daí que, acrescido às crises políticas, também se note o agudizar das desigualdades e injustiças sociais no País. Moçambique vive uma democracia eleitoral, mas continua a ser praticamente governado em moldes do partido único.

Um outro desafio para Moçambique é a dificuldade do libertador em abraçar a ideia de compromisso e alcançar consensos em prol do bem comum dos cidadãos, dois elementos extremamente importantes na construção de uma democracia.

Sem querer inocentar a Renamo, o permanente conflito, de alta e baixa intensidade, entre os dois está ligado à dificuldade de alcançar consensos. O Acordo Geral de Paz foi assinado depois de mais de dois anos de negociações. As negociações para o restabelecimento da paz, depois do reatar do conflito armado no centro do País em 2013, chegaram a alcançar mais de cem rondas, mas mesmo assim sem se alcançar um consenso definitivo.

Um outro importante desafio é que os partidos libertadores sofrem do que Melber (2002) chamou uma das «doenças crônicas» da África pós-colonial, a intolerância. Os partidos libertadores continuam intolerantes à diversidade de opinião crítica, principalmente quando esta é expressa publicamente. No caso de Moçambique, o silenciamento de vozes contrárias vem desde a luta armada, em que muitos combatentes foram fuzilados ou desapareceram inexplicavelmente por expressar ideias contrárias às da liderança na luta. Depois da independência, pessoas com ideais diferentes foram mandadas para os campos de reeducação ou fuziladas. A Constituição de 1990, e as suas sucessivas revisões, abriu formalmente espaço para a emergência de formas de expressão e debate de ideias e opiniões diferentes. Contudo, em Moçambique ainda prevalecem importantes desafios que inibem a consolidação da democracia. Como disse Ungulani Ba Ka Khosa, «a carta-mãe deu-nos tudo para sermos felizes, mas a heresofobia toldou-nos a mente, arregimentou-nos ao já dito, à cartilha matricial da nação» (MediaFax, 6293). Num outro comentário na imprensa, um conceituado jornalista, Fernando Lima, rematou que, não obstante a democracia e o multipartidarismo, a liberdade de expressão continuava a ser um desafio (MediaFax, 6295).

A intolerância dos partidos libertadores manifesta-se também através da instalação de uma cultura de medo, intimidação e silenciamento dos oponentes. A partir de 2013, Moçambique tem assistido a uma onda de raptos e assassinios dos membros ou apoiantes da oposição. Existem relatos de existência de valas comuns na região centro do País. Em 2016, foram descobertos corpos de homens e mulheres com sinais de tortura, na fronteira entre Manica e Sofala (*Expresso da Tarde*, 4133). Académicos com opiniões desfavoráveis ao libertador também não escapam, numa clara demonstração de que «quem não está connosco está contra nós» (Dorman, 2006; Melber, 2002; Meneses, 2015b). Estes assassinios têm sido atribuídos aos «esquadrões da morte», alegadamente comandados pelo partido libertador.

A actuação dos «esquadrões da morte», perseguição, tortura, detenções arbitrárias, destruição de bens e assassinio de cidadãos que expressam os pontos de vista diferentes dos do libertador mereceu a atenção do relatório da Amnistia Internacional de 2016, tendo esta organização traçado um quadro sombrio no que toca à violação dos direitos humanos no País. O relatório também denuncia o uso, pelo partido libertador, das forças de defesa e segurança do País para perseguir populações civis que se identificam com a oposição, bem como a presença desproporcional de forças de segurança armada em marchas pacíficas autorizadas. O relatório também denunciou outros tipos de manifestação de intolerância caracterizados pela limitada liberdade de opinião e expressão e a limitada liberdade de reunião, em que organizações da sociedade civil muitas vezes viram negados os seus pedidos de autorização para marchas pacíficas.

Segundo Van Wyk (2007), a África tem abraçado o desafio da crescente militarização da política e do endurecimento dos regimes, principalmente pelos partidos libertadores, para responder

à ameaça de desestabilização causada pelas frequentes greves e manifestações contra os governos no poder. Moçambique não constitui exceção. No último mandato do Presidente Armando Guebuza, assistimos a uma excessiva militarização do País através de elevados investimentos em material bélico, uma demonstração inequívoca de intimidação, intolerância e uma atitude antidemocrática do poder.

O que estará por detrás desta intolerância dos libertadores? Melber (2011a) avança uma série de hipóteses que se aplicam à realidade moçambicana. A primeira é que os partidos libertadores continuam a acreditar na missão histórica de que são a voz das massas e de que eles continuam e continuarão a deter o monopólio do projecto social, económico e político dos países libertados. Acreditam ainda que ceder o poder a uma outra força política seria o mesmo que permitir um contra-ataque das forças coloniais contra as quais sacrificaram as suas vidas. Por essa razão, estão dispostos a usar todos os meios ao seu dispor para defender o seu povo, nem que isso viole princípios e valores democráticos, ou mesmo ignore a vontade popular expressa nas urnas. Esta é a curiosa contradição eleitoralista que estes partidos advogam, baseada na preocupação pela emancipação dos cidadãos não no sentido genuíno de participação democrática, mas apenas para legitimar os seus interesses. Em Moçambique, desde as primeiras eleições multipartidárias abundam relatos de uso de todo o tipo de recursos do Estado pelo incumbente para garantir suas vitórias eleitorais.

A segunda hipótese é que os partidos libertadores assumem que ainda continuam a ser a melhor opção política para a maioria da sua população, o que pressupõe que nem que o povo mostre inclinação para uma alternativa política, os partidos devem simplesmente ignorá-lo. As eleições gerais de 2008 no Zimbabwe têm sido usadas como exemplo de como um regime pode continuar no poder, mesmo depois de perder as eleições. Em Moçambique não são poucos os casos de acusações de fraude eleitoral, sendo a mais conhecida referente às eleições gerais de 1999, em que correntes defendiam que se a Renamo não ganhou foi por força de fraude. Na última década, os partidos libertadores têm visto a sua supremacia eleitoral ameaçada pela oposição. Em Moçambique, este fenómeno verifica-se nas eleições autárquicas. Ciente do seu poder local, a Renamo defende a eleição dos governadores provinciais, com o argumento da valorização do voto local. Contudo, os libertadores rejeitam a ideia comumente defendida por investigadores de que a emergência e o fortalecimento das forças da oposição resultam do fracasso do desempenho dos partidos libertadores, que se assumem sempre fortes e poderosos. Terceiro, os partidos nacionalistas preferem refugiar-se na desconfiança das motivações e na seriedade das novas gerações (Van Wyk, 2007). Desde o Zimbabwe até à Namíbia, há a ideia cimentada pelos libertadores de que entregar o poder nas mãos dos opositores, ou das novas gerações, é devolver o poder ao antigo colonizador. A oposição é sempre interpretada como laçai do colonialismo, traidores, espíões (Dorman, 2006). Na mesma senda, um governante angolano em visita ao partido-irmão em Moçambique foi citado a aconselhar a união entre a

Frelimo e o MPLA, para evitar que os «malandros» tomem o poder, uma referência à oposição dos dois países. Na tentativa de afastar a Frelimo destas declarações, o presidente da Frelimo usou um tom conciliador, dizendo que os membros do seu partido deviam aprender a ser tolerantes, a ouvir ideias e opiniões contrárias, a resolver os problemas com base no diálogo, na paz e na harmonia (Frelimo, s.d.).

Quarto, os partidos libertadores cimentam a ideia de que não podem deixar o poder sob o risco de deixar o país à deriva, uma vez que só eles são o garante da estabilidade política do país que libertaram. Contudo, a realidade no terreno refuta esta designação de oposição como elemento desestabilizador. No caso de Moçambique, Brito (2013) argumenta que a ruptura de consenso com a Renamo e a redefinição unilateral pela Frelimo das regras de jogo da descentralização quando viu o seu poder ameaçado a seguir às primeiras eleições gerais não só minaram o processo de democratização mas também a exclusão da Renamo ameaçou e continua a ameaçar a estabilidade política do País, com registos de violência que hoje escalou para níveis de conflito armado. Ainda de acordo com Brito (2013), é esta situação que obriga a Renamo a recorrer à lógica da guerra para capitalizar a sua força e obrigar o Governo, através de negociações, a ceder-lhe alguns ganhos. Portanto, os libertadores podem ser elementos de instabilidade.

A Frelimo, partido organizado que é, tem sabido usar as suas narrativas para convencer as massas de que é a única força capaz de garantir a manutenção da estabilidade política e económica do País. Numa investigação sobre comportamento eleitoral em Maxixe, foi notório o quanto os cidadãos locais, usando metáforas, justificaram a sua escolha eleitoral por a Frelimo ser o único que pode governar Moçambique. Para muitos, a Frelimo era a única escolha, porque tal como um filho não pode abandonar os seus progenitores, eles também, em nenhum momento, cortariam a ligação com o seu libertador (Matsimbe, 2017). Isto representa o que Young (2004) interpretou como sendo a paternização do poder do Estado, em que os governos assumem uma relação com os cidadãos igual à relação entre pais e filhos. A propaganda eleitoral do libertador de que «a Frelimo é que fez, a Frelimo é que faz!» parece ter dominado o consciente dos eleitores de Maxixe, e não só.

NEOPATRIMONIALISMO, CORRUPÇÃO E ELITE PREDADORA

A antevisão fanoniana para o perigo de usurpação dos Estados descolonizados africanos pelos seus respectivos libertadores tornou-se muito rapidamente realidade em grande parte dos novos Estados independentes, incluindo Moçambique. Para além da violência e do autoritarismo, a necessidade de manutenção do poder pelos libertadores levou a que recorressem ao clientelismo, à corrupção e ao uso indevido de recursos do Estado (Van Wyk, 2007; Young, 2004),

sacrificando assim os direitos da maioria em favor dos privilégios de uma minoria (Melber, 2011a), uma clara distorção das virtudes e do moral, a um ponto irreversível da erosão do seu legado histórico (Karodia, 2014).

Nos primeiros anos de independência, Samora Machel parece ter lido e entendido a advertência de Fanon, a avaliar pela sua ofensiva política e económica para desencorajar o abuso do poder e dos recursos do Estado. Não há indicações de que Machel tenha tido muitos seguidores, daí que logo a seguir à sua morte estes apelos também tenham ficado órfãos. O Estado passou a ser a principal fonte de acumulação.

Os libertadores de Moçambique foram invadidos por uma mentalidade neopatrimonialista caracterizada pelo assalto pela liderança do partido libertador aos recursos do Estado para premiar os que se mostrassem leais ao partido. Esta situação levou a que indivíduos procurassem mostrar uma lealdade cega à Frelimo ou aos líderes do partido, muitas vezes pisando os princípios da justiça, para merecerem confiança. Os dois mandatos do Presidente Guebuza foram muito férteis neste tipo de comportamentos associados ao culto da personalidade, a que alguns chamaram «lambebotismo». Fenómeno interessante é a mentalidade e as práticas neopatrimonialistas estenderem-se aos partidos da oposição em Moçambique, principalmente à Renamo e ao MDM, o que torna complexa a sua explicação.

O grande desafio para Moçambique é a ainda persistente falta de clareza na separação entre o partido libertador e o Estado, mais de 20 anos depois da introdução de nova legislação tendente a acabar com o Partido-Estado. O Presidente Armando Guebuza reactivou as células do partido nas instituições públicas. Na prática, o Estado continua a subordinar-se aos interesses políticos e económicos da Frelimo, uma situação que o libertador não parece ter interesse em acabar. Uma outra justificação para este desinteresse na separação resume-se no facto de as organizações de massas da Frelimo serem o conteúdo material e simbólico do Estado (Nuvunga, 2013); ou seja, a Frelimo recorre às suas organizações partidárias, principalmente à Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e à Organização da Juventude Moçambicana (OJM), para mobilizar as massas para eventos do Estado, algo que o Estado em si não teria capacidade suficiente para fazer.

Um outro grande desafio tem que ver com os fracos mecanismos de prestação de contas entre o judicial, executivo e legislativo. Em Moçambique, a nova constituição multipartidária vinca a necessidade de separação dos três poderes, mas a prática mostra o contrário. O partido libertador ainda continua no controlo das três esferas de poder. O facto de a Frelimo possuir uma maioria parlamentar absoluta leva a que a prestação de contas seja feita apenas entre elites do mesmo partido, o que logo se mostra pouco produtivo. Uma efectiva separação de poderes teria provavelmente evitado os grandes escândalos de dívidas ocultas da Ematum (850 milhões USD), a MAM (535 milhões USD) e a ProIndicus (622 milhões USD), contraídas pelo Governo sem autorização parlamentar, e que levaram os doadores a cortar o seu apoio ao

Orçamento do Estado e a revisões em baixa do *rating* moçambicano pelas agências de *rating* internacionais, a Moodys, a S&P e a Fitch. Por causa desta falta de separação parece não haver grande interesse no esclarecimento destas dívidas, embora uma empresa de consultoria (Kroll) tenha sido contratada para fazer uma auditoria. Os sucessivos adiamentos da entrega do relatório da Kroll terão sido, até certo ponto, interferências políticas, embora a Procuradoria-Geral da República tenha negado isto, no seu informe anual de 2017 à Assembleia da República.

Um outro importante desafio é que o partido libertador continua a ser o principal ponto de entrada para acesso aos recursos do Estado, incluindo o acesso, a retenção e a promoção no emprego (Ajayi, 1982). Em Moçambique, o Estado é o maior empregador, o que leva milhares de cidadãos a mostrar lealdade partidária para garantir a sua sobrevivência. Os funcionários e agentes do Estado preocupam-se mais em agradar às elites partidárias do que em servir bem o cidadão. São inúmeros, a nível nacional, os relatos de que os sete milhões, um fundo criado pelo Presidente Guebuza para o desenvolvimento local, apenas beneficiam membros do partido governamental.

Em Moçambique, os tentáculos do poder do partido libertador estendem-se ao sector produtivo da economia. Um agente económico que queira prosperar ou exercer as suas actividades com poucas perturbações precisa de estar ligado a um membro influente do partido. As figuras do partido libertador são o ponto de entrada para investimentos estrangeiros das multinacionais, em esquemas pouco transparentes. Não é menos verdade que os resultados eleitorais re-tumbantes podem estar ligados a estas vassalagens às estruturas partidárias. Nos últimos anos, tem sido a própria elite partidária a lançar-se na exploração dos recursos minerais (gás natural, petróleo e outros recursos) para benefício próprio.

A corrupção tornou-se uma das doenças endémicas dos Estados independentes (Young, 2004; Dorman, 2006). Em Moçambique, a corrupção ganhou proporções alarmantes e preocupantes, o que foi oficialmente reconhecido pela Procuradoria-Geral da República, no seu informe anual de 2017. Escândalos de nível internacional envolvendo líderes partidários ou mesmo membros do Governo têm sido reportados a nível da imprensa nacional ou estrangeira, como, por exemplo, os casos de corrupção na compra de aviões da LAM (Linhas Aéreas de Moçambique), empresas de governantes que ganham concursos públicos para servir o Estado, etc. Este é apenas um exemplo, de entre tantos. São raras as figuras da elite que já se sentaram no tribunal para responder por corrupção, o que significa existir um certo proteccionismo partidário.

O actual Presidente Nyusi parece desdobrar-se em iniciativas para restituir a credibilidade do partido libertador, como as visitas de estilo samoriano às instituições governamentais, a *Operação Tronco* para atacar a corrupção no sector madeireiro, o ataque verbal frontal e público do que considera gente desonesta, principalmente os mutuários, que se recusam a devolver os montantes atribuídos no âmbito do fundo dos sete milhões, mas resta ver quais as suas probabilidades de sucesso, uma vez que o mal está bastante enraizado.

CONCLUSÃO

Que os partidos libertadores desempenharam um papel importante na libertação dos seus países ninguém duvida. A independência política trouxe alguma garantia de soberania e poder de autogovernar. Existem também esforços visíveis de servir o povo libertado em áreas de saúde, educação, água e saneamento, etc. Contudo, os países independentes continuam com um imperativo para se desenvolverem através de uma apropriada gestão dos recursos públicos. O artigo mostra que, tal como muitos países africanos, Moçambique continua a enfrentar importantes desafios para a sua total libertação. O primeiro rol de desafios está ligado ao facto de, volvidos mais de 40 anos de independência, o partido libertador ainda apresentar um *modus operandi* muito semelhante ao do antigo colonizador, uma clara reprodução do sistema contra o qual lutou durante dez anos. O desafio é agravado pela forte crença que a Frelimo nutre e dissemina de que continua a ser a única força com legitimidade para governar o país que libertou. A crença de que a Frelimo possui a legitimidade natural para governar Moçambique conduz a um segundo importante desafio, que é a apropriação do poder do Estado para servir os interesses partidários de modo a preservar este poder. Associa-se a esta tendência o uso de métodos antidemocráticos para a manutenção do poder, nomeadamente a prática de intolerância contra os opositores, ignorando o simples facto de que não há nenhuma organização capaz de representar os interesses de toda a sociedade. Durante os períodos eleitorais, partidos da oposição são impedidos de fazer campanha em alguns círculos eleitorais, como em Gaza e partes de Tete.

Estes desafios colocam os cidadãos com o sentimento de presença permanente de um perigo. Dada esta desilusão, existirá uma alternativa fora da própria Frelimo? Infelizmente, a oposição não parece ainda uma alternativa viável, dada a sua limitada capacidade organizacional e visão sobre o futuro do País. Nos seus discursos parece transparecer que o seu objectivo não é conquistar o poder das mãos do libertador mas sim aumentar a fasquia no seu acesso aos recursos do Estado. Portanto, o que resta, e o mais provável, é que alternativa saia do seio da própria Frelimo através de uma possível cisão ou transformação interna para reverter o cenário de descredibilidade.

REFERÊNCIAS

- Ajayi, J. A. (1982). Expectations of independence. *Daedalus*, 111 (2), 1-9.
- Boom, B. V. (2011). *Análise da Pobreza em Moçambique: Situação da Pobreza dos Agregados Familiares, Malnutrição Infantil e Outros Indicadores 1997, 2003, 2009*. Maputo.
- Braathen, E., & Orre, A. (2001). Can a patrimonial democracy survive? The case of Mozambique. *Forum for Development Studies*, 28(2), 199-239.
- Brito, L. (2013). Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*, 39-54. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma bolha económica em Moçambique? *Desafios para Moçambique 2015*, 157-199. Maputo: IESE.
- Dorman, S. R. (2006). Post-liberation politics in Africa: Examining the political legacy of struggle. *Third World Quarterly*, 27(6), 1085-1101.
- Expresso da Tarde* (2017). N.º 4133
- Fanon, Frantz Fanon (2001 [1961]). *The Wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin.
- FLAD África (s.d.) Situação político-partidária. Disponível em:
http://accessafrica.flad.pt/caract_institucional/situacao-politico-partidaria-5/
(consultado a 19 de Abril de 2017).
- Frelimo (s.d.) Nyusi apela aos «camaradas» a saberem ouvir ideias contrárias. Disponível em:
<http://www.frelimo.org.mz/frelimo/index.php/actualidade/noticias/item/1146-nyusi-apela-aos-camaradas-a-saberem-ouvir-ideias-contrarias>.
- Halon, Joseph (ed.) (2017). *Mozambique News Reports & Clippings*, 369.
- Jackson, R. H. & Rosberg, C. G. (1982). Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood. *World politics*, 35(01), 1-24.
- Javier, E. B., Pedro, O. (2016). *Accelerating Poverty Reduction in Mozambique: Challenges and Opportunities*. Washington, D.C.: Banco Mundial. Disponível em:
<http://documents.worldbank.org/curated/en/383501481706241435/Accelerating-poverty-reduction-in-Mozambique-challenges-and-opportunities>).
- Karodia, A. M., Soni, P. & Thomas, S. (2014). Poor leadership and conservatism within South Africa's body politic: illusions of power perpetuated by the ruling party. *Canadian Open Management Journal*, 1(1), 1-17.
- Khosa, Ungulani Ba Ka (2017). O direito de pensar diferente e o medo de desafiar a doutrina oficial. *MediaFAX*, 6293, 6, Maputo.
- Matsimbe, Z. (2017). *Voting Behaviour in Mozambique: A Study of Maxixe District*. PhD Thesis. University of Pretoria.

- MediaFax (2017). N.º 6293.
- MediaFax, (2017). N.º 6295.
- Melber, H. (2002). From liberation movements to governments: on political culture in Southern Africa. *African Sociological Review*, 6(1).
- Melber, H. (2009). Southern African liberation movements as governments and the limits to liberation. *Review of African Political Economy*, 36(121), 451-459.
- Melber, H. (2010). The legacy of anti-colonial struggles in Southern Africa: Liberation movements as governments. Paper presented to the Conference on Election Processes, Liberation Movements and Democratic Change in Africa Organized by IESE and CMI Maputo, 8-11 de Abril de 2010.
- Melber, H. (2011a). Liberation movements as governments in Southern Africa – on the limits to emancipation. *Strategic Review for Southern Africa*, 33(1), 78.
- Melber, H. (2011b). Beyond settler colonialism is not yet emancipation: on the limits to liberation in Southern Africa. *Social History*, 39, 81-91.
- Meneses, M. P. (2015a). Memórias de violências: que futuro para o passado?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 3-08.
- Meneses, M. P. (2015b). Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 9-52.
- Mhanda, W. (2005). The struggle for Zimbabwe: contesting the meaning of liberation. *Harold Wolpe Lecture Series*. Disponível em:
http://www.wolpetrust.org.za/dialogue2005/PNO92005Mhanda_paper.pdf
 (consultado a 20 Janeiro 2017).
- Mohamed Salih, M. A. (2007). African liberation movement governments and democracy. *Democratisation*, 14(4), 669-685.
- Nuvunga, A. (2013). Políticas de eleições em Moçambique: as experiências de Angoche e Nicoadala. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*, 39-54. Maputo: IESE.
- Sachikonye, L. (2009). Between authoritarianism and democratization: the challenges of a transition process in Zimbabwe. *Occasional Paper*, 2. Institute for Development Studies.
- Van Wyk, J. A. (2007). Political leaders in Africa: presidents, patrons or profiteers? *ACCORD Occasional Paper*, 2(1), 1-38.
- Yeats, W. B. (2002). From liberation movements to governments: on political culture in Southern Africa. *African Sociological Review*, 6(1).
- Young, C. (2004). The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing African political dynamics. *African Affairs*, 103(410), 23-49.

PARTE II
ECONOMIA

CONTRIBUIÇÃO PARA O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

Este artigo discute a construção do quadro conceptual abstracto, ou método, para a investigação da economia de Moçambique, que forma o ponto de partida da análise das tensões e relações entre a essência e a aparência dos fenómenos económicos e sociais. Este método permite definir o que é do domínio do estudo da economia nas condições históricas presentes, bem como as relações entre os vários fenómenos que, embora aparentem ser isolados uns dos outros e, até, possam parecer paradoxais, no entanto formam parte de uma única narrativa explicativa de um sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas.

O artigo está organizado em quatro secções. A primeira argumenta que os fenómenos sociais nem sempre são, na essência, aquilo que parecem ser, ou como se manifestam no dia-a-dia.

Nem sempre a aparência é falsa ou ilusória, podendo ser parte orgânica da essência. A separação e o estabelecimento da relação entre essência e aparência requerem, como ponto de partida da análise, a escolha e a adopção cuidadosas de conceitos teóricos abstractos, adequados às questões de investigação e ao seu contexto histórico específico. A segunda secção desenvolve o conceito de economia política utilizado na nossa investigação, que assenta no método de Marx em *O Capital*, resumindo as suas características fundamentais. Argumenta que o significado de «economia» (política) e, portanto, do foco de estudo de «economia» (política) é historicamente específico e depende da configuração das relações sociais e das condições materiais em que, e através das quais, a sociedade se organiza.

A terceira secção retoma a discussão de Fine & Rustomjee (1996) sobre a política económica da industrialização na África do Sul.

Desta análise a secção retém, para o estudo da economia moçambicana, três elementos fundamentais: o respeito pelas particularidades históricas, a necessidade e o processo de identificar a essência e o núcleo das dinâmicas económicas e sociais, por força e em torno das quais o sistema de acumulação se desenvolve e reproduz, e o enfoque na dialéctica ligações-agentes como processo de estudo e pesquisa da história, que articula a unidade dialéctica da economia política. A quarta secção retira, das anteriores, as implicações metodológicas para a pesquisa da economia política da transformação económica em Moçambique, focando-se nas dinâmicas e

condições de expansão, estabilidade, crise e mudança, no contexto histórico específico que estrutura o seu sistema de acumulação de capital.

ESSÊNCIA E APARÊNCIA

Os fenómenos económicos e sociais nem sempre se parecem com aquilo que a sua essência é. No capitalismo, o mercado de trabalho livre (em que a força de trabalho é comprada e vendida) oculta a existência de exploração, do mesmo modo que a democracia política sugere igualdade e liberdade em vez da realidade das instituições políticas que sustentam a reprodução do privilégio e do poder. Esta separação entre realidade (conteúdo ou essência) e aparência (forma) dos fenómenos económicos e sociais forja a ligação entre conceitos abstractos e a sua presença concreta no dia-a-dia. Aparências não são necessariamente falsas ou ilusórias, pois podem ser parte integrante da realidade (essência), tanto representando e revelando como ocultando aspectos fundamentais do capitalismo que uma análise mais apropriada deverá permitir esclarecer (Fine & Saad-Filho, 2016; Marx, 1976).

Não podemos retirar [da análise] salários, lucros e preços, mesmo quando os reconhecemos apenas como a forma como o capitalismo organiza exploração, (...) pois no caso de salários, lucros e preços a aparência [forma] é parte orgânica da realidade [essência], revelando e ocultando aspectos mais fundamentais do capitalismo que uma dialéctica apropriada deverá poder revelar (Fine & Saad-Filho, 2016: 4, tradução livre do autor).

Semelhantemente, o reconhecimento de que a expansão da economia moçambicana é predominantemente financiada por influxos de capitais externos, privados e públicos, não deve conduzir-nos à confusão dessa manifestação concreta do dia-a-dia com a essência do modo de acumulação de capital em Moçambique, embora essa «forma», ou «aparência», seja parte da «essência» que pretendemos revelar.

O nosso estudo da economia de Moçambique consiste em identificar e estabelecer a separação e a relação e as tensões entre o abstracto (essência) e o concreto (aparência), de modo que a essência seja revelada no seu todo. Este projecto, como é argumentado por Fine & Saad-Filho (2016), requer a escolha e adopção cuidadosa de conceitos teóricos abstractos, adequados aos problemas e contextos históricos específicos, que são o ponto de partida da análise, bem como a demonstração do conteúdo histórico e lógico de cada conceito, de modo a revelar a diferença e a relação entre o que as coisas são e como é que parecem ser. Como é que esta complexa relação, entre essência e aparência, pode ser desvendada?

ECONOMIA POLÍTICA COMO ANÁLISE HISTÓRICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para este projecto de investigação, recorreremos à aplicação do método de Karl Marx ao estudo do capitalismo usado em *O Capital* (Marx, 1976, 1978, 1981), que contém cinco características fundamentais e gerais (Fine & Saad-Filho, 2016). Primeira, os *fenómenos e processos sociais apenas existem, e apenas podem ser compreendidos, nos seus contextos históricos próprios*. Generalizações a-históricas ou trans-históricas, supostamente válidas em todo o lado independentemente do tempo, são geralmente inválidas, vazias de conteúdo, ou ambas. As sociedades humanas são imensamente flexíveis, podem ser organizadas em formas profundamente diferentes, pelo que é apenas por via de um estudo detalhado que é possível compreender as suas estruturas internas, modos de funcionamento, contradições, transformações e limites. As sociedades são diferenciadas pelos modos de produção, os quais, por sua vez, se desenvolvem desigualmente, e com as suas tensões e contradições internas, seguindo caminhos próprios a cada local e momento histórico. Cada modo de produção é estruturado de acordo com as suas relações de classe e modos de extracção de excedente (em vez de por via de estruturas de distribuição), que são próprios e específicos do modo de produção e do local e do tempo em que este emerge. Portanto, os conceitos utilizados têm de ser, igualmente, específicos e adequados ao modo de produção e às condições históricas específicas e desiguais em que se desenvolve em cada local e momento, do mesmo modo que a análise do processo de formação do capitalismo moçambicano requer o reconhecimento das especificidades históricas ao longo do tempo e região do país, e entre Moçambique e outras regiões do mundo.

Por exemplo, a separação dos produtores directos dos meios de produção e a sua proletarianização como trabalhadores assalariados é uma das características específicas e dominantes do modo de produção capitalista, mas a extensão desta análise ao caso moçambicano requer o entendimento do processo de semiproletarianização como forma de manter a força de trabalho disponível e barata, ainda que desorganizada como classe (O’Laughlin, 1981, 1996; Ali, 2013; Ali & Muianga, 2016). Estas formas de semiproletarianização e de integração da força de trabalho camponesa nas estruturas capitalistas de acumulação variaram entre regiões do País, com o Sul a fornecer força de trabalho migrante para o complexo mineral-energético sul-africano e, em menor escala, para as propriedades agrícolas coloniais, para o emprego industrial, para as plantações de açúcar e copra, para a construção e para os portos e caminhos-de-ferro; enquanto no centro, o processo de semiproletarianização foi dominado pelas plantações e, no Norte, pelas culturas forçadas de algodão e caju (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981). A aparência distingue e diferencia estes processos, tornando-os divergentes, e reproduz o argumento dualista da coexistência entre diferentes modos de produção, confundindo o concreto do dia-a-dia com a essência. Todavia, a essência, integração da força de trabalho nas estruturas de acumulação

capitalista, contém estes elementos de aparência que não podem ser eliminados da análise. Sem a análise da especificidade histórica e sem a consideração pela riqueza dada pela história, a análise de economia política não passará de derivações intelectuais, mais ou menos lógicas, a partir da teoria. Sem conceitos específicos e adequados para a situação concreta, a análise histórica não progride.

Segunda, a *teoria perde a sua validade se for forçada para além dos seus limites históricos e sociais*, pois os conceitos analíticos são definidos a partir das sociedades e dos momentos históricos que foram concebidos para analisar. A análise do capitalismo, mesmo que seja correcta, não produz, automaticamente, os princípios pelos quais outros modos de produção podem ser compreendidos.

Terceira, a análise de Marx é *estruturada internamente pela relação entre teoria e história*, em vez de ser centrada em derivações conceptuais. A realidade existe, histórica e materialmente, fora e independentemente da cabeça pensante, pelo que não pode ser explicada apenas ou principalmente pelo progresso conceptual. A realidade é formatada por estruturas, tendências e contratendências sociais (que podem ser derivadas dialecticamente, dado um quadro analítico apropriado) e por contingências imprevisíveis (que são historicamente específicas e não podem ser derivadas). Os resultados da interacção destas tendências podem ser explicados retrospectivamente e à medida que acontecem, mas não podem ser determinados antecipadamente. Embora o materialismo dialéctico¹ permita compreender o passado e o presente, o futuro não pode ser previsto com exactidão e detalhe. O reconhecimento de que a análise histórica constitui parte do método de estudo não é uma concessão ao empirismo, mas apenas a confirmação de que uma realidade em transição e em transformação não pode ser reduzida, nem determinada por um sistema de conceitos, por mais sofisticado que seja.

Quarta, o *materialismo dialéctico identifica os conceitos, estruturas, relações e níveis de análise* requeridos para a explicação de fenómenos e processos mais concretos, mais complexos e específicos. O progresso teórico inclui a introdução de novos conceitos, o refinamento e a reprodução dos conceitos existentes a níveis mais altos de complexidade e de forma mais concreta, e a introdução

¹ Resumidamente, a dialéctica implica uma noção de tensão entre elementos antagonistas, em que o desenvolvimento ocorre através da resolução de tais tensões de uma maneira tal que alguns elementos de ambas as partes são retidos na nova forma que emerge da resolução do antagonismo. A dialéctica compreende as coisas concretamente em todo o seu movimento, mudança e interconexão, com os seus lados opostos e contraditórios em unidade, mas também em tensão e conflito. A dialéctica opõe-se ao modo formal e metafísico do pensamento, que começa com uma definição fixa de uma coisa de acordo com os seus vários atributos aparentes, os quais podem esconder a essência ou génese da questão. Para a dialéctica, os elementos têm sentido através das relações entre si e do movimento do objecto no seu todo. Para a dialéctica, as coisas podem ser contraditórias não apenas na aparência, mas na essência, mas essa contradição faz parte do todo. Na dialéctica os conceitos são flexíveis e móveis, limitados apenas pelo imperativo de compreender o movimento do próprio objecto, por mais contraditório e transitório que seja. Segundo a dialéctica, o movimento histórico não é arbitrário ou predeterminado, mas emerge através do desenvolvimento e da resolução de conflitos, tensões e antagonismos. No entanto, o movimento histórico não está enraizado, nem é principalmente caracterizado pelo desenvolvimento de ideias, mas estas, a consciência, as culturas, as normas, as instituições, e assim por diante, são moldadas pelas condições materiais e experiência prática, e pelas questões que essa vida material coloca. Este último elemento coloca a dialéctica numa base materialista.

de evidência histórica que permita fornecer uma narrativa mais rica e exacta. Assim, o método requer e permite explicar fenómenos e características que outras teorias tomam como dadas, como, por exemplo, o monopólio dos meios de produção por uma minoria; o trabalho assalariado ou semiassalariado, ou a integração do trabalho não remunerado no sistema de produção capitalista, para a maioria; a distribuição dos produtos por via de trocas monetárias; as remunerações envolvendo categorias sociais como preços, lucros, juros, rendas, salários, honorários e transferências; a existência e a essência das mercadorias, e as particularidades da mercadoria «força de trabalho», que cria e que tem valor.

Quinta, o método de Marx é focado na transição e na transformação histórica, com ênfase na relação complexa, multifacetada e tensa entre estruturas de produção, relações sociais e transições e transformações históricas. A sociedade, como um todo, precisa de trabalhar para produzir e satisfazer as suas necessidades, mas a forma como a produção é organizada e como o produto dessa produção é apropriado e distribuído é específica a cada modo de produção e às formas particulares que o modo de produção adquire ao longo da sua história e em diferentes locais, dependendo de trajectórias históricas específicas. As relações sociais em que as pessoas se envolvem no processo de produção e de reprodução são independentes da sua vontade individual e são específicas a cada sociedade. As pessoas fazem a história, mas não a fazem apenas de acordo com as suas vontades individuais. Os padrões de vida social, cultural, política e económica são determinados por estas condições sociais de produção, apropriação e distribuição.

O método de Marx em *O Capital* não é orientado para construir uma teoria de preços ou de poupança,² nem um conjunto de critérios de eficiência válidos em todo o lado e para todos os tempos, nem pretende desenvolver uma abordagem de segurança social. Em vez das relações entre coisas, da arte de economizar, ou de análises parciais de questões sociais e económicas, o método de Marx está focado no estudo das relações que as pessoas estabelecem entre si e das estruturas e fontes internas de estabilidade, expansão e crise do sistema capitalista, bem como na compreensão dos processos que da necessidade e da vontade de transformar o modo

² Alguns autores declaram, falsamente, que a economia política marxista é hostil à poupança. Em si, a poupança não é um foco de estudo da economia política marxista. Entendendo o capitalismo como um modo de produção assente na acumulação de capital, e este dependendo da transformação do excedente em lucro, o que a economia política marxista pretende fazer é entender como é que o excedente é gerado e transformado em lucro, como é que este é usado no processo de acumulação de capital, qual é a natureza das relações entre as pessoas nesses processos sociais, económicos e políticos, e quais são as implicações das várias formas de organização da produção, da apropriação, da distribuição e da utilização do excedente para as dinâmicas de estabilidade, expansão, crise e transformação da sociedade. Poupança é uma categoria analítica, atribuída a uma igualdade macroeconómica que relaciona rendimento, consumo e investimento. É um conceito que pode ser ou não adequado para o debate em questão. Marx estava menos interessado em igualdades macroeconómicas em si do que estava na clarificação dos processos económicos, políticos e sociais que explicam o que entra nessas igualdades, o excedente, a apropriação, a distribuição e a utilização, e entendia esses elementos no contexto de estruturas sociais de acumulação de capital. Os elementos macroeconómicos a que chamamos poupança ou investimento ou consumo são não mais do que expressões concretas, do dia-a-dia, de um processo muito mais fundamental de produção, partilha e utilização da mais-valia. Porque haveria o marxismo de ser «hostil» à poupança, ao consumo ou ao investimento, ou a qualquer outra manifestação concreta e corrente de processos sociais e económicos muito mais complexos e fundamentais?

de produção podem criar a capacidade e a actividade (revolucionária) transformativa (Fine & Saad-Filho, 2016).

O método de *O Capital* forma um conceito de economia política que, mais do que ser interdisciplinar, rejeita e ultrapassa as barreiras que separam as disciplinas académicas (Fine & Saad-Filho, 2016). Assim, o significado de «economia» torna-se historicamente específico, decorrendo da sociedade e da época histórica em que se localiza (Gruffydd-Jones, 2012).

O que a «economia» estuda e como o faz depende da configuração particular das relações sociais e das suas condições materiais em que, e através das quais, a sociedade se organiza, bem como do método de investigação da «essência» que caracteriza essa sociedade. Logo, a economia política estuda o modo de produção, o que, no caso do capitalismo, significa o estudo do sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas.

O lucro é a fonte de acumulação de capital, a qual é a razão de ser do sistema capitalista. Acumulação de capital é um conceito social, político e económico que capta o processo histórico de formação do capitalismo. Numa fase inicial, conhecida por acumulação primitiva, a acumulação de capital consiste na expropriação e na reorganização da propriedade e no controlo dos recursos materiais e meios de produção; na separação dos produtores directos do controlo dos meios de produção e a sua transformação em trabalhadores assalariados, semiassalariados ou, mesmo, não remunerados ou desempregados, e a sua integração e subjugação, mais ou menos formal, ao processo de reprodução do trabalho e do capital; a transformação da força de trabalho em mercadoria que pode ser vendida ou comprada, que cria e tem valor; e a concentração de trabalhadores e meios de produção sob novas estruturas e relações sociais e condições técnicas de produção, que são específicas do modo de produção capitalista.

Numa segunda fase, a acumulação de capital consiste na expansão das capacidades produtivas e na crescente concentração e centralização do capital, que resultam directamente da competição entre firmas e entre facções do capital, ao mesmo tempo que vastos grupos sociais são excluídos do acesso ao/e do benefício dessas capacidades produtivas, excepto como assalariados ou trabalhadores casuais, informais ou não pagos.

À medida do seu desenvolvimento e da emergência e solução de tensões e contradições, a acumulação de capital pode significar a expansão da mercantilização (através da privatização, de parcerias público-privadas, da terceirização ou de outros mecanismos) para áreas, sectores e actividades onde o capital estava, antes, excluído e que são vitais para a reprodução da força de trabalho e do capital. Este processo transforma bens e serviços públicos em mercadorias e em novas oportunidades de lucro, e transfere, para as famílias e para a sociedade, os custos privados e sociais de reprodução da força de trabalho e do capital. A mercantilização de novas áreas e sectores da sociedade é, frequentemente, justificada com argumentos sobre a introdução da liberdade de escolha (em vez da imposição social dos bens e serviços públicos), a eficiência económica (em vez da distorção introduzida por subsídios públicos), a austeridade da despesa

pública, o estímulo fiscal ao capital e o incentivo ao trabalho árduo (em vez da dependência de subsídios).

Portanto, os objectos do estudo da «economia» (política), em cada período histórico do desenvolvimento do capitalismo, são a operação e a interacção entre estas diferentes fases de acumulação de capital, que marcam a evolução e a transformação do modo de produção capitalista, bem como os factores que determinam as condições de estabilidade, crise e mudança, e que motivam a luta social pela transformação social e económica.

COMPLEXO MINERAL-ENERGÉTICO – ESPECIFICIDADE HISTÓRICA DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA ÁFRICA DO SUL

Fine & Rustomjee (1996) expandiram e adaptaram o método de Marx ao estudo do capitalismo sul-africano, apresentando os resultados e as implicações da sua investigação sobre a história e as dinâmicas actuais daquela economia. À semelhança do método de Marx em *O Capital*, os autores focaram a sua análise no estudo do sistema de acumulação de capital, explicando-o a partir das suas estruturas e condições sociais de produção, o que pressupõe uma descrição das relações entre a base produtiva, a organização corporativa, as finanças e as relações sociais, ao longo das várias fases de transição e transformação histórica. Os autores construíram dois conceitos fundamentais, com os quais estruturaram o debate teórico e organizaram a informação histórica, nomeadamente o complexo mineral-energético, como descrição do sistema económico, e a análise do relacionamento dialéctico entre ligações e agentes, como método de investigação que permite a compreensão das estruturas produtivas e das relações sociais de produção, em dinâmicas históricas específicas.

O complexo mineral-energético (MEC), como sistema de acumulação, identifica e descreve as estruturas sociais de acumulação em que a industrialização e a transformação económica na África do Sul têm lugar, construídas em torno do núcleo central do MEC (que inclui as indústrias extractivas e as directamente relacionadas com o MEC, como as de processamento, a jusante, dos minerais – ferro e aço, alumínio, etc.) e que incluem as ligações, dependentes do MEC, para outros sectores, através de ligações corporativas, das finanças e dos fornecedores. Este modo, historicamente particular, de acumulação capitalista é detalhadamente analisado e, neste processo, são reveladas as tensões entre a aparência concreta (por exemplo, a existência de uma economia diversificada com base na substituição de importações) e a essência abstracta (o domínio do complexo mineral-energético sobre um processo de acumulação, e a subordinação dessa indústria de substituição de importações às dinâmicas do MEC através, por exemplo, das ligações corporativas, do sistema financeiro, da estrutura dos preços de factores, da balança de pagamentos, etc.). Os autores não só identificaram as particularidades

do capitalismo sul-africano e do seu modo de acumulação como, no processo de o fazerem, também construíram uma narrativa histórica única que une os diferentes sectores e aspectos essenciais da economia sul-africana em função da análise do seu papel no sistema de acumulação dominado pelo MEC.

O quadro analítico ligações-agentes foi o segundo conceito desenvolvido pelos autores para a análise do capitalismo sul-africano. Ligações (condições materiais, forças produtivas) são actividades ou pressões económicas que conduzem a outras actividades e pressões económicas (e, fazendo isso, geram crescimento e transformação económicos). São exemplos de ligações económicas: estruturas de especialização dependente que conduzem a crises de reprodução económica quando a economia se expande; transformação tecnológica que gera aumentos de produtividade e reduz custos de investimento, ou que cria desemprego; monopólios que geram economias de escala, reduzem os custos marginais de produção, fomentam investigação e inovação porque internalizam os benefícios, mas concentram e centralizam o capital; a oferta de bens e serviços básicos de consumo que permitem baixar os custos de subsistência da força de trabalho e criar oportunidades de expansão da proletarização (mais intensidade em trabalho e mais empregos) em condições competitivas e com salários reais mais amplos; o impacto da dívida pública na reestruturação dos incentivos e das dinâmicas especulativas do sistema financeiro.

Agentes são as firmas, o Estado, os mercados ou outras formas sociais de organização das forças produtivas, e as suas representações formais e informais (as instituições), que antecipam, reagem a, tiram vantagens de, fazem acontecer (ou não) e criam ligações.

As pressões económicas ajudam a moldar os agentes e os seus interesses e acções, a revelar e resolver as suas tensões, conflitos e antagonismos, e a estabelecer os parâmetros em que os agentes interagem. Por exemplo, porque é e por quem é que a crise da dívida é identificada como um problema? Que grupos sociais beneficiam ou vêem na dívida uma oportunidade, e que grupos são prejudicados ou nela vêem uma ameaça? E qual será a resposta a essa crise? O corte da procura agregada e da oferta monetária como forma de conter a inflação e o défice da balança de pagamentos? A transformação dos padrões de especialização dependente que impõe restrições macroeconómicas ao ritmo e à direcção de expansão sustentável? A forma como os agentes interagem, contestam, disputam e lutam em torno destas tensões, conflitos e antagonismos reflecte as condições e estruturas económicas e sociais de produção e as capacidades transformativas que delas emergem.

A dialéctica ligações-agentes significa que (i) ligações e agentes existem, estão relacionados, influenciam-se e estruturam-se mutuamente e fazem parte de um todo; (ii) há tensões, conflitos e antagonismos entre ligações (por exemplo, entre cortar a procura agregada e confrontar a especialização dependente), entre agentes (por exemplo, entre quem beneficia e quem paga pela dívida pública, entre quem compra e quem vende força de trabalho), e entre ligações e agentes

(por exemplo, a crise de dívida rompe um padrão específico de acumulação de capital); (iii) a consciência, as ideias, as instituições (as normas, as políticas, as práticas sociais), os interesses, as identidades sociais, as alianças, são influenciadas e estruturadas pela base material (por exemplo, a especialização dependente) e pela experiência prática (por exemplo, pelas lições do passado sobre as crises estruturais cíclicas que tal especialização cria, e as consequências das várias formas de intervenção; ou os constrangimentos reais às opções disponíveis); (iv) a base material e a experiência prática são, por sua vez, o resultado da resolução de tensões, conflitos e antagonismos entre elementos do sistema no passado. Portanto, agentes e ligações não podem ser entendidos independentemente uns dos outros. Classes sociais, os seus interesses e lutas, os Estados nas suas várias formas e aparências, as instituições não são «coisas» objectivas que existem paradas no tempo, independentemente das condições materiais, da experiência e da luta social, das tensões, dos conflitos e antagonismos em relação com questões concretas colocadas por problemas objectivos e reais.

Enquanto o primeiro conceito, o MEC, revelou as estruturas específicas de acumulação, historicamente criadas, dentro das quais o capitalismo sul-africano se desenvolve, o segundo conceito, ligações-agentes, esclareceu, por via da interrogação histórica com um método e instrumentos específicos, as dinâmicas e tensões históricas que criaram essas estruturas de acumulação e que estabeleceram os seus limites e parâmetros, bem como permite identificar a energia e as dinâmicas transformativas geradas pelas tensões e contradições do sistema de acumulação e das relações sociais que lhe são específicas.

IMPLICAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Em última análise, o nosso objectivo era a construção de um método de estudo da economia de Moçambique. Por onde começar? Que perguntas fazer? Que questões estudar e como é que estas se relacionam entre si? Estudar para fazer o quê? Como separar a aparência da essência e entender o funcionamento da economia no seu todo, em vez de limitar a pesquisa a partes aparentemente isoladas e desligadas umas das outras?

Do método de *O Capital* entendemos que o enfoque analítico da economia moçambicana deveria ser colocado no estudo das estruturas e fontes internas de estabilidade, expansão e crise do sistema capitalista, como parte de um todo, e, dessa análise, extrair o conhecimento sobre os desafios e a construção da capacidade e da actividade transformativa. Isto requeriria o reconhecimento de que o significado de «economia» é historicamente específico, decorrendo da sociedade e da época histórica em que se localiza, pois o que a «economia» estuda e como o faz dependem da configuração particular das relações sociais e das suas condições materiais

em que, e através das quais, a sociedade se organiza. A pesquisa da dialéctica entre ligações e agentes permite chegar à essência das estruturas de acumulação, para além, e diferentemente, da sua aparência, resultando num modo coerente de descrição do sistema de acumulação de capital específico para a sociedade e localização na história.

Conceptual e cronologicamente, o nosso estudo da economia política do capitalismo em Moçambique evoluiu, e continua a estruturar-se, ao longo de sete dimensões e/ou fases. A primeira é o reconhecimento do objecto do estudo (o sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas) e do método de pesquisa (economia política do capitalismo, usando a dialéctica ligações-agentes como instrumento prático de investigação).

A segunda é a investigação e a descrição das dinâmicas sociais e económicas específicas de como o sistema de acumulação de capital, a que chamamos «economia extractiva» (Castel-Branco, 2002, 2010), se desenvolve em Moçambique, focando-se nas estruturas de produção, de comércio, de investimento, de emprego e de distribuição, na organização corporativa da produção e suas interacções, e no papel das finanças, de modo a fazer emergir uma imagem lógica e coerente da economia. Nesta etapa, a informação é organizada de modo a revelar as estruturas, os centros e as dinâmicas dominantes de acumulação em torno dos quais a economia, como um todo, gravita e às quais responde, escapando, deste modo, à rigidez e aos limites da pura descrição sectorial da economia. À medida do progresso da pesquisa e da transformação da realidade objectiva, novos elementos são introduzidos nesta análise, como, por exemplo: a questão da terra nas dinâmicas de investimento; as dinâmicas, as condições e as lutas laborais; as formas de estruturação e de ligações industriais, bem como as formas corporativas e os grupos económicos que emergem; as crises do sistema bancário associadas com a mercantilização e a especulação da dívida pública e as tendências para concentração e centralização; mudanças na natureza, estruturas e prioridades da despesa pública associadas com mudanças nas formas de financiamento do Estado; as tensões sobre a transformação da organização social da produção agrária. Novos elementos, fundamentais ou conjunturais, testam e desafiam o quadro analítico, cuja solidez e relevância são, também, demonstradas pela sua capacidade de incorporar e de explicar nova informação revelada pela pesquisa ou que emerge de crises e de mudanças na realidade objectiva.

A terceira dimensão consiste na descrição e análise da essência de fenómeno a que chamamos «porosidade económica» (privatização de activos empresariais, privatização dos recursos estratégicos, a estrutura dos incentivos e dos subsídios ao grande capital, o endividamento público ou privatização do espaço de dívida, e a austeridade social e resgate financeiro) (Castel-Branco, 2014). A porosidade económica funciona como mecanismo de transferência de propriedade e rendas do público para o privado, tem a sua lógica e coerência históricas relacionadas com o sistema dependente de acumulação de capital, e gera desafios e tensões específicos a cada etapa de desenvolvimento. Esta análise resulta na periodização histórica da «moçambicanização» do

processo de acumulação primitiva de capital privado, em que o controlo do Estado sobre os activos estratégicos e a dependência dos influxos externos de capital constituem elementos vitais na formatação das particularidades históricas do processo de acumulação. Nesta fase da pesquisa, o quadro analítico histórico foi estruturado em torno da lógica e das tensões entre o que chamámos «ondas de expropriação do Estado» na formação de classes capitalistas nacionais. Esta análise incorpora, numa única matriz de quatro subdimensões: as lutas sobre mudança de propriedade e do seu quadro institucional; as relações e as tensões entre o controlo da propriedade, a escolha dos recursos prioritários, a identificação dos focos prioritários da política e da estratégia, e a atracção e o acesso a capital externo; os mecanismos de apropriação e transferência de excedente e rendas entre o público, o privado nacional e o multinacional; e a discussão destes elementos com referência a e com localização no tempo.

Esta componente de pesquisa pode evoluir em quatro direcções que, tendo tensões entre si, se podem, no entanto, complementar, nomeadamente: a construção de uma matriz macroeconómica de transferências de excedente e rendas (incluindo as transferências fiscais), que permita formalizar os mecanismos, a magnitude e os impactos estruturantes da porosidade económica na relação entre capital nacional e multinacional e o Estado, e revelar, mais exactamente, as debilidades e dinâmicas de crise; a magnitude, o papel e as consequências da financeirização dos recursos minerais-energéticos e da terra; a institucionalização da propriedade privada dos principais activos e recursos estratégicos e as suas implicações na formatação das relações de poder e das estruturas económicas, incluindo das dinâmicas de descentralização; e as ligações entre a porosidade económica, a financeirização dos activos produtivos, as estruturas e dinâmicas das políticas monetária, fiscal e cambial e as bolhas especulativas na economia.

A quarta dimensão consiste na pesquisa da organização corporativa da produção, a partir do estudo de indústrias específicas e das dinâmicas de surgimento e desaparecimento de grupos económicos e das ligações entre eles. Esta dimensão investiga as formas variadas como as indústrias se estruturam, adaptando-se aos mercados, ao quadro macroeconómico e ao ambiente estratégico industrial, e ajustando-os aos seus interesses e possibilidades. Este enfoque da pesquisa permite ultrapassar a dicotomia entre pequenas e médias empresas (PME) e grandes ou megaempresas, estudando as empresas para além das suas barreiras tradicionais, no contexto das indústrias ou redes de produção de que são parte (Castel-Branco, 2016b).

A quinta dimensão consiste na pesquisa de como é que o sector financeiro se estrutura, se relaciona com a base corporativa da economia, e se expande, se ajusta, tira proveito e transforma, a seu favor, as estruturas e dinâmicas de acumulação, bem como a sua relação com políticas e estratégias fiscais e monetárias. Além de ligar com a essência do modelo de acumulação, esta análise permite responder a questões conjunturais, como, por exemplo, a crise e o resgate de bancos, medidas de controlo e estabilização financeira, entre outros. Esta dimensão da pesquisa completa o circuito de análise e descrição das estruturas sociais de acumulação e liga os

vários elementos dessa análise, permitindo revelar e compreender a base estrutural e material das dinâmicas financeiras e do dinheiro, e entender as finanças e o dinheiro como componente endógena do modo de acumulação (Massarongo, 2013, 2015, 2016; Massarongo & Muianga, 2011).

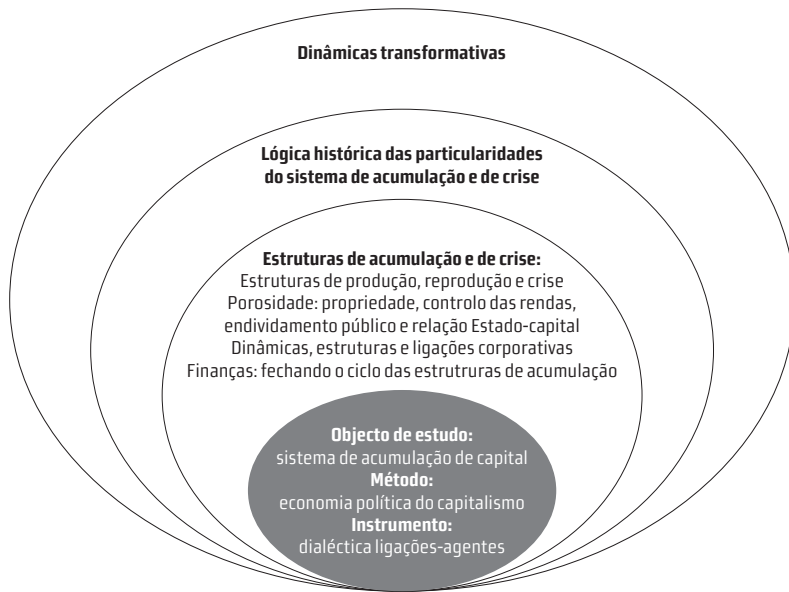
A sexta dimensão da pesquisa consiste na explicação histórica das particularidades que o desenvolvimento do modo capitalista de acumulação adquire em Moçambique, isto é, qual é a lógica histórica destes processos e particularidades e como foram e são formatados, em contextos históricos específicos fora do controlo de forças sociais individuais. Nesta fase da pesquisa, o entendimento da dialéctica ligações-agentes é fundamental para explicar as dinâmicas de reprodução, crise, ruptura e coerência. Esta fase deve permitir explicar as estruturas e relações sociais descritas, bem como fornecer a base de informação para a dimensão seguinte (Castel-Branco, 2002, 2016a).

A sétima dimensão da pesquisa consiste em identificar, descrever e compreender as condições, energia, motivações e focos transformativos, bem como os processos que podem levar a que esse potencial resulte em capacidade transformativa objectiva. A informação para esta fase resulta da explicação histórica das estruturas e dinâmicas de acumulação, feita com base na dialéctica das ligações-agentes.

As sete dimensões e fases da pesquisa da economia política do processo de acumulação privada de capital em Moçambique estão resumidas na Figura 1. Do centro para a periferia da figura, conceptualmente, a pesquisa inclui a definição do objecto, método e instrumentos práticos de estudo, a descrição crítica das estruturas de acumulação [que inclui quatro dimensões, nomeadamente as estruturas de reprodução e crise ou economia extractiva, a porosidade económica (formato da relação particular entre o capital e o Estado), as dinâmicas corporativas e as finanças], a lógica e coerência históricas do formato particular do sistema de acumulação de capital que emerge em Moçambique e o estudo das dinâmicas transformativas.

Os artigos seguintes, nesta secção «Economia», demonstram a aplicação deste método, nomeadamente identificando os traços comuns das dinâmicas de expansão e crise do sistema de acumulação e desenvolvendo a contextualização lógica e histórica da reprodução e ruptura do sistema de acumulação de capital.

FIGURA 1: PROCESSO E TRAJECTÓRIA DO ESTUDO DA ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM MOÇAMBIQUE



REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique?
In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2002). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. School of Oriental and African Studies. Londres: University of London.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363.
- Castel-Branco, C. (2016a). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2016b). Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique, 2016*. Maputo: IESE.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: from Minerals Energy-Complex to Industrialization*. Londres: Westview Press.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- Gruffydd-Jones, B. (2012). Method of political economy. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) e Northampton (MA, USA): Edward Elgar
- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics.
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.

- Massarongo, F. (2015). Porque é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? *Boletim IDELAS*, 69. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F., & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida - problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório 81/8*. Maputo: CEA/UEM (Centro de Estudos Africanos).

CRISES ECONÓMICAS E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

A única parte da chamada riqueza nacional que realmente é apropriada colectivamente pelos povos em sociedades modernas [capitalistas] é a sua dívida nacional
(Karl Marx, 1976, Capítulo XXX, citado em Ben Fine, 2010)

Agora parece que também temos de apropriar-nos da dívida privada!
(Ben Fine, 2010)

INTRODUÇÃO

Crises, particularmente as sistémicas e/ou que se repetem com regularidade, são momentos cruciais para estudar economias, pois reflectem a convergência dos diversos factores estruturais, económicos, sociais e políticos que moldam e determinam os limites e o potencial de mudança do sistema de acumulação, quando as tensões e as contradições se revelam mais claramente. Este artigo pretende mostrar como as crises económicas em Moçambique são parte orgânica do processo de acumulação de capital e quão relevante o estudo dessas crises é para formular perguntas essenciais e definir a trajectória de investigação do sistema de acumulação de capital em Moçambique. O artigo começa com uma discussão de teorias de crise capitalista que são, ou podem ser, relevantes para o caso moçambicano, explora as crises económicas das últimas seis décadas em Moçambique, identifica traços comuns das crises, que, não sendo a sua essência, dela fazem parte, descreve e analisa as estruturas de acumulação, focando-se em quatro questões centrais: o *nexus* «crescimento económico-pobreza» e as questões práticas de investigação que o seu estudo levanta, a evolução das estruturas produtivas e a sua descrição como economia extractiva, a porosidade económica e a ligação orgânica entre subsídios fiscais, dívida pública e acumulação privada de capital, e o sistema financeiro que emerge destas estruturas económicas. O artigo termina com duas questões: se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças

de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas? As opções de respostas a estas questões são desenvolvidas na discussão da lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2017b).

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

As crises económicas podem ocorrer por causa de uma variedade de factores, alguns dos quais externos ao circuito do capital, tais como instabilidade e convulsões políticas e sociais, mudanças tecnológicas significativas (que podem forçar a destruição de forças produtivas e a brusca queda dos preços), sensibilidade das bolsas de valores e de mercadorias a «más notícias» económicas, políticas e ecológicas, colapso de instituições financeiras, incapacidade de ramos do capital de se reestruturarem para fazerem face à redução da taxa de lucro, endividamento público e/ou privado excessivo e muito rápido, associado à mercantilização e financeirização dos serviços públicos e da segurança social, ou à expansão ou intensão de expansão excessivamente rápida da base produtiva, entre muitas outras razões (Fine & Saad-Filho, 2016). Naturalmente, a definição de crise económica é associada com a suposta causa directa ou configuração específica de cada crise, de onde surgem denominações como a crise financeira, a crise dos produtos alimentares, a crise dos preços do petróleo, a crise da dívida externa, entre outras. Nesta secção abordamos crise de forma mais sistemática, como parte orgânica do sistema de acumulação de capital e de reestruturação das condições de acumulação.

CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O circuito de acumulação de capital (ou circuito do capital) descreve, de forma abstracta, as principais relações, tensões e contradições sociais específicas ao modo de produção capitalista envolvidas no processo de acumulação de capital. Na sua versão simplificada, o circuito é organizado em duas esferas, produção e circulação, e revela como o capital-dinheiro (M) é convertido em mais capital-dinheiro (M') através do processo de produção, usando mercadorias (C), na forma de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), e gerando e apropriando excedente (C') na esfera da produção, o qual é realizado em M' na esfera da circulação (vendas), sendo M' convertido em capital pela sua transformação em mais mercadorias (C''), nomeadamente mais força de trabalho (FT'') e mais meios de produção (MP''), usadas na reprodução do circuito do capital, a um nível mais alto de acumulação de capital. Portanto, o circuito do capital consiste no seguinte conjunto de relações sociais:

[$M \rightarrow C_{FT}^{MP} \rightarrow (\text{produção}) \rightarrow C' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow M' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow C'' \rightarrow_{FT}^{MP} (\text{produção}) \rightarrow \dots, \text{ etc.}]$, em que $[M' = M + \Delta M$, sendo que $M' > M$ se $\Delta M > 0$; $C' = C + C\Delta$, sendo que $C' > C$ se $\Delta C > 0$], em que ΔC é o valor adicional extraído do trabalho na esfera da produção, e ΔM pode incorporar o componente do excedente realizado que é convertido em mais capital (π) e empréstimos que adquirem a forma de capital-dinheiro portador de juros (IBC), isto é $[\Delta M = \pi + IBC$, sendo que $\Delta M > \pi$ se $IBC > 0$] (Marx, 1976, 1978, 1981).

As principais relações sociais, específicas ao modo de produção capitalista, imediatamente reveladas por esta versão simplificada do circuito do capital, são (i) entre facções do capital (financeiro e produtivo), (ii) entre sectores da economia (produtores de bens de capital e de bens de consumo) e, o que é o mais importante, (iii) entre capital e trabalho [em que os trabalhadores, alienados da propriedade dos principais meios de produção, vendem a sua força de trabalho (FT) ao capital, como mercadoria¹].

As principais tensões e contradições implícitas nesta versão simplificada do circuito do capital são (i) o poder do capital financeiro, sobretudo na forma de IBC, que pode determinar a mobilização e a alocação de crédito, decidir sobre a configuração específica das estruturas de acumulação, promover inovação e expansão do processo de produtivo, ou definir a fracção do excedente, na forma de mais-valia, que lhe é devida e quando a deve apropriar, podendo, neste caso, desenvolver um conflito de interesse com o capital produtivo no que diz respeito à apropriação e à aplicação da mais-valia; (ii) a existência de um mecanismo de exploração dos trabalhadores, localizado no processo de produção, que permite ao capital, dentro dos limites das estruturas de acumulação (de produção, de competição e de luta de classes), estabelecer e extrair o excedente e definir a sua utilização; (iii) a necessidade de realizar o excedente na esfera da circulação, o que cria a possibilidade de o nível de excedente realizado divergir significativamente, e com perdas, do nível de excedente produzido; e (iv) o imperativo de reproduzir e expandir o circuito continuamente, ao longo do tempo, ou perecer como capital.

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Para a economia política clássica, a crise económica que se mantenha para além do tempo necessário para o ajustamento dos mercados é um fenómeno financeiro. Na sua óptica, o excesso de produção sobre o consumo é irracional, pois se o objectivo último da produção é o

¹ Cada mercadoria tem valor de uso e valor, sendo o primeiro derivado da sua utilidade para o comprador e o segundo derivado do trabalho incorporado na mercadoria, ou o custo da sua reprodução. A mercadoria força de trabalho tem a particularidade de ter e de gerar valor, sendo a única mercadoria a fazê-lo, e ambos resultam da relação social entre trabalho e capital. O valor da força de trabalho, o custo da sua reprodução social, é relacionado com o seu valor de uso, que é a sua capacidade de gerar valor ou excedente para o capital, e ambos dependem de como o dia de trabalho é distribuído entre custo socialmente necessário (valor da força de trabalho) e lucro (valor adicional gerado pela força de trabalho que é apropriado pelo capital), o que, por sua vez, depende das estruturas de acumulação, nomeadamente das condições de produção, de competição e de luta de classes (Marx, 1976).

consumo, então o objectivo de vender uma mercadoria é o de poder comprar outra, pelo que o mercado ajusta a oferta à procura. Além disso, o excesso de produção que possa acontecer num ramo da economia é compensado por défice noutra, pelo que o mercado transfere capital do primeiro ramo, onde a taxa de lucro é mais baixa, para o segundo ramo, onde a taxa de lucro é mais alta, assim reciclando a crise, restaurando as proporcionalidades na produção e repondo a igualdade da taxa de lucro em todos os sectores. Portanto, na óptica clássica, crises são fenómenos passageiros, rapidamente reciclados e eliminados pelo mercado, pelo que uma crise só pode prolongar-se se for sustentada de forma «não natural», o que apenas pode acontecer por via da expansão especulativa do crédito (Clarke, 2012).

Para a economia política marxista, a crise económica não é uma divergência acidental da norma de crescimento proporcional, a ser eliminada facilmente por via da competição, mas uma característica normal, contínua, inevitável e essencial da produção capitalista e, dialecticamente, é simultaneamente causa e efeito da competição capitalista. As crises podem acontecer por causa de interrupções do circuito do capital na esfera da produção se a massa dos trabalhadores parar a produção por um longo período (por exemplo, em acção sindical por causa de baixos salários e da deterioração do poder de compra, da intensificação do trabalho,² da deterioração das condições contratuais e da redução do acesso a serviços e bens básicos para a sua reprodução social³), ou se surgirem problemas inesperados com o processo produtivo (como um grande desastre natural ou mudanças tecnológicas significativas que se confrontem com a escassez de recursos financeiros para as adoptar). No entanto, geralmente as crises acontecem por causa de rupturas no circuito do capital que ocorrem na esfera da circulação, onde a mais-valia é realizada (por via das vendas/compras), o capital é mobilizado e a força de trabalho e os meios de produção são adquiridos (Clarke, 2012; Marois, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016). Uma causa frequente da crise económica é os capitalistas não conseguirem vender as mercadorias sem incorrerem em perdas significativas (excesso de oferta ou défice de procura), o que se reflecte em cortes na produção e no emprego, falências, incapacidade de servir dívidas e maior concentração e centralização de capital, podendo resultar numa cadeia de incerteza e ruptura no circuito do capital à escala da economia, com cada vez maior desarticulação entre produção e consumo. Recordemo-nos de que o objectivo da produção capitalista não é

² A intensificação do trabalho difere do aumento da produtividade do trabalho. A intensificação do trabalho consiste na produção de mais excedente sem modificar os métodos de produção para além da imposição da disciplina requerida para que o trabalhador trabalhe mais arduamente e por mais tempo (mais horas, menos intervalos, mais energia gasta por cada trabalhador, etc.). A produtividade do trabalho, por sua vez, está associada à introdução de novos métodos de produção, em que os trabalhadores tomam conta de máquinas, resultando na redistribuição do tempo de trabalho a favor do capital, dado que o tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho (tempo necessário para produzir o que o trabalhador retém para si) reduz. Em ambos os casos, o lucro pode aumentar – no primeiro caso, pela imposição de um dia de trabalho mais longo e mais difícil para os trabalhadores; no segundo caso, pela redução do tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho (pagar os seus custos) de modo a aumentar a porção do trabalho apropriada pelo capital como lucro.

³ Como acontece com a implementação de programas de austeridade social, geralmente introduzidos para aumentar a taxa de lucro do capital (para reduzir impostos sobre o capital ou para realocar a despesa pública a favor do capital).

satisfazer necessidades dos consumidores, mas a acumulação de capital que requer a contínua concretização de lucros cada vez maiores, o que é feito com a *produção* (na esfera da produção) e a *realização* (na esfera da circulação) do lucro (sem a produção a realização não pode acontecer; sem a realização o processo de acumulação não se concretiza nem se reproduz) (*ibidem*). A introdução de novos métodos de produção é a forma principal para aumentar os lucros (e a forma principal de competição capitalista), pois permite reduzir custos e realocar fracções maiores da produção para acumulação de capital, reduzindo, ao mesmo tempo, o tempo necessário para produzir a subsistência e a reprodução social da força de trabalho. Mas os novos métodos não se destinam a aliviar o esforço dos trabalhadores, nem os novos produtos são introduzidos para satisfazer necessidades humanas essenciais, pois a acumulação de capital é marcada pela contínua criação de novas necessidades, pela polarização entre riqueza e pobreza e pela coexistência entre trabalho intensivo, duro e prolongado, novos métodos de produção e desemprego. O capitalista que consiga reduzir custos relativamente aos competidores produz tanto quanto pode, tanto para atingir a escala de produção tornada possível pelos novos métodos de produção e penetrar o mais possível no mercado como para expulsar alguns competidores, os que não consigam inovar tão rapidamente (por terem menos recursos ou por qualquer outro motivo) (*ibidem*).

Como resultado da competição, a oferta excede a procura e os preços caem. A tendência para o excesso de produção é uma realidade diária da produção capitalista, em que os capitalistas, sob risco de extinção, são obrigados a expandir a produção, a introduzir novos métodos que permitam cortar custos e a gerar novos produtos que permitam criar nova procura e expandir mercados. Eventualmente, com a falência de alguns competidores, que são obrigados a encerrar as actividades e a despedir trabalhadores, a oferta é transitoriamente realinhada com os limites da procura e as taxas de lucro aumentam, mas à custa da concentração e centralização do capital num menor número de empresas maiores e à custa do aumento do desemprego. Se este processo se expandir de um para mais sectores, então uma crise à escala da economia pode emergir, com o processo de reestruturação (concentração e centralização de capital e aumento do desemprego) a generalizar-se (*ibidem*).

Esta reestruturação do capital vai para além da esfera da produção e alarga-se à economia em geral (por exemplo, aos mercados, às finanças e à distribuição do rendimento), à organização espacial (por exemplo, às relações entre o campo e a cidade, entre regiões mais e menos desenvolvidas e às relações internacionais), e à reprodução e transformação social (por exemplo, a casualização, informalização ou flexibilização do emprego, ou empobrecimento de camadas das classes trabalhadoras). Um instrumento fundamental deste processo de reestruturação é o sistema de crédito, que é capaz de mobilizar unidades financeiras mais pequenas e redistribuí-las em escala maior, e pode promover ou retrain as opções de reestruturação e inovação do processo de acumulação (*ibidem*).

Durante o período de crise e de ajustamento, a taxa de lucro cai e as respostas à crise, a direcção do ajustamento, são no sentido de repor e aumentar a taxa de lucro, o que tende a conduzir a maior concentração e centralização do capital e mais desemprego ou substanciais reduções nos salários e na oferta de serviços e bens básicos para a reprodução social da força de trabalho (e, portanto, do capital), como a segurança social, o acesso a serviços de educação, de saúde e de transporte, etc. (*ibidem*).

Portanto, crises económicas não são acidentes nem apenas possibilidades, mas são necessidades essenciais e inevitáveis do próprio processo de acumulação de capital, que resultam directamente da natureza e dos objectivos da produção capitalista e que permitem reestruturar o capital para elevar as taxas de lucro. Estas rupturas podem ser involuntárias (como é o caso das flutuações nos mercados globais ou de avanços tecnológicos que obriguem à destruição de forças produtivas mais antiquadas ou à substituição de uns produtos por outros) ou voluntárias (como é o caso dos capitalistas, que, inovando, baixam os custos de produção e inundam o mercado para destruir a concorrência). Na prática, estas crises são voluntárias para uns capitalistas (por exemplo, os que inovam e apostam na concentração e centralização do capital) e involuntárias para outros (por exemplo, os que são levados à falência pelo processo de inovação, concentração e centralização de capital) (*ibidem*).

A dinâmica da economia capitalista integra contratendências à concentração e centralização de capital, que resultam precisamente do processo de inovação (introdução de novos produtos com características diferentes, introdução de novos processos que resultem na redução de custos de produção e na possibilidade de combinar a escala com a variação do leque de produtos, etc.). A dinâmica de inovação pode estimular a emergência de novas empresas que, transitoriamente, desafiam e travam a monopolização dos mercados.

No entanto, o sucesso destas novas empresas, no modo de produção capitalista, depende da sua capacidade de crescerem e de se tornarem suficientemente grandes e dominantes num ramo, numa indústria, num mercado, numa tecnologia ou na economia a ponto de beneficiarem de economias de escala, do acesso privilegiado a finanças, de relações dominantes com fornecedores e clientes e do espaço e da capacidade para continuarem a inovar (produtos e processos) para se manterem no mercado. Se não o conseguirem, ou desaparecem ou são adquiridas por outras e tornam-se parte de uma grande corporação. Portanto, o modo de produção capitalista gera, continuamente, dinâmicas de inovação e destruição das forças produtivas e dos produtos, com o objectivo de acumular capital (criando e reestruturando novas necessidades e nova procura, em vez de satisfazer as necessidades existentes), resultando numa relação dialéctica entre as tendências de concentração e centralização de capital e as suas contratendências, transitórias, nomeadamente a emergência de novas empresas, ramos e indústrias, cuja sobrevivência e sucesso, como capitalistas, depende da sua capacidade de se tornarem dominantes no futuro (Fine & Saad-Filho, 2016).

As rupturas do circuito do capital podem resultar, também, de tendências especulativas, na medida em que capitalistas podem não comprar ou vender mercadorias, e podem não usar a capacidade produtiva que controlam porque antecipam ou especulam sobre a probabilidade de os preços do que compram baixarem e os preços do que vendem subirem. Alternativamente, se as previsões dos preços forem opostas às mencionadas (os do que compram subirem e os do que vendem baixarem), os capitalistas podem inundar os mercados com as suas mercadorias (fazendo cair os preços para todos), ou tentar comprar em excesso (fazendo subir os preços para todos). Estas dinâmicas especulativas sobre preços futuros de mercadorias provocam enorme instabilidade e volatilidade nos mercados e podem resultar em crises de grandes proporções (Fine & Saad-Filho, 2016)

Uma das formas como os capitalistas tentam estabilizar mercados, para proteger a sua capacidade de realizar lucros e acumular capital, é pelo estabelecimento de acordos de compra e venda, de médio ou longo prazo, com fornecedores e clientes, em que quantidades, qualidade e preços são negociados para um certo período de tempo. Isto conduz a mais concentração e centralização de capital por via quer da integração vertical e diversificação horizontal das empresas (assim internalizando os mercados) quer pela superação das barreiras tradicionais das empresas através da forma como clientes e fornecedores se relacionam fora do mercado, tornando o processo e a cadeia de produção e realização de mais-valia concentrados e centralizados (Castel-Branco, 2016b). Em qualquer dos casos, o ajustamento à crise gerada por esta via resulta na destruição de forças produtivas e de produtos e no desemprego, bem como na concentração e na centralização de capital, através quer da formação de empresas maiores quer da integração de processos produtivos e comerciais em redes maiores e mais bem articuladas. Os produtos primários, em estado bruto ou semiprocessados (minerais e energéticos, agrícolas e florestais, da pesca, etc.), são particularmente sensíveis às tendências especulativas e à volatilidade dos mercados. Com excepção dos hidrocarbonetos, os produtos primários são mais susceptíveis de serem substituídos pelo avanço tecnológico e a sua procura é pouco sensível (pouco elástica) relativamente a variações no rendimento e nos preços. De facto, à medida que o rendimento aumenta, o peso destes produtos no consumo diminui. Do mesmo modo, para que a procura aumente é necessário que os preços baixem mais do que proporcionalmente. Além disso, os padrões de produção criados pelo capitalismo global geraram monopólios que controlam a produção, a comercialização, o transporte, a armazenagem, a transformação, a venda e a revenda, a tecnologia, as finanças e a finalidade destes produtos, tornando-os presas fáceis da especulação internacional. Por conseguinte, a maioria dos produtores destes produtos tem pouco ou nenhum controlo sobre as tendências dos mercados, nomeadamente sobre os preços, a especulação e a manipulação da procura e da oferta, ganham pouco mas perdem muito, e estão sujeitos ao poder das corporações que controlam as cadeiras de produção, comércio, tecnologia e finanças.

A diferença entre os hidrocarbonetos e os restantes produtos primários reside na elevada elasticidade da sua procura em relação ao rendimento, quando este sobe, e à menor elasticidade quando o rendimento baixa. Isto quer dizer que, quando o rendimento aumenta, o peso dos hidrocarbonetos na estrutura do consumo aumenta mais do que proporcionalmente (por exemplo, porque a família deixou de andar a pé, de bicicleta ou de transporte público e passou a utilizar um carro privado), mas quando o rendimento reduz, a redução no consumo de bens e serviços intensivos em hidrocarbonetos reduz menos do que proporcionalmente (por exemplo, as famílias podem deixar de andar de carro privado, mas continuam a precisar de produtos e serviços baseados em hidrocarbonetos para cozinharemos e terem luz artificial, etc.). A economia moderna é intensiva em hidrocarbonetos, e isso transforma o petróleo, o gás natural e o carvão em mercadorias estratégicas e preciosas, mas, também por isso, sujeitas a especulação global.

Mais importante do que as várias manifestações de crises é entender a sua essência, ou a sua causa fundamental, que é o resultado da contradição entre a tendência do capitalismo de desenvolver, sem limites, as forças produtivas e, na sequência disso, expandir a mais-valia a ser realizada, e os limites sociais do consumo. Nestas circunstâncias, a estabilidade do sistema requer que uma porção cada vez maior da produção seja consumida pelos capitalistas (em consumo de luxo ou mais investimento), mas isto nem sempre é possível, pois há limites sociais objectivos para a possibilidade e o sucesso deste tipo de acção que são colocados por uma série de factores ligados com as estruturas de acumulação, nomeadamente as estruturas e as condições de produção, de competição e da luta de classes. Portanto, o capitalismo tende a ser instável e propenso a crises, e a crise explode quando a produção se tenha expandido para além das possibilidades de realização (venda) lucrativa, isto é, quando a mais-valia gerada na produção não pode ser realizada na esfera da circulação (Fine & Saad-Filho, 2016).

A discussão da crise económica internacional, que também é interpretada como resultado do funcionamento defeituoso do sistema financeiro, tem de ser capaz de localizar a desaceleração da expansão da economia global, marcante nos últimos quarenta anos, nas características e manifestações específicas que esta crise adquiriu, em especial o avanço da financeirização do capital. O que define a financeirização na época actual é a expansão e o domínio do capital usurário por toda a economia, incluindo às operações financeiras de corporações industriais putativamente independentes e à mercantilização de novas áreas e oportunidades de lucro na prestação de serviços públicos, através da privatização e terceirização dos serviços de saúde, educação, transporte, segurança pública, habitação, segurança social, crédito para o consumo individual, etc. Neste sentido, o capital usurário, com apoio do Estado, promoveu activamente a acumulação de capital fictício à custa da acumulação de activos reais, destruiu e reestruturou activos reais e decidiu sobre a alocação de crédito com base na prioridade dada a retornos financeiros de curto prazo para os accionistas e os credores.

Embora altamente lucrativa para capitalistas e corporações individuais, a curto prazo, a financeirização é disfuncional para a acumulação de capital em geral. A intervenção do Estado em nome de/e para resgatar o capital financeiro das consequências da financeirização reflecte a subordinação do Estado aos mercados financeiros: (i) o elevado custo da intervenção do Estado, sem precedentes na história do capitalismo, fragilizou-o e tornou-o incapaz de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas; (ii) em geral, o Estado atacou directa e brutalmente as conquistas sociais e as condições básicas de reprodução da força de trabalho, pondo em causa a educação, a saúde, os sistemas de segurança social, o emprego, num momento histórico em que a crise, por causa do desemprego, enfraqueceu a organização, a mobilização e a capacidade de acção das classes trabalhadoras, etc.; (iii) ao fazer este ataque ao sistema social e o resgate do sistema financeiro, o Estado não só ajudou o processo de concentração e centralização de capital (fictício) como exacerbou as condições de especulação e «ofereceu» ao capital financeiro oportunidades de expandir para novas áreas em que acumulação de activos financeiros pode ser realizada. Um exemplo disto é o que aconteceu com o ataque aos serviços sociais, que foram privatizados ou terceirizados à medida que o Estado implementava programas draconianos de austeridade social (Fine & Saad-Filho, 2016).⁴

A tendência para a crise é inerente ao modo capitalista de produção, mas cada crise é singular nas suas manifestações concretas, que decorrem das características e configurações específicas do processo de acumulação de capital em cada local e período histórico (Clarke, 2012). Para a explicação de crises específicas, o importante é entender como a sua essência – a subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia – se manifesta através das desproporções na produção, excesso de produção, défice de consumo ou redução das taxas de lucro (Fine & Saad-Filho, 2016).

As crises periódicas do capitalismo revelam os limites do modo de produção capitalistas, mas, em si mesmas, não o destroem – a destruição de desvalorização de produtos e de forças produtivas, a criação e a conquista de novos mercados e a exploração mais meticulosa de mercados já existentes, as pressões sobre a força de trabalho, cuja organização e acção são enfraquecidas pelas crises e ondas de desemprego ou deterioração das condições de emprego, removem barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas e abrem o caminho simultaneamente para a renovação do processo de acumulação, maior concentração e centralização de capital e crises de excesso de produção ainda maiores. Embora as dinâmicas que criam as crises também criem o trabalho organizado, força social antagonista ao capital, as crises também desorganizam o trabalho e põem em causa as suas conquistas sociais, pelo que, separadas de outros factores sociais e históricos concretos, as crises não representam, em si, o fim do capitalismo (Clarke, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016).

⁴ Ver Castel-Branco (2017b) para uma descrição mais detalhada do significado de financeirização e as suas implicações para a configuração dos actuais padrões de acumulação de capital em Moçambique.

CRISES E ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A secção anterior tratou, no plano teórico, as crises económicas como necessidade essencial e inevitável do processo de acumulação de capital, argumentando que são tanto a causa como o efeito da competição capitalista e da reestruturação do capital (concentração e centralização do capital e aumento do desemprego) que dela emerge. Nessa secção, as crises foram localizadas no circuito de acumulação de capital, tanto por serem entendidas como parte orgânica desse circuito como por razões didácticas, de modo a mostrar como uns elementos se relacionam com outros. Nesta secção vamos olhar para as dinâmicas das crises da economia de Moçambique em relação com a descrição das suas estruturas de acumulação, assim localizando as crises nas condições e circunstâncias materiais específicas do modo de acumulação capitalista em Moçambique. O objectivo desta análise é entender como é que o modo de funcionamento da economia alimenta a expansão (para novas áreas) e a intensificação (nos mercados já existentes) da acumulação de capital, mas, ao mesmo tempo, reproduz as tendências e dinâmicas de crise que constroem, reestruturam e renovam esse processo de acumulação, mas com custos sociais significativos. Esta análise permite identificar as dinâmicas transformativas que são geradas na sociedade pelas tensões, contradições e antagonismos do sistema social e acumulação e capital.

CRISES E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO I: 1950-1974

Na segunda metade do século xx, a economia de Moçambique foi afectada por, pelo menos, cinco crises, umas mais severas e prolongadas do que outras, nomeadamente em 1963-64, 1970-72, 1974-77, 1982-87 e 1991-93. Em todos os casos, as crises manifestaram-se pela redução significativa da actividade económica, com taxas negativas de crescimento, que se seguiram a períodos de rápida expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e do investimento. Num certo sentido, criou-se um padrão típico em que um período de rápido crescimento económico, com a duração de 2-5 anos, era seguido por outro de crescimento negativo, com a duração de 2-3 anos – com excepção da crise dos anos 1980, cujo período de declínio económico durou cinco anos (Tabela 1). O significado de «crise», nesta análise, é associado a esta interrupção, relativamente frequente, da expansão do processo de acumulação de capital, que é marcado não apenas por desaceleração (taxas menores de expansão) mas por retrocesso (taxas negativas de expansão) nos níveis de actividade económica.

Em cada caso, o período de impulso económico (rápida expansão da base de acumulação), que antecedeu cada crise, não foi sustentado por causa do esgotamento da capacidade económica de intensificar ou manter a utilização da base produtiva existente e de a expandir, o que geralmente foi causado por défices fiscal e da balança de transacções correntes que foram acumulados no período

de expansão. Isto levanta três questões: (i) porque surgiram tais défices?; (ii) porque ficaram, os défices, insustentáveis a ponto de a economia ser obrigada a contrair-se?; e (iii) porque se repetiu este padrão ao longo de pouco mais de três décadas, apesar de mudanças políticas radicais?

Nas décadas de 1950 e de 1960, a economia moçambicana foi afectada por três políticas fundamentais, que resultaram de pressões que a crescente monopolização da economia portuguesa exercia sobre o Estado fascista, nomeadamente: (i) a integração e especialização dentro do espaço económico português, que permitira a expansão da indústria monopolista portuguesa aproveitando as matérias-primas e os mercados das colónias, e possibilitaria a reciclagem do equipamento e da maquinaria obsoletos, com a emergência de um mercado de bens de capital em segunda mão nas colónias, reduzindo, assim, os custos líquidos de investimento em capital para os monopólios portugueses; (ii) a autonomização das colónias e a implementação da austeridade fiscal nas mesmas, que permitiria concentrar o investimento em Portugal, e viria a obrigar à introdução de uma política de «portas abertas» para facilitar a entrada de capital estrangeiro não português; e (iii) a promoção da emigração, para as colónias, das massas de trabalhadores rurais, operários, artesãos e pequenos empresários desempregados e falidos, que representavam um fardo e uma ameaça política fundamental para o regime corporativista do Estado Novo, e que iriam expandir os mercados de bens e serviços, aumentar a quantidade de força de trabalho com experiência industrial e gerar grupos sociais de pressão para o desenvolvimento de uma base empresarial capitalista independente nas colónias (Castel-Branco, 2002a; Wuyts, 1980; Pereira Leite, 1989).

Os impactos económicos e sociais deste processo foram significativos, fazendo-se sentir mais intensamente entre 1960 e 1974. Primeiro, emergiu uma indústria de montagem final, orientada para o mercado doméstico, construída com base na reciclagem de bens de capital (equipamento e maquinaria) obsoletos, dependente de importações, reduzida a oito ramos industriais, em que apenas 5% do produto industrial era derivado de indústrias de bens de capital e de engenharia industrial e com ligações produtivas limitadas dentro da economia. A capacidade de sustentar a sua rápida expansão estava dependente do desempenho do sector exportador da economia (Castel-Branco, 2002a; Brum, 1976).

Segundo, o sector exportador, que continuou dominado por serviços (64% das exportações), manteve-se concentrado em actividades primárias e dependentes das dinâmicas de acumulação de capital externo, nomeadamente força de trabalho migratória e serviços de transportes ferroviários (para a África Austral) e oito produtos agro-industriais e da pesca, todos semiprocessados. Os mercados para estes bens e serviços tinham duas características marcantes: relativamente rígidos quando os preços aumentavam,⁵ e voláteis. A concentração da economia

⁵ Recordemo-nos de que a elasticidade da procura destes produtos relativamente ao rendimento e aos preços é baixa. Isto é parte fundamental da explicação de as exportações da força de trabalho de trabalhadores migrantes e de os serviços de transporte se terem mantido como a principal fonte de receitas de exportação ao longo do século passado.

neste tipo de exportações limitava as opções sociais e económicas de desenvolvimento e gerava instabilidade e imprevisibilidade nas receitas de exportação e, por consequência, na capacidade de manter a expansão da base de acumulação industrial dependente de importações, especialmente porque dada a sua especialização a economia não tinha alternativas (*ibidem*). Terceiro, a combinação da expansão do emprego assalariado (na indústria, construção, transportes e trabalho migratório) com o aumento das necessidades de produtos alimentares para o mercado doméstico conduziu à abolição formal do trabalho forçado e ao aumento do custo da força de trabalho (quer porque a demanda de força de trabalho aumentou, quer porque a produtividade da economia se mantinha baixa), o que gerou novos focos de acumulação e diferenciação (e as tensões e contradições a isso associadas), bem como estimulou mais investimento em mecanização. Nos sectores exportadores, a maior mecanização reduziu a receita líquida disponível para financiar a expansão do resto da economia. Nos sectores orientados para o mercado doméstico, a mecanização aumentou a procura de moeda externa, mas não as exportações (*ibidem*).

TABELA 1: TAXAS MÉDIA ANUAL E ACUMULADA DE VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), EM PORCENTAGEM, E ÍNDICES DE BASE 100 DO PIB (DOIS ANOS DE BASE, 1950=100, 1975=100)

	1959-63	1963-65	1965-70	1970-72	1972-74	1974-77	CRISE DOS ANOS 1980			1991-93
Taxa média anual de variação do PIB real (a)	5%	-4%	6%	-4%	6%	-7%	3%	-9%	5%	-4%
Taxa de variação acumulada, no período, do PIB real (b)	22%	-4%	34%	-8%	12%	-23%	14%	-51%	22%	-8%
Índice do PIB, 1950=100 (c)	122	117	157	144	162	141	160	79	96	88
Índice do PIB, 1975=100 (c)	81	78	104	96	108	94	107	52	64	59

Fonte: Castel-Branco (2002a)

Notas: (a) as taxas de variação (crescimento ou redução) indicadas são médias anuais em cada período; (b) as taxas de variação indicadas são acumuladas ao longo do período, seguindo a fórmula $\{R_n = [(1 + r)^n - 1]\}$ em que r é a taxa média anual de crescimento e n é o número de anos do período; (c) o índice de base 100 adopta um ano como base de referência para mostrar o comportamento acumulado de um indicador ao longo do tempo em relação a esse ano de base. Neste caso, o índice do PIB real (deflacionado pelo deflator oficial do PIB) é calculado com dois anos de base, 1950=100 (os anos 1950 marcam o início da rápida expansão da indústria manufacturiera orientada para o mercado doméstico, dependente de importações e focada nos processos finais de montagem, com elevados níveis de standardização e simplificação, e baixas exigências em qualificações) e 1975=100 (1975 é um marco na transição política por causa da independência nacional).

A escolha destes anos de base pretende captar dois momentos de transição, nomeadamente um de potencial mudança de estruturas produtivas e outro de mudança real de regime político com potenciais implicações nas estruturas produtivas.

O cálculo do índice segue a fórmula de Laspeyres $\left(\frac{PIB_{t+j}}{PIB_{t=100}} * 100\right)_n$ em que PIB_{t+j} se refere ao PIB em anos diferentes, e $PIB_{t=100}$ é o PIB do ano de base (neste caso, será o PIB de 1950 ou o PIB de 1975).

O índice será igual a 100 se $j=0$, pois $t=100$ (ano de base) para o dividendo e para o divisor.

Quarto, embora a economia se tenha expandido, com particular ênfase para o sector manufatureiro orientado para o mercado interno, a sua base de acumulação continuou afunilada, o défice comercial com Portugal e com a África do Sul aumentou, a taxa de cobertura das importações pelas exportações reduziu para 50% e a balança de transacções correntes registou um défice recorde de 50 milhões USD entre 1968-1971, apesar de a balança de serviços ter registado um *superavit* de cem milhões USD, pressupondo que as importações de bens excediam as exportações de bens em 150 milhões USD (*ibidem*).

Quinto, a austeridade fiscal aplicada às colónias, que foi exacerbada pelo aumento das despesas com a defesa por causa do início das lutas armadas de libertação nacional na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique, impediu o Estado de apoiar os processos necessários de reestruturação económica. A tarefa de reestruturação foi atribuída à atracção de capital multinacional, o que focou o investimento em recursos minerais e energia, transportes e equipamento de transportes, materiais de construção e fundição de metais básicos. Das doze indústrias que se desenvolveram entre 1960 e 1974, quatro foram criadas por capital multinacional em combinação com capital monopolista português, e as restantes oito receberam apoio técnico e financeiro multinacional (*ibidem*).

Portanto, as crises económicas de 1963-65 e 1970-72 podem ser explicadas pelas tensões, contradições e antagonismos no seio do capital – entre o grande capital monopolista, português e multinacional, que dominava as exportações, e o capital emergente na indústria de montagem orientada para o mercado interno, cuja expansão dependia de/e exercia pressões sobre as receitas de exportação.

O enfoque do Estado português na modernização do capital monopolista em Portugal impediu-o de apoiar a reestruturação da base produtiva em Moçambique. A «solução» fascista para as tensões e para os antagonismos de classe que emergiam com o desemprego e a falência do pequeno capital em Portugal e com o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas nas colónias, nomeadamente a política de promoção da emigração para as colónias, gerava novas contradições e tensões, nomeadamente com a emergência de pressões para a industrialização e para a mecanização da produção em face da crise do sistema do trabalho forçado e da reestruturação dos mercados de trabalho, por causa da sua incapacidade de fazer face às demandas contraditórias da expansão do capitalismo. Portanto, a forma dominante de integração de Moçambique na economia capitalista global – como exportador de produtos primários, de força de trabalho barata e de serviços de transporte, o que, em si, era causa de instabilidade e crises recorrentes relacionadas com a especialização dependente da economia – entrava em conflito com as novas tensões e pressões criadas pela emergência de novas facções de capital, pela transformação dos mercados de trabalho e pelo avanço da luta política anticolonial e antifascista (Wiels, 1977a, 1977b; Wuyts, 1980; Brum, 1976; Pereira Leite, 1989; Castel-Branco, 2002a).

A crise de 1974-77 foi o resultado da combinação das tensões e contradições económicas do sistema colonial de acumulação de capital com a crise geral do sistema colonial marcada pela independência nacional. A paralisação do sistema de comercialização agrícola, o abandono de empresas industriais e agrícolas, a redução drástica das exportações de força de trabalho migratória e de serviços de transportes para a África do Sul e para a Rodésia do Sul revelaram as fraquezas estruturais e as vulnerabilidades extremas da economia moçambicana, e serviram de impulso para a abordagem de mudança e transformação, que estaria na origem da grave crise dos anos 1980.

CRISES E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO II: O FRACASSO DO «GRANDE IMPULSO EM FRENTE» NOS ANOS 1980

A resposta do Governo moçambicano à crise do sistema colonial, assente numa análise focada apenas na necessidade de alterar as estruturas de investimento, produção e comércio, foi um ambicioso programa económico para eliminar o subdesenvolvimento e lançar as bases do socialismo em apenas dez anos, na década de 1980-90, que ficou conhecido como o Plano Prospectivo Indicativo (PPI). Este programa estava assente em três pilares básicos: a socialização do campo, pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas organizadas em empresas agrícolas estatais ou cooperativas; a industrialização, sobretudo relacionada com a transformação agro-industrial e com grandes projectos minerais e energéticos, centrados no vale do Zambeze; e o programa generalizado de educação e formação profissional, para responder às necessidades dos dois anteriores pilares. O instrumento central para implementar o PPI seria o chamado «aparelho de Estado de direcção da economia», que incluía o sistema de planificação, finanças públicas, banca, institutos e empresas estatais, que deveria conceber e executar um programa de investimento público extremamente ambicioso, centrado nas grandes empresas estatais, que deveria quintuplicar o tamanho da economia e transformar as forças produtivas do país em apenas dez anos. Foi assumido que o financiamento do PPI seria, em grande medida, garantido pela cooperação internacional, em particular pela Comunidade de Ajuda Mútua Económica (CAME),⁶ e pelo seu impacto na expansão da base fiscal do Estado à medida que a base empresarial da economia se desenvolvesse. No entanto, em princípios dos anos 1980 já se tornara claro que o «grande impulso» falhara. A Tabela 2 mostra as taxas de variação, em percentagem, de alguns indicadores económicos principais, comparando a primeira metade dos anos 1980 com o ano anterior ao início do PPI (1979).

Estes dados revelam, imediatamente, quatro aspectos fundamentais. Primeiro, o impulso dado à economia, pela implementação do PPI, manteve-se apenas por dois anos. Em 1984, quatro

⁶ A CAME, ou COMECON, era constituída por dez membros, nomeadamente os sete países do bloco soviético do Leste europeu (a URSS, a RDA, a Bulgária, a Roménia, a Hungria, a Polónia e a Checoslováquia), mais Mongólia, Cuba e Vietname, para além de doze países observadores, entre eles Moçambique.

anos após o início do PPI, o desempenho da economia era significativamente pior do que em 1979, ano anterior ao início do programa: o PIB, as exportações, as importações e a taxa de cobertura das importações tinham decrescido (-13%, -46%, -23% e -60%, respectivamente) e o investimento bruto havia voltado ao mesmo nível de 1979. Portanto, a economia havia acelerado por um breve período, mas travou bruscamente e entrou em declínio.

Segundo, o investimento bruto cresceu meteoricamente, quase quadruplicando entre 1979 e 1982, como seria de esperar de um programa que pretendia quintuplicar o tamanho da economia em dez anos. Porém, esta expansão durou apenas dois anos, e o decréscimo que se seguiu, a partir do terceiro ano, foi tão brutal que levou a que em 1984 o investimento bruto fosse idêntico ao de 1979. Portanto, a economia recebeu um impulso grande, mas sem o «combustível» necessário para sustentar o impulso e para reproduzir os recursos necessários para continuar a investir, retrocedeu para um nível anterior ao ponto de partida.

TABELA 2: TAXAS DE VARIAÇÃO REAIS (PREÇOS CONSTANTES) DE ALGUNS INDICADORES ECONÓMICOS FUNDAMENTAIS ENTRE 1979 E 1984, EM PORCENTAGEM (ACUMULADAS NO PERÍODO)

	1979-1982	1982-1983	1983-1984	1979-1984
Produto Interno Bruto (PIB)	9%	-12%	-9%	-13%
Investimento bruto	270%	-64%	-25%	0
Exportações de bens e serviços	7%	-27%	-32%	-46%
Importações de bens e serviços	47%	-25%	-30%	-23%
Taxa de cobertura de importações (a)	-44%	-20%	-10%	-60%

Fonte: Castel-Branco (2002a); Wuyts (1989)

Notas: cada coluna à direita da descrição dos indicadores mostra a variação, ou taxa de crescimento (ou de decréscimo), em %, registada nos indicadores nos períodos indicados (as variações não são anuais, mas para cada período, a não ser que o período em causa seja de um ano apenas). A última coluna da direita mostra a variação acumulada para todo o período entre 1979 e 1984. A taxa de variação, em percentagem, é calculada do seguinte modo $\left[\Delta Z_t = \frac{Z_t - Z_{t-j}}{Z_{t-j}} * 100 \right]$, em que Z_t se refere a qualquer um dos indicadores (PIB, investimento, etc.), e t e t-j são referências ao período em análise (por exemplo, no cálculo da taxa de variação de qualquer um dos indicadores para o período 1979-1982, t = 1982 e t-j = 1979).

(a) A taxa de cobertura de importações é um rácio entre exportações e importações de bens e serviços, que indica a percentagem das importações nacionais que pode ser adquirida pelas exportações. Nesta tabela, os dados mostram a taxa de variação da taxa de cobertura das importações, que é $\left[\Delta Q_{(23)} = \frac{\left(\frac{X}{M} \right)_t - \left(\frac{X}{M} \right)_{t-1}}{\left(\frac{X}{M} \right)_{t-1}} * 100 \right]$ em que X, M e t se referem a exportações, importações e tempo, respectivamente. Uma redução na taxa de cobertura de importações significa que a capacidade endógena de importar reduziu.

Terceiro, no período de aceleração (1980-82), as exportações, os produtos primários agrícolas e marinhos cresceram ligeiramente (7%), mas as importações, dominadas por combustíveis, maquinaria e equipamento, matérias-primas e materiais auxiliares, aumentaram seis vezes mais depressa (44%), pelo que a taxa de cobertura das importações se deteriorou ao longo de todo o período, atingindo o seu ponto mínimo em 1984 (18%). Além disso, a brutal desaceleração

do investimento foi acompanhada por uma significativa contracção das importações, de tal modo que, em 1984, o nível de importações era 23% inferior ao de 1979. Estes dados sugerem que o investimento foi um factor determinante das variações do nível de importações, mas teve um impacto mais residual nas exportações, o que é consistente com a estrutura dependente da economia e com o despoletar das tendências de crise integradas nas estruturas económicas nacionais.

O impacto residual do investimento nas exportações, quando este se expandia rapidamente, deveu-se a quatro factores: a relativa rigidez da procura mundial por produtos primários (com excepção dos hidrocarbonetos); a volatilidade dos preços dos produtos primários; o diferencial de tempo que existe entre fazer investimento e este tornar-se capacidade produtiva e de exportação real; e a reorientação de parte significativa do investimento para actividades económicas diferentes das exportações tradicionais, na tentativa de alterar as estruturas económicas. O rápido declínio das exportações, que se seguiu à travagem do programa de investimento, foi causado tanto por essa travagem como, fundamentalmente, pela expansão da guerra nas zonas rurais e pela deterioração dos preços dos produtos primários. Por sua vez, a rápida expansão e contracção das importações, associadas às dinâmicas de investimento, reflectem a dependência de importações das estruturas económicas e sociais e do modelo de crescimento adoptado. Finalmente, embora o PIB tenha crescido na fase inicial (3% ao ano, aproximadamente),

Quarto, o PIB, à semelhança das exportações, cresceu lentamente no período da aceleração, com um rácio capital-PIB muito elevado (aproximadamente trinta unidades de investimento por cada unidade de crescimento do PIB).⁷ Este elevado custo económico e social do crescimento económico foi, em parte, causado pelos mesmos factores que podem ter minimizado o crescimento das exportações: o diferencial de tempo entre investir e transformar esse investimento em capacidade produtiva real,⁸ a aplicação do grosso do investimento em actividades novas, ainda não testadas, à custa da perda de capacidade produtiva nas actividades já estabelecidas, mas, também, reflecte o baixo valor acrescentado de uma economia que expande com base em importações (Gráfico 1).

O Gráfico 1 mostra o rácio entre o valor acrescentado industrial (VAI = PIB industrial) e o investimento realizado na indústria.⁹ As duas linhas a grosso mostram, respectivamente, o rácio VAI e o investimento no mesmo ano e o mesmo rácio, mas com um *lag* de um ano (VAI de um

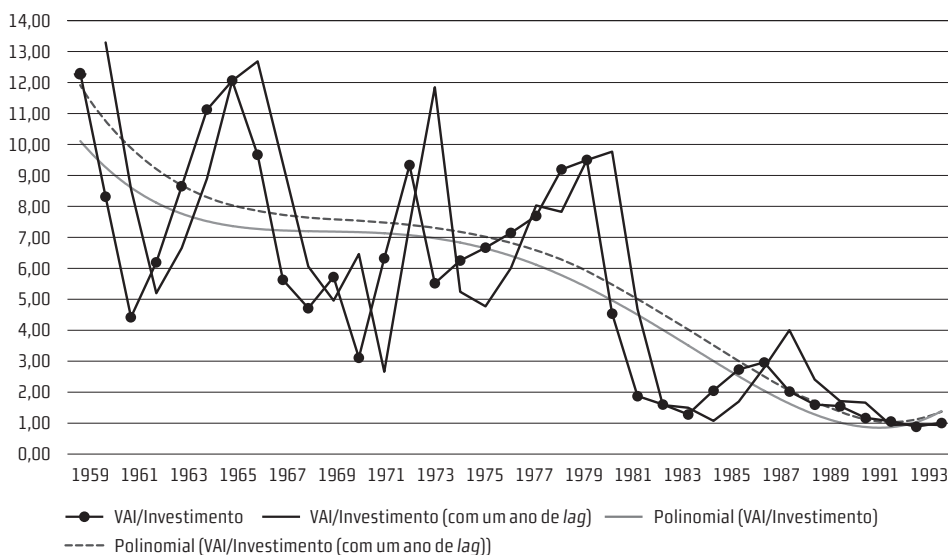
⁷ O que tende a aumentar o rácio capital-produto, ou, o que é o mesmo, a reduzir a eficácia do investimento para gerar produto. Tomando y como o crescimento económico, e I e v como investimento e a sua eficácia marginal para gerar novo produto, respectivamente, então $y = I \cdot v$, em que v é o inverso do rácio capital-produto, $[v = \frac{1}{\frac{I}{y}}]$. Logo, quanto maior for o rácio capital-produto, menor será a quantidade de produto gerada por uma unidade de investimento. O Gráfico 1 mostra este problema a um nível mais específico, o inverso do rácio entre valor acrescentado (em vez de produto total) e investimento, que alteraria a equação de v para $[\frac{v = \frac{1}{\frac{I}{VAI}}}]$, em que I é investimento industrial e VAI é o valor acrescentado industrial.

⁸ Que requer o domínio da tecnologia, a montagem das linhas de abastecimento e comercialização, a gestão, a organização do trabalho e da força de trabalho, o desenvolvimento das relações com fornecedores e clientes, etc.

⁹ $\left[\frac{VAI}{I_{-1}} \right]_{1993}$

ano e o investimento do ano anterior), com observações reais, para captar os efeitos imediatos e retardados do investimento no VAI. As linhas a tracejado mostram as tendências dos dois rácios. Há três conclusões imediatas a tirar destes dados. Primeiro, as duas séries (com e sem *lag*) são muito semelhantes, tanto nos picos extremos (mais altos e mais baixos, embora a série com *lag* mostre um impacto um pouco maior do investimento no VAI, o que é previsível por causa do diferencial e tempo entre a execução do investimento e a sua conversão em produção efectiva) como na enorme variação do rácio. Segundo, a tendência geral das séries é para o rácio diminuir ao longo do período, mais acentuadamente a partir de 1980. Aparentemente, isso significa que a economia se foi tornando menos eficiente a converter investimento em valor acrescentado, mas esta conclusão, não sendo falsa, não capta todos os aspectos fundamentais do problema. Por um lado, os dados disponíveis estão agregados e não foi possível identificar precisamente em que ramos foi feito o investimento e qual foi o seu impacto no VAI desse ramo. É provável que haja diferenciação significativa entre ramos industriais, no que diz respeito ao investimento realizado e ao seu impacto produtivo, mas esta diferenciação provável não é captada pelos dados nesta forma agregada. Portanto, o que os dados mostram é um rácio médio, que não é exacto, mas apenas aproximado. Por outro lado, como foi mencionado, a expansão da actividade industrial focou-se nas indústrias de montagem final para o mercado interno e nas indústrias de semiprocessamento de produtos primários para exportação – ambas adicionam pouco valor, embora sejam intensivas em trabalho e requeiram algum investimento em capital, pois os processos de produção e transformação são muito simples, superficiais e estandardizados. Portanto, à medida que esta indústria se expande, o rácio MVA-investimento tende a diminuir. Uma das razões por que o rácio é maior na primeira metade das séries é a indústria ser ainda menos intensiva em capital e o parque industrial dominante ainda ser o já estabelecido e a funcionar em plena capacidade. A redução do rácio MVA-investimento também pode reflectir a combinação entre um pico muito alto de investimento e a subutilização da capacidade instalada, que é o que aconteceu com o PPI. Como foi ilustrado na Tabela 2, entre 1979 e 1982 o investimento cresceu 270%, 30 vezes mais depressa do que o PIB.

GRÁFICO 1: RÁCIO ENTRE O VALOR ACRESCENTADO INDUSTRIAL (VAI) E O INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA

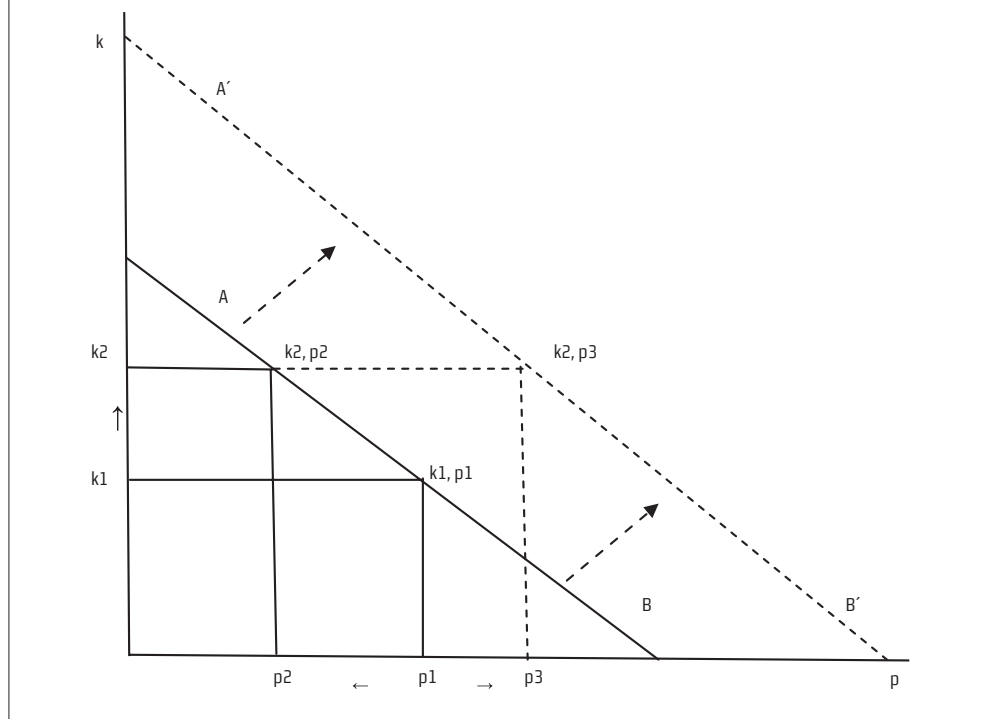


Fonte: Castel-Branco (2002a)

Além disso, numa economia dependente de importações tanto de capacidade produtiva fixa (equipamentos e máquinas, por exemplo) como das matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis que são necessários para operar a capacidade produtiva criada, a expansão da capacidade produtiva concorre contra a utilização dessa capacidade, dados os limites de disponibilidade em moeda externa (Doryie & Wuyts, 1993), (Figura 1). Nestas condições, a capacidade de sustentar a expansão da economia (isto é, alimentar a capacidade produtiva nova, que vai sendo criada pelo investimento, e manter os ritmos de investimento a médio e a longo prazos) é constringida pela velocidade de diversificação e expansão das exportações e da substituição efectiva das importações. Se a transformação estrutural não acontecer na economia, a aceleração económica da expansão económica tende a gerar uma bolha efémera, que rapidamente se expande, explode e implode (Castel-Branco, 2015b; Mandlate, 2017).

A Figura 1 mostra a relação inversa entre a expansão da capacidade produtiva e a utilização dessa capacidade, numa economia dependente de importações tanto dos meios de investimento como dos meios que permitem usar a capacidade criada, e que tem falta de moeda externa. Se a capacidade produtiva crescer de k_1 para k_2 , usando importações, a capacidade de importar os meios para usar essa capacidade produtiva diminui de p_1 para p_2 . A k_2 de capacidade produtiva, a disponibilidade de moeda externa terá de crescer de AB para $A'B'$ (através de aumento das exportações, ajuda externa, IDE ou empréstimos externos) para que a capacidade produtiva adicional possa ser plenamente utilizada.

FIGURA 1: RELAÇÃO ENTRE AUMENTO (K) E UTILIZAÇÃO (P) DA CAPACIDADE PRODUTIVA, NUMA ECONOMIA COM RESTRIÇÕES DE MOEDA EXTERNA E DEPENDENTE DE IMPORTAÇÕES PARA EXPANDIR E OPERAR A CAPACIDADE PRODUTIVA



A crise dos anos 1980 foi oficialmente explicada por quatro factores: a guerra, as calamidades naturais, a deterioração dos termos de troca internacionais das exportações relativamente às importações e erros de gestão económica (centralização excessiva, demasiado Estado e défice de mercado) (GdM, 1987, 1988, 1990; Banco Mundial, 1990, 1985). Estes argumentos são úteis para justificar uma abordagem neoliberal de estabilização e ajustamento estrutural, segundo o consenso de Washington, pois se eliminarmos do modelo as calamidades e os termos de troca (exógenos relativamente à política pública), restam a guerra (cuja «solução» é a paz) e os erros de gestão económica. Dado que estes «erros» estão definidos nos termos da relação inversa entre Estado e mercado e entre Estado e eficácia e eficiência económica (mais de um significa menos do outro), a única opção de política que esta análise produz é a privatização (incluindo a mercantilização de serviços públicos), a liberalização e a estabilização monetária por via do controlo da inflação. Esta abordagem não discute as limitações estruturais da economia, nem o seu enquadramento na economia mundial (que a torna vulnerável aos choques), nem analisa o impacto das suas opções de política na reprodução dos factores causadores das crises. Explicações alternativas desta crise emergem do debate, já antigo, sobre a estrutura de especialização da economia moçambicana, que a torna simultaneamente dependente de exportações de

mercadorias primárias para mercados rígidos e voláteis, e de importações de bens de investimento, de meios para usar a capacidade produtiva e de bens de consumo (Brum, 1976; Tibana, 1991; Weiss, 1992; Wuyts, 1989). Dado que a expansão económica depende de importações, e que a capacidade de expandir importações depende do comportamento das exportações de mercadorias (rígidas e voláteis), a rápida expansão da economia reforça estes padrões de dependência, o que conduz a crises estruturais de acumulação, ou se separa destes padrões, no intuito de alterar as estruturas produtivas, o que pode conduzir a crises de esgotamento da economia (como a dos anos 1980) ou à sustentação da expansão e transformação económica a médio e longo prazo. Estas abordagens são muito mais substantivas e interessantes do que a do Consenso Washington, pois são mais consistentes com a história económica de Moçambique, de onde extraem os seus argumentos, tentam fazer uma descrição detalhada das dinâmicas macroeconómicas fundamentais que são associadas com as estruturas e ligações produtivas, e colocam questões para as políticas públicas que são mais úteis, concretas e práticas.

Estas explicações alternativas podem ser estendidas para a discussão da crise de 1991-93 (Tabela 1). Esta crise foi precedida por um programa de investimento financiado por ajuda externa e direccionado para repor a capacidade produtiva de empresas produtoras de receita fiscal, de moeda externa, de emprego e de mercadorias para o campo, de modo a enfrentar os desequilíbrios fiscal e da balança de pagamentos, a aumentar o rendimento e o consumo das famílias e a reactivar a comercialização agrária. O investimento foi centrado em indústrias urbanas e periurbanas, normalmente dependentes de importações, por causa da paralisação da produção e da circulação de mercadorias no campo, no período da guerra. Pelas mesmas razões falharam as intenções de expandir mercados rurais para produtos industriais e de expandir as exportações de mercadorias primárias, dois dos enfoques e sustentáculos do programa. Por conseguinte, a expansão do investimento e da economia no período que antecedeu a crise foi centrada nos sectores dependentes de importações financiadas por ajuda externa, o que exacerbou a vulnerabilidade da economia (Castel-Branco, 2002a, 2003, 2010).

As questões levantadas por estas abordagens, sobretudo pelas alternativas ao Consenso de Washington, são reais e relevantes e, portanto, fazem parte do sistema de explicação da reprodução das condições de crise: a economia é especializada em exportações de mercadorias primárias e dependente de importações para produzir; este padrão de especialização e dependência torna-a vulnerável, volátil e propensa a crises de expansão determinadas pela instabilidade e imprevisibilidade dos mercados especulativos internacionais; os ciclos entre início da expansão e a sua crise, bem como a magnitude da crise, são encurtados pela aceleração da expansão, a quantidade de recursos mobilizados na fase de arranque da expansão e a estrutura e direcção da expansão; a fraqueza das infra-estruturas e das instituições de coordenação nacional e regional, bem como a dependência de condições naturais de produção, tornam a economia mais vulnerável às mudanças e à volatilidade climáticas; tentar fazer a economia crescer a um ritmo

muito superior à sua capacidade de reproduzir as condições para sustentar acumulação, numa tática de *blitzkrieg* económico,¹⁰ é, certamente, um problema; Estado e mercados fazem parte da economia, o Estado opera através dos mercados e tanto um como os outros são produto da interacção e do conflito entre as mesmas forças sociais, económicas e políticas e da mesma história; termos de troca entre a indústria e a agricultura, entre a cidade e o campo, entre a pequena e a grande indústria e entre o campesinato e os trabalhadores urbanos têm impacto significativo na capacidade e na direcção de acumulação e na transformação económica e social, questão que era igualmente relevante na Rússia revolucionária de 1917 e em Moçambique, seis décadas mais tarde; e, efectivamente, a partir de meados dos anos 1980, a guerra paralisou a produção e a circulação de mercadorias no campo.

Porém, apesar de colocarem questões reais e importantes, há algumas perguntas essenciais a que estas análises não respondem satisfatoriamente. Primeiro, se todas essas questões são relevantes, qual é a narrativa histórica que pode uni-las num único sistema de análise? Segundo, se todas estas questões são conhecidas, porque é que se reproduzem ao longo da história? Terceiro, neste contexto, de que modo, e até que ponto, é que uma estrutura de especialização que, à escala da economia, conduz a rupturas cíclicas de acumulação de capital, mais ou menos graves e frequentes, faz sentido ou não é inconsistente com os interesses de acumulação de facções individuais do capital, e que papel o Estado é chamado a jogar neste dilema? As crises não têm efeitos iguais para a economia como um todo e para as indústrias e empresas específicas e individuais e, numa perspectiva dialéctica, as dinâmicas da instabilidade e de crise são as mesmas da aceleração do processo de acumulação de capital e dos ajustamentos que resgatam o capital em crise à custa da economia como um todo e da sociedade. Quarto, porque é que sistemas políticos, instrumentos de gestão e objectivos de desenvolvimento diferentes não alteraram significativamente a configuração das crises, ou, por outras palavras, como se explica que tanto as estratégias de reprodução das estruturas produtivas como as que tentaram alterar tais estruturas geraram crises com dinâmicas semelhantes, ainda que com níveis de gravidade diferentes?

Portanto, esta discussão não se pode limitar a demonstrar as dinâmicas internas de crise associadas aos padrões de especialização dependentes, mas precisa de estudar a relação dialéctica entre essas estruturas, ou ligações, e as dinâmicas políticas e sociais associadas aos agentes, e como

¹⁰ *Blitzkrieg* significa ataque repentino, relâmpago, que de uma assentada resolve um conjunto complexo de questões. Tem a vantagem da iniciativa, surpresa, mobilidade e rapidez, mas põe enormes pressões sobre a logística e cria problemas de sustentabilidade a longo prazo. Este conceito é mais usado na ciência militar, no mundo do negócio e noutras aplicações de estratégia em que um «inimigo» poderoso (numeroso, ou bem equipado, ou experiente, ou com vantagem locacional, etc.) é confrontado e em que a iniciativa e a surpresa estratégica e tática podem ser de enorme vantagem a quem ataca, a curto prazo. No entanto, uma economia dificilmente pode ser considerada um campo para jogos desta natureza, e a velocidade da expansão ou transformação nunca será suficientemente alta para completar a ofensiva antes de os problemas estruturais profundos se revelarem. Para isso, seria necessário poder realizar a ofensiva à velocidade da luz. Não é possível resolver problemas estruturais tentando transformar a economia a uma velocidade maior do que a da revelação prática desses problemas, pois se são estruturais, são intrínsecos ao tecido económico e, por essa via, expansão ou transformação são sempre feitas com e a partir dessas mesmas estruturas e com esses mesmos problemas, exacerbando-os.

estas se moldam mutuamente. Ou seja, é preciso explicar a base social e histórica das estruturas de acumulação, sem o que essas estruturas se tornam estáticas e a-históricas, a narrativa fica centrada nas aparências, ainda que estas sejam reais e façam parte da essência, e a análise torna-se inútil para pensar em acção transformativa. Isto remete-nos tanto para uma secção anterior deste artigo, em que discutimos crises e o circuito de acumulação de capital, como para dois outros artigos deste livro, sobre o método de investigação (Castel-Branco, 2017a) e sobre a lógica histórica do sistema de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2017b), os quais discutem uma parte substancial destas questões, localizando-as tanto na lógica do sistema de acumulação de capital como na história económica contemporânea concreta de Moçambique.

CRISE ANUNCIADA – MEGACAPITAL E MEGACRISE NO SÉCULO XXI

Na secção anterior, descrevemos, muito brevemente, cinco momentos de crise na economia moçambicana, ocorridos na segunda metade do século XX, com a mais sistémica e aguda das cinco, a dos anos 1980, a merecer descrição mais detalhada. Nos cinco casos, as crises podem ser explicadas por uma combinação de factores internos ao funcionamento da economia política de Moçambique: as estruturas de especialização e dependência, pressões sociais e políticas, medidas de política económica e condições históricas específicas. Ao longo daquele período, apesar de mudanças políticas e históricas significativas, as condições estruturais e sociais de produção não mudaram significativamente, reproduziram-se e jogaram um papel central em cada uma das crises. As várias tentativas de transformação resultaram em crises de acumulação, mais ou menos agudas e prolongadas, teoricamente previsíveis pela tendência que o capitalismo tem para a crise e a necessidade que tem das crises como parte orgânica da sua expansão. Expandir e aumentar a escala do sistema de produção e das suas rendas, isto é, a escala e o ritmo de acumulação, não só não evitam como aceleram e aprofundam a emergência e a severidade de crises, se as questões mais gerais e essenciais ligadas com os padrões de acumulação de capital não forem tratadas. Esta secção discute a construção da actual crise económica moçambicana, revelando-a como a história de uma crise anunciada, começando por tratar da porosidade económica, como mecanismo necessário para a geração e apropriação de rendas para capitalizar o capitalismo doméstico (Castel-Branco, 2015a, 2014), também serviu para atrair e manter intenso o influxo de capital externo, fonte desse processo de capitalização. A secção discute, depois, o impacto deste processo na crise mais geral da economia, nomeadamente o seu afunilamento, a sua ineficácia a reduzir pobreza, a crise de insolvência financeira e o desenvolvimento de um sistema financeiro predominantemente especulativo.

POROSIDADE: LIGAÇÃO ORGÂNICA ENTRE PERDAS SOCIAIS E GANHOS PRIVADOS NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Porosidade económica é definida como o estado de permeabilidade da economia que permite, com facilidade, a perda de excedente ou riqueza social a favor quer da economia exterior quer da acumulação privada de riqueza. A porosidade económica pode resultar da incapacidade de absorção do excedente pela economia como resultado de factores estruturais, tais como a dependência de importação de capacidade produtiva e de bens de consumo básicos; a incapacidade de substituição efectiva de importações;¹¹ a desarticulação da base produtiva; a exposição à vulnerabilidade e à volatilidade criadas pela dependência de exportação de mercadorias primárias; a dependência de fluxos externos de capital para o investimento público e privado, que são, normalmente, acompanhados por exigências relativas à livre circulação de capitais, repatriamento de lucros e outras. Este tipo de porosidade, de tipo I, marca a economia moçambicana ao longo da história e, geralmente, resulta em perdas da economia doméstica para a economia global, constituindo uma das características da desigualdade do capitalismo global (Mandel, 1980; Castel-Branco, 2014).

A permeabilidade da economia pode, também, resultar de factores políticos e institucionais, como os generosos pacotes de incentivo e estímulo ao capital privado doméstico e multinacional, nomeadamente as privatizações e expropriações a baixo custo, a permissão da especulação financeira internacional com recursos nacionais estratégicos, as parcerias público-privadas e a mercantilização e terceirização dos serviços públicos, as garantias públicas para o endividamento privado, os pacotes de resgate dos bancos comerciais quando as bolhas especulativas se rompem, os incentivos fiscais redundantes do ponto de vista de atracção e alocação do investimento, as facilidades de repatriamento de capitais, a fuga ilícita de capitais, entre outros. Este tipo de porosidade, de tipo II, é essencialmente orientado para a transferência de recursos e rendas do sector público para acumulação privada de capital, doméstica ou internacional.

A porosidade resulta, pois, de estruturas, instituições e políticas económicas específicas, e pode ser um mecanismo de transferência de recursos e rendas públicos para promoção da acumulação privada de capital, sobretudo nas suas fases iniciais, por via da expropriação do Estado e do papel do Estado na articulação triangular, «sagrada», entre o Estado, o capital financeiro doméstico emergente e o capital multinacional (Castel-Branco, 2014).

Os factores económicos estruturais da porosidade da economia moçambicana serão discutidos noutras secções deste artigo, ou noutros artigos deste livro, através tanto da análise das dinâmicas de crise na segunda metade do século XX como da descrição das estruturas afuniladas e

¹¹ A substituição efectiva de importações está associada ao desenvolvimento de ligações e capacidades produtivas a montante e jusante. A «efectiva» substituição de importações difere, pois, de indústrias de montagem final de produtos, com base em e dependentes de importações e de força de trabalho pouco qualificada e barata, empregue em processos de produção altamente estandardizados e de pouco valor tecnológico (ver, por exemplo, Fine & Rustomjee, 1996; Chang, 1996).

descontínuas da economia extractiva. Nesta secção, vamos concentrar-nos, portanto, nos outros factores, políticos e institucionais, que já foram abordados com detalhe e profundidade em Castel-Branco (2010, 2014, 2015a, 2015b); Castel-Branco & Massarongo (2016a, 2016b), Massarongo (2013, 2015, 2016), Massarongo & Muianga (2011), Massingue & Muianga (2013). Nesta secção faremos um resumo da descrição do formato que a porosidade de tipo II assume em Moçambique, as ondas de expropriação do Estado para, de seguida, identificar uma das consequências mais marcantes, a ruptura da bolha económica especulativa.

O foco da política económica em Moçambique, nas últimas duas décadas e meia, tem sido a tentativa de fazer emergir e nutrir, ou capitalizar, classes capitalistas nacionais, num contexto em que as estruturas de acumulação privada de capital foram anteriormente criadas, pela penetração e ocupação colonial, pelo domínio do capital mineral-energético sul-africano na África Austral e pelas dinâmicas de integração em processos e estruturas de acumulação capitalistas globais e desiguais. Além disso, o processo de libertação do colonialismo foi acompanhado pela apropriação, pelo Estado, do controlo de activos produtivos, como empresas e infra-estruturas nacionalizadas ou intervencionadas, e dos recursos estratégicos, como a terra e os recursos minerais-energéticos. A criação e a capitalização das classes capitalistas nacionais requeriam a desnacionalização, desapropriação ou expropriação do Estado para benefício privado, bem como a criação das condições necessárias para o aproveitamento dos recursos e rendas privatizados para reprodução e acumulação de capital privado.

A primeira onda de expropriação do Estado, as privatizações maciças dos anos 1990, transferiu cerca de mil e quinhentas empresas públicas e acções públicas de mais outras tantas empresas para o domínio privado, 80% das quais foram para moçambicanos ligados à elite financeiro-comercial e política do País (comerciantes, pequenos industriais, quadros superiores das empresas públicas e da administração pública, veteranos da luta de libertação nacional, entre outros). Estas transferências de propriedade para moçambicanos foram subsidiadas, implicitamente e sem uma estratégia produtiva, por o Estado ter informalmente permitido que em média os novos empresários pagassem apenas cerca de 20% do preço de compra dos activos públicos privatizados (Cramer, 2001; UTRE, 1996, 1999). Estas privatizações não geraram dinâmicas de reprodução e acumulação de capital, porque os activos eram obsoletos e precisavam de investimento que os novos proprietários não tinham capacidade de realizar, a maioria dos quais não tinha qualquer experiência industrial e de gestão, e a economia não possuía os serviços (tecnológicos e de engenharia, de acesso a mercados, financeiros, de formação, etc.) acessíveis e de qualidade que pudessem ajudar a relançar a produção. Assim, cerca de 45% das empresas faliram e encerraram ou foram revendidas pelos proprietários, e cerca de 55% mudaram de actividade, geralmente da indústria transformadora para comércio ou armazenagem (UTRE, 1996, 1999; Banco Mundial, 1996). De todo o modo, o valor dos activos transferidos do Estado para as classes capitalistas emergentes, a baixo custo, é incalculável. Por outro lado,

o Estado perdeu financeiramente por causa dos subsídios implícitos e dos gastos com indenizações de trabalhadores despedidos de empresas falidas.

A segunda onda de expropriação do Estado, a privatização e mercantilização dos recursos públicos estratégicos, teve em vista estimular a capitalização de capitalistas nacionais e resolver o problema do enquadramento produtivo dos activos privatizados, não apenas, como na onda anterior, mudar a propriedade e criar novas rendas privadas à custa do Estado. A solução para este problema era atrair capital multinacional e associá-lo aos grupos de capitalistas sobreviventes da primeira onda de capitalização, pois as multinacionais trariam as finanças, a tecnologia, a qualidade, os mercados, os fornecedores, os gestores e os engenheiros, a reputação e a experiência. Para atrair as multinacionais, o Estado pôs à sua disposição os recursos estratégicos do País, nomeadamente a terra, os recursos minerais-energéticos e florestais. Alguns dos mecanismos de porosidade, como as grandes concessões dadas às multinacionais e a permissão da financeirização especulativa dos recursos estratégicos privatizados, o baixo custo dos activos, a mercantilização e privatização do controlo de infra-estruturas públicas, como as linhas férreas e os portos, fazem parte do processo de redução dos custos e dos riscos e de aceleração da taxa de recuperação do investimento, de modo a atrair esse tipo de capital. Para ligar as multinacionais à capitalização das classes capitalistas domésticas, o Estado transferiu para estas recursos e activos, a baixo custo, de modo que os proprietários nacionais pudessem negociá-los com largas vantagens financeiras mas com preços competitivos; reservou 20% das acções nos grandes projectos para alocação a novos proprietários nacionais e usou incentivos fiscais e o baixo custo dos activos como compensação, para o capital multinacional, de essas acções não serem realizadas financeiramente; financiou ou serviu de avalista para o financiamento de investimento privado doméstico para prestação de serviços a grandes projectos de capital multinacional; terceirizou, ou privatizou e mercantilizou, a prestação de serviços públicos, especialmente na logística e, até, na defesa e segurança, abrindo novas áreas para a expansão do capital privado com ajuda do Estado. Em conclusão, nesta segunda onda de expropriação do Estado (de recursos estratégicos, de instrumentos materiais de apoio à política económica e de rendas), este abdicou de receita e do seu poder sobre recursos estratégicos, e reorientou as prioridades da sua despesa para a promoção de ganhos privados (Castel-Branco, 2010, 2014, 2015a, 2015b; Castel-Branco & Massarongo, 2016b). A terceira onda de expropriação do Estado, o endividamento público acelerado para promover o capital privado, surge na sequência do sucesso e da rápida expansão do núcleo extractivo da economia e das suas infra-estruturas e serviços adjacentes, durante a segunda onda de expropriação do Estado, que expandiu as demandas sobre a despesa pública, tanto pelas necessidades de infra-estruturas e serviços como para garantir e proteger o rápido endividamento privado que esta estratégia de expansão económica estimulava. Assim surgiu a recente crise da dívida pública. O peso da dívida pública total no PIB terá aumentado de 40% para 115%, entre 2006 e 2015, projectando-se que tenha atingido 130% em 2016 e possa vir a atingir 140% em 2017 (GdM,

1999-2015; BdM, 2017; Banco Mundial, 2017). A Tabela 3 ilustra quatro aspectos importantes da dinâmica da dívida pública: o seu crescimento meteórico, mais de duas vezes mais rápido do que o da economia; a mudança radical da estrutura da dívida, a favor da dívida comercial, que é a componente mais cara, de mais curto prazo, mais difícil de renegociar e com mais impacto na avaliação da economia pelos mercados financeiros; o peso dominante, na formação da dívida comercial, da intervenção do Estado, por via da sua despesa, para promoção da acumulação privada de capital (as garantias à dívida privada e o investimento em infra-estruturas e serviços para megaprojectos somam 70% da dívida comercial); e o surgimento do efeito «armadilha da dívida», dado que 30% da dívida comercial é dívida contraída, predominantemente no mercado interno, para servir a dívida – isto é, a dívida está a nutrir a dívida.

A quarta onda de expropriação do Estado e da sociedade, a introdução da austeridade social por via fiscal (despesa pública) e monetária (controlo da massa monetária), surge como resposta monetarista tradicional à crise da dívida pública (uma das manifestações da insustentabilidade económica e social do modelo de acumulação adoptado), que, ao mesmo tempo, tenta equilibrar os défices (fiscal e da balança de pagamentos) e proteger o capital financeiro. O carácter ilícito de parte da dívida e o descontrolo da gestão da dívida paralisaram os influos de ajuda externa programática para o Orçamento do Estado e para a ajuda à balança de pagamentos.

A combinação do financiamento da dívida pela venda de títulos de dívida e da incapacidade de servir e reestruturar a dívida para níveis sustentáveis tornou o capital comercial mais escasso e mais caro.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ENTRE 2006 E 2015 (STOCK, ESTRUTURA E DINÂMICA), EM COMPARAÇÃO COM O CRESCIMENTO DO PIB NO MESMO PERÍODO

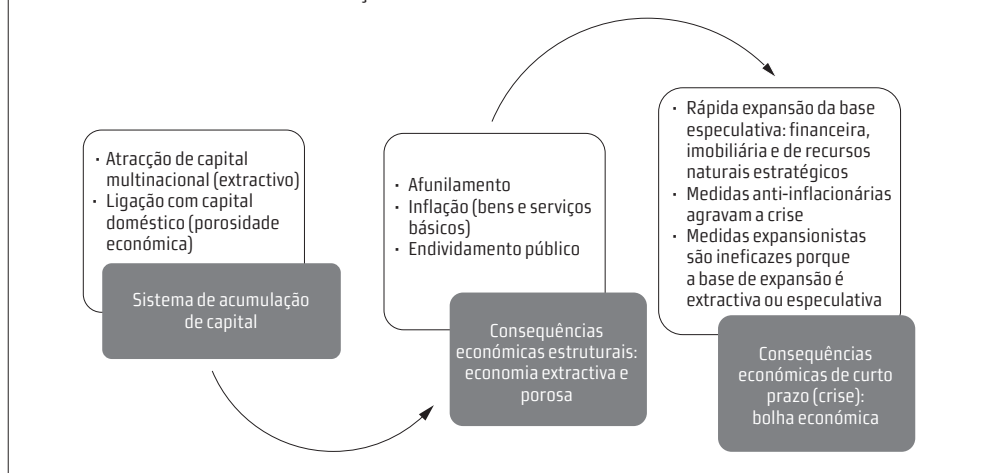
	VARIACÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA			VARIACÃO DO PIB	VARIACÃO DA DÍVIDA COMERCIAL			A DÍVIDA COMERCIAL POR TIPO DE DESPESA (PESO NA DÍVIDA COMERCIAL TOTAL)		
	Interna	Externa	Total		Variacão	Peso 2006 (a)	Peso 2015 (a)	Infra-estruturas (b)	Garantias à dívida privada (c)	Serviço da dívida (d)
Variacão acumulada no período 2006-2015	900%	223%	264%	97%	1.300%	8%	49%	31%	39%	30%
Média anual de variacão	26%	13%	15%	7%	37%	-	-	-	-	-

Fonte: GdM (1999-2015); Castel-Branco & Massarongo (2016c)

Notas: (a) peso da dívida comercial no stock total da dívida pública, nos anos respectivos; (b) associadas com os megaprojectos; (c) inclui apenas as garantias ilicitamente dadas a três empresas, Ematum, Proindicus e MMA; (d) maioritariamente formado por dívida interna contraída para pagar dívida.

A Standard & Poor's reduziu o *rating* financeiro de Moçambique de B+, em Fevereiro de 2014, para SD/D (sem valor para instituições de crédito), em Março de 2017. Além disso, há indícios claros de *stress* no sistema financeiro comercial doméstico criado pela ruptura da bolha especulativa: os bancos negociaram intensamente usando a dívida pública, mas o Estado não consegue honrá-la. Na sequência disso, o Banco de Moçambique já mencionou a necessidade de pacotes de resgate de alguns bancos comerciais, os critérios financeiros para formação e funcionamento dos bancos foram agravados, o quarto maior banco nacional está à venda e um dos pequenos bancos faliu e encerrou as suas actividades. A suspensão da ajuda externa, as pressões orçamentais do serviço da dívida e a escassez de capital comercial tornaram impossível continuar a política de financiar a valorização da moeda nacional para conter os custos de vida (dada a dependência da produção e do consumo em relação a importações) e subsidiar preços dos bens e serviços básicos. Logo, a inflação disparou, com destaque para a dos preços dos bens alimentares e de outros bens e serviços básicos mais procurados pelas camadas sociais de menor rendimento. Ao longo do tempo, os efeitos estruturantes da porosidade económica foram acumulando e convergiram no grave endividamento público e na consequente ruptura da bolha económica (Figura 2), com alguns impactos imediatos. Primeiro, o processo de acumulação de capital foi, mais uma vez, rompido. Ainda não é possível saber se esta crise vai suscitar a discussão política crítica que estimule a transformação do sistema de acumulação. Segundo, a escassez e o elevado custo do capital, interno e externo, reduzem as opções do sistema financeiro e da política pública para financiar a diversificação e o alargamento da base produtiva, comercial, fiscal e de distribuição da riqueza. Terceiro, o mecanismo de porosidade económica, em especial na fase do endividamento público acelerado, nutriu e exacerbou as tendências especulativas do sistema financeiro. Quarto, as medidas de estabilização financeira poderão reforçar a concentração e a centralização de capital, nomeadamente no sistema financeiro e no desenvolvimento da base produtiva. Quinto, a inflação mais acelerada dos preços dos bens e serviços básicos aumenta a desigualdade do poder de compra real e reduz as opções de desenvolvimento económico intensivo em trabalho e de redução da pobreza. Portanto, ao longo da história a permeabilidade da economia foi mantida, reproduzida e reformatada para responder às dinâmicas de acumulação privada de capital em cada etapa, mas sempre à custa do Estado e da sociedade como um todo. A porosidade económica ficou parte orgânica dos mecanismos de extracção, que permitem a privatização dos recursos, activos, serviços, excedente e rendas públicos, mas, ao mesmo tempo, tornam a economia extractiva insustentável e de difícil reprodução a longo prazo.

FIGURA 2: DAS DINÂMICAS DE ACUMULAÇÃO À BOLHA ECONÓMICA



INVESTIMENTO PRIVADO E AFUNILAMENTO CONTÍNUO DA BASE PRODUTIVA

O estudo das dinâmicas do investimento é uma maneira de investigar se e como as tendências do passado se podem reproduzir no futuro da economia. Moçambique tornou-se um dos três países da África Subsaariana mais apetecíveis para investidores privados, em conjunto com a Nigéria e a África do Sul, mas que economia está a ser construída com esse investimento? Será que a tendência de afunilamento da economia, e o seu impacto na base produtiva, no comércio, emprego e ligações empresariais, se vai reproduzir no futuro?

Dados do Banco de Moçambique (2017) e do Banco Mundial (2017) indicam que entre 2000-2105 Moçambique recebeu cerca de 28 biliões USD em investimento privado externo (investimento directo estrangeiro, IDE, e empréstimos externos comerciais). A Tabela 4 mostra que os influxos de investimento foram muito desiguais ao longo da última década e meia, com significativa aceleração nos últimos seis anos. No entanto, estes dados, mais exactos no que diz respeito aos influxos reais de investimento externo, não mostram a sua alocação sectorial. Por isso, vai ser necessário recorrer à base de dados do Centro de Promoção de Investimento (s.d.), sobre intenções de investimento privado.¹²

¹² «Investimento aprovado» é um *proxy* para análise das tendências e dinâmicas de investimento. A utilização deste *proxy* deve-se à dificuldade de acesso a dados sistemáticos e de longo prazo sobre o investimento de facto realizado, desagregado por projecto e por fonte de financiamento. Este *proxy* pode induzir a erros de análise de dois tipos. Primeiro, pode resultar no exagero do padrão de descontinuidade do investimento, porque um grande projecto de investimento pode ser aprovado num ano enquanto o investimento é realizado ao longo de vários. Segundo, dada a ausência de mais informação sistemática, é difícil estimar se o grande investimento estrangeiro tem uma taxa de realização maior ou menor do que a do pequeno investimento nacional. Por isso, é difícil saber se os dados do investimento aprovado sobestimam ou subestimam a concentração do investimento nos grandes projectos minerais e energéticos. No entanto, a análise do investimento aprovado, na ausência de dados melhores, dá informação útil sobre as intenções de investimento, tanto dos investidores como do Governo, e sobre as implicações dessas intenções para os padrões de produção e comércio futuros. Estes dados também dão informação sobre as fontes de investimento, o que é um indicador de motivações e de capacidades e dinâmicas de mobilização de recursos. Apesar destas chamadas de atenção sobre o cuidado a ter com estes dados, a análise do investimento aprovado é consistente com o comportamento geral da economia, o que dá garantias sobre a sua validade.

TABELA 4: INFLUXOS REAIS DE INVESTIMENTO PRIVADO EXTERNO (INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS EXTERNOS) PARA A ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE (EM MILHÕES DE USD)

	2000-04	2005-09	2010-14	2015	2000-15
Influxos reais de investimento privado externo	1324	2188	20 566	3868	27 946
Média anual	265	438	4131	3868	1747

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017)

TABELA 5: FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO, POR FONTE (EM % DO INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL), 1996-2015

	NACIONAL	ESTRANGEIRO	TOTAL
Investimento directo	6%	37%	43%
Empréstimos bancários	18%	39%	57%
Total	24%	76%	100%

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); CPI (s.d); Massingue & Muianga (2013); Castel-Branco (2002a, 2002b, 2010)

Esta base de dados revela que, nas últimas duas décadas, foram aprovados mais de 3400 projectos de investimento, num valor superior a 35 biliões USD.¹³ Deste montante, 37% são financiados por IDE, 6% por investimento directo nacional (IDN) e 57% por empréstimos do sistema bancário. Embora a informação do CPI não identifique a origem dos «empréstimos», o cruzamento desta informação com dados sobre os empréstimos do sistema bancário nacional permite concluir que cerca de 39% do investimento privado total é financiado por empréstimos da banca comercial externa e 18% pela banca comercial doméstica (BdM, 1995-2015; CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013) (Tabela 5). Logo, do investimento privado total em Moçambique, 76% é financiado por fluxos externos de capital.

Os dados sobre investimento mostram que a economia de Moçambique é atractiva para o capital financeiro externo, mas também apontam para o tipo de estruturas, capacidades e dinâmicas que essa economia poderá ter no futuro, criadas pelo investimento, e revelam os factores que atraem o capital financeiro. Assim, é importante prestar atenção ao padrão de investimento.

Primeiro, o investimento é concentrado num número reduzido de megaprojectos¹⁴ em sectores e actividades primárias, viradas para a exportação de mercadorias primárias, com limitadas

¹³ A disparidade entre a bases de dados do CPI e as do Banco de Moçambique e do Banco Mundial deve-se a três factores. Primeiro, o CPI inclui investimento nacional e estrangeiro, enquanto os dados dos dois bancos é sobre investimento estrangeiro. Segundo, a base de dados do CPI é sobre intenções de investimento aprovadas, enquanto as dos dois bancos é sobre influxos reais. Terceiro, a base de dados do CPI localiza o investimento no tempo em função do ano de aprovação do projecto, enquanto as dos dois bancos localiza-o temporalmente em função dos influxos reais.

¹⁴ Na lei do investimento privado em Moçambique, um megaprojecto é definido por requerer 500 milhões USD ou mais de investimento inicial. Esta categoria de projectos beneficia de incentivos fiscais e aduaneiros, de facilidades cambiais, de livre circulação de capitais e de livre repatriamento de lucros que excedem os benefícios das outras classes de projectos.

ligações domésticas. Os 13 megaprojectos da lista do CPI representam 0,4% do total dos projectos aprovados, prevêem o emprego directo de não mais de 20 mil trabalhadores, mas equivalem a 60% do montante do investimento privado aprovado entre 1990 e 2014 (22 biliões USD). Deste montante, 42% pertencem a quatro projectos industriais [fundição de alumínio, (fases I e II), fundição de ferro e aço, e petroquímica], 25% a três projectos florestais, 14% a dois projectos mineiros (areias pesadas e carvão), 9% a uma barragem hidroeléctrica, 5% a um grande projecto turístico e outros 5% a dois projectos de transportes e comunicações (um pequeno porto para escoamento de minerais e um projecto de telefonia móvel). Portanto, 95% do valor de intenções de investimento em megaprojectos destina-se directamente ao núcleo extractivo da economia (complexo mineral-energético e mercadorias agrícolas e florestais para exportação) ou à sua rede de serviços.

De um modo mais geral, do total de intenções de investimento aprovadas nas últimas duas décadas (incluindo todos os projectos), 30% destinam-se a recursos minerais e a energia, 25% a indústrias de fundição e petroquímica ligadas ao complexo mineral-energético, 20% a florestas e tabaco. Ou seja, 75% das intenções totais de investimento privado são para actividades do núcleo extractivo da economia orientadas para exportações de produtos primários. Pouco mais de metade do restante é alocado à rede de serviços e infra-estruturas que serve esse núcleo extractivo. Dado este padrão de intenções de investimento, a distribuição do investimento ao longo do tempo, por sectores e pelo território nacional, é desigual e descontinuada, dependendo dos megaprojectos. O aumento das intenções de investimento, que coincide com o interesse de investidores em gás, carvão, florestas e infra-estruturas associadas, concentrou-se no Centro e Norte de Moçambique (CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013).

Segundo, as intenções de investimento não são sempre concretizadas, pois há projectos cancelados ou atrasados, apesar de terem sido aprovados há vários anos. Oito dos treze maiores projectos aprovados entre há quatro e treze anos, correspondentes a 60% do valor de investimento aprovado para megaprojectos, ainda não estão em execução, estão significativamente atrasados ou foram cancelados. Uma avaliação preliminar feita nas províncias de Gaza, Tete e Cabo Delgado indica que sensivelmente metade do total dos projectos de investimento privado aprovados e listados pelo CPI não está em execução, ou é desconhecida localmente (Massingue & Muianga, 2013).

Sem mais investigação sistemática não é possível padronizar as causas dos cancelamentos ou atrasos na execução de projectos de investimento privado aprovados. A informação existente permite, no entanto, formular algumas hipóteses. A crise internacional constitui um obstáculo à mobilização de finanças, sobretudo para grandes projectos de investimento intensivos em capital, num período de contracção ou crescimento lento de mercados mundiais de algumas mercadorias primárias. A crise internacional é exacerbada pelo endividamento público acelerado em Moçambique, que levou à paralisação dos créditos comerciais e à aplicação das mais

altas taxas de juro mundiais sobre a dívida e os empréstimos para Moçambique, por causa do risco de incumprimento da dívida. Esta situação paralisou projectos de investimento em biocombustíveis, florestas e barragens, reduziu a capacidade do Governo de mobilizar investidores para o seu ambicioso programa de liquefacção de gás (devido aos custos de capital e à competição de projectos idênticos já estabelecidos em economias maiores), serviu de justificação oficial para a entrega, pelo Governo, e sem concurso público, do programa de digitalização da radiodifusão à empresa chinesa Star Times,¹⁵ alegando que o banco chinês Exim¹⁶ condicionou a concessão do crédito comercial ao Governo de Moçambique à alocação do projecto a uma corporação chinesa. Outro factor são os estrangulamentos nas infra-estruturas, nos serviços, na logística e no acesso a força de trabalho qualificada, que encarecem e atrasam projectos. Por exemplo, a falta de energia eléctrica é uma das causas da transição lenta entre a aprovação de projectos e a sua execução nos parques industriais, do mesmo modo que o estado de operação e a capacidade das linhas férreas afectam o ritmo da extracção/exportação do carvão. Os mercados financeiros domésticos, postos sob pressão pelo endividamento público, focam-se no núcleo extractivo da economia, na especulação com a dívida, no consumo de bens duráveis e de luxo e no grande negócio imobiliário, não tendo interesse nem capacidade para expansão no sentido do financiamento do resto da economia real. A desarticulação das estruturas e actividades produtivas, que fragmentam mercados, infra-estruturas e linhas de abastecimento, dificulta a implementação de projectos ou torna-os inviáveis e de alto risco. A competição oligopolista entre investidores encoraja-os a obterem recursos e a mantê-los inactivos, ainda que protegidos dos seus concorrentes, à espera de melhores mercados financeiros ou de mercadorias primárias.

A especulação, entre multinacionais, com os recursos nacionais (terra, água, recursos minerais e hidrocarbonetos) permite a corporações realizar rendas significativas como intermediários na transferência de propriedade pública para o mercado mundial de recursos, como nos casos da Riversdale, concessões de gás natural, projectos de biocombustíveis e florestas e outros. Obtendo concessões para áreas muito superiores ao que pretendem explorar, estas companhias usam a especulação dos activos para se autofinanciar, mas garantindo o controlo de quantidade significativa de acções nos recursos naturais a baixo custo. Corrupção, incompetência ou decisões irregulares por parte de decisores políticos também podem afectar a implementação de projectos. Estas hipóteses são explicações possíveis, mas somente investigação mais sistemática poderá confirmá-las e esclarecer o grau de relevância de cada uma delas, e como se relacionam entre si.

¹⁵ Em associação com a Star Times Moçambique, participada, em 15%, por empresas lideradas por familiares directos do então Presidente da República Armando Guebuza (Machel, 2011, 2012).

¹⁶ O banco Exim é um dos três bancos estatais chineses encarregados de implementar a política industrial do Governo chinês, dentro e fora do território da República Popular da China.

Terceiro, a dependência do financiamento externo contribui para que o padrão de investimento seja definido pelas corporações multinacionais e que os seus interesses corporativos dominem os interesses do capital doméstico e da banca. Assim, o IDE está concentrado (83%) no núcleo extractivo da economia, em que são também aplicados 71% dos empréstimos bancários (73% dos empréstimos externos e 66% dos empréstimos internos) e 58% do IDN. O capital privado doméstico é activo em quatro outros sectores: financeiro, turismo, transportes e comunicações e construção, que absorvem 42% do IDN, 17% do IDE e 21% dos empréstimos. Ou seja, 96% do IDE, 85% do IDN e 93% dos empréstimos estão concentrados nos sectores nucleares da economia extractiva e nos serviços e infra-estruturas associados (CPI, s.d.; Masingue & Muianga, 2013; Castel-Branco, 2010, 2014) (Tabela 6).

TABELA 6: ALOCAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO A ÁREAS DA ECONOMIA (PERCENTAGEM DE CADA FONTE QUE VAI PARA CADA ÁREA E PERCENTAGEM TOTAL ALOCADA POR ÁREA), 1996-2015

	ECONOMIA EXTRACTIVA					OUTROS SECTORES: (*) (a)
	Núcleo extractivo da economia (*) (a)	% do financiamento da fonte que vai para o núcleo extractivo (b)	Serviços e infra-estruturas adjacentes ou associados ao núcleo extractivo (*) (a)	% do financiamento da fonte que vai para os serviços e infra-estruturas adjacentes (b)	% do financiamento da fonte que vai para a economia extractiva (b)	
IDE	31%	83%	5%	13%	96%	1%
Empréstimos externos	29%	73%	9%	23%	96%	2%
IDN	3%	58%	2%	27%	85%	1%
Empréstimos internos	12%	66%	4%	22%	88%	2%
Total (c)	75%	-	20%	-	95%	6%

Fontes: CPI (s.d.); Masingue & Muianga (2013); Castel-Branco (2010, 2014)

Notas: (*) O núcleo extractivo incorpora os recursos minerais e energéticos, indústrias petroquímica e de fundição, tabaco, florestas e outras mercadorias agrárias para exportação. As infra-estruturas e os serviços adjacentes (ou associados) ao núcleo extractivo da economia incluem construção, comunicações, transportes e logística. «Outros sectores» inclui turismo, finanças, comunicações, transportes de passageiros e carga e habitação. (a) percentagem do investimento privado total; (b) percentagem da fonte de financiamento (IDE, ou IDN ou empréstimos internos ou externos) que é alocada ao sector; (c) a soma total dá 101% por causa do arredondamento dos números.

Quarto, o IDN, sendo mínimo (apenas 6% do investimento privado total), é aplicado predominantemente em áreas de retorno seguro, nomeadamente na margem do núcleo extractivo e nos serviços e infra-estruturas adjacentes. O núcleo extractivo é atractivo pela possibilidade de controlar e renegociar a exploração dos recursos naturais e de, por via de ligações com o Estado, ter acesso a expropriações a baixo custo e à estrutura accionista e directiva das grandes empresas do complexo mineral-energético (Castel-Branco, 2014; Machel, 2011, 2012).

Os serviços e infra-estruturas adjacentes são atractivos devido aos clientes seguros, ao controlo do acesso a infra-estrutura pública, às parcerias público-privadas (PPP) e ao financiamento público, por via da dívida, de parte substancial da infra-estrutura económica – isto explica, por exemplo, o papel destacado do IDN no sector financeiro (compra e gestão da dívida pública e outros fundos do Estado, bem como o negócio imobiliário), na construção (sobretudo a participação em obras públicas e logística dos hidrocarbonetos) e nos transportes e comunicações (com duas vertentes dominantes, nomeadamente telefonia móvel e gestão privada do sistema ferroviário ligado às explorações mineiras). O controlo dos serviços também afecta o poder negocial com o grande capital investido nos sectores extractivos nucleares. A concentração do IDN nestes sectores influencia o foco da política pública, pois uma parte dos investidores nacionais constitui o grupo e a dinâmica de interesse nacional mais influentes sobre o Estado e a sua política económica (Machel, 2011, 2012). Portanto, mesmo sendo pequena, a participação do IDN nestes sectores garante a sua rápida reprodução, a penetração no mundo do grande negócio multinacional, a consolidação da sua relação e do seu controlo sobre a política pública e a aprendizagem sobre as dinâmicas do grande capital global (financeiro e de mercadorias primárias).

Resumindo, o IDE marca o ritmo e a direcção do investimento privado em Moçambique, as multinacionais definem a direcção do IDE, e os empréstimos bancários e o IDN complementam ou operam nas áreas de oportunidade em torno do IDE, em que haja espaço para acumulação privada.

Quinto, influxos de capital externo, em condições de porosidade económica, são acompanhados por saídas de capital na forma de repatriamento de lucros, serviço de dívida, serviços de investimento, entre outros. Enquanto a economia recebe quantidades maciças de capitais externos, os saldos da balança financeira e de capitais ficam positivos, mas quando o influxo de capital externo abranda, podem tornar-se altamente negativos. Portanto, a não ser que a economia consiga substituir importações efectivamente e desenvolver e diversificar a base de exportações, fluxos tão maciços de capital externo, relativamente ao tamanho da economia, podem rapidamente conduzir a uma crise de dívida pública e privada, resultando em contracção da economia.

Portanto, a análise do investimento mostra sete elementos importantes, que sugerem o que pode ser o futuro da economia moçambicana, a médio e longo prazo: (i) concentração em recursos naturais e necessidade de incorporação contínua de mais recursos para manter a expectativa de *boom* económico; (ii) baixa taxa de concretização do investimento, mesmo com adjudicação, pelo Estado, de grandes concessões mineiras e de hidrocarbonetos a empresas multinacionais; (iii) especulação com recursos como meio de obtenção e partilha de rendas e de refinanciamento das companhias envolvidas; (iv) financiamento da expansão do capital no núcleo extractivo da economia, nas infra-estruturas, nos serviços adjacentes e na especu-

lação imobiliária com recurso à dívida pública (títulos do Tesouro, créditos comerciais e PPP), à expropriação das infra-estruturas do Estado (como os caminhos-de-ferro, por exemplo) e à expropriação de largas parcelas de terra a baixo custo; (v) dependência destas dinâmicas de investimento e especulação da expectativa de altos fluxos futuros de rendimento proveniente do complexo mineral-energético, os quais ainda estão distantes no tempo (entre seis e dez anos no futuro); (vi) ligação especulativa e meramente pecuniária entre capital nacional e multinacional por via de diferentes formas de porosidade da economia; (vii) grave crise macroeconómica, desencadeada pela formação e ruptura (explosão e implosão) de uma «bolha económica». Isto é, o ritmo e a sustentabilidade da expansão económica dependem das expectativas sobre o rendimento que deverá acontecer no futuro, e que será afectado pelo *lag* temporal para entrada em funcionamento dos empreendimentos, desenvolvimento da infra-estrutura, comportamento dos mercados internacionais e predisposição das autoridades nacionais de assumirem todos os riscos maiores, o que coloca a economia em rota de crise macroeconómica (Castel-Branco, 2014; Melina & Xiong, 2013).

Naturalmente, existe uma relação dialéctica entre dinâmicas e tendências de investimento produtivo e as estruturas produtivas, na medida em que entre as duas existe tensão e complementaridade, pois actuam umas sobre as outras, impondo limites, criando e indicando opções e gerando estímulos, e ambas formam parte de um todo. Neste sentido, como ficou estruturada e produção e as suas ligações fundamentais?

A Tabela 7 compara e contrasta as taxas de crescimento do PIB e dos seus principais sectores, entre 2005-2015, bem como revela em quanto é que os sectores cresceram mais ou menos do que o PIB. Dos oito sectores considerados, cinco cresceram mais depressa do que o PIB (ainda que residualmente, no caso da agricultura) e três cresceram mais lentamente. O crescimento agrícola é quase inteiramente devido à expansão de mercadorias primárias para exportação (madeira, tabaco, açúcar e bananas), enquanto a produção alimentar *per capita*, para abastecimento do mercado doméstico, decresceu, em média, cerca de -0,9% ao ano (-9% ao longo dos dez anos em análise). Excluindo alumínio e gás, o valor acrescentado industrial cresceu lentamente, apenas ligeiramente mais depressa do que a população. Como seria de esperar, a indústria extractiva e a sua logística foram as áreas de crescimento mais rápido. A Tabela 8 ilustra o grau de concentração da produção industrial, por ramo industrial, em quatro ou menos produtos, com baixo grau de processamento e complexidade produtiva, oferecendo, por isso, opções limitadas para transformação económica, nomeadamente para gerar emprego decente e de alta produtividade, diversificação, articulação e ligações produtivas e desenvolvimento científico e tecnológico da produção.¹⁷

¹⁷ Para uma análise mais detalhada, com contexto histórico, das estruturas produtivas e comerciais que emergiram deste processo de afinamento e desarticulação, ver Castel-Branco (2002a, 2002b, 2003, 2010, 2016a) e Langa (2017).

TABELA 7: COMPARAÇÃO ENTRE TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DOS PRINCIPAIS SECTORES DA ECONOMIA, NO PERÍODO 2005-2015

	PIB	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	CONSTRUÇÃO	SERVIÇOS FINANCEIROS	AGRICULTURA E FLORESTAS	ENERGIA	ÁGUA	INDÚSTRIA
Taxa de crescimento real média anual no período 2005-2015 (em percentagem)	7,4%	21%	12%	11%	10%	8%	6%	6%	Incluindo alumínio e gás natural 4,3% Excluindo alumínio e gás natural 2,8%
Diferença em relação à taxa de crescimento real média anual do PIB (em pontos percentuais) ^(a)	-	13,6	4,6	3,6	2,6	0,6	-1,4	-1,4	-3,1
									-4,6

Fontes: BdM (1995-2015, 2017); INE (1995-2015, 2017); DNEAP (2010); GdM (2010, 2011, 2013)

Nota: (a) os valores deste indicador são calculados subtraindo a taxa de crescimento média anual do PIB à taxa de crescimento média anual do sector, $[\Delta S_j - \Delta P/B]$. Portanto, este indicador é representado em pontos percentuais, e não em percentagem de variação, que seria estimada com a fórmula $\left[\frac{\Delta S_j - \Delta P/B}{\Delta P/B} * 100 \right]$, em que S significa sector, e o símbolo Δ significa variação ou crescimento. Os valores da subtração são negativos quando a taxa de crescimento do valor acrescentado sectorial for inferior à do PIB.

TABELA 8: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR SECTOR E POR PRINCIPAIS PRODUTOS, POR GRAUS DE CONCENTRAÇÃO EM QUATRO PRODUTOS OU MENOS POR SECTOR, E PESO DESSAS INDÚSTRIAS NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL (2004-2014)

	GRAUS DE CONCENTRAÇÃO POR INDÚSTRIA E PRINCIPAIS PRODUTOS		
	Entre 70% e 79% (a)	Entre 80% e 89% (a)	90% ou mais (a)
Indústrias por grau de concentração em quatro ou menos produtos	Alimentar, bebidas e tabaco (farinhas, açúcar, cerveja e folha de tabaco) Têxteis, vestuário e produtos de pele (algodão descaroçado, fio de algodão, sacaria) Minerais não metálicos (cimento)	Metalomecânica (produtos metálicos simples para consumo doméstico) Química e derivados de petróleo (gás natural)	Metalurgia (alumínio)
Peso destas indústrias na produção industrial total (b)	17%	5%	68%

Fonte: Castel-Branco (2010: 38); INE (1990-2015)

Notas: (a) graus de concentração da actividade produtiva de várias indústrias em quatro ou menos produtos, ordenada por graus de concentração e com indicação dos produtos em que cada indústria está concentrada; (b) soma do peso das indústrias incluídas no grupo de grau de concentração na produção industrial total.

A Tabela 9 mostra outra dimensão das dinâmicas de afinilamento extractivo, nomeadamente a evolução do salário mínimo. O sector financeiro tem os salários mais altos e que crescem mais rapidamente, seguido do sector energético e da indústria mineira, enquanto o sector público e a agricultura, que podem gerar os bens e serviços básicos para consumo e para proteger o poder de compra dos trabalhadores, têm os salários mais baixos e que crescem mais lentamente. Coincidentemente, os sectores em que o salário mínimo é mais dinâmico (mais alto e em que cresce mais depressa) são mais intensivos em capital, enquanto o grosso da força de trabalho activa está empregada nos sectores com salário mínimo mais estático (mais baixo e em que cresce mais lentamente). A sectorização do salário mínimo exacerba a subordinação das estratégias de luta e negociação dos salários e das condições de trabalho às dinâmicas e ao circuito do capital e às estruturas materiais de produção, aumentando o poder do capital sobre o trabalho e limitando as opções de transformação económica, e põe o nível de vida dos trabalhadores dependente de factores, como a produtividade sectorial, sobre os quais têm pouca influência e que são definidos como reflexo das lutas e tensões entre capitais – por exemplo, a «maior produtividade» relativa do sector financeiro pode ser determinada pelo poder deste sector em fixar as taxas de juro, o que prejudica a «produtividade» dos outros sectores.¹⁸

As estruturas produtivas da economia são graficamente representadas e resumidas na Figura 3. Do centro para a periferia da figura, os arcos sucessivos mostram o papel determinante do núcleo extractivo da economia e das suas ligações adjacentes na construção das estruturas e dinâmicas dominantes de produção, finanças e acumulação. À medida que se afastam do centro e à medida que a tonalidade das cores esmorece, as ligações com o núcleo extractivo diminuem.

¹⁸ Para uma discussão dos processos e implicações políticas de fixação do salário mínimo e da transição do salário mínimo sectorial para um salário mínimo universal, ver a análise de Castel-Branco & Isaacs (2017) sobre a experiência sul-africana.

TABELA 9: SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E REAL POR SECTORES, EM METICAIS MENSAIS, TAXA DE CRESCIMENTO DESTES SALÁRIOS E ORDENAMENTO DOS SECTORES PELO NÍVEL DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E PELA SUA TAXA DE CRESCIMENTO

	Salário mínimo nominal em meticais mensais		Taxa de crescimento nominal acumulada		Taxa de crescimento nominal		Ordenamento pelo salário mínimo nominal		Ordenamento pela taxa de crescimento		Diferença entre os dois ordenamentos		Salário mínimo real em meticais mensais		Diferença entre o salário mínimo real e o nominal, em meticais mensais		Taxa de crescimento do salário mínimo real, média anual	
	2010	2017	(a)	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(c)	(d)	(d)	(2017)	(2017)	(2017)	(2017)
Serviços financeiros	3483	10 400	199%	15%	1	1	1	1	1	0	0	3483	8011	-2389	11%			
Electricidade, gás e água	2662	7386	178%	14%	2	2	2	2	2	0	0	2662	5697	-1689	10%			
Mineração	2780	6963	151%	12%	3	3	3	3	3	0	0	2780	5143	-1820	8%			
Indústria	2497	5965	139%	11%	4	4	4	4	4	0	0	2497	4245	-1720	7%			
Serviços não financeiros	2996	5525	84%	8%	5	5	5	5	7	2	2	2996	4099	-1426	4%			
Construção	2780	5436	96%	9%	6	6	6	6	6	0	0	2780	4106	-1330	5%			
Pescas	2200	4615	110%	10%	7	7	7	5	5	-2	-2	2200	3498	-1117	6%			
Serviços e administração públicos	2890	3996	38%	4%	8	8	8	8	9	1	1	2890	3006	-990	1%			
Agricultura	2005	3642	82%	8%	9	9	9	8	8	-1	-1	2005	2639	-1003	4%			

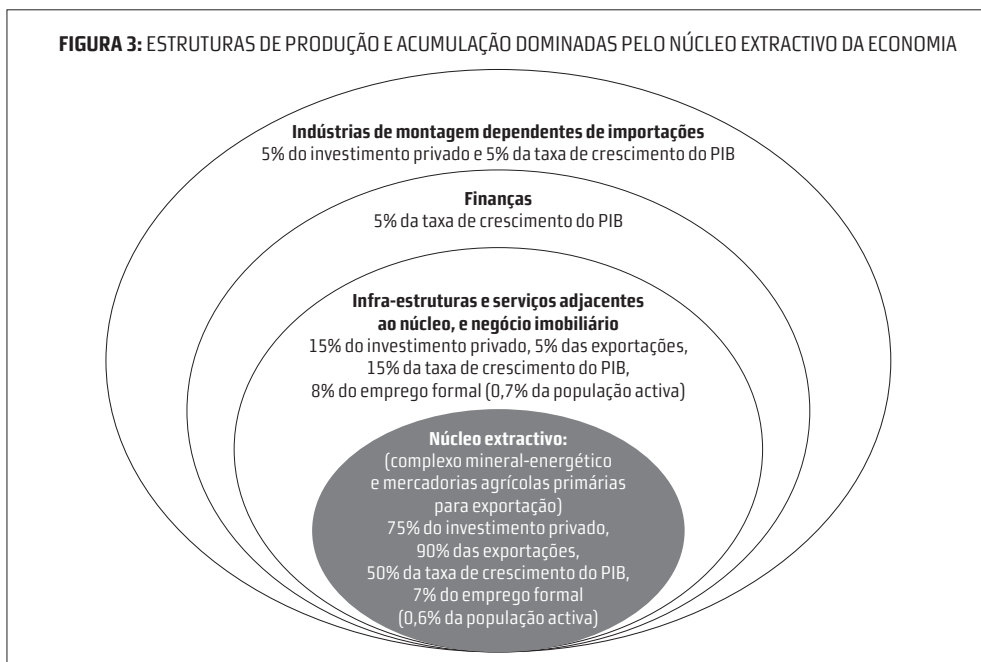
Notas: (a) taxa de crescimento acumulada ao longo do período 2010-2017; (b) ordenamento, por ordem decrescente, na lista de sectores;

(c) diferença entre os dois ordenamentos. Se o resultado for zero, os dois ordenamentos são iguais; se for negativo, o ordenamento pela taxa de crescimento é mais alto (ou superior) do que pelo nível do salário mínimo; se for positivo, o ordenamento pela taxa de crescimento do salário mínimo é mais baixo (ou inferior) ao do nível do salário mínimo; (d) salário real ajustado pela inflação dos bens alimentares, que capta melhor a variação do poder de compra, em especial para os grupos de rendimento mais baixo (Wuyts, 2011a, 2011b).

Fontes: INE (2017)

A figura mostra o peso do núcleo extractivo no investimento privado total, nas exportações totais e no contributo para o crescimento do PIB, embora seja residual no que diz respeito ao emprego. Os dois arcos, infra-estruturas e serviços adjacentes e negócio imobiliário, e finanças, são fortemente dependentes do núcleo extractivo, embora também tenham ligações, mais fracas, com o resto da economia. Finalmente, a indústria de montagem relaciona-se com o núcleo extractivo quase exclusivamente através da capacidade de importar (equipamentos, peças sobressalentes, matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis) criada pelas exportações do núcleo extractivo.

Apesar da tendência para o afunilamento do investimento e da produção, seria possível estimular a diversificação e industrialização da economia, usando a procura de bens e serviços das megaempresas como alavanca para ligações com as pequenas e médias empresas nacionais? Uma economia com tendência para se especializar num reduzido leque de actividades primárias, dinamizada por um pequeno número de grandes projectos como pólos de demanda, cria problemas e desafios específicos para o desenvolvimento de ligações, tanto a montante como a jusante (Castel-Branco, 2010, 2016a, 2016b; Castel-Branco & Goldin, 2003; Langa, 2013, 2015; Mandlate, 2015; Langa & Mandlate, 2013). Neste sentido, as tensões, contradições e os antagonismos associados com as ligações revelam informação importante sobre os padrões de acumulação e as suas estruturas e dinâmicas de instabilidade, reprodução e crise (Figura 4).



Os dilemas particulares das ligações em economia extractiva têm origem nas características dinâmicas estruturais da economia, e não apenas nas características específicas de cada empresa ou megaprojecto. A política pública poderia ajudar a aliviar alguns destes problemas. A minimização da porosidade económica (Castel-Branco, 2014) poderia mobilizar recursos adicionais para investir na construção de capacidades (infra-estruturas industriais, de certificação e de protecção ambiental, energia e água, sistemas de transportes, capacidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e formação profissional, e de pesquisa de mercados, etc.) que reduzissem o custo de investimento para todas as empresas e tornassem o sistema financeiro mais capaz e interessado em apoiar o desenvolvimento de uma base económica ampla. A informação sobre os megaprojectos que o Estado tem poderia ser usada para promover estratégias industriais específicas, ajudar as empresas a desenvolverem as suas estratégias de negócio e a garantir continuidades no investimento, modernização, produção e vendas com base numa escolha de actividades que maximizem complementaridades com base na informação sobre a procura. Os megaprojectos podem ser obrigados a revelar informação sobre as suas necessidades regulares de bens e serviços, de modo a fornecer uma base empírica para estratégia pública e planos de negócio das indústrias e firmas individuais a médio prazo. Estas acções não eliminariam a predominância de uma economia extractiva, mas poderiam ajudar a ampliar e a fortalecer ligações mais industrializantes e a diminuir a porosidade económica.

FIGURA 4: O DILEMA DAS LIGAÇÕES ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME) NACIONAIS E MEGAPROJECTOS



ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REDUÇÃO DA POBREZA

Na primeira década e meia do século XXI, o PIB de Moçambique cresceu a uma média real anual de 7,4%, o que significa que o tamanho do PIB triplicou. A economia tornou-se um dos três principais destinos de investimento privado estrangeiro na África Subsaariana, tendo recebido cerca de 28 bilhões USD,¹⁹ acumulados ao longo de todo o período, em forma de investimento directo estrangeiro e empréstimos comerciais externos (Tabela 10). Apesar de o PIB se manter comparativamente pequeno e continuar na faixa das economias de baixo rendimento,²⁰ a sua taxa de crescimento foi não só comparativamente mais elevada (três vezes superior à média mundial, um terço superior à média da África a sul do Saara e alinhada com a média das economias emergentes) como permaneceu alta por um longo período, resistindo a duas crises financeiras internacionais. No entanto, a pobreza manteve-se alta, com 46,1% da população a viver com um rendimento abaixo da linha da pobreza, e foi apenas reduzida em 7,7 pontos percentuais em 15 anos (a uma taxa média anual de -0,8%). A elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB, isto é, a variação da pobreza por uma unidade de variação do PIB, foi muito baixa, -0,11, o que significa que para a pobreza reduzir 1% o PIB tem de crescer um pouco mais de 9% (o Gráfico 2 apresenta estes dados por censo populacional) (DNEAP, 2009, 2010; GdM, 2010, 2011, 2013; Sembene, 2015).

A Tabela 11 mostra os dados da pobreza com mais detalhe: o número de pobres aumentou em 2,1 milhões em 12 anos, entre o inquérito aos agregados familiares de 2012, IAF02, e o inquérito aos orçamentos familiares de 2014, IOF14 (ver, também, o Gráfico 2)²¹, sendo, em 2014, maior do que era em 1996, ano do primeiro censo da pobreza, o IAF96, em cerca de 700 mil pessoas. A taxa de redução da pobreza desacelerou significativamente entre o IAF96-IAF02 e os restantes censos, pelo que nos doze anos entre o IAF02 e o IOF14 o índice de pobreza diminuiu a uma taxa inferior a metade da taxa a que reduziu nos seis anos entre o IAF96 e o IAF02. Dado que a taxa de crescimento da economia não desacelerou, a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB diminuiu substancialmente nos 12 anos em análise – em 2002, o PIB tinha de crescer 2,6% para a pobreza diminuir por 1%, em 2008 este rácio aumentou para 23,8/1, e, em 2014, diminuiu para 4,6/1. Comparativamente, a elasticidade média da redução da pobreza relativamente ao crescimento do PIB na África Subsaariana, entre 2000-2012, foi de -0,3 (Sembene, 2015), o que significa que o crescimento económico em Moçambique teve, em média, um terço da eficácia média do da África Subsaariana a reduzir a pobreza.

¹⁹ Neste artigo, usamos a definição «um bilião = mil milhões»; «um trilião = mil biliões».

²⁰ Comparativamente, o PIB de Moçambique era semelhante ao da Namíbia (mas um décimo do seu PIB *per capita*), metade do PIB da Tanzânia (90% do seu PIB *per capita*), dois terços do PIB da Zâmbia (um terço do seu PIB *per capita*) e um oitavo do PIB de Angola (um décimo do seu PIB *per capita*).

²¹ O Governo moçambicano produziu quatro censos sobre a pobreza em Moçambique, entre 1996 (*baseline*) e 2014. Os censos foram produzidos a cada seis anos. Os dois primeiros, em 1996 e 2002, foram chamados «inquéritos aos agregados familiares», IAF96 e IAF02. Os dois últimos, produzidos em 2008 e 2014, foram chamados «inquéritos aos orçamentos familiares», IOF08 e IOF14.

Dadas as estruturas e dinâmicas de acumulação de capital descritas, nomeadamente a porosidade da economia, o afunilamento do investimento, da produção e do emprego, as dinâmicas salariais, a inflação mais alta dos preços dos produtos e bens de primeira necessidade, a baixa elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento da economia não é surpreendente. Ali & Muianga (2017) discutem esta questão em mais detalhe, olhando para as abordagens sobre emprego e a sua relação com as dinâmicas produtivas, e para as condições de produção nas plantações de açúcar, chá e florestas. No entanto, as estruturas e dinâmicas de acumulação de capital não são apenas, nem essencialmente, técnicas, pelo que as suas tensões e contradições não podem ser resolvidas com simples receitas técnicas sobre a composição sectorial da economia e escolhas tecnológicas intensivas em capital. A pobreza está ligada aos circuitos do capital e aos seus antagonismos e, por conseguinte, à natureza, ao estado e às dinâmicas da luta de classes.

TABELA 10: DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 2000-2015

	PIB		IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	INVESTIMENTO EXTERNO (a)	POBREZA	
	Biliões de metais	Biliões de USD	Biliões de USD	Biliões de USD	Biliões de USD	Índice (% da população) (c)	Elasticidade da pobreza relativa ao crescimento do PIB (f)
Valor no final do período	425	15,5	5,2	3,4	28 (b)	46,1% (d)	-
Variação acumulada ao longo do período (%)	213% (o PIB cresceu 3,13 vezes)		658%	513%	-	-12,7% (e)	-0,07 (g)
Variação média anual (%)	7,4%		13%	12%	-	-0,8% (h)	-0,11 (h)

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

Notas: (a) investimento externo inclui investimento directo estrangeiro (IDE) e empréstimos comerciais externos;

(b) este valor, 28 biliões USD, é o acumulado ao longo dos 16 anos do período 2000-2015;

(c) os últimos dados oficiais da pobreza referem-se ao inquérito aos orçamentos familiares de 2014 (IOF14), não a 2015;

(d) percentagem da população que vive com um rendimento abaixo da linha da pobreza;

(e) percentagem pela qual a pobreza reduziu entre o inquérito aos agregados familiares de 2002 (IAF02) e o inquérito aos orçamentos familiares de 2014 (IOF14). Este número é calculado como a taxa de variação, $\left[\frac{IOF14 - IAF02}{IAF02} * 100 \right]$, e não como simples diferença entre os dois inquéritos, que seria (IOF14-IAF02);

(f) a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB indica por quanto é que a pobreza reduz (sinal negativo) ou aumenta por cada unidade de crescimento do PIB, $\epsilon_{pobreza, PIB} = \left(\frac{\partial \text{pobreza}}{\partial \text{PIB}} \right)$, em que o sinal ∂ significa mudança (crescimento, redução) e t se refere a tempo. Se o resultado for -1 ou 1 indica que a variação da pobreza é exactamente proporcional à taxa de crescimento do PIB (directa ou inversamente). Se o resultado for menor do que -1 ou maior do que 1 indica que a pobreza varia mais do que proporcionalmente relativa à taxa de crescimento do PIB (por exemplo, por causa de uma mudança muito substancial na distribuição do rendimento real). Se o resultado for maior do que -1 e menor do que 0, ou maior do que 0 mas menor do que 1, significa que a pobreza varia por uma fracção inferior à variação da economia. Quanto mais próximo de 0, menor é a elasticidade da pobreza relativamente à taxa de crescimento do PIB;

(g) entre 2000-2014 (os últimos dados da pobreza são do IOF14), por cada 1% de crescimento do PIB, a pobreza reduziu por -0,07%;

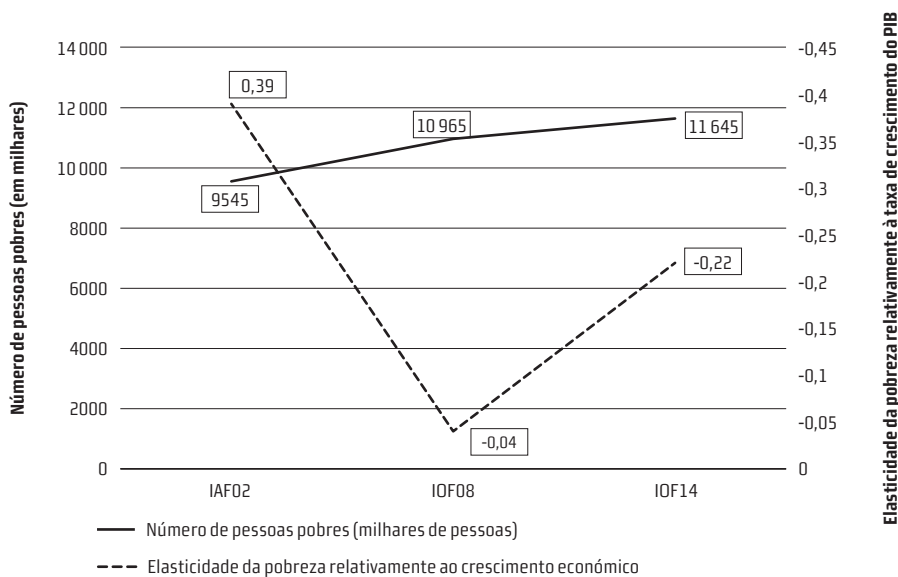
(h) no mesmo período, em média, por ano, a taxa de variação da pobreza foi de -0,8%, a do crescimento do PIB 7,4%, pelo que a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económico foi de -0,11, isto é, para a pobreza baixar 1% seria necessário o PIB crescer a 9% ao ano.

TABELA 11: POBREZA, CRESCIMENTO ECONÓMICO E ELASTICIDADE DA POBREZA RELATIVAMENTE AO CRESCIMENTO ECONÓMICO, ENTRE O IAF02 (2002) E O IOF14 (2014)

	IAF02	IOF08	IOF14
População com rendimento abaixo da linha da pobreza (em milhares de pessoas)	9 545	10 965	11 645
População total com rendimento abaixo da linha da pobreza (em %)	52,8	51,7	46,1
Variação acumulada do índice da pobreza entre dois censos (em %)	-16,9	-1,1	-6,6
Taxa de variação acumulada do índice de pobreza entre dois censos (em %)	-24,2	-2,1	-10,8
Taxa de crescimento económico acumulada entre dois censos (em %)	62	50	50
Elasticidade da pobreza relativamente à taxa de crescimento económico	-0,39	-0,04	-0,22
Taxa de crescimento do PIB requerida para a pobreza reduzir 1% (em %)	2,6	23,8	4,6

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POBRES (EM MILHARES DE PESSOAS) E DA ELASTICIDADE DA POBREZA RELATIVAMENTE AO CRESCIMENTO ECONÓMICO, ENTRE O IAF02 E O IOF14



Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

SISTEMA FINANCEIRO

O sector financeiro colecta, guarda e redistribui poupanças e, ao fazê-lo, adapta-se às condições de acumulação de capital, mas também ajusta essas condições aos seus interesses. Este sector é parte do sistema de acumulação de capital, pelo que a sua actividade é tão movida pelo lucro como a de qualquer outro sector na economia capitalista, tem tanto interesse como qualquer outro sector na retenção do máximo possível do lucro, pois disso depende a sua sobrevivência no quadro mais geral da competição capitalista. Neste processo, economias de escala são im-

portantes para reduzir custos, aumentar o poder sobre o mercado e aprofundar a ligação com outros negócios e corporações, pelo que o sector também tende para a concentração (empresas financeiras maiores) e centralização (mais capital, mais actividades e mais empresas sob o mesmo controlo). Por isso, o sector financeiro também é uma oportunidade e uma área para investimento e expansão do capital e, sob condições adequadas, pode tornar-se dominante no circuito de acumulação de capital, tanto pelo facto de o capitalismo depender de crédito como pelo poder que adquire através do seu papel e das suas decisões sobre mobilização e alocação de dinheiro, transformação de dinheiro em capital, extracção da «sua» parte da mais-valia antes mesmo de esta ser realizada e pela transformação de activos reais e de dívida em novos activos financeiros com retornos especulativos (Fine & Saad-Filho, 2016; Castel-Branco, 2017b).

Além disso, o sector financeiro é particularmente sensível à natureza e coerência das dinâmicas e políticas macroeconómicas, no que diz respeito tanto à coordenação entre elas (por exemplo, à coerência entre políticas monetária e fiscal), como à coordenação entre objectivos ao longo do tempo (por exemplo, entre controlo da inflação e expansão económica), como, ainda, à relevância e realismo de políticas macroeconómicas face às condições macroeconómicas objectivas (por exemplo, entre políticas que promovam expansão monetária e as oportunidades reais de investimento produtivo num ambiente de tendência inflacionária). Portanto, o sector financeiro não só liga as diferentes partes da economia como permeia todas as suas esferas e reflecte, alimenta e é parte das suas contradições e tensões (*ibidem*).

Há duas «queixas» que dominam o debate na economia moçambicana sobre o sector financeiro, nomeadamente a deficiente cobertura territorial e a limitada relevância das instituições financeiras formais, e o custo do dinheiro e aparente desinteresse do sector financeiro na pequena e média empresa. Esta secção discute estas questões dentro do quadro mais geral de acumulação de capital em Moçambique, em vez de as tratar como elementos particulares do sector financeiro independentes das dinâmicas e estruturas de acumulação. A discussão centra-se em torno de quatro questões, nomeadamente as estruturas do sector financeiro, a expansão da cobertura territorial e das transacções, ou bancarização, a bolsa de valores e a resposta desigual do sector bancário comercial às políticas monetárias, quando estas são expansionistas ou de controlo da inflação.

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro formal moçambicano é dominado por bancos comerciais, que são responsáveis por 90% do crédito e dos depósitos, contra apenas 6% da bolsa de valores e 4% de outras pequenas instituições de crédito, como, por exemplo, cooperativas. Este sector tem fortes características oligopolistas: 17% dos bancos comerciais detêm 80% dos balcões e são responsáveis por 77% do crédito e 79% dos depósitos do sistema. Os dois maiores bancos, Millennium BIM e BCI, ambos dominados por accionistas da banca comercial portuguesa, são

aqueles através dos quais o Estado realiza as suas operações financeiras, e controlam 53% dos balcões, 62% dos depósitos e 72% do crédito à economia. Além de representar uma pequena fracção das operações financeiras comerciais, a estrutura comercial da bolsa de valores de Moçambique (BVM) é dominada por transacções de títulos de dívida pública (80% das suas operações) e de acções de um pequeno número de grandes empresas (como a Cervejas de Moçambique e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) (Castel-Branco & Massarongo, 2015). A banca comercial nacional é dominada por capital financeiro estrangeiro, ao ponto de 70% das acções dos quatro maiores bancos comerciais domésticos serem de bancos portugueses e sul-africanos (Castel-Branco & Massarongo, 2015). A banca é, também, uma área prioritária de investimento do capital doméstico: o MozaBank (em fase de resgate e reestruturação) e o Nosso Banco (falido e em fase de liquidação) são os principais exemplos de bancos formados com presença dominante de capital doméstico. Este capital também investe em acções noutros bancos, como é o caso do BCI, segundo maior banco do País (que expandiu enquanto esteve ligado a uma *holding* financeira e de serviços, INSITEC, associada com as principais elites políticas e económicas do País), e outros. Dado que os bancos são as empresas mais lucrativas do País (Massarongo, 2013), não é surpreendente que lucros e rendas sejam aplicados em investimentos na banca, nem que o investimento na banca opere como mecanismo de rápida reprodução de capital financeiro para eventual aplicação em outras áreas, prioritariamente no ou em torno do núcleo extractivo da economia (Castel-Branco, 2010, 2014).

No que diz respeito à cobertura territorial, 47% dos balcões dos bancos localizam-se na cidade e na província de Maputo, que representam 5% do território e 12% da população do País, têm um rendimento *per capita* três vezes mais alto do que a média nacional, uma taxa de redução da pobreza duas vezes mais rápida do que a média nacional, uma percentagem de população pobre que é um terço da média nacional, mas têm um nível de desigualdade na distribuição do rendimento que é significativamente superior à média nacional. Em contrapartida, 40% dos distritos do País não têm qualquer instituição financeira formal (INE, 2015, BdM, 1995-2015; Castel-Branco & Massarongo, 2015).

O sistema bancário doméstico conta com pouco mais de cento e vinte mil depositantes e outros tantos mutuários (numa população de 26 milhões de habitantes), e financia apenas 32% de todos os créditos bancários à economia e 18% de todo o investimento privado na economia (INE, 2015; BdM, 1995-2015, 2017; JICA, 2011; Banco Mundial, 2017; CPI, s.d; Massingue & Muianga, 2013).

EXPANSÃO DA COBERTURA DO SISTEMA FINANCEIRO

A bancarização, como é conhecida a estratégia, recente, do Governo e do Banco de Moçambique para expansão dos serviços financeiros, é definida como expansão da cobertura bancária do território e da relevância do sistema bancário nas transacções financeiras e comerciais.

Associada ao interesse dos bancos nas oportunidades de negócio em expansão (no núcleo extractivo da economia, na rede de serviços e infra-estruturas que o rodeia, no negócio imobiliário, no consumo de bens duráveis e na especulação com a dívida pública e privada), a estratégia de bancarização contribuiu para que o sistema bancário crescesse a uma média anual de 10% (cerca de três pontos percentuais acima da taxa média anual de crescimento do PIB), ao longo da última década. Apesar desta expansão, 40% do território nacional continua por cobrir e a distribuição dos balcões bancários está distorcida a favor de Maputo, como foi mencionado na secção anterior (BdM, 1995-2015; INE, 1995-2015; Castel-Branco & Massarongo, 2015; Massarongo, 2016).

A estratégia de expansão financeira também tem em vista o aumento da relevância do sistema financeiro doméstico para a expansão da base produtiva, através da disponibilização de capital, a baixo custo, para financiamento de operações económicas. O número de depositantes e de mutuários permanece muito pequeno. Além disso, os depósitos a prazo, 1,9 biliões USD (Tabela 12) são limitados para as aspirações da economia moçambicana, sendo, a título comparativo, equivalentes a um terço das importações anuais da economia, ao custo de construção da fundição de alumínio, Mozal, ou a metade do investimento privado realizado em 2015. Portanto, a capacidade doméstica do sistema financeiro é pequena para o tipo de estratégia económica extractiva que tem sido seguida, o que é consistente com o nível de rendimento, com os padrões de distribuição, com as estruturas produtivas afuniladas e com a distribuição desigual das capacidades produtivas na economia. Portanto, a base financeira formal da economia não vai expandir apenas por vontade política e independentemente das estruturas de produção, distribuição e consumo.

TABELA 12: DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO COMERCIAL DOMÉSTICO (EM BILIÕES DE METICAIS) E A SUA CONVERSÃO PARA USD (EM BILIÕES DE USD), EM FEVEREIRO DE 2017

	Em moeda nacional (em biliões de meticais) (4)	Conversão em USD (em biliões de USD) (5)	Em moeda externa (em biliões de meticais) (6)	Conversão em USD (em biliões de USD) (7)	Total (8) = (4)+(6) (em biliões de meticais)	Conversão em USD (em biliões de USD) (9)
Depósitos à ordem (1)	116	1,7	87	1,3	203	3
Depósitos a prazo (2)	100	1,5	26	0,4	126	1,9
Total (3) = (1) + (2)	216	3,2	113	1,7	329	4,9
(1) como % de (3)	54%	-	77%	-	62%	-
(2) como % de (3)	46%	-	23%	-	38%	-

Fonte: BdM (2017)

TABELA 13: RELAÇÃO ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PRODUTIVAS DOMÉSTICAS (INDUSTRIAS, AGRÍCOLAS E DE CONSTRUÇÃO) E A BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA (MÉDIA DE TRÊS AMOSTRAS, EM 1999, 2004 E 2009)

	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DE EMPRESAS NA AMOSTRA	USO DO CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DO TOTAL DE EMPRESAS COM CRÉDITO BANCÁRIO)		RAZÕES DE NÃO TER CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DO TOTAL DE EMPRESAS SEM CRÉDITO BANCÁRIO)		RAZÕES DE NÃO TER CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DAS EMPRESAS QUE NUNCA PEDIRAM CRÉDITO BANCÁRIO)				
		Expansão ou reabilitação ou inovação	Operações comerciais correntes	Pediu mas foi rejeitado	Nunca pediu	Falta de colateral	Outros diversos	Não precisa	Pensa que vai ser rejeitado por falta de colateral	Altas taxas de juro
Empresas com crédito bancário, das quais	35% (a)	18%	82%	-	-	-	-	-	-	-
5-50 trabalhadores	21%	6%	94%	-	-	-	-	-	-	-
51-100 trabalhadores	38%	20%	80%	-	-	-	-	-	-	-
> 100 trabalhadores	50%	22%	78%	-	-	-	-	-	-	-
Empresas sem crédito bancário	65%	-	-	12%	88%	78%	22%	14%	12%	74%
								(b)	(c)	(c)

Fontes: Biggs, Nasir & Fisman (1999); BdM (1995-2015; 2017); Castel-Branco (2002a, 2010); KPMG (1999, 2000-2016)

Notas: (a) cerca de 50% destas empresas utilizam, em conjunto com crédito bancário, outras formas de financiamento, como crédito comercial dado por clientes ou fornecedores e transferências financeiras de empresas-mãe ou associadas, para reduzir os custos financeiros totais; (b) 7,5% destas empresas recebem alguma forma de crédito de uma empresa-mãe ou associada, ou crédito de fornecedores e clientes. As restantes 2,5% argumentam que o baixo nível de utilização da capacidade instalada não justifica pedidos de crédito; (c) dois terços destas empresas declararam que negociam créditos com fornecedores ou clientes, ou com empresas associadas. As restantes não indicaram nenhuma forma de financiamento para além dos seus próprios rendimentos.

A dimensão física e financeira do sistema bancário comercial, bem como a sua relevância económica, são afectadas por políticas públicas, mas também, e sobretudo, pela forma como os bancos se ajustam às condições económicas e as modificam ou reforçam a seu favor, tomando em conta os seus interesses e as estruturas concretas de acumulação de que fazem parte. A Tabela 13 mostra a relação entre pequenas e médias empresas (PME) produtivas domésticas (indústria, agricultura e de construção) e a banca comercial nacional. A percentagem de empresas que utilizam crédito de fornecedores ou de clientes, ou transferências financeiras de empresas-mãe ou associadas (39%) excede a percentagem de empresas que recorrem a crédito bancário (35%), sendo que a razão dominante para não recorrer à banca comercial é o custo do dinheiro. Entre as empresas maiores, com mais de cem trabalhadores, o acesso à banca é mais frequente, 50% das empresas, do que a média para toda a amostra, 35%, mas continua limitado. Mesmo neste grupo de empresas, metade diz que, como alternativa ao sistema bancário, utiliza crédito de fornecedores e clientes ou financiamento de empresas-mãe ou associadas. Cerca de 50% das empresas com acesso a crédito bancário também usam essas outras formas de financiamento, para reduzir o custo total do seu financiamento. Finalmente, a proporção do crédito que vai para investimento (expansão, reabilitação ou inovação) é bastante pequena, indicando que ou as empresas recorrem a outros meios de financiamento do seu investimento ou, o que é mais provável, fazem pouco investimento, reforçando padrões de baixa produtividade e qualidade, limitando as oportunidades para concretizar ligações e para criar ou tirar proveito de novas oportunidades no mercado. Portanto, o universo das PME produtivas nacionais não é o foco prioritário da banca, nem estas empresas têm na banca o seu principal parceiro financeiro.

A Tabela 14 revela que o peso relativo do sector produtivo (indústria, agricultura, habitação e turismo, construção, transportes e comunicações e diversos) e do comércio na alocação de crédito da banca comercial doméstica diminuiu continuamente entre 2010-2014, tendo o sector produtivo acumulado uma taxa de variação de -12%, e o comércio de -31%. A construção foi a única componente do sector produtivo a crescer continuamente ao longo do período, acumulando uma taxa de crescimento de cerca de 50%, o que é consistente com o enfoque do sector bancário comercial doméstico nos grandes projectos do IDE, nas infra-estruturas adjacentes ao núcleo extractivo da economia e na bolha imobiliária da primeira década e meia do século XXI. Por seu lado, o consumo particular de bens duráveis (como habitações e viaturas) foi a componente do crédito bancário que mais cresceu no período, 24%, enquanto o negócio dos títulos do Governo, que se tornou no mais importante item individual de actividade bancária (Gráfico 6), marcando as tendências de financeirização da economia, cresceu cumulativamente 23%, ao longo dos cinco anos em análise. Os Gráficos 3 e 4 ilustram e comparam esta informação e confirmam que os padrões das transacções bancárias seguem os padrões e estruturas gerais de acumulação, nomeadamente no que diz respeito ao investimen-

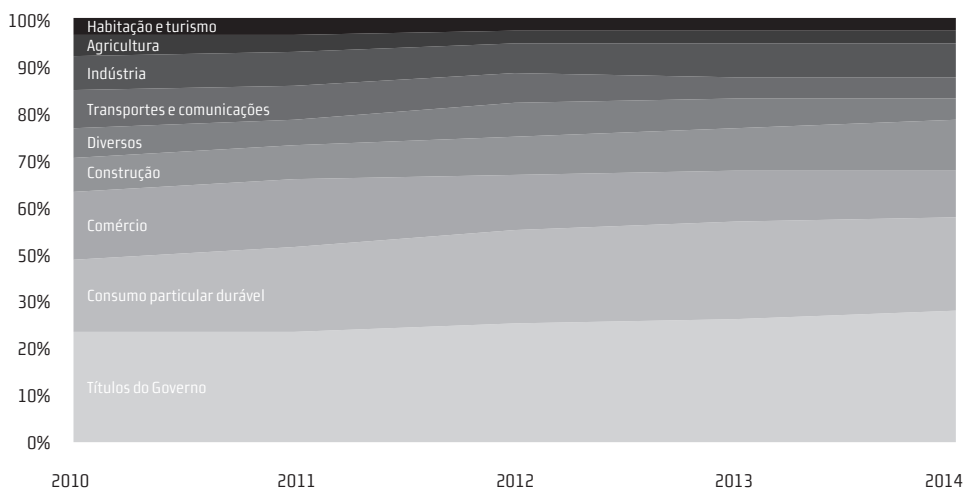
TABELA 14: PESO RELATIVO DOS GRANDES SECTORES E ACTIVIDADES NA ALOCAÇÃO DO CRÉDITO E TRANSAÇÕES FINANCEIRAS DOS BANCOS COMERCIAIS DOMÉSTICOS (EM PORCENTAGEM DO PORTEFÓLIO TOTAL DA BANCA COMERCIAL), E TAXA DE VARIAÇÃO DO PESO RELATIVO DE CADA SECTOR NESSE PORTEFÓLIO (EM %), 2010-2014

	SECTOR PRODUTIVO (a)			COMÉRCIO			CONSUMO PARTICULAR DE BENS DURÁVEIS			TÍTULOS DO GOVERNO		
	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)
2010	41	-	16	-	17	-	-	26	-	-	-	-
2011	38	-7	16	0	20	18	18	26	0	0	0	0
2012	37	-3	13	-19	22	10	10	28	8	8	8	8
2013	36	-3	12	-8	23	5	5	29	4	4	4	4
2014	36	0	11	-8	21	9	9	32	10	10	10	10
Média do período	38	-	14	-	21	-	-	28	-	-	-	-
Acumulado no período	-	-12	-	-31	-	24	24	-	-	-	-	23

Fonte: BdM (1995-2015)

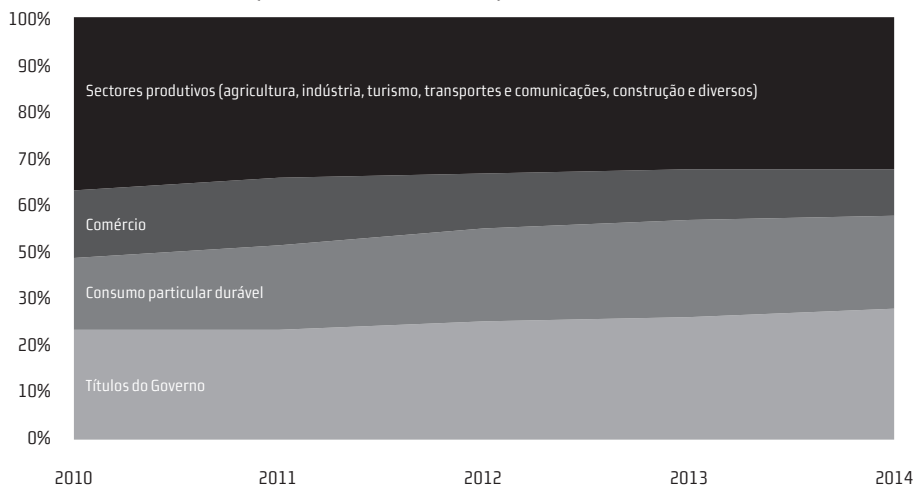
Nota: (a) o sector produtivo inclui a indústria, a agricultura, a habitação e o turismo, os transportes e comunicações, a construção e diversos.

GRÁFICO 3: PORTEFÓLIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E COMPRA DE ACTIVOS FINANCEIROS DA BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA, POR SECTOR (EM % DO PORTEFÓLIO TOTAL)



Fonte: BdM (1995-2015)

GRÁFICO 4: CRÉDITO E AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS PELA BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA, POR GRANDES ÁREAS (EM % DO PORTEFÓLIO TOTAL)



Fonte: BdM (1995-2015)

to, à financeirização da economia, à relevância da dívida pública no processo de acumulação privada de capital, à distribuição do rendimento e ao seu impacto nos padrões dominantes de consumo.

Os padrões de alocação de crédito e das transacções financeiras da banca comercial doméstica são consistentes com uma economia extractiva e, portanto, revelam padrões de produção, investimento e comércio que não são favoráveis ao desenvolvimento do mercado interno como motor do crescimento, diversificação, alargamento e transformação da economia. Aliás, além de mostrarem a contracção do peso do comércio e da produção em geral no crédito bancário, os dados da Tabela 14 e dos Gráficos 3 e 4 revelam o aumento rápido do peso do consumo de bens duráveis, que, na economia moçambicana, depende de importações e concentrado nos grupos sociais mais privilegiados, que, no conjunto, representam um mercado demasiado pequeno para promover crescimento e transformação económica endógenos. Assim, o sistema financeiro não só está a ajustar-se às dinâmicas e estruturas de acumulação mais gerais da economia como está a consolidá-las, a reproduzi-las e a usá-las a seu favor.

Portanto, embora tenha ocorrido uma certa expansão da cobertura territorial da banca, a sua capacidade de fazer face a desafios da diversificação da base produtiva tem sido muito mais limitada. Em parte, esta limitação deve-se à reduzida escala dos recursos disponíveis, como o demonstram os dados da Tabela 12. Todavia, o problema é mais estrutural e complexo do que esse.

Stiglitz & Weiss (1981) e Sing (1992) consideram que informação incompleta e assimétrica entre credores e mutuários pode explicar a relutância da banca comercial em envolver-se em novos projectos com empresas produtivas. Biggs, Nasir & Fisman (1999) aplicam essa análise ao caso moçambicano, e argumentam que taxas de juro altas, preferência pelo curto prazo e exigências excessivas de colateral são usadas pelo sistema financeiro para pôr um preço no risco e compensar pela imperfeição da informação. Eles identificam quatro causas principais da imperfeição da informação. Primeira, o sector produtivo não está preparado para receber crédito porque os empresários são inexperientes, a gestão é deficiente, as firmas não estão suficientemente testadas e a maioria não tem planos e estratégias de negócio adequados. Segunda, o sistema de contabilidade é débil e fálvel, de tal modo que a informação sobre a contabilidade das firmas e as suas finanças ou não existe ou é muito deficiente. Terceira, os bancos ainda não têm sistemas que permitam partilhar informação confiável sobre os mutuários. Quarta, os custos de fazer cumprir os contratos são elevados porque as instituições e o sistema de justiça não são adequados. Portanto, as falhas de informação surgem da ausência ou falibilidade da informação e das instituições e dos custos de fazer cumprir as regras.

A análise baseada na imperfeição da informação é excessivamente simplista. Isso não quer dizer que os problemas indicados não possam existir e ser importantes, e que não tenham de

ser corrigidos.²² Porém, esta abordagem ignora algumas outras questões fundamentais e mais importantes do que as falhas de informação para explicar os limites do sistema financeiro em Moçambique.

Primeiro, políticas e alvos macroeconómicos formatam as possibilidades e os parâmetros de actuação do sistema financeiro. Por exemplo, a aplicação de políticas monetárias restritivas limita as possibilidades e opções de financiamento da economia, do mesmo modo que o financiamento do défice orçamental e da dívida pública por via da venda de títulos de dívida restringe a disponibilidade de capital e aumenta o seu custo. Portanto, as restrições de crédito podem ser o resultado directo de opções de política monetária e fiscal. Ademais, se as políticas monetária e fiscal restringirem o crédito, as preferências dos bancos comerciais pelo curto prazo e pelas mais altas taxas de retorno do investimento vão ser exacerbadas, mesmo que tenham de limitar o crédito às PME produtivas para o alocar a actividades especulativas com retornos altos e, se forem garantidas pelo Estado, com retornos seguros.

Segundo, o argumento das falhas de informação não toma em consideração questões de poder e interesses de classe ou de facção dos grupos financeiros. Por exemplo, os bancos podem estar mais interessados em aumentar o seu poder sobre o mercado e, portanto, em expandir a sua infra-estrutura e as suas ligações com os sectores da economia que estejam em expansão rápida e que pareçam ser mais rentáveis e mais seguros a longo prazo, como, por exemplo, os grandes projectos de IDE e as infra-estruturas adjacentes (que são garantidos pelo Estado e pelo envolvimento do grande capital multinacional com poder de mercado), os títulos de dívida pública e a gestão das transacções financeiras do Estado. Em períodos de crise e ajustamento, os bancos com mais poder de mercado e mais bem colocados no que diz respeito aos grandes projectos da economia são os que têm mais opções de sobrevivência e, até, de expansão, à custa de outros bancos, mais pequenos, que podem desaparecer.

O poder sobre o mercado financeiro, associado à sua estrutura oligopolista, cria a oportunidade e a capacidade de os bancos manterem *spreads* elevados e, portanto, altas taxas de lucro, exacerbando as tendências especulativas que resultam do quadro e das políticas macroeconómicas. Os relatórios de contas dos quatro bancos principais, em 2012, mostram que as suas margens financeiras cresceram a uma média anual de 60%, muito acima do que seria possível na actividade real da economia, tornando estes bancos nas empresas mais lucrativas do País (Massarongo, 2013, 2016).

Terceiro, o interesse e o envolvimento dos bancos comerciais no desenvolvimento produtivo industrial e agrícola alargado e diversificado depende da disponibilidade de recursos para crédito (o que, em grande medida, depende do quadro e das políticas macroeconómicas), mas, sobretudo, depende do quadro estratégico que afecta a viabilidade dos projectos, permite ajus-

²² O estudo de Biggs, Nasir e Fisman é de 1999 e, nos dezasseis anos que se seguiram, alguns dos problemas mencionados foram resolvidos ou minimizados.

tamentos quando tal for necessário, toma em consideração as condições dos mercados reais e tem um horizonte de longo prazo. Este quadro estratégico é determinado pelo quadro e pelas políticas macroeconómicas, pelas estratégias e políticas industriais, pelas instituições e condições dos mercados e pela organização empresarial e laboral. Investidores industriais e bancos são relutantes em assumir os riscos e os custos associados ao deficiente quadro estratégico de promoção do alargamento e diversificação da base produtiva. A simples reabilitação de equipamento, tecnologicamente obsoleto e gasto, não atrai bancos comerciais se as firmas não tiverem e não fizerem parte de um quadro estratégico de inovação, modernização e industrialização que reduza riscos e os custos e maximize as probabilidades de sucesso. A inovação e modernização dependem das capacidades e estratégias das firmas e disponibilidade de finanças a baixo custo, e estas condições são fortemente associadas ao exercício de poder no mercado ou a estratégias industriais. Perante a ausência de estratégias industriais adequadas para diversificação e alargamento da base produtiva, os bancos comerciais optam pelos projectos de firmas com poder relevante sobre mercados importantes, o que pode explicar a sua preferência pelos grandes projectos financiados por IDE, pelos projectos adjacentes ao núcleo extractivo da economia, pela dívida pública e pela rápida expansão da procura de bens duráveis e imóveis pelas classes capitalistas e médias altas de gestão.

Esta análise sugere que resolver os problemas descritos como falhas de informação (assimetrias e informação incompleta) – o que, claramente, deve ser feito – ou construir novas instituições financeiras não é a forma de enfrentar e resolver os problemas fundamentais que afectam o sistema financeiro, pois estes não são primariamente causados por informação imperfeita e falta de instituições. O problema central situa-se no modo e nas estruturas de acumulação e em como estas formatam as opções, oportunidades e interesses do sector financeiro, e como este tira disso proveito. A relação simbiótica entre o sector financeiro e as estruturas de acumulação chama a atenção para dois assuntos relacionados. Por um lado, as características e a natureza da expansão do sector financeiro são produto da combinação entre estruturas (ou pressões) económicas e interesses (ou agentes) sociais que se formam em relação com essas estruturas e as suas tensões e conflitos. Por outro lado, políticas e estratégias destinadas ao sector financeiro só fazem sentido se forem integradas no contexto mais geral do desenvolvimento socioeconómico. O desenvolvimento financeiro da economia não é uma questão do sector financeiro, mas da transformação das dinâmicas de acumulação como um todo.

BOLSA DE VALORES COMO ALTERNATIVA?

O desenvolvimento da bolsa de valores foi apontado como um mecanismo viável para mobilizar financiamento para as pequenas e médias empresas, assumindo que o sistema financeiro opera eficientemente se for servido e regulado por instituições e regras adequadas. De acordo com a KPMG (1999), a bolsa de valores tem uma série de vantagens sobre o sistema bancário:

cria novas oportunidades de aplicação de capitais para os que tenham poupanças, garante acesso a finanças a baixo custo, assegura que os riscos sejam partilhados entre accionistas e fornece quantidades adequadas e necessárias de capitais próprios. Ademais, o risco de as firmas poderem ser compradas e reestruturadas por competidores aumenta o seu incentivo para se tornarem lucrativas e, por essa via, aumentarem a quantidade de excedente, controlado pelo capital, para financiar a economia.

Existem alguns problemas teóricos e práticos com estes argumentos, que são fundamentais para a análise do papel da bolsa de valores. Em termos mais gerais, Singh (1992) argumenta que as bolsas de valores aumentam a vulnerabilidade, a volatilidade e a instabilidade das economias menos desenvolvidas, expondo-as a dinâmicas especulativas e choques externos, que podem ser transformados em flutuações significativas, de curto prazo, da entrada e saída de capital especulativo, que desestabiliza a economia. Aybar & Lapavitsas (2001) e Itoh & Lapavitsas (1999) argumentam que a aquisição e a reestruturação corporativa por competidores não dependem da lucratividade da firma a ser adquirida, mas estão fortemente relacionadas com o seu tamanho, o seu controlo do mercado, a tecnologia de que dispõem e que podem tornar disponível, a marca e a sua reputação, e a rede de fornecedores e clientes. Portanto, as bolsas de valores podem destabilizar a economia, provocar escassez de capital e exacerbar tendências especulativas, ao mesmo tempo que é duvidoso que operem como mecanismo de incentivo ao aumento da rentabilidade das empresas, mesmo que procurem alcançar as mais altas taxas de retorno nas aplicações de capitais (que podem ser conseguidas através da especulação financeira em vez da eficiência empresarial).

No caso específico da bolsa de valores em Moçambique, há algumas questões teóricas e práticas adicionais a considerar. Primeira, a bolsa de valores não muda, necessariamente, as dinâmicas internas do sistema financeiro, que são formatadas pelas políticas e pelo quadro macroeconómicos, pelo quadro e pelas estratégias de investimento, pela estrutura corporativa e pelos interesses do sector financeiro, pela interacção do sistema financeiro com as dinâmicas e estruturas mais gerais de acumulação, e pela dependência da economia em relação a fluxos externos de capital. Logo, é lógico e previsível que a bolsa de valores seja dominada pelas transacções de títulos de dívida do Governo (80% das transacções da bolsa), e que apenas um pequeno grupo de grandes empresas (estrangeiras e públicas) esteja cotado na bolsa (Castel-Branco & Massarongo, 2015; Massarongo, 2016). Esta estrutura de transacções é consistente com o padrão de acumulação e contribui para realocar recursos financeiros para financiar o défice fiscal, o negócio especulativo da dívida pública e grandes empresas, em vez de criar e mobilizar recursos para alargar e diversificar a base produtiva, o comércio e o emprego.

Segunda, uma das causas principais da dependência da economia em relação a fluxos externos de capitais é o baixo nível de poupança das firmas e das famílias, o que resulta em que a totalidade dos recursos financeiros em contas a prazo no sistema bancário doméstico seja

insuficiente para financiar um dos megaprojectos, quanto mais toda a economia. Portanto, a quantidade de recursos mobilizável é pequena e, dadas as opções de aplicação e as diferenças de segurança e de rentabilidade relativa entre aplicações, é provável que tais poupanças sejam canalizadas para o negócio da dívida pública e para o refinanciamento de um pequeno grupo de grandes empresas.

Terceira, os maiores comerciantes e cambistas controlam uma parte considerável do circuito do dinheiro e da liquidez, mas as suas aplicações de capital tendem a ser especulativas. Para que a bolsa de valores possa atrair dinheiro que circula no mercado especulativo, terá de poder aplicá-lo em actividades que rendam retornos próximos dos especulativos, acima dos da indústria e da agricultura.

Portanto, a bolsa de valores, em si, não é uma alternativa substancial e credível para a mobilização e aplicação de dinheiro na diversificação e no alargamento da base produtiva. Pelo contrário, o seu funcionamento lógico parece ser mais consistente com o reforço e a reprodução dos padrões extractivos de acumulação de capital do que com a transformação da economia.

PORQUE É QUE A INTERVENÇÃO EXPANSIONISTA DO BANCO CENTRAL NÃO TEM SIDO EFICAZ?

Para atingir objectivos de expansão do crédito à economia, o Banco de Moçambique começou a reduzir as taxas de referência (ou directoras) a partir de 2011, de modo a encorajar e a viabilizar a redução das taxas de juro dos bancos comerciais. No entanto, a redução das taxas de referência pelo banco central foi oito vezes mais rápida do que a das taxas de juro comerciais (que, em termos reais, se mantiveram próximas dos 14%). Porque é que a resposta dos bancos comerciais foi tão pequena e tão tardia? Este assunto é analisado em Massarongo (2013, 2015, 2016) e Castel-Branco & Massarongo (2015).

Primeiro, existem inconsistências na política monetária (objectivos, sequências e instrumentos) e entre política monetária e fiscal. Para fazer face ao impacto da inflação importada, em especial de produtos alimentares, derivada da combinação do aumento da dependência de importações (criada pela quebra da produção alimentar *per capita* para o mercado doméstico) com a crise internacional de alimentos, o banco central adoptou uma política monetária dual em 2010 e 2011. Por um lado, injectou moeda externa na economia, no total de cerca de 1,4 biliões USD nos dois anos, para valorizar a moeda nacional e amortecer parte da inflação importada. Por outro lado, restringiu a expansão monetária, esterilizando a injeção de moeda externa, limitando o crescimento da base monetária a uma taxa que foi a mais baixa dos quatro anos anteriores, aumentando a taxa de reservas obrigatórias e as taxas de referência. A combinação destas medidas conduziu à apreciação do metical, à redução dos preços, em meticais, dos produtos importados e, por consequência, à mitigação da inflação importada. Num certo sentido, foi adoptada uma política cambial antinotim (destinada a conter o aumento do custo de vida), que foi acompanhada por medidas restritivas para evitar a inflação doméstica.

Logicamente, as taxas de juro comerciais reais aumentaram em linha com a subida das taxas de referência e a redução da moeda nacional em circulação. Neste contexto, a redução das taxas de referência em 2011 não teve credibilidade entre os bancos comerciais, porque as condições estruturais da economia não haviam sido alteradas, do mesmo modo que se mantinham as expectativas de incremento de IDE e do seu potencial de inflação e volatilidade. O quadro estratégico de investimento continuava desfavorável para a expansão económica para além dos megaprojectos. Num certo sentido, os bancos tinham a licença para emprestar dinheiro a um custo mais baixo, mas não havia projectos a quem emprestar fora das dinâmicas extractivas da economia. Portanto, as condições estruturais da economia, o risco e as expectativas agiram contra a eficácia de medidas monetárias expansionistas.

A aceleração do endividamento público doméstico foi financiada, entre 2011 e 2014, pela maior emissão de títulos públicos que havia sido feita até essa altura. O *stock* de obrigações do Tesouro e de títulos do Tesouro aumentou em 48% e 36%, respectivamente, entre 2010 e 2012 (GdM, 1999-2015). A venda de títulos de dívida pública, promovida com taxas de retorno atractivas e risco reduzido, contraiu a quantidade de moeda nacional disponível para o sector privado. Portanto, a incoerência entre políticas fiscal e monetária retirou eficácia à estratégia expansionista. Em conclusão, as medidas monetárias expansionistas foram introduzidas em contexto de significativa redução de liquidez e de aumento do endividamento público interno, o que contribuiu para reduzir a sua eficácia e aumentar os seus custos.

Recentemente, o governador do Banco de Moçambique (BdM) anunciou que o saldo da dívida do Governo directamente ao BdM é de cerca de 47 biliões de meticais, aproximadamente metade do saldo da base monetária de Moçambique, tendo crescido em 23 biliões de meticais no primeiro trimestre de 2017. Depois de reconhecer as pressões inflacionárias criadas, o governador do BdM declarou que estas emissões de moeda foram esterilizadas e as taxas de juro aumentadas, para impedir que a base monetária cresça excessiva e descontroladamente. Portanto, a estratégia de endividamento público acelerado [parte do qual é ilícito (Castel-Branco & Massarongo, 2016c)], financiado pela venda da dívida no mercado financeiro doméstico, destrói as possibilidades de concretizar e sustentar uma política monetária orientada para a expansão do crédito à economia, provocando escassez e encarecimento do dinheiro, protegendo a acumulação financeira de capital e prejudicando o desenvolvimento da base produtiva. Este problema é agravado quando sucessivos défices orçamentais são pagos com emissão de nova dívida, e a dívida do passado se torna o engenho que gera e acumula mais dívida no presente.

Segundo, o poder dos bancos comerciais sobre o mercado permite-lhes manter uma estrutura de preços socialmente ineficiente, ao mesmo tempo que a concentração do sistema bancário cria uma procura de crédito quase inelástica, para cada banco, reduzindo o incentivo para baixar as taxas de juro. Os bancos são controlados por accionistas estrangeiros, que estão mais

directamente expostos aos efeitos da crise internacional e às dinâmicas de financeirização, sendo provável que estejam mais interessados em responder às suas estratégias globais de rentabilização do que às taxas de referência do Banco de Moçambique.

Terceiro, nos últimos cinco anos, em média, cerca de 40% dos depósitos à ordem e 20% dos depósitos a prazo foram em moeda externa (BdM, 2017). A legislação limita a concessão de crédito em moeda externa, pelo que os bancos mantêm poupança ociosa que não podem rentabilizar, mas sobre a qual recaem custos. Assim, os bancos podem estar a compensar pela perda de rendimento com as contas em moeda externa, mantendo elevadas as taxas de juro das operações activas. Uma possibilidade é os bancos estarem a realizar operações em moeda externa *offshore* para capitalizarem nos depósitos em moeda externa.

Quarto, é possível que os maiores bancos estejam a especializar-se no comércio financeiro interbancário, emprestando dinheiro a outros bancos e transaccionando em títulos de dívida pública e privada, que são garantidos pelo Governo e que têm retornos financeiros mais altos. Assim, não é surpreendente que a estrutura dos activos dos bancos se esteja a alterar, com o peso do crédito à economia (cerca de metade dos activos) a diminuir, enquanto o peso dos activos financeiros (investimento em títulos financeiros e noutras instituições de crédito) aumentou substancialmente (BdM, 1995-2015). Nos últimos anos, pouco mais de um quarto do crédito dos bancos comerciais foi usado para compra de títulos de dívida pública, excedendo a soma de todo o crédito para a indústria, agricultura, construção e transportes e comunicações. Quinto, o modelo de acumulação limita as oportunidades de negócio a um leque afunilado de actividades no núcleo extractivo e na rede de serviços e infra-estruturas que o rodeia. Este sistema cria dificuldades específicas para o desenvolvimento de ligações. As oportunidades de crescimento do mercado dos bancos são limitadas ao sistema extractivo, à especulação imobiliária, aos bens duráveis e aos títulos financeiros de dívida pública (o primeiro é amplo e dinâmico, o quarto é amplo, dinâmico, mas instável e volátil, o segundo e o terceiro são dinâmicos, mas pequenos, dado o limitado tamanho da economia e do seu poder de compra). A porosidade económica gera oportunidades de especulação financeira por causa da crescente utilização de títulos de dívida como modalidade de financiamento do Estado. Este sistema de financiamento do défice público gera negócios e lucros privados, subsidiados pelo Estado, no sistema extractivo da economia, e gera negócios com altas taxas de retorno para o capital financeiro, o que, naturalmente, contribui para mudar a estrutura das aplicações financeiras dos bancos a favor da especulação financeira à custa do sector produtivo.

Sexto, a dependência da economia em relação a fluxos externos de capital (ajuda externa, IDE e créditos comerciais), combinada com o enfoque da política monetária nos alvos de inflação, provoca medidas monetárias restritivas (como, por exemplo, a esterilização da ajuda externa) que têm impacto na redução da quantidade de dinheiro em circulação. Como tais fluxos de capitais são aplicados predominantemente na promoção da economia extractiva, a escassez e

o elevado preço do capital no mercado doméstico prejudicam directamente as opções de desenvolvimento das pequenas e médias empresas e consolidam as dinâmicas extractivas e especuladoras da economia.

Portanto, a ineficácia da política monetária em aumentar a disponibilidade de capital para investimento produtivo e reduzir os seus custos é o resultado de uma combinação de factores: inconsistências nos objectivos e sequências da política monetária e entre esta e a política fiscal; a estrutura do sistema financeiro; as dinâmicas mais gerais de acumulação e crescimento na economia; e as dinâmicas internacionais de financeirização. Os bancos ajustam-se à economia e estruturam-na de acordo com os seus interesses, e a economia real, em geral, e as políticas económicas, em particular, condicionam as opções que os bancos têm para definir e prosseguir esses interesses.

CONCLUSÃO

As estruturas de acumulação de capital em Moçambique são caracterizadas pelo afunilamento da base produtiva, porosidade económica, ineficácia na redução da pobreza e dinâmicas especulativas. O afunilamento da base produtiva resulta da prioridade dada à atracção de capital externo multinacional como meio de acelerar e reproduzir os processos de acumulação de capital. A porosidade económica é o mecanismo de transferência de rendas e de lucros para «capitalizar» as classes capitalistas domésticas em emergência, e é concretizada através da expropriação do Estado. A combinação destes dois factores, afunilamento e porosidade, gera a ineficácia do padrão de crescimento económico para a redução da pobreza, levando a que a pobreza seja significativamente menos elástica relativamente ao crescimento económico em Moçambique do que é, em média, nas outras economias da África Subsaariana. O carácter especulativo do processo de acumulação resulta dos efeitos da porosidade económica, em especial do endividamento público acelerado, sobre o sector financeiro e sobre a financeirização dos activos reais (recursos) estratégicos do País, em especial a terra e os recursos energéticos e minerais. Assim, o modo de acumulação tornou-se instável e entrou em crise, tornou-se especulativo antes de ficar produtivo, o que gera um formato específico de capitalismo particularmente dependente, volátil e socialmente tóxico e crítico.

As estruturas e dinâmicas de acumulação actuais não diferem substancialmente, na sua essência, das que criaram e reproduziram as dinâmicas de crise e ruptura dos processos de acumulação na segunda metade do século xx. No entanto, são mais especulativas, mais afuniladas e mais caras, o que torna os processos de ajustamento e transformação estrutural mais pesados e mais difíceis. A crise da segunda década do século XXI, com dimensões estruturais e sistémicas profundas e graves, tem algumas causas semelhantes às da crise dos anos 1980, nomeadamente

no que diz respeito a tentar concretizar e sustentar um programa de investimento muito superior às capacidades da economia, o que esgotou as capacidades de reprodução muito antes de ter gerado o excedente necessário para alimentar a continuidade do programa, mas tem a particularidade de estar focada na acumulação de capital fictício e na financeirização dos activos reais estratégicos e da intervenção do Estado.

Porque é que processos e dinâmicas de crise se reproduzem ao longo da história, mesmo quando as lições estão disponíveis? Em parte, não existe consenso sobre as lições. Por exemplo, a crítica oficial aos processos que conduziram à crise dos anos 1980 é assente em quatro factores: guerra, calamidades naturais, choques externos associados com a deterioração dos termos de troca das exportações e erros associados à excessiva centralização e estatização da economia. Com o fim da guerra dos 16 anos, assumindo calamidades e choques como factores exógenos, a reprodução da crise dos anos 1980 poderia ser evitada com a substituição do «socialismo» pelo «capitalismo». Não havendo nenhuma discussão séria da economia política da macroeconomia de Moçambique, cujo ajustamento se limitou a substituir o plano centralizado por uma abordagem monetarista de gestão económica, o caminho foi aberto para se repetirem os mesmos erros por se pensar que os principais estavam corrigidos. Do mesmo modo, a crítica dominante das dinâmicas de instabilidade e crise da economia colonial e das limitações da experiência inicial do desenvolvimento do capitalismo moçambicano foi focada na escala, na tecnologia e na composição sectorial da produção, o que conduziu a dois programas igualmente ambiciosos de investimento numa óptica de *blitzkrieg* económico, sem mudar os padrões de acumulação. Ambos não só falharam nos seus objectivos transformadores como geraram crises severas de insolvência e endividamento do Estado, e o segundo, de 2005-2014, despojou o Estado do controlo dos recursos mais estratégicos do País.

Evidentemente, como já foi discutido noutra secção deste artigo, os choques externos e as calamidades não são factores inteiramente exógenos, pois dependem das estruturas de acumulação e da sua inserção na economia mundial, bem como das prioridades e sustentabilidade das estratégias de investimento e de desenvolvimento. Portanto, tentar sustentar um programa superambicioso de expansão económica com a expectativa de a crise não eclodir antes de as receitas de venda e exploração dos recursos naturais fluírem e, ademais, expropriando o Estado em ondas sucessivas e cada vez mais severas, era uma óbvia receita para o desastre se «choques externos» fossem endogeneizados na análise e se a «economia política da macroeconomia» fosse introduzida na crítica.

Mas será que uma crise destas proporções pode ser criada, as suas dinâmicas reproduzidas e a crítica aos seus processos rejeitada apenas por não haver consenso sobre lições de crises do passado? Ou haverá factores lógicos, historicamente determinados, que contribuiriam para as opções de formato do sistema de acumulação de capital que resultou na economia extractiva, porosa e especulativa? Para investigar esta possibilidade, teremos de ir para além dos agentes

e das estruturas económicas, e seguir a análise dialéctica das ligações-agentes, no seu contexto histórico próprio.

O estudo das crises económicas concretas em Moçambique e da sua relação com processos de acumulação e com outras dinâmicas regionais e globais está ainda na sua infância. Não só é necessário aprimorar os instrumentos teóricos e analíticos, mas é preciso interrogar a história e explorar a informação em mais detalhe. Certamente será necessário trabalhar com informação mais desagregada que permita analisar tendências de estabilidade, reprodução e crise captando as diferenças, não apenas as dinâmicas mais globais. O estudo das dinâmicas de crise tem de ser capaz de as teorizar rigorosamente a partir das estruturas e dinâmicas de acumulação, instabilidade, crise e reprodução da economia moçambicana, pois isso permite informar o debate sobre estratégia e política pública de expansão e transformação económica, de minimização da ocorrência e da severidade das crises, de gestão e reestruturação da economia, bem como a luta social política pela transformação fundamental da economia e da sociedade, na senda da sua libertação das amarras e das limitações do capitalismo.

De todo o modo, a teoria e a informação existentes permitem-nos esboçar a resposta à questão sobre as razões da reprodução das crises com dinâmicas e configuração semelhantes. Em primeiro lugar, os interesses individuais dos vários ramos do capital não são iguais aos da economia como um todo, a não ser no sentido vago em que é do interesse do capital em geral que as suas condições de acumulação se reproduzam. No entanto, a preocupação primária do capital que opera a indústria de exportação de algodão ou de caju, ou a fábrica de montagem de carroçarias ou de fabrico de cerveja, ou os bancos que garantem os créditos é a sua capacidade de gerar, extrair e realizar a mais-valia, pelo que a sua consideração pelas estruturas da economia surge apenas quando a sua base de acumulação é seriamente posta em causa. Mesmo nessas ocasiões, de crise, o capital individual busca soluções na óptica da sua base específica de acumulação e não para a sustentação da acumulação capitalista em geral. Em segundo lugar, os interesses específicos e preocupações das diferentes facções do capital diferem na medida em que competem entre si (e, portanto, tentam desalojar os competidores do mercado) ou participam nas mesmas cadeias de valor e, neste caso, competem acerca da partilha da mais-valia gerada e realizada. Em terceiro lugar, o objectivo da produção capitalista é a acumulação de capital, que o lucro permite concretizar, pelo que cada capital está preocupado com a sua base de rentabilidade e, quando a crise estoira, pela reposição dessa base de rentabilidade. Finalmente, e esta é a essência da questão, as crises do capitalismo são inevitáveis pela subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia, sendo a configuração específica que adquirem o produto das condições de acumulação, nomeadamente as estruturas e condições de produção, de competição e de luta de classes, como foi explicado noutra parte deste capítulo.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2017). Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Aybar, S. & Lapavistas, C. (2001). Financial system design and the post-Washington Consensus. In B. Fine, C. Lapavistas & J. Pincus (eds.), *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the Post-Washington Consensus*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Banco Mundial (1985) *Mozambique: an introductory economic survey*. (Report 5610-MOZ). Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1990). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*, 1. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1996). *Moçambique: Avaliação do Impacto e Eficiência do Programa de Reestruturação de Empresas*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2014). *Mozambique Economic Update*. Janeiro. Maputo.
- Banco Mundial (2017). *Data*. Disponível em:
http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=2015&start=2000&view=map&year=2005&year_high_desc=false (consultado a 5 de Abril de 2017).
- BdM (Banco de Moçambique) (1995-2015). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BdM (2003-2015). *Balança de Pagamentos*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BdM (2017). *Estatísticas Gerais*. Disponível em:
http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222 (consultado a 5 de Abril de 2017).
- Biggs, T., Nasir, J. & Fisman, R. (1999). *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique. Regional Program and Enterprise Development (RPED)*. Washington: Banco Mundial.
- Brum, J. (1976). *Manufacturing Industries in Mozambique, some Aspects*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Economia.

- Castel-Branco, C. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London.
- Castel-Branco, C. (2002b). *Economic Linkages between South Africa and Mozambique*. Research report for the Department of International Development of the British Government. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2003). Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana*, 3. Maputo.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363
- Castel-Branco, C. (2015a). «Capitalizando» o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2015b). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico - uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE
- Castel-Branco, C. (2016a). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2016b). Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique, 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017a). Contribuição para o método de investigação da economia política de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017b). Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.

- Castel-Branco, C. & Goldin, N. (2003). *Impact of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*. Relatório de investigação. Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf.
- Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016a). Rebatendo mitos do debate sobre a dívida pública em Moçambique. *Boletim IDELAS*, 87. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., & Massarongo, F. (2016b). Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva. *Boletim IDELAS*, 89. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016c). A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas. *Boletim IDELAS*, 86. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, R. & Isaacs, G. (2017). «Restauração da dignidade do nosso povo»: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Catembe.com (2014). Fazenda pública encaixa mais de USD 1,3 mil milhões. Edição nº 7, pp. 5, 2 de Abril.
- CEA (Centro de Estudos Africanos) (1979a). *Os Mineiros Moçambicanos na África do Sul*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- CEA (1979b). *O Desemprego e a Sua Ligação com o Campo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Chang, H.-J. (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. Londres e Nova Iorque: MacMillan.
- Clarke, S. (2012). Crisis theory. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) e Northampton (USA) Edward Elgar.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento) (s.d). *Base de Dados do Investimento Privado Aprovado, 1990-2015*. Maputo: CPI.
- Cramer, C. (2001). Privatisation and adjustment in Mozambique: a «hospital pass»? *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79-103.
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. *Journal of Modern African Studies*, 46 (3), 361-392.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política) (2009). *Quadro Macro Revisto para Proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo*. Junho.
- DNEAP (2010). *Terceira Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais*. Apresentação em PowerPoint.
- Doriye, J. & Wuyts, M. (1993). Foreign aid, import constraints and capacity utilisation; the case of Tanzania. ISS Discussion Paper (February). The Hague: Institute of Social Studies.

- Fine, B. (2010). Looking at the crisis through Marx - or is it the other way about?. In S. Kates (ed.), *Macroeconomic Theory and Its Failings: Alternative Perspectives on the Global Financial Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: from Minerals Energy-Complex to Industrialization*. Londres: Westview Press.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (eds.) (2012). *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- GdM (Governo de Moçambique) (1987). *Policy Framework Paper 1988-1991*. Maputo.
- GdM. (1988). *Strategy and Program for Economic Rehabilitation 1988-91*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- GdM. (1990). *Strategy for Sustained Economic and Social Development 1991-1993*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- GdM (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- GdM (2011). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2013). *Republic of Mozambique: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding*. Maputo.
- GdM (1999-2015). *Relatórios de Dívida*. Maputo.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, Número 29, 2.º Suplemento.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1990-2015). *Anuário Estatístico*. Maputo.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15*. Dezembro. Maputo.
- INE (2017). *Estatísticas*. Disponível em:
<http://www.ine.gov.mz/estatisticas> (consultado a 5 de Abril de 2017).
- Islam, R. & Kinyondo, B. (2014). In quest of inclusive growth: exploring the nexus between economic growth, employment, and poverty in Tanzania. *REPOA Special Paper*, 14/2.
- Itoh, M. & Lapavistas, C. (1999). *Political Economy of Money and Finance*. Londres: MacMillan.
- JICA (Japan International Cooperation Agency) (2011). *Republic of Mozambique Study of Poverty Profile. Final Report*. Maputo.
- KPMG (1999). *Mozambique Banking Sector Survey*. Maputo.
- KPMG (2000-2016). *As 100 Maiores Empresas em Moçambique (inquérito anual)*. Maputo.
- Langa, E. (2015). «Ligações Minadas»: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e Rio Tinto em Moçambique In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.

- Langa, E. (2017). Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2013). Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Lenin, V. I. (2010). *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Penguin Classics.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dívidadura: Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Luxemburg, R. (2003). *The Accumulation of Capital*. Nova Iorque: Routledge.
- Machel, M. (2011). O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: um negócio da China para a família Guebuza. *CIP Newsletter*, 11, 1-5.
- Machel, M. (2012). Alianças com selo de tráfico de influências e conflitos de interesses. *CIP Newsletter*, 13, 10-16.
- Mandel, E. (1980). *Late Capitalism*. Londres: Verso Edition.
- Mandlate, O. (2015). Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Mandlate, O. (2017). A bolha económica moçambicana e o papel da porosidade económica na absorção dos recursos externos. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Marois, T. (2012). Finance, financial capital and financialization. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.) *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2015). Porque é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? Boletim *IDEIAS*, 69. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.

- Massarongo, F. (2017). Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida - problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Melina, G. & Xiong, Y. (2013). Natural gas, public investment and debt sustainability in Mozambique. *IMF WorkingPaper*, 13/261, Novembro.
- Nhachote, L. (2010). Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante. *CIP Newsletter*, 6, 6-7. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP).
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- O'Laughlin, B. (2016). Produtividade agrícola, planeamento e cultura de trabalho em Moçambique In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. & Ibraímo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, 12 (Abril). Maputo: IESE.
- Pereira Leite, J. (1989). La formation de l'économie coloniale au Mozambique – pacte coloniale et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels du sujétion marchande 1930/1974. Tese de Doutoramento (não publicada), Volumes I e II. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Sembene, D. (2015). Poverty, growth, and inequality in Sub-Saharan Africa: did the walk match the talk under the PRSP approach? *IMF Working Paper*, WP/15/122 (Junho).
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2006). Women working for wages: putting flesh on the bones of a rural labour market survey in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 32(2), 313-333.
- Sing, R. (1992). An imperfect information approach to the structure of the financial system. *UNCTAD Discussion Paper*, 46 (Julho).
- Singh, A. (1992). The stock market and economic development: should developing countries encourage stock markets? *UNCTAD Discussion Paper*, 49.

- Stiglitz, J. & Weiss, A. (1981). Credit rating in markets with imperfect information. *American Economic Review*, 71, 393-410.
- The Oakland Institute (2011). Understanding land investment deals in Africa: Mozambique. *Country Report*. The Oakland Institute. Disponível em: http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf (consultado a 26 de Março de 2014).
- Tibana, R. J. (1991). Indústria moçambicana: os limites de uma reabilitação sem estratégia de industrialização. *Economia*, 3.
- UTRE (Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial) (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). «*Privatisation in Mozambique*», Maputo: Technical Unit for Enterprise Restructuring. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- Weiss, J. (1992). Industrial policy reform in Mozambique in the 1980s. In R. Adhikari,, C. Kirkpatrick & J. Weiss (eds.), *Industrial and Trade Policy Reform in Developing Countries*. Manchester e New York: Manchester University Press.
- Wield, D. (1977a). *Some Characteristics of the Mozambican Economy Particularly Relating to Industrialisation*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wield, D. (1977b). *The Structure and Balance of Industrial Production and its Relationships with other Sectors and with the Growth of a Working Class*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1, 9-22. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório*, 81/8. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (1989). *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Gower: Aldershot.
- Wuyts, M. (2011a). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDELAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2011b). The working poor - a macro perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014a). Economic transformation in Tanzania: vicious or virtuous circle? *REPOA Working Paper*, 14/4.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014b). The changing economy of Tanzania: patterns of accumulation and structural change. *REPOA Working Paper*, 14/3.

DEPENDÊNCIA DE MEGAPROJECTOS E DESINDUSTRIALIZAÇÃO PREMATURA EM MOÇAMBIQUE

Epifânia Langa

INTRODUÇÃO

Moçambique, umas das economias outrora apresentadas como exemplos de países africanos em ascensão (Radelet, 2010; Segura-Ubiergo *et al.*, 2014), enfrenta uma profunda crise económica que é muitas vezes referida como «crise da dívida pública», desencadeada pela aceleração do endividamento público nos últimos anos (AllAfrica, 2016; Brock, 2016). Entretanto, restringir a actual crise económica à crise da dívida pública é sobretudo enganador, na medida em que desvia o debate sobre a política pública para o enfoque no controlo dos níveis de sustentabilidade fiscal, em detrimento de uma discussão profunda da estrutura económica que torna a economia vulnerável a crises cíclicas de acumulação e dependente de fluxos externos de capital na forma de ajuda externa, investimento directo estrangeiro (IDE) e endividamento público (Castel-Branco, 2014; Castel-Branco & Ossemame, 2010; Massarongo, 2016). Portanto, tirar ilações do actual contexto de crise económica requer reavaliar o padrão de crescimento económico criado nas últimas duas décadas e as suas implicações para a sustentabilidade da economia.

É neste contexto que o presente artigo pretende discutir as características e implicações da estrutura produtiva desenvolvida nas últimas duas décadas, através da análise de: 1) estrutura comercial e de investimento, e a sua inter-relação; 2) características e dinâmicas em curso na indústria transformadora doméstica; 3) inserção dos fornecedores nacionais na cadeia de valor dos megaprojectos de IDE no País. O artigo essencialmente argumenta que Moçambique segue uma trajectória oposta à transformação económica, na medida em que cresce a dependência de produtos primários ao mesmo tempo que se desencadeia um processo de desindustrialização prematura, o que constrange a multiplicação e a intensificação das ligações dentro da economia. A análise é motivada pela necessidade de reforçar a evidência a favor da revitalização do papel do Estado em países em desenvolvimento através de uma política industrial mais interventiva e focada na aceleração da aprendizagem e do desenvolvimento tecnológico (Amsden, 1989, 2001, Chang, 1994, 2002; Khan, 2013; Lall, 2004). Esta visão contrasta com visões ortodoxas de desenvolvimento económico que continuam a enfatizar a exploração de vantagens

comparativas para rápida integração na economia global (Lin, 2003, 2013), apesar de casos de economias em desenvolvimento dependentes da exportação de commodities, portanto, focadas na exploração de vantagens comparativas, como Moçambique, ilustrem a fraqueza e a insustentabilidade deste tipo de abordagens.

O artigo é composto por mais quatro secções. A segunda secção analisa a base produtiva e comercial, olhando para a estrutura de importações e exportações da economia, e as dinâmicas do IDE, com enfoque no impacto da dependência da economia em relação a megaprojectos. A terceira secção analisa as características e dinâmicas da indústria transformadora (ou manufactureira) doméstica de modo a avaliar em que medida a economia está a criar capacidades para alterar a natureza do crescimento económico a médio e longo prazo. A quarta secção discute as limitações no desenvolvimento de ligações produtivas entre pequenas e médias empresas nacionais e megaprojectos de IDE como uma das implicações do desenvolvimento de uma base produtiva concentrada e com tendências a desindustrializar prematuramente. A última secção apresenta as conclusões e implicações.

ESTRUTURA DA BASE PRODUTIVA NACIONAL E O SEU IMPACTO MACROECONÓMICO

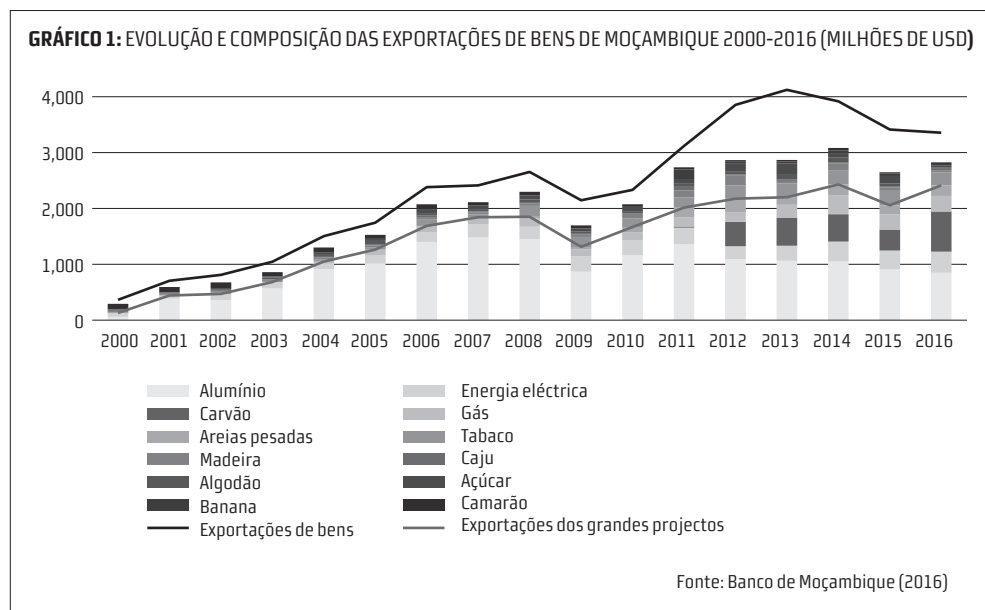
Uma das características principais do padrão de crescimento da economia de Moçambique é a sua dependência da exportação de um pequeno leque de produtos primários, tornando-se cada vez mais significativa com a entrada de elevados fluxos de IDE, na forma de megaprojectos, a partir de finais da década 1990 (Castel-Branco, 2010).

O Gráfico 1 mostra a evolução e a composição das exportações de bens entre os anos 2000 e 2016, permitindo evidenciar estas duas características das exportações domésticas no período contemporâneo.

A primeira característica refere-se à sua natureza primária, isto é, ao domínio de exportações sem ou com baixo nível de processamento. Com a excepção da banana e do camarão, que podem destinar-se ao consumo final, em geral as exportações entram em fases mais avançadas de processamento e/ou servem como matéria-prima em cadeias de valor internacionais para gerar diversos produtos acabados.

A segunda característica é a concentração em torno de poucos produtos do complexo mineral-energético provenientes de megaprojectos – a energia eléctrica, o alumínio, o gás natural, as areias pesadas e o carvão correspondem a seis megaprojectos que formam o núcleo do processo de acumulação da economia neste período. Após o início das exportações do alumínio da Mozal em 2000 como o primeiro megaprojecto de IDE no País, o grau de concentração das exportações à volta do complexo mineral-energético aumentou à medida que novos megaprojectos começaram a exportar (o gás natural da Sasol em 2004, as areias pesadas da Kenmare em 2007, o carvão da Vale em 2011 e da Rio Tinto em 2012) e/ou os

megaprojectos em operação expandiram as suas capacidades de produção (caso do alumínio em 2003, do gás natural em 2012 e do carvão em 2016). Assim, devido a elevados níveis de concentração, a tendência das exportações em Moçambique – os seus períodos de expansão ou contracção – é determinada pelas exportações dos megaprojectos de IDE. As recentes descobertas de reservas de gás natural na bacia do rio Rovuma, cerca de dez vezes maiores do que as actualmente exploradas pela Sasol em Pande-Temane, irão aumentar drasticamente os níveis de concentração das exportações.

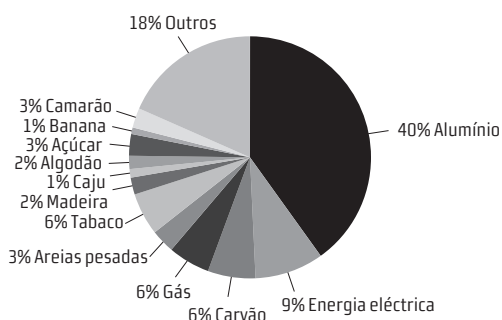


Os Gráfico 2a e 2b demonstram a concentração das exportações olhando para o peso médio de cada produto e por categorias de produtos entre 2000 e 2016. O alumínio, a energia eléctrica, o carvão, o gás e as areias pesadas formam o complexo mineral-energético, representando 64% das exportações no referido período. As commodities agrícolas e agro-industriais – o tabaco, a madeira, o caju, o algodão, o açúcar e a banana – que outrora representavam os principais produtos de exportação diminuíram substancialmente o seu peso nas exportações totais nacionais ao longo deste período, correspondendo a 15% das exportações, não obstante o aumento moderado das exportações de tabaco, açúcar e madeira, e a emergência da banana como produto agrícola estatisticamente significativa nas exportações. Os restantes 21% englobam diversos produtos com destaque para o camarão, cujas exportações contraíram em cerca de 68% entre 2000 e 2016.

Portanto, nas últimas duas décadas, a economia de Moçambique consolidou a dependência da exploração de recursos naturais, mas com uma mudança significativa na composição

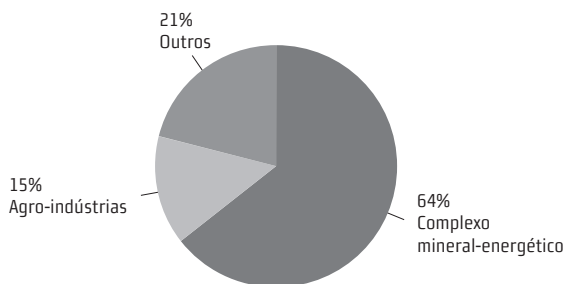
crescimento económico da dependência em poucas commodities agrícolas e pesqueiras para o domínio de commodities do complexo mineral-energético. Este padrão de acumulação torna a economia excessivamente vulnerável a crises cíclicas de acumulação, dada a volatilidade dos preços de *commodities* nos mercados internacionais, o que torna o padrão de acumulação insustentável do ponto de vista macroeconómico (Castel-Branco & Ossemane, 2010). Por isso, períodos de queda dos preços de *commodities* no mercado internacional significam períodos de contracção significativa das exportações, como registado durante a crise global de 2009 e entre 2014 e 2016 (Bose, 2016; Sanderson, 2017).

GRÁFICO 2a: PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E POR CATEGORIA DE PRODUTOS, 2000-2016 (%)



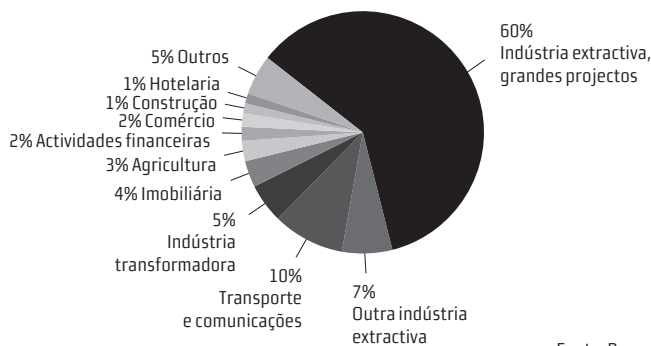
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 2b: PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E POR CATEGORIA DE PRODUTOS, 2000-2016 (%)



Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 3: ESTRUTURA DO IDE EM MOÇAMBIQUE, 2002-2016 (MILHÕES DE USD)

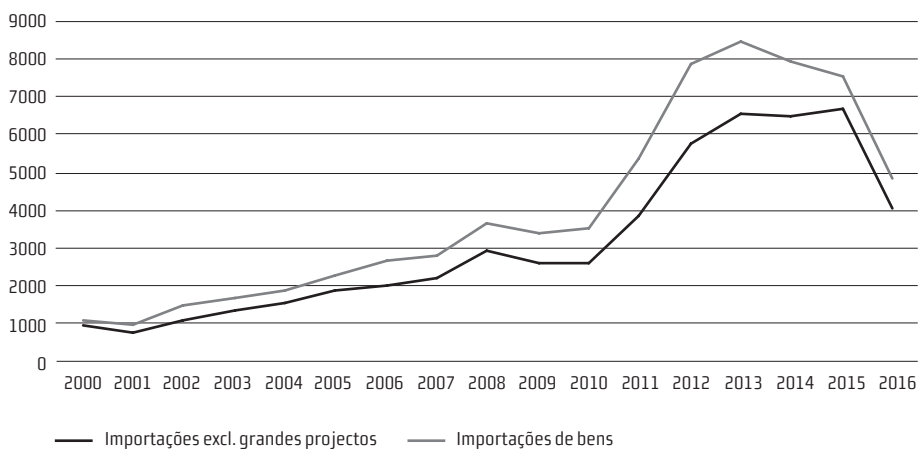


Fonte: Banco de Moçambique (2016)

Com a excepção da energia eléctrica, estas exportações representam megaprojectos de IDE, o que mostra a elevada dependência de capitais externos para financiar o investimento. O Gráfico 3 confirma que a estrutura das exportações reflecte a orientação do IDE em Moçambique, igualmente concentrada em torno da indústria extractiva (essencialmente na forma de grandes projectos) e das suas indústrias de suporte, o transporte e comunicações, que representaram em conjunto 77% do IDE entre 2002 e 2016.

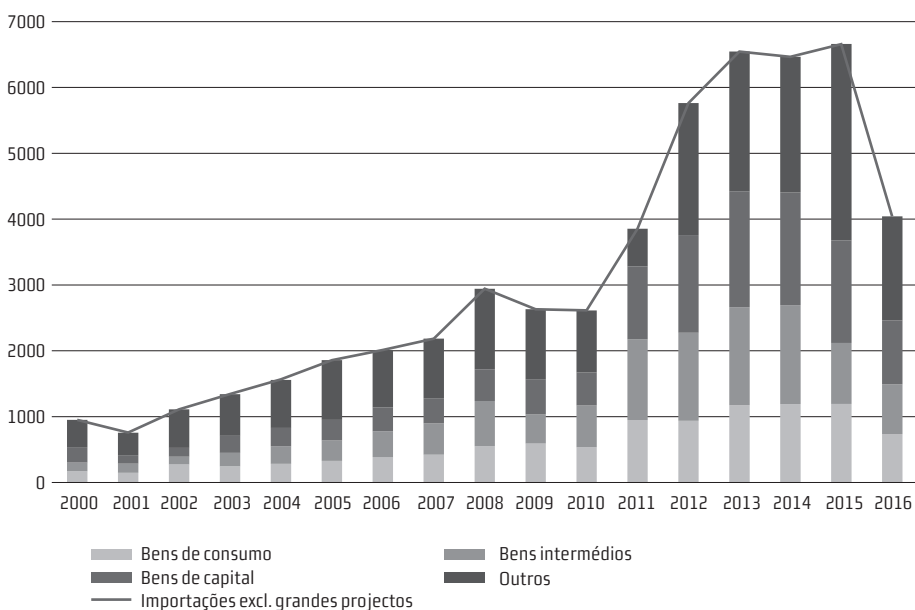
Por sua vez, a evolução e a estrutura das importações em Moçambique, apresentada nos Gráficos 4 e 5, respectivamente, ilustram o crescimento contínuo das importações dos grandes projectos e do resto da economia, tendo estas acelerado drasticamente entre 2011 e 2013, período de pico dos influxos de IDE na economia (Gráfico 7). Durante este período, duplicaram as importações dos grandes projectos, que importam essencialmente meios de produção, bem como as importações de bens intermédios (combustíveis, energia eléctrica, cimento, estruturas metálicas e produtos químicos diversos) e de bens de capital (equipamento e maquinaria diversa) do resto da economia, evidenciando a demanda adicional criada pelas actividades dos grandes projectos, principalmente no que concerne a actividades de construção e transporte desempenhadas por empresas subcontratadas ou fornecedoras. A partir de 2014, inicia um período de redução acentuada das importações, dada a contracção da actividade económica num contexto de queda dos preços dos produtos primários de exportação.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE BENS EM MOÇAMBIQUE (INCLUINDO E EXCLUINDO GRANDES PROJECTOS), 2000-2016 (MILHÕES DE USD)



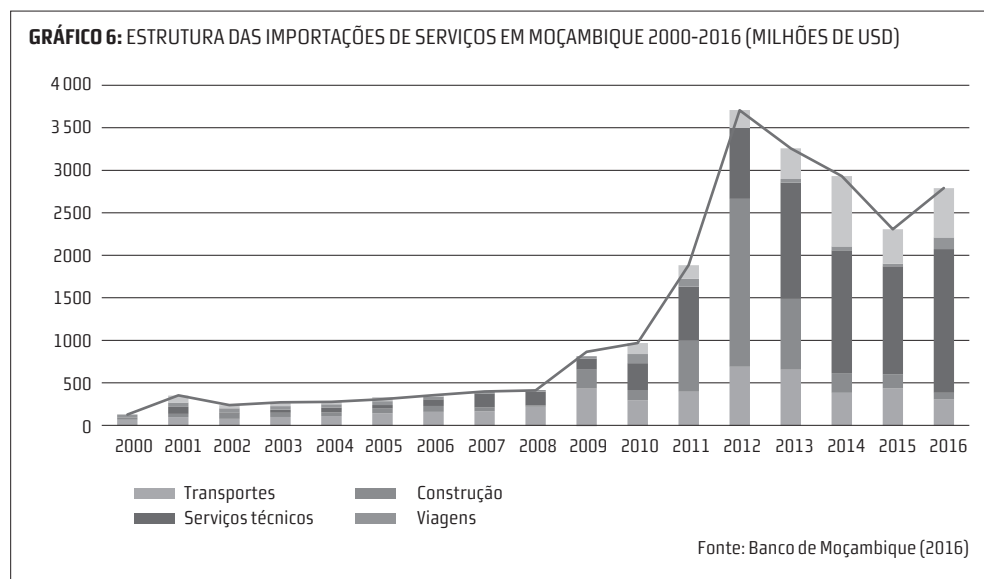
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

GRÁFICO 5: ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES DE BENS EM MOÇAMBIQUE, 2000-2016 (MILHÕES DE USD)



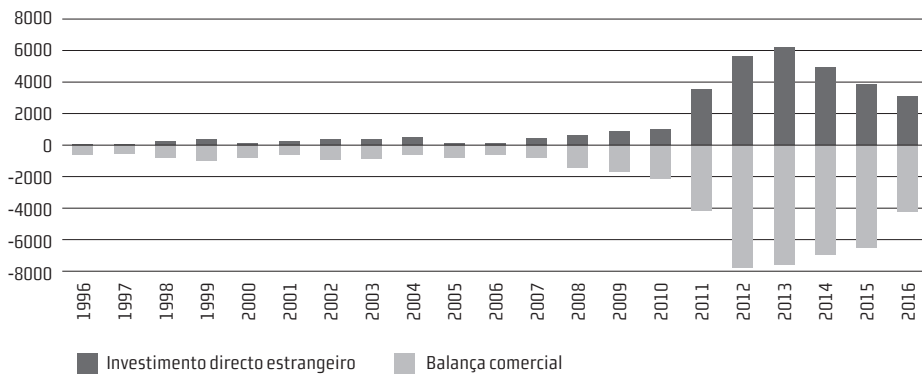
Fonte: Banco de Moçambique (2016)

O Gráfico 6 mostra a estrutura das importações de serviços em Moçambique entre 2000 e 2016. O gráfico confirma o aumento gradual da importação de serviços de construção e técnicos justificados pela construção dos empreendimentos, infra-estruturas de suporte e operacionalização das actividades dos megaprojectos. Tal como verificado na estrutura das importações de bens, o período de 2011 a 2013 foi igualmente um período de explosão na importação de serviços de construção e técnicos, sendo que estes últimos mantiveram uma tendência crescente contínua, apesar da redução drástica da importação de serviços de construção a partir de 2014.



Assim, a análise da estrutura das importações de bens e serviços em Moçambique mostra que o sistema de acumulação da economia baseado em megaprojectos de IDE dependentes de importações cria fortes pressões sobre a balança de pagamentos, resultando na deterioração do saldo da balança comercial ao longo do tempo. Ou seja, existe uma forte relação (quase simétrica) entre os níveis de investimento, particularmente de IDE, e os níveis do défice da balança comercial, como mostra o Gráfico 7, associada com as fracas e concentradas capacidades produtivas da economia, com ligações intra e interindústrias subdesenvolvidas. Por isso, períodos de elevados influxos de IDE, como entre 2011 e 2013, são acompanhados de uma deterioração do saldo da balança comercial, tal como períodos de contracção do IDE têm o efeito de reduzir o défice da balança comercial.

GRÁFICO 7: RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E A BALANÇA COMERCIAL EM MOÇAMBIQUE (MILHÕES DE USD)



Fonte: Banco de Moçambique (2016)

Portanto, ao consolidar um sistema de acumulação baseado no complexo mineral-energético ao longo das últimas duas décadas, a economia recebeu significativos influxos de IDE na forma de megaprojectos intensivos em capital e orientados para a exportação de produtos primários, no entanto, não desenvolveu capacidades internas para fazer face à demanda por bens e serviços por parte da crescente população urbana, das pequenas e médias empresas, dos megaprojectos e do Estado. Assim, o padrão de crescimento da economia moçambicana está dependente de capitais externos e é sustentado por bens e serviços externos à economia, dado que a economia é incapaz de substituir importações através de ligações a montante e a jusante, e de diversificar exportações para além dos produtos primários. Períodos de crise internacional ou oscilações de preços de produtos primários nos mercados internacionais afectam em simultâneo o nível de rendimento, os níveis de investimento e a capacidade de importar do País.

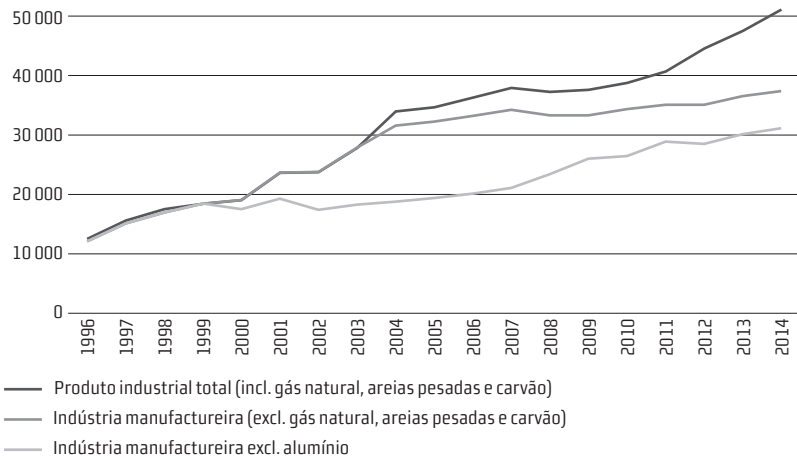
DESINDUSTRIALIZAÇÃO PREMATURA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM MOÇAMBIQUE

Num contexto em que num nível agregado a economia mostra a consolidação de uma estratégia de acumulação baseada no complexo mineral-energético, é importante analisar as dinâmicas da produção industrial, particularmente da indústria manufactureira excluindo megaprojectos, por permitir verificar em que medida capacidades para diversificar e articular a base produtiva a médio e longo prazo estão a ser desenvolvidas. Entretanto, os dados da composição da

produção e as dinâmicas do sector indicam que a indústria manufactureira nacional está a enfrentar um processo referido na literatura como «desindustrialização prematura» (Rodrik, 2007, 2015), que em Moçambique é resultado da combinação de dois processos: 1) a redução do número e da variedade de actividades na economia e a sua crescente concentração em torno das actividades mais primárias dentro da indústria transformadora como um todo, bem como dos respectivos subsectores; 2) a progressiva perda de capacidades tecnológicas e a simplificação de processos produtivos nas empresas industriais existentes.

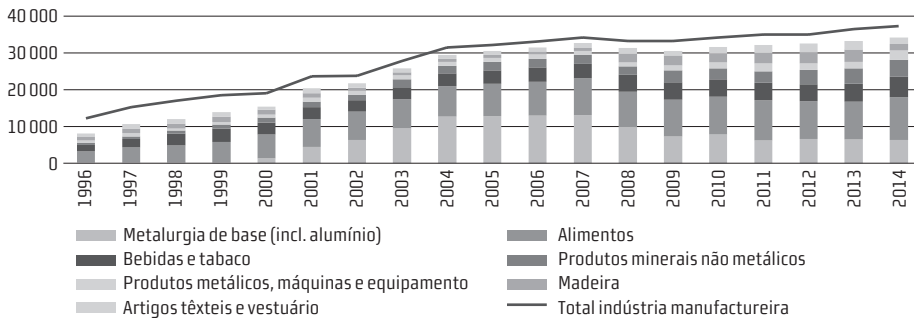
Os Gráficos 8 e 9 demonstram as tendências de concentração do crescimento da produção industrial doméstica. O Gráfico 8 mostra a evolução da produção industrial entre 1996 e 2014, incluindo e excluindo a contribuição dos principais produtos industriais, para permitir uma melhor visualização das tendências de desenvolvimento industrial. O gráfico mostra que, enquanto a produção industrial total crescia a um ritmo acelerado movido pela produção dos megaprojectos (alumínio, gás natural, areias pesadas e carvão), a indústria manufactureira tradicional registou um crescimento lento com períodos de declínio até 2006. Entre 1996 e 2006, a produção industrial total cresceu a uma taxa média anual de 12%, enquanto a produção industrial excluindo a produção dos grandes projectos cresceu a uma taxa média anual de 5%. O Gráfico 9 mostra que a elevada concentração da produção manufactureira no alumínio, aliada ao fraco dinamismo dos outros sectores, implica que períodos de expansão rápida ou de estagnação da produção da indústria manufactureira são determinados pelas dinâmicas do alumínio. Assim, enquanto, por um lado, o período de maior aceleração da produção industrial, registado entre 2001 e 2004, esteve associado à expansão da capacidade produtiva da fábrica de alumínio Mozal, por outro, a relativa estagnação do produto da indústria manufactureira e a redução do *gap* entre este e o produto da indústria manufactureira, excluindo o alumínio a partir de 2008, deveu-se em grande parte à contracção significativa do valor da produção do alumínio (devido à quebra significativa dos preços no mercado internacional desde a crise económica global de 2009), apesar do crescimento moderado da produção de alimentos, bebidas, tabaco, minerais e madeira.

GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL INCLUINDO E EXCLUINDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS, 1996-2014 (MILHÕES DE MT, PREÇOS CONSTANTES DE 2009)



Fonte: cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos)

GRÁFICO 9: COMPOSIÇÃO SUBSECTORIAL DA INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA, 1996-2014 (MILHÕES DE MT, PREÇOS CONSTANTES DE 2009)



Fonte: cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos)

Para além do sector metalúrgico, que é dominado pelo alumínio, os sectores mais dinâmicos da produção manufactureira nacional, nomeadamente os alimentos, as bebidas e o tabaco, e os minerais não metálicos são igualmente concentrados em torno de poucos produtos. A Tabela 1 apresenta os principais produtos dos três maiores subsectores da indústria transformadora tradicional (excluindo o alumínio) e mostra o seu peso individual e conjunto na produção total do subsector. A tabela evidencia elevados níveis de concentração da produção em torno de cinco produtos: o açúcar e a farinha de trigo, que dominam a indústria alimentar, tendo aumentado o seu peso no subsector de cerca de 54% em 1997 para 67% em 2014; a cerveja e os refrigerantes na indústria de bebidas, que registaram um aumento da sua contribuição no subsector de 64% em 1997 para 76% em 2014, depois de terem atingido 96% em 2006; e o

cimento na indústria de produtos minerais não metálicos, que representam cerca de 72% da produção do subsector. Adicionalmente, a tabela mostra que o peso destes cinco produtos na indústria transformadora tradicional mostra uma tendência crescente, reflectindo não só a aceleração dos seus níveis de produção mas, fundamentalmente, a fraca revitalização da produção do sector industrial em geral (como o chá e o caju processado), bem como a contracção gradual ou mesmo desaparecimento de várias actividades industriais como cerâmica, vidros, borrachas, ferro, aço e produção de maquinaria simples.

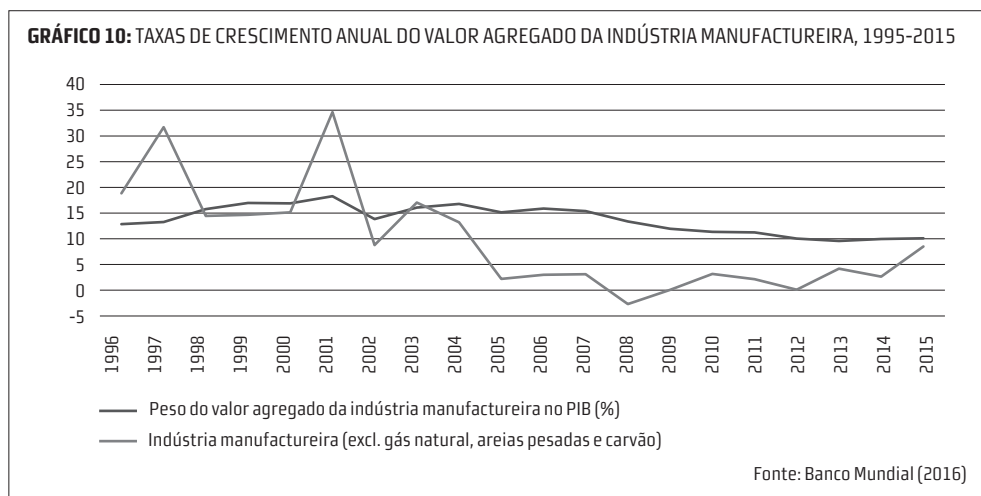
TABELA 1: PESO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO SUBSECTOR E NA INDÚSTRIAMANUFACTUREIRA

SUBSECTORES	PRODUTOS	% NO SUBSECTOR		
		1997	2006	2014
Alimentos	Açúcar	13%	35%	47%
	Farinha de trigo	41%	36%	21%
	Subtotal	54%	70%	67%
Bebidas	Cerveja	42%	56%	53%
	Refrigerantes	22%	40%	22%
	Subtotal	64%	96%	76%
Produtos minerais não metálicos	Cimento	63%	89%	72%
	Subtotal	63%	89%	72%
Peso no total da indústria manufactureira excl. alumínio		43%	70%	52%

Fonte: Cálculos da autora baseados em dados do INE (vários anos) e Castel-Branco (2010)

Portanto, apesar da rápida expansão da economia e de elevados influxos de IDE nas últimas duas décadas, a estrutura produtiva na indústria transformadora não evolui significativamente. Pelo contrário, a economia não só não adquire novas capacidades para permitir diversificar a produção como está a perder capacidades em actividades com maior potencial para as sofisticar e ampliar através de ligações inter e intraindustriais, gerando, assim, maior valor acrescentado para a economia. De facto, como ilustrado pelo Gráfico 10, dados sobre o valor agregado gerado pela indústria manufactureira indicam que níveis de crescimento significativos foram somente registados durante períodos de implementação de grandes projectos de IDE: a revitalização das indústrias de açúcar, bebidas e cimento entre 1997 e 1999, o início da produção da Mozal em meados de 2000 e o aumento da sua capacidade em 2003. Entre 1995 e 2003, a taxa média de crescimento do valor agregado foi de 18% ao ano, contrastando com o período entre 2004 e 2015, caracterizado pela redução considerável do ritmo de expansão, resultando num crescimento médio de apenas 3% ao ano. A queda mais significativa registou-se em 2008, com um crescimento negativo de 3%, o que reflecte uma acumulação de perdas na

indústria, dado que o valor da produção não superou os custos incorridos. Consequentemente, o peso do valor agregado da indústria manufactureira no Produto Interno Bruto (PIB) mostra uma tendência decrescente, tendo reduzido de 13% em 1996 para 10% em 2015.



Ademais, Warren-Rodríguez (2008, 2010) argumenta que as indústrias de metalurgia e de produtos químicos ligeiros estão a enfrentar processos de obsolescência tecnológica contínua, acompanhados pela progressiva simplificação de processos produtivos. Um inquérito à indústria manufactureira reporta que cerca de 62% das empresas inquiridas enfrentam sérias dificuldades em realizar a manutenção e a reparação do seu equipamento, dado que as suas máquinas foram adquiridas durante a década de 1990, altura em que as últimas aquisições significativas de novas tecnologias foram efectuadas (Cruz, Guambe, Marrengula, & Ubisse, 2014).

Portanto, estes estudos indicam que o conjunto de habilitações e capacidades tecnológicas das empresas moçambicanas na indústria manufactureira está a enfraquecer ao longo do tempo, uma trajectória de desenvolvimento contrária à transformação estrutural da natureza primária e subdesenvolvida da base produtiva.

LIGAÇÕES PRODUTIVAS COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA

As ligações produtivas entre pequenas e médias empresas nacionais e os grandes projectos de IDE são vistas pelos fazedores de política e pelo sector privado como um dos mecanismos centrais para o fortalecimento do empresariado nacional e da industrialização do País, tal

como se argumenta na mais recente estratégia e política industrial de Moçambique (MIC, 2016). Assim, num contexto em que a fábrica de fundição de alumínio da Mozal e a planta de processamento de gás natural da Sasol contam com mais de dez anos de produção efectiva, e as minas de exploração de carvão da Vale e ICVL com cerca de seis anos, importa compreender em que medida o estabelecimento de ligações com fornecedores nacionais permitiu à política industrial atingir os seus objectivos, dadas as características da base produtiva doméstica.

Com efeito, esta secção sumariza os resultados de pesquisa sobre as dinâmicas que emergiram a médio e longo prazo em pequenos e médios fornecedores da fábrica de fundição de alumínio Mozal discutidos em Langa e Mandlate (2015) e das minas de carvão em Tete discutidos em Langa (2015) e Mandlate (2015). Os estudos mostram que, dadas as estruturas económicas existentes e as características das empresas nacionais, as ligações produtivas entre pequenos e médios fornecedores nacionais não permitem dinamizar e sustentar a industrialização da base produtiva. O argumento é explicado pela combinação de dois factores: 1) a amplitude das ligações realizáveis limitada fundamentalmente a actividades básicas em áreas de suporte ou complementares; 2) a instabilidade das ligações estabelecidas, o que não permite que estas sejam uma base sustentável para o crescimento das empresas. O padrão de crescimento que emerge nas empresas fornecedoras contribui para a proliferação de actividades de baixa intensidade tecnológica e de baixo valor agregado, bem como para a perda de capacidades industriais nas empresas, sustentando o processo de desindustrialização prematura.

NATUREZA DAS LIGAÇÕES ESTABELECIDAS

Num contexto em que os fornecedores nacionais são de pequena e média dimensão e possuem fracas capacidades produtivas, tecnológicas e financeiras, a natureza das ligações produtivas realizáveis com megaprojectos de IDE é limitada. A maioria das actividades dos fornecedores nacionais concentra-se na provisão de serviços básicos em áreas de suporte ou complementares. Exemplos destas actividades nas empresas estudadas incluem tanto fornecedores de serviços dependentes de importações e de baixo valor acrescentado como o transporte, fornecimento de equipamento de protecção pessoal, limpeza, lavandaria e catering, como fornecedores no fornecimento de peças metálicas ligeiras, soldadura de estruturas metálicas e manutenção industrial ligeira, que são actividades em sectores com potencial tecnológico relevante, mas que são de baixa complexidade. A provisão de bens e serviços críticos aos megaprojectos de IDE como água, energia eléctrica, serviços portuários e transporte ferroviário por empresas nacionais restringe-se às grandes empresas públicas.

Este é o resultado naturalmente esperado no cruzamento entre a estrutura produtiva doméstica que é subdesenvolvida e com tendências a desindustrializar-se e os megaprojectos de IDE que representam mercados de grande dimensão, são dinâmicos e operam com padrões internacionais de gestão, qualidade e segurança (Castel-Branco & Goldin, 2003).

A concretização de ligações em áreas de maior complexidade requer investimento significativo, o que é constringido pela indisponibilidade de informação sobre a demanda real do mercado, o elevado custo do financiamento na economia, a necessidade de tempo de aprendizagem de novos processos produtivos e garantias de acesso ao mercado. Por isso, enquanto, por um lado, os *first movers*, as primeiras empresas a aceder ao mercado de megaprojectos de IDE e que realizaram investimento na expansão e reestruturação do seu processo produtivo, estão relativamente mais bem posicionados para se ligar com outros grandes projectos, por outro lado, estas constringem a entrada de novos fornecedores.

SUSTENTABILIDADE DAS LIGAÇÕES E PADRÕES DE CRESCIMENTO EMERGENTES

Fornecer bens e serviços a um megaprojecto como a Mozal ou a Vale resulta no aumento significativo do volume de negócios das empresas, o que implica melhorias significativas na sua condição financeira, mas também cria elevada dependência da empresa em relação ao megaprojecto. Adicionalmente, como referido, a manutenção de uma ligação contínua com um megaprojecto tem também repercussão sobre os processos produtivos das empresas, que são reestruturados para responder às suas exigências. Em certos casos, esta reestruturação envolve a aquisição de novas linhas de produção e equipamento usados exclusivamente para fornecer um megaprojecto. No entanto, ao adquirir estas capacidades, estas empresas perdem competitividade no mercado tradicional doméstico, na medida em que este não absorve a nova estrutura de custos de produção resultante da melhoria de capacidades.

Entretanto, a experiência mostra que são poucas as empresas que conseguem estabelecer ligações de longo prazo com um ou mais megaprojectos. Em geral, as ligações são de curta duração e instáveis, o que é em parte explicado pelo facto de os fornecedores nacionais operarem em áreas não prioritárias e, por isso, serem mais vulneráveis a oscilações contratuais. Assim, quando a ligação é interrompida, as empresas fornecedoras enfrentam períodos de crise mais ou menos moderada, dependendo do grau de dependência financeira da empresa em relação ao megaprojecto em causa e à sua habilidade de estabelecer ligações com outros megaprojectos. Estes períodos de crise, dado o fim de uma ligação com um megaprojecto, são, geralmente, caracterizados por prejuízos financeiros decorrentes dos investimentos realizados e de conflitos a volta da remoção das melhorias nas condições de trabalho e de padrões internacionais (como o ISO 9000) instituídos durante a ligação. Portanto, a experiência das empresas estudadas questiona a premissa de que a ligação com um megaprojecto garante crescimento sustentável das empresas a longo prazo.

Assim, de modo a sustentar o seu crescimento nas novas estruturas de custos e reduzir o risco associado à dependência excessiva do volume de negócios em relação a um megaprojecto, as empresas procuram diversificar a sua carteira de clientes bem como o seu leque actividades,

focando-se em grandes projectos de IDE e do sector público. Um exemplo do padrão de diversificação de actividades é visto nas empresas metalomecânicas, que diversificam o fornecimento de equipamento mineiro importado, o comércio a retalho e a imobiliária. Ou seja, o invés de diversificarem as actividades avançando para fases mais complexas da sua cadeia de valor, o padrão de diversificação de actividades que emerge nas empresas realiza-se fora da sua especialização inicial, visto que as empresas exploram áreas de menor risco e maior flexibilidade de reorientação.

Portanto, dadas as características da economia, num contexto em que não existem mecanismos e instituições que asseguram o *upgrading* tecnológico, a estrutura de incentivos da economia força as empresas a entrar em actividades de baixo valor agregado, o que por sua vez reproduz a natureza primária, concentrada e de fracas capacidades da economia, impedindo a transformação económica.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O presente artigo mostrou que os elevados influxos de IDE durante as últimas duas décadas não alteraram a estrutura essencialmente primária da economia de Moçambique, mas marcaram a transformação da composição do crescimento económico da predominância de poucas commodities agrícolas e pesqueiras (o açúcar, o tabaco, o caju e o camarão) para excessiva concentração de produtos do complexo mineral-energético (a energia eléctrica, o alumínio, o gás natural, o carvão e as areias pesadas). O IDE, na forma de megaprojectos orientados para a exportação de produtos primários sem ou com baixo nível de processamento, domina não só as exportações e o investimento como contribui para a aceleração das importações, directa e indirectamente, através da demanda por infra-estruturas e serviços de suporte. De facto, os períodos com aceleração de influxos de IDE resultaram em igual ou superior importação de bens e serviços de construção e técnicos, o que mostra a incapacidade da economia de absorver a demanda dos megaprojectos. Assim, o artigo mostrou que a estratégia de acumulação actual gera enormes pressões sobre a balança de pagamentos, deteriorando o défice crónico do saldo da balança comercial.

O artigo demonstrou que é pouco provável que as capacidades para substituir importações a médio e longo prazo estejam a ser criadas, dado que está em curso na indústria transformadora doméstica um processo de desindustrialização prematura. A desindustrialização prematura em Moçambique é caracterizada pelo desaparecimento de indústrias ou perda gradual de capacidades produtivas e tecnológicas em áreas industriais de maior complexidade manifestada pela simplificação de processos produtivos, a favor de crescentes níveis de concentração à volta de actividades mais primárias. Portanto, a economia moçambicana, ao invés de diversificar a

produção e desenvolver-se tecnologicamente através da criação de novas capacidades, segue uma trajectória oposta à transformação económica: maior dependência de produtos primários e retrocesso tecnológico.

Por fim, o artigo mostrou que dadas as estruturas económicas existentes e as características das empresas nacionais, ligações produtivas entre pequenos e médios fornecedores nacionais e megaprojectos de IDE não permitem dinamizar e sustentar a industrialização da base produtiva, devido à natureza e à insustentabilidade das ligações que são criadas. Dado que a maioria das ligações é estabelecida no fornecimento de bens e serviços básicos dependentes de importações e de baixa intensidade tecnológica, as ligações são instáveis e vulneráveis. Isto, por sua vez, induz a um padrão de diversificação de actividades nas empresas que contribui para a redução da complexidade dos processos produtivos e para a perda de especialização industrial. Por outras palavras, as ligações reproduzem o carácter primário e de subdesenvolvimento tecnológico da economia, acelerando o processo de desindustrialização prematura.

Portanto, a natureza do crescimento económico cria fortes pressões sobre a sustentabilidade macroeconómica da economia. Primeiro, a economia é concentrada e desarticulada, dado que as actividades produtivas dominantes na economia funcionam paralelamente uma às outras, sem desenvolver ligações a montante e a jusante entre si. Segundo, a economia é excessivamente vulnerável à queda dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais, como evidenciado pela actual crise que o País enfrenta. Terceiro, a economia é dependente de fluxos externos de capital para sustentar crescimento económico, o que reproduz as suas características actuais. Quarto, a estrutura de incentivos criada conduz ao desaparecimento das fases de maior complexidade na cadeia de produção e à perda gradual de capacidades tecnológicas nas empresas, desencadeando um processo de desindustrialização prematura que impede a difusão de spillovers a partir do IDE para o resto da economia.

De modo a romper como carácter extractivo da economia e reverter o cenário de desindustrialização prematura enfrentado pela indústria transformadora, é essencial que a orientação da política industrial dê prioridade à intervenção na aceleração da aprendizagem e à acumulação de capacidades tecnológicas nas empresas industriais, deixando de se restringir somente ao aproveitamento de vantagens comparativas. De facto, o caso da economia de Moçambique mostra que, na ausência de capacidades produtivas e tecnológicas, a simples existência de recursos naturais é insuficiente para desencadear o processo de transformação económica.

REFERÊNCIAS

- AllAfrica (2016). *Mozambique's Secret Debt Triggers Economic Crisis*. Disponível em:
<http://allafrica.com/view/group/main/main/id/00042683.html> (consultado a 10 de Maio de 2017).
- Amsden, A. H. (1989). *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- Amsden, A. H. (2001). *The Rise of «The Rest»: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford University Press.
- Banco de Moçambique (2016). *Balança de Pagamentos 1980-2016*. Disponível em:
http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222.
- Banco Mundial (2016). *Mozambique Data*. Disponível em:
<http://data.worldbank.org/country/mozambique> (consultado a 14 de Março de 2016).
- Bose, K. (2016). Oversupply, demand fall pulls down aluminium prices. *Business Standard Índia*. Disponível em:
http://www.business-standard.com/article/markets/oversupply-demand-fall-pulls-down-aluminium-prices-116011900008_1.html.
- Brock, J. (2016). Mozambique's tuna fleet rusts as an African success story fades. Reuters. Disponível em:
<http://www.reuters.com/article/us-mozambique-debt-idUSKCN0XX160>.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Routledge*, 41(1), 26-48.
- Castel-Branco, C. N. & Goldin, N. (2003). *Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*. Report submitted to Mozal. Maputo.
- Castel-Branco, C. N. & Ossemane, R. (2010). Crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- Chang, H.-J. (1994). *The Political Economy of Industrial Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. Disponível em:
<http://www.palgraveconnect.com/doi/10.1057/9780230379329>.

- Chang, H.-J. (2002). *Kicking away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem.
- Cruz, A. S., Guambe, D., Marrengula, C. P. & Ubisse, A. F. (2014). Mozambique's industrialization. *Learning to Compete/Africa Growth Initiative*, 10. Africa Development Bank Group/UNU-WIDER.
- INE (vários anos). *Anuário Estatístico* (1996 a 2015). Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: www.ine.gov.mz.
- Khan, M. H. (2013). Technology policies and learning with imperfect governance. In J. E. Stiglitz & J. Y. Lin (eds.), *The Industrial Policy Revolution I*, 19-38. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Lall, S. (2004). Selective industrial and trade policies in developing countries: theoretical and empirical issues. In C. C. Soludo, M. O. Ogbu & H.-J. Chang (eds.), *The Politics of Trade and Industrial Policy in Africa: Forced Consensus?* Ottawa: Trenton NJ, Canada: Africa World Press, International Development Research Centre.
- Langa, E. (2015). «Ligações minadas»: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e da Rio Tinto em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2015). Ligações entre grandes projectos de investimento estrangeiro e fornecedores locais: promessa de desenvolvimento. In C. Castel-Branco, N. Massingue & C. Muianga (eds.), *Questões sobre o Desenvolvimento Produtivo em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Lin, J. Y. (2003). Development strategy, viability, and economic convergence. *Economic Development and Cultural Change*, 51(2), 277-308. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/367535>.
- Lin, J. Y. (2013). From flying geese to leading dragons: new opportunities and strategies for structural transformation in developing countries. In J. E. Stiglitz, J. Y. Lin & E. Patel (eds.), *The Industrial Policy Revolution II: Africa in the 21st Century*, 50,72. Londres: Palgrave Macmillan.
- Mandlate, O. (2015). Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- MIC (2016). *Política e Estratégia Industrial 2016-2025*. Republic of Mozambique.
- Radelet, S. C. (2010). *Emerging Africa: How 17 Countries Are Leading the Way*. CGD Books.

- Rodrik, D. (2007). *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*. Oxford: Princeton University Press.
- Rodrik, D. (2015). Premature desindustrialization. *Working Paper*, 20935. National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w20935>.
- Sanderson, H. (2017). *Aluminium on a Tear on Hopes for China Supply Cuts*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4d29e50a-de37-11e6-9d7c-be108f1c1dce> (consultado a 10 de Maio de 2017).
- Segura-Ubiergo, A., Thomas, A. H., Iyabo, M., Inui, K., Lledo, V. D. & Xiao, Y. (2014). *Mozambique Rising: Building a New Tomorrow*. Washington, DC: IMF.
- Warren-Rodríguez, A. (2008). An exploration of factors shaping technology-upgrading efforts in Mozambican manufacturing firms, 159. School of Oriental and African Studies, University of London.
- Warren-Rodríguez, A. (2010). Uncovering trends in the accumulation of technological capabilities and skills in the Mozambican manufacturing sector. *Oxford Development Studies*, 38 (2), 171-198. Disponível em: <https://doi.org/http://www.tandfonline.com/loi/cods20>.

INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Rosimina Ali e Carlos Muianga

INTRODUÇÃO

A força de trabalho é central nos processos de acumulação capitalista. Analisar as várias formas, os padrões e as condições sociais de trabalho, e a relação entre eles, em contextos históricos específicos de acumulação é crucial para entender como a força de trabalho é integrada no sistema de acumulação de capital e as suas implicações. Entretanto, em Moçambique, este entendimento parece limitado, reflectindo a abordagem ou o método de análise dominante. Este método está assente numa visão dualista, que separa as várias formas de trabalho¹ dentro da economia e a sua subordinação formal e informal ao capital; sendo esta última forma de subordinação negligenciada nos processos de acumulação de capital. Por conseguinte, o trabalho remunerado é visto como integrado nos mercados de trabalho enquanto o trabalho familiar e não remunerado, como não incluído.

Este artigo explica porque é que esta forma de analisar o trabalho é problemática, mostrando como a força de trabalho (nas suas variadas formas e relações) é integrada nos processos de acumulação capitalista em Moçambique. Este exercício reflecte, fundamentalmente, o trabalho de investigação que vem sendo desenvolvido pelo IESE no domínio do estudo das dinâmicas e dos padrões de trabalho e emprego e a sua relação com padrões de acumulação. Este trabalho é desenvolvido dentro de um quadro de análise que se foca no estudo do sistema social de acumulação de capital em Moçambique e nas ligações, tensões e contradições que emergem, em condições históricas específicas. Estudando estruturas produtivas específicas e processos de acumulação associados a estas estruturas, o trabalho de investigação procura analisar duas questões fundamentais: (i) a lógica de acumulação de capital e de organização da produção e do trabalho, que pressupõe a extracção de mais-valia, a qual é gerada pelo trabalho e pela sua relação com o capital; (ii) a base de rentabilidade das empresas e a sua relação com diferentes formas de trabalho e a sua integração no sistema social de acumulação de capital.

¹ Remunerado e não remunerado, quer agrícola quer não agrícola.

O artigo argumenta que a força de trabalho se encontra estrutural e organicamente integrada no sistema de acumulação de capital e que, no quadro de análise das estruturas produtivas em Moçambique, a rentabilidade do capital está assente na existência de várias formas de trabalho que estão interligadas entre si e que permitem a reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital.

Este artigo está organizado em quatro secções. A segunda secção foca-se no estudo de como a força de trabalho e os mercados de trabalho são integrados no sistema de acumulação de capital em Moçambique. Olhando para a organização produtiva do trabalho e para as condições laborais em estruturas produtivas agro-industriais, a terceira secção mostra como as várias formas de trabalho se relacionam com a organização da produção no contexto do modo de acumulação de capital em Moçambique e as suas implicações. A quarta secção conclui e avança algumas questões para análise.

MERCADOS DE TRABALHO E O SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital é um processo complexo e manifesta-se de diversas formas, tendo em conta, por exemplo, a heterogeneidade e a complexidade dos mercados de trabalho, que incluem as várias formas de trabalho, tanto remuneradas como não remuneradas. Esta complexidade requer, do ponto de vista analítico, olhar para estas formas de trabalho, para as suas relações e para o seu papel nos processos de acumulação.

Contudo, um problema central é que predomina, em Moçambique, uma análise dualista da economia, que olha para esta como sendo caracterizada por dois sectores diferentes, um moderno (capitalista) e outro tradicional (pré-capitalista), considerados separados um do outro. Nesta análise, existe apenas uma subordinação «formal» da força de trabalho ao capital, que só acontece no sector capitalista, não havendo ligação com outras formas de trabalho, em particular a produção agrícola familiar não remunerada, que se assumem caracterizadas por processos produtivos sem acumulação e pertencentes ao sector tradicional.

Entretanto, uma análise da economia de Moçambique com enfoque no estudo do sistema social de acumulação de capital, em vários períodos e contextos da sua história, mostra que a força de trabalho se encontra organicamente integrada no sistema de acumulação de capital (Castel-Branco, 2015, 2010, 1994; O’Laughlin 1981; Wuyts, 1980). Neste sentido, não coexistem dois sectores distintos (capitalista e pré-capitalista) e separados entre si (como pressupõe a análise dualista), mas sim um sistema orgânico integrado, com ligações, tensões, contradições e conflitos. Neste sistema, a base de rentabilidade do capital está assente na existência de várias

formas de trabalho e na sua subordinação (formal e informal) ao capital (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1980; Ali, 2013). Neste sentido, o estudo dos mercados de trabalho em Moçambique tem de incluir o trabalho não remunerado, que tem sido parte fundamental da reprodução social da força de trabalho e de extracção de mais-valia absoluta pelo capital, desde o período colonial até actualmente.

No período colonial, o sistema de acumulação de capital esteve assente na expropriação da força de trabalho para a extracção de mais-valia, através da integração do campesinato no mercado capitalista de trabalho e de mercadorias como fornecedor de mão-de-obra barata e produtor de matérias-primas e alimentos baratos para o capital, numa base regionalmente diferenciada² (Castel-Branco, 1994). Isso só foi possível por via da manutenção do campesinato ligado à terra, que, ao mesmo tempo envolvendo-se no trabalho assalariado, produzia comida para o autoconsumo e para o mercado. A capacidade de o campesinato produzir comida para o autoconsumo e para o mercado, que dependia do salário, foi central para a reprodução da força de trabalho e para garantir a sua disponibilidade a baixo custo para o capital. Neste contexto, a rentabilidade do capital dependia do uso intensivo da força de trabalho e do pagamento de salários baixos, que era possível devido a disponibilidade e abundância da força de trabalho e do reduzido custo da sua reprodução para o capital. A manutenção do campesinato ligado à terra, ao mesmo tempo que se envolvia no trabalho assalariado, permitiu o desenvolvimento de uma força de trabalho migrante, que intercalava entre o trabalho assalariado e outras formas de trabalho, em particular a produção familiar. Os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, para além de suprir necessidades de consumo e obrigações de pagamento de impostos, destinavam-se ao financiamento da produção familiar, por exemplo para aquisição de meios de produção necessários à reprodução da agricultura familiar (O’Laughlin, 1981). Neste caso, o carácter migrante da força de trabalho assegurava um trabalho na terra que permitia a subsistência das famílias camponesas e a sua própria reprodução, principalmente nos períodos sem emprego. Sendo assim, o trabalho assalariado e a agricultura familiar financiavam-se mutuamente. Este facto mostra a relevância da interligação entre múltiplas formas de trabalho, sobretudo a integração informal da força de trabalho não remunerada nos mercados de trabalho capitalistas.

A interdependência entre produção familiar e trabalho assalariado permanece na estrutura produtiva extractiva³ prevalente em Moçambique, especializada na produção primária para exportação e com fracas ligações domésticas. Neste tipo de estrutura, o capital continua a deter

² No Sul de Moçambique, o campesinato garantia um fundo de divisas para a colónia através da venda da sua força de trabalho para a indústria mineira sul-africana, que era a sua principal fonte de rendimento, para além de ser a contribuição fundamental para a acumulação de capital na colónia e na região da África Austral. No Centro e Norte do País, o campesinato foi integrado na economia de plantação e na produção de mercadorias viradas para exportação, do qual dependia grande parte das exportações do País em culturas de rendimento como caju, algodão, açúcar, copra, chá, sisal e tabaco (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1978).

³ Para uma análise profunda da natureza extractiva das estruturas produtivas em Moçambique, ver (Castel-Branco, 2010).

o acesso e o controlo dos recursos e da força de trabalho, obtendo-os a baixo custo e com a força de trabalho, continuando a ser responsável pelos custos da sua própria reprodução. Isto mostra a relação de dependência entre a reprodução da força de trabalho e do capital, sendo que as condições sociais de trabalho são importantes para a reprodução do sistema, pois determinam o que acontece com a produção familiar que assegura a possibilidade de manter a força de trabalho disponível e barata. Ademais, o que acontece na organização produtiva do trabalho, na determinação dos salários, entre outras condições sociais do trabalho, tem implicações para a produtividade da força de trabalho e para a reprodução da base de rentabilidade das empresas, conforme será discutido na secção que se segue.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES AGRO-INDUSTRIAIS

Esta secção analisa a organização produtiva do trabalho e as condições laborais nas plantações agro-industriais de florestas (em Niassa), de chá (na Zambézia), de cana-de-açúcar (em Maputo)⁴, explicando como é que a força de trabalho se integra nestas estruturas de produção e qual é a sua relação com processos de acumulação de capital. O aspecto central é que o modo produtivo prevalente nas agro-indústrias gera estruturas de emprego e condições sociais de trabalho instáveis, inseguras e precárias, com implicações na reprodução da força de trabalho e na sustentabilidade do sistema de acumulação.

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A INTEGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O modo como a produção é organizada em diferentes estruturas produtivas determina as necessidades de força de trabalho e a forma como esta é integrada nos processos de produção de valor e de mais-valia para o capital. A produção agro-industrial do chá, do açúcar e florestal está dividida em duas actividades principais, nomeadamente a actividade agrícola (que inclui a preparação dos campos, o plantio, a colheita e actividades de suporte, como a limpeza dos campos, a adubação, a poda, a sacha, etc.) e o processamento (que inclui as fábricas de processamento e serviços de apoio).

No caso da produção do chá e do açúcar, o processamento é feito imediatamente após a colheita, diferindo apenas no *timing* em que as duas actividades ocorrem. Isto é, o tempo máximo em que a folha de chá e a cana-de-açúcar devem ser processados após a colheita de modo a garantir uma qualidade desejável do produto final.

⁴ Estes três casos são o produto da investigação conduzida pelo IESE entre 2011 e 2015.

No caso das plantações florestais em Moçambique, há a expectativa de que, se houver planos de extracção de madeira numa base de longo prazo, as empresas vão necessitar de trabalhadores para o processamento e transporte da madeira. Na fase actual, ainda não há processamento, dado que as plantações foram estabelecidas recentemente⁵. Mesmo assim, para as empresas florestais que operam no Niassa, as perspectivas de implantação de fábricas de processamento ainda não estão claras, dadas as incertezas relativamente à rentabilidade dos projectos florestais em Moçambique. Entre os vários aspectos, está a questão dos mercados e a escala de produção que viabilize a implantação de fábricas de processamento. Por enquanto, o foco das empresas florestais está na expansão das áreas de plantio, o que requer uma ocupação de terra em grande escala, com implicações no desenvolvimento e na sustentabilidade de outras formas de trabalho, sobretudo as ligadas directamente à terra.

TABELA 1: ANÁLISE COMPARATIVA DAS AGRO-INDÚSTRIAS DE CHÁ, AÇÚCAR E FLORESTAS

CHÁ	AÇÚCAR	FLORESTAS
DIFERENÇAS		
Organização produtiva		
Produção agrícola (plantação de chá) e processamento primário para exportação (mais de 95%) e para o mercado doméstico.	Produção agrícola (plantação de cana-de-açúcar) e processamento para exportação (açúcar bruto e melaço) sem refinaria.	Produção agrícola (plantação de eucaliptos e pinheiros) e planos de processamento de madeira serrada e polpa de papel para exportação (a implantação de fábrica de processamento depende da escala e da viabilidade dos projectos a longo prazo).
Firmas e capitais envolvidos		
As principais empresas envolvidas são as Chazeiras de Moçambique, Chá Magoma, Sociedade de Desenvolvimento da Zambézia (SDZ), todas localizadas no distrito de Gurue, com capitais maioritariamente indianos e com outros interesses comerciais em Moçambique. Estas empresas operam no País desde o período depois da guerra, quando as várias unidades produtivas da empresa estatal Empresa Moçambicana de Chá (EMOCHÁ) foram privatizadas.	A Tongaat Hulett, uma empresa sul-africana que produz vários derivados de cana-de-açúcar, é a principal empresa a operar em Moçambique, e actualmente tem 88% das acções da Açucareira de Xinavane. Esta empresa encontra-se a operar em mais cinco países da África Austral (Zimbabwe, África do Sul, Namíbia, Botswana, Suazilândia).	As plantações florestais são relativamente recentes e as suas operações iniciaram-se em Niassa em 2006. Duas principais empresas estão em operação (das seis que existiam inicialmente desde 2006): a Green Resources (empresa privada norueguesa, é uma das maiores empresas florestais a operar em África e, recentemente, fundiu-se com a Chikweti Forests of Niassa, que até à data da fusão era a maior empresa florestal nesta província) e a Florestas de Niassa (pertencente ao grupo zimbabweano Rift Valley).

Cont.»

⁵ Necessitando de um período de crescimento entre 10 e 25 anos, consoante a espécie e o desenvolvimento das plantas.

Cont.»

CHÁ	AÇÚCAR	FLORESTAS
DIFERENÇAS		
Tipo de cultura Monocultura fixa com colheita em todas as campanhas agrícolas. As plantas têm mais de 50 anos de vida. A expansão da produção requer substituição das plantas existentes e investimento em novas variedades de chá de melhor qualidade, e não necessariamente expansão das áreas de cultivo. Não tem sistema de irrigação (irrigação natural). Quase todas as actividades no campo são feitas manualmente.	Monocultura flexível com colheita (corte de cana) em todas as campanhas agrícolas. Expansão da produção implica ocupação de grandes extensões de terra (incluindo <i>contract farming</i>) e recursos relacionados (água). Uso de sistema de irrigação e de pulverização mecanizados.	Monocultura relativamente fixa (colheita entre 10-25 anos, dependendo do tipo de plantas: eucalipto ou pinheiro). Na fase actual, a expansão da produção implica também ocupação de grandes extensões de terra, incluindo florestas nativas. Não tem sistema de irrigação, com excepção dos viveiros. O plantio é feito na época chuvosa e a maior parte das actividades é feita manualmente, com início de alguma mecanização na preparação da terra.
O período de pico da produção é o da colheita do chá (Novembro a Março), para posterior processamento nas fábricas.	O período de pico é o do corte de cana (com duração de cerca de seis meses), para posterior processamento nas fábricas.	O período de pico é o do plantio (Novembro a Março).
Condições de mercado Mercado altamente competitivo dados os padrões de qualidade do chá exigido. As empresas que operam em Moçambique vendem o seu chá em leilão em Mombasa (Quénia).	A açúcar produzido em Moçambique beneficia de quotas preferenciais nos mercados da União Europeia, sendo que as empresas envolvidas controlam a produção e a comercialização noutros países da África Austral.	Apesar da incerteza relativamente à viabilidade dos projectos florestais em Moçambique, as empresas a operar têm vasta experiência na área florestal e controlam as principais operações florestais em África, nomeadamente a produção e comercialização de madeira e produtos madeireiros. Também operam nos mercados de carbono. As empresas têm perspectivas de exportação de polpa de papel para os mercados asiáticos. Contudo, tal depende da existência de escala suficiente para implantação de fábricas de processamento em Moçambique.
SEMELHANÇAS		
Organização do trabalho e da força de trabalho Uso intensivo de força de trabalho sazonal. O emprego e o trabalho são instáveis e precários. Nem todos os trabalhadores conseguem ter trabalho durante toda a campanha agrícola e mesmo nos períodos de pico domina uma insegurança laboral em resultado do modo de organização produtiva. O sistema de trabalho é baseado em metas ou tarefas diárias. Uso de mão-de-obra casual para actividades de limpeza, adubação, poda, etc. A força de trabalho intercala o seu trabalho nas plantações com outras formas de trabalho, com particular destaque para a produção familiar para autoconsumo e comercialização. Condições de trabalho precárias, com problemas de saneamento, alimentação e transporte.		
Condições de remuneração Salários baixos que não cobrem o custo de subsistência da força de trabalho, o que implica que a força de trabalho é responsável pela sua própria reprodução. A remuneração é baseada em metas ou tarefas diárias de trabalho e o não cumprimento das metas implica receber salário abaixo do mínimo estipulado para o sector. Nem todos os trabalhadores podem ter trabalho durante o período de vigência de contrato, e os rendimentos apenas são pagos relativamente aos dias efectivos de trabalho. Rendimentos são instáveis e irregulares.		
Fonte: Ali & Muianga (2016), O'Laughlin & Ibraimo (2013)		

A estrutura produtiva das agro-indústrias de cana-de-açúcar, de chá e florestais são exemplo do tipo de padrão de acumulação extractivo dominante em Moçambique, cujo foco é a produção de produtos primários para a exportação, com base na obtenção de vastas extensões de terra e recursos relacionados, como a água e a força de trabalho a baixo custo. A Tabela 1 faz uma comparação entre as três agro-indústrias no que respeita a organização da produção e do trabalho, mostrando as suas diferenças e semelhanças. Enquanto nas açucareiras a maioria da produção é açúcar bruto e melação, nas plantações florestais o foco é o plantio de eucalipto e pinho para produção de polpa de papel e madeira para exportação. Nas chazeiras, a base é a produção de chá semiprocessado, sendo mais de 95% destinado à exportação. As ligações a jusante na economia para os três casos são limitadas, com excepção dos salários. Existem algumas ligações a montante nas florestas mas não estão bem estabelecidas (subcontratação de empresas para prestação de alguns serviços: preparação da terra, derrube de árvores, plantio, etc.) (Ali & Muianga, 2016).

A estrutura de organização da produção nas plantações em questão é de tal forma que o acesso à terra a baixo custo, o uso intensivo de força de trabalho nos períodos de pico e os baixos salários são condições centrais para a rentabilidade das empresas. Particularmente, estes aspectos não diferem substancialmente das condições de rentabilidade das plantações no período colonial. O carácter sazonal da produção e a dependência de trabalho casual, quase sempre disponível quando necessário, implicam que as empresas agrícolas não pagam os custos de reprodução da força de trabalho. Em consequência, os trabalhadores recorrem a outras formas de trabalho para garantir a sua subsistência e a das suas famílias, principalmente nos períodos em que os contratos de trabalho sazonais terminam. Dessas formas de trabalho destacam-se a produção familiar para autoconsumo e a comercialização, a produção de tijolos e a queima de carvão e o comércio em geral, para os trabalhadores das plantações florestais em Niassa e de chá na Zambézia. Na agro-indústria do açúcar, a agricultura familiar, a criação de gado e o comércio dominam as outras formas de trabalho, sobretudo dos trabalhadores locais. Nas açucareiras, parte significativa da força de trabalho sazonal, sobretudo os cortadores de cana, é proveniente de outras regiões, em particular da região centro do País. Estes grupos de trabalhadores aglomeram-se nas empresas açucareiras à procura de uma oportunidade de trabalho para os três meses de pico. Nem todos conseguem ser contratados, e os que conseguem, findo os três meses de contrato, voltam para os seus locais de origem para se dedicarem a outras actividades, enquanto esperam por mais uma oportunidade de trabalho na campanha seguinte (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). Os rendimentos do trabalho nas plantações são usados para investir em algum outro tipo de actividade de geração de rendimento ou na produção familiar que assegura a subsistência dos trabalhadores. A dependência de outras formas de trabalho não se limita, apenas, ao período em que os trabalhadores não têm contratos de trabalho nas plantações.

Mesmo no período de vigência dos contratos, os trabalhadores sazonais conjugam o trabalho nas plantações com o trabalho na produção familiar e outras formas de trabalho. Esta é uma característica comum nos três casos em análise, independentemente do tipo ou da categoria de trabalho (permanente ou casual).

Em geral, nas plantações, a capacidade de absorção de mais força de trabalho implica expansão das áreas de cultivo, como são os casos da cana-de-açúcar e das florestas. Esta expansão só pode acontecer com expropriação de terra e de recursos relacionados (como a água), com implicações na capacidade de reprodução da força de trabalho em geral. Por exemplo, a conversão do vale de Incomati para a expansão da produção da monocultura da cana-de-açúcar, apesar de ter gerado mais emprego nos períodos de pico e mais rendimentos monetários a nível global, aumentou a vulnerabilidade das famílias às alterações de preços, sobretudo dos bens básicos de consumo. Além disso, reduziu a variedade de actividades alternativas de geração de rendimento para os pequenos produtores, que tem no leque de actividades (pesca, criação de gado, exploração de produtos dos mangais e produção de alimentos em sistemas de regadios) o garante da sua subsistência (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas florestas, a expropriação de terra, como resultado da expansão das áreas de plantio, abrangeu também a destruição de florestas naturais de onde os camponeses extraem recursos como a lenha, o carvão e outros recursos naturais para a sua subsistência. Claramente, embora a expansão da produção florestal tenha gerado emprego, maioritariamente nos períodos de pico, e rendimentos monetários para as famílias, também reduziu o leque de actividades alternativas de geração de rendimento, pondo em causa os modos de vida e, conseqüentemente, a reprodução da força de trabalho. Esta situação explica, em parte, os problemas de absentismo e de crise de recrutamento de força de trabalho apresentados pelos gestores das empresas florestais em Niassa, na medida em que parte da população tem de se deslocar para zonas cada vez mais distantes para a prática da actividade agrícola.

A estrutura de organização da produção e do trabalho é similar, pelo menos na actividade agrícola, em que a força de trabalho é essencialmente recrutada nos períodos de pico da produção. Em todos os casos, os períodos de pico são geralmente caracterizados por uma intensificação do trabalho. Esta intensificação pode manifestar-se através da extensão das horas de trabalho e/ou das metas de produção, podendo implicar maior produção de valor e, por conseguinte, mais mais-valia para o capital. A intensificação do trabalho pode ocorrer também porque os trabalhadores têm a possibilidade de ganhar mais, em alguns casos ultrapassando as metas, ou de cumprir a meta rapidamente de modo a dedicarem-se a outras actividades, incluindo a produção familiar. Fora dos períodos de pico, as plantações são caracterizadas por trabalho eventual, sobretudo para actividades de limpeza dos campos agrícolas, poda das plantas, adubação, etc.

CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO E SAÚDE LABORAL

As condições de trabalho, incluindo a questão dos salários, as condições de remuneração e as de saúde dos trabalhadores são fundamentais para perceber como a força de trabalho é integrada nos processos produtivos, de modo a gerar mais-valia para o capital. Mais importante ainda é como nas actuais condições sociais de trabalho nas plantações a força de trabalho pode reproduzir-se continuamente e quais são os limites dessa reprodução para a rentabilidade do capital. Como foi referido na secção anterior, no período colonial o uso intensivo da força de trabalho e o pagamento de baixos salários nas plantações constituíam a base de rentabilidade do capital, num contexto em que a forma como a força de trabalho esteve integrada no sistema de acumulação garantia as condições para a sua reprodução. Isto era possível, especialmente, pela disponibilidade de bens alimentares a baixo custo para os trabalhadores, como pela manutenção do campesinato ligado à terra, de onde se reproduzia uma força de trabalho migrante, disponível e barata para o capital.

Os salários e as formas de pagamento jogam um papel central nas relações entre o capital e o trabalho nos processos produtivos das empresas agrícolas em análise. A determinação de salários com base em metas reflecte as condições de «expropriação» da força de trabalho e de rentabilidade nestas empresas, visto que nem todos os trabalhadores podem atingir as metas, o que implica pagamentos parciais e, conseqüentemente, irregularidade e instabilidade nos rendimentos, além de que os salários já são baixos. Além das dificuldades para atingir as metas ou empreitadas diárias, o problema da irregularidade nos rendimentos é explicado também pelo facto de os trabalhadores não poderem ter trabalho durante todos os dias do mês e todos os meses ao longo do ano.

Neste contexto, a necessidade de cumprimento de metas exige que os trabalhadores intensifiquem o trabalho. Nestes casos, os trabalhadores tentam acelerar processos, às vezes trabalhando rapidamente e sem descansar ou ter refeições, dispensando o uso de certos equipamentos de segurança (Ali & Muianga, 2016; O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas plantações florestais, dependendo da proporção da meta atingida, o não-cumprimento integral das metas pode equivaler a menos do que um dia de trabalho, ou mesmo um dia de trabalho não considerado e, portanto, um dia de trabalho não pago. Nas empresas chazeiras, onde a meta diária de colheita do chá é de 50 kg, o trabalhador é pago pela quantidade de chá colhido, no valor de 2 MT/kg. Em alguns casos, por exemplo na limpeza das áreas e na poda das chazeiras, a meta pode ser concluída no dia seguinte. Nestes casos, dois dias de trabalho podem contar como um único dia de trabalho remunerado, o que implica que, no final do mês, os trabalhadores recebem, efectivamente, abaixo do salário mínimo de cerca de 3183 MT estipulado para o sector agrícola no ano em análise (Ali & Muianga, 2016).

A forte dependência do trabalho assalariado nas plantações mostra, fundamentalmente, a submissão da força de trabalho ao capital, que, mesmo com baixos salários e condições precárias,

se encontra disponível sempre que as empresas necessitam. Contudo, processos de reprodução da força de trabalho, embora tenham aspectos comuns com o passado colonial, têm algumas limitações, no sentido em que a organização mais geral do trabalho e as suas condições nas empresas agrícolas não integram explicitamente o papel das outras formas de trabalho no processo de reprodução. O desemprego massiço e a quase ausência de outras oportunidades de trabalho assalariado nas regiões onde estas empresas estão localizadas levam a que grupos de trabalhadores se submetam continuamente a condições de trabalho precárias e baixos salários. Ao mesmo tempo, as famílias mostram-se incapazes de produzir grande parte do que necessitam para a sua vida e reprodução (por exemplo, bens de consumo como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, despesas de serviços sociais como saúde e educação, financiamento a habitação e custos de transporte, etc.), pelo que os rendimentos do trabalho assalariado (quer em espécie quer monetários) podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para o mercado ou para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos ao invés de depender do seu consumo corrente, assim como podem permitir ter uma base de investimento em actividades alternativas, incluindo o financiamento a agricultura familiar (Ali, 2013; Castel-Branco, 1983; O’Laughlin, 1981). Os agregados familiares possuem padrões de sobrevivência diversificados e encontram-se envolvidos numa multiplicidade de actividades que incluem trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques, havendo portanto uma interdependência entre o trabalho assalariado, a agricultura familiar e outras formas de trabalho mais gerais (Ali, 2013; Oya *et al.*, 2009).

As plantações de chá são um exemplo sobre como o pagamento de baixos salários é fundamental para a rentabilidade das empresas chazeiras, tal como acontecia no período colonial (CEA, 1982). A investigação do IESE mostra que estas condições ainda são fundamentais, sobretudo no contexto de crise de rentabilidade em que as empresas chazeiras se encontram. Entretanto, a actual crise de rentabilidade das empresas é estrutural e tem a sua génese no passado⁶. Para além dos baixos níveis de investimento na indústria chazeira por parte das empresas que operam no sector, a produtividade das actuais plantas, que já têm mais de 50 anos, é bastante baixa, tendo impacto na qualidade do chá produzido em Moçambique, tornando-o menos competitivo no mercado internacional.

⁶ O sector do chá na Zambézia enfrenta uma crise estrutural de rentabilidade que vem desde o período logo após a independência e que resulta das condições actuais de produção dessa cultura e das exigências de padrões de qualidade a nível internacional. A crise do sector acentuou-se em 2015, devido às cheias que afectaram a Região Centro e Norte do País, comprometendo os níveis de produção geral do chá e de comercialização. Face a estes aspectos, para além da necessidade de investimento em novas variedades de plantas e de melhor qualidade e na renovação das áreas existentes, a associação de produtores de chá garantiu que uma das condições para que o sector continue a operar com vista a recuperação era a redução dos salários dos trabalhadores. De acordo com estes, em Moçambique os salários pagos aos trabalhadores eram altos se comparados com os salários pagos na região da África Austral. As empresas chegaram a equacionar um congelamento do aumento do salário mínimo para o sector por um período indeterminado. Entretanto, actualmente as empresas estão a pagar o novo salário mínimo aprovado para o sector agrícola.

Uma questão particular é que, mesmo com estes problemas, as empresas continuam a produzir e, possivelmente, a actividade continua a ser rentável, justamente pelos salários baixos e pelas condições de trabalho que estas oferecem. Há um espaço para o pagamento de baixos salários que se associa, entre outros aspectos, à existência de desemprego em massa e à quase ausência de outras oportunidades de trabalho assalariado na região do Guruê. A agro-indústria do chá foi e continua a ser o maior empregador da força de trabalho no Guruê, sobretudo nos períodos de pico. Portanto, face à crise de rentabilidade, o argumento central das empresas é o de que, para que a actividade de produção continue viável e se garanta o mínimo de emprego possível para a população, os salários actuais pagos aos trabalhadores devem ser mais baixos ainda. Face à impossibilidade de isto acontecer, as empresas reestruturam a organização da produção de modo que, mesmo sem reduzir os salários, o sistema de organização da produção, as precárias condições de trabalho e a organização do trabalho podem permitir alguns ganhos de rentabilidade às empresas.

Diferentemente dos casos do chá e do açúcar, nas florestas, embora o desemprego em massa caracterize as regiões onde as plantações foram implantadas, há momentos em que as empresas enfrentam crises de recrutamento de força de trabalho para as diferentes actividades. Os gestores das empresas florestais justificam este problema recorrendo ao argumento de «falta de cultura de trabalho»⁷ da população, assim como a coincidência entre a campanha agrícola e os períodos de pico na actividade florestal (o plantio). De facto, para além dos problemas de expropriação criados pela expansão da actividade florestal, os baixos salários, as condições de trabalho, as elevadas metas e a insegurança do trabalho concorrem para o absentismo dos trabalhadores nas empresas florestais⁸. Alguns trabalhadores calculam o custo e benefício de trabalhar nas empresas florestais nas condições actuais, comparando com a prática de outras actividades e formas de trabalho, como a agricultura familiar, o comércio, etc. A experiência de alguns trabalhadores mostra que há alturas em que, por falta de oportunidades imediatas de trabalho assalariado, estes estabelecem um período dentro do qual podem acumular algum dinheiro na actividade florestal, de modo a investirem noutras actividades e abandonarem definitivamente o trabalho nas plantações. A irregularidade sobre os rendimentos, dadas as metas aplicadas nas diferentes actividades e as condições de trabalho, levou a que alguns trabalhadores abandonassem o trabalho nas plantações florestais definitivamente, mesmo sem alguma outra perspectiva de trabalho a curto prazo.

Outro aspecto é o facto de os descontentamentos dos trabalhadores perante as péssimas condições de trabalho e as metas de plantio nas florestas ter resultado em perdas de produção para

⁷ O'Laughlin (2016) mostra como este argumento é falso para explicar a falta de produtividade do trabalho na agricultura em geral.

⁸ Para alguns trabalhadores, as condições actuais de trabalho não permitem trabalhar dias consecutivos durante um determinado período de trabalho. Isto tem implicações na capacidade de cumprimento das metas e nos rendimentos que auferem, causando, deste modo, irregularidade e instabilidade nos seus rendimentos.

as empresas. Por exemplo, a intensificação do trabalho, como forma de rapidamente atingir as metas, afectou a qualidade do plantio⁹, com implicações para a rentabilidade. Por exemplo, em alguns campos florestais abrangidos pela investigação do IESE, o crescimento das plantas foi comprometido, obrigando a empresa a rever os processos de produção e a determinação das metas, recorrendo a uma mecanização parcial para a preparação da terra e a uma redução das metas de plantio. Segundo a empresa em causa, este processo permitiu melhorar a qualidade do plantio e a produtividade do trabalho.

A questão da rentabilidade, para além de se manifestar na redução dos custos com a força de trabalho, como os baixos salários, as condições de trabalho precárias oferecidas pelas empresas agro-industriais, manifesta-se, também, na transferência de parte dos custos das empresas no processo produtivo para essa mesma força de trabalho ou para outrem. No primeiro caso, um dos factores é a terciarização de algumas actividades (preparação dos solos, destronca e plantio para as empresas florestais, e corte de cana para as açucareiras) para pequenas empresas ou agentes individuais de recrutamento de força de trabalho nas florestas e nas açucareiras. No segundo caso, perante a casualidade do trabalho em actividades como a limpeza dos campos e a poda das plantas, parte dos instrumentos de trabalho e de protecção (por exemplo, catanas, enxadas, foices, capacetes, luvas, etc.) pertence aos próprios trabalhadores, que também têm de pagar pelos custos de reparação e de manutenção destes instrumentos¹⁰. Nas plantações de chá, as capas usadas no período chuvoso são apenas fornecidas a trabalhadores (casuais) que trabalham por mais tempo. Portanto, não fornecer instrumentos de trabalho e de protecção para os trabalhadores, embora ponha em causa a segurança, a saúde e a produtividade destes, parece não ser uma questão para as empresas, enquanto permitir reduzir custos e aumentar os lucros para o capital.

Nas plantações florestais, as botas e as capas de chuva são fornecidas de forma irregular aos trabalhadores, sendo que parte destes trabalha sem qualquer tipo de protecção, arriscando-se a acidentes de trabalho e problemas de saúde. Esta situação é mais crítica para trabalhadores subcontratados pelas agências de recrutamento, que operam de forma informal e que são responsáveis pela força de trabalho (Ali & Muianga, 2016). Ao longo do processo produtivo, há incidência de problemas de saúde relacionados com a organização da produção e do trabalho nas plantações. Tais problemas estão ligados ao facto de as rotinas de trabalho envolverem um certo nível de acidentes, com implicações na saúde dos trabalhadores, sobretudo naquelas actividades realizadas manualmente. Como referido, dada a intensificação do trabalho e a necessidade de o concluir rapidamente, alguns trabalhadores não usam o equipamento de protecção providenciado pelas empresas, alegando que este limita a velocidade na execução das tarefas, com implicações no risco para a saúde.

⁹ Por exemplo, actos de sabotagem, através do enterro das mudas.

¹⁰ Que são também usados noutras actividades fora do trabalho nas plantações.

Por exemplo, aos cortadores de cana-de-açúcar em Xinavane são atribuídos botas, luvas e uniformes, mas aqueles não usam as luvas e o uniforme, argumentando que interferem com a sua capacidade de balançar a faca com rapidez e precisão (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Este comportamento põe em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores. As metas e os instrumentos pesados usados nas plantações florestais provocam um desgaste físico para os trabalhadores, dado o esforço que têm de envidar para cumprir as metas. A energia gasta neste processo pode levar a que trabalhadores não se apresentem no local de trabalho no dia seguinte, o que se agrava quando os trabalhadores têm de percorrer longas distâncias de casa ao local de trabalho e vice-versa. A incidência de problemas de saúde também se manifesta como resultado das condições sanitárias nos campos e nos acampamentos. A ausência de instalações sanitárias nos campos agrícolas expõe os trabalhadores a infecções intestinais e parasitas. Entretanto, nos acampamentos das açucareiras, embora haja disponibilidade de água, electricidade e latrinas, a quantidade dos trabalhadores alojados torna o saneamento um problema (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Nas plantações florestais, os acampamentos são improvisados com lonas, que no período chuvoso não oferecem segurança, criando problemas de saúde resultantes das águas das chuvas.

Uma questão que emerge é como é que a organização da produção e do trabalho, as condições sociais de trabalho e de saúde podem afectar a reprodução da força de trabalho e a sustentabilidade dos processos de acumulação a estes relacionados. Da análise desenvolvida, é possível perceber como todas estas questões estão relacionadas entre si na determinação da rentabilidade do capital e como a persistência destes problemas pode pôr em risco o próprio sistema de acumulação das empresas agrícolas. Por exemplo, a continuidade de pagamento de baixos salários, associado à redução do leque de actividades ou de formas de trabalho, põe em causa a reprodução da força de trabalho, a médio e longo prazo, com impacto na sua disponibilidade para as plantações. Conforme ilustrado anteriormente, no período colonial, o pagamento de baixos salários nas empresas agrícolas era acompanhado pela disponibilidade de bens alimentares a baixo custo e da manutenção do campesinato ligado à terra, o que permitia reproduzir e disponibilizar força de trabalho barata para o capital. Actualmente, estas condições não estão asseguradas e o processo de expansão da produção nas plantações constrangeu, em certos casos, a base de muitas actividades de subsistência, sem providenciar outras fontes alternativas. A associação de todos estes factores põe em causa a reprodução da força de trabalho e do sistema de acumulação em geral, que está assente na expropriação dessa força de trabalho e nas várias formas de trabalho.

CONCLUSÕES

Este artigo mostrou que a força de trabalho se encontra estrutural e organicamente integrada no sistema de acumulação de capital em Moçambique, ao longo da sua história, e que o emprego é estruturado (pelo) e estrutura o tipo de estruturas económicas produtivas existentes. No passado e actualmente, no quadro da análise das estruturas produtivas em Moçambique, a rentabilidade do capital esteve e está assente na existência de variadas e interligadas formas de trabalho, que permitem a reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital. O artigo explicou porque é que, quando se discute emprego e trabalho, é importante olhar para essas várias formas de trabalho e como estas estão integradas no sistema de acumulação de capital em Moçambique. Essa análise resulta do interesse do IESE em estudar a problemática do emprego e do trabalho a partir de um quadro de análise que foca o estudo do sistema social de acumulação de capital em Moçambique, nas ligações, tensões e contradições que emergem, em condições históricas específicas.

Recorrendo ao trabalho realizado pelo IESE sobre organização da produção e do trabalho nas agro-indústrias em Moçambique, o artigo mostrou porque é fundamental perceber como é que o trabalho é organizado em diferentes estruturas produtivas. Além disso, estruturas produtivas similares não implicam necessariamente o mesmo tipo de estrutura de organização da força de trabalho. Portanto, diferentes estruturas de produção geram formas diferentes e particulares de integração da força de trabalho nos processos de produção de valor e de mais-valia para o capital. Essas formas de integração definem, de algum modo, os padrões de trabalho e as condições sociais em que esse trabalho é desenvolvido e as tensões e os conflitos que emergem desse processo. Além disso, o estudo das plantações agro-industriais mostra como, na organização produtiva do trabalho, as condições de trabalho precárias e de remuneração não só constituem uma base de rentabilidade para as empresas agrícolas como também uma ameaça à própria sustentabilidade do modo de acumulação capitalista na agricultura em Moçambique. Os problemas de saúde laboral, que surgem como resultado da organização mais geral da produção e do trabalho, nomeadamente a intensificação do trabalho, as condições de saneamento e as condições de alojamento, entre outros aspectos, podem pôr em causa a reprodução de uma força de trabalho, a sua produtividade e disponibilidade, a médio e longo prazo. Além disso, há um impacto que a expansão desse tipo de estrutura produtiva tem no leque das várias formas de trabalho e de actividades que asseguram a subsistência e reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital.

A combinação de todos estes factores ameaça a rentabilidade e a existência desse mesmo capital e levanta algumas questões para análise. Como a organização da produção e do trabalho em estruturas de acumulação específicas pode afectar as opções e condições de trabalho e de reprodução social.

Como reproduzir força de trabalho barata e competitiva num contexto de incapacidade de a economia tornar disponível bens básicos de consumo a baixo custo para a subsistência da força de trabalho, associado às baixas remunerações e condições de trabalho precárias que põem em causa o bem-estar do trabalhador. Como transformar o actual sistema e organizar diferentemente sem pôr em causa a rentabilidade das empresas e garantir condições de vida decentes aos trabalhadores. A transformação deste sistema requer o entendimento do funcionamento do mesmo.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 211-237.
- Ali, R., Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 255-267.
- Castel-Branco, C. N. (1983). *A Integração dos Assalariados com Boa Base na Agricultura numa Economia Socialista Planificada*. Maputo: CEA, UEM.
- Castel-Branco, C. N. (1994). Problemas estruturais do desenvolvimento agrário. In C. N. Castel-Branco (ed.), *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, pp. 31-86.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. *Cadernos IESE no 1*, Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Capitalizando o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- CEA (1982). *Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurúê-Socone, Alta Zambézia*. Maputo: CEA, UEM.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 9-32.
- O’Laughlin, B. (1995). Past and present options: land reform in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 22, 99-106.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 24, 1-39.
- O’Laughlin, B., Ibraimo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, 12P. Maputo: IESE.
- Oya, C., Cramer, C., Sender, J. (2009). Discretion and heterogeneity in Mozambican rural labor markets. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Reflecting on Economic Questions*. Maputo: IESE, pp. 50-71.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. CEA. UEM, Maputo:
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1. CEA. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, pp. 9-22.

- Wuyts, M. (1981). The mechanization of present-day Mozambican agriculture. *Development and Change*, 12, 1-27.
- Wuyts, M. (2001). The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction. *WIDER Discussion Paper*, 2001/14. Helsinki: UNU/WIDER.

POLÍTICA MONETÁRIA E ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Fernanda Massarongo Chivulele

INTRODUÇÃO

A actual crise económica evidencia as limitações que a estrutura da economia de Moçambique impõe à eficácia e consistência da actuação da política monetária no que respeita à expansão do acesso a capital a baixo custo. O contexto mostra como a conjugação do objectivo principal da política monetária com o carácter afunilado e poroso da economia não só limita a eficácia da própria política como leva a que esta alimente as condições estruturais por detrás da sua inconsistência.

A gestão da política monetária em Moçambique tem como principal objectivo o controlo do nível de preços. Este objectivo é estipulado num contexto em que a maior parte dos produtos que fazem parte do cabaz básico de consumo são importados, a economia sofre de défice crónico da balança de transacções correntes e as fontes de receitas de moeda externa da economia são concentradas e voláteis (cerca de 90% das exportações provêm de nove produtos primários e de recursos naturais cujos preços no mercado internacional são voláteis).

Neste contexto, o enfoque da política monetária é sobre a gestão de liquidez com vista a garantir o valor da moeda nacional em relação às principais moedas usadas na importação de bens e serviços. Assim, as autoridades monetárias definem a direcção da política monetária em função do nível da taxa de câmbio na economia e/ou o nível de entrada de capitais ou ainda do nível de *stock* de reservas internacionais (que representa a capacidade das autoridades de intervir para influenciar a taxa de câmbio). Em períodos de apreciação da taxa de câmbio e de aumento do nível de reservas internacionais, em resultado da entrada maciça de capitais, como, por exemplo, ocorreu entre 2012 e 2014, o banco central relaxou as suas taxas de juro de referência com vista a expandir o acesso a capital com baixo custo para a economia. As taxas de referência foram reduzidas em mais de 50% (Banco de Moçambique, vários). Entretanto, em cerca de um ano (a partir de finais de 2015), a tendência de redução foi completamente invertida, as taxas de referência aumentaram em cerca de 200%, portanto para níveis superiores aos de 2011, quando a política monetária estava numa fase restritiva.

Esta mudança esteve ligada à derrapagem do metical em relação às principais moedas de comércio internacional em resultado, de entre outros, da queda do influxo de capitais externos, queda do preço das principais matérias-primas de exportação e aumento do serviço da dívida externa. Este cenário teve consequências imediatas sobre o nível de preços e, portanto, sobre a direcção de intervenção da política monetária. Esta mudança brusca da política monetária mostra questões que já vêm sendo discutidas no nosso trabalho. Especificamente, (i) como a política monetária expansionista é limitada e muda de direcção em curtos espaços de tempo devido ao padrão de acumulação da economia; o que (ii) parcialmente explica a formação de expectativas adaptativas e consequente resistência dos bancos comerciais em responder às taxas de juro de referência em períodos em que estas reduzem; e (iii) como a gestão da política monetária choca com as condições necessárias para melhorar os problemas da base produtiva interna que estão por detrás do alto nível de dependência de importações e da instabilidade de preços.

Adicionalmente, a actuação da política monetária – combinada com as condições estruturais da economia de Moçambique (que influenciam a dinâmica fiscal) – leva à emergência de um sector financeiro que, além de resistir em responder à redução de taxas de juro de referência, é desligado do financiamento do investimento produtivo, tem tendências especulativas e ajuda a reproduzir a estrutura produtiva que influencia a sua própria natureza. A actividade do sector financeiro está principalmente virada para o financiamento de infra-estruturas de grandes projectos, títulos de dívida pública, consumo de bens duráveis e activos imobiliários com preços especulativos. Portanto, as directrizes do sector financeiro estão viradas para os factores que consolidam a bolha económica que caracteriza o crescimento da economia de Moçambique (Massarongo, 2013; Castel-Branco, 2014, Castel-Branco & Massarongo, 2015; 2016). Logo, a política monetária não só é ineficaz e inconsistente na resolução de problemas cruciais da economia como também o seu principal canal de transmissão (o sector financeiro) tem limites num contexto extractivo e poroso.

O presente artigo dá continuidade ao argumento de que a actual estrutura da economia de Moçambique torna as políticas macroeconómicas de estímulo à economia inconsistentes entre si e com os problemas da economia que as mesmas pretendem resolver.

Concretamente, o artigo debruçar-se-á sobre os seguintes pontos:

- (i) Reforço do argumento de inconsistência da política monetária. A nossa investigação mostrou este argumento com base em dados e informação de 2010 a 2013, período em que o banco central mudou a direcção da política monetária de medidas significativamente restritivas, para medidas fortemente expansionistas. A actual crise reverteu novamente o enfoque do banco central para medidas restritivas, aparentemente ainda mais acentuadas do que as de 2010 e 2011. Portanto, o artigo vai contribuir para robustecer o argumento de como o carácter cíclico e inconsistente da política monetária é inevitável num contexto

de uma economia extractiva e porosa, cujo objectivo principal é o controlo da inflação, e como esta inconsistência acaba alimentando as expectativas adaptativas que tornam o sector financeiro especulativo e insensível às tentativas expansionistas da política monetária.

- (ii) Reforço do argumento de conflituosidade entre os objectivos de política monetária e a estrutura da economia, usando a discussão básica sobre agregados macroeconómico e dos diferentes canais de transmissão da política monetária.
- (iii) Reforço do argumento de inconsistência entre a política monetária e a política fiscal num contexto de porosidade económica. Como a porosidade influencia a emissão de títulos de dívida pública do Governo, que por sua vez alimenta as tendências especulativas do sistema financeiro e actua na direcção oposta à da política monetária, quando esta se expande. E introdução da discussão sobre o risco a que o sector financeiro está exposto devido ao peso significativo dos títulos de dívida na sua estrutura de activos.
- (iv) Introdução do argumento de como a actuação da política monetária protege o sector financeiro (que já apresenta características monopolistas) em detrimento de sectores dependentes do crédito do sector financeiro doméstico. Portanto, ambas as políticas fiscais e monetárias acabam por constringer a oferta de crédito ao sector privado.

O artigo está dividido em quatro partes adicionais, além da introdução. Na primeira, discute-se de forma genérica e em linguagem bastante acessível o quadro de funcionamento da política monetária como forma de entender os canais de transmissão esperados. A discussão nesta parte é feita de forma a tornar o assunto acessível aos leitores menos especializados. Assim, a complexidade dos modelos novo-keynesianos que dominam as discussões actuais sobre política monetária não é trazida a tona. O artigo foca-se apenas no mínimo necessário para fazer um debate coerente. Esta abordagem coaduna com os objectivos da presente publicação, que é tornar o debate acessível. A segunda parte mostra a evolução da implementação da política monetária em Moçambique. Especificamente, as posturas adoptadas ao longo dos últimos 17 anos e os factores que influenciaram as diferentes posturas. A terceira parte discute as respostas da economia às medidas da política monetária usando como base o quadro geral de política discutido na primeira parte. Esta discussão foca sobre os aspectos estruturais da economia e mostra como estes impõem limitações à actuação da política monetária. Por fim, apresenta-se a conclusão.

O QUADRO BÁSICO DE FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA MONETÁRIA

A presente secção faz uma breve discussão dos conceitos e variáveis que são considerados na execução da política monetária. O objectivo da secção é enquadrar a discussão que se desenvolve

ao longo do artigo no quadro geral de gestão da política macroeconómica. A ideia é mostrar o que se está a tentar influenciar e como é que as medidas de política macroeconómica são tomadas. Este quadro geral oferece uma base de referência para entender as especificidades da *performance* macroeconómica na economia de Moçambique.

Uma forma simples de fazer enquadramento da discussão sobre o alcance da política monetária é olhar de forma clássica para a composição da actividade económica de uma economia, ou seja, olhando para a composição do Produto Interno Bruto (PIB). Na óptica da despesa, o PIB, considerado como um dos principais indicadores da dinâmica de uma economia, é constituído por consumo, investimento, gastos públicos e exportações líquidas de importações. Na essência, as opções de política macroeconómica visam influenciar estes agregados de forma a atingir os diferentes objectivos que os fazedores de política propõem alcançar, seja altos níveis de emprego ou crescimento económico, estabilidade do nível de preços, estabilidade da taxa de câmbio, estabilidade do sector financeiro, entre outros (Blanchard 2005; Samuelson & Nordhaus, 2009; Mankiw, 2014).

Um requisito fundamental da política macroeconómica é a análise da composição de cada um destes agregados e a sua interacção, pois tal determina a escolha da política assim como as suas implicações. Assim, é aqui feita uma breve discussão da composição dos quatro principais agregados macroeconómicos que compõem o PIB, nomeadamente do consumo, investimento, gastos públicos e exportações líquidas. A descrição aqui feita não é exaustiva. Uma descrição completa e aprofundada requereria muito mais do que um artigo, no mínimo um livro para cada agregado, dada a complexidade das diferentes funções macroeconómicas. Esta parte do artigo foca apenas nos aspectos essenciais para a discussão que o presente artigo pretende fazer. Um estudo mais aprofundado poderá ser feito em trabalhos futuros.

O modelo keynesiano para uma economia aberta, através da conceptualização do mercado de bens, oferece um quadro para análise que permite discutir as interacções dos diferentes agregados macroeconómicos (Mankiw, 2006; Fontana, 2009). Embora considerado simplificado e muitas vezes criticado pela literatura devido ao seu excessivo enfoque na modelação causal entre variáveis e ausência de perspectiva social e histórica (Fine & Milonakis, 2011) ou pela falta de fundamentos microeconómicos (Lucas & Sargent, 1978), o modelo keynesiano tem a sua utilidade na discussão de políticas macroeconómicas, para além de fornecer um quadro de análise de políticas facilmente assimilável. Considerando o modelo, os quatro principais agregados que compõem o PIB, na óptica da despesa, apresentam a seguinte dinâmica: (i) a função consumo (Equação II), dependente do rendimento disponível (Y_d), cuja relação é dada por uma propensão marginal a consumir (c), que representa a fracção que as famílias usam para consumo em função do aumento de uma unidade do rendimento disponível, esta tende a ser maior quanto menor for o rendimento das famílias. Por sua vez, o rendimento disponível (Equação III) resulta da dedução do rendimento bruto dos impostos (T) e acréscimo das

transferências (TR); (ii) o investimento (Equação IV) varia em função da sua sensibilidade em relação ao custo de capital (k), cuja *proxy* é a taxa de juro (i); (iii) os gastos do Governo são determinados pelo próprio Governo, e dependem da capacidade financeira do mesmo, das alternativas de financiamento ou dos objectivos políticos que se pretendam alcançar. Os impostos colectados são dados por uma fracção do rendimento, a alíquota fiscal (t); (iv) As exportações (X) dependem do rendimento dos países que compram bens e serviços de Moçambique, da taxa de câmbio e dos preços relativos, e as importações (Equação VI) dependem da taxa de câmbio (e), dos preços relativos e do rendimento interno (Y). Esta última relação é determinada por uma propensão marginal a importar (m), que é mais alta quanto menor for a capacidade estrutural da economia em responder a demanda por bens e serviços. Especificamente, temos como modelo da demanda agregada na economia:

$$(I) \text{ Rendimento } (Y) = \text{Consumo } (C) + \text{Investimento } (I) + \text{Gastos Públicos } (G) + \text{Exportações Líquidas } (X - M)$$

$$(II) C = \bar{C} + cY_d$$

em que \bar{C} é o consumo autónomo ou fixo e C é a elasticidade do consumo em relação ao rendimento disponível.

$$(III) Y_d = Y - T + Tr$$

em que Y é rendimento bruto, T são impostos e Tr são as transferências.

$$(IV) I = I - ki$$

em que I é investimento fixo e k é a elasticidade do investimento em relação ao custo de capital, representado pela taxa de juro.

$$(V) T = T + tY \text{ onde } t \text{ é a alíquota fiscal}$$

$$(VI) M = \bar{M} + e + mY$$

sendo e a taxa de câmbio e m a elasticidade das importações em relação ao rendimento.

A conjugação destas equações resulta na determinação da relação entre os componentes da demanda agregada, o nível de produto e a política fiscal a curto prazo. Tal relação é dada por

um multiplicador que mostra a relação proporcional entre variações nos componentes da demanda agregada sobre o sistema económico. Tal como mostrada na Equação VII:

$$(VII) Y = \frac{1}{1 - c(1 - t) + m} (\bar{C} + \bar{I} - ki + \bar{G} - cT + cTr + X - M)$$

em que: $\frac{\partial y}{\partial \bar{C} / \partial \bar{I} / \partial \bar{G}} = \frac{1}{1 - c(1 - t) + m} > 0$ é o multiplicador de gastos

Segundo a ideia do multiplicador, quando há aumento dos diferentes agregados, por exemplo dos gastos públicos ou do investimento, haverá um aumento da demanda de bens, serviços e factores de produção, conseqüentemente a produção aumentará. Com os ganhos do aumento da produção, os agentes económicos aumentarão o seu consumo; sendo que a proporção deste aumento é em função da propensão marginal a consumir dos agentes. Esse aumento do consumo, em resultado do rendimento adicional estimulado pelo aumento de gastos públicos ou do investimento, resulta num aumento adicional do rendimento, que vai reproduzir novos aumentos no rendimento por via similar. Portanto, há uma série de aumentos múltiplos sobre o rendimento, estimulada pela variação num dos componentes da demanda agregada.

As relações de demanda de bens e serviços podem ser conjugadas com a equação que representa o equilíbrio do mercado monetário (Equação VIII). Isto resulta num quadro que conjuga a dinâmica dos componentes da procura agregada e a sua interacção com as dinâmicas do mercado monetário, permitindo entender as implicações não só da política fiscal mas também da política monetária. Esta relação de equilíbrio entre o mercado de bens e serviços (que representa a demanda agregada) e o mercado monetário é representada na Equação IX.

$$(VIII) \frac{M^s}{P} = h_1 Y - h_2 i$$

A equação representa o equilíbrio do mercado monetário dado pela igualdade entre a oferta de moeda $\left(\frac{M^s}{P}\right)$ e a procura de moeda que depende do rendimento e da taxa juro.

Sendo h_1 e h_2 a elasticidade da procura por moeda em relação ao rendimento e à taxa de juro, respectivamente.

$$(IX) Y = \frac{1}{1 - c(1 - t) + m + \frac{kh_1}{h_2}} (\bar{C} + \bar{I} + \frac{k}{h_2} \frac{M^s}{P} + \bar{G} - c\bar{T} + c\bar{T}r + \bar{X} - \bar{M})$$

Assim, a expectativa é a de que, por exemplo, uma política monetária expansionista, seja pelo aumento da oferta real de moeda ou redução da taxa de juro, implique uma redução do custo de capital e, consequentemente, um aumento de investimento. Mais investimento significa maior contratação de factores de produção e bens e serviços, o que implica contratação de trabalhadores ou aumento de horas de trabalho para responder a este aumento da procura. Uma maior produção implica maiores níveis de rendimento, e, dependendo da propensão marginal a consumir, maiores níveis de consumo; logo, maiores níveis de procura de bens e serviços e, portanto, mais produção.

Este canal de transmissão da política monetária pode também ser analisado do ponto de vista de aumento do acesso e/ou redução do custo de crédito para as famílias, com impacto sobre o consumo, especialmente de bens duráveis. Este é o chamado «canal de crédito de transmissão da política monetária» (Bernanke & Gertler, 1995; Woodford, 2003; Blanchard, 2008). Este mecanismo de transmissão é complementado pelo canal riqueza do coeficiente de Tobin¹, em que, considerando que os agentes económicos têm activos em empresas, a redução da taxa de juro acaba valorizando as suas acções e aumenta a sua riqueza. Outro canal importante é o da taxa de câmbio. Num contexto de taxa de câmbio flexível e abertura do mercado de capitais, quando as taxas de juro são baixas, os investidores perdem interesse em manter activos na moeda doméstica em causa. A consequência é saída de capitais, o que acaba por depreciar a moeda nacional, com efeito sobre as importações e exportações, dependendo das respectivas elasticidades em relação à taxa de câmbio (ver debate sobre a condição de Marshall-Lerner em Caves *et al.*, 2007) e, portanto, com impacto sobre a demanda agregada.

Numa economia menos desenvolvida em termos de mercado de capitais e com alta dependência de produtos importados, como a de Moçambique, a redução das taxas de juro pode expandir o acesso a crédito e, assim, o consumo das famílias. Mas se boa parte do consumo advém de produtos importados, as importações aumentam, o que aumenta a demanda por divisas; para o mesmo nível de oferta de moeda externa, a moeda doméstica desvaloriza, com possível impacto sobre o encarecimento do valor das importações e dos preços na economia doméstica. Este exemplo não só mostra a diferença na propagação das medidas de política monetária na economia mas também mostra como medidas de políticas podem ter resultados conflituosos. Neste caso, uma política monetária expansionista leva à expansão da demanda agregada à custa do aumento do nível de preços. Se a estabilidade de preços é o objecto primordial da política macroeconómica, o banco central pode ter de tomar medidas restritivas para fazer face ao aumento de preços.

¹ O coeficiente de q Tobin, também conhecido por «q de Tobin», mostra a relação entre o valor de mercado de uma empresa e o custo de reposição de capital. Quanto maior for o rácio, maior são os retornos dos detentores de activos da empresa.

Portanto, na sua gestão as autoridades monetárias têm de fazer escolhas entre diferentes objectivos de política, e a disputa entre os objectivos será mais ou menos acentuada dependendo do contexto.

Importa referir que estas interacções fazem parte de um quadro básico de discussão da política macroeconómica. Actualmente, modelos considerados mais aprimorados têm sido usados na gestão da política monetária. Os modelos novo-keynesianos, que incluem expectativas racionais dos agentes em relação às taxas de juro e ao *output gap*, são hoje conjugados com outras duas relações: (i) uma em que a inflação presente depende das expectativas de inflação futura e do *gap* do produto; e outra (ii) conhecida por *proxy* da «regra de Taylor», que mostra a relação entre os ajustamentos na taxa de juro em função do desvio da meta de inflação ou do nível de *gap* do produto. Entretanto, discutir as implicações de política macroeconómica no contexto destes modelos mais dinâmicos transcende o básico necessário para fazer a discussão que se pretende neste artigo. Daí que o quadro básico apresentado é suficiente para fazer os argumentos das próximas secções. Além do mais, os próprios modelos novo-keynesianos estão sob forte críticas na actualidade (Palma, 2009; Toporowski, 2010; Stiglitz, 2011).

EVOLUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE

A presente secção faz uma breve retrospectiva em relação à política monetária na última década e meia. O objecto de orientação usado são as taxas de juro de referência, ainda que a base monetária seja a principal variável operacional do banco central moçambicano.

O objectivo da secção é criar uma base para discussão nas secções que se seguem sobre a relação da política monetária com sistema financeiro e com as dinâmicas estruturais da economia. Assim, a secção não vai aprofundar discussões sobre aspectos de âmbito mais técnico no que respeita a evolução da política monetária; aspectos como a introdução de mudanças no uso de instrumentos de política monetária, mudanças no sistema nacional de pagamento para compensações electrónicas na praça de Maputo, mudanças nas modalidades de intervenção nos mercados interbancários, entre outros, não fazem parte desta discussão. O enfoque da presente secção são as motivações e direcções da política monetária numa perspectiva económica.

A política monetária em Moçambique apresenta-se bastante volátil no que respeita à sua direcção, oscilando entre curtos períodos de postura expansionista e períodos de medidas restritivas abruptas. Se se considerar como ponto de partida o ano 2001, nota-se uma redução significativa nas taxas de juro de referência a partir de 2002 até finais de 2005, especificamente a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) de liquidez, que reduziu de cerca de 35% para 11,5%, e a de facilidade permanente de depósito (FPD), que reduziu de cerca de 16% para

4%.² Este período coincide com a reestabilização do sector financeiro, que entrou em crise no início da década 2000, altura em que os principais bancos comerciais enfrentaram crises de liquidez devido a créditos malparados, e o Estado teve de intervir para a recapitalização destes bancos (Massarongo, 2010; *Moçambique Online*, 2001). A este período seguiu-se um misto de subidas e descidas das taxas de juro de política monetária entre curtos espaços de tempo. Entre Janeiro de 2005 e Julho de 2006 assistiu-se a uma subida das taxas de juro de FPC e FPD, respectivamente, de 11,5% para 19% e de 5,3% para 13%. Porém, a partir de Agosto de 2006 até Março de 2010, as taxas de juro voltam a reduzir: a FPC de cerca de 17% para 11,5% e a FPD de 13% para 3%. Este período de redução das taxas de referência é novamente interrompido entre Março de 2010 e Julho de 2011, em que a FPC aumentou em cinco pontos percentuais, para 16,5%, e a FPD aumentou em dois pontos percentuais, para 5%. No entanto, a redução das taxas de juro retoma em 2011, em que as taxas baixaram continuamente durante os cerca de 40 meses que se seguiram, para cerca de 7,5% (FPC) e 1,5% (FPD). As medidas expansionistas deste período deram a impressão de que as taxas de juro de política passariam a estar a níveis compatíveis com a expansão do acesso a capital por via da redução do seu custo dado os mínimos históricos atingidos, mas a tendência de redução foi travada por uma subida brusca das taxas de juro para níveis superiores aos de 2006. Desde Outubro de 2015, o banco central vem fazendo aumentos nas taxas de juro de referência, que iniciaram com aumentos graduais de 0,25 a um ponto percentual e culminaram com um aumento brusco de cerca de seis pontos percentuais. Actualmente, as taxas de FPC e FPD situam-se, respectivamente, em 23,25% e 16,25%. Importa referir que, na maioria dos casos, estas medidas de aumentos e reduções das taxas de juros foram acompanhadas pelo ajustamento de outras variáveis na mesma direcção, especificamente a taxa de reservas obrigatórias e as vendas nos mercados monetários interbancários (Banco de Moçambique, vários).

As oscilações que se observam na direcção da política têm como causas principais choques de oferta, que, na sua maioria, resultam na depreciação do valor da moeda nacional através do aumento das necessidades de moeda externa. Nomeadamente o aumento do preço do petróleo, dos cereais ou de outras mercadorias com peso significativo na importação de bens, a queda das receitas de exportação devido à queda dos preços dos produtos de exportação (que são maioritariamente primários), as calamidades naturais, a redução do influxo de capitais

² As taxas de FPC e de FPD representam as taxas de referência da política monetária do Banco de Moçambique. A taxa FPC refere-se à taxa que o Banco de Moçambique cobra sobre os empréstimos (em moeda nacional) que concede aos bancos comerciais. A taxa de FPD refere-se à taxa que o Banco de Moçambique paga aos depósitos que os bancos comerciais colocam, por iniciativa própria, no Banco de Moçambique. Altas taxas de FPC e FPD limitam a expansão do crédito à economia. A taxa de FPC representa um custo de aquisição de recursos financeiros para os bancos comerciais. Logo, se a taxa de FPC aumenta, a taxa de juro aplicada aos empréstimos aos clientes será igualmente elevada, para fazer face ao custo de obtenção de recursos. Isto implica uma menor procura de crédito. Por sua vez, se a taxa de FPD é elevada, os bancos podem preferir depositar liquidez no banco central em vez de conceder crédito à economia. Ao preferirem conceder crédito à economia, a taxa de juro que vão cobrar deve compensar o custo de oportunidade de não estarem a depositar recursos no banco central, que neste caso é dado pela FPD.

externos (ajuda e IDE) e consequente redução do nível de reservas internas e, portanto, da capacidade de o Banco de Moçambique intervir para nivelar o valor da moeda nacional em relação a outras moedas.

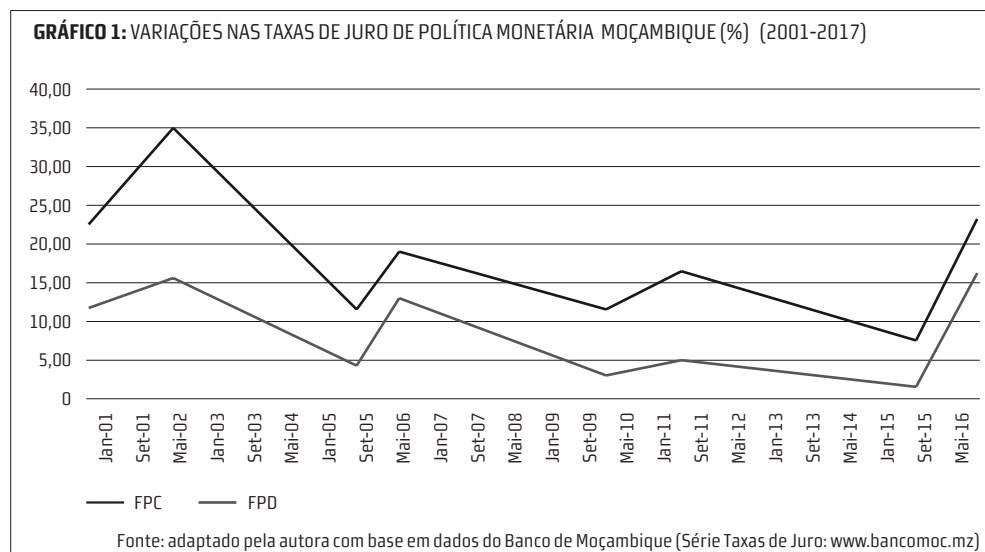
Entre finais de 2001 e princípios de 2005, a relativa estabilidade da economia e do sistema financeiro e o valor enfraquecido do dólar permitiram que o banco central levasse a cabo uma política monetária expansionista, com uma massiva redução da taxa de juro, tal como acima descrito. Entretanto, a partir de 2005, o aumento do preço do petróleo e a depreciação do metical, acompanhados pelo contínuo défice da conta-corrente, resultaram numa mudança da direcção da política monetária. O banco central interrompeu a tendência de descida das taxas de juro na economia. Contudo, em 2006, a relativa estabilidade do metical em relação ao rand e ao dólar foi compatível com a retomada das reduções na taxa de juro de política monetária. Apesar das contínuas pressões internacionais, do aumento de preços de petróleo e cereais, da crise financeira internacional, da redução do valor das exportações, entre outros desafios que caracterizaram o período que se seguiu, o banco central conseguiu manter a tendência de redução da taxa de juro de política monetária, a FPC continuou a reduzir até atingir os 11,5%, em Março de 2010. Importa referir que o que em parte ajudou a política monetária neste período foi um dólar mais fraco. Esta condição não se verificou em 2010, a depreciação do metical em relação às principais moedas, combinada com o contínuo aumento dos preços do petróleo e dos cereais, o atraso nos desembolsos de fundos de apoio ao orçamento, as cheias e contínua queda do valor das exportações, resultou num aumento significativo do nível de preços de bens essenciais, daí que motins populares tenham tido lugar nos principais centros urbanos contra o aumento do custo de vida. A inflação acumulada em Dezembro de 2010 atingiu cerca de 17%, depois de ter atingido cerca de 4% em Dezembro do ano anterior.³ Diante desta conjuntura, a política monetária mudou para uma postura restritiva: entre Março de 2010 e Julho de 2011, a taxa de FPC aumentou cerca de 55%, para 16,5%, retomando os níveis de 2006. Este aumento foi acompanhado pelo aumento das reservas obrigatórias e das vendas de divisas para equilibrar o valor da moeda em relação às principais moedas de transacção internacional, dada a cada vez maior procura por moeda estrangeira e consequente desvalorização do metical.

Contudo, o aumento considerável do fluxo de capitais externos para a economia, em forma de investimento directo estrangeiro ligado a exploração de recursos naturais, e consequente aumento das reservas externas, possibilitou o aumento da oferta de moeda externa na economia. Consequentemente, o metical recuperou e a inflação estabilizou (Banco de Moçambique, 2012). Assim, a política monetária pôde retomar a sua postura expansionista. Como mencionado, as taxas de juro de referência foram ininterruptamente reduzidas entre Julho de 2011 e Setembro de 2015. A taxa de FPC foi reduzida em cerca de 55%, dos cerca de 16,5% para cerca

3 Instituto Nacional de Estatística: www.ine.gov.mz.

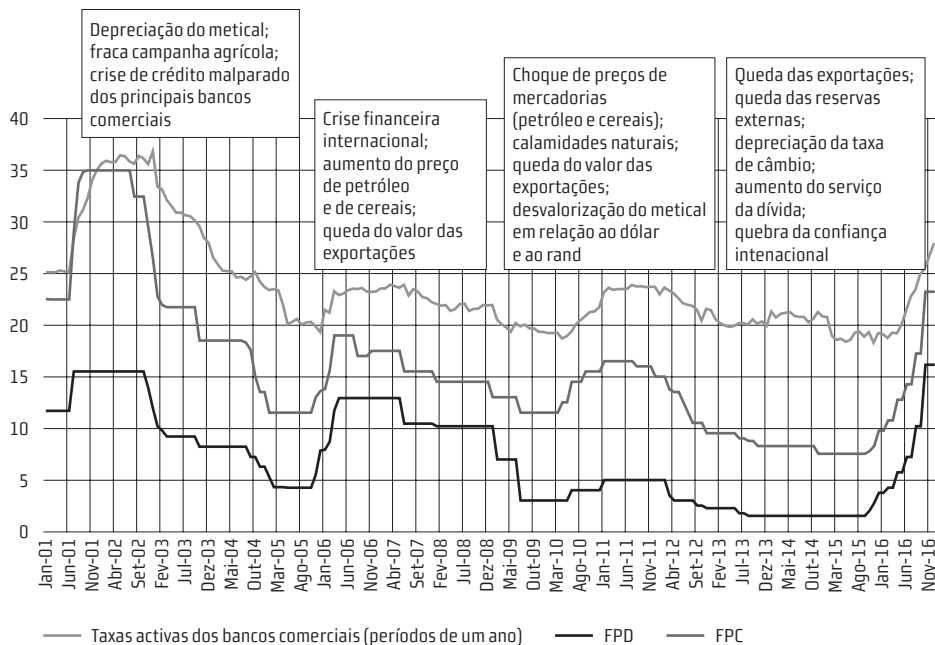
de 7,5%, e a taxa de FPD foi reduzida em 70%, de cerca de 5% para 1,5%. Apesar de longo e intenso, o período expansionista acabou sendo interrompido por novos choques. A fortificação do dólar no mercado internacional, o aumento exponencial do serviço da dívida externa, o fim do *boom* das *commodities*, a queda das exportações, a quebra da confiança internacional no País, a queda do investimento directo estrangeiro e da ajuda levaram à depreciação vertiginosa do metical e, conseqüentemente, a uma inflação galopante. Assim, mais uma vez as autoridades monetárias interromperam a sua postura expansionista, e desta vez de forma mais brusca. A partir de Outubro de 2015, as taxas de referência aumentaram para níveis superiores aos de 2006. De 7,5% em 2015, a taxa de FPC passou para 23,25%, e a taxa de FPD passou para 16,25% dos 1,5% de 2015.

A descrição do percurso da política monetária em Moçambique mostra como a estrutura vulnerável da economia, impede a perseguição do objectivo estratégico de baixas taxas de juros e aumento da competitividade do sector financeiro, com vista a aumentar a disponibilidade de recursos para financiamento da actividade económica. Nota-se que as autoridades monetárias tentam tomar medidas expansionistas, mas são constantemente interrompidas por choques que forçam mudanças para posturas restritivas. Conseqüentemente, nos 17 anos de retrospectiva da política monetária, as taxas de juro tiveram um padrão de ziguezague (Gráfico 1), ou seja, reduzem mais depois voltam aos níveis anteriores, não se observando uma tendência sistemática de decréscimo. Actualmente, as taxas voltaram para os níveis observados em 2003, portanto ainda continuam das mais elevadas da região.



Um outro aspecto que se nota é que as interrupções na postura expansionista da política monetária são mais bruscas quanto mais intensa for a postura expansionista que as precede. Ou seja, à medida que a taxa vai ficando mais baixa, as interrupções são mais bruscas. Após a redução da taxa de juro de FPC em cerca nove pontos percentuais entre 2011 e 2015, observou-se um aumento de cerca de 16 pontos percentuais na mesma taxa de juro, em menos de um ano. Isto pode indicar que a expansão da economia implica uma maior exposição a choques externos e, conseqüentemente, a necessidade de amortecedores cada vez mais fortes. Tal como discutido em Castel-Branco (2015), a economia cresce num formato de bolha: à medida que a bolha expande, as paredes da mesma vão ficando mais finas e, portanto, mais susceptíveis a explodir. Posto de outra forma, a probabilidade e o impacto dos choques tornam-se maiores à medida que a economia expande, e a política monetária também exacerba a sua postura restritiva na resposta aos choques.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DOS BANCOS COMERCIAIS E DAS TAXAS DE REFERÊNCIA



Fonte: Banco de Moçambique (série taxas de Juro: www.bancomoc.mz)

A POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE E OS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO PARA A ECONOMIA

Esta secção discute a propagação das medidas de política monetária para a economia. A discussão não ocorre no formato usual de artigos de política monetária, que, na maioria das vezes, estão equipados por modelos VAR (*vector autoregression*) ou VECM (*vector error correction model*), que permitem olhar para aspectos como os desfasamentos e a intensidade da transmissão das variáveis operacionais de política para as variáveis de objectivo. A presente discussão foca-se nas questões que no âmbito do artigo são consideradas como requerendo atenção prévia muito antes de se entrar na intensidade ou nos desfasamentos das transmissões da política monetária. O entendimento da relação histórica entre a política monetária e o sector financeiro, por exemplo, permite ter discussões interessantes numa primeira fase, em vez de apenas estimar um modelo cujos resultados tendem a ser similares. Assim, a discussão desta secção vai subdividir-se em dois pontos: (i) a relação da política monetária com o sistema financeiro e (ii) relação da política monetária com as estruturas produtivas.

A POLÍTICA MONETÁRIA E O SISTEMA FINANCEIRO

Tal como explicado na segunda secção, o sector financeiro, através de diferentes canais, é o principal meio de transmissão das decisões de política monetária para a economia. Tais transmissões podem ser feitas através dos canais de crédito, dos activos financeiros, da taxa de câmbio e da taxa de juro de longo prazo. A predominância e/ou eficiência de um ou outro canal depende muito da estrutura da economia e do próprio sector financeiro. Por exemplo, nas economias mais desenvolvidas, com sectores financeiros mais desenvolvidos e com alto grau de mobilidade de capitais, o canal dos activos financeiros está muito presente; tanto que os diferentes agregados macroeconómicos podem registar mudanças significativas em resposta a movimentos residuais na taxa de juro de política monetária. Isto já não ocorre em economias cujo sector financeiro é dominado por bancos comerciais, e os mercados financeiros têm baixo ou nenhum grau de mobilidade internacional de capitais. Em Moçambique, as respostas do sector financeiro às taxas de juro de referência são um tanto interessantes. Tal como discutido por Massarongo (2013), os bancos comerciais que representam mais de 90% do sistema financeiro apresentam uma certa insensibilidade em relação às taxas de juro de política monetária quando as mesmas reduzem. Mas esta aparente insensibilidade dos bancos desaparece quando as taxas de juro aumentam.

Por exemplo, apesar da queda drástica nas taxas de juro de referência entre 2011 e 2015, as taxas de juro dos bancos comerciais não seguiram a mesma tendência na mesma intensidade. As taxas de juro comerciais reduziram de forma tímida. Entre Julho de 2011 e finais de 2014, as taxas de juro comerciais reduziram em cerca em 13%, de 24% para 21%. Portanto, quatro a

cinco vezes mais devagar do que a redução das taxas de juro de referência. Uma das justificações apresentadas para o comportamento dos bancos comerciais foi o fraco peso dos recursos financeiros obtidos através das facilidades permanentes no total de recursos financeiros que os bancos usam para conceder empréstimos. Contudo, tal como questionado por Massarongo (2013), nos anos anteriores os bancos respondiam prontamente aos aumentos das taxas de referência. Dados recentes confirmaram esta constatação. A partir de Setembro de 2015, os bancos responderam imediatamente aos aumentos nas taxas de juro de referência. Entre Setembro de 2015 e Outubro de 2016, o banco central aumentou a taxa de FPC de liquidez de 7,5% para 23,25%. Estes aumentos foram instantaneamente correspondidos pelas taxas de juro comerciais, que aumentaram em cerca de 50% desde o início do aumento das taxas de juro em Setembro de 2015, e a uma velocidade maior. Em um mês desde início do aumento das taxas de referência em 0,25 pontos percentuais, registou-se um aumento de cerca de 0,5 pontos percentuais das taxas de juro comerciais. Portanto, o aumento das taxas de juro comerciais foi duas vezes mais rápido do que o aumento das taxas de juro de referência. Este padrão de resposta é completamente oposto ao registado em Julho de 2011, quando o Banco de Moçambique iniciou a sua política expansionista. Uma redução de 0,5 pontos percentuais na taxa de juro de referência, entre Julho e Agosto de 2011, foi seguida de uma redução de apenas 0,15 pontos percentuais nas taxas de juro comerciais, isto é, três vezes mais lenta. Se estendida a análise para cerca de 12 meses, a resposta ao aumento é duas vezes mais rápida do que a resposta à redução. Em cerca de 40 meses consecutivos de política monetária expansionista (entre 2011 e 2015) com redução consecutiva das taxas de juro de referência, em cerca de nove pontos percentuais (no caso da FPC), as taxas de juro activas dos bancos comerciais reduziram apenas 2,7 pontos percentuais. Portanto, uma resposta equivalente a um terço ($1/3$) do nível de estímulo, com pequenas oscilações de aumentos dentro do período; ou seja, em média, a taxa de juro activa dos bancos comerciais reduziu cerca de 0,068 pontos percentuais ao mês durante todo o período. Contudo, em apenas 15 meses de implementação de uma política monetária restritiva (entre 2015 e 2016), com aumento da taxa de juro em cerca de 15,8 pontos percentuais, as taxas de juro dos bancos comerciais aumentaram em cerca de 9,3 pontos percentuais. Portanto, ao mês, as taxas de juro comerciais aumentaram a uma média de 0,6 pontos percentuais, isto é, quase dez vezes a velocidade média mensal do período de redução e, portanto, uma resposta equivalente a dois sextos ($2/6$) do nível de estímulo.

Esta postura dos bancos comerciais resulta, em parte, da própria volatilidade da política monetária. Os bancos comerciais formulam expectativas adaptativas com base no histórico de política monetária já instalado. Ou seja, existe uma certa noção de que os períodos de expansão da política monetária podem ser interrompidos a qualquer instante, dada a vulnerabilidade da economia mediante choques internos e externos. Assim, os bancos limitam a sua resposta às reduções das taxas de juro do banco central, porque se os bancos as acompanhassem na mesma

proporção, empresas e outros agentes económicos outrora sem capacidade para sustentar taxas de juro altas seriam abrangidos. Contudo, mediante uma mudança brusca, estes agentes poderiam imediatamente tornar-se maus riscos de crédito, com custos para o sector financeiro. Além do mais, há uma certa consciência de que os ganhos derivados do metical nos períodos de expansão monetária não são estruturais, mas resultam de uma maior intervenção cambial do banco central. Assim, a base de sustentação das posturas expansivas da política monetária é vulnerável e pode alterar a qualquer momento em função da oscilação do fluxo de capitais externos ou um outro choque externo. Por exemplo, em meados de 2015, a redução na entrada de divisas reduziu a capacidade de o banco central intervir no mercado cambial interbancário, colocando divisas, conseqüentemente o metical iniciou um período de depreciação a alta velocidade e a política monetária iniciou um processo de aumento das taxas de juro de referência. Isto coincidiu com o aumento do nível de crédito malparado no sector financeiro. Estas constatações podem ser entendidas nas explicações apresentadas pelo administrador do Banco de Moçambique, Waldemar de Sousa, falando a jornalistas sobre a preocupação do banco central com o nível de crédito malparado:

Estamos dentro do limite [do crédito malparado] que é de cinco por cento, mas já estamos em níveis considerados preocupantes. (...) Estamos com menor capacidade de intervenção nos mercados para atenuar a tendência de uma espiral de depreciação (...) (Notícias, 7 de Agosto de 2015).

Uma outra questão é que o enfoque dos bancos parece estar mais voltado para o financiamento de activos financeiros, habitação e consumo de bens duráveis relativamente ao financiamento do investimento directamente produtivo. Se olharmos para a estrutura de distribuição dos recursos financeiros dos bancos comerciais, nota-se que cerca de 40% dos recursos financeiros do banco vão para títulos do Tesouro, financiamento de consumo de bens duráveis e habitação (que está ligada a especulação imobiliária que se verifica na economia).⁴ Portanto, altas taxas de juro são fundamentais para a preservação dos ganhos resultantes destes activos financeiros. Isto é, se os bancos alocam mais ou menos o mesmo nível de recursos para financiar a compra de títulos do Governo e o consumo de particulares, a taxa de juro é o factor determinante dos retornos dessas opções. Vários bancos têm reportado ganhos significativos nos seus retornos financeiros em períodos de aumento de taxas de juro em resultado do impacto sobre o aumento do retorno de títulos financeiros detidos e da carteira de crédito (Millennium BIM, 2016; Barclays, 2015, 2016). Isto implica que a política monetária, de certa forma, protege os lucros dos bancos nos momentos em que a economia de Moçambique entra em crise devido a algum choque. Ou seja, o enfoque no controlo da inflação e as conseqüentes medidas

⁴ Isto sem considerar os recursos financeiros dos bancos que são usados para a compra de obrigações do Tesouro e títulos para empresas públicas.

monetárias restritivas, que incluem aumentos das taxas de juro de referência em períodos de choque na economia ou aumento de emissões de bilhetes de Tesouro, têm efeito positivo sobre os resultados dos bancos comerciais, com custos acrescidos para o sector privado e famílias. Este efeito positivo de medidas restritivas sobre os resultados económicos é reportado por vários bancos comerciais, como, por exemplo, se pode auferir nas passagens dos relatórios e contas abaixo citados, que mostram os ganhos financeiros que alguns bancos auferiram em 2016 em resultado da política restritiva do banco central:

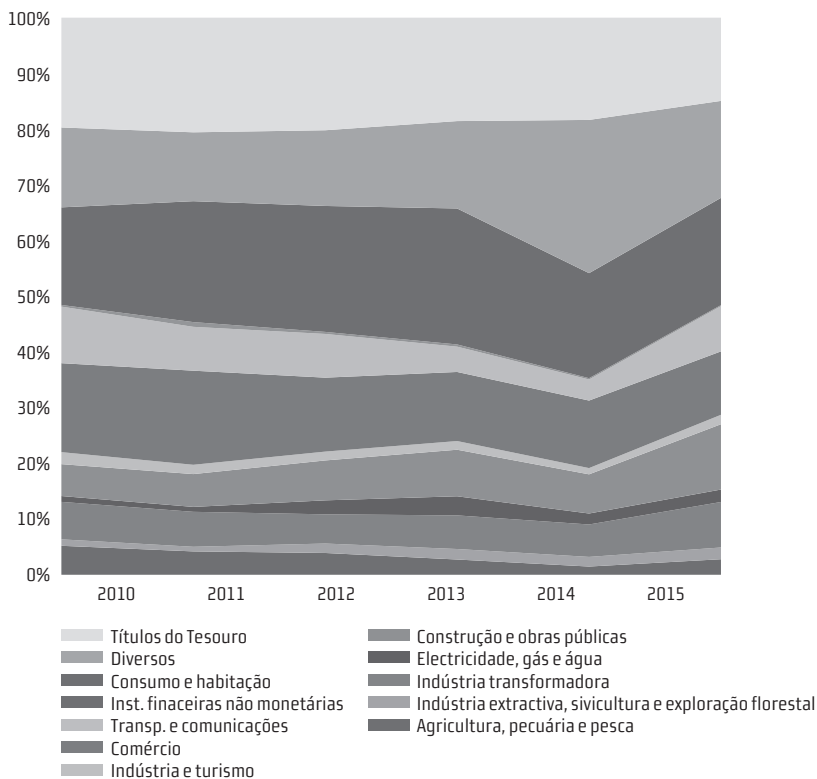
A margem financeira aumentou 58%, totalizando 9187,3 milhões de meticais em 2016, face aos 5818,9 milhões de meticais apurados em 2015, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido e da melhor rentabilidade dos activos financeiros, devido ao efeito taxa, e do aumento no custo dos depósitos, reflexo do aumento das taxas directoras do mercado (Millennium BIM, 2016: 53).

A margem financeira aumentou em cerca de 74% e totalizou 2653,7 milhões de meticais (2015: 1522,1 milhões de meticais). (...) Este crescimento da margem financeira foi também e significativamente impulsionado pelo aumento das taxas de juro (em linha com o aumento da taxa de referência do Banco de Moçambique em 1350 pb em 2016) bem como pelo aumento da carteira média de investimentos, que cresceu em 16% (Barclays, 2016: 9).

Os ganhos derivados dos títulos financeiros têm o segundo maior peso no total de juros e proventos auferidos pelos bancos comerciais (Banco de Moçambique, 2015). Sob estas condições, quais seriam os incentivos que os bancos teriam em responder às taxas de juro de política monetária quando as mesmas reduzem? Até que ponto o efeito quantidade (isto é, a expansão do volume de crédito alocado à economia pela redução do custo do mesmo) supera o efeito preço (manutenção do volume e aumento das taxas de juro)? Isto sem considerar a influência que o alto nível de concentração do sector financeiro em Moçambique (em que cerca de quatro bancos detêm à volta de 92% do total de activos financeiros do sistema) exerce sobre as taxas de juro.

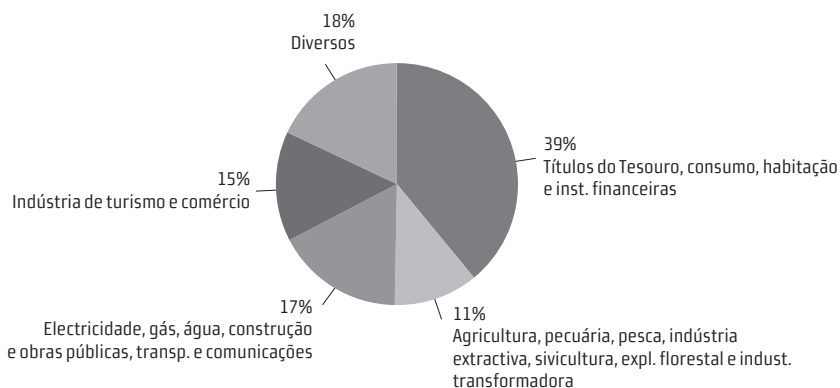
Além do mais, se considerarmos que boa parte das empresas que não têm acesso a crédito bancário devido ao custo são as pequenas e médias empresas, que têm muitas limitações em termos de infra-estruturas de suporte para o seu funcionamento, porque é que os bancos baixariam as taxas de juro? O acesso ao financiamento é apenas um dos problemas que as empresas enfrentam. Mesmo com crédito mais barato, as pequenas e médias empresas continuam a enfrentar uma série de outros problemas que põem em causa a sua viabilidade. Por outras palavras, crédito mais barato não implica necessariamente expansão de crédito.

GRÁFICO 3: FINALIDADES DO CRÉDITO TOTAL DOS BANCOS COMERCIAIS



Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas de crédito: www.bancomoc.mz).

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO (AGREGADA) DO CRÉDITO POR FINALIDADES (2010-2015)

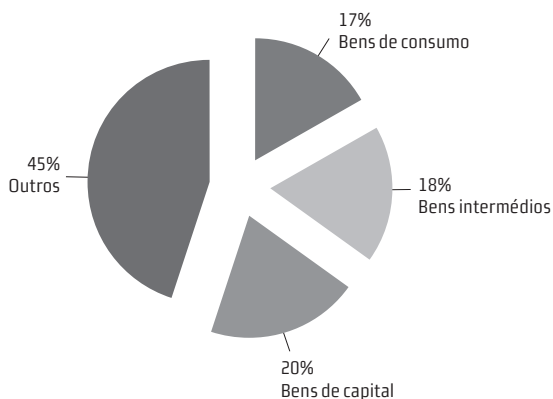


Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas de crédito: www.bancomoc.mz)

A POLÍTICA MONETÁRIA E A ESTRUTURA DA ECONOMIA

A volatilidade da política monetária leva a que a mesma seja inconsistente com os incentivos às mudanças estruturais que podem contribuir para melhorar a estabilidade da economia através da redução da dependência externa. Por outro lado, a estrutura da economia impõe limites à actuação da própria política monetária. O entendimento da estrutura de crescimento da economia de Moçambique ajuda a entender como é que estes dois processos ocorrem, e uma forma de o fazer é olhando para a estrutura dos principais agregados macroeconómicos. O consumo em Moçambique é de cerca de 70% da procura interna e 90% do Produto Interno Bruto. Dado que a capacidade interna de produção é limitada por questões estruturais (Castel-Branco, 2013, 2015), boa parte do consumo é alimentada por importações. A economia não tem capacidade para satisfazer a crescente demanda por bens e serviços em quantidade e/ou qualidade necessárias. As importações constituem cerca de 50% da procura interna da economia. A dependência de importações para consumo é feita de duas formas principais: directa, em relação a um produto de consumo final; ou indirecta, isto é, dependência de bens de capital ou bens intermédios essenciais para determinados bens e serviços.

GRÁFICO 5: ESTRUTURA DE IMPORTAÇÕES EM MOÇAMBIQUE (2000-2016)



Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas da Balança de Pagamentos: www.bancomoc.mz)

O investimento é principalmente proveniente de empréstimos externos e investimento directo estrangeiro (cujas ligações produtivas com a economia nacional são limitadas), e apenas uma pequena parte é financiado pela banca nacional. Massingue (2015) e Massingue & Muianga (2013) fazem a análise da tendência e dos padrões de investimento em Moçambique entre 1990 e 2011 usando o investimento aprovado como *proxy*, e mostram que 43% do investimento é financiado por empréstimos externos, 35% por investimento directo externo e apenas 14% é pela banca nacional. A maior parte do investimento directo estrangeiro e do investimento proveniente de

empréstimos (ou seja, 79% das intenções totais de investimento) está relacionada com actividades, directa e indirectamente, ligadas ao complexo mineral-energético de exploração de carvão, areias pesadas, energia, gás e alumínio. Portanto, a dinâmica de investimento alimenta um processo extractivo virado para exportação de matérias no seu estado primário ou com mínima transformação, conseqüentemente com poucas ligações dentro da economia.

Como resultado da estrutura de investimento, as exportações são essencialmente de produtos primários. Quase 80% das exportações são constituídas por nove produtos primários exportados ao seu nível bruto ou com o mínimo de processamento. O alumínio, o carvão, o gás natural, as areias pesadas, a electricidade, açúcar, tabaco, madeira e amêndoa e caju totalizam cerca de 80% das exportações totais e mais de 90% das exportações de mercadorias (Gráfico 7). Esta estrutura de exportações é extremamente volátil devido à frequente oscilação de preços no mercado internacional destes produtos e à vulnerabilidade da procura por produtos primários em períodos de crise económica global. Como resultado disto, as receitas de exportação da economia são igualmente voláteis. Isto tem sérias implicações sobre a taxa de câmbio, visto que boa parte do consumo e da produção internos depende de importações, e estas necessidades têm crescido ao longo do tempo (Gráfico 6).

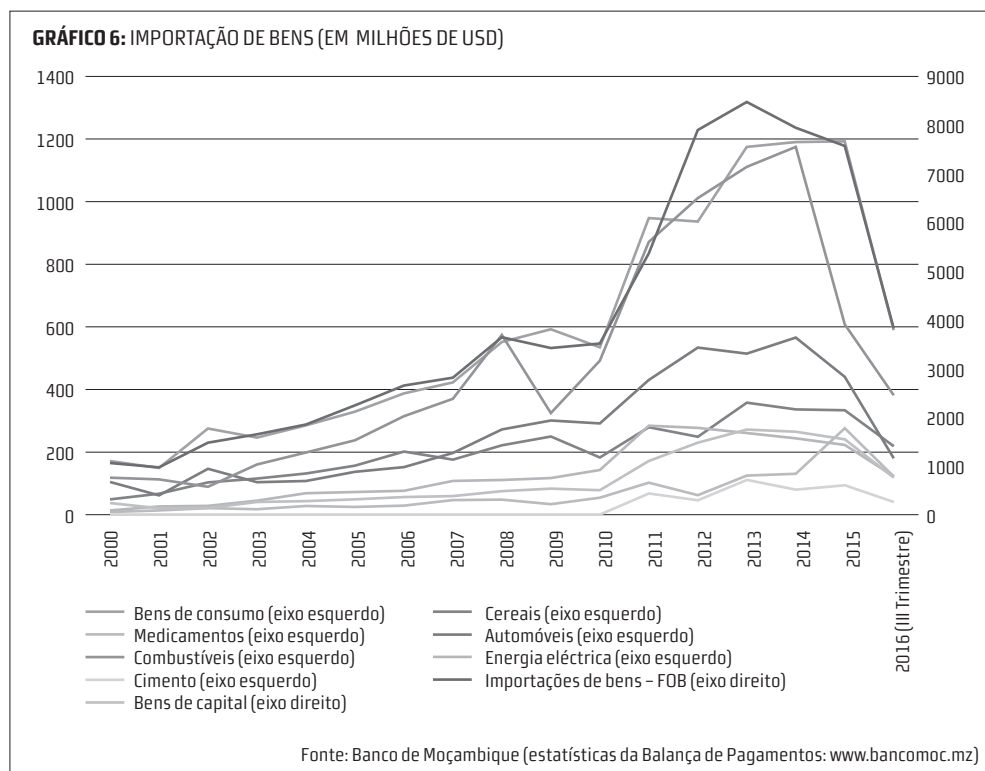
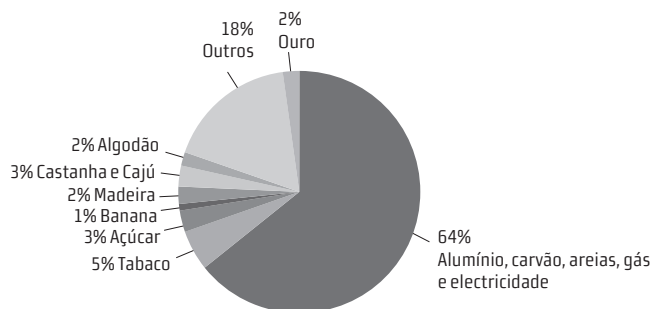


GRÁFICO 7: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES (2000 - 2016)

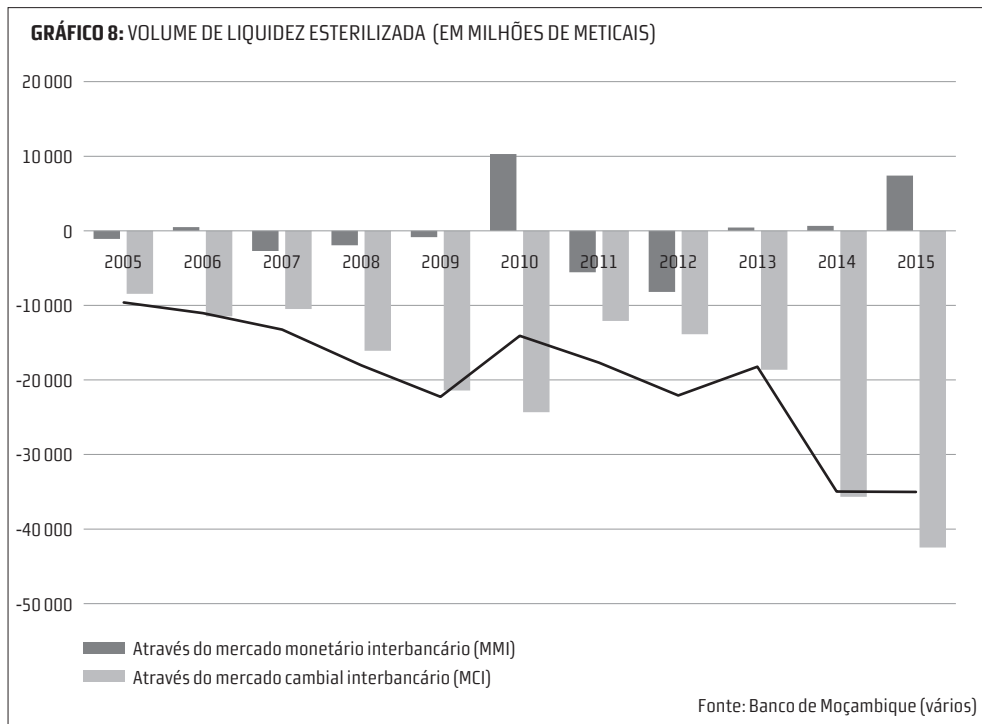


Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas da Balança de Pagamentos: www.bancomoc.mz)

Neste contexto, que efeito se pode esperar da política monetária? Em caso de uma política monetária expansionista, como ocorreu entre Julho de 2011 e Setembro de 2015, apesar da limitada resposta dos bancos comerciais, a taxas de juro reduziram para alguns bancos. Isto levou a um aumento do acesso a crédito pelas famílias. Tal como descrito pelo canal de crédito, maior acesso a crédito implica maior rendimento disponível num determinado momento e, dependendo da propensão marginal a consumir, o consumo aumenta. Normalmente, o aumento do acesso a crédito estimula o aumento do consumo de bens duráveis, como já evidenciado pela literatura. Dado que a economia tem limitada capacidade de resposta a demanda e, portanto, alta propensão marginal a importar, boa parte destes bens de consumo foi importada. Tal como a expansão do dinamismo da economia é acompanhada pelo crescimento das importações, o efeito expansionista da política monetária expansionista alimenta importações. O facto de o consumo ser satisfeito maioritariamente pelas importações leva a que as dinâmicas estimuladas por políticas monetárias expansionistas criem pressões sobre a balança de pagamento e, portanto, a demanda adicional por moeda estrangeira para importações. Isto pode implicar a depreciação do metical e consequente aumento do nível de preços. A menos que o banco central tenha disponibilidade suficiente de moeda estrangeira para colocar no mercado sem pressionar o nível de reservas internacionais, a política monetária é obrigada a reverter a sua direcção para uma postura restritiva. Portanto, o objectivo estratégico da política monetária de disponibilizar capital com taxas de juro baixas e atractivas ao mesmo tempo que controla os níveis de inflação, que já é limitado em qualquer contexto económico, é ainda mais limitado para o contexto da economia de Moçambique enquanto existirem os problemas estruturais da base produtiva. A permanente necessidade de intervenção complementar do banco central para a sustentação de políticas monetárias expansionistas é evidenciada pela citação feita pelo administrador do Banco de Moçambique, Waldemar de Sousa, num comunicado à imprensa em 2015, quando o metical começou a registar níveis preocupantes de depreciação:

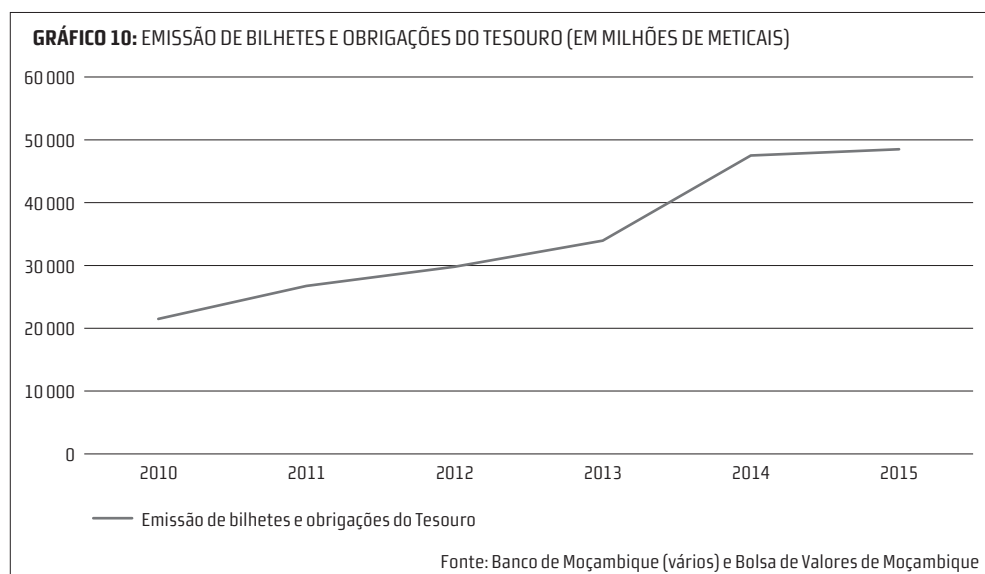
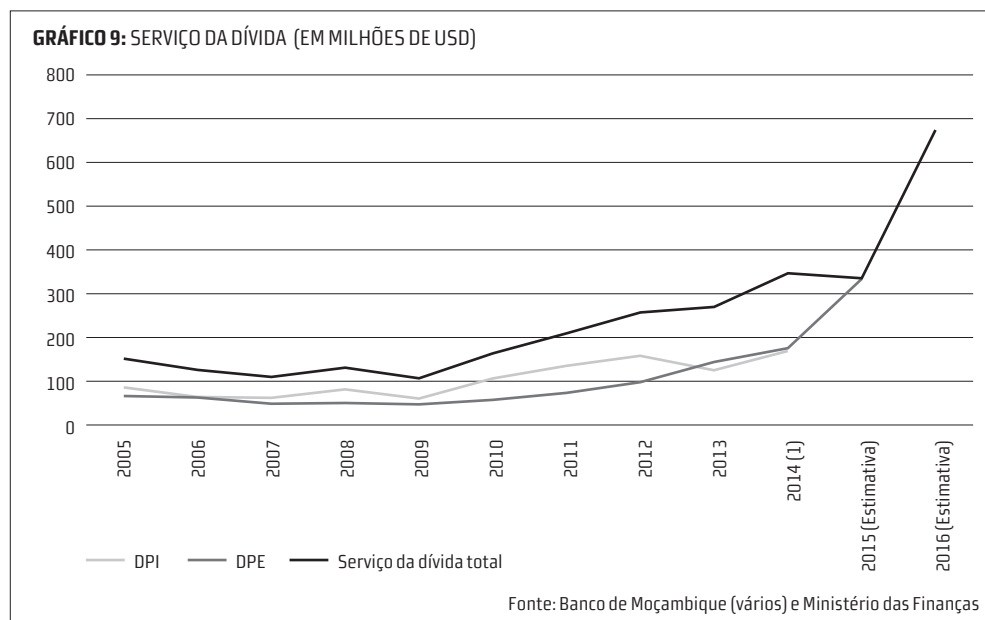
(...) Estamos com menor capacidade de intervenção nos mercados para atenuar a tendência duma espiral de depreciação (...). Outra razão tem a ver com o facto de o saldo da conta-corrente da balança de pagamentos em Moçambique ser estruturalmente deficitário. Isto significa que o valor das importações de bens e serviços é maior, de forma persistente, que o valor das exportações. Se a procura excedentária de bens e serviços não é coberta pelo fluxo de moeda externa em forma, por exemplo de empréstimos, investimento directo estrangeiro ou transferências unilaterais (donativos e outros fluxos), o metical será pressionado no sentido de depreciação, dada a maior procura de dólares relativamente à oferta (Notícias, 7 de Agosto de 2015).

A outra limitação da postura expansionista da política monetária é que a sua implementação requer medidas que actuem no sentido restritivo. Os dados mostram que os períodos de redução das taxas de juro foram acompanhados de medidas restritivas necessárias para a continuidade da própria política expansiva. Os dados mostram que, por exemplo, entre 2006 e 2010, e 2011 e 2015, que foram momentos caracterizados por uma postura monetária expansionista, o banco central tomou outras medidas de carácter restritivo, especificamente enxugou liquidez ao mesmo tempo que reduziu a taxa de juro de política monetária. Isto é, através dos mercados monetários tomou medidas que reduzem a liquidez disponível no sistema através da venda de bilhetes do Tesouro e da venda de divisas. A absorção de liquidez foi feita principalmente através do mercado cambial interbancário (MCI). Entre 2006 e 2010, o banco central enxugou cerca de 88 mil milhões de meticais através do mercado cambial interbancário. Isto é, no processo de venda e compra de divisas, em termos líquidos, o banco central vendeu ao mercado três mil milhões USD para fazer face à demanda por divisas. O valor de liquidez enxugada aumentou quando o banco central prosseguiu com a postura expansionista entre 2011 e 2015; o total de liquidez enxugada do sistema foi de cerca de 122 mil milhões de meticais. Obviamente, as pressões internacionais também influenciaram estas intervenções através do mercado cambial interbancário, mas, claramente, esta intervenção coincide com a expansão da economia e o crescimento dos diferentes indicadores.



As medidas restritivas em períodos de expansão monetária não são uma contradição exclusiva da política monetária. A política fiscal também actua no sentido contrário à expansão monetária na maioria dos momentos. Em resultado da deficiência de recursos financeiros para financiamento da despesa pública, uma das alternativas tem sido a emissão de dívida pública interna e externa. A emissão de dívida externa cresceu de forma exponencial nos últimos anos. Como consequência, o serviço da dívida quintuplicou entre 2011 e 2015, de cerca de 60 milhões USD para cerca de 330 milhões USD. Portanto, o serviço da dívida aumentou para cerca de 25% das exportações sem os grandes projectos. Isto gera pressões sobre a procura de divisas, que já é constringida pela oferta, consequentemente o metical tende a depreciar. Esta depreciação torna as importações e os preços internos mais caros, e, por conseguinte, a postura da política monetária torna-se restritiva, através de restrição de liquidez na economia, o que afecta negativamente a demanda interna. Este efeito poderia ser minimizado se a dependência de importações fosse menor. Por outro lado, o endividamento interno é feito através da emissão de títulos do Tesouro, que são comprados pelos bancos comerciais. Isto implica que a política de financiamento da despesa pública absorve recursos do sistema financeiro que poderiam ser usados para financiar o sector privado, numa espécie de efeito *crowding out*. Um contra-argumento a este efeito pode ser o de que a dívida pública emitida através de títulos pode estar

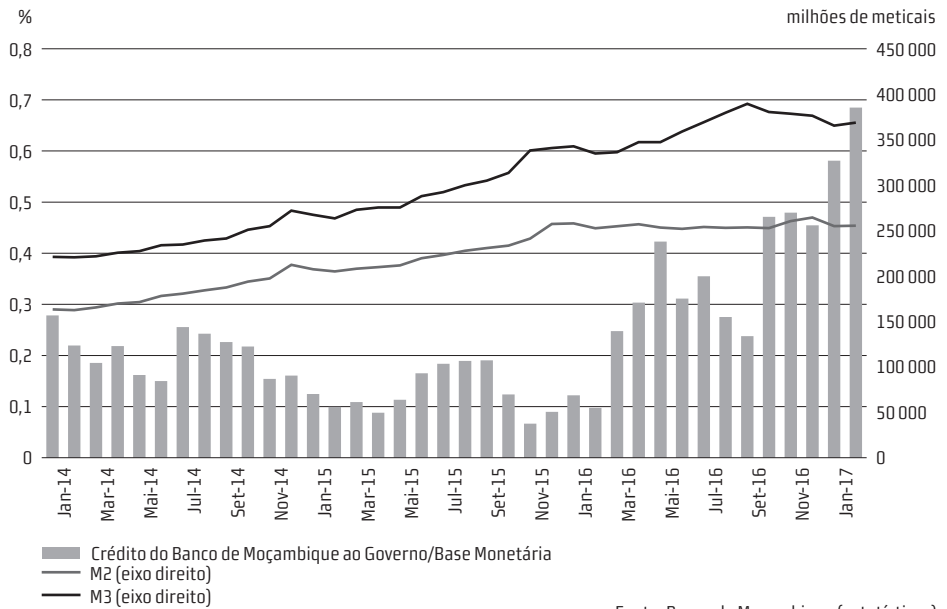
a financiar actividades que estimulam o sector privado, mas há dados que mostram que boa parte desta dívida é para pagar dívida previamente contraída, numa espécie de esquema Ponzi (Tribunal Administrativo, vários). Assim, o efeito combinado do crescimento da dívida interna e externa produz constrangimentos na expansão monetária.



Actualmente, os cortes na ajuda externa, por causa da descoberta de dívidas ilegalmente garantidas pelo Estado, levaram o Governo a recorrer ao financiamento directo do Banco de Moçambique para fazer face ao défice orçamental. Em Abril de 2017, o crédito do Banco de Moçambique ao Governo situava-se em cerca de 47 mil milhões de meticais, depois de durante anos se ter situado em cerca de 4,5 mil milhões de meticais. Esta dívida directa do Governo com o Banco de Moçambique equivale a uma monetização do défice, ou seja, ao financiamento do défice com emissão monetária, o que tem fortes implicações inflacionárias, especialmente numa economia com a estrutura como a de Moçambique. A consequência disto é que para manter a taxa de câmbio e os preços estáveis o banco central tem estado a tomar medidas restritivas para enxugar o excesso de liquidez criado pela monetização do défice. Estas medidas tornam o crédito mais caro e, portanto, dificultam a recuperação das pequenas e médias empresas e das famílias endividadas junto do sector financeiro.

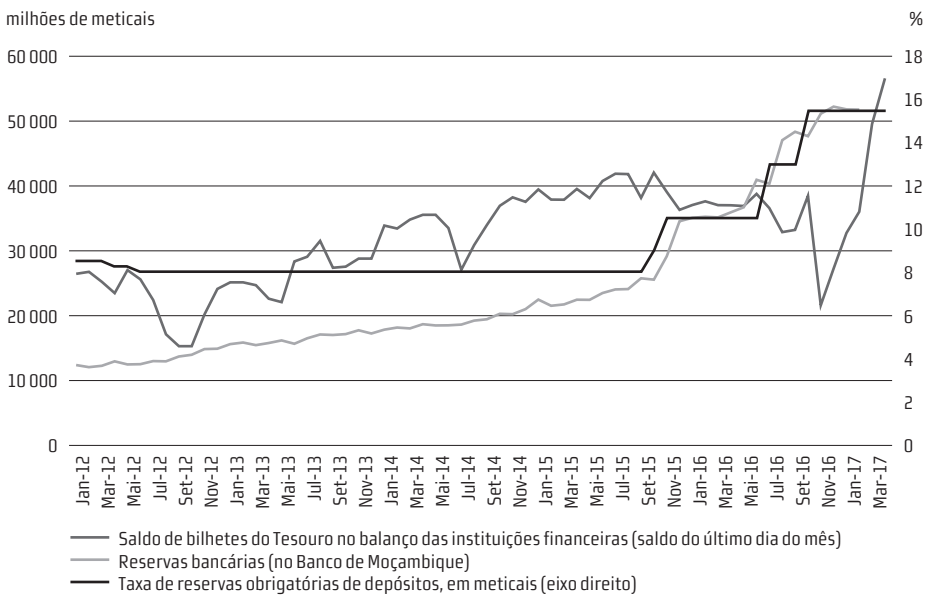
O Gráfico 11 mostra que o peso do financiamento do Banco de Moçambique ao Governo sobre a base monetária aumentou de cerca de 7% em finais de 2015 para cerca de 68% em princípios de 2017. Em paralelo, a taxa de crescimento da oferta monetária representada pelo M2 (que é constituído por notas e moedas em circulação mais o total de depósitos em moeda doméstica na economia) praticamente estagnou. A oferta de moeda representada pelo M3 (que é constituído pelas notas e moedas em circulação mais o total de depósitos em moeda doméstica e estrangeira na economia) estagnou entre finais de 2015 e o segundo trimestre de 2016. A partir deste ponto, o M3 aumentou em parte devido à depreciação do metical, mas os apertos da política monetária levaram à queda deste agregado para níveis próximos dos de finais de 2015 (Gráfico 11). Para além do aumento em mais de 200% das taxas de juro de referência desde Setembro de 2015, o banco central emitiu bilhetes do Tesouro adicionais de forma que praticamente triplicou o *stock* destes títulos na carteira das instituições de crédito de 21 mil milhões para 56 mil milhões de meticais entre Novembro de 2016 e Abril de 2017. Para além disso, a taxa de reservas obrigatórias aumentou em quase 100% desde Setembro de 2015 a Abril de 2017, de 8% para cerca de 15,5%. Como consequência disso, as reservas bancárias no Banco de Moçambique duplicaram de cerca de 25 milhões de meticais para cerca de 51 mil milhões de meticais (Gráfico 12).

GRÁFICO 11: OFERTA DE MOEDA E PESO DA MONETIZAÇÃO DO DÉFICE PÚBLICO SOBRE A BASE MONETÁRIA



Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas)

GRÁFICO 12: COMPORTAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA (2012 - 2017)



Fonte: Banco de Moçambique (estatísticas e comunicados de imprensa)

A outra questão é que em contextos inflacionários, que muitas vezes resultam de choques que por si só já provocam pressões negativas sobre consumo e investimento, o banco central tem de adoptar medidas restritivas muitas vezes para recuperar o valor da moeda e outros indicadores. Tais medidas aumentam os entraves dos sectores cuja melhoria é fundamental para reduzir as vulnerabilidades a que a nossa economia está exposta. Os aumentos bruscos das taxas de juro põem em causa o sector privado dependente do sector bancário nacional para o seu financiamento, para além de que afectam decisões sobre poupança. As taxas de juro de política monetária em Moçambique aumentaram de 7,5% para 23% em apenas um ano, entre 2015 e 2016. Para além de ser um período de tempo muito curto para ajustamento, este ocorre numa altura em que as empresas nacionais já enfrentavam vários desafios de ajustamento em relação à desvalorização significativa da taxa de câmbio, ao aumento de custos, à redução de procura, entre outros. Portanto, a política monetária focada nos agregados inflacionários e na taxa de câmbio acaba sendo mais um entrave que põe em causa as possibilidades de desenvolvimento de um sector privado (financiado pelo sector financeiro doméstico) que possa responder à procura interna, substituir importações e, portanto, reduzir as pressões sobre a balança de pagamentos. Para além do mais, como foi mencionado, a actuação da política monetária acaba seguindo um padrão instável e brusco que influencia a formação de expectativas adaptativas por parte dos agentes económicos e a sua confiança em relação à postura da política monetária.

CONCLUSÃO

Os *trade-offs* «normais» existentes na gestão macroeconómica são exacerbados pela estrutura da economia de Moçambique. A expansão monetária é refém de um contexto em que a tentativa de alargar o acesso a crédito a um baixo custo para a economia cria pressões sobre o valor da moeda doméstica, devido ao alto nível de dependência de importações. Como consequência, é necessário um contrabalanço com medidas monetárias e cambiais restritivas para controlar as pressões inflacionárias que resultam da expansão. Portanto, a política monetária expansionista é simultaneamente restritiva.

As vulnerabilidades da economia de Moçambique limitam a implementação consistente de uma política expansionista. A economia está sujeita a choques constantes cujo impacto e necessidade de intervenção interna se vão tornando maiores com o crescimento da economia. Esta situação aumenta a amplitude das alterações bruscas da política monetária em Moçambique.

A alta propensão a importar da economia corrói o efeito multiplicador do aumento da demanda agregada, quando esta é estimulada pela política monetária e pelas dinâmicas macroeconómicas. As dinâmicas dos agregados macroeconómicos que resultam da expansão da política

monetária não geram a multiplicação que seria de se esperar com base no quadro básico de funcionamento da política monetária. O aumento da procura coincide com o aumento de importações, levando a que os ganhos da expansão não sejam retidos pela economia. Portanto, os ganhos da política monetária expansionista para a economia são limitados pela porosidade da mesma.

O sector financeiro, por sua vez, para além da limitada cobertura sobre a economia, que apresenta um grau de monetização de cerca de 44% do PIB, tem cerca de 50% dos seus recursos virados para o financiamento de activos financeiros, consumo de bens duráveis e activos imobiliários, ou seja, áreas desligadas do investimento directamente produtivo e sem incentivos para a expansão de crédito a baixas taxas de juro. A dependência da dívida pública interna mobiliária para financiamento das despesas do Estado consolida o foco do sector financeiro nos títulos do Tesouro, visto que estes continuam a ser uma parte significativa da alocação de recursos do sistema financeiro. Este cenário, conjugado com uma política monetária volátil, leva a que, por um lado, o sector financeiro não tenha incentivos para a redução do custo de capital; e, por outro lado, o sistema bancário seja protegido nas crises da economia em detrimento das famílias e empresas com empréstimos.

REFERÊNCIAS

- Banco de Moçambique (2012). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique
- Banco de Moçambique (2015). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique
- Banco de Moçambique (vários). *Fim do Ano Económico*. Maputo: Banco de Moçambique.
- Banco de Moçambique (vários). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique.
- Barclays (2015). *Relatório e Contas* Barclays Bank Mozambique, SA: relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/fmassarongo/OneDrive/Carreira&profissao/Relatorios/bancos/Relato%CC%81rio%20de%20Contas%202015.BB.PDF.
- Barclays (2016). *Relatório e Contas*. Barclays Bank Mozambique, SA: relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2016. Disponível em:
file:///C:/Users/fmassarongo/Downloads/Relat%C3%B3rio%20e%20contas%202016%20(2).pdf.
- Bernanke, B. S. Gertler, M. (1995). Inside the black box: the credit channel of monetary policy. *Journal of Economics Perspectives*, 9(4), 27-48.
- Blanchard, O. (2004). *Macroeconomia*. 3.^a edição. Pearson Prentice Hall. Brasil.
- Blanchard, O. (2008). The state of macro. *National Bureau of Economic Research Working Paper*, 14 259.
- Castel-Branco, C. N. (2013). Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41(1), Outubro de 2014.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. & Massarongo, F. (2015). Acumulação especulativa e sistema financeiro em Moçambique. *Boletim*, 75. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. & Massarongo, F. (2016). A dívida secreta Moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas. *Boletim*, 86. Maputo: IESE.
- Caves, R. et. al. (2007). *World Trade and Payments: An Introduction*. International Edition. Pearson.
- Fine, B. & Milonakis, D. (2011). «Useless but true»: economic crisis and the peculiarities of economic science. *Historical Materialism*, 19 (2), 3-31.

- Fontana, G. (2009). The «unemployment bias» of the new consensus view of macroeconomics. *Working Paper*, 563. University of Leeds and University of Sannio.
- Goodhart, C. (2008). *The Continuing Muddles of Monetary Theory: A Steadfast Refusal to Face Facts*. Mimeo
- Lucas R. & Sargent, T. (1978). After Keynesian macroeconomics and response to Friedman. In *After the Phillips Curve: Persistence of High Inflation and High Unemployment*, Conference Series N.º 19. Boston: Federal Reserve Bank of Boston.
- Mankiw, G. (2006) The macroeconomist as scientist and engineer. *NBER Working Paper*, 12 349. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research.
- Mankiw, G. (2014). *Introdução à Economia*. 6.ª edição. Brasil.
- Massarongo, F. (2010). *A Dívida Pública Interna Mobiliária em Moçambique: Evolução, Causa e Implicações Económicas (1999-2007)*. Tese de Licenciatura não publicada. Maputo: Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE
- Massingue, N. (2015). Tendências do investimento privado em Moçambique: questões para reflexão. In C. Castel-Branco, N. Massingue & C. Muianga (orgs.), *Questões sobre Desenvolvimento Produtivo em Moçambique*. Maputo: IESE
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE
- Millennium BIM (2016). *BIM – Banco Internacional de Moçambique: Relatório e Contas 2016*. Disponível em:
http://inst.millenniumbim.co.mz/pt/Governacao/Relatorio_e_Contas/2016/BIM_Relatorio_e_Contas_2016.pdf.
- Mishkin, F. (2004). *The Economics of Money, Banking and Financial Markets*. 7.ª edição. The Addison-Wesley series in Economics.
- Moçambique Online* (2001). *O Atribulado Banco Austral*. Opinião de Joseph Hallon. Metical 1006 de 11 de Junho de 2001. Disponível em:
<http://www.mol.co.mz/noticias/metical/2001/mt010611.html> (consultado a 31 de Março de 2017).
- Notícias Online* (2015). Crédito malparado começa a preocupar. Caderno de Economia, 27 de Agosto de 2015. Disponível em:
<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-de-economia-e-negocios/41132-credito-malparado-comeca-a-preocupar.html> (consultado a 31 de Março de 2017).

- Palma, J. G. (2009). The revenge of the market on the rentiers: why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature'. *Cambridge Journal of Economics*, 33, 829-869.
- Samuelson, P. & Nordhaus, W. (2009). *Economics: An Introductory Analysis*. 19.^a edição. McGraw-Hill.
- Stiglitz, J. (2011). Rethinking macroeconomics: what failed how to repair. *Journal of European Association*, 9(4), 591-645.
- Toporowski, J. (2006). Open market operations: Beyond the new consensus. *Discussion Paper*, 14/2006. Bank of Finland Discussion Paper.
- Toporowski, J. (2010). Excess debt and asset deflation. In S. Kates (ed.), *Macroeconomics Theory and its Failings*. Edward Elgar.
- Toporowski, J. (2011). Neologism as theoretical innovation in economics: the case of financialization. *Working Papers*, 171. Department of Economics, SOAS, University of London, UK .
- Tribunal Administrativo (vários). *Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado*. Maputo: República de Moçambique.
- Woodford, M. (2003). *Interest and Prices, Foundations of a Theory of Monetary Policy*. Princeton. University Press.

Websites consultados

Banco de Moçambique: www.bancomoc.co.mz

Bolsa de Valores de Moçambique: www.bolsadevalores.co.mz

Direcção Nacional de Planificação e Orçamento: www.dno.gov.mz

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.gov.mz

A BOLHA ECONÓMICA MOÇAMBICANA E O PAPEL DA POROSIDADE ECONÓMICA NA ABSORÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS

Oksana Mandlate

INTRODUÇÃO

A crise económica foi «um balde de água fria» para os que se referiam às duas últimas décadas do caso moçambicano como uma história de sucesso, sem darem importância aos alertas sobre a insustentabilidade estrutural e macroeconómica do actual padrão de crescimento da economia. O primeiro alarme da crise amplamente reconhecido entre diferentes estratos da sociedade moçambicana, com a vinda a público em 2014 da primeira dívida externa oculta das contas públicas (a da Ematum), ainda teve na maioria das discussões o seu foco nos aspectos de legalidade e nos procedimentos de prestação de contas aos financiadores, sendo «solucionada» pelo Governo com o seu reconhecimento no Orçamento do Estado de 2015. No entanto, a partir de meados desse ano, à medida que se tornou evidente a inexistência de capacidade para o pagamento da dívida e os casos das dívidas ocultas garantidas pelo Estado multiplicaram-se, e a crise teve uma evolução galopante com efeito de «bola de neve», tornando-se cada vez mais evidente a necessidade de entender o enquadramento estrutural desta crise¹.

A crise económica moçambicana foi sentida em diversas áreas. A depreciação brusca da moeda nacional, a inflação acelerada com uma subida do custo de vida, o aumento das taxas de juros no mercado financeiro doméstico, a descida do País na classificação internacional (com implicações no custo de financiamento interno e externo para o País) e a contracção fiscal afetaram o funcionamento dos sectores privado e público. Ao mesmo tempo, em 2017 o público, em geral, levou um susto com as notícias sobre problemas de capitalização de dois bancos. Todos estes acontecimentos, às vezes aparentemente desconectados, podem ser explicados por diversos factores conjunturais, como a gestão pública pouco transparente, a suspensão de ajuda ao Orçamento do Estado devido ao escândalo, as condições dos mercados internacionais desfavoráveis para os principais bens de exportação do País, as políticas monetária e

¹ Para acompanhar o início da discussão do IESE sobre a natureza estrutural da crise, com a introdução do conceito da bolha económica, veja Castel-Branco (2015).

fiscal desajustadas entre si e com os objectivos de desenvolvimento do sector real, a falta de supervisão do banco central e o impacto da crise política sobre a vida económica. No entanto, todos estes factores fazem parte de um único cenário, o da bolha económica moçambicana, e podem ser explicados dentro de uma única lógica – as condições da acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2015). Entender esta lógica estrutural permite não só compreender melhor a crise moçambicana como fornece um maior leque de instrumentos da política económica para a tratar, ao contrário da visão conjuntural, em que muitos dos factores se devem a condições externas e fora do alcance de políticas públicas.

Este artigo explica os mecanismos de desencadeamento da crise moçambicana, que tem carácter de bolha económica e, estruturalmente, é explicada pelo processo complexo de integração do modo interno de acumulação do capital, caracterizado pela porosidade económica, na economia mundial movida pela dinâmica de crescente financeirização.

O artigo começa por explicar o conceito de bolha económica e as diferentes perspectivas sobre a sua natureza. A segunda secção, partindo da análise de modo de acumulação de capital em Moçambique, discute os diferentes mecanismos que a nossa investigação identificou como os que alimentaram, por via de porosidade económica, a bolha económica. A secção seguinte usa os dados empíricos para evidenciar a porosidade económica na integração da economia nacional com o exterior e a mudança qualitativa do seu papel nos anos precedentes à crise. A penúltima secção discute a propagação da bolha económica, olhando para as ligações entre as principais variáveis macroeconómicas, incluindo as principais respostas da política pública. As conclusões e a breve discussão dos caminhos para frente fecham o artigo.

O CONCEITO DE BOLHA ECONÓMICA

O conceito de bolha económica utiliza-se para descrever um crescimento económico acelerado especificamente fomentado pelas expectativas especulativas, que não é acompanhado proporcionalmente pelo crescimento do sector real e do emprego e que resulta em crise. Na fase de expansão da bolha económica, o crescimento é gerado pelo crescente volume de transacções e fluxos monetários; no entanto, esta fase não é sustentável a longo prazo. Quando os fluxos monetários ficam comprometidos, devido à falta de base real do crescimento, a economia explode (entra em crise de expectativas) ou retrai-se. Consequentemente, não só as taxas de crescimento, de investimento e de emprego caem bruscamente como a economia fica com o rendimento mais concentrado nas actividades especulativas e mais vulnerável aos choques frente à mudança das expectativas. Para descrever a situação actual da economia moçambicana, este conceito foi usado pela primeira vez por Castel-Branco, *et al.* (2015).

A problemática das bolhas económicas é amplamente discutida na literatura económica mais geral, e o entendimento do seu conteúdo é distinguido pela explicação das suas causas e mecanismos. Do ponto de vista de algumas abordagens mais individualistas, como o modelo de Samuelson-Tirole (Martin & Ventura, 2012), a bolha económica resulta da função dupla do capital, que pode ser usado pelos indivíduos ou como o capital produtivo ou como um meio de acumular o valor, o que periodicamente induz as economias a acumular mais capital do que o nível de investimento necessário para produzir o seu nível de rendimento. A motivação especulativa dos agentes resulta em investimento não produtivo e ineficiente, em negócios malparados, o que permite absorver e reduzir o excesso de capital na economia. A crise é vista como algo desejável para tornar o mercado «mais eficiente». No entanto, frente à total abstracção dos altos custos económicos e sociais das bolhas económicas, e numa economia como moçambicana, em que as necessidades de investimento excedem os recursos existentes, este tipo de abordagens não tem utilidade prática.

Outras abordagens ligam a expansão das expectativas especulativas às ineficiências de mercados, especialmente a informação imperfeita (Stiglitz, 2009). Neste caso, a explicação da bolha moçambicana seria o facto de os bancos e o Governo não terem tido informação adequada, terem sido demasiado optimistas nas suas expectativas e terem operado num ambiente de deficiente regulação da sua actividade. No entanto, olhando o caso moçambicano, em que nem foi feito um esforço para reunir informação adequada, nem do lado do Governo nem do dos bancos, o problema não pode ser imputado ao desconhecimento ou à incompetência.

O modelo de Minsky (1992), no entanto, explica que as bolhas económicas são endógenas e geradas pelas contradições internas de funcionamento da economia capitalista, em particular pelo enquadramento do sistema financeiro no seu funcionamento. No entanto, esta perspectiva ainda não permite explicar o porquê de as bolhas surgirem especificamente em certos períodos e em certos países, com particular intensificação nas últimas décadas. A análise da evolução das dinâmicas e das estruturas económicas do capitalismo, em particular o argumento da crescente financeirização, referente ao aumento da importância do capital fictício no processo de acumulação de capital a nível global (Fine, 2010), pode explicar a intensificação dos casos de bolhas económicas nas últimas décadas. A financeirização é compreendida neste caso não só como o aumento do peso das actividades e dos fluxos financeiros na economia mas também como o aumento da importância do capital fictício na esfera produtiva e na economia política.

Contudo, as transformações estruturais em economias específicas são conduzidas pelas condições históricas, económicas e sociais específicas. Por isso existe necessidade de compreender os modos de acumulação de capital específicos de cada país, por um lado olhando para as dinâmicas globais de capitalismo mundial, e por outro lado olhando para as condições locais de acumulação de capital.

No caso moçambicano, a relação entre as estruturas económicas historicamente construídas (afunilamento da base produtiva com a concentração de capital, predominantemente externo) e as condições de economia política (necessidade de construção da classe capitalista nacional e a sua dependência para a acumulação de capital das ligações com o Estado e o capital internacional) determina o modo de acumulação de capital nas últimas décadas, e a porosidade económica é o principal instrumento analítico que o descreve². Os diferentes mecanismos da porosidade económica, com destaque para os benefícios fiscais aos grandes projectos de investimento directo estrangeiro (IDE) e a privatização de recursos públicos, levam a que a economia moçambicana não consiga absorver socialmente o crescimento gerado. Os benefícios gerados pelo crescimento da economia são perdidos para o uso social na economia, ou por via da sua transferência para o exterior, em forma de mais-valias, ou por via da sua transformação em ganhos privados (Castel-Branco, 2014).

A porosidade económica liga as estruturas económicas e as condições de economia política no sentido bilateral, e permite entender como e porquê existe um certo tipo de estruturas económicas e um certo tipo de pressões, agentes e interesses na economia, e por isso tem capacidade analítica de explicar o surgimento e a evolução da bolha económica moçambicana. O uso do conceito também tem a vantagem de alargar o espaço de intervenção à política pública, dado que o consegue ligar os factores conjunturais, normalmente vistos como fora do alcance da política, aos estruturais, que podem ser intervencionados. Nesta perspectiva, a próxima secção explorará os mecanismos de porosidade que fomentaram a bolha económica moçambicana, em particular analisando o componente dos fluxos de capital entre a economia moçambicana e o exterior.

O PAPEL DOS DIFERENTES MECANISMOS DE POROSIDADE ECONÓMICA NO FOMENTO DA BOLHA ECONÓMICA MOÇAMBICANA

A porosidade económica é a razão estrutural que sustentou a geração e determinou a evolução da bolha económica moçambicana. Esta secção revê os principais mecanismos da porosidade económica que alimentam as dinâmicas especulativas da bolha económica, nas duas vertentes, nomeadamente a configuração da base produtiva real e o ambiente macroeconómico.

Do lado do sector produtivo, a dependência da base produtiva nacional dos influxos contínuos de capital externo para a sua expansão e as descontinuidades na acumulação das capacidades produtivas internas forneceram a base real para a porosidade económica e a proliferação das expectativas especulativas da bolha económica moçambicana.

² *Vide* a discussão detalhada do conceito em Castel-Branco (2014).

A estrutura produtiva existente produz o rendimento e gera um crescimento acelerado partindo de uma base concentrada, dominada por grandes projectos de IDE, que não consegue gerar o emprego de qualidade em grande escala, nem distribuir o rendimento gerado na economia. Ao longo dos anos, os influxos de IDE na economia moçambicana preservaram certas características específicas (domínio dos grandes projectos intensivos em capital e orientados para a exportação das matérias-primas para os mercados internacionais, voláteis pela natureza), e o enquadramento na economia destes investimentos falha na criação de dinâmicas de industrialização diversificada e de distribuição dos benefícios de crescimento na economia. A fraca contribuição deste tipo de projectos para a economia nacional, em particular devido aos benefícios fiscais concebidos, gera limitações na capacidade fiscal do Estado e na possibilidade de este investir nos processos de industrialização, produzindo um círculo vicioso que consolida a estrutura produtiva concentrada e pouco articulada internamente (Castel-Branco, 2010). Ainda que exista uma crescente consciência de que este tipo de investimento falha em resolver os problemas básicos da economia, este continua a ser promovido. Isso porque, por um lado, responde às aspirações dos certos grupos que procuram oportunidades de aliança com o capital internacional e de acumulação primária de capital (Castel-Branco, 2014) e, por outro lado, nas actuais condições, o investimento com outras características não flui espontaneamente para a economia moçambicana.

A concentração das expectativas à volta de grandes projectos de IDE, como os pólos mais dinâmicos da economia, dita também o padrão de investimento nacional, que se concentra à volta dos grandes projectos (Massingue & Muianga, 2013). As ligações produtivas decorrentes contribuem de um modo limitado para a diversificação da base produtiva e para a difusão de capacidades tecnológicas, por isso também não geram as dinâmicas alternativas de industrialização (Langa & Mandlate, 2015). No entanto, esta concentração de investimento torna a economia nacional um todo vulnerável em função do desempenho dos grandes projectos de IDE e das suas expectativas, ligadas aos mercados internacionais.

O ambiente macroeconómico, determinado pela relação entre as políticas monetária e fiscal, constitui o segundo vector que promove as dinâmicas especulativas na economia moçambicana. Neste campo, o espaço da política pública está a ser condicionado pelo objectivo de maximização de influxo de recursos externos, na forma de investimento directo estrangeiro e de créditos e doações ao Orçamento do Estado, sem pensar estrategicamente sobre o seu impacto nas outras variáveis macroeconómicas, que orientam a alocação de recursos na economia, em particular o Orçamento do Estado, a taxa de juro e a taxa de câmbio.

Em termos práticos, uma parte dos recursos externos recebidos pela economia moçambicana é usada para acumular as reservas internacionais, e outra parte é injectada na economia através do mercado cambial interbancário, induzindo por esta via uma pressão para a valorização da moeda nacional, para a redução de liquidez na economia e para a subida de taxas de juro

(Amarcy, 2009). A venda de divisas no mercado cambial interbancário influencia o ambiente macroeconómico significativamente, dado que na última década constituiu o mecanismo dominante de enjugamento da liquidez na economia moçambicana (sendo complementada, ou esporadicamente parcialmente neutralizada, pelas intervenções no mercado monetário interbancário, por meio de venda de títulos do Governo) [*vide* Massarongo (2017); Gráfico 8]. Neste contexto, a flexibilidade da taxa de câmbio, conjugada com o objectivo de maximização de influxo de recursos externos, reforça a porosidade económica e as dinâmicas especulativas por via de condicionamento do tipo de investimento viável na economia. A injeção de capital externo oferece à economia uma oferta de divisas para além do nível providenciado pela sua base produtiva, permitindo valorizar o metical e favorecendo as importações [por exemplo, Mandlate (2017)]. A taxa de câmbio estabelecida neste contexto reduz a competitividade da indústria doméstica, inviabilizando internamente o estabelecimento das indústrias com alto valor adicionado, tanto orientadas para exportações como para o mercado doméstico. Este factor é reforçado pelo facto de o mercado nacional estar limitado à escala de produção viável para muitas indústrias, dado que o mercado de consumidores dos bens duráveis é limitado pelo nível de pobreza, e o grosso das despesas diárias da maioria da população (nas zonas rurais, em particular) é satisfeito pela autoprodução (Mandlate, 2017). Por esta via, os influxos de recursos externos condicionam a taxa de câmbio, que, por sua vez, serve como um factor de selecção para o tipo de investimento viável na economia, gerando assim um círculo vicioso de domínio de grandes projectos de IDE e de desvio do investimento para as actividades especulativas.

A pressão gerada pelos influxos de recursos externos também contrabalança as medidas da política monetária expansionista, como a redução de taxas de referência e de reservas obrigatórias, resultando em alto custo de financiamento no mercado doméstico, tanto para o sector privado como para o público. É possível identificar as duas implicações imediatas que o influxo de recursos produz no contexto da economia moçambicana por via das taxas de juro. Por um lado, as taxas de juro altas determinam o tipo de actividades viáveis para o financiamento na banca nacional, ou seja, os dados apontam para o predomínio do investimento especulativo de curto prazo no portefólio de bancos [*vide* Massarongo (2017); Gráfico 3]. Por outro lado, isso afecta a redistribuição de rendimento na economia, em particular conduzindo à concentração de recursos no sector bancário, sendo a renumeração da dívida pública interna um dos mecanismos de realocação do rendimento da economia a favor do sector financeiro *versus* do sector produtivo.

Segundo, a porosidade económica alimentou as dinâmicas especulativas por via de padrões de financiamento e de despesa pública. Por um lado, a perda de receitas fiscais por via de benefícios fiscais tem implicações estruturantes, dado que obriga o Estado a recorrer mais, como alternativa, aos empréstimos, incluindo à venda de títulos do Governo no mercado interno,

colocando por esta via ainda mais pressão sobre o custo de financiamento interno para o sector privado e famílias (Massarongo & Muianga, 2011). Por outro lado, nos últimos anos o investimento público foi financiado com crescentes custos e dirigido às grandes infra-estruturas que servem o complexo mineral e energético (Massarongo, 2016), renunciando, como custo de oportunidade, ao apoio das actividades produtivas com base mais alargada. Esta despesa foi realizada a contar com os futuros fluxos das rendas provenientes das exportações dos grandes projectos de IDE do complexo mineral-energético, sem considerar a criação na economia das capacidades alternativas para o seu repagamento. Esta dinâmica, mesmo antes de emergir a questão das dívidas ocultas, comprometia não só a sustentabilidade do orçamento público como a sustentabilidade macroeconómica com o exterior da economia como um todo. Dada a importância dos influxos dos recursos externos nos mecanismos vistos, a secção seguinte olhará mais de perto para o caso de fluxos de capital entre a economia nacional e o exterior, de modo a, partindo de dados empíricos, apresentar um quadro amplo do seu papel na porosidade e na geração da bolha económica.

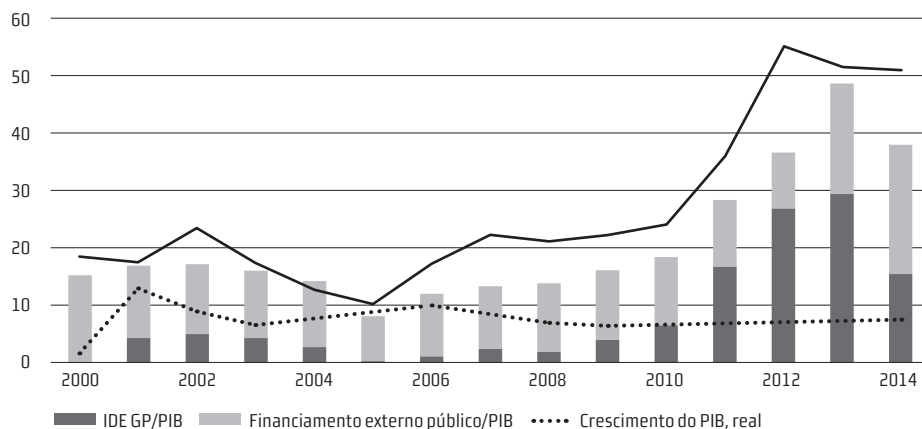
POROSIDADE ECONÓMICA SOB O PRISMA DAS CONTAS EXTERNAS DO PAÍS E O SEU PAPEL NA GERAÇÃO DA BOLHA ECONÓMICA

Esta secção analisa a evolução dos fluxos de capital entre o exterior e a economia moçambicana, olhando para os seus diferentes componentes e para a sua contribuição para o fomento da bolha económica. A análise apresenta um quadro que permite compreender de um modo mais sistemático o enquadramento dos fluxos de capital externo no modo doméstico de acumulação de capital. Primeiramente, são apresentadas algumas tendências gerais dos fluxos de capital, e depois é discutida a evolução dos seus diferentes componentes.

INTENSIFICAÇÃO E MODIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL DOS INFLUXOS DE CAPITAL NA ECONOMIA

Primeiro, é de notar que o influxo de capital externo não só é estruturalmente importante na economia moçambicana como o seu papel se intensificou consideravelmente nos anos precedentes à crise e a sua contribuição mudou qualitativamente. Os influxos líquidos de capital, que representaram na primeira década do milénio já perto de 20% da produção interna, em 2012-2014, no momento da expansão da bolha económica, mais do que duplicaram a sua importância relativa na economia doméstica, chegando a representar mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: IMPORTÂNCIA DOS INFLUXOS DE CAPITAL NA ECONOMIA MOÇAMBICANA

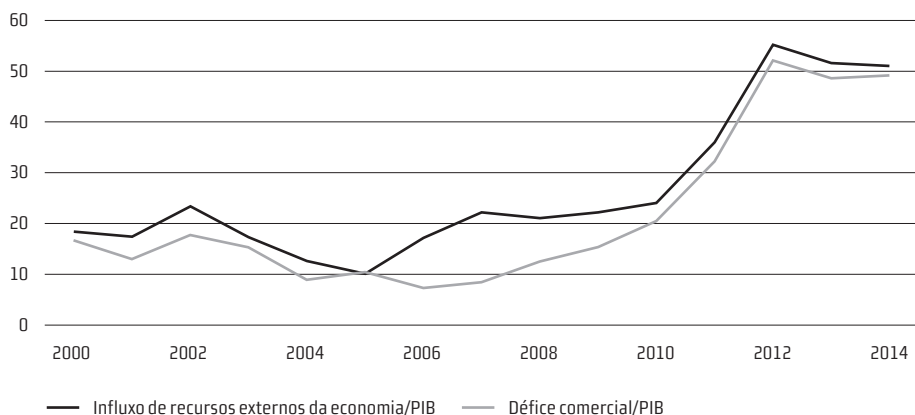


Fonte: cálculos da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (vários anos)

O papel estruturante dos fluxos de recursos externos na economia é determinado não só pelo seu peso na economia moçambicana como também pelo seu grau de concentração nos dois componentes: o investimento directo estrangeiro dos grandes projectos e a despesa pública. O financiamento externo público nas últimas décadas, de um modo estável, constituiu perto de 12% do Produto Interno Bruto, aumentando a sua relativa importância para perto de 20% nos anos 2013-2014. Os influxos efectivos de IDE dos grandes projectos, por outro lado, são mais voláteis, e a sua intensificação, a partir do ano 2011, precedeu a dos fluxos do financiamento público. Em 2013, o IDE dos grandes projectos chegou a perto dos 30% do PIB. No entanto, como mostra o gráfico, ainda que o peso e a concentração de influxo dos recursos externos na economia aumentem ao longo destes anos, isso não se reflectiu num crescimento qualitativamente diferente.

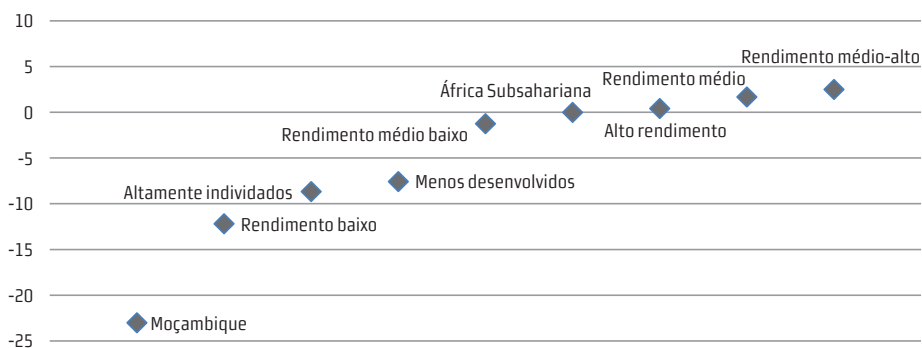
Estruturalmente, os influxos de capital externo são o factor que sustenta o défice comercial crónico da economia moçambicana (Gráfico 2). Este défice estrutural da economia moçambicana é alarmante, visto que os seus maiores níveis normalmente são observados em países mais pobres e em situações de crise, como é o caso dos países mais endividados ou em conflito. A dependência de Moçambique das importações excede consideravelmente os níveis destes países (Gráfico 3), evidenciando uma alarmante incapacidade da base produtiva de satisfazer as necessidades da economia.

GRÁFICO 2: RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE OS INFLUXOS DE CAPITAL E O DÉFICE COMERCIAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA



Fonte: cálculos da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (vários anos)

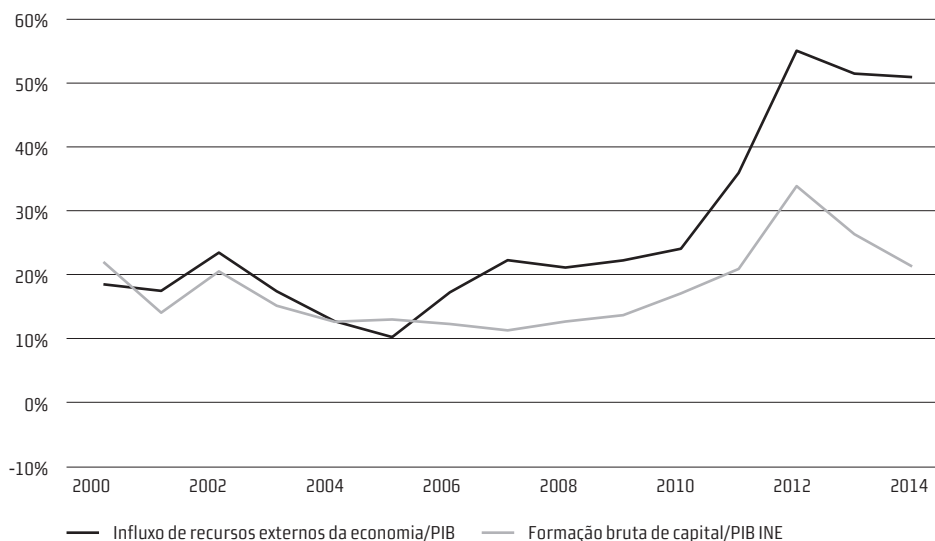
GRÁFICO 3: RELAÇÃO ENTRE O DÉFICE COMERCIAL MÉDIO DA ÚLTIMA DÉCADA E O TIPO DE PAÍS



Fonte: cálculos da autora a partir dos dados de *World Development Indicators* (2016)

Isso levanta a pergunta sobre a aplicação dos recursos externos na economia. À primeira vista, algumas alterações no seu padrão de aplicação são detectáveis. Se no início da década passada a formação bruta de capital basicamente acompanhava a entrada de recursos externos, na última década, mesmo com a formação do capital a continuar a seguir as tendências do influxo de recursos externos, a formação do capital fixo foi inferior à entrada de recursos externos, com o *gap* alargando-se drasticamente a partir de 2012 (Gráfico 4). Potencialmente, isso afecta de um modo estrutural a composição da base produtiva e do emprego a nível nacional. Contudo, para compreender melhor as dinâmicas deste processo, é necessário olhar para a composição e para a evolução dos diferentes componentes dos influxos de capital.

GRÁFICO 4: INFLUXOS DE CAPITAL E FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO NA ECONOMIA MOÇAMBICANA



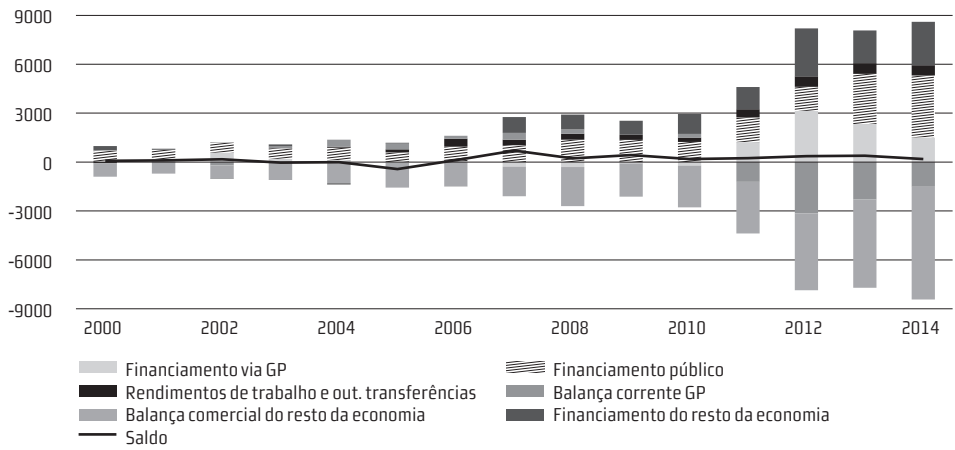
Fonte: cálculos da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (vários anos) e do INE (s.d.)

EVOLUÇÃO DOS DIFERENTES COMPONENTES E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A POROSIDADE ECONÓMICA

Ainda que o saldo nas relações da economia moçambicana com o exterior se tenha mantido equilibrado ao longo dos últimos 15 anos, o seu conteúdo mudou qualitativamente. A amplitude dos fluxos de recursos aumentou bruscamente, e a sua composição mudou.

Se olharmos para os dados do período de 2000 a 2006, o financiamento público era dominante e ditava os influxos e a alocação de recursos externos (Gráfico 5). Isso explica a próxima relação entre os influxos de capital e a formação de capital na economia, observada no Gráfico 4, já que a economia moçambicana tem carência de recursos para o investimento e o Orçamento do Estado aloca os recursos externos maioritariamente para o investimento.

GRÁFICO 5: COMPOSIÇÃO DOS FLUXOS ENTRE A ECONOMIA MOÇAMBICANA E O EXTERIOR, EM MILHÕES DE USD

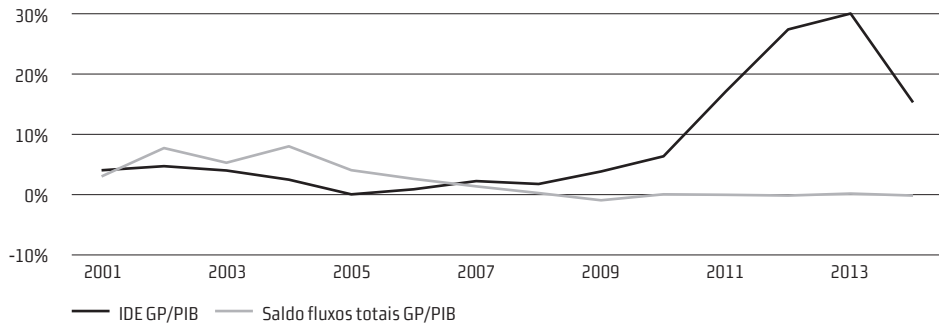


Fonte: cálculo da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (s.d., vários anos)

A partir 2007, os agentes privados ganharam uma maior expressão na determinação dos fluxos de recursos do exterior, passando a ser o componente maioritário, representado pelas transacções que envolvem os grandes projectos de IDE, as transferências provenientes de trabalho e outros agentes. A partir de 2011, nos anos de constituição e de expansão da bolha económica moçambicana, os grandes projectos de IDE ganharam um particular destaque.

Olhando para o balanço dos diferentes componentes, são detectáveis algumas fontes de crescimento insustentável, reflexão da porosidade económica conducente a bolha económica. A primeira fonte de insustentabilidade são os grandes projectos. Apesar dos números impressionantes de entrada de capital por via dos grandes projectos, a sua contribuição para a economia foi mais reflectida em termos de geração de expectativas, dado que em termos líquidos contribuem pouco para a economia (Gráfico 6). Em particular, observamos que, ainda que os fluxos de IDE dos grandes projectos nos anos 2012-2013 tenha chegado a representar perto de 30% do PIB, a partir de 2008, em termos de fluxo líquido de recursos, a sua contribuição para a economia é próxima de zero.

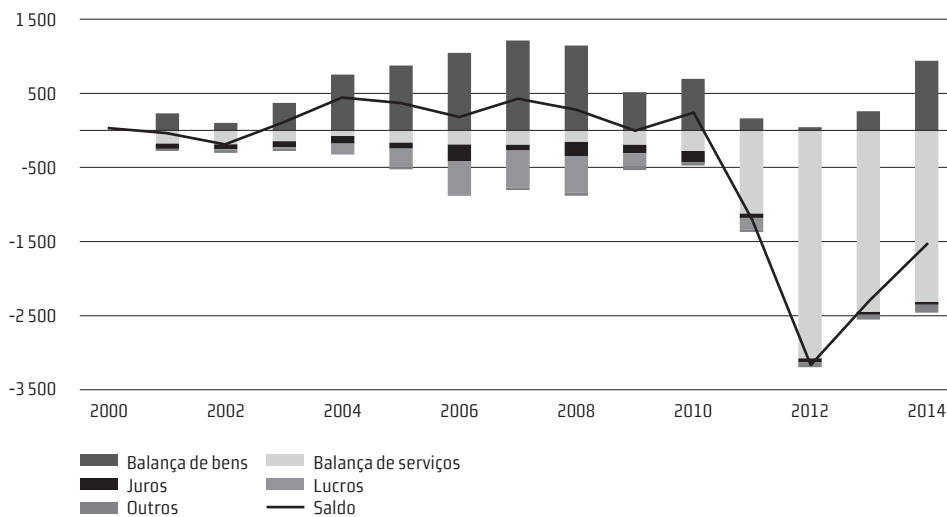
GRÁFICO 6: GRANDES PROJECTOS DE IDE – ENTRADA DE CAPITAL VERSUS FLUXOS LÍQUIDOS



Fonte: cálculos da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (s.d., vários anos)

A conta-corrente dos grandes projectos (Gráfico 7) mostra que na fase de funcionamento, nos anos 2004-2009, o seu investimento foi acompanhado pelas saídas persistentes do rendimento da economia, em forma de lucros e juros. Já partir de 2011, com a entrada dos novos investimentos, a conta-corrente deteriorou-se devido a um brusco aumento das importações de bens e serviços.

GRÁFICO 7: RENDIMENTO CORRENTE DOS GRANDES PROJECTOS DE IDE, EM MILHÕES DE USD

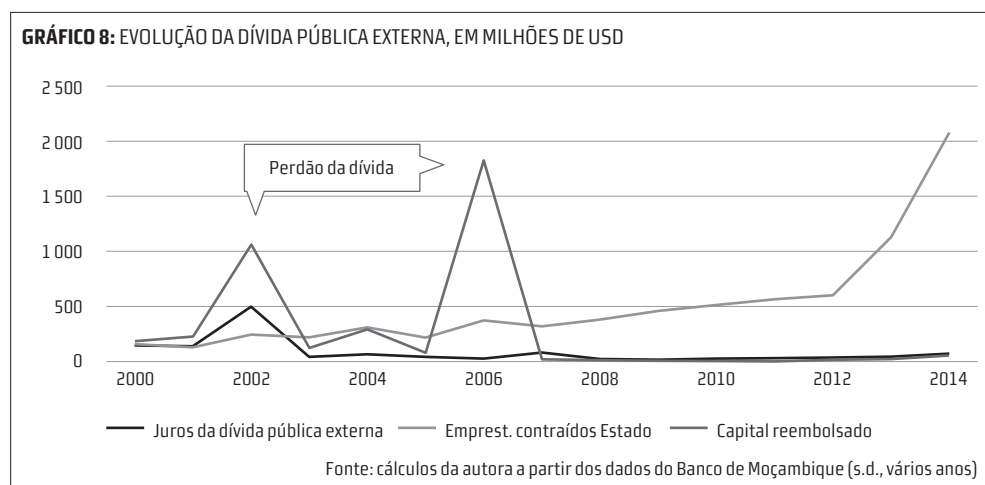


Fonte: Banco de Moçambique (s.d., vários anos)

Se o componente dos grandes projectos de IDE na última década efectivamente contribuiu com um balanço nulo em termos de fluxos líquidos de recursos, o sector público, o segundo maior componente dos influxos de capital, por outro lado, teve uma clara tendência

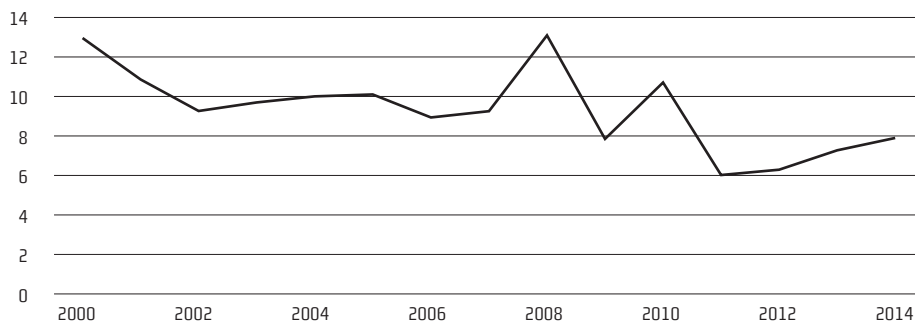
de acumular a dívida (Gráfico 8). A contracção da dívida expandiu-se ao longo dos anos, e a partir de 2012 o ritmo de público endividamento aumentou significativamente. Ao mesmo tempo, todos estes anos são caracterizados pelo esforço mínimo da economia moçambicana no que diz respeito ao reembolso efectivo de capital e ao pagamento de juros. Os reembolsos significativos de capital e de juros, observados no gráfico nos anos 2002 e 2006, referem-se ao perdão da dívida e não aos pagamentos efectivos.

Neste sentido, a última década foi um período relaxado para o Executivo moçambicano, em que a maior preocupação consistia em obter os recursos, e não em organizar as condições para o seu pagamento. Contudo, estas condições foram alteradas.



Ao mesmo tempo que o valor da dívida pública externa foi aumentando bruscamente nos últimos anos (note-se que os dados apresentados não reflectem as dívidas ocultas), a sua estrutura sofreu alterações profundas, e as condições de pagamento dos novos empréstimos pioraram. Por um lado, o período de amortização, que era em média acima de dez anos (Gráfico 9), nos anos 2011-2012 baixou para perto de seis anos, mostrando uma certa redução da prudência no investimento público e a «febre» dos ganhos rápidos.

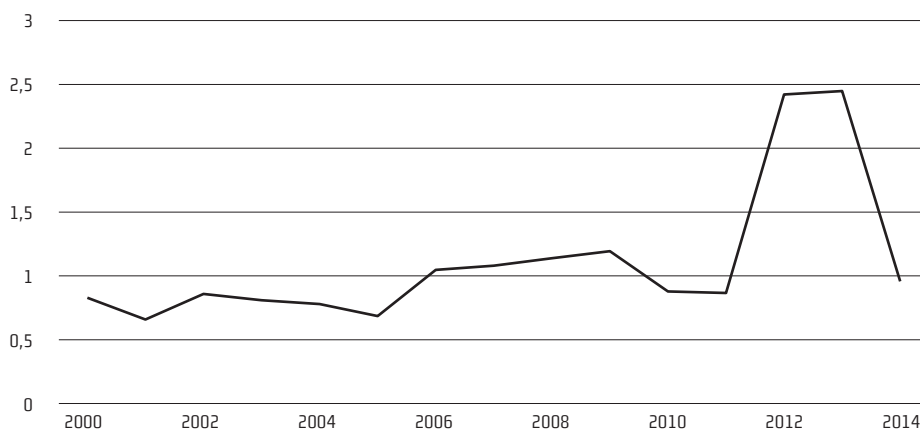
GRÁFICO 9: PERÍODO MÉDIO DE GRAÇA NOS NOVOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELO SECTOR PÚBLICO, EM ANOS



Fonte: World Development Indicators (2016)

Por outro lado, o custo de financiamento externo aumentou ao longo do período, implicando um maior esforço futuro da economia e do sector público para o seu repagamento. Nos anos 2012-2013, as taxas de juros nos empréstimos externos do sector público mais do que duplicaram (Gráfico 10), passando de perto de 1% para os 2,5%. Este comportamento revela a onda de altas expectativas e de assunção de risco na estratégia de financiamento do Executivo moçambicano, já vista no caso da redução dos prazos de amortização dos empréstimos.

GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DO CUSTO DE FINANCIAMENTO EXTERNO, TAXA DE JURO MÉDIA, EM %

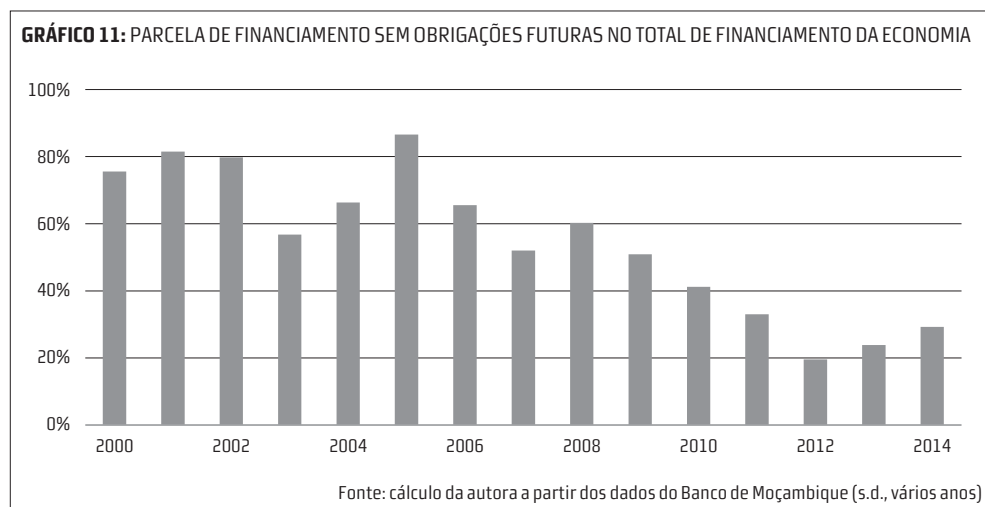


Fonte: World Development Indicators (2016)

O efeito conjunto desta reestruturação das condições da dívida externa pública (a redução do período de graça e o aumento das taxas de juro) e do seu aumento implica que o crescimento deste período está inflacionado. Terminado o período de graça dos empréstimos contraídos

depois das iniciativas de alívio da dívida externa, as exigências sobre obrigações externas do sector público aumentam drasticamente e têm um peso estrutural diferente. Para honrar os compromissos assumidos, a economia moçambicana e o sector público terão de reforçar qualitativamente a sua capacidade de gerar rendimento e divisas. Actualmente não existe um quadro amplo, apoiado na análise sistemática de alocação da despesa pública, sobre o tipo de capacidades e pressões que a aplicação de recursos públicos efectivamente está a gerar na economia do ponto de vista macroeconómico.

No entanto, as ligações da economia moçambicana como um todo com o exterior merecem uma atenção especial, dado a sua crescente dependência do financiamento contra as obrigações futuras (Gráfico 11), incluindo o componente do resto da economia (cuja contribuição aumentou significativamente a partir do ano 2007). No início do milénio, entre 60% e 80% do influxo de recursos externos na economia não envolvia obrigações futuras. A partir de 2012, perto de 80% dos recursos externos recebidos na economia implicam o seu repagamento, incluindo o custo de financiamento (isto no contexto de aumento significativo do peso de influxos de recursos externos na economia moçambicana).



O quadro de fluxos de recursos entre a economia moçambicana e o exterior, apresentado nesta secção, demonstra que os influxos de recursos externos têm um papel crucial na definição do crescimento da economia moçambicana; no entanto, o seu enquadramento responde à lógica de porosidade económica. Nos últimos anos foi observada a intensificação dos influxos de recursos externos na economia, acompanhada pela concentração nos grandes projectos de IDE e no sector público, assim como por um maior envolvimento de outros agentes na

sua determinação. Esta intensificação foi caracterizada pela deterioração da sustentabilidade macroeconómica nos seus principais componentes, nomeadamente a contribuição líquida quase nula dos grandes projectos de IDE para a acumulação dos recursos na economia e o aumento galopante das obrigações futuras do Estado, não acompanhado pela estratégia de aplicação de recursos que garante a criação das capacidades correspondentes, resultando em bolha económica.

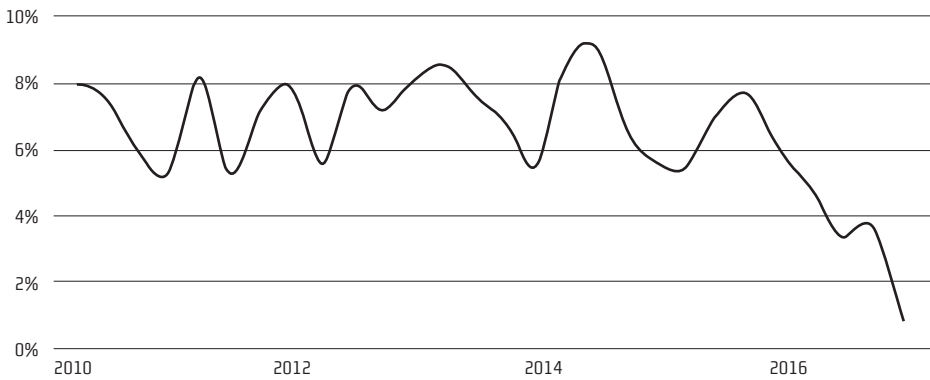
A próxima secção demonstra como os mecanismos macroeconómicos de absorção dos influxos de recursos externos no contexto de porosidade económica desencadearam a bolha económica.

AS PRINCIPAIS LIGAÇÕES MACROECONÓMICAS NA EVOLUÇÃO DA BOLHA ECONÓMICA MOÇAMBICANA

Esta secção apresenta «uma radiografia» da crise da bolha moçambicana, mostrando como os influxos de recursos externos no contexto da porosidade económica afectaram as principais variáveis macroeconómicas, e porque é que as intervenções das políticas públicas pioraram o problema.

As altas taxas de crescimento da economia moçambicana situaram-se perto dos 7% durante as últimas duas décadas. No entanto, como vimos, desde 2012 o crescimento da economia foi crescentemente fomentado por fontes macroeconomicamente insustentáveis, nomeadamente o investimento em grandes projectos de IDE, que em termos de fluxos líquidos não contribuem para a acumulação de recursos na economia, nem geram dinâmicas alternativas, e o endividamento público com crescentes obrigações futuras e sem um programa de investimento a apostar na expansão das capacidades alternativas de gerar rendimento no País. Em 2016, as taxas de crescimento desaceleraram bruscamente, aproximando-se do zero (Gráfico 12), indicando o início da implosão da bolha.

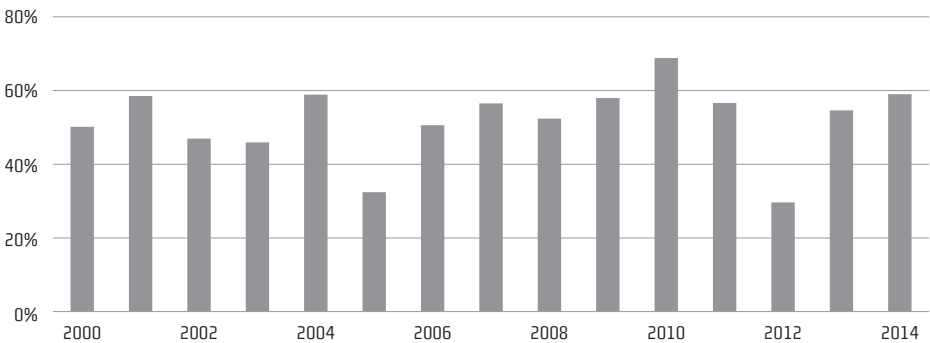
GRÁFICO 12: TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA



Fonte: *Trading Economics* (baseado nos dados do Instituto Nacional de Estatística) (s.d.)

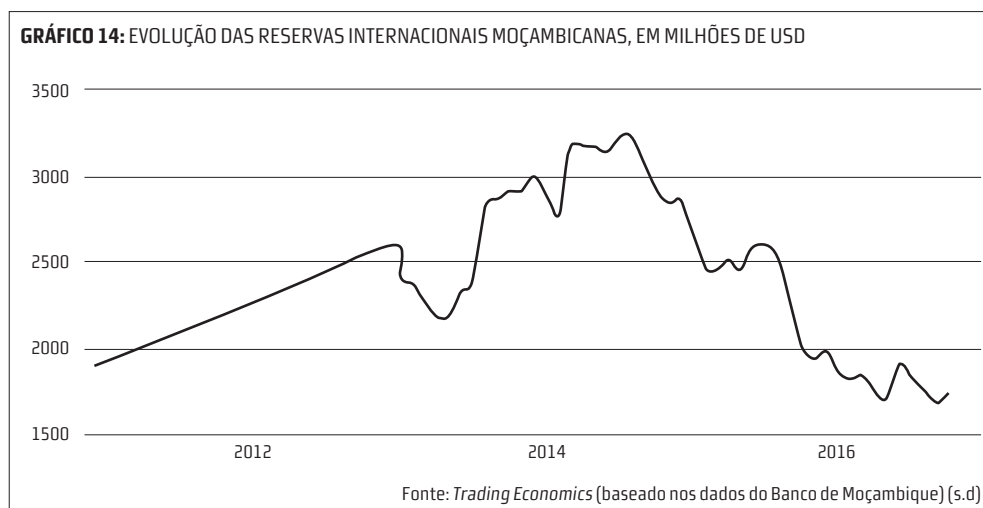
No entanto, as outras variáveis macroeconómicas emitiam sinais de alerta antecipadamente, apontando a formação de uma crise. Numa pequena economia aberta, como a moçambicana, a taxa de câmbio é dos preços relativos mais importantes, dado que orienta os padrões de consumo e de produção na economia. Em Moçambique, com um regime cambial flexível, o financiamento público tem um peso dominante na determinação da taxa de câmbio, dado que os influxos líquidos de recursos externos por via do sector público correspondem a perto de metade das importações do País, excluindo os dos grandes projectos (que, como vimos, actualmente contribuem com um balanço praticamente nulo) (Gráfico 13).

GRÁFICO 13: O PESO DOS INFLUXOS LÍQUIDOS DE RECURSOS EXTERNOS DO SECTOR PÚBLICO NO FINANCIAMENTO DAS IMPORTAÇÕES (EXCLUINDO OS GRANDES PROJECTOS DE IDE)



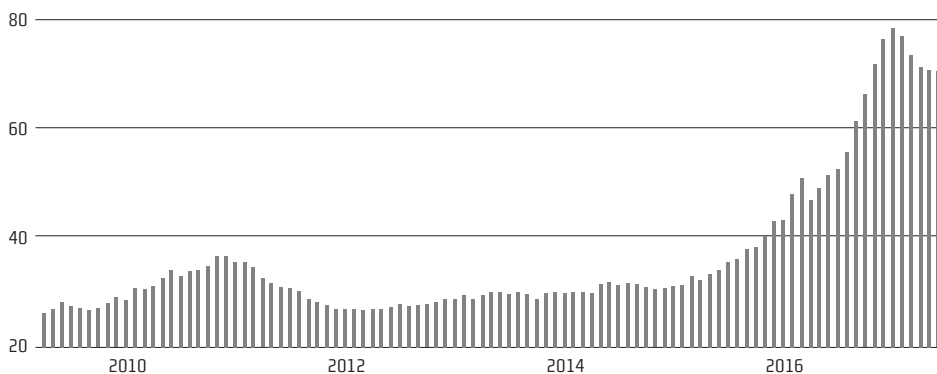
Fonte: cálculo da autora a partir dos dados do Banco de Moçambique (s.d., vários anos)

As reservas internacionais, crescentes de um modo estável durante mais de uma década, foram as primeiras a mostrarem a instabilidade gerada na economia. À medida que os fluxos de recursos externos aumentaram bruscamente, tanto no componente de grandes projectos de IDE como no de outros agentes, e o financiamento público reduziu em 2012, as reservas internacionais foram usadas para amortizar a variação da taxa de câmbio, conduzindo à sua volatilidade, a partir de 2013, e à sua deterioração contínua, a partir de 2014 (Gráfico 14).



A tendência decrescente das reservas internacionais evidencia os sinais do esforço crescente do Banco de Moçambique em manter o valor da moeda nacional. Este esforço só podia ser sustentável a curto prazo, dado que não foi alimentado pelo funcionamento da economia (a sua base produtiva). Por fim, em menos de um ano, entre 2015 e 2016, o metical perdeu perto de metade do seu valor (Gráfico 15). Mesmo com as medidas administrativas introduzidas pelo Banco Central para travar a derrapagem do metical, como a imposição dos limites para o uso de cartões de crédito no exterior e as restrições nos levantamentos físicos da moeda estrangeira e nos pagamentos no exterior, o metical só voltou a estabilizar depois de uma significativa desaceleração do crescimento e contracção da procura interna.

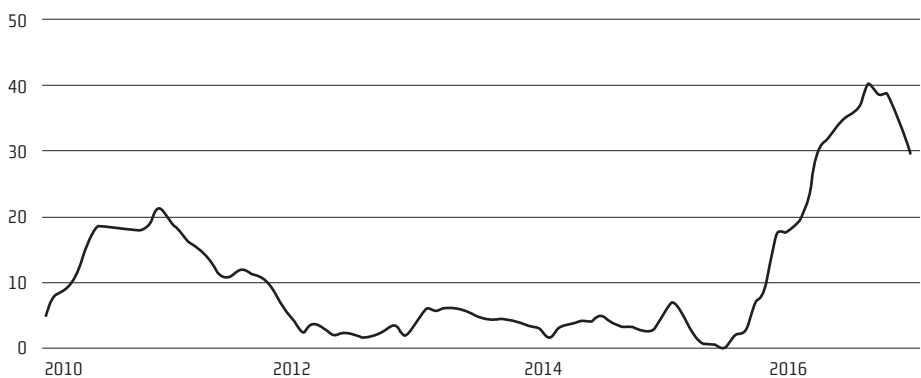
GRÁFICO 15: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DO METICAL, EM METICAIS/USD



Fonte: *Trading Economics* (baseado nos dados do OTC Interbank) (s.d.)

Numa economia com base produtiva nacional afunilada e dependente de importações de bens básicos de consumo para abastecimento das zonas urbanas, a depreciação do metical traduz-se em encarecimento do custo dos alimentos (Gráfico 16), com impacto negativo imediato sobre o custo de vida e a inflação na economia. Particularmente no que respeita à economia moçambicana, este aumento do custo de vida implica uma redução dos salários e rendimentos reais, em especial da população urbana, que depende maioritariamente da compra de comida e muitas vezes não tem outras alternativas de rendimento além do salário (Mandlate, 2017).

GRÁFICO 16: INFLAÇÃO DA COMIDA NA ECONOMIA MOÇAMBICANA, ANOS 2010-2016



Fonte: *Trading Economics* (baseado nos dados do Instituto Nacional de Estatística) (s.d.)

Tendo esgotado o recurso de reservas internacionais, a intervenção posterior do Governo acionou no sentido pró-cíclico, agravando, mais do que resolvendo, o problema na sua vertente social. Por um lado, nos anos 2016 e 2017 o Orçamento do Estado seguiu uma política restritiva, contraindo o seu peso na economia para 35% e 34%³, respectivamente, comparando com perto de 40% nos anos 2014 e 2015⁴. Sendo o Estado o maior empregador e o maior cliente no que respeita à economia moçambicana, um dos maiores centros de injeção e distribuição de rendimento na economia moçambicana ficou inibido. A contracção da despesa pública teve um impacto negativo directo sobre as taxas de crescimento, em particular por via de desaceleração da procura na economia.

Por outro lado, o banco central, comprometido com a agenda de controlo da inflação, seguiu um caminho indirecto, adoptando medidas restritivas com altos custos sociais. O aumento das taxas de referência, uma medida restritiva pouco eficiente para o controlo directo da inflação importada, foi prontamente acolhido pelos bancos comerciais, dado que condizia com os seus interesses. Por exemplo, a subida das taxas de juro implica automaticamente maiores retornos para os bancos nas suas aplicações mais seguras – os títulos do Governo, que representam uma parte significativa do seu portefólio de aplicação de recursos (*vide* Massarongo, 2017, Gráfico 3), com realocação do rendimento em seu favor.

O financiamento doméstico mais caro, resultante desta medida, tanto para os consumidores como para a fracção do sector privado dependente deste financiamento, maioritariamente as pequenas e médias empresas nacionais, contribuiu para reduzir tanto a procura como a oferta, desacelerando o crescimento da economia nacional. A contracção gerada na economia induziu à apreciação da moeda nacional, e, por conseguinte, à desaceleração das taxas de inflação da comida.

A partir deste breve esboço da evolução das principais variáveis macroeconómicas durante a «explosão e implosão» da bolha económica moçambicana, sobressaem algumas observações. Primeiro, é observável que as relações entre as principais variáveis macroeconómicas não são predefinidas e automáticas, mas são determinadas pela estrutura e pelos mecanismos de funcionamento específicos à economia. A dificuldade em controlar a inflação importada com as medidas *blueprint* é um dos exemplos.

Segundo, a sequência apresentada de acontecimentos mostra que a economia moçambicana é moldada a nível macroeconómico por fluxos de capital externo; no entanto, a nível da política monetária o seu papel estruturante não é considerado. A taxa de câmbio é um dos mecanismos importantes através dos quais os influxos de recursos afectam tanto as variáveis monetárias, em particular as taxas de juros e os preços relativos, como o sector real. O enquadramento macroeconómico dos influxos dos recursos externos orientado para a sua maximização

³ Governo de Moçambique (2017).

⁴ DNO (2015).

mantém-se porque permite alimentar a porosidade económica; no entanto, conduziu à bolha económica com altos custos económicos e sociais para o País como um todo.

Por fim, as políticas públicas, monetária e fiscal, demonstram que as suas respostas são orientadas por pressões e objectivos definidos separadamente, e não necessariamente concertados à volta de objectivos de desenvolvimento. No entanto, esta não é uma questão de um erro técnico, dado que as políticas estão alinhadas harmoniosamente com a lógica de acumulação primária de capital ao nível da economia.

CONCLUSÕES E CAMINHO PARA A FRENTE

O artigo mostrou que a bolha económica moçambicana não é um acontecimento determinado por factores conjunturais, mas um resultado cumulativo da estruturação da economia moçambicana em função das dinâmicas internas de acumulação de capital num contexto de crescente financeirização a nível global. A porosidade económica, que caracteriza o modo de acumulação de capital em Moçambique, determina, no sentido bilateral, a configuração da base produtiva e as interligações entre as principais variáveis macroeconómicas, conducentes à bolha económica. Os influxos de capital externo desempenham um papel primordial neste esquema, e o seu enquadramento da economia moçambicana sofreu algumas transformações estruturais nos últimos anos, o que alimentou a bolha moçambicana.

A natureza estrutural da actual crise não deve ser ignorada e precisa de uma abordagem estratégica da política pública no que diz respeito ao enquadramento dos fluxos de recursos externos no desenvolvimento do País. As medidas *blueprint* de controlo de inflação e de restrição da despesa pública, no contexto moçambicano, reforçam as fraquezas estruturais da economia, sem apresentar uma solução à vista. A limitada contribuição dos grandes projectos para a acumulação de rendimento e para as capacidades na economia e a orientação do Estado em maximizar a absorção de recursos externos, com crescentes custos e sem uma visão clara na sua aplicação, conducente à geração de capacidades alargadas na economia e na possibilidade do seu repagamento, são os dois principais mecanismos que afectam a sustentabilidade macroeconómica, que geram um círculo vicioso de dependência e que comprometem a capacidade de alcançar os objectivos de desenvolvimento. No actual contexto, o funcionamento da economia depende da contínua injeção de recursos externos, em que as eventuais interrupções geram sistematicamente crises.

Ainda que alguns mecanismos de porosidade económica e o papel dos influxos de capital externo estejam bastante estudados e claros, como o caso dos grandes projectos de IDE, ainda existe necessidade de investigação complementar sobre os seus outros componentes e o seu enquadramento macroeconómico, em particular a dinâmica da despesa pública e de outros

agentes. Isso permitirá ter referências mais claras sobre como as políticas públicas podem tratar de um modo mais estratégico o enquadramento do País no sistema económico global e as suas fragilidades estruturais.

REFERÊNCIAS

- Amarcy, Sofia (2009). Acumulação de reservas cambiais e possíveis custos derivados – cenário em Moçambique. *Boletim IDELAS*, 23. Maputo: IESE.
- Banco de Moçambique (s.d.). *Estatísticas Externas – Balança de Pagamentos*. Disponível em: www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222 (consultado a 6 de Setembro de 2016).
- Banco de Moçambique (vários anos). *Boletim Anual da Balança de Pagamentos*. Maputo: Banco de Moçambique.
- Castel-Branco, Carlos (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, Carlos (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*. 41(1), 26-48.
- Castel-Branco, Carlos, *et al.* (2015). Questões de sustentabilidade e transformação macroeconómica e desafios para política pública: Bolha económica em Moçambique? Conferência do CIP/IESE/OMR *Economia e Governação: Desafios e Propostas*, 31 de Março, Maputo.
- DNO (Direcção Nacional de Orçamento) (2015). *Orçamento Cidadão*. Maputo: DNO.
- Fine, Ben (2010). Locating financialisation. *Historical Materialism*, 18, 97-116.
- Governo de Moçambique (2017). *Plano Económico e Social*. Maputo.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (s.d.) *Base de Dados Online*. Disponível em: www.ine.gov.mz/estatisticas (consultado a 7 de Outubro de 2016).
- Langa, Epifânia & Mandlate, Oksana (2015). Ligações entre grandes projectos de investimento estrangeiro e fornecedores locais: promessa de desenvolvimento. In C. Castel-Branco, N. Massingue, & C. Muianga (orgs.), *Questões sobre o Desenvolvimento Produtivo em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Mandlate, Oksana (2017). Revoltas da fome 2008-2012 em Moçambique: um olhar para além dos preços internacionais. In L. Brito (org.), *Agora Eles Têm Medo de Nós! Uma Colectânea de Textos sobre as Revoltas Populares em Moçambique (2008-2010)*. Maputo: IESE.
- Martin, Alberto & Ventura, Jaime (2012). Economic growth with bubbles. *American Economic Review*, 102 (6), 3033-3058.
- Massarongo, Fernanda (2017) Política monetária e a estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.

- Massarongo, Fernanda & Muianga, Carlos, (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida – problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Massarongo, Fernanda (2017) Política monetária e a estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Massingue, Nelsa & Muianga, Carlos (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Minsky, Hyman (1992). The financial instability hypothesis. *Working paper*, 74. The Jerome Levy Economics Institute of Bard College.
- Stiglitz, Joseph (2009). The anatomy of a murder: who killed America's economy. *Critical Review*, 21 (2-3).
- Trading Economics* (s.d). *Bases de Dados Online*. Disponível em: www.tradeconomics.com (consultado a 3 de Março de 2017).
- World Development Indicators* (2016). *Bases de Dados Online*. Disponível em: data.worldbank.org/products/wdi (consultado a 7 de Outubro de 2016).

LÓGICA HISTÓRICA DO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

(...) se o desenvolvimento do capitalismo exige que as classes trabalhadoras sejam expropriadas e exploradas, será, do seu ponto de vista, mais legítimo que o sejam pelos capitalistas que são seus compatriotas?

(Karl Marx, 1847)

(...) o Governo do Estado moderno é apenas um comité para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.

(Karl Marx & Friedrich Engels, 1848)

INTRODUÇÃO

Em artigos anteriores, nesta secção económica, foram descritas as dinâmicas estruturais da economia de Moçambique. Um dos artigos, que discutiu as dinâmicas de crise (Castel-Branco, 2017), terminou com duas questões: se o modo de acumulação de capital descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que divergências de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, mais profundos e objectivos? A segunda pergunta é retórica, na medida em que divergências de interpretação das crises são conceptuais, e os sistemas de conceitos e ideias, bem como as suas instituições, são influenciados e, até, determinados pela base material e pela experiência social prática. Assim, as tensões, os conflitos e antagonismos conceptuais devem reflectir tensões, antagonismos e conflitos objectivos, materiais e práticos, pelo que a resposta a estas perguntas requer a utilização da dialéctica ligações-agentes como instrumento de investigação histórica. Logo, este artigo tenta responder a estas perguntas investigando a lógica, dilemas e desafios históricos essenciais da formação e do desenvolvimento do capitalismo em Moçambique, destacando quatro particularidades: o carácter, ou argumento, «nacionalista» do processo de formação das

dinâmicas e tensões de classe na fase de acumulação primitiva de capital, o papel do Estado neste processo, o contexto neoliberal e de financeirização global do capitalismo que forneceu uma parte essencial do quadro em que o capitalismo nacional moçambicano se formou, e a interdependência entre o capitalismo nacional e as dinâmicas do capital multinacional monopolista, regional ou global.

O artigo está, implicitamente, organizado em duas partes essenciais, uma mais conceptual, focada na localização teórica do processo de acumulação de capital, que inclui as suas duas primeiras secções, e outra mais aplicada, focada na demonstração das condições históricas específicas, que inclui as duas secções restantes. A primeira secção coloca a experiência moçambicana no contexto teórico geral e histórico específico de acumulação primitiva de capital, enquanto a segunda é focada no debate sobre a relevância histórica da formação da burguesia e do capitalismo nacional em África, com referência particular para Moçambique. A terceira secção trata do contexto internacional da formação do capitalismo moçambicano, tocando em dois pontos essenciais, nomeadamente a reestruturação e globalização do capitalismo sul-africano pós-*apartheid* e as dinâmicas de financeirização do capitalismo global no contexto da ofensiva neoliberal. A quarta secção aborda as transições históricas na formação da burguesia capitalista nacional, de uma classe de proprietários sem capital, para uma de oligarcas emergentes, e o papel específico do Estado nessas transições.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

Marx (1976: 873-940) descreve o processo de acumulação primitiva de capital como nada mais do que a separação dos produtores dos meios de produção. Isto é, a acumulação primitiva de capital é um processo social, económico e político que opera duas transformações fundamentais na sociedade: por um lado, os meios sociais essenciais de subsistência e de produção são transformados em capital e, por outro lado, os produtores directos são transformados em trabalhadores assalariados, separados da posse desses meios sociais de subsistência e produção. Este processo começa com a expropriação da terra e da população agrícola, o controlo das condições de trabalho e de contratação para aumentar lucros remunerando a força de trabalho abaixo do seu custo de subsistência, a reprodução de um exército de desempregados e subempregados disponível, mas cujos custos de reprodução social são suportados pelos próprios e pelas suas famílias ou por organizações de caridade, e não pelo Estado ou pelo capital. Historicamente, a revolução agrária é uma parte central deste processo de acumulação primitiva por causa de quatro factores: (i) a «libertação», ou separação, da força de trabalho em relação à terra e aos meios de produção da sua subsistência, criando as «reservas» de força de trabalho assalariada; (ii) o aumento da produtividade agrícola para garantir comida, principal meio de subsistência, a baixo custo,

que permita a reprodução social de força de trabalho barata; (iii) a provisão de um mercado doméstico para a produção industrial emergente e de matérias-primas para a indústria; e (iv) a transformação da terra em capital.

No caso moçambicano, o capitalismo nacional não está a emergir de formas de produção historicamente anteriores ao modo capitalista de produção. O colonialismo encarregou-se de operar essa transição, que conduziu à expropriação maciça da terra e dos recursos a baixo custo; formou o semiproletariado rural dependente dos mercados de trabalho e de bens agrícolas; manteve-o ligado à terra como forma de garantir a sua disponibilidade, mesmo remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência; criou e reproduziu um sistema de rentabilidade e acumulação baseado em mão-de-obra barata e expropriação, a baixo custo, da terra e dos recursos naturais; integrou a economia no sistema capitalista mundial e, de um modo mais geral, subordinou, formal e informalmente, a actividade económica e social aos ditames da acumulação capitalista (O’Laughlin, 1981, 1996; Wuyts, 1980, 1981; Castel-Branco, 1996, 2002a). Historicamente nova é a emergência das classes capitalistas nacionais, numa escala e velocidade sem precedentes na história do País, em aliança com capital multinacional, por via da expropriação do Estado e dos camponeses, dos artesãos e da pequena e média empresa, bem como através do controlo da apropriação e utilização do excedente. Portanto, este é um processo de moçambicanização do capitalismo, com dependência externa e crescente concentração e centralização do capital, e de reestruturação do modo de acumulação para o adaptar a condições e objectivos históricos novos. O processo de acumulação de capital em Moçambique é, no essencial, idêntico à descrição marxista da história de acumulação primitiva de capital. No entanto, contém especificidades próprias do seu contexto histórico. Primeira, o processo de acumulação capitalista primitiva e de formação das classes capitalistas nacionais ocorre dentro de estruturas e parâmetros de acumulação definidos num período histórico anterior, que incluem as estruturas produtivas, de apropriação e de distribuição do rendimento (discutidas em artigos anteriores), as suas dinâmicas de expansão, estabilidade e crise, a integração, em termos desiguais, na economia regional, subordinada ao capital sul-africano, e na economia mundial.

Segunda, este processo acontece em condições de subordinação e aliança com o capital multinacional, na sequência de um longo processo histórico que envolveu a reestruturação económica, centrada no Estado, da economia colonial, a que se seguiu uma etapa de privatização dos activos e de acesso a recursos e a poder económico a partir da expropriação do próprio Estado. Um sector privado proprietário emergiu, mas o processo de acumulação capitalista em larga escala não se reproduziu. Portanto, a tarefa histórica do processo contemporâneo de acumulação capitalista reside em atrair capital e transformar proprietários nacionais em capitalistas, usando o poder do Estado para o efeito – para garantir a orientação económica, as ligações privadas, a rentabilidade do capital, a comunicação entre capital doméstico e internacional e a expropriação da terra e outros recursos.

Terceira, o processo de acumulação primitiva de capital em Moçambique ocorre por via da construção de uma economia dominada por um núcleo extractivo, em torno do qual se constrói uma rede de serviços, infra-estruturas e finanças, ambos dependentes de interesses e impulsos de capital multinacional concentrado em recursos, processos de produção e produtos primários. A porosidade social da economia funciona como mecanismo de comunicação entre o capital doméstico e internacional, permitindo ao primeiro a expropriação, a baixo custo, e o controlo dos recursos, bem como o acesso a rendas, lucros e participações. O afunilamento das oportunidades de emprego, a expropriação de recursos e modos de vida, a baixo custo para o capital, e a reprodução do emprego assalariado remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência da força de trabalho criam pobreza e impedem a generalização do aumento da produtividade à economia como um todo. A dependência histórica deste processo em relação à capacidade do Estado de continuar a expropriar-se, para alimentar a acumulação capitalista, está associada à continuidade da ajuda externa de que o Governo moçambicano é receptor, pois a ajuda externa permite financiar a provisão de serviços públicos, bem como à especulação sobre o futuro, nomeadamente sobre os hipotéticos fluxos futuros de recursos provenientes da exploração das reservas energéticas, a qual atrai capital externo com base na especulação sobre expectativas e no papel do endividamento público na redução dos riscos e custos do grande investimento

Quarta, diferentemente do processo descrito por Marx, a actual fase de acumulação primitiva de capital em Moçambique não está ainda ligada a uma revolução agrária que liberte força de trabalho, gere meios de subsistência a baixo custo e forme um mercado para produtos industriais. O Plano Quinquenal do Governo 2015-19 (PQG 15-19), os vários Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) anteriores ao PQG 15-19 e a política agrária de Moçambique enfatizam o papel da transformação agrária por via da produção de mercadorias agrícolas primárias para exportação, como parte do processo mais geral de expansão do capitalismo por via da aliança entre capitalistas nacionais e companhias multinacionais. No entanto, estes programas não discutem elementos de transformação agrária para além da reprodução e generalização de sistemas de produção, já experimentados, de monocultura, combinando plantações e pequenos produtores. Pouca atenção é dada ao papel da agricultura na criação do proletariado, e a como é que isso será feito. Não emerge um reconhecimento efectivo dos conflitos, contradições e opções entre os diferentes modelos de produção e acumulação, prioridades e interesses, muito menos como lidar com eles (por exemplo, com o problema das expropriações e dos reassentamentos e as suas implicações para a reprodução da força de trabalho, questões ambientais, reestruturação dos mercados e outros, relacionados com o aumento do número de empresas de grande escala nas zonas rurais).

Quinta, em condições de globalização e financeirização do capitalismo, a aliança, ainda que subordinada, com o capital multinacional é fundamental para a formação das classes capi-

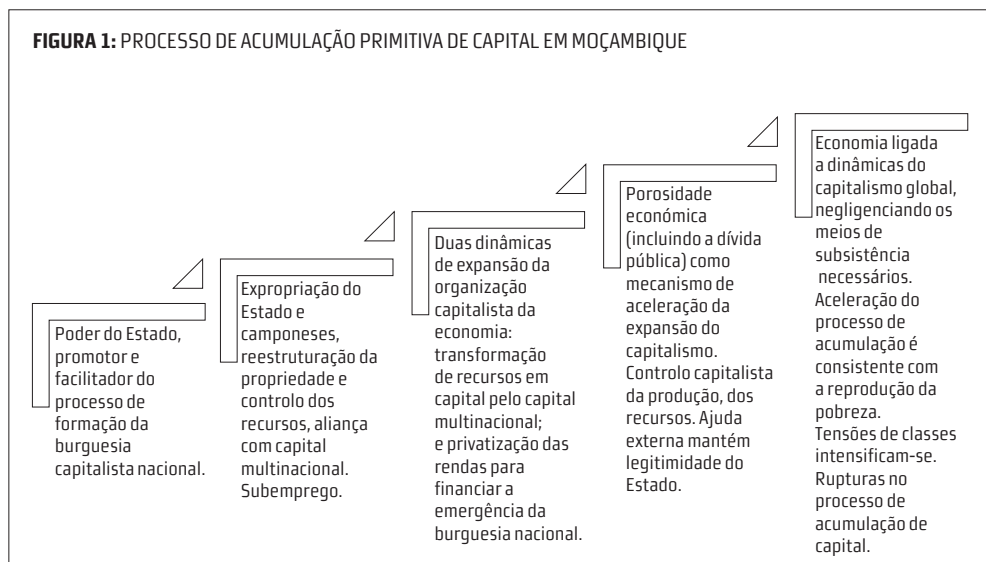
talistas nacionais, com o Estado a jogar o papel de criador das condições para atrair capital internacional, maximizar as suas rendas e lucros, gerar novas oportunidades de negócios em grande escala pondo os seus recursos, inclusive a sua margem de endividamento, ao serviço da acumulação privada (especialmente na rede de serviços e infra-estruturas que rodeiam o núcleo extractivo da economia), expropriando e expropriando-se e garantindo a absorção privada do excedente pelo capital doméstico emergente. Portanto, o Governo do Estado moçambicano contemporâneo exerce o papel de «comité de gestão dos negócios comuns da grande burguesia» (Marx & Engels, 1848), mas com uma dimensão mais ampla e interventiva. Este processo não é inteiramente novo na história do capitalismo moderno – por exemplo, os Estados das economias capitalistas ocidentais «expropriaram-se» para resgatarem os bancos privados e salvarem o capital financeiro, gerando, em troca, uma crise fiscal que os torna incapazes de prosseguirem políticas económicas e sociais mais amplas e os leva a imporem medidas draconianas de austeridade sobre o resto da sociedade (Fine, 2007, 2009a, 2009b, 2012a, 2013). O que é diferente, no processo moçambicano, é que a subordinação do Estado ao capital financeiro multinacional é usada para a criação da burguesia capitalista nacional,¹ não apenas para salvar parte dela.

Portanto, há uma combinação da generalização das formas de produção capitalistas em grande escala, níveis de investimento sem precedentes na história de Moçambique, maciça expropriação e reassentamento de famílias rurais, em especial nas zonas mineiras, de hidrocarbonetos, florestais e de produção de outras mercadorias primárias, com as formas coloniais de reprodução social da força de trabalho (remuneração abaixo dos custos sociais de subsistência, manutenção das várias formas de produção de subsistência como parte integrante da expansão do modo capitalista de produção). Este processo socioeconómico é limitado pela rápida expansão do capital, pois esta coloca pressões sobre a capacidade de autoprodução dos meios de subsistência das famílias. O Estado colonial procurou manter o semiproletariado ligado à terra para o manter barato (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981), mas a reprodução de tal processo pode não ser consistente com a rápida expropriação em curso nas zonas de maior penetração do capital multinacional. Se a produção dos meios de subsistência básicos não for garantida, a aceleração da expansão da economia extractiva poderá criar mais pobreza e tensão social.

Nas condições históricas específicas de Moçambique, a obsessão com a formação da burguesia capitalista nacional, acompanhada pela negligência em relação às condições de subsistência das classes trabalhadoras, é, logicamente derivada dos interesses do grande capital e pode acelerar, a curto prazo, o processo de acumulação de capital financeiro.

¹ Por razões históricas, «burguesia capitalista» é entendido pejorativamente em Moçambique. Não é com esse sentido pejorativo que o conceito é usado neste texto, onde, sem juízos de valor, apenas tem a função de elemento descritivo e analítico histórico, referindo-se à classe de proprietários de capital (meios de produção e dinheiro) que prossegue a acumulação de capital pela geração de excedente e extracção ou partilha da mais-valia (em forma de lucro, rendas ou juros).

No entanto, a médio e longo prazo estas dinâmicas conduzem a rupturas fundamentais no processo de desenvolvimento capitalista e no tecido social, quer por via da tensão e do conflito social e político, quer por via do tipo de estrutura produtiva e de distribuição afunilada e porosa que poderá ser reproduzida, e que incorpora factores fundamentais de instabilidade e vulnerabilidade, como a recente crise da dívida o demonstra (Figura 1).



MANIFESTO CAPITALISTA – SOBRE IMPERATIVOS E RELEVÂNCIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NACIONAL

Na segunda metade da década de 1980, numa palestra muito concorrida, que teve lugar num dos hotéis da cidade de Maputo, Armando Guebuza² defendeu a lógica da necessidade e do processo de reorientar a política nacional para promover acumulação capitalista nacional. Segundo o seu argumento, em face da globalização capitalista, o partido e o Estado tinham a tarefa de garantir a soberania política e económica de Moçambique e sobre os seus recursos estratégicos, o que requereria o desenvolvimento de uma classe capitalista doméstica capaz de representar os interesses nacionais e ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ter ditado apenas por forças externas [os mesmos argumentos seriam usados, década e meia mais tarde, para justificar, no texto da Agenda 2025, a declaração de que a formação da

² Na época, Armando Guebuza era membro do Bureau Político (equivalente ao que hoje é a Comissão Política) do Comité Central do Partido Frelimo e ministro dos Transportes e Comunicações do Governo de Moçambique. Entre 2005 e 2015, Guebuza foi presidente da Frelimo e Presidente da República de Moçambique.

burguesia nacional era um imperativo do desenvolvimento da Nação (Moçambique, 2001)]. Segundo Guebuza, este processo requereria qualificações e capital. As qualificações proviriam do partido e do Estado (onde se acumulara a experiência de gestão do País e a lealdade nacionalista), bem como dos jovens de famílias nacionalistas em formação. Logo, estes grupos de elite deveriam ser mobilizados para a formação da burguesia nacional. Nas condições históricas de Moçambique, o capital teria de provir das suas principais fontes externas, ajuda externa, investimento directo estrangeiro (IDE) e créditos internacionais, porque as classes capitalistas emergentes, com excepção de comerciantes moçambicanos de origem asiática, não eram detentoras de capital e porque a crise económica da primeira metade dos anos 1980 havia arruinado a economia. Além de mobilizar capital externo seria necessário encontrar um mecanismo de comunicação entre o capital internacional e elites domésticas que permitisse usar esses influxos financeiros para capitalizar a burguesia nacional emergente. Guebuza alertou para o risco de o processo de privatização das empresas estatais ou intervencionadas pelo Estado, que então se iniciava, transferir o grosso dos activos económicos para as mãos de capitalistas estrangeiros ou de nacionais de grupos étnicos minoritários, perdendo-se assim, mais uma vez, a oportunidade histórica de formação das elites capitalistas nacionais maioritárias (ou autênticas).

Pela sua influência e preponderância ideológica, política e histórica, Guebuza provavelmente era, na época, a melhor pessoa para articular publicamente este argumento, mas o argumento em si reflectia aspirações sociais de classe legítimas (tão legítimas quanto quaisquer aspirações sociais de classe podem ser), que emergiam em condições históricas específicas, de crise (económica e do regime) e transição, e em aberto conflito com a linha anticapitalista tradicional da Frelimo. Portanto, este discurso era o manifesto capitalista de Moçambique, em oposição, mas aproveitando genialmente a linguagem nacionalista radical (nacionalismo económico justificado como oposição ao imperialismo) e o «estatismo» da esquerda ortodoxa da Frelimo como instrumento desse capitalismo nacionalista (pois ao Estado estaria reservado o papel histórico de construir a relação triangular com o capital nacional e internacional e de se expropriar em favor da valorização do poder da burguesia nacional nessa relação).

Este argumento tinha implícitas cinco referências históricas, que são fundamentais para o estudo das actuais dinâmicas de acumulação. Primeira, tanto o colonialismo como o Governo moçambicano pós-independência limitaram e estruturaram o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais, o que resultou no subdesenvolvimento da burguesia nacional.³

³ No colonialismo, o desenvolvimento das classes capitalistas nacionais foi limitado e estruturado por causa do enfoque dado ao processo de acumulação primitiva da burguesia portuguesa, bem como outras razões relacionadas com controlo político mais geral dos recursos e da sociedade. Na primeira década pós-independência, a limitação ao desenvolvimento da burguesia capitalista nacional foi causada pela abordagem anticapitalista do regime, que defendia a necessidade de «matar o jacaré enquanto está no ovo» isto é, de combater a burguesia impedindo que esta pudesse emergir e consolidar-se.

Segunda, dada a herança histórica colonial, a formação e as tensões de classe (incluindo, naturalmente, a formação de classes capitalistas e proletarizadas) desenvolveram-se em linhas raciais e, portanto, adquiriram uma dimensão nacional afunilada (no sentido de origem étnica e racial). Ou seja, na óptica do nacionalismo económico, a libertação nacional não estaria completa até se desenvolver uma forte burguesia capitalista negra doméstica, profetizando o que duas décadas mais tarde viria a acontecer mais generalizadamente na África Austral, o *black economic empowerment* (BEE), sob a bandeira de acção afirmativa e do renascimento e auto-estima africanos com retórica anti-imperialista (Castel-Branco, 2007; Tutashinda, 1978; O'Laughlin, 1996).

Uma das principais expressões do objectivo político mais amplo da luta de libertação nacional em Moçambique, «libertar a terra e os Homens», passou a conter um sentido oposto ao que havia tido até então. Esta frase havia simbolizado a dimensão revolucionária e socialista da luta de libertação nacional, pois os Homens eram libertados da exploração capitalista à medida que a terra era libertada da ocupação colonial (Machel, 1973, 1974, 1977). Na nova filosofia política do nacionalismo económico, os Homens deveriam ter a possibilidade de se tornarem capitalistas, libertando-se dos bloqueios que o colonialismo e o imperialismo representavam para o desenvolvimento do capitalismo nacional, à medida que a terra era libertada (neste caso, expropriada ao Estado e aos camponeses) e posta à disponibilidade desse processo de acumulação capitalista doméstico.

O controlo dos recursos e opções nacionais, com apoio do capital internacional, dava uma aparente dimensão nacional à abordagem de desenvolvimento capitalista, escondendo a dimensão de classe, pois havia, para o discurso político do nacionalismo económico, ficado irrelevante dada a ameaça histórica que o imperialismo representava para a soberania e as opções de desenvolvimento nacionais. Portanto, a alternativa ao imperialismo já não era o socialismo, mas o capitalismo nacional. O argumento estava articulado de modo que a formação de capitalistas nacionais se tornasse um imperativo nacionalista e fosse entendido como continuidade dos objectivos progressistas da luta de libertação nacional.

A terceira referência histórica fundamental, praticamente inevitável num contexto de afirmação categórica do direito inalienável ao capitalismo nacional, é a limitação da análise do processo de acumulação primitiva de capital a um dos factores da equação, a formação da burguesia capitalista nacional. O foco da análise foi colocado nos recursos materiais que pudessem ser usados como trampolim para a formação da burguesia nacional, com pouca reflexão dada a factores tão vitais como a formação e o sustento da reprodução social da força de trabalho, que determinam as formas de organização e articulação da produção e da economia. De uma certa maneira, a forma mais fácil de acelerar a acumulação primitiva de capital era reproduzir a economia colonial em grande escala e com mais rendas. No entanto, resolver apenas o problema de formar capitalistas, com propriedade e com dinheiro, não resolve o problema da

expansão contínua do capitalismo, pois expropria sem proletarianizar e empregar, gera miséria e novas tensões sociais, e reduz as fontes de impulso ao desenvolvimento económico às dinâmicas e interesses do capital multinacional (Marx, 1976, 1978; Luxemburg, 2003; Bukharin, 2003; Lenin, 2010; Mandel, 1980).

A quarta referência histórica reconhecia a burguesia capitalista nacional emergente como o representante das mais altas aspirações da nação, do nacionalismo e do renascimento africano, que deveria e poderia ter uma existência organicamente separada do capitalismo global, ainda que historicamente dependente dele e a ele associada. Além disso, por ser nacional seria mais progressista, mais desenvolvimentista e mais relevante do que o capital estrangeiro. A continuidade das aspirações mais amplas da libertação nacional, a libertação económica, passou a ser ideológica e politicamente articulada e argumentada em termos do papel da burguesia nacional, tornando-se o Governo do Estado nacional um comité de gestão e empoderamento da burguesia nacional.

Assim, a quinta referência tinha implícita a necessidade de expropriar o Estado do seu controlo sobre os recursos naturais, empresas, capacidades técnicas e força de trabalho qualificada, por três razões. Primeira, a burguesia nacional iria surgir com base no que estava disponível, no que podia controlar e no que operava a seu favor, isto é, o Estado, o Governo e os recursos nacionais. Segunda, o projecto da burguesia nacional propunha-a como a legítima representante dos interesses nacionais. Terceira, os recursos naturais estratégicos (a terra e os recursos energéticos e mineiros) eram o meio de atracção e estímulo do capital multinacional. Fechava-se, assim, o círculo «libertador», pois a libertação dos Homens adquiria a dimensão completa do processo de acumulação primitiva, na medida em que uns eram libertados do impedimento histórico de se tornarem capitalistas, enquanto outros eram libertados, através da expropriação sistemática, da propriedade e do controlo sociais dos principais meios de produção e de sustento (que haviam exercido através do Estado), e tornavam-se agora livres para venderem a sua força de trabalho a quem a quisesse comprar, se, quando, como e a que preço o quisesse. Estes princípios foram sendo reiterados em vários discursos, entrevistas e documentos oficiais e oficiosos, desde a mais directa e célebre frase de Armando Guebuza (2004) – «... podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos...» –, até às referências mais veladas ao imperativo da emergência da burguesia nacional como garante do desenvolvimento nacional, que viriam a surgir e generalizar-se mesmo em documentos consensuais, como a Agenda 2025 (Moçambique, 2001). Em meados da década de 2000, a Confederação das Associações Empresariais Moçambicanas (CTA), em associação com grupos políticos e empresariais sul-africanos ligados ao BEE, organizou uma conferência em Maputo em que se debateu o uso dos recursos nacionais estratégicos para a formação da burguesia capitalista nacional. «Acumulação privada» afirmava-se como imperativo nacional, o que plenamente justificava a expropriação do Estado por via da privatização da propriedade e do controlo, das rendas e de outros benefícios da exploração dos recursos estratégicos de natureza pública.

O debate sobre o desenvolvimento da burguesia nacional e do seu papel histórico, numa óptica nacionalista, não era uma questão nova em Moçambique. Tensões sobre a natureza de classe do poder pós-independência e o papel da burguesia nacional são tão antigas como a luta pela independência nacional, e *são* parte das motivações e dinâmicas dessa luta. Se as revoltas dos trabalhadores dos portos e caminhos-de-ferro e das plantações reflectiam a luta entre trabalhadores assalariados e o capitalismo colonial, já as dos plantadores de algodão eram de pequenos empregadores de trabalhadores assalariados impedidos de expandir por causa da repressão e controlo monopolista exercidos pelas autoridades coloniais. A arte política do movimento de libertação foi unir todas estas e outras motivações e expressões da luta de classes, mesmo com claras tensões entre si, num contexto histórico específico, o capitalismo colonial, em torno do objectivo comum que era a conquista da independência nacional. No entanto, os conflitos sobre a natureza social, ou de classe, da independência revelaram-se mesmo durante a luta de libertação nacional e, naturalmente, permanecem focos de tensão e conflito, com novas realidades e em torno de novas e velhas questões (Machel, 1973, 1974, 1977). O nacionalismo radical da liderança revolucionária do movimento de libertação nacional saída da luta armada [que defendia que a independência era para acabar com a exploração capitalista e não apenas para substituir exploradores brancos por exploradores pretos (Machel, 1977)] fora tão moldado por este debate e tensões como o foram as depurações internas, e as viragens para uma dimensão nacionalista afunilada, «libertação do colonialismo e do imperialismo para que o capitalismo nacional pudesse florir» (em que substituir exploradores brancos por exploradores pretos se tornou prioridade estratégica).

Estas questões não diferem, na essência, de debates fundamentais noutros países de África, América Latina e Ásia, e, até, nas economias mais avançadas, sobre o papel das burguesias nacionais, como base para a legitimidade política da promoção dos seus interesses de classe por via do Estado, num contexto de desenvolvimento cada vez mais desigual do capitalismo na era do imperialismo. Estas linhas de argumentação, abandonada a procura de opções não capitalistas de desenvolvimento, enquadram-se na extensa literatura sobre o desenvolvimento e industrialização tardios numa óptica de promoção do capitalismo nacional.⁴

Em Outubro de 2007 realizou-se em Johannesburg uma conferência académica, organizada pelo Human Sciences Research Council (HSRC), com o objectivo de iniciar a concepção e a organização de um projecto de investigação de dimensão continental, sobre o papel da África do Sul em África. Na abertura da conferência, o professor Adebayo Olukoshi, que na época era secretário executivo do Council for the Development of Social Science Research in Africa

⁴ Argumentos desta natureza estão em linha com os teóricos do desenvolvimento tardio (ou *catching up*), como Amsden (2004), Amsden, Di Caprio & Robinson (2012), Chang (1996, 2002), Jones & Sakong (1980), Kim (1997) e Kholi (1994). Mandel (1980) introduz uma perspectiva de classe e de crítica da economia política do capitalismo na sua discussão do desenvolvimento desigual, diferentemente dos teóricos do *catching up*.

(CODESRIA), apresentou uma comunicação muito interessante sobre os desafios intelectuais, políticos, sociais e económicos para o estabelecimento de uma nova relação entre a África do Sul e o resto de África. Um dos pontos marcantes da sua intervenção foi a análise do debate sobre a expansão rápida do grande capital sul-africano pelo continente e o seu impacto nos interesses de acumulação e reprodução do capital nacional em cada um dos outros países africanos. Entre outras, duas questões ressaltaram da sua análise. Primeira, a herança histórica, a base racial e o impacto constrangedor do capital sul-africano nas opções e possibilidades de desenvolvimento em cada um dos outros países levantava uma interrogação central: até que ponto este capital sul-africano era *africano*?⁵ Se fosse africano, até que ponto se comportaria melhor e seria menos imperialista do que o capital monopolista branco sul-africano? Será que a origem racial ou nacional do capital é o determinante principal do seu impacto e comportamento, ou estes dependem do enquadramento político e estratégico desse capital? Em que medida a origem histórica, racial e nacional do capital o torna mais ou menos sensível a necessidades sociais e

estratégias de desenvolvimento mais amplas, ou mais ou menos capaz de capturar o Estado e subordinar as suas políticas económicas e sociais a objectivos afunilados desse capital?

Neste sentido, até que ponto o capital branco sul-africano pode ser parte dessa construção da burguesia africana anti-imperialista ou, por virtude da sua história, esse capital é parte das forças económicas do imperialismo contra as quais as burguesias africanas autênticas (negras) se confrontam?

A segunda questão colocada pelo professor Olukoshi foi a constatação de os países africanos com burguesias nacionais mais fortes e articuladas conseguirem resistir com mais sucesso à penetração desenfreada do grande capital sul-africano (como era o caso do Quênia), em grande medida pela capacidade de essas burguesias nacionais influenciarem a articulação, as prioridades e ênfases das políticas públicas. Logo, pela mesma medida, nos países onde a burguesia não era tão forte nem articulada, a penetração e a dominação do capital sul-africano eram mais fáceis, caóticas e devastadoras (casos de Moçambique e Tanzânia). Deriva-se, desta análise, que a capacidade de resistir à penetração de capital de natureza *imperialista* e manter abertas opções alternativas nacionais de desenvolvimento está associada à capacidade de promover o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional com capacidade de utilizarem o Estado a seu favor.

Assim, uma alternativa *africana* ao capital *não africano* (sul-africano ou outro qualquer) consiste na promoção do capitalismo industrial nacional, isto é, *africano*, o que entra em conflito com os

⁵ Nesta intervenção, o questionamento da africanidade da parte dominante do capital sul-africano estava relacionado com três factores: a raça dos capitalistas, a escala do capital e as suas ligações globais não africanas. Estes factores eram justificados pelo contexto histórico em que mais de meio século de *apartheid* havia gerado privilégios de classe e estruturas de acumulação com base racista.

programas de liberalização promovidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e comunidade internacional ocidental, bem como com as abordagens neoliberais de integração regional e globalização. Decorre daqui que, por construção histórica, o nacionalismo económico desenvolve uma retórica crítica do neoliberalismo e do imperialismo como forma de legitimação do uso do poder do Estado para promover acumulação privada de capital, incluindo a facilitação da aliança orgânica entre o processo doméstico de acumulação primitiva de capital e o capital internacional. Esta retórica é argumentada nos termos do paradigma sobre o desenvolvimento tardio do capitalismo e do papel do Estado de desenvolvimento nesse processo.

Será que o argumento sobre a necessidade de promoção da burguesia nacional, para manter abertas opções nacionais e soberanas de desenvolvimento, é consensual como estratégia e prioridade de desenvolvimento em África? Será que a acumulação primitiva de capital (ou formação do capitalismo nacional) é a única alternativa à globalização capitalista? Será que o processo de formação de capitalistas nacionais é, de facto, uma via alternativa à globalização capitalista, ou será uma forma de imperialismo económico que favorece os detentores nacionais do poder político e económico? Em que é que os capitais branco e negro estão separados e em confronto ou, pelo contrário, estarão organicamente interligados por processos históricos contraditórios? Ou será que o argumento sobre «capital africano» é fundamental para legitimar uma estratégia de desenvolvimento que, obviamente, resulta da articulação de interesses de classe que se autopromovem e auto-impõem como representantes da (uma única, homogénea) vontade *africana* que, com base num argumento histórico racial com base histórica, reduz libertação, renascimento e auto-estima africanos ao direito de expansão e consolidação de oligarquias financeiras capitalistas *genuinamente africanas*, rejeitando a crítica ao capitalismo como sistema e a luta por alternativas ao capitalismo? (Castel-Branco, 2007; Tutashinda, 1978). Será que, na perspectiva das classes trabalhadoras africanas, é melhor ser explorado pelo capital nacional do que pelo capital internacional, ou, como ironizava Marx (1847), na sua crítica à hipocrisia dos capitalistas industriais proteccionistas europeus da primeira metade do século XIX, «... *se o desenvolvimento do capitalismo exige que as classes trabalhadoras sejam expropriadas e exploradas, será mais legítimo que o sejam pelos capitalistas que são seus compatriotas?*».

Na história contemporânea de Moçambique, à primeira década da independência (1975-84), economicamente focada em recuperar da crise do colonialismo, resistir à guerra, eliminar o subdesenvolvimento e, no processo, impedir o desenvolvimento do capitalismo nacional, construindo o aparelho de Estado de direcção da economia (Machel, 1977), seguiu-se outra década (1985-94) de ajustamento estrutural e de estabilização (privatização e liberalização com austeridade económica draconiana), com vista a travar e recuperar da crise pós-independência, acabar com a guerra e liberalizar e privatizar a economia (Castel-Branco, 1996). Duas questões emergiram, e tornaram-se fundamentais, neste período: uma vez abandonado o projecto não capitalista de desenvolvimento, como formar a burguesia nacional? E como o

fazer no contexto de globalização neoliberal do capitalismo, em que a penetração de capital multinacional poderia atrofiar ou impedir a emergência da burguesia nacional?

O Banco Mundial (1981, 1984, 1989, 1994) lançava, na época, a base intelectual e política dos programas de ajustamento estrutural neoliberais para África, com a qual declarava o condicionamento da ajuda externa à liberalização e privatização da economia, enfatizando a primazia de aspectos como a luta contra a corrupção, a abertura ao capital estrangeiro, a privatização e liberalização dos mercados, e a necessidade de desatrelar (*unleash*) ou libertar o sector privado. Como evitar a recolonização económica, num contexto histórico em que a burguesia nacional não se havia desenvolvido financeiramente (com excepção de comerciantes que haviam beneficiado do poder monopolista adquirido em condições de guerra), nem havia adquirido capacidades industriais e empresariais para tirar proveito do processo de privatização, e em que o capital estrangeiro começava a penetrar em Moçambique, com óbvias vantagens financeiras, tecnológicas, de mercados, de experiência e de reputação?

Abandonada a opção não capitalista de desenvolvimento, a desafiante e profética palestra de Guebuza, proferida meia década antes, adquiria assim o sentido de urgência e passava de filosofia política para programa político de formação das classes capitalistas nacionais. A resposta lógica da abordagem do nacionalismo económico às questões colocadas foi simples: se não é possível evitar o capitalismo multinacional, junta-te a ele; se recolonização económica é a conclusão lógica e inevitável da globalização, torna-te parte dela.

CONTEXTO INTERNACIONAL E AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A secção anterior discutiu a localização teórica do enfoque na acumulação primitiva de capital em Moçambique. Esta lógica foi também estruturada por um contexto internacional específico, a reestruturação económica da África Austral pós-*apartheid* e a financeirização global do capitalismo, que inclui a influência do neoliberalismo sobre a política económica nacional e a emergência de novas potências económicas, a China, o Brasil e a Índia. O esforço de formação das classes capitalistas nacionais foi intensificado neste período, pelo que não pode ter deixado de ser significativamente influenciado pelas dinâmicas internacionais mencionadas, particularmente porque o processo de acumulação primitiva ocorre em estreita aliança com o capital internacional. O contexto internacional faz parte da dialéctica ligações-agentes, que permite explicar o tipo de capitalismo e de burguesia capitalista que emerge deste processo, o papel que o Estado acaba desempenhando e as características da «revolução capitalista» da primeira década e meia do século XXI em Moçambique.

REESTRUTURAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL SUL-AFRICANO: IMPLICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

O fim formal do regime do *apartheid* na África do Sul, em 1994, permitiu a expansão e globalização do capital financeiro e do complexo mineral-energético sul-africanos, anteriormente constrangidos por isolamento internacional e por sanções políticas e económicas. Neste contexto de expansão e globalização, políticas de investimento privado e comerciais substituíram as tradicionais políticas de trabalho migratório e serviços como elemento central da estratégia sul-africana de dominação económica regional (Castel-Branco, 2002b). A nova abordagem era parte de um programa mais vasto relacionado com a iniciativa de desenvolvimento espacial e outras estratégias e políticas públicas e corporativas sul-africanas. Esta mudança de enfoque e estratégia foi cristalizada na análise que o Industrial Strategy Paper (ISP) fez dos objectivos da política económica sul-africana, orientada para «(...) gerar crescimento e desenvolvimento económicos, competitivos internacionalmente e de longo prazo, e reestruturar o espaço económico do apartheid.» (ISP, 1998:12, tradução livre do autor).

Como consequência, as ligações «tradicionais», ou históricas, entre as economias sul-africana e moçambicana (em que a moçambicana fundamentalmente obtinha e utilizava rendas da «venda» de força de trabalho migratória e de serviços de transporte ferroviário) foram sendo substituídas, em grau de importância e magnitude, pelo investimento directo privado do capital sul-africano, ou associado a capital sul-africano, sobretudo na expansão do complexo mineral-energético (como a fundição de alumínio, Mozal, e a indústria do gás natural, dominada regionalmente pela Sasol), indústrias com mercados oligopolistas (bebidas, tabaco, cimento moagens de cereais), e as infra-estruturas associadas (como o corredor de Maputo, os portos de Maputo e Matola).

Assim, na primeira década pós-*apartheid* (1994-2003), as transferências dos trabalhadores moçambicanos migrantes formais na África do Sul reduziram de 70 milhões USD para 37 milhões USD, tendo o peso destas transferências nas receitas em moeda externa da economia moçambicana, excluindo ajuda externa, reduzido de 23% para 5%. Por sua vez, as receitas da prestação de serviços de transporte ferroviário e rodoviário à África do Sul aumentaram de 63 milhões USD para 98 milhões USD, mas o seu peso no total das receitas em moeda externa na economia moçambicana, excluindo ajuda externa, diminuiu de 21% para 12%. Estas mudanças reflectiam a tendência para a expansão dos serviços associada ao incremento da actividade económica entre os dois países, mas com uma redução do peso relativo das receitas destes serviços na economia por causa da expansão da capacidade de exportação dada pelos grandes projectos financiados por investimento directo estrangeiro (IDE), nomeadamente a Mozal, que, na época, passou a representar cerca de dois terços das exportações industriais de Moçambique, e mais de 40% das exportações totais, e a exploração de gás natural pela Sasol em Inhambane (Castel-Branco, 2002b, 2003, 2004, 2010).

No final da primeira década pós-*apartheid*, empresas sul-africanas, ou originariamente sul-africanas, ou associadas com empresas sul-africanas, especialmente as grandes corporações como a Eskom, IDC, Sasol, SAB, BHP Billiton, entre outras, eram responsáveis por 20% de todos os projectos de investimento privado em Moçambique e 35% dos fluxos de IDE. Estes projectos absorviam 85% do fluxo total de IDE para Moçambique, 35% do investimento directo doméstico e 75% de todo o investimento privado, o que mostra que as estratégias corporativas sul-africanas de investimento eram o catalisador do investimento privado em Moçambique, pois não só eram substanciais em si, mas atraíam financiamento, incluindo IDE, de outras fontes (*ibidem*).

No mesmo período, a África do Sul tornara-se o maior parceiro comercial de Moçambique, fonte de mais de 45% das importações e destino de pouco mais de 20% das exportações (ou pouco mais de 40%, se as exportações de alumínio para a indústria automóvel asiática na Europa forem excluídas). As importações moçambicanas da África do Sul, que aumentaram seis vezes, foram dominadas por meios de produção (combustíveis e equipamentos e peças) e alimentos. As exportações de Moçambique para a África do Sul aumentaram cerca de 40 vezes, mas ficaram concentradas em produtos energéticos. Portanto, o comércio entre as duas economias reflectia as dinâmicas de reestruturação, expansão e globalização do capitalismo sul-africano e as tendências de consolidação da economia extractiva, de especialização dependente, em Moçambique (*ibidem*).

O impacto desta reestruturação económica nas oportunidades de desenvolvimento do capitalismo nacional moçambicano foi multifacetado. Por um lado, retirou, ou reduziu substancialmente, a principal fonte de financiamento do crescimento de uma classe de camponeses médios comerciais, especialmente na zona sul de Moçambique, que dependia das transferências do trabalho migratório como fonte de acumulação de capacidade produtiva e de reserva para períodos de insegurança alimentar (Castel-Branco, 1996, 2003). Por outro lado, forçou o aumento da procura doméstica de trabalho assalariado, em contexto de crise de emprego, e limitou a produção de bens alimentares a baixo custo para o circuito comercial, contribuindo para fomentar a crise de emprego, a deterioração do poder de compra do salário e o impedimento à transformação económica intensiva em trabalho (GdM, 2010; Wuyts, 2011a). Ao mesmo tempo, gerou novas fontes de acumulação focadas no complexo mineral-energético e indústrias oligopolistas, e aguçou o esforço de mobilização de mais investimento estrangeiro como solução para os dilemas de investimento privado (qualificações, capital, tecnologia e mercados) e crescimento da classe capitalista nacional (em associação com as novas dinâmicas de investimento) (Castel-Branco, 2010, 2015a, 2015b).

Embora o investimento privado sul-africano ou associado, em Moçambique, se centrasse em capacidade produtiva directa e em infra-estruturas, já era óbvio, na segunda metade dos anos 1990, que a expansão do sector financeiro, em ligação com o controlo dos recursos, sobretudo

energéticos, era prioridade da reestruturação do capitalismo sul-africano.⁶ O Estado moçambicano e as suas classes capitalistas emergentes tiveram de se reorientar para novas dinâmicas de acumulação, em que as finanças e o complexo mineral-energético começaram a liderar o processo de acumulação privada de capital.

FINANCEIRIZAÇÃO COMO ETAPA HISTÓRICA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

As últimas três décadas têm sido marcadas pelo fenómeno da financeirização global do capitalismo. Um olhar às causas e às respostas políticas à crise económica internacional pode ajudar a esclarecer o que se entende por financeirização e a relação que este fenómeno tem com a economia de Moçambique e com o formato do seu padrão de acumulação de capital.

A crise económica mundial, activada pela absorção pública do colapso do sistema financeiro especulativo privado, exacerbou uma característica fundamental do neoliberalismo: a introdução de um quadro geral de austeridade social a nível global, manifestada em cortes na despesa pública e na degradação das condições de trabalho, salários e pensões numa escala sem precedente, ao mesmo tempo que se expandiram a mercantilização dos serviços públicos e sociais (por via da terceirização, parcerias público-privadas, privatização e financeirização) e os paraísos fiscais. Estas medidas de austeridade social foram adoptadas para cortar os défices públicos gerados pelo resgate público dos mercados financeiros em crise causada pela sua avidez especulativa, num contexto em que governos, mesmo de economias desenvolvidas, se tornaram menos interessados e capazes de controlar a circulação do capital financeiro e de tributar os lucros do grande capital. Para salvar o capital financeiro, o Estado expropriou-se da sua capacidade fiscal e, ao fazê-lo, perdeu legitimidade política e capacidade financeira de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas. Ao contrário do que os economistas neoliberais proclamam, houve, de facto, uma fortíssima intervenção selectiva do Estado para lidar com as desarticulações e disfunções do sistema capitalista, protegendo o sector financeiro à custa de tudo o resto.

DADOS SOBRE OS CUSTOS SOCIAIS DO RESGATE DO SISTEMA FINANCEIRO GLOBAL

Alguns dados esclarecerão melhor o custo da intervenção do Estado em prol do sector financeiro, bem como as contrapartidas sociais. A Tabela 1 mostra a extensão da intervenção dos

⁶ O então CEO da Mozal Construção – na fase em que a grande e moderna fundição de alumínio, Mozal, estava ainda em construção – afirmou, em 1999, que após a queda do *apartheid* a intenção do sistema financeiro sul-africano era garantir que nenhum grande investimento privado na África Subsaariana tivesse lugar sem a sua participação, pelo que o foco de atracção de capital para o subcontinente deveria ser a expectativa de retorno financeiro dada pelas estratégias, pelos serviços e pelas ambições das empresas e dos bancos sul-africanos (Castel-Branco, 2002a, 2002b). Entretanto, a área de mais rápido crescimento na economia sul-africana foi o sector financeiro, em especial seguros, tendo o peso deste sector no PIB duplicado. A aplicação especulativa de proporções crescentes do excedente pode ser uma parte das explicações para o aumento da fuga de capitais da economia sul-africana, bem como da sua incapacidade de exercer o grau de controlo ambicionado sobre os recursos da região e de promover crescimento com emprego.

Estados capitalistas avançados para o resgate do sistema financeiro, os montantes depositados em paraísos fiscais⁷ (uma parte dos quais é receita fiscal potencial perdida ou ociosa, pois os impostos não são cobrados nestes «paraísos»), e estes valores (resgate mais os depósitos em paraísos fiscais) comparados com o compromisso dessas economias com o combate à pobreza no mundo e com os custos de fornecer sistemas de saneamento, de esgoto e de água canalizada a toda a população de baixo rendimento no planeta. Entre outros aspectos, estes dados revelam que o valor monetário dos compromissos dos governos ocidentais com o resgate do sistema financeiro internacional, 14 trilhões USD, corresponde a cerca de 19% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e cerca de 280 vezes o valor dos compromissos monetários para combater a pobreza,⁸ 50 bilhões USD, e que os compromissos monetários para o combate à pobreza são insuficientes para o fornecimento de sistemas de saneamento, de esgotos e de água canalizada à população de baixo rendimento no planeta, 90 bilhões USD, que os pacotes de resgate financeiro facilmente poderiam financiar.⁹

TABELA 1: RESGATES DOS PRINCIPAIS BANCOS E COMPANHIAS DE SEGUROS PRIVADAS NA ECONOMIA MUNDIAL, E COMPARAÇÃO COM PACOTES DE COMBATE À POBREZA APROVADOS E CUSTOS DE SISTEMAS DE SANEAMENTO E ÁGUA CANALIZADA

RESGATE DOS 20 MAIORES BANCOS E COMPANHIAS DE SEGUROS (2008-2015)			PARAÍSO FISCAIS (2014)		COMPARAÇÃO COM APOIO FINANCEIRO E COM CUSTOS DE COMBATE À POBREZA	
Garantias públicas de dívida privada	Pacotes de resgate directo e renacionalização aprovados pelo G20 (2009)	Total	Montante estimado depositado em paraísos fiscais	% do custo total de resgate dos principais bancos e companhias de seguros	Pacote aprovado pelo G20 para combate à pobreza (2009)	Custo de sistemas de esgoto, saneamento e água canalizada para população de baixo rendimento
5,5 trilhões USD	8,5 trilhões USD	14 trilhões USD	9 trilhões USD	64%	50 bilhões USD	90 bilhões USD

Fontes: Fine (2009, 2012, 2013); Fine & Saad-Filho (2013, 2016); Marois (2013); Oecd (2010); Action Aid (2013); Sky News (2013); *The Guardian* (2013); *The Independent* (2013)

⁷ Paraísos fiscais são países ou regiões dentro de países onde, por lei, os impostos sobre rendimentos são cobrados a taxas substancialmente mais baixas do que as dos países ou regiões de origem das empresas ou indivíduos neles registados. Muitas empresas e indivíduos fazem o seu registo fiscal em paraísos fiscais, onde pagam apenas valores fiscais simbólicos, de modo a exilarem-se da jurisdição fiscal devida onde os impostos seriam substancialmente mais altos. As Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e várias outras organizações internacionais estimam que o valor monetário depositado por esta via em paraísos fiscais se aproxima dos nove trilhões USD, ou cerca de 12% da economia mundial. Estas estimativas são conservadoras, pois uma das características dos paraísos fiscais é a protecção da identidade de quem os usa.

⁸ Na sua cimeira de 2009, o G20 aprovou um pacote para tirar da pobreza a população mais pobre do planeta, o um bilhão mais pobre, no valor de 50 bilhões USD, ou 50 USD *per capita*, o equivalente a 0,07% do PIB mundial. Na mesma cimeira, o G20 aprovou outra resolução, o pacote de resgate directo do sistema financeiro internacional, no valor de 8,5 trilhões USD, equivalente a pouco mais de 11% do PIB mundial e 170 vezes o valor do pacote comprometido para o combate à pobreza. O G20 é um grupo constituído pelas 20 maiores economias do mundo, nomeadamente de 19 países mais a União Europeia (existe alguma disputa sobre a composição do G20, porque algumas das economias representadas foram ultrapassadas, em tamanho, por outras não representadas. Logo, estrita e rigorosamente, nem todos os 20 figuram na lista corrente das 20 maiores economias). Colectivamente, os membros do G20 congregam dois terços da população mundial, 85% do Produto Mundial Bruto e 80% do comércio mundial.

⁹ Neste texto, usamos as seguintes definições: um trilhão = mil bilhões; um bilhão = mil milhões.

TABELA 2: RESGATANDO BANCOS E COMPANHIAS PRIVADAS DE SEGUROS À CUSTA DO BEM-ESTAR SOCIAL NO REINO UNIDO

Resgate dos principais bancos e companhias de seguros no Reino Unido (2008-2015)					Perdas do PIB e do emprego (acumuladas)	Cortes na segurança social e outras despesas sociais (2010-2015)
Pacote fiscal total previsto (1)	Garantias públicas das dívidas privadas	Pacotes de resgate pagos através de impostos	Incentivos fiscais dados a multinacionais (2010-2015) (2)	Total [(1)+(2)]		
1,2 triliões de libras	320 biliões de libras	120 biliões de libras	600 biliões de libras	1,8 triliões de libras	600 biliões de libras	240 biliões de libras

Fontes: *The Guardian* (2017); The UK Office of National Statistics (2017); Banco Mundial (2017)

TABELA 3: A CRISE FINANCEIRA GREGA – «SOCIALIZAÇÃO» DA DÍVIDA PRIVADA ESPECULATIVA

	DÍVIDA TOTAL	VULNERABILIDADE À DÍVIDA POR SECTOR SOCIAL			USO DOS EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS (2009-2015)		TAXAS DE JURO (2009-2015)	
		Sector público	Sector privado	Famílias	Para pagamento de dívida	Para investimento	Do Banco Central Europeu	Dos bancos comerciais
2011	361 biliões USD	27%	41%	32%	90%	10%	1,5%	7,5%
2015	330 biliões USD	77%	5%	18%				

Fonte: Truth Committee on the Greek Public Debt (2015-2016); Banco Mundial (2017)

A Tabela 2 ilustra os efeitos de decisões do Governo conservador britânico para proteger o sistema financeiro, ao mesmo tempo que corta nas despesas com sistemas de segurança social, saúde e educação, segurança pública e transporte público. O pacote fiscal estimado para resgate do sector financeiro, 1,2 triliões de libras, não foi implementado na totalidade por causa de oposição parlamentar e social. Até finais de 2015, o Governo havia dado garantias à dívida privada do sector financeiro e implementado medidas de resgate directo no valor agregado de cerca de 440 biliões de libras, ou 92% do PIB britânico. As perdas resultantes das medidas de austeridade e da crise financeira no crescimento económico e no emprego, acumuladas desde 2008, estão estimadas em 600 biliões de libras, cerca de 127% do PIB britânico. O valor estimado dos incentivos fiscais dados a grandes corporações multinacionais aproxima-se dos 600 milhões de libras, o equivalente a duas vezes e meia o valor dos cortes sociais.

A Tabela 3 revela três aspectos fundamentais da crise económica grega. Primeiro, a dívida do sector privado e das famílias foi absorvida pelo Estado, o que causou a crise fiscal. Segundo, os empréstimos europeus à Grécia, que surgem em forma de dívida comercial adicional, destinaram-se a pagar a dívida, tendo sido residual a percentagem utilizada para relançar a economia, gerar emprego e proteger o poder de compra e ganhos sociais dos grupos sociais mais desfavorecidos. Terceiro, a dívida grega tornou-se um excelente negócio para a banca comercial. Por

um lado, o Estado assumiu a dívida do sistema financeiro. Por outro lado, os empréstimos do Banco Central Europeu (BCE) à Grécia foram concedidos através da banca comercial, tendo esta comprado o dinheiro ao BCE a cerca de 20% do preço (taxa de juro) ao qual vendeu o dinheiro à Grécia. Isto é, os mesmos bancos resgatados pelo Governo grego passaram a realizar empréstimos a esse Governo, para pagar a sua dívida, com dinheiro que não era seu e com taxas de retorno altíssimas. Finalmente, o endividamento insustentável do Estado (causado pela absorção da dívida privada) resultou em austeridade social, isto é, cortes na segurança social e noutras despesas públicas, e privatização de infra-estruturas e de outros activos do Estado, o que abriu as portas para a mercantilização dos serviços sociais e a concentração de activos, a baixo custo, sob controlo da banca privada e outros credores.

Em qualquer um dos três casos ilustrados, mais de metade da carteira de dívida dos bancos são hipotecas e securitização associadas a bolhas de expansão na economia, enquanto o investimento em expansão da capacidade produtiva se tornou uma parte decrescente do mesmo. O grosso da dívida pública, em todos estes casos, foi o resultado combinado da absorção da dívida privada (resgates), garantias dadas a dívida privada, gastos associados com terceirização e privatização de serviços públicos no quadro da implementação de programas de austeridade, e perdas de receita fiscal por efeito de incentivos e evasão fiscal.

Portanto, o sistema financeiro não só recebeu uma quantidade crescente de recursos e fê-lo à custa da redução dos recursos disponíveis para o resto da economia e da sociedade como a subordinação da intervenção pública ao interesse de salvar o sistema financeiro e proteger o grande capital motivou a mobilização de recursos que normalmente não estão disponíveis para o desenvolvimento da economia real.

Embora sejam muito importantes, estes pontos, isoladamente, ainda não descrevem a financeirização como sistema de acumulação. A actual manifestação concreta das condições de acumulação capitalista e de crise situa-se no domínio da financeirização como uma etapa distinta da acumulação do capital, pelo que é relevante entendê-la com mais clareza.

O QUE É A FINANCEIRIZAÇÃO?

O termo «financeirização» é recente e tem as suas raízes no pensamento económico heterodoxo e na economia política marxista, sendo percebido e descrito de formas diferentes, de acordo com a ênfase analítica de cada autor. Na essência, o termo deriva da elaboração de Lenin sobre a formação do capital financeiro, na fase superior do capitalismo, o imperialismo, a partir da fusão do capitalismo industrial e bancário (Lenin, 2010), e desenvolve-se a partir do argumento de Marx sobre o papel da acumulação de capital fictício¹⁰ e o seu carácter parasitário (Marx, 1981).

¹⁰ O capital fictício é o valor sob a forma de crédito, acções, dívida, especulação e várias formas de papel-moeda, acima e além do que pode ser realizado sob a forma de mercadorias.

Financeirização é a *acumulação intensiva e extensiva de capital fictício*, isto é, o aumento do escopo e da prevalência do capital financeiro utilizado para criar mais capital financeiro, independentemente da utilização produtiva desse capital, e sem consideração pelas consequências desse processo fictício de acumulação na economia real. O dinheiro (M) actua como mercadoria que pode ser vendida ou emprestada, e esta transacção realiza um lucro para o vendedor, na forma de juros. Portanto, $[M \rightarrow M']$, em que $[M' = M + \Delta M]$, $[\Delta M = M_{t+1} - M_t]$, $[M < M', \text{ se } \Delta M > 0]$ em que ΔM é o juro ganho por quem tenha vendido ou emprestado o dinheiro, pelo facto de o ter vendido ou emprestado. Este juro é apenas parte do valor que M tenha criado no circuito normal do capital, $[M \rightarrow C \rightarrow \text{produção} \rightarrow C' \rightarrow M' \rightarrow \dots]$, isto é, quando o dinheiro (M) é utilizado para comprar mercadorias (C) (meios de produção, matérias-primas e força de trabalho), que são convertidas, no processo de produção, em novas mercadorias com valor acrescentado (C') para consumo (por indivíduos, como bens de consumo, ou pela produção, como meios de produção), as quais são vendidas no mercado de modo a realizarem o lucro gerado no processo de produção, chegando, portanto, a M'. A financeirização ocorre quando a acumulação de capital fictício é mais rápida e dominante do que a de capital real ou, por outras palavras, quando o dinheiro é convertido em mais dinheiro pelo simples expediente de vender ou emprestar dinheiro, e as dívidas e os activos correspondentes, em mercados financeiros especulativos, sem correspondência com mercadorias reais, a entrarem em processos de produção reais que produzam acumulação real de capital.

Os empréstimos de dinheiro não têm de ser obrigatoriamente utilizados para gerar excedente (acumulação de capital) – por exemplo, um indivíduo pode pedir um empréstimo para comprar um carro ou construir uma casa que se destinem ao seu consumo pessoal ou familiar e não sejam intencionalmente utilizados para gerar novo excedente. O indivíduo terá de pagar o empréstimo com juros, isto é, o banco receberá de volta o dinheiro emprestado (M) mais o juro (ΔM), que totalizam M'. Neste caso, ΔM resultará da redistribuição de riqueza já existente (por exemplo, será retirado do salário do devedor). Todavia, se os portefólios de empréstimos e dívidas forem empacotados em activos financeiros que podem ser vendidos e revendidos, com diferentes nomes, a diferentes preços e incorporando mais portefólios de empréstimos e dívidas ao longo da cadeia de compra e venda do pacote financeiro, então a actividade de emprestar dinheiro transforma-se em geradora de excedente, ou acumulação de capital, fictício. Sob condições reguladas, este processo pode resultar no aumento da competição, em inovação e em expansão da acumulação real noutros sectores da economia e noutras partes do mundo. No entanto, entregue a si próprio, pode gerar tendências especulativas agressivas e extrair e apropriar-se de excedente ainda não realizado ou antes de ser redistribuído para investimento e consumo, tornando-se um mercado que adquire vida por si próprio e reproduz a avidez pela acumulação fictícia de capital à custa do investimento, da produção e da acumulação reais.

A expansão intensiva e extensiva do domínio do capital fictício pode provocar a contracção do investimento e da acumulação reais, concentrando e centralizando capital e reduzindo emprego e bem-estar. Isto pode ser desestabilizante e insustentável, particularmente se a acumulação fictícia de capital for substancialmente mais rápida do que a acumulação real, pois isto tende a provocar bolhas especulativas que são seguidas por colapsos económicos e financeiros, faz divergir, substancialmente, acumulação real e fictícia, e impede que os retornos potenciais das aplicações de capital se concretizem.

Portanto, financeirização não é a mera presença de operações financeiras, independentemente de quão intensivas e extensivas, mas é a incorporação destas em novas operações financeiras – por exemplo, a venda e revenda de pacotes de portefólios de empréstimos e de dívidas variadas – que provocam a expansão extensiva e intensiva do domínio do capital fictício sobre as finanças e a economia. Sob condições de financeirização, o capital fictício faz reivindicações e exerce controlo não apenas sobre o excedente, mas também sobre a propriedade e o controlo corporativos (Fine, 2009a, 2009b, 2012a, 2013; Fine & Saad-Filho, 2016).

Assim, os últimos 30 anos da economia mundial foram marcados pela expansão e proliferação meteóricas dos mercados financeiros, durante os quais o rácio entre activos financeiros e PIB aumentou três vezes. Embora este crescimento pareça disfuncional – como se pode justificar a necessidade do triplo dos serviços financeiros relativamente à economia real? – e seja, por conseguinte, causa para alarme, o seu sucesso comercial e financeiro levou a que o problema fosse negligenciado na análise económica. A expansão dos serviços financeiros relativamente à economia real tem sido descrita por economistas monetaristas como uma contribuição positiva para a economia por dispersar o risco, fazer do risco um negócio, processar e disseminar informação e promover e orientar investimento em activos financeiros de acordo com o risco. Isto levou a uma expansão do comércio e investimento em activos financeiros especulativos, e, por conseguinte, a uma crescente tendência para transformação de activos reais em activos financeiros que são depois especulados como activos financeiros, ao invés da mobilização e alocação de recursos para o desenvolvimento da economia real. Conduziu, igualmente, à emergência de um vastíssimo e desconcertante número e leque de instituições e serviços financeiros, muito para além dos mercados futuros em mercadorias primárias (Fine, 2007, 2009a, 2009b, 2012a, 2013; Louçã & Mortágua, 2012).

De acordo com alguns analistas, assistiu-se a uma transferência de rendas para uma nova classe de capitalistas rendeiros, não produtivos e especuladores. No mesmo processo, organizações não financeiras passaram a derivar uma parte mais substancial e crescente dos seus lucros directamente de operações financeiras, adoptando um enfoque especulativo e centrado nos interesses financeiros de curto prazo dos seus accionistas e credores, particularmente quando os credores se transformaram em accionistas. Assim, nos últimos 30 anos, a percentagem dos lucros líquidos destas corporações derivados directamente de especulação financeira aumen-

tou de 5% para 41%, ao mesmo tempo que, no outro lado da equação, essas corporações reduziram capacidade produtiva e emprego à medida que se financeirizaram (*ibidem*).

Financeirização é, pois, uma amálgama de desenvolvimentos dentro do sistema financeiro e na forma dominante como este sistema interage com o resto da economia e com o Estado. O ponto central a reter é que a expansão do capital privado, no contexto do neoliberalismo, tem sido particularmente associada a e guiada pela expansão das finanças em particular. Concentrando-se na acumulação de capital fictício, independente da acumulação de capacidade produtiva e de produção dos meios de subsistência dos trabalhadores, a financeirização estruturou e subordinou a expansão das relações e organização capitalista da economia, o desenvolvimento da base produtiva e comercial e a natureza das políticas económicas e sociais aos interesses da especulação financeira (*ibidem*).

O sistema bancário foi criado em iniquidade e nasceu em pecado. Por isso, os banqueiros possuem e controlam a Terra. Tirem-lhes isso [a Terra], mas deixem-lhes o poder de criar dinheiro, e, com o movimento subtil de uma simples assinatura, eles vão criar depósitos suficientes para comprarem a Terra de novo. No entanto, tirem-lhes o poder de criar dinheiro e todas as grandes fortunas, como a minha, irão desaparecer, e devem desaparecer porque esse seria um mundo mais feliz e melhor para viver. Mas se desejam continuar a ser escravos de banqueiros e a pagar o preço da vossa escravidão, deixem-nos continuar a criar dinheiro [Sir Josiah Stamp,¹¹ citado em Fine, 2013: 59 (tradução livre do autor)].

IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NO MODELO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

A expansão global do capitalismo em torno do processo de financeirização abriu espaço para a emergência de novas potências económicas, oriundas do chamado «Terceiro Mundo», entre as quais se destacam a China, o Brasil e a Índia. A rápida expansão destas economias gerou algumas dinâmicas interessantes e contraditórias na economia mundial: (i) acelerou a relocação da base industrial, em especial, mas não exclusivamente, em direcção à China; (ii) tornou mais difícil o desenvolvimento da indústria transformadora no resto do mundo, a não ser que seja integrada em cadeias internacionais de produto e valor, sobretudo na fase final de montagem, ou seja, associada ao semiprocessamento de produtos primários, porque as vantagens de escala e custo da economia chinesa, em grande medida associadas com os baixos custos da força de trabalho, e de outras economias emergentes dificultam a competição e a entrada de novas empresas no mercado; (iii) colocou pressões para contracção dos custos de força de trabalho na economia mundial, o que, num contexto de financeirização, em que a acumulação fictícia de capital domina a acumulação real, se reflectiu na redução dos salários reais em vez de no

¹¹ Sir Josiah Charles Stamp, 1880-1941, primeiro barão Stamp, foi um industrial, economista, funcionário público, estatístico, escritor e banqueiro britânico.

aumento da produtividade do trabalho; (iv) aumentou a demanda internacional por matérias-primas e recursos naturais e, em relação com isso, os fluxos de capitais, em forma de dívida comercial e IDE, para as economias fornecedoras de matérias-primas; e (v) gerou uma aliança entre dinâmicas de expansão do capital das economias emergentes e os interesses das burguesias emergentes nas economias menos desenvolvidas, sobretudo em torno da exploração do complexo mineral-energético e do grande negócio imobiliário.

Assim, enquanto as economias em vias de desenvolvimento e as suas elites capitalistas receberam mais capital em troca de matérias-primas e recursos naturais, tornou-se menos atractivo e lucrativo investir na indústria transformadora e, em geral, no alargamento e na diversificação da base produtiva, o que contribuiu para a formação e consolidação de economias extractivas e com base especulativa, como formas alternativas de organização da acumulação privada de capital.

Em que sentido é a financeirização importante para entender as dinâmicas de construção, desenvolvimento e persistência da economia extractiva como modelo de acumulação primitiva de capital em Moçambique? Dada a sua dependência de influxos externos de capital externo (privado e público), e dado o crescente controlo da propriedade de activos reais e financeiros pelo capital multinacional, é de esperar que a economia nacional seja vulnerável aos factores que afectam a mobilização e as decisões desse capital internacional, tornando inevitável a influência das dinâmicas globais de financeirização sobre o sistema social de acumulação em Moçambique. Como é que esta ligação acontece? A investigação sobre esta questão está, ainda, na sua infância, longe de já ter produzido respostas definitivas. No entanto, há alguns pontos de referência e hipóteses a tomar em conta, que resultam da análise feita em secções e outras publicações anteriores.

Primeiro, a acção deliberada de desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando, em 1987, foi iniciado o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios neoliberais do consenso de Washington.¹² Este programa era efectivamente subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, e estas medidas eram substancialmente mais concretas e elaboradas que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 1996, 2002a; Fine, 1997). Este pacote conspirou contra a diversificação e a articulação da base produtiva, o desenvolvimento dos mercados domésticos, e a emergência e consolidação de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e multinacionais, com maior enfoque nas fontes energéticas e minerais. O esforço de desenvolvimento do capital nacional, neste contexto, conduziu à emergência de um empresariado dependente da expropriação do Estado, dos recursos naturais e das ligações com o grande capital internacional, mas sem muitas opções reais de

¹² Conhecido como Programa de Reabilitação Económica (PRE).

desenvolvimento da base produtiva. Isto levou a que a acumulação improdutiva de recursos (como a terra, por exemplo), a acumulação de rendas resultantes da transformação desses recursos em activos financeiros e a sua revenda, a aplicação dessas rendas em actividades financeiras (como, por exemplo, o negócio com os títulos de dívida pública ou o investimento na banca comercial) e a expansão das rendas financeiras por via de garantias ou parcerias financeiras com o Estado se tenham transformado nas formas dominantes de acumulação de capital privado doméstico, largamente excedendo o desenvolvimento da acumulação real na base produtiva e de serviços (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2016, 2017; Massarongo, 2013, 2016, 2017; Langa, 2017).

Segundo, os fluxos, as modalidades e abordagens económicas associadas com a ajuda externa têm impacto nas opções políticas do Estado receptor, tanto pela disponibilização de recursos financeiros como pela disseminação e adopção da ideologia, da política e de práticas neoliberais e monetaristas, associadas com as dinâmicas de financeirização - o enfoque no controlo da inflação e na austeridade social, a esterilização dos influxos de capital externo que afectam a capacidade de o sistema financeiro mobilizar e aplicar capital, a baixo custo, a diversificação da base produtiva, o financiamento implícito dos subsídios fiscais e outros dados ao grande capital, a resistência à adopção de políticas e estratégias produtivas públicas, reais e selectivas, que influenciem a mobilização e a alocação de recursos e alterem as condições de rentabilidade da economia, a criação do espaço de endividamento público, tornando-o um recurso estratégico ao serviço do grande capital, entre outros (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2015b; Massarongo, 2016, 2017; Langa, 2017).

A redução da ajuda externa coloca pressões adicionais sobre a despesa pública, encorajando, num quadro extractivo e poroso de acumulação, o recurso ao endividamento público, o que reforça as tendências monopolistas, afuniladas e especulativas do sistema financeiro nacional. Por outro lado, cria tensões em torno do papel e abordagens de doadores tradicionais e abre o espaço para a emergência de novos actores - neste caso, as economias emergentes de China, Brasil e Índia - e a exploração adicional da margem de endividamento público como forma de atrair e captar capital externo e financiar o capital doméstico, pois, de outro modo, seguindo os parâmetros neoliberais associados com a ajuda externa, fica impossível gerar e aproveitar oportunidades de acumulação privada doméstica em grande escala com o apoio do Estado. A existência de recursos energéticos, que em grande medida agem como política e estratégia de investimento implícita, potencia a substituição da ajuda ao financiamento público por investimento privado, estimulado por financiamento público financiado por dívida, cujo espaço foi criado por duas décadas de austeridade e ajuda externa.

Terceiro, o sistema de acumulação doméstica de capital privado depende de influxos privados de capital externo, na forma de investimento directo estrangeiro (IDE) e de empréstimos internacionais. Naturalmente, as condições prevalentes nos mercados financeiros interna-

cionais afectam a capacidade de mobilizar capital e a decisão de o colocar na economia moçambicana. O enfoque da política económica na atracção de investimento estrangeiro é, em parte, uma resposta a duas interrogações do processo de acumulação capitalista nacional: (i) como expandir a base de acumulação privada de uma burguesia emergente quando o enfoque macroeconómico é o controlo da inflação por via monetarista, e a experiência industrial local é incipiente?; (ii) na impossibilidade de evitar o domínio do capital financeiro global, como se aliar a ele? Assim, a corrida para a colocação das reservas de hidrocarbonetos (carvão, gás e petróleo) em exploração, bem como a persistente resistência do Governo em resolver o problema da porosidade social da economia, especialmente em relação aos grandes projectos do complexo mineral-energético, são estratégias para gerar e manter influxos elevados de capital externo, maximizar os seus retornos financeiros para os investidores e credores e garantir a absorção privada nacional de parte desses retornos. Do mesmo modo, a preferência do Governo por contrair e usar dívida pública e parcerias público-privadas, especialmente para financiar a rede de serviços e infra-estruturas em torno do núcleo extractivo da economia, pode ser vista como parte do estímulo e da reprodução de influxos de capital externo para gerar novas oportunidades de ligações financeiras com as classes capitalistas nacionais emergentes, em áreas do sistema extractivo de acumulação menos dominadas pelo investimento, propriedade e controlo das multinacionais. Finalmente, o Estado também se aproveita da avidez do sistema financeiro especulativo internacional, aceitando empréstimos a alto custo que maximizem influxos de capitais externos privados sem condicionamentos políticos.

A contrapartida desta estratégia de se ajustar às dinâmicas globais de financeirização e as aproveitar é a vulnerabilidade da economia às crises e à mudança de humor por parte do sistema financeiro internacional. Um exemplo claro deste problema foi o impacto que o rápido endividamento público e a revelação dos empréstimos ilícitos teve na mudança radical da atitude do sistema financeiro internacional, incluindo doadores tradicionais e o FMI, em relação às expectativas da economia moçambicana, em 2015 e 2016 – a ajuda geral ao Orçamento do Estado e o programa de financiamento da balança de pagamentos foram interrompidos, o acesso aos mercados internacionais de capitais privados ficou muito mais caro e difícil, e as agências internacionais de *rating* financeiro, como a Moody's Investors Service e a Standard & Poor's,¹³ despromoveram a economia moçambicana de B+, em 2014, para D, em 2016. Em poucos meses, a economia nacional foi transformada de uma das três mais atractivas para o capital financeiro na África Subsaariana numa sem acesso aos mercados internacionais de capitais.

Quarto, para usar os influxos de capital privado multinacional como fonte de acumulação capitalista nacional, o Estado preservou a porosidade social da economia. Por um lado, pros-

¹³ O mercado mundial de *rating* de crédito, outra das instituições da financeirização global que visa proteger o capital financeiro das consequências das suas próprias acções, é altamente concentrado: a Moody's Investors Service e a Standard & Poor's controlam 80% desse mercado, e a Fitch Ratings detém outros 15%.

seguiu a rápida privatização do acesso aos recursos, infra-estruturas e excedente, tanto a favor das multinacionais como a favor de classes capitalistas nacionais emergentes. Por outro lado, manteve os incentivos fiscais ao investimento privado de grande escala, abdicando de receitas potenciais e desligando as dinâmicas das receitas das dinâmicas de crescimento económico.¹⁴ Finalmente, usou a capacidade de endividamento público para absorver e garantir dívida privada, reduzir custos e riscos para os investidores e credores, e financiar corporações directamente. No entanto, esta estratégia só é viável se (i) os níveis de ajuda externa aumentarem, para manterem o Estado capaz de funcionar, prover serviços mínimos, financiar a balança de pagamentos e a estabilidade da moeda, e proteger a sua legitimidade política; ou se (ii) a economia começar a gerar o excedente real que possa sustentar o serviço de dívida gerado pela estratégia de crescimento económico. Tanto a ajuda externa como a capacidade de mobilizar dívida dependem das condições financeiras internacionais (disponibilidade e custos do capital, estratégias e focos do capital financeiro) e da atractividade da economia nacional do ponto de vista de acesso e possibilidades de especulação com recursos, oportunidades de reprodução de capital, garantia de estabilidade financeira.

O efeito combinado da redução da ajuda externa, da deterioração dos preços das mercadorias de exportação, da porosidade da economia, do afunilamento da economia em torno de um padrão dependente de especialização económica, do atraso significativo da produção de excedentes tributáveis do complexo de hidrocarbonetos e da gestão danosa das finanças públicas foi a súbita contracção da disponibilidade de recursos financeiros, a perda de confiança na economia e a explosão da bolha económica (por efeito da crise de dívida e da inflação) e a sua posterior implosão (contracção do investimento, do emprego, da procura, do crescimento e das importações e exportações). Paralelamente, as autoridades nacionais focaram as suas políticas de ajustamento à crise na austeridade fiscal e no controlo da inflação, isto é, medidas pró-cíclicas com limitada eficácia estrutural e que tendem a proteger o capital financeiro e os credores à custa do resto da economia e da sociedade (Castel-Branco, 2014, 2015a, 2015b, 2017; Massarongo, 2016, 2017; Mandlate, 2017).

Quinto, as medidas draconianas de estabilização financeira, impostas no quadro do consenso de Washington, durante duas décadas e meia, criaram o espaço fiscal para que a capacidade de endividamento público pudesse funcionar como reserva de acumulação privada de capital, ao mesmo tempo que tornaram o sistema financeiro nacional pouco útil para o desenvolvimento da capacidade produtiva e contribuíram para a dependência relativamente aos fluxos de capital

¹⁴ Na última década, o crescimento das receitas fiscais tem sido determinado pela minimização da evasão fiscal e, ocasionalmente, pelas receitas extraordinárias resultantes da tributação das transacções de recursos nacionais entre multinacionais. Todavia, os incentivos fiscais para o grande investimento privado permaneceram e, em alguns casos, como nas zonas económicas especiais, aumentaram. Por causa da magnitude dos incentivos e do investimento privado em projectos de grande escala, existem consideráveis reservas fiscais ociosas não exploradas, ao mesmo tempo que o custo/benefício da melhoria da administração fiscal, como meio de aumentar as receitas, tende a aumentar à medida que a administração melhora (Bolnick, 2004, 2009a, 2009b; Byers, 2009; Ossemame, 2011, 2012; Castel-Branco, 2010, 2011).

externo como fonte de acumulação. Portanto, a austeridade fiscal, que afectou e afecta o desenvolvimento mais amplo da economia e da sociedade, criou uma reserva de acumulação privada ligada a capital internacional e à intensificação do carácter especulativo do sistema financeiro doméstico. Quanto maior for essa reserva (e mais draconiana a austeridade social), maior é o potencial da dívida como fonte de negócio e ligações privadas entre o capital doméstico e estrangeiro.

Sexto, investidores multinacionais protegem a propriedade e fazem lucros ou protegem lucros de longo prazo especulando com os recursos em Moçambique, e o mesmo fazem os investidores nacionais (embora em menor escala), o que torna os recursos improdutivos para a economia e para a criação de emprego. Segundo a Autoridade Tributária (Catembe.com, 2014), houve, até 2015, mais de duas dezenas de operações entre multinacionais envolvendo transacções de activos mineiros e energéticos nacionais que estão sob controlo fiscal daquela instituição. As transacções de recursos nacionais entre multinacionais são justificadas de duas formas: (i) passagem da fase de prospecção para a de produção, que requer novos operadores e recapitalização das empresas; e (ii) compensação das firmas por causa dos elevados gastos com a prospecção e infra-estruturas. Estima-se que o valor total dessas transacções exceda o valor total dos projectos de investimento privado aprovados desde 1990 (35 biliões USD), o que, a ser devidamente tributado, daria ao Estado uma receita suficiente para cobrir dois anos do seu orçamento.

O caso da Riversdale é um exemplo: esta empresa revalorizou-se pouco mais de oito vezes na bolsa (Austrália) por causa da concessão de carvão que recebeu do Governo, em Tete, antes de, dois anos mais tarde e sem ter feito qualquer investimento substancial, vender 51% das suas acções à Rio Tinto por quatro biliões USD (quase cinco vezes o valor total da empresa na bolsa antes de receber a concessão de carvão) e extinguir-se sem pagar impostos pelas mais-valias. Na bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique, empresas como a Anadarko e a Eni, que receberam grandes concessões de gás do Governo, venderam ou estão a negociar vender percentagens significativas dessas concessões a empresas chinesas, indianas e americanas, antes de realizarem progressos assinaláveis no investimento e na produção. As bases logísticas para hidrocarbonetos de Pemba e Palma (ver detalhes mais adiante neste texto) foram concessionadas à empresa Portos de Cabo Delgado (PCD) e imediatamente subconcessionadas à Orlean Invest sem concurso público para acelerar a construção das infra-estruturas, e foi-lhes dado o monopólio das actividades logísticas num raio de 300 milhas a sul de Pemba (que abrange o porto e o corredor de Nacala), mas, três anos mais tarde, nenhum investimento foi realizado apesar do envolvimento financeiro do Estado.

Portanto, a concessão de grandes áreas de exploração mineral e hidrocarbonetos, e da sua base logística, a baixo custo, com baixos custos de expropriação e com garantias financeiras dadas pelo Estado, pode ser um factor de atracção de grandes corporações (quer porque reduz os

custos e os riscos de investimento e permite a rápida recapitalização e retornos a curto prazo para os investidores e credores quer porque excita a concorrência oligopolista entre grandes corporações), mas não parece estar a ser eficaz a promover acumulação de rendimento real, embora pareça estar a garantir acumulação fictícia de capital (Castel-Branco, 2014).

TRANSIÇÕES HISTÓRICAS NA FORMAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL – DE PROPRIETÁRIOS SEM CAPITAL A OLIGARCAS SEM PRODUÇÃO

Em secções anteriores, foi discutido o argumento para a promoção da acumulação primitiva de capital numa perspectiva nacionalista e o contexto internacional em que este processo aconteceu (e acontece) em Moçambique. Que dinâmicas reais de acumulação foram criadas? Esta secção aborda as transições históricas na formação da burguesia nacional pós-independência, de uma classe de proprietários sem capital, para uma base mais diferenciada, dominada por uma classe de oligarcas emergentes sem produção, bem como o papel do Estado neste processo. Naturalmente, a nossa análise retém os pontos principais discutidos nas três secções anteriores, tanto sobre a localização teórica do processo de formação do capitalismo nacional como sobre o contexto internacional concreto desse processo.

EMERGÊNCIA TÍMIDA DA BURGUESIA CAPITALISTA NACIONAL – PROPRIETÁRIOS SEM CAPITAL

Houve três momentos marcantes no processo de formação da nova burguesia capitalista moçambicana, a partir da segunda metade da década de 1980. O primeiro momento, que ocorreu pouco depois do IV Congresso da Frelimo (a partir de meados da década de 1980), foi definido pelo início da privatização e liberalização dos preços de alguns produtos alimentares (frutas, hortícolas e pequenas espécies animais). O objectivo central destas políticas era aumentar a produção de bens alimentares para os mercados das cidades, melhorando a auto-suficiência alimentar dos centros urbanos, para fazer face às enormes dificuldades criadas pela guerra à produção e circulação de mercadorias entre o campo e as cidades. Foi desenvolvida uma estrutura de apoio à produção, nomeadamente as casas agrárias, as cooperativas e associações de diferentes tipos, o estatuto de quintaleiro¹⁵, bem como mecanismos de acesso a finanças e meios de produção. Um grupo de pequenos produtores comerciais começou a desenvolver-se neste período, e foram ensaiados sistemas de apoio à promoção de empresários privados

¹⁵ As casas agrárias eram instituições públicas geridas pelos governos das cidades que prestavam assistência técnica e forneciam meios de produção para a produção agrária. Os quintaleiros eram agentes que produziam bens alimentares em pequenas parcelas de terra anexas às residências, ou quintais.

nacionais, incluindo a partir do enquadramento económico de antigos combatentes da luta de libertação nacional que haviam passado à reserva.

O segundo momento, a partir da introdução do Programa de Reabilitação Económica (finais da década de 1980), foi marcada pela privatização maciça das empresas estatais e acções do Estado em empresas privadas, tendo cerca de milhar e meio de empresas sido privatizado em pouco mais de cinco anos, em conjunto com acções do Estado noutra milhar e meio de empresas privadas. Na época, o Estado havia declarado os seguintes objectivos para este programa maciço de privatizações: equilibrar as finanças públicas, libertar o Estado de actividades não estratégicas, promover o empresariado nacional e mobilizar, para investimento produtivo, o capital acumulado (frequentemente com base em especulação) pelos comerciantes e por outros agentes económicos. Não tendo sido ligada com qualquer estratégia produtiva ou de investimento, e envolvendo um subsídio implícito que consistia em de facto permitir que os novos proprietários não pagassem os activos que receberam, esta onda de privatizações foi útil apenas para realizar a transferência de activos públicos para um sector privado nacional em emergência, a baixo custo privado e alto custo social – falência de metade das empresas, desemprego, perda de potencial fiscal e produtivo, entre outros (Banco Mundial, 1996; Cramer, 2001; UTRE, 1996, 1999).

A acção deliberada para desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando se iniciou o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios do Consenso de Washington.¹⁶ Embora a imagem pública do programa enfatizasse questões estruturais da economia real, como a produtividade, o emprego, a intensificação da circulação de mercadorias e a mudança dos termos de troca em benefício da produção agrícola comercial, na prática o sentido de «estrutural» era limitado ao funcionamento dos mercados numa óptica neoliberal, e esta dimensão estrutural era subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, as quais eram substancialmente mais concretas e elaboradas do que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 2002a; Fine, 1997, 2001).

Adicionalmente, a combinação de «privatização» e «liberalização genérica» e «estabilização monetarista» conspirou contra a emergência ou o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e financiadas por capital estrangeiro. Por exemplo, a indústria de processamento de castanha-de-caju, com elevado nível de fragmentação ao longo da cadeia de produção e financiada basicamente a partir de créditos de

¹⁶ Combinando a redução substancial do papel do Estado no apoio à economia real (reduzindo-o à gestão dos preços macro-económicos), o controlo da inflação e contracção da procura agregada (cortes do défice público e da massa monetária em circulação, por via do controlo monetário e da taxa de juros; redução do défice da conta-corrente e aumento das reservas externas, por via da taxa de câmbio) e medidas de privatização e liberalização dos mercados.

clientes, banca local ou poupanças das empresas, redinamizou-se com a privatização e foi liquidada pela liberalização das exportações de castanha-de-caju em bruto. Por sua vez, a indústria açucareira foi privatizada para multinacionais do sector açucareiro (Illovo, Tongat-Hullet e um consórcio de diferentes capitais) e a sua reabilitação foi financiada pela banca comercial internacional. Com altos níveis de homogeneidade e integração vertical ao longo das cadeias de produção, esta indústria foi capaz de produzir uma estratégia consistente com os interesses de rápida recuperação do capital investido, tendo não só resistido às pressões de liberalização vindas de Bretton Woods e do Governo, mas também conseguido construir uma série de «distorções de mercado» que funcionaram como protecção e alavanca de desenvolvimento do sector: uma política de preços flexível para a proteger de importações e da volatilidade do mercado mundial; limites à entrada de novas empresas para garantir economias de escala; negociação dos preços, níveis de produção e quotas de mercado para minimizar excedentes que tivessem de ser vendidos fora das quotas preferenciais; o estabelecimento de uma associação de produtores que funciona como oligopólio e negocia com o Governo e outras partes interessadas (organizações financeiras internacionais, outras indústrias, etc.); apoio ao desenvolvimento de canavieiros médios e pequenos, que produzem uma pequena proporção da cana processada pela indústria, mas que ajudam a reduzir custos de ajustamento face à volatilidade do mercado mundial, e que quebram o poder reivindicativo dos trabalhadores cortadores de cana. Portanto, o grande capital, envolvendo a banca comercial e as multinacionais, resistiu à liberalização e conseguiu subordinar a política pública aos seus interesses corporativos. Este exemplo comparativo entre castanha-de-caju e açúcar mostra que o poder do capital sobre o mercado e o Estado é vital para a sua expansão, consolidação e rentabilidade, mesmo que à custa da economia como um todo (Castel-Branco, 2002a, 2003; Cramer, 1999).

A equação «eficiência económica = estabilização + privatização + liberalização + abandono de estratégia pública para a economia real» ajudava, ou não prejudicava, o capital multinacional, mas impedia a emergência do pequeno e médio capital nacional, que passou a concentrar-se na acumulação de rendas: a transferência de recursos públicos para um sector privado em emergência por via da privatização maciça de activos públicos,¹⁷ o acesso lícito e ilícito à banca nacional e ao Orçamento do Estado, vários mecanismos de porosidade e, mais recentemente, o negócio directo dos recursos naturais em associação com capital multinacional.

O impacto da liberalização foi exacerbado pelo fim do *apartheid* na África do Sul, que abriu as portas à globalização do capital sul-africano monopolista, o qual beneficiou da liberalização dos mercados regionais, para o comércio e para o investimento, limitando as oportunidades para o capital doméstico emergente em Moçambique.

¹⁷ O que parcialmente explica a fácil adesão a esta componente do programa, por favorecer a emergência de classes capitalistas nacionais num processo de diferenciação social associado, em grande medida, à proximidade do poder político.

Esta fase de acumulação primitiva não atingiu todos os seus objectivos, mas, no entanto, permitiu a privatização dos meios de produção e fez emergir uma classe de proprietários privados, atraiu algum investimento estrangeiro e marcou o desengajamento do Estado em relação a estratégias concretas de investimento e industrialização, o que limitou as oportunidades e opções do capital emergente e contribui para o tornar mais rendeiro, dependente e especulativo. Esta etapa permitiu realizar uma «selecção» inicial dos futuros «empresários», que ocorreu por via da falência de inúmeros novos proprietários e pela reprodução da sobrevivência daqueles que desenvolveram ligações políticas e empresariais nacionais e regionais mais fortes.

Dois problemas permaneceram não resolvidos, nomeadamente a dificuldade de acesso a finanças e as limitadas capacidades e experiência empresariais, os quais foram exacerbados pela crise estrutural da economia de Moçambique na época, e pela resposta neoliberal e monetarista à crise. Estes desafios conduziram ao terceiro momento, que foi a revolução capitalista do período 2005-2015 (antes da explosão da bolha económica), que foi marcada pelas mais marcantes ondas de expropriação do Estado, que são analisadas em outras secções deste artigo e outros artigos deste livro, nomeadamente: a expropriação do Estado dos seus recursos naturais mais estratégicos e das infra-estruturas vitais para a rentabilização desses recursos, a expropriação do Estado da sua capacidade financeira pela exaustão da sua margem de endividamento para promoção do grande capital extractivo e financeiro, multinacional e doméstico, e a austeridade social e económica imposta posteriormente à explosão da bolha especulativa, a qual tem impacto marcante na redução do poder de compra das classes trabalhadoras, no aumento da diferenciação da distribuição do rendimento real e nas limitação das opções e oportunidades para a emergência de alternativas de desenvolvimento (Castel-Branco, 2014, 2017; Massarongo, 2017; Langa, 2017; Ali e Muianga, 2017).

Portanto, o primeiro desafio de acumulação primitiva de capital, descrita por Marx (1976), expropriação e reordenamento da propriedade e controlo dos recursos, foi concretizado por via da expropriação do Estado de parte considerável dos seus activos a favor do desenvolvimento de uma classe de proprietários nacionais organicamente próxima do poder político. O segundo desafio do processo de formação inicial do capitalismo, a expansão do proletariado, foi realizado apenas no que diz respeito à emergência de um exército de desempregados e subempregados urbanos, pelo efeito combinado da guerra, das migrações do campo para a cidade e da falência ou reestruturação de uma parte substancial do tecido produtivo, e pela consolidação da dependência da subsistência familiar em relação a formas diversas de trabalho assalariado. No entanto, a incapacidade de a economia gerar excedentes alimentares comercializáveis e serviços públicos básicos, a baixo custo, transformou-se num limite para a expansão do trabalho assalariado, pois os custos de subsistência aumentaram, gerando pressões sociais para aumentar os salários nominais, num contexto em que a produtividade do trabalho não aumentou e a base de rentabilidade das empresas intensivas em trabalho permaneceu a re-

muneração da força de trabalho abaixo dos seus custos de reprodução social. Este problema favoreceu o desenvolvimento dos sectores intensivos em capital e viria a ser um das explicações para a dinâmica de crescimento sem transformação estrutural que se confirmaria mais tarde (Wuyts, 2011a; Wuyts & Kilama, 2014a). O terceiro desafio, reprodução de capital em escala progressivamente maior, ou acumulação, não foi sustentado – a economia expandiu, grupos sociais enriqueceram e a desigualdade social no acesso a riqueza acentuou-se, mas os anos 1990 foram de crescimento dominado por investimento infra-estrutural financiado por ajuda externa, algum investimento privado estrangeiro em áreas de economias de escala muito significativas para a expansão do capital financeiro sul-africano ou a ele associado (alumínio, bebidas, açúcar, moagens, energia eléctrica e construção), desinvestimento privado nacional e *rent-seeking* como forma dominante, ainda que não exclusiva, de enriquecimento e controlo do acesso a recursos públicos.

«REVOLUÇÃO CAPITALISTA» E ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO – OLIGARCAS SEM PRODUÇÃO

No seu discurso de tomada de posse como terceiro Presidente da República, em 2005, Armando Guebuza destacou e relacionou, entre outros, quatro assuntos cruciais: o combate ao «deixa andar» e à corrupção, a promoção do crescimento económico acelerado e o combate à pobreza. Naturalmente, as expectativas de cada um em relação a este discurso dependem também dos seus preconceitos e percepções sobre o seu significado social, económico e político. À distância de uma década, é relativamente fácil dizer que as expectativas foram defraudadas, pois somente o crescimento económico acelerado se concretizou. Mas esta seria uma análise demasiado simplista e, por consequência, pouco útil. Se este discurso for colocado no contexto de outras intervenções e entrevistas de Armando Guebuza e outros dirigentes políticos que tocam nos mesmos temas, e se o debate desses temas tiver como quadro analítico a economia política do capitalismo moçambicano, e não apenas os discursos, as conclusões poderão ser mais interessantes.

Em meados da década de 1980, como já foi referido, Armando Guebuza havia anunciado o seu manifesto para o nacionalismo económico capitalista, que mais não fazia do que articular aberta, clara e incisivamente as aspirações de classe de uma burguesia emergente. Segundo esta abordagem, a formação de uma classe capitalista nacional era um imperativo nacional que excedia interesses de classe específicos. Guebuza também explicou como atingir este objectivo, por via da combinação da mobilização de capital (Orçamento do Estado, ajuda externa, investimento estrangeiro e controlo dos recursos naturais nacionais), a mobilização de qualificações (no aparelho de Estado, no partido e na juventude em formação proveniente das elites sociais e políticas) e o estabelecimento de mecanismos que permitissem ligar o capital multinacional à acumulação doméstica de capital privado nacional. Além disso, numa entrevista dada ao

jornal *Domingo* (Guebuza, 2004), implicitamente clarificou que a sua visão sobre riqueza e ficar rico se referia não a moçambicanos em geral, mas a um grupo de pessoas mais restrito, a partir do qual essa riqueza acumulada poderia gerar sinergias para o resto da sociedade (Brito, 2010). Este tipo de discurso é repetido no debate político corrente, quando, por exemplo, se argumenta a favor do papel fundamental do Estado em reservar direitos accionistas nas grandes empresas de capital multinacional para «investidores» nacionais (Bias, 2010), cujo processo de alocação não é transparente e público e tende a privilegiar grupos empresariais e indivíduos com ligações comerciais ou familiares com o *establishment* político (Machel, 2011, 2012; Nhachote, 2010), o que pode reduzir a competição por rendas mas aumenta as contradições e tensões dentro do sistema político.¹⁸ O mesmo tipo de metodologia e problemas reproduz-se em vários sectores: quem recebe os títulos mineiros importantes e com quem os negocia, quem é seleccionado como camponês com capacidade de se transformar em produtor comercial, quem recebe o direito de se associar com investidores estrangeiros em projectos de expansão da produção capitalista no campo, quem tem acesso aos fundos do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), etc. (Machel, 2012; Nhachote, 2010; GdM, 2011; Ganho, 2013; Sande, 2011; Forquilha & Orre, 2011; Woodhouse, 2012). Mais importante, o discurso dominou, de facto, a política pública, pois o enfoque da política pública dos governos de Guebuza foi a construção das condições objectivas para o desenvolvimento da burguesia capitalista nacional.

Portanto, a avaliação do sucesso ou fracasso desta «revolução», no que diz respeito à estratégia de crescimento económico e acumulação privada de capital, tem de ser feita comparando o seu impacto na formação de classes capitalistas nacionais através de um processo real de distribuição de recursos, aplicação desses recursos na produção e acumulação de capital (e não só através de obtenção de rendas improdutivas), que é o seu objectivo e foco reais e dominantes, *versus* o seu impacto no desenvolvimento económico e social mais alargado e sustentado (que pode ou não ser uma consequência do modo de acumulação, mas que não é um objectivo primário). A porosidade social da economia, discutida noutro artigo deste livro, é um exemplo destes conflitos entre acumulação privada de capital, desenvolvimento social e sustentabilidade do processo de acumulação a longo prazo.

No que diz respeito ao combate à pobreza, o discurso de Guebuza e do Governo rapidamente se estruturou à volta de duas ideias básicas. Primeira, que a pobreza é o resultado da mentali-

¹⁸ Apologistas da política industrial selectiva, como Chang (1996, 2002), argumentam que a alocação directa de rendas, por via da política industrial, reduz o mercado para *rent-seeking* e, obviamente, reduz o valor de *rent-seeking* como actividade económica. Este argumento rebate a crítica neoliberal da política industrial que diz que a distorção selectiva dos mercados por via de política industrial incentiva *rent-seeking* e desperdício de recursos que poderiam alternativamente ser mais eficazmente usados de acordo com as vantagens comparativas reveladas pelos mercados. Independentemente dos méritos do argumento a favor de políticas industriais, a alocação directa de rendas a que Bias (2010) faz referência não traduz nenhuma política industrial específica, mas apenas a intenção de criar a burguesia capitalista nacional a partir do seu acesso selectivo aos recursos estratégicos controlados pelo Estado.

dade miserabilista dos pobres e das ideias ultrapassadas dos que pensam que só se é honesto quando se é pobre. Segunda, que o combate à pobreza tem três vertentes: gerar riqueza e ricos, criando a possibilidade da externalidades destes para o resto da sociedade; combater a inveja e os complexos de ser rico, para se poder ficar rico; e gerar auto-emprego (Guebuza, 2004). O discurso oficial não tem uma definição explícita de pobreza nem a relaciona com dinâmicas sociais, económicas e políticas historicamente específicas.¹⁹

Logo, o discurso de combate à pobreza tornou-se, por um lado, um meio de legitimação da abordagem sobre acumulação de capital e, por outro lado, tenta justificar a transferência da responsabilidade dos custos sociais de reprodução da força de trabalho para as famílias pobres de onde a força de trabalho provém (Brito, 2010; Castel-Branco, 2010), o que, naturalmente, permite aumentar a taxa de lucro do capital, pelo menos a curto prazo (Marx, 1976, 1978).

Portanto, a limitada eficácia da economia em reduzir a pobreza e, em especial, a redução dessa eficácia à medida que a economia acelera (Castel-Branco, 2017, 2014) reflectem uma estratégia de acumulação primitiva de capital com altos custos económicos, sociais e políticos.

No entanto, isto dificilmente pode ser considerado como fracasso da estratégia de crescimento, pois a redução da pobreza não é o foco primário desta estratégia.

A pobreza tem sido um instrumento de combate entre o Governo e doadores, entre grupos favorecidos e desfavorecidos na sociedade, entre partidos políticos, entre tradições intelectuais, entre diferentes opções de desenvolvimento e para legitimar argumentos sobre processos de acumulação.

Se as famílias são cada vez mais responsabilizadas pela reprodução social da força de trabalho, se a base de rentabilidade das indústrias mais intensivas em trabalho é a possibilidade de remunerarem a força de trabalho abaixo dos custos da sua subsistência, e se a economia não consegue, apesar dos montantes de investimento e taxas de crescimento elevados, satisfazer as necessidades básicas do consumo dos trabalhadores a baixo custo, então a aceleração da acumulação de capital cria pobreza (Marx, 1976, 1978, 1981).

Será isto um fracasso ou uma consequência do sucesso do modo de acumulação? Depende, obviamente, do que é a prioridade real do modelo de acumulação em causa e, no caso moçambicano contemporâneo, a formação das classes capitalistas nacionais tem sido a prioridade à qual se subordinam quaisquer outros objectivos e assuntos.

A incapacidade de a economia produzir os meios de subsistência a baixo custo e empregar e melhorar a qualidade das vastas reservas de força de trabalho pode operar contra a sustentabilidade do processo de acumulação de capital a longo prazo, pois, para além de reduzir a

¹⁹ Uma excepção a esta abordagem ocorre nas campanhas eleitorais. Dado que a oposição, em especial a Renamo, tem um discurso limitado à fraude, à corrupção e às «falhas» da Frelimo, o discurso oficial da pobreza torna-se ligeiramente mais complexo para acusar a Renamo de a ter causado com os seus actos bélicos ao longo da guerra dos 16 anos. Portanto, pobreza ou é culpa dos pobres ou de «forças externas» (nos momentos em que o debate partidário fica mais agressivo, a Renamo ainda é definida como um grupo de bandidos armados a soldo do regime do *apartheid*).

competitividade da economia, pode aumentar a tensão social e política. A expansão da produção capitalista pode ser estrangida pela dificuldade de mobilização de força de trabalho, e o modelo dominante de expansão pode gerar dinâmicas sociais e económicas que repelem pessoas e actividades, marginalizando-as do processo de desenvolvimento económico e social e obrigando a sucessivos reassentamentos e migrações internas. Embora a redução da pobreza não seja a prioridade da estratégia de acumulação, a reprodução da pobreza pode pôr esta estratégia em causa.

A avaliação do relativo sucesso ou fracasso da presidência de Guebuza no que diz respeito ao combate à corrupção e ao «deixa andar» deve ser feita, também, dentro deste quadro de construção de um modelo de acumulação de capital. Primeiro, o discurso oficial trata da corrupção e do «deixa andar» como questões de atitude e comportamento pessoal; logo, individual. Segundo, essa individualização permite focar este combate, selectivamente, nas manifestações de pequena corrupção – o indivíduo que comete um crime – e deixar de lado as formas sistémicas de expropriação do erário público e da propriedade pública, bem como os casos sistemáticos de promiscuidade e de conflito de interesse entre o público e o privado.

Portanto, é possível punir o polícia individual que é apanhado a cometer crime de pequena corrupção, ao mesmo tempo que a corporação é elogiada por defender o grande capital contra a revolta dos expropriados, como foi, por exemplo, o caso de Cateme, em Tete, ou por assassinar garimpeiros que exploram recursos mineiros em áreas que são consolidadas sob propriedade e controlo de um grupo económico nacional ou internacional, como aconteceu em Cabo Delgado.²⁰

Enquanto funcionários individuais podem ser punidos por desvio de fundos para uso pessoal, é permitida e promovida a alegada promiscuidade entre o interesse público e privado que permite a políticos e a funcionários seniores do Estado tornarem-se accionistas, membros de conselhos de administração e/ou proprietários de empresas ligadas aos sectores que os seus departamentos governativos deveriam regular e fiscalizar, ou tornarem-se fornecedores de bens e serviços ao Estado (Machel, 2012; Nhachote, 2010), ou promoverem o endividamento insustentável e ilícito do Estado.

Esta alegada promiscuidade é justificada em termos da defesa do interesse nacional ou do desenvolvimento do empresariado nacional, e a crítica a estas práticas é respondida com o argumento: «*Enquanto tivermos a mentalidade de pobres e vivermos na pobreza, permanecerá sempre esse sentimento de inveja*» (Guebuza, 2004: 21, citado em Brito, 2010: 61).

²⁰ Por causa das expropriações maciças relacionadas com a expansão da indústria do carvão em Tete, camponeses e artesãos na zona de Cateme revoltaram-se e foram violentamente agredidos pela força antimotim da polícia, a famigerada Força e Intervenção Rápida (FIR). Este tipo de dinâmica de revolta/repressão aconteceu também em muitas outras regiões do País, embora com menos mediatismo, como foi, por exemplo, o caso da manifestação de camponesas em Xai-Xai, Gaza, contra a expropriação das suas terras, sem indemnização, por indivíduos ligados ao *establishment* político. Em Cabo Delgado, garimpeiros foram enterrados vivos quando um certo general, veterano da luta de libertação nacional, recebeu o direito de consolidação de exploração mineira numa vasta área da sua propriedade.

Terceiro, o combate ao «deixa andar» manifesta-se, sobretudo, pela determinação, pelo foco e pela velocidade com que grandes negócios e parcerias são estabelecidos entre capital multinacional, capital nacional, instituições financeiras e o erário público, pelas tentativas de coordenação das grandes áreas e decisões de política económica em função dos interesses do grande capital multinacional (por exemplo, a política industrial e de investimento público focada na promoção das ligações ao longo de cadeias de valor com o capital extractivo, e na promoção de zonas económicas especiais ou a exaustão da margem de endividamento público para garantir endividamento privado até agora inexplicado), ou pelas acções para mitigar os impactos negativos do modelo de acumulação quando estes se tornam insustentáveis (por exemplo, as tentativas, até agora fracassadas, de induzir a redução das taxas de juro dos bancos comerciais, de proteger a taxa de câmbio para minimizar o impacto da inflação importada, ou de controlar os preços de bens básicos por via administrativa).

Um exemplo clássico do foco do combate ao «deixa andar» foi a velocidade com que foi fixado o contrato de concessão dos terminais portuários e logísticos de Pemba e Palma pelo Governo de Moçambique à empresa privada Portos de Cabo Delgado (PCD), encabeçada por uma alta figura do *establishment* político e financeiro nacional, sem concurso público, alegadamente, segundo o Governo, pela urgência de se estabelecerem as infra-estruturas necessárias para exploração do gás natural. A PCD subconcessionou a «sua» concessão a um grupo financeiro encabeçado pela Orlean Invest, do italiano Gabriel Volti e do nigeriano Atiku Abubakar, e o documento da subconcessão faz parte dos documentos-base do contrato. O Governo autorizou essa negociação com a Resolução 18/2013, de 23 de Abril de 2013, criou as áreas de jurisdição portuária de Pemba e Palma com os decretos 36 e 37/2013 de 7 de Agosto do mesmo ano, e, em Janeiro de 2014, rubricou o contrato com a subconcessão incluída.

O contrato atribui poder monopolista à concessionária e, por essa via, à subconcessionária sobre os terminais de Pemba e Palma, mas, também, impede o Governo de exercer ou conceder direitos de exercício de actividade de apoio logístico e portuário à exploração de petróleo e gás até 300 milhas a sul de Pemba, isto é, incluindo o porto de Nacala.

Portanto, nada foi deixado de lado, ou deixado andar, desde a velocidade com que esta transacção ocorreu até ao detalhe na forma como o Estado foi expropriado, por abdicação própria, a favor do capital.

Como seria de esperar, três anos mais tarde não há investimento, obra ou dinheiro privado para os concessionários cumprirem o seu lado do contrato, e o projecto só avançará com garantias públicas de dívida privada, ou com financiamento directo pelo Tesouro público, para cobrir necessidades financeiras imediatas estimadas em 200 milhões USD.

Compare-se a velocidade e a abnegação do Governo neste caso com a sua lentidão em reverter as prioridades de investimento público que arruinaram a economia (em discussão desde

2012), renegociar a componente fiscal dos contratos com megaprojectos para aumentar as capacidades fiscais de o Estado prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas (em discussão desde 2002), e auditar a dívida pública para desenhar uma estratégia de reestruturação de cancelamento sem austeridade social (em discussão desde 2013, que foi incompletamente terminada em 2017).²¹

Portanto, se as promessas inaugurais de Armando Guebuza forem discutidas do ponto de vista do seu foco na revolucionarização e aceleração do processo de acumulação primitiva de capital, elas fazem sentido, são consistentes entre si e, em grande medida, tiveram sucesso a curto prazo, mesmo se tomarmos em conta que o seu modelo de acumulação explodiu, implodiu e criou a pior crise económica e financeira do País das últimas três décadas.

Se o analista concorda ou não com o seu foco e abordagem, isso é outra questão. Naturalmente, se essas promessas forem analisadas de um ponto de vista diferente do foco político de Guebuza – por exemplo, do ponto de vista do alargamento da base de desenvolvimento económico e social com redução da pobreza ou da sustentabilidade do crescimento e transformação económicas a longo prazo –, então elas ficam inconsistentes e inadequadas, e, *grosso modo*, terão sido um insucesso, com o aparente milagre económico a transformar-se num pesadelo.

No primeiro caso, a análise dá primazia ao desenvolvimento gerado no processo de acumulação privada de capital e à privatização e ao afunilamento do acesso, apropriação e utilização dos recursos, ligações e excedente – os dados, discutidos noutros artigos, mostram que isto está a ser alcançado (Castel-Branco, 2017; Langa, 2017; Massarongo, 2017).

O segundo tipo de análise foca-se em questões diferentes – como é que a sociedade em geral participa e beneficia do processo de acumulação e como é que tal processo se reproduz ao longo do tempo –, pelo que as conclusões são totalmente diferentes. Dialecticamente, a revolução capitalista «guebuziana» introduziu transformações e dinâmicas notáveis no processo de acumulação de capital privado, as quais são responsáveis tanto pelo milhar de novos milionários como pelos dois milhões de pobres adicionais, tanto pela expansão do investimento como pelo seu afunilamento, tanto pelo rápido crescimento do PIB como pela explosão da bolha económica, tanto por tornar a economia nacional atractiva para o capital financeiro corporativo e especulativo internacional como pela dívida pública insustentável e especulativa e pela financeirização do processo de acumulação e pelo estímulo especulativo dado ao sistema financeiro

²¹ A velocidade a vários tempos com que a economia nacional funciona tende a impor a velocidade do mais lento a outros sectores. Por exemplo, o País não tem a logística de energia necessária para responder à velocidade com que aumenta a demanda de energia motivada por grandes projectos do complexo mineral-energético, e este problema não se resolve por decreto. Logo, alguns grandes projectos incorrem em custos adicionais, pagos pelo Estado com, por exemplo, baixas tarifas sobre os recursos ou incentivos fiscais, e outros são interrompidos, como é o caso dos parques industriais. O mesmo problema se coloca em relação ao desenvolvimento da logística dos transportes e outros. A aceleração do ritmo de implementação de decisões burocráticas pode aumentar, consideravelmente, o custo dos projectos e reduzir dramaticamente a qualidade da avaliação, implementação e monitorização. Portanto, a restrição do conceito de «não deixar andar» à determinação e à velocidade de implementação, sem consideração adequada pela coordenação, eficácia e eficiência, pode tornar a melhor das intenções no pior dos pesadelos.

doméstico, tanto por aproveitar todos os recursos estratégicos (como a terra e os recursos do subsolo, e o espaço de dívida pública) para benefício privado como por expropriar o Estado e a sociedade, induzindo significativas perdas sociais pagas com austeridade social.

A revolução capitalista «guebuziana», com estas características, não resultou apenas da vontade de indivíduos. Como diria Marx, os seres humanos fazem a história, mas não a fazem de acordo apenas com a sua vontade e independentemente das circunstâncias históricas concretas, sobre as quais não têm controlo. Neste artigo tentámos mostrar não só a localização teórica da abordagem desta revolução – a teoria da acumulação primitiva de capital adaptada a circunstâncias históricas específicas, e o debate sobre os argumentos históricos do capitalismo nacional – mas também o seu contexto histórico concreto, que inclui as estruturas de acumulação (discutidas noutros artigos) e o contexto regional e internacional. O *blitzkrieg* económico²² foi imposto tanto por opção como pelas pressões históricas sobre as quais ninguém tinha controlo. Quererá isto dizer que o modelo e o desastre a ele associado eram inevitáveis? Certamente que não. Embora não o façam apenas de acordo com a sua vontade, os seres humanos fazem a história.

²² *Blitzkrieg* significa ataque repentino, relâmpago, que de uma assentada resolve um conjunto complexo de questões. Tem a vantagem da iniciativa, surpresa, mobilidade e rapidez, mas põe enormes pressões sobre a logística e cria problemas de sustentabilidade a longo prazo. Este conceito é mais usado na ciência militar, no mundo do negócio e noutras aplicações de estratégia em que um «inimigo» poderoso (numeroso, ou bem equipado, ou experiente) é confrontado e em que a iniciativa e a surpresa estratégica e tática podem ser de enorme vantagem, a muito curto prazo. No entanto, uma economia dificilmente pode ser considerada um campo para jogos desta natureza, e a velocidade da expansão ou transformação nunca será suficientemente alta para completar a ofensiva antes de os problemas estruturais profundos se revelarem. Para isso, seria necessário poder realizar a ofensiva à velocidade da luz. Não é possível resolver problemas estruturais tentando transformar a economia a uma velocidade maior do que a da revelação prática desses problemas, pois se são estruturais, são intrínsecos ao tecido económico e, por essa via, expansão ou transformação são sempre feitas com e a partir dessas mesmas estruturas.

REFERÊNCIAS

- Action Aid (2013). Doing away with tax secrecy - Action Aid International responds to pre-G8 Summit London tax talk. Disponível em:
[shttp://www.actionaid.org/news/response-actionaid-responds-pre-g8-summit-london-tax-talks?width=960&inline=true](http://www.actionaid.org/news/response-actionaid-responds-pre-g8-summit-london-tax-talks?width=960&inline=true) (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Amsden, A. (2004). *The Rise of «The Rest»: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford & Nova Iorque: Oxford.
- Amsden, A., Di Caprio, A. & Robinson, J. (eds.) (2012). *The Role of Elites in Economic Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Banco Mundial (1981). *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa. An Agenda for Action*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1984). *Towards Sustained Development in Sub-Saharan Africa*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1985). *Mozambique: and introductory economic survey* (Report 5610-MOZ). Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1989). *Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth*. Washington: Oxford University Press.
- Banco Mundial (1990). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*, 1. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1994). *Adjustment in Africa: Reforms, Results, and the Road Ahead*. Washington: Oxford University Press
- Banco Mundial (1996). *Moçambique: Avaliação do Impacto e Eficiência do Programa de Reestruturação de Empresas*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2017). *Data*. Disponível em:
<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?gclid=COApKq48NMCFRMTGwod-LgL9w> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Bias, E. (2010). *Indústria Extractiva em Moçambique*. Disponível em:
<http://www.mirem.gov.mz/itie/IndustriaExtractivaMoc.pdf> (consultado a 1 de Novembro de 2011).
- Bolnick, B. (2004). *The Effectiveness and Economic Impact of Tax Incentives in the SADC Region*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID ao abrigo do Projecto SADC-TIFI.
- Bolnick, B. (2009a). *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Maputo: USAID.
- Bolnick, B. (2009b). *The Motivation for Investments in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Preparado pela Nathan Associates, Inc. para o Projecto de Comércio e Investimento da USAID/Moçambique.

- Bolnick, B. & Byiers, B. (2009). *PARPA II Review of the Tax System in Mozambique*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID.
- Brito, L. (2010). Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Bukharin, N. (2003). *Imperialism and World Economy*. Londres e Sydney: Bookmarks.
- Castel-Branco, C. (1996) Opções económicas de Moçambique 1975-95: problemas, lições e ideias alternativas. In B. Mazula (org.). *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, 581-636). Maputo: Brazão Mazula.
- Castel-Branco, C. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London.
- Castel-Branco, C. (2002b). *Economic Linkages between South Africa and Mozambique*. Research report for the Department of International Development of the British Government. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2003). Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana*, 3. Maputo.
- Castel-Branco, C. (2004). What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies? A view from Mozambique. HSRC Conference on «Stability, poverty reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa», 29-30 March. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2007). Alternativas africanas para o desenvolvimento e impacto da globalização. 1.º Encontro Académico Espanha-Moçambique, 14-15 de Novembro. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2011). Desafios de mobilização de recursos domésticos – revisão crítica do debate. In L. de Brito *et al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, 111-132. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363.

- Castel-Branco, C. (2015a). «Capitalizando» o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2015b). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE
- Castel-Branco, C. (2016). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Chang, H.-J. (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. Londres e Nova Iorque: MacMillan.
- Chang, H.-J. (2002). *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem Press.
- CNN.com (2013). How tax havens stole your money. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/06/17/opinion/tax-havens-stole/> (acedido a 14 de Maio de 2017).
- Cramer, C. (2001). Privatisation and adjustment in Mozambique: a «hospital pass»? *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79-103.
- Fine, B. (1997). *Interrogating the Long-Run: or to what is the IMF/World Bank Adjusting*. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London).
- Fine, B. (2001). Neither the Washington nor the post-Washington Consensus: an introduction. In B. Fine, C. Lapavistas & J. Pincus, J. (eds.), *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the post-Washington Consensus*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Fine, B. (2007). Financialisation, poverty, and Marxist political economy. Comunicação apresentada na Conferência «Poverty and Capital», 2-4 de Julho de 2007. University of Manchester. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/5685/1/brooks.pdf>.
- Fine, B. (2009a). Financialisation and social policy. Comunicação na Conferência «Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Implications for Developing Countries», 12-13 de Novembro de 2009. Genebra: UNRISD. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7984>.

- Fine, B. (2009b). Looking at the crisis through Marx. *International Socialist Review*, 64, 40-47.
- Fine, B. 2010. Locating financialization. *Historical Materialism*, 18, 97-16.
- Fine, B. (2012a). Neoliberalism in retrospect? It's financialization, stupid. In C. Kyung-Sup, B. Fine & L. Weiss (eds.), *Developmental Politics in Transition: the Neoliberal Era and Beyond*. Londres: Palgrave MacMillan.
- Fine, B. (2012b). Economic reproduction and the circuits of capital. In B. Fine & A. Saad-Filho, A. (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Fine, B. (2013). Financialization from a Marxist Perspective. *International Journal of Political Economy*, 42(4), 47-66.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- Forquilha, S. & Orre, A. (2011). «Transformações sem mudanças»: os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Ganho, A. S. (2013). Agro-investimentos privados e seus reflexos na regulamentação fundiária e hídrica em dois regadios estatais em Gaza. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- GdM (Governo de Moçambique). (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- GdM (2011). *Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, Número 29, 2.º Suplemento.
- Guebuza, A. (2004). Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. *Domingo*, 28 de Novembro, 20-21.
- Harvey, D. (2015). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Londres: Profile Books Limited.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15*. Dezembro. Maputo.
- ISP (Industrial Strategy Project) (1998). Promoting Industrial Development in Southern Africa through Regional Integration and Co-operation. Univ. of Cape Town (Regional Research Project).
- Jones, L. P. & Sakong, Il. (1980). *Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case*. Harvard, Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University.

- Kim, E. M. (1997). *Big Business, Strong State: collusion and conflict in South Korean Development, 1960-1990*, 247. Albany: State University of New York Press.
- Kohli, A. (1994). Where do high growth political economies come from? The Japanese lineage of Korea's «developmental state». *World Development*, 22(9), 1269-93.
- Langa, E. (2017). Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Lapavistas, C. (2008). *Financialized Capitalism: direct exploitation and periodic bubbles*. Department of Economics, School of Oriental and African Studies, University of London. Disponível em: <https://marxismocritico.files.wordpress.com/2011/10/financialised-capitalism-direct-exploitation-and-periodic-bubbles.pdf> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Lenin, V. I. (2010). *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Penguin Classics.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dividadura: Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Luxemburg, R. (2003). *The Accumulation of Capital*. Nova Iorque: Routledge.
- Machel, M. (2011). O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: um negócio da China para a família Guebuza. *CIP Newsletter*, 11, 1-5.
- Machel, M. (2012). Alianças com selo de tráfico de influências e conflitos de interesses. *CIP Newsletter*, 13, 10-16.
- Machel, S. M. (1973). O processo da revolução democrática popular em Moçambique. In *Colecção Estudos e Orientações*, edição de 1980. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco.
- Machel, S. M. (1974). Estabelecer o poder popular para servir as massas. In *Colecção Estudos e Orientações*, edição de 1980. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco.
- Machel, S. M. (1977). *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comité Central ao III Congresso da Frelimo. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico (Frelimo).
- Mandel, E. (1980). *Late Capitalism*. Londres: Verso Edition.
- Mandlate, O. (2017). A bolha económica moçambicana e o papel da porosidade económica na absorção dos recursos externos. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Marois, T. (2012). Finance, financial capital and financialization. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Marx, K. (1847). Speech of Dr. Marx on protection, free trade and working classes. *The Northern Star*, 520, 9 de Outubro.

- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifesto of the Communist Party*. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Manifesto.pdf>
 (consultado a 25 de Abril de 2017).
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2017). Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Forquilha, F. & Francisco, A. (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. IESE: Maputo.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida – problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Moçambique (2001). *Agenda 2025: a visão e a estratégia da Nação*. Maputo.
- Nhachote, L. (2010). Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante. *CIP Newsletter*, 6, 6-7. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP).
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- OECD (2010). *Promoting Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes*. Disponível em:
<http://www.oecd.org/newsroom/44431965.pdf>.
- Office of National Statistics (2017). Disponível em:
<https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Ossemame, R. (2011). Desafios de expansão das receitas fiscais. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*, 133-160. Maputo: IESE.

- Ossemane, R. (2012). Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*, 145-164. Maputo: IESE.
- Sande, Z. (2011). «7 milhões» – revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Sky News (2013). Tax evasion: G8 leaders vow tougher stance. Disponível em: <http://news.sky.com/story/tax-evasion-g8-leaders-vow-tougher-stance-10442604> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Guardian* (2013). G8: Cameron and Osborne to make final push for tax evasion crackdown. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2013/jun/17/g8-tax-avoidance-crackdown-david-cameron> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Guardian* (2017). Costs of banking bailout in the UK. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/reality-check-with-polly-curtis/2011/sep/12/reality-check-banking-bailout> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- The Independent* (2013). G8 leaders must do more than talk a tough game on multinational tax avoidance. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/voices/comment/g8-leaders-must-do-more-than-talk-a-tough-game-on-multinational-tax-avoidance-8662162.html> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Truth Committee on the Greek Public Debt (2015-2016). *Reports*. Disponível em: <http://www.cadtm.org/Commission-pour-la-verite-sur-la-2224?lang=en> (consultado a 14 de Maio de 2017).
- Tutashinda, N. (1978). As mistificações da «Autenticidade Africana». *Cadernos Ulmeiro*, 2(1). Lisboa.
- UTRE (Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial) (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). «*Privatisation in Mozambique*», Maputo: Technical Unit for Enterprise Restructuring. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- Woodhouse, P. (2012). Agricultura, pobreza e a receita do PARP. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1, 9-22. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).

- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório*, 81/8. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (2011a). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDEIAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2011b). The working poor – a macro perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014a). Economic transformation in Tanzania: vicious or virtuous circle? *REPOA Working Paper*, 14/4.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014b). The changing economy of Tanzania: patterns of accumulation and structural change. *REPOA Working Paper*, 14/3.

NOVAS QUESTÕES E CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco

Nesta secção do *Desafios para Moçambique 2017* tínhamos como objectivo apresentar, de forma tão sistemática quanto possível, a trajectória intelectual da nossa análise crítica sobre a economia política do sistema de acumulação de capital em Moçambique. Mostrámos que a nossa trajectória intelectual foi fortemente influenciada pelos desafios e questões práticas e concretas que o percurso da economia nacional, e a sua integração na economia mundial, nos foram colocando, e pela crítica dialéctica que obrigava a pensar na unidade das partes e nas tensões e contradições do todo, isto é, descobrir a essência do sistema de acumulação, evitando que nos perdêssemos no engano e na tentação de tomar as partes isoladas como mundos autónomos e desconexos. Este desafio conduziu-nos a conceitos descritivos da essência do sistema de acumulação capitalista nas condições históricas específicas de Moçambique e dos seus mecanismos internos de expansão, crise e transformação, como são os casos de «economia extractiva» (descritiva das estruturas de acumulação), «porosidade económica» (descritiva dos mecanismos de ligação entre o Estado, o capital doméstico e o capital multinacional) e «dialéctica ligações-agentes» (instrumento de investigação da base histórica da economia política de Moçambique, que adaptámos da leitura crítica da literatura sobre a economia política da África do Sul). Estes conceitos e a sua base histórica permitiram-nos unir, numa única narrativa dialéctica, questões aparentemente tão desconexas ou paradoxais como estruturas produtivas e a rigidez do mercado financeiro doméstico relativamente aos estímulos financeiros expansionistas, o rápido crescimento económico e a perda de eficácia da economia em reduzir pobreza, a aceleração do investimento e o afunilamento da base produtiva, o aumento dos números de milionários e de pobres (num rácio aproximado de um novo milionário para 2000 novos pobres), o aumento de enclaves económicos e a expansão de ligações desindustrializantes, entre outros. Além disso, também nos permitiram prever e explicar a crise estrutural do processo de acumulação, o qual tem na bolha económica uma manifestação conjuntural, concreta e específica.

Interrogando, questionando e esclarecendo, a nossa pesquisa também criou novos desafios. O estudo da economia política de Moçambique e da sua inserção na África Austral e no mundo tem de ser aprofundado e ajustado, continuamente, às condições históricas, que vão

mudando. A dimensão macroeconómica da economia política de Moçambique precisa de ser mais sistematicamente entendida, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento das estruturas produtivas com o emprego, o investimento público e privado (nacional e estrangeiro), a base fiscal, a balança de pagamentos e o sector financeiro, e aos modelos específicos de como a porosidade económica funciona. A explosão e a implosão da bolha económica têm o potencial de mudar as relações entre a economia nacional e o sistema financeiro internacional, bem como o papel do Estado na promoção do processo de acumulação de capital, e estas dinâmicas de mudança têm de ser acompanhadas e estudadas. Portanto, a nossa investigação terá de conseguir sistematizar e relacionar a informação sobre investimento privado e público, financiamento da despesa pública e do investimento privado, estruturas e dinâmicas financeiras, e o papel das políticas económicas, em especial das políticas fiscal e monetária e da relação entre elas.

Grupos económicos emergiram nestas estruturas de acumulação, e, com eles, desenvolveram-se práticas corporativas específicas, tais como o investimento cruzado, ligações financeiras e produtivas, novos modelos de gestão, a superação das fronteiras tradicionais das firmas através de ligações formais e informais com fornecedores e clientes, diferentes formas de domínio do mercado, diferentes formas de organização industrial e de competição e cooperação, acordos oligopolistas, formas específicas de organização do financiamento, experiências sobre ligações empresariais, entre outros. Estas questões, que são vitais para entender como as dinâmicas globais de acumulação estruturam a base produtiva, e como esta afecta essas dinâmicas globais, têm de ser pesquisadas através de estudos de caso de indústrias e de cadeias produtivas específicas.

Os grandes projectos mineiros, energéticos, florestais e agrícolas têm impactos na posse e na expropriação da terra, no reassentamento das pessoas e dos seus modos de vida, na deslocação, localização e reconstrução de infra-estruturas, na prestação de serviços, nas estruturas e dinâmicas produtivas e de emprego, na migração económica e social, e na natureza e dinâmicas da descentralização política e dos programas de desenvolvimento. Estas relações, tensões, conflitos, antagonismos e experiências de superação e progresso, entre grandes tendências e o desenvolvimento local, têm de ser mais bem compreendidas, como partes de um todo, que é o sistema de acumulação de capital.

O estudo sobre o emprego terá de responder a três questões básicas: a caracterização dos mercados de trabalho, como se diferenciam, como funcionam e como são afectados pelas tendências económicas e sociais e pelas dinâmicas na África Austral; como é que as dinâmicas de acumulação e de competição entre capitais estruturam o emprego e as suas tendências, as relações de trabalho, os salários e as condições, negociações e lutas laborais, bem como as qualificações, a organização e a produtividade do trabalho; que transformações é que a introdução de novas grandes dinâmicas económicas, como o ProSavana, provoca nas estruturas de emprego e nas condições de reprodução. Um dos pontos de partida desta análise é construir um siste-

ma de informação sistemática sobre o emprego sectorial, incluindo as condições de emprego e de produtividade, a sua mobilidade intra e intersectorial, as tendências associadas com as migrações da força de trabalho, e as formas de organização social do trabalho em condições económicas específicas, dentro do País e diferenciadas por região. A pesquisa deverá, igualmente, incidir sobre as formas de organização e resistência e luta social em torno do emprego e condições de emprego, e como elas evoluem em relação com as dinâmicas do capital, da organização social e do papel do Estado nesta luta.

A compreensão da economia política de Moçambique requer uma análise contínua das dinâmicas de crise, ajustamento e estabilização, as quais podem mudar em função da natureza de cada crise e das respostas que lhe são dadas. Estudar a configuração da crise actual e das respostas políticas e económicas, incluindo, em particular, as respostas específicas à crise da dívida e à necessidade de estratégias de reestruturação anticíclicas, constitui, assim, um assunto central da pesquisa.

A análise da crise transcende as peculiaridades de cada crise. Nas últimas seis décadas, a economia de Moçambique foi afectada por várias crises, definidas como rupturas no processo de acumulação de capital manifestadas por contracção do PIB, do investimento e do emprego, e pela deterioração da sustentabilidade fiscal e da conta corrente. As crises seguiram-se a períodos de rápido aumento do investimento e aceleração do crescimento económico, durante os quais a economia parece ter perdido a capacidade de se reproduzir e sustentar o impulso inicial. Algumas das crises, como a da primeira metade da década de 1980-89 e a da segunda metade da década 2010-19, foram/são tão graves que a economia só recuperou ou vai poder recuperar com recurso a pacotes substanciais de resgate financiados por ajuda externa e profunda reestruturação da dívida. A literatura sobre economias subdesenvolvidas enfatiza o papel da dependência de produtos primários e integração desigual no capitalismo global como explicações das crises. Permanece por explicar a reprodução destas estruturas de acumulação ao longo da história bem como a sua relação com dinâmicas domésticas de acumulação. A nossa pesquisa deverá olhar para três questões: (i) o que é comum e diferente entre as crises e se há estruturas e mecanismos de reprodução de instabilidade e crise associados aos factores impulsionadores da aceleração da economia; (ii) qual é a lógica histórica que explica tanto a reprodução dos factores comuns de crise como as particularidades de cada crise, e como é que esta lógica é associada com as dinâmicas globais e domésticas de expansão, crise e reestruturação do capitalismo; (iii) que lições podem ser aprendidas desta análise para os desafios e opções de transformação económica e social.

Como foi argumentado ao longo deste artigo, o sector financeiro ajusta-se às dinâmicas de acumulação para delas tirar proveito, mas também estrutura as dinâmicas de acumulação de acordo com os seus interesses. Áreas cruciais de estudo são a actual crise financeira e as respostas políticas que lhe são dadas, a relação entre as políticas fiscal e monetária, entre a dívida

externa e a interna, entre as dinâmicas da dívida e as do financiamento da economia, assim como a evolução das estruturas do sector financeiro, incluindo o impacto de resgates de bancos e de possível reestruturação e maior concentração e centralização.

Cada uma destas questões tem uma dimensão regional e global que temos de aprender a explorar e a considerar mais sistematicamente.

A pesquisa tem de avançar mais sistemática e concretamente no que diz respeito à sua contribuição efectiva para a transformação das estruturas e dinâmicas de acumulação. A investigação com o método de economia política e com o foco no todo, o sistema social e a acumulação de capital, dá-nos vantagens importantes no que diz respeito à compreensão das dinâmicas, estruturas e relações dialécticas entre ligações e agentes, entre processos económicos e as suas motivações sociais em contextos históricos específicos. A pesquisa tem de usar estas vantagens para avançar, mais concretamente nas perspectivas transformativas. A história da economia de Moçambique mostra que a transformação começa com o que existe, que se apoia no que existe, e que tem de considerar as condições de reprodução. A alternativa é gerar impulsos de crescimento de curto prazo, que invariavelmente terminam em crises, mais ou menos agudas, como aconteceu ao longo das últimas seis décadas de história económica em Moçambique. Esta relação entre ligações, agentes e as dinâmicas de reprodução, transformação e crise precisam de ser mais bem entendidas e mais bem aproveitadas para articular opções e processos de transformação económica. O objectivo não é produzir receitas e modelos (*blueprints*), nem focar-se apenas em eventos concretos do dia-a-dia, perdendo a visão do todo. Pelo contrário, a ideia é usar a perspectiva sistémica e dialéctica que nos é dada pelo nosso método de economia política para avançar o debate sobre implicações da crítica para as opções, os caminhos e as lutas sociais.

Um dos pontos de partida para o avanço da pesquisa e do debate está relacionado com as expectativas da sociedade sobre os actuais padrões de desenvolvimento. O discurso público enfatiza a necessidade de gerir as expectativas em torno do sistema extractivo, querendo dizer que as expectativas das comunidades e dos cidadãos devem ser reduzidas, adiadas, silenciadas ou anuladas, para dar lugar a que as expectativas do capital possam concretizar-se a curto prazo. A aceleração do retorno financeiro para os accionistas das empresas do sistema extractivo é muito mais relevante, no discurso público, do que a geração de emprego decente, a produção de comida a baixo custo, a diversificação articulada da base produtiva, a industrialização local, nacional e regional, a protecção ambiental, o desenvolvimento de novos modos de vida para os expropriados, etc. A energia de mudança não pode vir do bloqueio das expectativas. Pelo contrário, deverá emergir da articulação política dessas expectativas como agenda de luta social. Não é abafando (ou gerindo, como se diz na gíria oficial), mas, pelo contrário, promovendo, esclarecendo e articulando politicamente as expectativas da sociedade e dos cidadãos comuns sobre a sua economia e sobre o sistema extractivo que a domina que será possível mobilizar a energia social para o processo de transformação económica e social.

Outra questão recorrente no debate é a necessidade de produzir mais, mas a nossa pesquisa mostra que «o quê, como, para quê e com quem e para quem» é mais importante do que «mais», pois a pesquisa mostra a importância da transformação da economia, das condições de trabalho e de produtividade, dos centros e dinâmicas de acumulação e dos padrões de apropriação, distribuição e utilização do excedente para se poder produzir mais, com maior estabilidade e com impacto económico e social mais positivo.

Duas outras questões relacionadas, e igualmente correntes no debate, são a necessidade de tirar o foco analítico dos megaprojectos e da problemática da dívida pública, e a de diversificar a economia. No que diz respeito à primeira questão, os megaprojectos e a crise da dívida existem, reproduzem-se, são dinâmicos e estruturantes da economia. Portanto, a questão é como lidar com eles no processo de desenvolvimento e transformação, e não como os ignorar.

Por um lado, eles são estruturantes e formam parte dominante de um todo, pelo que não é possível entender e transformar partes do todo sem equacionar os seus elementos estruturantes. Por outro lado, a experiência mostra que a tentativa de desviar a atenção destes factores estruturantes contribuiu para a crise da economia. A nossa pesquisa revela opções que tornam possível partir destas questões, em vez de as ignorar, para a transformação efectiva da economia. Sobre a diversificação da economia – assunto ignorado durante duas décadas, mas que se tornou moda, pelo menos em retórica –, a questão central não é apenas ter um leque de actividades mais amplo, tais como maior diversidade de produtos primários de exportação ou de produtos finais montados em linhas de produção dependentes de importações. Estas abordagens pouco mais fazem do que ampliar a magnitude das tendências de instabilidade e crise para a economia como um todo, ainda que possam expandir oportunidades de negócio para empresas particulares. Primeiro, é preciso identificar que problemas essenciais, e não apenas aparentes, queremos resolver. A nossa pesquisa revela como esta questão se transforma no centro das tensões, dos conflitos, do antagonismo e das lutas sociais. Por exemplo, o enfoque em maximizar o influxo de capitais externos para acelerar a capitalização das classes capitalistas nacionais activou as condições estruturantes de crise, instabilidade e ruptura, tornou a economia dependente dos estímulos externos, atrofiou o mercado doméstico e impediu a expansão e a reprodução do emprego, embora tivesse levado a que o investimento externo, o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações crescessem rapidamente. Segundo, é preciso considerar quais são os pontos de partida para a transformação económica e como é que se interligam, constroem e potenciam transformação, isto é, o que existe na económica que é dinâmico e central para gerar energia transformativa, mesmo que essas actividades e estruturas tenham de ser transformadas. A nossa pesquisa sobre as crises económicas mostra que ignorar as condições materiais existentes tende a activar instabilidade e crise, mas também revela opções de transformação que partem dos megaprojectos, nomeadamente associadas à transferência de recursos para diversificação e promoção de industrialização selectiva. Terceiro, é

preciso localizar fontes de energia e de crise – por exemplo, a crise da dívida pública é uma fonte de instabilidade, mas também é uma fonte de energia transformativa, revelando tensões, conflitos e paradoxos fundamentais das estruturas económicas que as políticas económica e de investimento podem ajudar a resolver. As questões a resolver, os pontos de partida e as fontes de energia e de crise formam um todo, e não podem ser resolvidos por partes. Aliás, cada um destes elementos coloca desafios e perguntas que ajudam a resolver os outros e o todo, como se, figurativamente falando, se tratasse de um sistema de equações simultâneas. Portanto, «diversificar» precisa deste tipo de qualificação – para resolver o quê, a partir de quê, com o quê e que desafios há.

Nos próximos anos, a nossa pesquisa pode ajudar a enfrentar algumas destas questões, focando-se em quatro fundamentais, nomeadamente: (i) estudos industriais, com uma perspectiva regional, com enfoque na compreensão das dinâmicas produtivas, organização industrial, emergência de grupos económicos e fontes de rentabilidade, acumulação e produtividade e financiamento; (ii) estudos laborais, sobre mercados, dinâmicas, tendências e condições de emprego, e organização e lutas sociais relacionadas; (iii) dinâmicas e tendências dos fluxos de recursos e da sua base institucional (políticas, normas, enfoques, etc.), com foco no financiamento e na despesa pública, no desenvolvimento do sistema financeiro, na interacção entre finanças e a base produtiva, nas suas relações e tensões, bem como no registo e no estudo da resposta às crises e aos factores de instabilidade económica; (iv) continuar a colher informação e analisar as dinâmicas de expansão, transformação, instabilidade e crise da economia na sua perspectiva mais ampla. Em qualquer destes focos de pesquisa, vai ser necessário combinar a construção de sistemas de informação secundária com estudos de caso, e o estudo das dinâmicas e tendências nacionais com as tendências, dinâmicas e pressões da região e do mundo.

Naturalmente, estas questões são sociais e políticas, e não apenas financeiras e económicas, na medida em que: (i) opções de desenvolvimento e, conseqüentemente, definições de prioridades, medidas de sucesso e perspectivas de curto e longo prazo têm carácter social e político, além do que se chama estritamente económico, pois afectam a produção, a apropriação, o controlo e a utilização do excedente e, em última análise, as relações sociais e as condições de vida das pessoas; (ii) tais opções e perspectivas têm impacto nas relações de poder, afectando, portanto, a sustentabilidade do quadro político existente. Logo, a primeira questão que vem à mente, ao discutir mudança e transformação e a consistência entre o curto e o longo prazo, é a seguinte: de que base social e em que condições históricas emergem e se tornam influentes, senão mesmo dominantes, os interesses de mudança, e como é que estes se articulam e definem as prioridades em torno de problemas a resolver e como os abordar, e como é que a pesquisa social pode contribuir para este processo transformativo político? Este é, também, um foco central da investigação.

PARTE III
SOCIEDADE

«GERONTOCRESCIMENTO» E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM ÁFRICA

RELEVÂNCIA E ALCANCE DA PESQUISA DO IESE

António A. da Silva Francisco

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma das principais conquistas do desenvolvimento humano, desfrutado por um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo. Na África Subsaariana («África»), a maioria dos países de baixo rendimento encontra-se entre os piores países para os idosos viverem, como mostra o *Global AgeWatch Index 2015: Insight Report*, da HelpAge International (2015). Segundo esta organização, autora deste novo índice, os países com pior desempenho carecem de uma abordagem abrangente no quadro político para responder aos desafios colocados pelo envelhecimento das suas populações. Se bem que esta conclusão não seja totalmente errada, ela necessita de uma atenção especial, por causa de questões como as levantadas e discutidas no presente artigo: o que significa ter uma abordagem abrangente sobre envelhecimento populacional em países onde o aumento do número de idosos, aqui designado por «gerontocrescimento», é ofuscado ou neutralizado pelo rejuvenescimento da população em geral? Porque iriam as pessoas preocupar-se em antecipar um fenómeno que ainda não estão a viver ou a sentir?

Sem pôr em causa o potencial do Global AgeWatch Index (GAWI) [daqui em diante traduzido como Índice Gerontológico Global (IGG), ou também Índice], este artigo retoma a análise apresentada no trabalho intitulado «“Gerontogrowth” and population ageing in Africa and the Global AgeWatch Index», publicado na revista *The Journal of the Economics of Ageing (JOeA)* (Francisco, 2016). Segundo este artigo, o alcance explicativo do IGG poderá ser substancialmente melhorado, se for inserido e contextualizado num quadro analítico e metodológico realmente mais abrangente. O novo Índice precisa de um enquadramento que articule melhor o conceito de capacidade, ou liberdade, para alcançar resultados de bem-estar (Sen, 2003), com conceitos cruciais que reflectem a estrutura e a dinâmica populacional, com destaque para as diferentes etapas da transição demográfica mundial, em que a população idosa mundial se integra. O artigo publicado no *JOeA* (Francisco, 2016) foi seleccionado para figurar na Parte III – Sociedade do livro *Desafios para Moçambique 2017*, por quatro razões principais. Primeira, a

publicação da oitava edição deste livro coincide com a celebração do 10.º aniversário do surgimento do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e a quinta conferência académica internacional, subordinada ao tema «Desafios da investigação social e económica em tempos de crise». Neste contexto, o tema deste artigo oferece um exemplo representativo das principais áreas de pesquisa científica realizadas pelo Grupo de Investigação Pobreza e Protecção Social (GdI-PPS), na primeira década de existência do IESE.

Segunda, em complemento aos principais temas de debate económico e político, no sentido estrito e convencional dos termos «económico» e «político» (e.g. ligações dos megaprojectos à economia nacional, natureza dos padrões de crescimento económico, dívida pública, pobreza e acumulação de riqueza, financiamento do Estado e tributação, problemática do sistema político, participação política dos cidadãos e funcionamento do sistema eleitoral), o GdI-PPS tem-se esforçado por reconhecer explicitamente e dar corpo analítico à dimensão demográfica dentro das áreas prioritárias de investigação do IESE. Considerando que a problemática demográfica é frequentemente diluída na categoria «social», claramente, o IESE tem contrariado a recorrente desvalorização e marginalização das implicações económicas, políticas e sociais da dinâmica demográfica. Uma rápida revisão dos temas principais nas publicações do IESE não deixa margem para dúvidas de que a análise demográfica representa um espaço visível e relevante na afirmação do carácter pluralista da agenda de investigação do IESE. Nesse sentido, o artigo escolhido para figurar na edição de 2017 do *Desafios para Moçambique* reflecte e sintetiza importantes reflexões de pesquisa e debates públicos, tais como: 1) dinâmicas, tendências e desafios da transição demográfica global e das transições demográficas incipientes em diversos países da África Subsaariana, nomeadamente Moçambique (Francisco, 2011a, 2011b, 2017); 2) desafios da protecção social financeira e protecção social demográfica no contexto das economias emergentes e subdesenvolvidas (Cunha & Orton, 2011; Francisco, 2010a, 2011b); 3) viabilidade e sustentabilidade da pensão universal para idosos em África e Moçambique, em particular (Francisco & Sugahara, 2015a; Sugahara & Francisco, 2011); 4) o papel da poupança na configuração da protecção social e da estratégia de crescimento económico (Francisco & Siúta, 2015a, 2015b; Siúta, 2014); 5) oportunidades e constrangimentos orçamentais para a ampliação da assistência social pública (Francisco, 2012; Francisco *et al.*, 2016; Francisco & Semedo, 2017).

A terceira razão da escolha deste artigo poderia ser a simples partilha de uma versão em português do artigo publicado no *JOeA*, para benefício do leitor moçambicano não familiarizado com a língua inglesa. Contudo, ainda que a generalidade do conteúdo na versão inglesa faça parte deste texto, circunscrever este texto a uma mera tradução da versão em inglês, publicada em 2016, seria desperdiçar uma boa oportunidade de ir mais além. Assim, para além de se contextualizar o debate sobre o gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional, na pesquisa realizada pelo IESE, o artigo insiste, de forma mais assertiva e específica, na premên-

cia de se romper com a indiferença intelectual e o silêncio político em relação às dinâmicas e aos processos estruturantes e fundamentais das mudanças demográficas (Campbell, 2007; Sugahara & Francisco, 2012). Isto é particularmente importante nos momentos em que os países enfrentam crises económico-financeiras e políticas agudas, como está a acontecer presentemente em Moçambique. Nestes momentos, é comum exacerbarem-se as manifestações conjunturais e imediatas das crises, em detrimento das causas estruturais de longo prazo e não directamente perceptíveis. Isto acontece por múltiplas razões, algumas das quais aplicáveis também à própria pesquisa realizada pelo IESE em vários domínios: a ignorância ou a desvalorização dos efeitos estruturais demográficos e económicos; a opção deliberada pela priorização do urgente em detrimento do importante; a interferência das competências de uma certa área do conhecimento humano na compreensão em outras, algo que Garret Hardin (1987) destacou, há várias décadas. Tal questionamento de Hardin da interferência prejudicial da percepção dos investidores e economistas sobre as taxas de crescimento económico, na avaliação do crescimento populacional, continua inteiramente válido presentemente: «... uma boa formação em economia pode ofuscar o significado do crescimento populacional» (Hardin, 1987: 285). Voltaremos a esta interferência novamente, no final deste artigo, em referência aos desafios da investigação futura.

A quarta razão da escolha deste artigo tem que ver com o facto de o seu conteúdo ser dos que melhor se enquadram na Parte III – Sociedade do livro *Desafios para Moçambique*. Isto não significa que os aspectos demográficos não mereçam, ou não pudessem ser abordados nas outras secções do livro, do ponto de vista político, económico ou das relações de interdependência regionais ou internacionais. Na verdade, como se indicou anteriormente, o GdI-PPS tem dado passos concretos, visando minimizar as interferências questionáveis de abordagens teóricas da economia e da política na pesquisa sobre protecção social, por duas vias: 1) demonstrando a relevância dos processos de interdependência entre a dinâmica demográfica e os sistemas económico-financeiros; 2) questionando as abordagens teóricas da economia política de utilidade duvidosa para o entendimento dos alicerces económico-demográficos da protecção social. Um dos temas que passaram a assumir, nos anos recentes, particular destaque na investigação do GdI-PPS é o papel da poupança (interna e externa) na estratégia de crescimento económico. Inevitavelmente, a demonstração da relevância da poupança no crescimento económico e na protecção social conduz ao questionamento e à demarcação relativa a diferentes abordagens económicas, directa ou indirectamente, veiculadas por investigadores, técnicos e fazedores de políticas públicas. Tais abordagens incluem as chamadas «abordagens ortodoxas», nomeadamente a escola neoclássica, e uma multiplicidade de abordagens chamadas «heterodoxas», por oposição negativa à ortodoxia neoclássica (e.g. keynesianismo, institucionalismo, historicismo, marxismo, entre outras) (Angeli, 2014; Francisco, 2012).

As abordagens teóricas prevalentes nos trabalhos do GdI-PSS procuram distanciar-se, se bem que até aqui, ainda de forma hesitante e nem sempre coerente e satisfatória, das perspectivas

que negam, velada ou abertamente, que a produção de bens de capital e o investimento pressupõem a existência de poupança. Distanciam-se, em particular, da teoria socialista da exploração que, nas décadas passadas, muita influência exerceu no pensamento económico que sustentou diversas políticas públicas moçambicanas, pelo menos em termos retóricos; presentemente, continua a influenciar parte do pensamento crítico e das pesquisas económicas, por via de uma perspectiva comumente designada «economia política», em termos genéricos, e autoproclamada heterodoxa, sem o devido reconhecimento que existem diversas outras abordagens de economia política, consoante as escolas de pensamento que seguem. Enquanto certas abordagens económicas influentes na formulação de políticas públicas em Moçambique lidam com a poupança interna, nuns casos, como se fosse neutra e não nociva, mas genericamente irrelevante (e.g. keynesianismo), noutros, ainda que admitam a dificuldade de promoção do investimento nacional e, conseqüentemente, do crescimento económico, sem poupança, depositam demasiada confiança na relação monetarista entre a demanda agregada e a oferta agregada, e em particular no papel do banco central (e.g. Escola de Chicago). Já a escola de pensamento marxista da exploração dos trabalhadores afirma-se explicitamente hostil à poupança, ao considerar que o resultado da acumulação de capital, decorrente de juros e lucros, nada mais é do que um eufemismo para a mais-valia imerecida das classes, famílias e indivíduos que acumulam a riqueza produzida. A partir de uma perspectiva económica como esta, dificilmente se podem esperar contributos positivos para o entendimento de que a produção de novos bens e serviços é impossível sem poupança, consumo diferido e assunção de riscos intertemporais. Na verdade, a sociedade moçambicana já teve oportunidade de experimentar na prática o modelo económico da teoria da exploração, no período 1975-1985, durante o qual a economia marxista-leninista se converteu em ortodoxia dominante, com sérias e duradouras conseqüências regressivas para a concepção e busca de sistemas de protecção social progressivos, inclusivos e potencialmente capazes de responderem aos novos desafios do regime demográfico moderno (Francisco, 2010a, 2012; Francisco *et al.*, 2016). Considerando que a diversidade de dinâmicas e processos demográficos exigem análises, métodos, políticas, acções ou programas consistentes com a realidade ou realidades específicas, neste trabalho adiciona-se um novo objectivo aos três que motivaram o artigo publicado no *JOeA*. Primeiro, contextualizar a relevância do facto de, a nível mundial, a proporção da população idosa estar a aumentar, e, na verdade, desde finais do século XX, ser já em média maior do que o efectivo etário de crianças e jovens menores de 15 anos. Porém, esta mudança, sem precedentes na história da humanidade, ainda não abrange grande parte do continente africano e diversos países de baixo rendimento noutras regiões do mundo. Ora, como se mostra neste artigo, isto não é irrelevante para países como Moçambique. A este nível, a distinção conceptual entre crescimento do número de idosos, aqui designado por «gerontocrescimento», do conceito de envelhecimento populacional propriamente dito é fundamental para se perceber os diferentes estágios de mudança em diversas regiões.

Segundo, o artigo mostra que o contexto estrutural e a dinâmica demográfica diferentes nos países africanos de baixo rendimento precisam de ser tomados em consideração na interpretação dos resultados do IGG, não como algo natural, mas como uma manifestação importante do subdesenvolvimento das condições de vida dos idosos. Um subdesenvolvimento que não é somente económico, social e cultural, mas também, e sobretudo, demográfico, como é visível na estrutura muito jovem da população, vulgarmente vista como algo natural.

Terceiro, o artigo questiona a ideia de que a concentração dos países africanos de baixo rendimento na cauda do IGG deriva principalmente da falta de capacidade e de empenho dos fazedores de política, na implementação de uma abordagem abrangente para responder aos desafios colocados pelo envelhecimento populacional. Contudo, o artigo adianta que boa parte das limitações identificáveis no actual enquadramento analítico do IGG é facilmente superável. Uma vez superadas as principais limitações analíticas, os dividendos poderão surgir e revelar-se compensadores, incluindo para a própria abordagem pró-activa, preocupada em proporcionar um enquadramento político e operacional efectivo do fenómeno do envelhecimento que motivou a HelpAge International a criar o Global AgeWatch Index.

Quarto, o artigo aponta algumas das principais implicações analíticas e políticas da análise feita no corpo principal do texto, tanto em relação ao maior poder analítico que o IGG precisa de adquirir como à pertinência da sua inserção numa abordagem realmente mais abrangente. Este trabalho está organizado em quatro secções. A primeira corresponde a esta Introdução, na qual se identifica o problema da pesquisa que motivou este artigo e que justifica a relevância e pertinência da sua integração no leque de prioridades da pesquisa realizada pelo IESE, na sua primeira década de existência. A segunda começa por identificar conceitos e medidas complementares e susceptíveis de reforçarem o alcance, a abrangência e a substância analítica do IGG. Mostra, de seguida, porque e como este novo Índice pode ser mais bem enquadrado no processo de transição demográfica global, entendido como facto e como modelo analítico. Antes de concluir a segunda secção adiantam-se breves comentários sobre os aspectos metodológicos e dados relevantes para as secções seguintes, mas também do ponto de vista da principal mensagem do artigo. A terceira secção representa a parte central do artigo, ao lidar empiricamente com a questão do gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional e a sua importância para se entender a sobre-representação dos países africanos de baixo rendimento na cauda do desempenho das condições de vida dos idosos. Ilustra, ainda, a relação empírica da chamada «armadilha de equilíbrio de baixo nível» (ou, para certos autores, «armadilha malthusiana»), mas que poderá ser mais uma «armadilha da transição demográfica». A quarta secção conclui, sublinhando aspectos susceptíveis de fortalecerem o alcance explicativo do IGG, quer por via do reforço do seu alcance analítico quer pela sua inserção numa abordagem efectivamente mais abrangente.

CONCEITOS, MEDIDAS E ASPECTOS TEÓRICOS RELEVANTES

Viver até aos 60 ou mais anos é uma conquista notável da população humana e um dos privilégios mais importantes na evolução recente da humanidade. A longevidade é um privilégio, porque apesar de um número crescente de pessoas desfrutarem de mais esperança de vida, na verdade apenas um pequeno número dos seres humanos que nascem e sobrevivem no primeiro ano de vida consegue chegar à idade idosa. A nível mundial, a população idosa, ou seja, as pessoas com 60 ou mais anos, representa actualmente pouco mais de 900 milhões de pessoas, equivalente a 12,3% da população total. Prevê-se que este efectivo ultrapasse dois mil milhões em 2050, ou cerca de 22% da população mundial. Em África, todavia, os idosos representam apenas uma pequena porção (cerca de 7%) da população idosa mundial, e também da de toda a população africana (5%). Apesar disso, o efectivo de africanos idosos multiplicou mais de cinco vezes, de 12 milhões em 1950 para 64 milhões em 2015. Este crescimento acompanha o crescimento geral da população, prevendo-se que triplique até meados do corrente século, para 220 milhões de idosos em 2050, equivalente a 9% da população de África (NU, 2015).

Não menos importante do que o incremento do efectivo de idosos, que é em si um feito sem precedente na história da humanidade, é o notável progresso global na qualidade de vida, bem-estar e satisfação dos idosos. A este nível, no continente africano apenas um pequeno número de países consegue proporcionar uma qualidade de vida satisfatória na última fase da vida, ou terceira idade. A maioria dos idosos africanos vive em circunstâncias extremamente precárias, justificando a pergunta: para quê viver uma vida cada vez mais longa se é para viver pior?

Em resposta às mudanças e desafios que o fenómeno global de envelhecimento da população mundial representa no corrente século XXI, a HelpAge International lançou em 2013 o Global AgeWatch Index (GAWI) (HelpAge International, 2013a, 2014, 2015a). Na falta de uma opção melhor para a tradução para português do nome atribuído a este novo Índice, optou-se por uma designação que se aproxime da essência do seu conteúdo – Índice Gerontológico Global (IGG). O IGG foi concebido para avaliar os factores que determinam o bem-estar socioeconómico da população idosa; ou seja, a gerontologia (do grego «*gero*» = envelhecimento + «*lógia*» = estudo) é a ciência que estuda o envelhecimento das pessoas em múltiplos aspectos – biológicos, psicológicos, social, demográfico e outros – e como lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida e bem-estar por via de um envelhecimento saudável (inclui, mas distingue-se, de geriatria, ciência médica que estuda e trata as patologias dos idosos). O Índice visa responder às principais preocupações das pessoas idosas e sensibilizar os fazedores de políticas para os factores fundamentais do bem-estar das gerações mais velhas. O Índice procura fornecer uma base sistemática de dados para o enquadramento político, na formulação e implementação de políticas e programas que garantam, como se pode ler no *Insight Report 2015*, «que nenhuma pessoa idosa fique para trás».

Apesar de o IGG 2015 contemplar apenas 96 países de um total de 194, na verdade os países abrangidos já cobrem cerca de 91% da população mundial com idade igual ou superior a 60 anos. Em África, de um total de 54 países, apenas 11 foram incluídos no IGG 2015, correspondendo a 39% da população de África e 48% da população da África Subsaariana. Dois destes países, Malawi e Moçambique, antecedem o último classificado, que é o Afeganistão. Seguem-se mais seis países africanos com baixo rendimento e com as piores condições de vida para os idosos (Tanzânia, Zâmbia, Ruanda, Uganda, Nigéria e Marrocos), classificados entre os 13 piores no IGG. Os restantes três dos 11 países africanos no Índice são: Gana (81.º), África do Sul (78.º) e Maurícias (42.º). Assim, as Maurícias apresentam-se entre os 50% mais bem classificados no IGG 2015 e em primeiro lugar no continente africano (Tabela 3).

Comentando os extremos na lista de 96 países no IGG 2015 (Suíça com 90,1% e Afeganistão com 3,6%), o *Insight Report* concluiu que os países com melhor desempenho têm uma abordagem abrangente, investindo em pensões, acesso a cuidados de saúde e apoio à inclusão social dos idosos. «Apesar de nem sempre o reconhecermos», adianta o relatório, «o envelhecimento da população mundial é a maior história de sucesso de desenvolvimento humano, tendo resultado na queda das taxas de natalidade e na maior esperança de vida» (HelpAge International, 2015a: 5). Lendo os *Insight Reports* das três edições já publicadas, é perceptível que o IGG resulta de atuadas e extensivas reflexões conceptuais, metodológicas, técnicas e operacionais. Mas é somente quando nos familiarizamos com a informação metodológica que se percebe a laboriosa e sistemática pesquisa que os autores fizeram, na literatura relevante, como parte do processo de elaboração deste novo índice multidimensional (HelpAge International, 2013a, 2013b, 2013c, 2015a, 2015b). Isto parece dever-se ao forte enviesamento por uma abordagem mais pró-activa (operacional e politicamente) do que propriamente abrangente, em termos analíticos e metodológicos. A afirmação acima citada, segundo a qual o melhor desempenho dos países deriva de uma abordagem abrangente, carece de explicitação e fundamentação satisfatórias, acabando por circunscrever o alcance explicativo e a abrangência do Índice a acções específicas, em resposta aos desafios decorrentes do envelhecimento nos diferentes países. O próprio material metodológico sobre a concepção e construção do Índice lida com os dados estatísticos como se não estivessem carregados de teoria (*theory-laden*, na linguagem popperiana), ou fosse possível obtê-los sem que a teoria indique o que procurar, como e porquê (Deutsch, 2011: 10, 18). Será que o Índice da HelpAge International sobreviverá ao escrutínio, como mais um indicador de desenvolvimento, inspirado na multiperspectiva quantitativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)? Como é que o IGG reflecte as características estruturais demográficas e socioeconómicas diferenciadas, na forma como mede e avalia o desempenho dos países contemplados? O que significa ter uma abordagem abrangente do envelhecimento populacional em países onde o aumento do número de idosos é ofuscado ou neutralizado pelo rejuvenescimento da população em geral? Qual é o alcance analítico do actual enquadramento

conceptual e metodológico do IGG, circunscrito ao conceito de capacidades [inspirado no trabalho seminal de Amartya Sen (2003) (HelpAge International, 2013: 5; Zaidi, 2014: 13-15)], ignorando conceitos estruturantes cruciais para uma adequada contextualização das diferentes etapas da transição demográfica mundial? Porque é que as pessoas iriam preocupar-se com um fenómeno que ainda não viveram, porque de facto simplesmente não existe na sua sociedade? O IGG é presentemente o principal protagonista no esforço de análise e avaliação de indicadores multidimensionais de medida da qualidade de vida, bem-estar e participação das pessoas idosas, em todo o mundo. Em termos operacionais, o IGG compreende 13 diferentes indicadores, organizados em quatro categorias ou domínios-chave: i) estado da saúde; ii) segurança financeira; iii) capacidade de emprego e educação; iv) ambiente favorável. Em cada uma destas variáveis, os países receberam pontuações que variam entre zero (mínimo) e cem (máximo). A média de todas as variáveis estabelece a posição de cada país na classificação geral (HelpAge International, 2013).

O IGG é provavelmente o mais recente descendente na família de índices de desenvolvimento social, económico e humano, bem como bem-estar e felicidade; uma vasta família em próspero crescimento e sofisticação, desde que o IDH foi criado, em 1990, e rapidamente se converteu em referência analítica, no debate internacional e nacional, em torno de políticas públicas sobre o desenvolvimento humano (Bagolin & Comim, 2008; Deaton & Tortora, 2015; Kahne-man & Deaton, 2010; UNDP, 2015). Tendo sido criado com a finalidade explícita de proporcionar enquadramento político para responder aos desafios colocados pelo envelhecimento de diferentes populações, a concepção e a operacionalização do IGG assentam na ideia de que o envelhecimento populacional é um fenómeno completamente globalizado. Porém, trata-se de uma generalização contrariada pelos próprios dados e pela classificação de diferentes tipos de sociedades, fornecidos pelo *Insight Report 2015*, como se mostra mais adiante.

INDICADORES COMPLEMENTARES PARA UM ÍNDICE MAIS SIGNIFICATIVO

A ciência da população fornece um conjunto de conceitos e medidas que permitem ampliar o poder analítico e a abrangência contextual e, conseqüentemente, um *insight* do IGG, por enquanto circunscrito ao conceito de «conjunto de capacidades» de os idosos realizarem determinadas funções (Zaidi, 2014: 13). Parte dos referidos conceitos e medidas corresponde aos índices demográficos disponibilizados pela ciência da população para agrupar e sistematizar informação sobre níveis e mudanças estruturais, tais como: relações de dependência, processo de renovação da população activa e envelhecimento, por exemplo Índice de Envelhecimento, Índice de Juventude, Percentagem de Idosos, Índice de Dependência de Idosos, Idade Mediana da População (Calot & Sardon, 1999; Nazareth, 2004: 115-118). Outra parte dos conceitos envolve a proposta em que se recorre a conceitos pouco convencionais (e.g., gerontocrescimento, rejuvenescimento), mas que podem contribuir para a melhor identificação de processos

reais e, conseqüentemente, melhor percepção da racionalidade estrutural das mudanças demográficas, subjacentes às expressões mais aparentes dos domínios-chave incorporados, neste caso, no IGG (Calot & Sardon, 1999; Coale, 1987; Dumont, 2003).

GERONTOCRESCIMENTO, REJUVENESCIMENTO E ENVELHECIMENTOS

O termo «envelhecimento» carece de uma definição universal consensual, em grande parte devido à diversidade de percepções culturais e diferentes entidades de referência relativas ao limiar de início da idade idosa. O *Multilingual Demographic Dictionary* da ONU (NU, 1958: 20) estabelece uma importante distinção entre «envelhecimento» da população e «envelhecimento individual», ou senescência, e aumento na duração da vida humana ou da longevidade, resultante da melhoria do padrão de vida e das descobertas médicas.

A dificuldade de se chegar a uma definição consensual de envelhecimento tem vários motivos. Um é que o início da idade idosa não é um momento rígido no curso da vida. Em geral, toma-se como referência 60 ou 65 anos de idade. Pessoas acima dessas idades são chamadas «idosas», ou da terceira idade. Em países como os Estados Unidos da América ou da Europa, entre outros do mundo desenvolvido, a idade de 65 anos é preferida como limiar de referência. Contudo, a ONU fornece geralmente um leque de limiares de início da idade idosa, 60+, 65+ e 85+ anos (Suntoo, 2012: 4; NU, 1958: 19-20). Ainda que qualquer uma destas opções seja de algum modo arbitrária, devido aos enviesamentos subjectivos e culturais envolvidos, a inclinação de a ONU usar 60+ com maior frequência afigura-se como uma opção mais adaptável e adequada à situação africana, pelo facto de o seu processo de transição demográfica estar atrasado e lento. Existe um outro motivo que torna o consenso em torno do conceito de envelhecimento populacional cada vez mais difícil e remoto. Vários autores consideram cada vez mais pertinente falar de envelhecimentos em vez de envelhecimento, num sentido singular e indiferenciado. A primeira distinção diz respeito à diferença entre o aumento do número de pessoas no topo da pirâmide etária (efeito de «tendência», também chamado «envelhecimento do topo») e o envelhecimento na base da pirâmide etária (efeito «estrutural»). Neste último caso, observa-se uma redução da base da pirâmide, porque a percentagem de crianças e jovens diminui em relação ao número de idosos, tal como é captado pelo chamado «Índice de Envelhecimento» (Dumont, 2003; Nazareth, 2004: 119; Sousa, 2010: 9, 10, 53).

Como sublinhou Gérard-Francis Dumont, num breve texto publicado em 2003, «Nada impede que se criem neologismos sempre que for necessário. A palavra “demografia”, inventada por Achille Guillard em 1855, para designar a ciência da população, é apenas um desses neologismos». De igual modo, defendeu Dumont (2003), nos dias de hoje justifica-se criar um termo que permita compreender as tendências demográficas no mundo, especificando no âmbito do processo de envelhecimento o que o neologismo «gerontocrescimento» poderá captar relativamente ao crescimento absoluto da população idosa.

As análises podem ser enriquecidas, conforme argumentou ainda Dumond (2003), através de conceitos como «gerontocrescimento», que ajudam a distinguir uma evolução quase certa através de uma evolução relativamente incerta. O gerontocrescimento acaba por revelar-se um fenómeno muito mais certo do que o envelhecimento populacional, porque depende unicamente da redução da mortalidade da população, em geral, e da população na idade mais idosa, em particular. Já o envelhecimento populacional, contrariamente ao que se pensa no senso comum, depende do declínio da fecundidade, que reduz a proporção da população mais jovem em relação ao efectivo de idosos. Quando os países atingem níveis de não renovação das suas gerações, o efeito da melhoria das condições gerais de saúde reforça o processo de envelhecimento, podendo ser reforçado ou atenuado pelas migrações (Dumont, 2003; Nazareth, 2004: 120). A Tabela 1 apresenta de forma sistematizada as diferentes características entre gerontocrescimento e envelhecimento populacional.

TABELA 1: DIFERENTES CARACTERÍSTICAS ENTRE GERONTOCREScimento E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	
GERONTOCREScimento	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO
DEFINIÇÃO	
Aumento do número de pessoas idosas numa dada população.	Aumento da proporção das gerações mais velhas numa população.
FACTORES DE INTENSIDADE	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da esperança de vida dos idosos 2. Efeito da herança demográfica 3. Contributo migratório composto por idosos (caso de idosos em Maputo) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Queda da fecundidade a diferentes velocidades 2. Sobrevivência crescente dos idosos 3. Composição etária e do comportamento da fertilidade devido à migração 4. Efeitos da herança demográfica (factores são analisar especificamente o caso da população activa, a população de uma empresa)
INDICADORES DE MEDIDA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Medidas de variação do número de idosos, em termos absolutos (efectivo) e relativos (taxa de crescimento dos grupos etários idosos). 2. Esperança de vida nos grupos idosos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de Envelhecimento (IE) 2. Idade mediana e idade média da população 3. Taxa de fecundidade e esperança de vida à nascença
PERSPECTIVAS DEPOIS DE 2006 EM MOÇAMBIQUE	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudanças estruturais lentas, a menos que surjam factores externos 2. Gerontocrescimento deverá continuar, no futuro, dependendo da importação de inovações tecnológicas e de poupança externa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O envelhecimento da população provavelmente será adiado, dependendo da intensidade do rejuvenescimento da população, do início e da velocidade de transição da fertilidade

Fonte: adaptado de Dumont (2003)

Para além da anterior distinção entre gerontocrescimento e envelhecimento populacional, o *Insight Report 2015* fornece uma classificação das sociedades em quatro grupos, definidos de acordo com a percentagem da população 60+ anos: i) sociedades jovens (>10%-51%); ii) sociedades em envelhecimento (10%/19%-26%); iii) sociedade em rápido envelhecimento (20%/29%-22,5%); iv) sociedade em hiperenvelhecimento ($\geq 30\%$ -0,5%) (HelpAge International, 2015: 5).

Finalmente, a inclusão do conceito «rejuvenescimento» no subtítulo, entre gerontocrescimento e envelhecimentos, não é por acaso. O aumento da proporção de jovens mais rápido do que o aumento da proporção de idosos gera rejuvenescimento populacional, em vez de envelhecimento populacional. Isto é particularmente relevante para o ponto principal, abordado na terceira secção, sobre a relação entre gerontocrescimento e envelhecimento populacional, em países onde a transição da fecundidade ainda é incipiente ou praticamente mal começou (Coale, 1987: 366).

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (IE), IDADE MEDIANA E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO

O Índice de Envelhecimento (IE) é um dos vários indicadores demográficos, como se referiu, usados para medir a taxa ou o ritmo a que uma população envelhece e as suas implicações para avaliar a renovação das gerações e transferências intergeracionais, bem como políticas fiscais e comportamentos de poupanças. O IE é um rácio demográfico que mede a proporção de idosos em relação à população jovem. Expressa-se geralmente como o número de pessoas com 60 ou mais anos de idade (ou também 65+) por cem pessoas com idade inferior a 15 anos; isto é, a razão entre o topo ou a vértice e a base da pirâmide etária. Um número menor do que cem significa que há menos idosos do que jovens. O IE permite captar o tipo de envelhecimento, referido acima, em que a base da pirâmide de idades diminuiu.

Uma das características amplamente reconhecidas nos países subdesenvolvidos é terem uma população demasiado jovem (e.g., idade mediana de 17 anos, em Moçambique e Malawi). A idade média da população é outro indicador que evidencia o nível e a tendência do envelhecimento populacional. A idade mediana divide a população em dois grupos do mesmo tamanho, em que metade da população total é mais jovem do que a idade referida, e a outra metade é mais velha. Por seu turno, a idade média da população é mais sensível a alterações na parte direita da distribuição de idades (isto é, os mais velhos dos idosos); pode ser mais adequada do que a idade mediana, em estudos especificamente sobre a dinâmica do envelhecimento da população. Porém, estes dois índices são meros índices de incidência; isto é, relacionam simplesmente o número de indivíduos segundo grandes categorias, não tomam em conta a distribuição etária dentro das grandes categorias, em particular os idosos.

POR UM ENQUADRAMENTO ANALÍTICO MAIS SIGNIFICATIVO E ABRANGENTE

Tanto o gerontocrescimento como o envelhecimento populacional são duas das consequências fundamentais da transição demográfica global, sobre a qual existe uma extensiva e rica literatura. Este não é o espaço apropriado para um levantamento da vasta bibliografia disponível, nem tão-pouco para uma revisão exaustiva das controvérsias epistemológicas e metodológicas que o modelo estilizado de representação da dinâmica populacional tem provocado (Abernethy, 1995; Alves, 2002; Nielsen, 2015a).

Porém, nem que seja de forma breve, a questão da transição demográfica é demasiado importante para ser deixada implícita, como faz o *Insight Report 2015*, que não tem uma única alusão satisfatória ao seu papel diferenciador, no enquadramento analítico e empírico do gerontocrescimento e do envelhecimento. Dito isto, convém esclarecer que, apesar de o *Insight Report 2015* tratar a transição demográfica global como dada, não seria justo ou correcto sugerir que os autores desconhecem o seu impacto, e sobretudo que ignoram que o envelhecimento populacional resulta do declínio da fecundidade. Contudo, o facto de não prestarem o devido destaque ao papel transformador ou mesmo revolucionário da transição da fecundidade, no mínimo acaba por não ajudar a dissipar o equívoco, ou mesmo mito, que o envelhecimento populacional resulta do aumento da mortalidade em vez do declínio da fecundidade (Bairoch, 2001: 173; Nazareth, 2004: 120).

Além disso, antes de se concluir precipitadamente que o risco de certos países ficarem para trás ou de serem excluídos do progresso deriva principalmente da falta de vontade ou incapacidade de os fazedores de políticas públicas porem em prática acção apropriadas, é importante reconhecer o papel e o peso do subdesenvolvimento demográfico e económico. Neste caso particular, um subdesenvolvimento que é estruturalmente determinado pela conjugação dos componentes de mudança da dinâmica populacional e factores-chave de produção económica. Esta secção aborda brevemente o contexto amplo (nacional ou global) proporcionado pela transição demográfica, como processo global e como modelo explicativo do gerontocrescimento e envelhecimento populacional, entre vários outros fenómenos manifestados a nível individual, familiar e das sociedades.

O CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA GLOBAL

A transição demográfica é o processo de mudança do regime de elevadas taxas de mortalidade e natalidade para um novo regime demográfico, assente em baixas taxas de mortalidade e natalidade, geradoras de mudanças estruturais na distribuição etária da população; um processo que decorre ao longo de um ano e meio a dois séculos, numa determinada população (Lee, 2015: 67-68). A transição demográfica é um fenómeno de transformação mundial único na história da humanidade, pela ruptura radical que provoca no regime demográfico antigo (RDA) e pela sua substituição por um regime demográfico moderno (RDM), radicalmente novo e distinto do RDA. Tal fenómeno constitui o núcleo da teoria clássica de (ou primeira) transição demográfica e das suas novas variantes (e.g., segunda transição) (Cowgill, 1963; Davis, 1945; Dyson, 2010; Francisco, 1996: 209-215, 2011a; Landry, 1987; Lee, 2003; Livi-Bacci, 1992; Malmberg & Sommestad, 2000; Reher, 2004)1992; Malmberg and Sommestad, 2000; Reher, 2004.

A teoria da transição demográfica foi inicialmente concebida como um modelo de três estágios (Davis, 1945; Landry, 1987); evoluiu depois para mais uma ou duas etapas diferentes, como

forma de representar a diversidade de dinâmicas populacionais e a evolução futura da combinação de múltiplos padrões de mortalidade e fertilidade. Na prática, as variações nos modelos estilizados de transição demográfica motivaram diferentes controvérsias sobre o seu alcance explicativo e a sua correspondência com a realidade (Abernethy, 1995; Alves, 2002; Nielsen, 2015a, 2015b). Porém, a despeito das polémicas existentes, a verdade é que, ao longo do século xx, a transição demográfica generalizou-se a toda a população mundial como uma verdadeira «revolução demográfica», termo usado pelo demógrafo francês Adolphe Landry (1987 [1909]), vários anos antes de a expressão «transição demográfica» ter sido adoptada pela comunidade de estudiosos da população (Davis, 1945; Kapitza, 2009; Landry, 1987; Lee, 2015: 68).

Sendo o modelo gráfico da generalização clássica estilizada da transição demográfica amplamente difundido, é escusado replicá-lo aqui, passando-se directamente para os aspectos de interesse neste trabalho, o gerontocrescimento e o envelhecimento populacional. Em geral, reconhece-se que a transição demográfica começa com a queda progressiva e persistente da taxa de mortalidade, originando uma diminuição sustentável de altas taxas de mortalidade para taxas cada vez mais baixas. A consequência desta transição é a ruptura de uma etapa (pré-transicional) de relativo equilíbrio demográfico, em torno de baixas taxas de crescimento populacional. Segue-se uma segunda etapa (transição da mortalidade) de aceleração da taxa de crescimento populacional, porque a mortalidade diminui progressivamente, enquanto a natalidade se mantém nos níveis elevados e correspondentes à elevada mortalidade prevalente, no RDA.

Se a ruptura com o regime demográfico milenar é irreversível, como se tem observado globalmente, o surgimento de um novo equilíbrio de crescimento populacional tão baixo como na etapa pré-transicional depende da realização da transição da fecundidade. No modelo estilizado de transição demográfica, a terceira etapa acontece quando a fecundidade diminui de forma sustentável, acabando por gerar uma desaceleração do crescimento da população. Nesta fase, observa-se uma reposição do equilíbrio e da estabilidade do crescimento populacional, correspondente ao que certos autores consideram ser a quarta etapa e possível passagem para uma quinta, ou primeira fase, que alguns demógrafos preferem designar por «segunda transição demográfica» (Chesnais, 1990; Coleman, 2012; Davis, 1945; Defo, 2014; Dyson, 2010; Lee & Reher, 2011; Lesthaeghe, 2010, 2014a; Livi-Bacci, 1992; Reher, 2004; Teitelbaum, 1987)1992; Reher, 2004; Teitelbaum, 1987.

No contexto da transição demográfica, a população idosa cresce, numa primeira fase, em termos absolutos apenas (gerontocrescimento), e, posteriormente, em termos também relativos e em referência aos demais grupos populacionais, nomeadamente o mais jovem (envelhecimento). À medida que a diminuição da fecundidade se torna sustentável e duradoura, a composição etária da população começa a ser afectada, diminuindo a base da sua pirâmide de idades. Enquanto isto não acontece, o grupo etário mais jovem aumenta, em proporções que ofuscam o incremento simultâneo do aumento dos grupos idosos. A consequência disto é o rejuvenescimento

populacional, de duração mais ou menos longa, dependendo da vitalidade reprodutiva e de quando a transição da fecundidade começa (Dyson, 2010: 21). Por isso, o efeito do envelhecimento causado pelo gerontocrescimento no grupo etário mais idoso é neutralizado pelo aumento equivalente ou superior de nascimentos e a crescente sobrevivência de crianças e jovens (Bongaarts & Casterline, 2013; Dumont, 2003; Dyson, 2010: 20-21; Francisco, 2011a; Lee, 2003; Lee & Reher, 2011; Lesthaeghe, 2014b; Reher, 2004).

Na próxima secção, a questão sobre o gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional será retomada, para ilustrar empiricamente, em relação aos países africanos de baixo rendimento no IGG, e não só, a consequência da sua transição demográfica lenta, devido ao subdesenvolvido socioeconómico e sobretudo demográfico.

A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA CONTINUA ÚTIL?

Vários estudiosos, fora do núcleo principal de demógrafos convencionais, têm procurado enquadrar as etapas de transição demográfica no seu devido contexto, como um acontecimento histórico específico na evolução humana de longa duração, definida por alterações nas tendências de crescimento de dois tipos: endógeno e exógeno (Bongaarts, 2009; Calot & Sardon, 1999; Kapitzka, 2009; Korotayev *et al.*, 2015).

Sendo um acontecimento histórico relativamente curto, quando comparado com a longa trajectória de evolução da população, não significa que a transição demográfica seja irrelevante ou efémera. Pelo contrário, o gerontocrescimento e subsequente envelhecimento da população fazem parte de uma transição demográfica global e abrangente de toda a humanidade. Neste contexto, a abordagem da transição demográfica fornece o modelo de base explicativo, pelo menos em parte, para se entender, por exemplo, porque que é que os países africanos de baixo rendimento se encontram entre os piores países para os idosos viverem. O facto de isto não ser, devida e explicitamente, tomado em consideração na interpretação e análise do IGG, nos *Insight Reports* da HelpAge International, no mínimo acabará por retardar e dificultar a boa gestão do envelhecimento populacional pelos governos dos países subdesenvolvidos.

Eles enfrentam preconceitos e mitos, por exemplo sobre o eventual contributo positivo do crescimento populacional nos estágios iniciais do desenvolvimento económico, ou sobre a crença prevalecente no senso comum de que o controlo de natalidade perturba os valores tradicionais e a evolução «natural» da população. Ora, na verdade, a perturbação do equilíbrio populacional é provocada pelo rápido declínio da mortalidade infantil, enquanto a redução da taxa de natalidade é a via de corrigir os desequilíbrios e restabelecer um novo equilíbrio populacional (Bairoch, 2001: 173; Caldwell, 1982; Lee, 2015). Curiosamente, recentemente, uma funcionária sénior em posição de influenciar as políticas governamentais moçambicanas perguntou ao autor deste texto se não seria possível realizar a transição demográfica sem ter de reduzir a fecundidade, alegadamente porque a elevada fecundidade faz parte da identidade cultural moçambicana.

As perspectivas de crescimento populacional e económico a longo prazo continuarão certamente na agenda de investigação internacional, como parte da evolução e dos progressos da transição demográfica e, em particular, da necessidade de o desenvolvimento económico ser ecologicamente compatível e sustentável. Mas o próprio entendimento do significado de sustentabilidade está longe de ser incontroversa. Por exemplo, o físico David Deutsch (2013: 630-638) argumentou recentemente que o mais profundo e perigoso erro cometido pelos malthusianos é afirmarem possuir uma forma de evitar desastres de destruição de recursos, através da sustentabilidade. Segundo Deutsch (2013), as sociedades estáticas falham porque a sua incapacidade característica para criar conhecimento depressa acaba por transformar um problema numa catástrofe. As analogias entre tais sociedades e a actual civilização tecnológica do Ocidente são, portanto, falaciosas. Para estarmos preparados para os desastres previsíveis, defende Deutsch (2013: 639), necessitamos de progressos rápidos na ciência e na tecnologia e do máximo de riqueza possível. «Na realidade... Só o progresso é sustentável» (Deutsch, 2013: 613).

Muitos são os assuntos em aberto, e certamente novos, que continuarão a justificar a pesquisa, como seja: a questão da passagem da chamada «estagnação malthusiana» para um desenvolvimento pós-malthusiano (Galor, 2011; Galor & Weil, 1998); os equívocos sobre a natureza exponencial, em vez de hiperbólica, do crescimento; o esclarecimento da surpreendente constatação de que a melhoria do estado da saúde não tem um efeito positivo no crescimento económico, um assunto que tem merecido recentemente importantes explicações a partir da pesquisa de autores como Cervellati & Sunde (2009, 2015) e Sunde & Cervellati (2012), a partir da reformulação dos critérios de comparação entre países em situação de «pré-transição» *versus* «pós-transição» da fecundidade; o potencial de conflitos sociais na forma como países em fase incipiente de transição demográfica lidam com o seu subdesenvolvimento (Bongaarts, 2009; Kapitzka, 2009, 2009; Kobelev & Nugaeva, 2000; Korotayev *et al.*, 2011; Korotayev & Zinkina, 2015; Nielsen, 2015a, 2015b, 2015c)

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E DADOS

Para efeitos deste artigo, a abordagem metodológica aplicada compreende, em primeiro lugar, a revisão da literatura existente sobre o objecto deste estudo, com enfoque particular nos diferentes padrões e efeitos do gerontocrescimento e do envelhecimento populacional, no contexto da transição demográfica. A literatura usada inclui fontes tanto convencionais, no sentido de trabalhos que passaram pelo processo de revisão de pares, como literatura que, apesar de não ter sido submetida a revisão de pares, é relevante e incontornável; nalguns casos abordam assuntos aparentemente marginais ou incontroversos na literatura convencional, mas colocam desafios intelectuais pertinentes dignos de atenção.

TABELA 2: INDICADORES DE ESTRUTURA DA POPULAÇÃO: PERCENTAGEM DE IDOSOS, ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (IE), TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE (TGF) E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO, 2015 E 2050

Principais regiões	ESTIMATIVAS				PROJEÇÕES (VARIANTE MÉDIA)			
	60+ (%)	IE (%)	TGF (filhos por mulher)	Idade mediana (anos)	60+ (%)	IE (%)	TGF (filhos por mulher)	Idade mediana (anos)
	2015				2050			
Mundo	12,3	47,0	2,49	29,6	22	110,9	2,23	36,1
Regiões mais desenvolvidas	24,0	146,0	1,68	41,2	33	209,1	1,83	45,1
Regiões menos desenvolvidas	10,0	35,2	2,61	27,8	20	89,3	2,28	34,9
Países menos desenvolvidos	5,0	13,6	4,11	19,7	10	32,1	2,85	26,1
Regiões menos desenvolvidas, excepto China	8,0	26,3	2,91	25,2	17	69,2	2,34	32,6
Países de alto rendimento	22,0	128,0	1,75	39,7	32	202,7	1,83	44,7
Países de rendimento médio	11,0	39,8	2,39	28,9	22	107,8	2,12	37,1
Países de baixo rendimento	5,2	12,2	4,70	18,5	8	25,6	2,99	24,6
África Subsaariana	4,8	11,2	4,93	18,3	8	22,7	3,14	23,7
África	5,4	13,3	4,57	19,4	9	27,6	3,03	24,8
Ásia	12,0	47,3	2,17	30,3	25	136,4	1,91	39,9
Europa	24,0	151,9	1,61	41,7	34	226,1	1,80	46,2
América Latina e Caraíbas	11,0	43,5	2,10	29,2	26	149,2	1,78	41,2
América do Norte	21,0	111,8	1,85	38,3	28	164,7	1,90	42,1
Oceânia	16,0	70,2	2,38	32,9	23	116,6	2,50	37,4
Austrália/Nova Zelândia	20,0	107,6	1,91	37,6	28	166,6	1,79	41,6

Fonte: HelpAge International (2015); NU, (2015)

No *Insight Report 2015*, a HelpAge International (2015: 26) alterou a sua abordagem sobre a estimativa dos padrões de vida da população idosa, usando como *proxy* o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*, em vez do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, utilizado nas duas primeiras edições. Esta mudança surgiu porque o PIB é o valor monetário dos bens e serviços produzidos num determinado país, independentemente de quanto é retido no país, enquanto o RNB expressa o rendimento acumulado pelos próprios residentes do país, incluindo fluxos internacionais, como remessas e ajudas, mas excluindo rendas geradas no país, repatriadas para o exterior. Os autores do relatório não consideram esta alteração uma mudança conceptual substancial, mas mero aperfeiçoamento técnico consistente com a mudança introduzida no IDH, desde 2010.

A metodologia do IGG não fornece limiares de classificação dos principais níveis do desenvolvimento económico segundo o rendimento. Usando como referência a classificação dos países, segundo os critérios do relatório do Fórum Económico Mundial (FEM) intitulado *The Inclusive Growth and Development Report 2015* (Samans *et al.*, 2015: 59), assume-se o valor

6000 dólares como limiar entre países de rendimento *per capita* elevado e rendimento *per capita* médio-baixo. Nesta base, dos 11 países africanos no IGG 2015, apenas as Maurícias (15 797 dólares), a África do Sul (11 764 dólares) e Marrocos (6553 dólares) integram o grupo de países de rendimento médio-alto (6000-16 999 dólares). Dos restantes oito países africanos, cinco classificam-se no grupo de rendimento médio-baixo (1320-5999 dólares): Nigéria (5018 dólares), Zâmbia (3632 dólares), Gana (3458 dólares), Tanzânia (1611 dólares) e Ruanda (1386 dólares). Os últimos três países integram o grupo de rendimento baixo (>1320 dólares): Uganda (1300 dólares), Moçambique (1019 dólares) e Malawi (717 dólares). Com excepção do Malawi, os quatro países com pior desempenho (Afeganistão, Moçambique, Cisjordânia e Gaza e Paquistão) partilham antecedentes de elevados níveis de conflitos político-militares, que têm influenciado negativa e directamente o seu desempenho nos componentes do IGG. Considerando que em 2015 o IGG incluiu 96 de 194 países, dos quais apenas 11 países africanos, futuras estimativas do IGG terão certamente distribuições diferentes, nem que seja porque a inclusão de novos países alterará as suas posições no ordenamento dos países.

Relativamente às evidências quantitativas usadas neste trabalho, as principais fontes de dados são, por um lado, a base de dados estatísticos da HelpAge International (2015), usada na estimativa do IGG; por outro lado, os dados da mais recente revisão das estimativas e projecções da Organização das Nações Unidas (NU, 2015) e da Divisão de Estatísticas da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Sempre que adequado, além dos indicadores fornecidos pelas fontes referidas usaram-se dados adicionais e métodos estatísticos complementares.

GERONTOCRESCIMENTO COM E SEM ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

A percentagem da população idosa na população total representa uma taxa bruta ou grosseira dos níveis e variações estruturais de uma determinada população. Por isso, para uma análise mais refinada do envelhecimento populacional, os demógrafos e outros estudiosos da população recorrem ao tipo de conceitos e índices-resumo introduzidos anteriormente. Esta terceira secção centra-se no ponto central do artigo, sobre a questão do gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional, a sua importância para o correcto entendimento do impacto das mudanças estruturais no desempenho e a forma como os países lidam com o envelhecimento, bem como a necessidade do seu enquadramento no contexto mais amplo da transição demográfica; um processo global crucial a ter em consideração na formulação de respostas aos desafios colocados pelo gerontocrescimento e pelo envelhecimento, dependendo do estágio de mudanças estruturais em que as sociedades se encontrem.

EFEITO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO NO DESEMPENHO DOS PAÍSES

As Tabelas 2 e 3 reúnem os três indicadores anteriormente destacados como complementares e contextualizadores do IGG. O que é que os referidos indicadores revelam, independentemente, ou mesmo antes, de se considerar os resultados do IGG?

TABELA 3: TAXA DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (IE), TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE (TGF) E IDADE MEDIANA VERSUS ÍNDICE GERAL AGEWATCH (GAWI), 2015

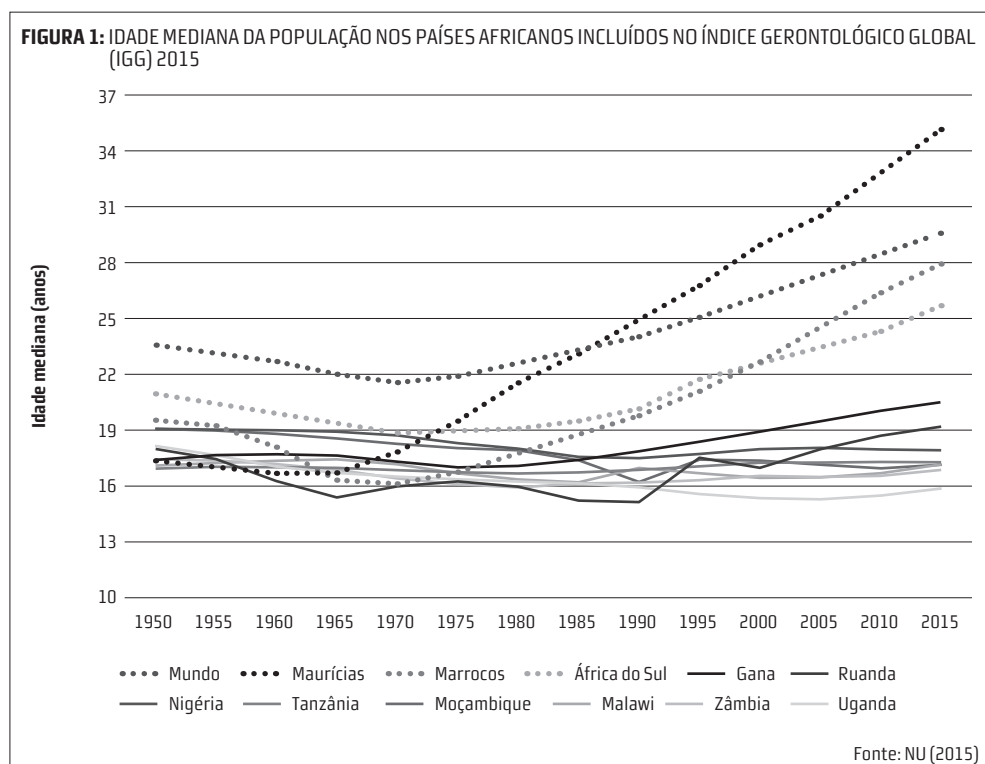
CLASSIFICAÇÃO	PAÍSE SELECIONADOS	60+ (%)	IE (%)	TGF (FILHOS POR MULHER)	IDADE MEDIANA (ANOS)	IGG (%)
1	Suíça	24	160	1,55	42,3	90,1
2	Noruega	22	121	1,80	39,1	89,3
3	Suécia	26	148	1,93	41	84,4
4	Alemanha	28	214	1,41	46,2	84,3
5	Canadá	22	140	1,59	40,6	84,0
	(...)					
38	Portugal	27	193	1,25	44,0	52,9
	(...)					
42	Maurícias	15	76,2	1,45	35,3	51,8
	(...)					
78	África do Sul	8,0	26,4	2,34	25,7	35,0
	(...)					
81	Gana	5,3	13,6	4,12	20,6	34,4
	(...)					
84	Marrocos	10,0	35,4	2,49	28,0	29,3
85	Jordânia	5,4	15,3	3,37	22,5	28,6
86	Nigéria	4,5	10,2	5,59	17,9	25,3
87	Iraque	5,0	12,2	4,52	19,3	22,2
88	Uganda	3,8	7,9	5,68	15,9	23,1
89	Ruanda	4,5	11,1	3,80	19,2	22,7
90	Zâmbia	4,3	9,3	5,28	16,9	22,3
91	Tanzânia	4,8	10,6	5,08	17,3	15,9
92	Paquistão	7,0	18,9	3,55	22,5	12,7
93	Cisjordânia & Gaza	4,5	-	-	-	12,3
94	Moçambique	5,1	11,3	5,30	17,1	4,5
95	Malawi	4,7	10,9	5,05	17,2	4,1
96	Afeganistão	4,0	9,1	4,65	17,5	3,6
	(...)					
	Países de baixo rendimento	5,2	12,2	2,61	18,5	
	Países menos rendimento	5,0	13,6	4,11	19,7	
	África	5,4	13,3	4,57	19,4	
	África Subsaariana	4,8	11,2	4,93	18,3	
	Mundo	12,3	47,0	2,49	29,6	

Fonte: HelpAge International (2015); UN, (2015)

A Tabela 3 inclui dados referentes unicamente às principais regiões do mundo, segundo a classificação da revisão de estimativas e projecções populacionais da ONU (NU, 2015). A média mundial da população 60+ anos rondava os 12,3% em 2015; ou seja, *grossa modo*, a população mundial encontra-se «em envelhecimento». Mas quando se presta atenção às principais grandes regiões, a discrepância é grande. As regiões mais desenvolvidas, nomeadamente a Europa, possuem já 24% de idosos, encontrando-se «em rápido envelhecimento». Em contrapartida,

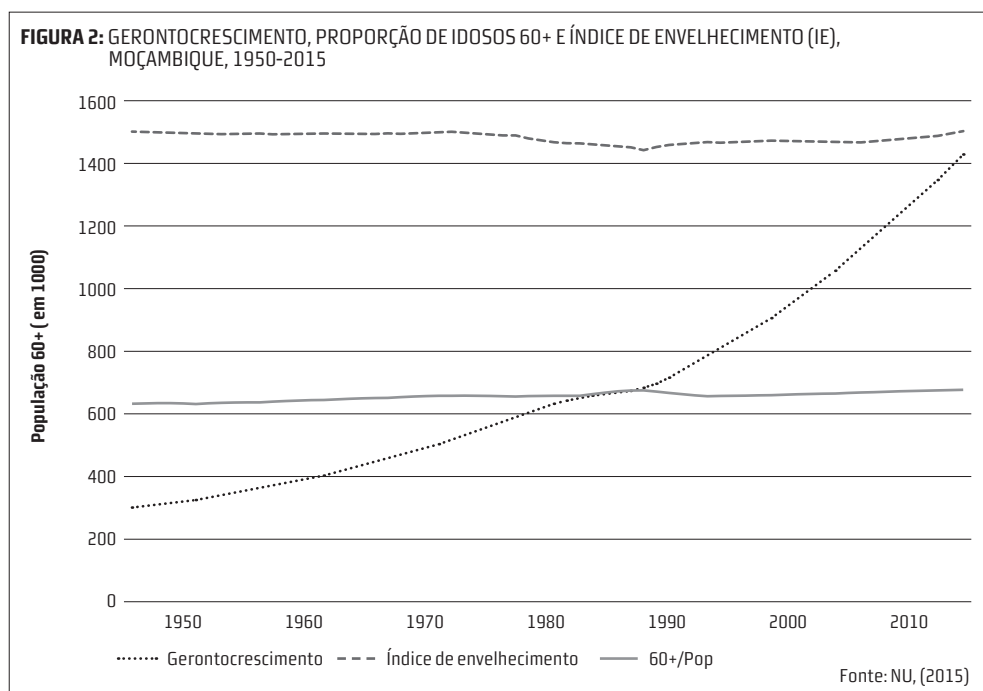
países de baixo rendimento com população muito jovem, nomeadamente a África Subsaariana (4,8%) e África (5,2%), correspondem a «sociedades jovens».

Uma segunda característica diferenciadora é revelada pelo Índice de Envelhecimento (IE), cuja estimativa da média mundial é de 47% em 2015. Este valor oculta variações regionais acentuadas na Europa, onde a proporção de idosos em relação ao grupo mais jovem (<15 anos) ronda os 150%, enquanto na África Subsaariana o IE se situa ainda em 11%. Adicionalmente, a idade mediana da população mundial ronda os 30 anos, mas enquanto na Europa se aproxima dos 47 anos, na África Subsaariana continua nos 18 anos.



Entretanto, as projecções de evolução da estrutura da população, na primeira metade do século XXI, antecipam mudanças regionais, mais ou menos rápidas, mas todas numa mesma direcção: a consolidação e generalização do envelhecimento da população global. Mesmo assim, se a projecção mediana da ONU se confirmar, ao longo da primeira metade do corrente século a proporção da população 60+ na África Subsaariana deverá duplicar, para cerca de 8% da sua população total; ou seja, *grossa modo*, continuará a ser uma região do grupo de «sociedades jovens» (Tabela 2). De igual modo, nas próximas três décadas e meia, o IE subsaariano poderá aumentar para cerca de 23%, e a idade mediana da população aumentará menos de seis anos.

A Tabela 3 complementa a Tabela 2, mas agora com destaque para países individualizados, representativos dos melhores, medianos e piores desempenhos no IGG 2015. Os dados dispensam uma análise sofisticada para se visualizar a correspondência ou correlação entre o IGG e os três indicadores já referidos na Tabela 2. Por exemplo, os países com maior desempenho no IGG exibem proporções de idosos acima de 20%, um Índice de Envelhecimento significativamente acima de 100% e idade mediana da população acima dos 35 anos. Em contrapartida, os países com pior desempenho no IGG apresentam uma percentagem de idosos abaixo de 10%, IE inferior a 20% e idade mediana da população inferior a 25 anos.



Embora nos países africanos de baixo rendimento o número de idosos tenha quintuplicado nos últimos 65 anos, como ilustra a Figura 1, a idade mediana da população manteve-se praticamente constante no continente, mas em países como Maurícias, Marrocos e África do Sul acompanhou a tendência mundial de ruptura com o RDA. Por outro lado, países como Moçambique, em vez de envelhecimento, registaram ligeiro rejuvenescimento; em 1950, a idade média da população moçambicana era de 19 anos e em 2015 situa-se em 17,1.

Ao comparar-se Moçambique e Maurícias, as Figuras 2 e 3 exibem grandes diferenças na tendência do gerontocrescimento e do envelhecimento, este último representado pelo Índice de Envelhecimento. O IE em Moçambique, tanto em 1950 como em 2015, manteve-se praticamente inalterado em torno de 11,3% (Figura 2).

Em contrapartida, o IE das Maurícias aumentou de 10,4% em 1950 para 76,2% em 2015 (Figura 3).

Significa que no último meio século, apesar do visível aumento do efectivo de idosos, em países como Moçambique, o maior aumento de nascimento deu lugar a um rejuvenescimento populacional. Em 1950, o efectivo de jovens <15 anos foi de 2,6 milhões, contra 297 mil idosos 60+. Em 2015, o efectivo de jovens já era 12,7 milhões, enquanto o de idosos tinha aumentado para 1,4 milhões. Por outro lado, se a projecção mediana da ONU se confirmar, por volta de 2050 o efectivo de jovens será de 23,1 milhões e o de idosos atingirá 4,1 milhões.

Segundo a variante mediana das projecções da ONU de 2015, no final do século xx (1998), o grupo etário 60+ atingiu 252 milhões, ultrapassando pela primeira vez o efectivo etário menor de 15 anos (223 milhões). Este é um acontecimento sem precedentes na história da evolução da humanidade. Sendo uma média agregada mundial, oculta o facto de apenas alguns países africanos estarem a vivê-lo, enquanto grande parte de África ainda não, como é reconhecido pelo relatório *An Aging World: 2015* (He *et al.*, 2016: 6): «A África é excepcionalmente jovem em 2015 e permanecerá assim num futuro previsível.» Isso é algo que merece ser levado em conta pelo Índice, se quisermos levar a sério a chamada «abordagem abrangente» em relação à realidade de uma população individual.

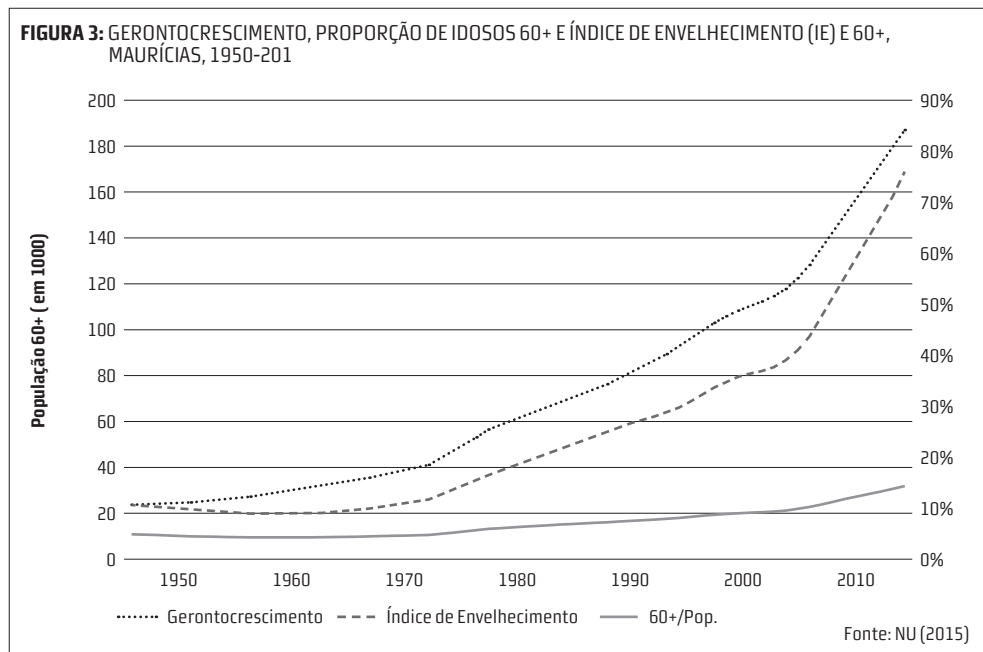
Até aqui, os indicadores demográficos acima mencionados nada dizem sobre o desempenho institucional ou organizacional, directa ou indirectamente relacionado com o desempenho da qualidade de vida e bem-estar dos idosos, que o IGG procura medir e avaliar. No entanto, as informações fornecidas pelos indicadores demográficos acima destacados sobre a estrutura da população permitem compreender o ritmo e a profundidade das mudanças estruturais na própria sociedade. Por outras palavras, a inclusão desses indicadores na base de dados do IGG acrescentaria informação de contexto relevante, útil para se perceberem os fundamentos estruturantes da grande desigualdade entre os melhores e os piores desempenhos.

VIVER MAIS É VIVER MELHOR?

Conforme mencionado anteriormente neste artigo, os fundamentos conceptuais do IGG baseiam-se nas medidas de bem-estar dos idosos, inspiradas principalmente no conceito de capacidades, ou «conjunto de capacidades», de Amartya Sen (HelpAge International, 2013: 5; Zaidi, 2014: 13). Assim, o Índice compreende quatro domínios que cobrem aspectos-chave do bem-estar dos idosos relacionados com as múltiplas dimensões da garantia e segurança do rendimento, do estado de saúde, das oportunidades de trabalho e educação e disponibilidade de um ambiente propício para as pessoas idosas, em termos de apoio social, liberdade pessoal, segurança e acesso aos serviços públicos básicos, nomeadamente transportes.

A resposta directa à pergunta no título desta secção é sim para alguns, mas definitivamente não para a maior parte da população idosa, pelo menos no continente africano. Isto é o que pode

inferir-se do IGG, que não deixa margem para dúvidas quanto à concentração da generalidade dos países africanos de baixo rendimento, na cauda da lista dos países contemplados no Índice.



As Figuras 4 e 5 colocam em paralelo os resultados das quatro principais dimensões do IGG 2015; por um lado, dos oito países africanos de baixo rendimento (Figura 4, IGG=19%), por outro, a média mundial dos 96 países contemplados no IGG 2015 (Figura 5, IGG = 50%).

Apenas na dimensão «Ambiente favorável» o desempenho do grupo de países africanos de baixo rendimento (58%) se aproxima da média mundial (66%), reflectindo a conjugação de atributos relativos à comunidade onde os idosos vivem: acesso aos transportes públicos, segurança física, conexões sociais e liberdade cívica.

Por sua vez, as Figuras 6 e 7 colocam em paralelo os resultados dos dois extremos em África; Moçambique (Figure 6, IGG = 4,5%), terceiro pior país no IGG 2015, e Maurícias (Figure 7, IGG = 52%).

As Maurícias destacam-se como um dos países com melhor desempenho em África, principalmente no domínio da «Garantia de rendimento», desfrutando de uma cobertura de pensão não contributiva quase universal das pessoas idosas. A sua experiência pioneira com uma pensão de velhice universal remonta a 1958, quando as Maurícias eram um país relativamente pobre. Naquele ano, o seu PIB *per capita* foi estimado em 4544 USD. Optou por uma política corajosa, ao conceder a cada mulher de 60 anos e cada homem de 65 um benefício em dinheiro igual a 24% do PIB *per capita* (Zaidi, 2014: 34-35). Em contrapartida, Moçambique, hoje, não

só possui um PNB *per capita* muito inferior (1019 USDD, segundo os dados do IGG 2015) ao das Maurícias em 1958 como lhe falta liderança política com a percepção, sensibilidade e o entendimento básico de alcance transformador de uma pensão universal, num dos países mais subdesenvolvidos do mundo (Francisco *et al.*, 2013; Sugahara & Francisco, 2012).

FIGURA 4: DESEMPENHO REALIZADO E NÃO REALIZADO NO ÍNDICE GERONTOLÓGICO GLOBAL (IGG) PAÍSES AFRICANOS DE BAIXO RENDIMENTO, 2015

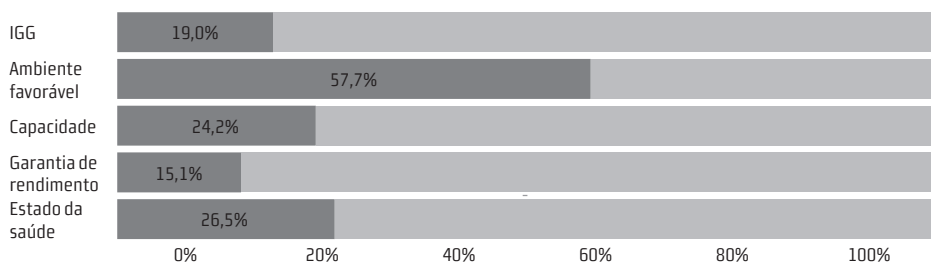
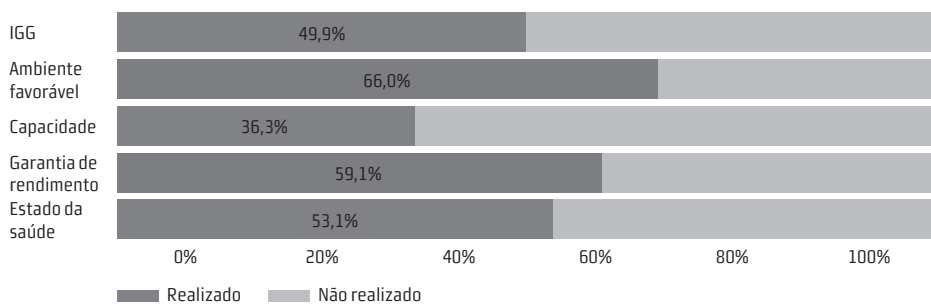


FIGURA 5: DESEMPENHO REALIZADO E NÃO REALIZADO NO ÍNDICE GERONTOLÓGICO GLOBAL (IGG) MÉDIA MUNDIAL, 2015



Fonte: HelpAge International (2015)

FIGURA 6: DESEMPENHO REALIZADO E NÃO REALIZADO NO ÍNDICE GERONTOLÓGICO GLOBAL (IGG) MOÇAMBIQUE, 2015

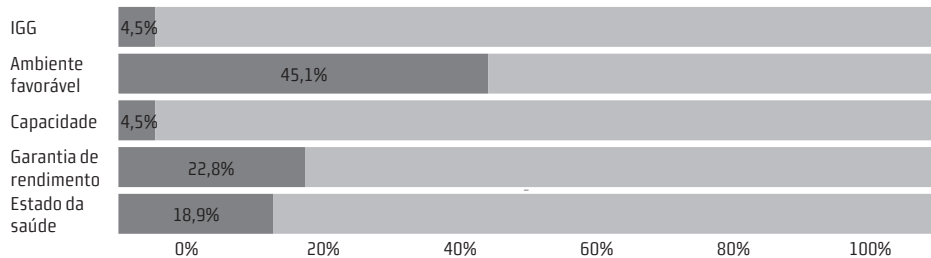
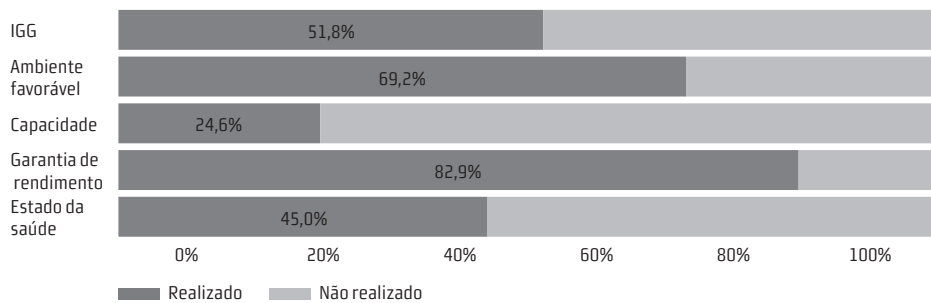


FIGURA 7: DESEMPENHO REALIZADO E NÃO REALIZADO NO ÍNDICE GERONTOLÓGICO GLOBAL (IGG) MAURÍCIAS, 2015

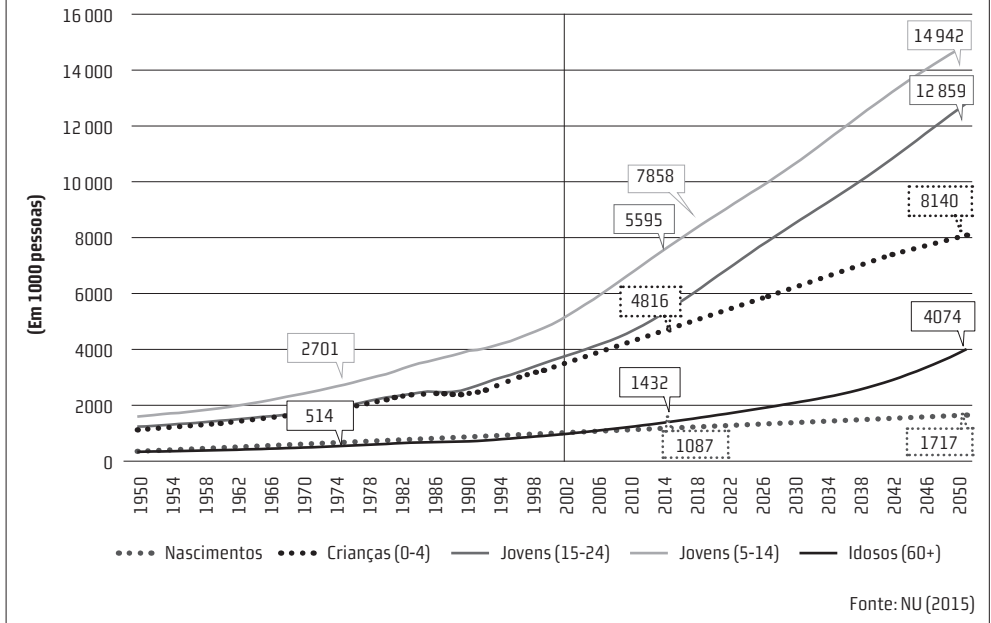


Fonte: HelpAge Internacional (2015)

A ARMADILHA MALTHUSIANA OU DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA?

Da anterior descrição do desempenho do IGG 2015, com destaque para os contrastes entre os extremos, depreende-se que, apesar de o ritmo de crescimento do número de idosos ser acelerado e idêntico ao crescimento de crianças e jovens, como acima se ilustrou, o rejuvenescimento tem efectivamente ofuscado por completo o gerontocrescimento. Basta referir, a título de exemplo, que Moçambique, por ocasião da sua Independência da Administração colonial portuguesa, em 1975, tinha uma população idosa estimada em meio milhão de pessoas, contra um total de 4,6 milhões de crianças e adolescentes com 15 anos ou menos. Presentemente, estima-se que o efectivo de idosos tenha triplicado para 1,5 milhões em 2017, prevendo-se que atinja cerca de quatro milhões em meados do corrente século. Por seu turno, o efectivo de crianças e jovens com menos de 15 anos ronda actualmente os 13 milhões deverá atingir cerca de 23 milhões em 2050. A Figura 8 ilustra a evolução comparada entre o gerontocrescimento e o crescimento do número de nascimentos e de diferentes grupos populacionais jovens (crianças, adolescentes e jovens). Assim, é visível que apesar da população idosa ter aumentado significativamente e certamente continuará a crescer no futuro, o envelhecimento populacional propriamente dito ainda não se iniciou, pela simples razão que o efectivo de crianças e jovens é substancialmente maior e praticamente também triplicou no mesmo período.

FIGURA 8: EVOLUÇÃO DO GERONTOCRESCIMENTO (60+), NASCIMENTOS, INFANTIS (0-4), CRIANÇAS (5-14) E JOVENS (15-24), MOÇAMBIQUE, 1950-2050



Perante esta realidade demográfica, antes de se virar as atenções para as abordagens políticas prevalentes, é importante aferir se as percepções por detrás de tais abordagens estão informadas do papel da estrutura da população e da influência dos componentes de mudança demográfica na organização socioeconómica e cultural. Ou seja, se estão minimamente conscientes do contexto e implicações do elevado subdesenvolvimento da sociedade, não só económico e social como também demográfico.

O impacto incipiente e o atraso da transição demográfica nos países africanos de baixo rendimento têm sido analisados e debatidos de forma muito circunscrita por vários especialistas nesta matéria (Bongaarts, 2009, 2016; Bongaarts & Casterline, 2013; Caldwell, 1982; Shapiro & Tesfayi Gebresselassie, 2007; Sippel *et al.*, 2011; Sugahara & Francisco, 2012). A consequência disto é que os resultados da pesquisa demográfica pouco ou nada influenciam as percepções dos fazedores políticos, na formulação de acções concretas, capazes de responder à realidade concreta dos respectivos países. Muitas das mudanças silenciosas e subtis na estrutura e organização populacional acabam por revelar-se contra-intuitivas, para não dizer paradoxais. Isto é notório, por exemplo, na forma como a questão do envelhecimento populacional tem sido colocada em países com população muito jovem, mas onde o crescimento demográfico explosivo ainda não deu origem a uma efectiva transição da fecundidade, e, consequentemente, a um efectivo envelhecimento populacional.

Esta situação afecta as percepções pessoais e das entidades públicas sobre a relação entre crescimento do número de idosos e a capacidade de as sociedades conseguirem ou não melhorar o seu bem-estar, em correspondência com a melhoria da sua esperança de vida. Na prática, observa-se uma notável e intrigante relação inversa entre os dois. Quanto menor é a proporção de idosos 60+, menor parecem ser também a capacidade e os esforços orientados para a melhoria do bem-estar dos idosos destes países. Isto é, no mínimo, contraditório.

Afinal de contas, nesta fase incipiente da transição demográfica, a população idosa é ainda bastante pequena, comparativamente às perspectivas do seu crescimento futuro. Seria lógico e racional pensar-se que, precisamente na fase em que o efectivo de idosos ainda é pequeno, se aproveitasse para começar a estabelecer novas infra-estruturas institucionais adequadas às necessidades de protecção dos idosos, num contexto de economia de mercado cada vez mais globalizada. Sem dúvida, teria sido muito mais fácil, acessível e barato estabelecerem-se serviços correspondentes à melhoria da esperança de vida, observada e ambicionada.

Mais paradoxal se torna quando se considera que na fase inicial da transição demográfica o poder negocial dos idosos ainda é relativamente elevado, por causa de toda a cultura chamada «tradicional» que atribuiu elevado valor e prestígio à idade. Contudo, o que geralmente se observa na prática é muito diferente. O estabelecimento de Estados modernos e de processos de mercado capitalista, em condições institucionais politicamente demasiado intervencionadas e manipuladas, tem contribuído para o enfraquecimento e desmantelamento dos mecanismos familiares e comunitários de reprodução do poder na base da idade (Caldwell, 1982, 2006; Lesthaeghe, 1980, 1989). A consequência disto é que apenas uma pequena minoria, entre as pessoas idosas e não idosas, consegue garantir mecanismos de segurança social, saúde e pensões, capazes de substituírem os mecanismos geracionais (familiares, comunitários e de género) consistentes com o emergente e novo regime demográfico. Este é um dos muitos paradoxos do subdesenvolvimento, não só das instituições económicas e políticas mas também demográficas, prevalentes nas sociedades pobres, que determinam directa ou indirectamente a capacidade dos governos de estabelecerem prioridades e acções em resposta aos desafios colocados pelo gerontocrescimento e pelo envelhecimento populacional.

A antiga indagação, «o subdesenvolvimento é causa ou efeito do rápido crescimento populacional?», continua a motivar debates e pesquisas relevantes, visando compreender a situação socioeconómica dos países africanos de baixo rendimento (Barrows, 2010; Bongaarts, 2009; Kapitza, 2009; Korotayev *et al.*, 2015; Nielsen, 2015b; Sippel *et al.*, 2011). Em meados da década de 1950, Nelson (1956) argumentou que a doença de muitas economias subdesenvolvidas pode ser diagnosticada como um nível estável de equilíbrio da renda *per capita* nos, ou próximos dos, requisitos básicos da subsistência. «Apenas uma pequena percentagem da renda da economia, se houver, é orientada para o investimento líquido», escreveu Nelson (1956), no início do referido artigo.

Se o stock de capital está sendo acumulado, a população aumenta a uma taxa igualmente rápida; assim, a quantidade de equipamento de capital por trabalhador não está a aumentar. Se o crescimento económico é definido como o aumento da renda per capita, estas economias não estão a crescer. Elas ficam capturadas numa armadilha de equilíbrio de baixo nível (Nelson, 1956: 894).

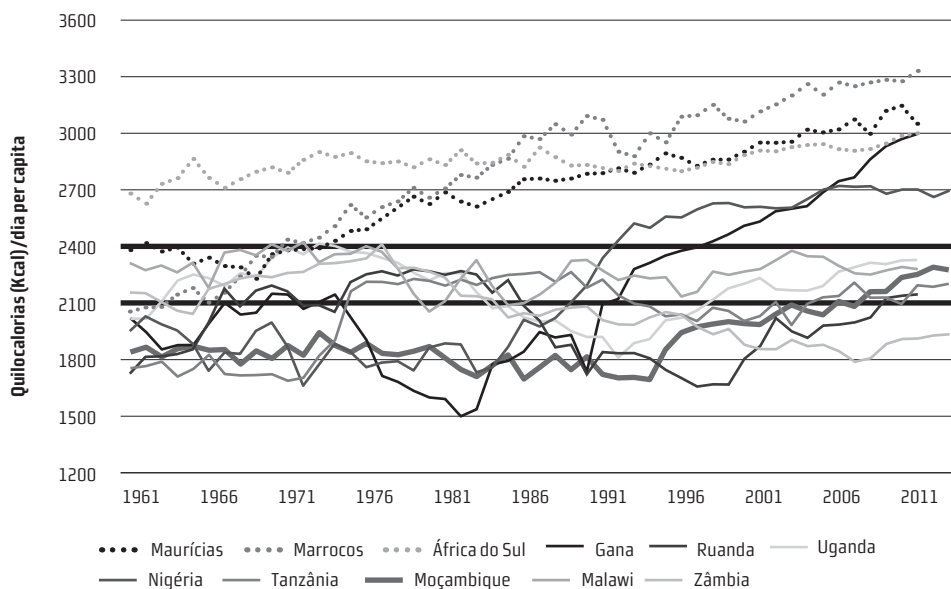
Estarão os países africanos de baixo rendimento reféns da armadilha de «equilíbrio de baixo nível», ou como Korotayev & Zinkina (2015) preferem designá-la, de forma mais apelativa, numa «armadilha malthusiana»?

Korotayev & Zinkina (2015) definem a armadilha malthusiana como uma situação típica das sociedades pré-industriais, quando o crescimento do produto nacional (acompanhado por um crescimento demográfico mais rápido) não conduz, a longo prazo, ao aumento do rendimento *per capita* e à melhoria das condições de vida da maioria da população que vive no limiar da sobrevivência precária.

Parte significativa dos países africanos de baixo rendimento vive em situação de «equilíbrio de baixo nível», ou subdesenvolvimento crónico (Bairoch, 2001; Korotayev *et al.*, 2015; Korotayev & Zinkina, 2015; Nelson, 1956; Sippel *et al.*, 2011; Zaidi, 2014). Seguindo a mesma lógica da análise empírica de Korotayev *et al.* (2011) e Korotayev & Zinkina (2015), a Figura 9 ilustra graficamente a tendência do «equilíbrio de baixo nível», relativa aos países africanos de baixo rendimento contemplados no IGG 2015: Malawi, Moçambique, Tanzânia, Ruanda e Zâmbia. Convém esclarecer que, neste caso, o limiar de equilíbrio é definido pela oferta e pelo consumo alimentar, segundo os requisitos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS): 2300-2400 quilocalorias (kcal) diárias por pessoa, como norma recomendável, e 2100 quilocalorias como o mínimo diário indispensável para a subsistência individual. Segundo Korotayev & Zinkina (2015: 3), um consumo médio de calóricas *per capita* na ordem das 2300 kcal/pessoa/dia ou menos corresponde ao nível típico de sistemas sociais que não escaparam à armadilha malthusiana; níveis observados em Inglaterra e Bélgica, por volta de 1800, há mais de dois séculos. Assim, voltando à Figura 9, percebe-se que um conjunto de países, incluindo Moçambique, possui a maioria da sua população no limiar da sobrevivência mínima e enfrenta sérios problemas de desnutrição. Tanto Moçambique como Tanzânia, Ruanda e Zâmbia continuam com níveis médios de consumo alimentar *per capita* abaixo do nível mínimo diário internacionalmente reconhecido como norma recomendável pela OMS.

Entretanto, antes de prosseguir, justifica-se reflectir mais atentamente no termo «armadilha malthusiana»: tem mesmo sentido designar-se o «equilíbrio de baixo nível» como uma armadilha malthusiana, ou será mais uma armadilha da transição demográfica, tendo em conta que esta resolveu, pelo menos em parte, o dilema malthusiano sobre a alegada assimetria objectiva entre o que Malthus (1976) designou por «poder da população» (ou «paixão dos sexos», na sua terminologia) e o «poder da produção» ou «poder dos meios de subsistência»?

FIGURA 9: DINÂMICA DO CONSUMO ALIMENTAR MÉDIO PER CAPITA (QUILOCALORIAS OU KCAL/DIA) NOS PAÍSES AFRICANOS DE BAIXO RENDIMENTO, 1961-2013



Malthus previu a explosão populacional com apreciável precisão, mas falhou completamente quanto ao futuro da produção alimentar, que viria a crescer muito mais rapidamente. Ao contrário de Condorcet (1789), Godwin (2006) e Charles Dickens, o mais popular dos romancistas ingleses da época vitoriana (Nasar, 2013: 19-28), Malthus (1796) não acreditava que a criação de conhecimento pudesse conduzir ao progresso sustentável (Alves, 2002; Deutsch, 2011: 205-207). Em 1798, ano em que Malthus (1796) publicou o seu famoso e inspirador *Ensaio sobre a População*, o crescimento demográfico era mais previsível do que o crescimento da produção alimentar; não porque fosse mais provável, como defendeu recentemente Deutsch (2013: 302-304), mas porque dependia menos da criação de conhecimento. «Ao ignorar essa diferença estrutural entre os dois fenómenos que tentava comparar, Malthus deslizou de previsões estudadas para previsões cegas... um mero erro paroquial» (Deutsch, 2011: 206).

Contrariamente à propensão sistemática e pessimista das profecias de Malthus, os últimos dois séculos mostraram que a população mundial cresceu rapidamente, precisamente nas regiões com menos recursos, mas o crescimento económico e a oferta alimentar cresceram ainda mais. Não menos importante, o próprio poder de crescimento populacional em «progressão geométrica», como Malthus o designou, acabaria por ser moldado e controlado por via tecnológica, em resposta à demanda da mudança radical do comportamento reprodutivo que originaria a transição da fecundidade.

Eventualmente, à semelhança do que aconteceu nos países mais desenvolvidos, um número crescente de países subdesenvolvidos começou a desfrutar do rápido aumento do comércio internacional, da difusão internacional do investimento e da disseminação das tecnologias de saúde. Estes factores contribuíram significativamente para o rápido declínio da mortalidade infantil e, nos casos em que a transição da fecundidade já avançou, para a respectiva correcção da perturbação do equilíbrio populacional, provocada pela transição da mortalidade. Contudo, existe uma grande diferença, no caso dos países subdesenvolvidos, quanto ao impacto da transição demográfica nas suas sociedades. Nestes países, a transição demográfica tem frequentemente sido induzida por via exógena ou influência externa, através da importação de antibióticos, insecticidas, serviços administrativos de saúde pública, aplicação de métodos sanitários e contraceptivos, entre outros (Alves, 2002: 35; Bairoch, 2001: 171-179; Bongaarts, 2009; Korotayev *et al.*, 2015: 165-167; Malmberg, 2008).

Por esta razão, faz mais sentido falar-se de armadilha da transição demográfica, visto que a transição do RDA para o RDM decorre cada vez mais de factores não necessariamente dependentes dos determinantes económicos endógenos. Nesta situação, os países acabam por mergulhar num certo círculo vicioso, pelo facto de a transição da mortalidade ser incentivada ou mesmo induzida por via de agentes exógenos (difusão de tecnologia, medicina moderna, informação, investimento directo estrangeiro, ajuda internacional, entre outros), enquanto os factores endógenos tardam, ou deixam de se fazer sentir, na criação de condições transformadoras económicas e sociais, sobretudo a nível rural, favoráveis à transição da fecundidade. Por isso, contrariamente ao que se acreditava há algumas décadas, presentemente sabe-se, cada vez mais, que a capacidade de capitalização e a ampliação da poupança nacional, e o desenvolvimento de sistemas financeiros modernos (fiscais e de segurança social), indispensáveis à viabilização e sustentabilidade do RDM, dependem do êxito da transição da fecundidade. Este é o argumento, por exemplo, de Sippel *et al.* (2011: 38), quando defendem não existir um único país que tenha registado desenvolvimento socioeconómico positivo sem uma redução da fertilidade. Ao contrário das expectativas clássicas, é cada vez mais plausível e provável que a transição da fecundidade se inicie e progrida sem depender da melhoria do padrão de vida e do aumento da produção alimentar. Assim sendo, significa que, também ao nível deste componente de mudança populacional, a longa controvérsia provocada por Malthus contra Condorcet, Godwin e Dickens acabe por confirmar e validar a convicção destes últimos quanto ao papel crucial do conhecimento (inovação científica, difusão e globalização tecnológica) na solução do dilema populacional que parecia condenar a humanidade ao desastre (Alves, 2002: 44; Bloom *et al.*, 2001; Deutsch, 2013: 301-304; Shin, 2013).

Isto não significa, todavia, que a transição da fecundidade se converta na condição suficiente para o desenvolvimento socioeconómico sustentável nos países subdesenvolvidos. Tão-pouco se poderá esperar que a população idosa possa vir a desfrutar de uma vida saudável e da

ampliação do bem-estar se as economias dos seus respectivos países se ancorarem recorrentemente na substituição da poupança interna pela externa (Cavallo *et al.*, 2016; Francisco, 2010; Francisco *et al.*, 2016; Francisco & Siúta, 2015a). Este assunto vai além do foco principal deste trabalho, mas como se refere na Introdução, a questão da poupança interna na configuração da protecção social e da estratégica de crescimento económico afigura-se mais importante do que tem sido reconhecido na literatura convencional (Higgins, 1997; Schultz, 2004), e já faz parte das prioridades da agenda de pesquisa no IESE.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A durabilidade e utilidade de qualquer indicador de medida e avaliação do desempenho no desenvolvimento humano dependem do seu alcance explicativo, decorrente da sua qualidade analítica, consistência metodológica e robustez técnica. O tempo dirá se o IGG se revelará relevante, em vez de redundante. É provável, tal como aconteceu com o IDH, após o seu surgimento em 1990, que o IGG venha também a inspirar reacções críticas, relativamente às suas propriedades conceptuais e estatísticas, incluindo o alegado problema de redundância estatística do IDH, comparativamente ao Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB) ou Rendimento Nacional Bruto (RNB), amplamente usados como *proxies* do desenvolvimento económico (Bagolin & Comim, 2008; Cahill, 2005; McGillivray, 1991; Morse, 2013; Obeng-Odoom, 2013).

Ainda que este e outros debates sejam úteis, como parte do escrutínio a que qualquer novo índice deve ser submetido, este artigo absteve-se de debater a questão da redundância estatística do IGG por duas razões. Primeira, a redundância estatística é geralmente discutida ao nível da literatura estatística convencional mais técnica; centrar esta reflexão a tal nível significaria correr o risco de tecnicizar e limitar um assunto que é, antes de mais, analítico e epistemológico. Além disso, a própria questão da redundância dos índices estatísticos, e não só, merece ser reconsiderada de forma crítica e mais cuidada, em conformidade com a questão popperiana referida na Introdução, sobre a carga teórica (*theory-laden*) que os dados e indicadores estatísticos de medida possuem e veiculam. Em segundo lugar, apesar de a redundância ser geralmente objecto de uma conotação negativa, na vida real, tanto da natureza como da sociedade, ela está longe de ser desnecessária e supérflua (Taleb, 2012: 44-46, 275-276). Ora, se a redundância é mais pertinente e crucial, na vida humana e da natureza em geral, do que o senso comum vulgar reconhece, ela merece ser reconsiderada atentamente, incluindo em relação ao papel de instrumentos de medida como os índices de desenvolvimento; principalmente quando parte das principais variáveis incluídas em tais índices, como acontece com o IGG, já faz parte de outros índices multidimensionais, tais como: o IDH e os seus subprodutos, bem

como o Índice de Envelhecimento Activo (Comissão Europeia & NU, 2013; Francisco *et al.*, 2013; Francisco & Sugahara, 2015b).

Pouco útil seria, também, investir energias na pretensão de que a família de índices de desenvolvimento, na qual o IGG emerge como o novo benjamim, possa servir de alternativa ou substituto radical aos alegados indicadores económicos unidimensionais e reducionistas, como, por exemplo, o PIB e o RNB. Bagolin & Comim (2008: 25) têm razão quando afirmam que a evolução do IDH tem testemunhado uma notável resiliência. Para além de preservar a essência da ideia de desenvolvimento, bem como as dimensões e os procedimentos de agregação originais, tem simultaneamente mostrado uma grande flexibilidade e sensibilidade críticas e avanços metodológicos úteis.

Uma opção seguida em relação ao IDH, visando superar limitações similares às que eram já apontadas ao PIB (ser demasiado sintético, agregado e indiferenciado), foi criar índices mais específicos e susceptíveis de captarem variações de género, dispersão, assimetrias e desigualdades económicas e sociais, entre outras. Outra opção não menos útil, e relativamente fácil de concretizar, é adicionar e complementar o índice principal com outros índices e indicadores de contexto.

Da reflexão crítica feita neste trabalho, focalizada no IGG, dois tipos de conclusões pertinentes podem ser extraídos. De um lado, conclusões em torno do novo Índice, em si, visando melhorar o seu alcance analítico e operacional. Por outro lado, conclusões sobre as implicações mais amplas da análise realizada, em dois sentidos: reforçar e aprofundar a pesquisa científica em apreço, sobretudo em termos de robustez teórica, crescentemente mais capacitada para melhor informar e influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas nos países africanos, em geral, e em Moçambique, em particular.

POR UM ÍNDICE COM MAIOR ALCANCE ANALÍTICO

Neste trabalho, em momento algum se pretendeu pôr em causa a utilidade potencial e capacidade do IGG em tomar em consideração as dimensões organizacionais e institucionais-chave do bem-estar da população idosa. Tão-pouco se questiona a centralidade do conceito de capacidades, ou liberdade, visando melhorar o bem-estar, inspirado no trabalho seminal de Amartya Sen (2003). O que se questiona é a aspiração e pretensão de que o actual IGG forneça um enquadramento político abrangente e adequado à formulação e acção política e programática. É duvidoso e improvável que se possa concretizar o almejado enquadramento político abrangente, enquanto o novo Índice não se alicerçar num quadro analítico teoricamente mais robusto, equilibrado e sensível à diversidade de realidades demográficas, a nível internacional, mas sem descorar as especificidades locais e regionais.

Destacou-se, em particular, o risco de se enveredar por generalizações inoportunas e inapropriadas, relativamente a regiões do mundo que reconhecidamente ainda não se encontram a

viver o processo de envelhecimento populacional propriamente dito. Neste sentido, a distinção conceptual entre «gerontocrescimento» e «envelhecimento populacional», em vez de redundante e retórica, permite captar e medir a diferenciação regional da evolução da população idosa. Reconhecendo que o gerontocrescimento é função unicamente da variação da mortalidade, enquanto o envelhecimento populacional decorre do efeito conjugado das mudanças na mortalidade e na natalidade, a referida diferenciação conceptual facilita a percepção das causas específicas que poderão explicar porque é que a maioria dos países de baixo rendimento tem registado um gerontocrescimento significativo, mas praticamente nenhum envelhecimento populacional.

Felizmente, como se demonstra neste texto, a ciência da população possui um conjunto de indicadores que permitem contextualizar, complementar e agregar substância ao IGG. Ao tomar-se em consideração o impacto do estado e das características da estrutura da população (e.g. Índice de Envelhecimento, idade mediana, idade média), reduz-se o risco de se enveredar por opções voluntaristas, mas sempre que ignoram os efeitos estruturantes da dinâmica populacional, facilmente se convertem em voluntarismo ineficaz e impróprio em vez de políticas públicas adequadas.

Adicionalmente, é indispensável que os técnicos e especialistas em posição de influenciarem os fazedores de políticas públicas, ou também privadas, percebam que a causa fundamental do envelhecimento populacional é o declínio da fecundidade e não o mero declínio da mortalidade. A consequência disto para os países africanos de baixo rendimento, como Moçambique, poderá ser significativa. Os fazedores de políticas sentem-se frequentemente asoberbados pelos efeitos do rejuvenescimento da maturação populacional, e exaltam-se com entusiasmo no estilo tipicamente político, mas em paralelo negligenciam as implicações do gerontocrescimento, porque, em termos absolutos, é substancialmente inferior e menos perceptível do que o aumento do grupo etário mais jovem. Ora, enganada pelas aparências, a opinião pública, incluindo a mais bem informada e formada, ignora ou escamoteia os efeitos das dinâmicas mais determinantes e cruciais na interpretação dos resultados do IGG, o que prejudica significativamente as consequências e generalizações políticas inspiradas.

POR UMA ABORDAGEM EFECTIVAMENTE ABRANGENTE

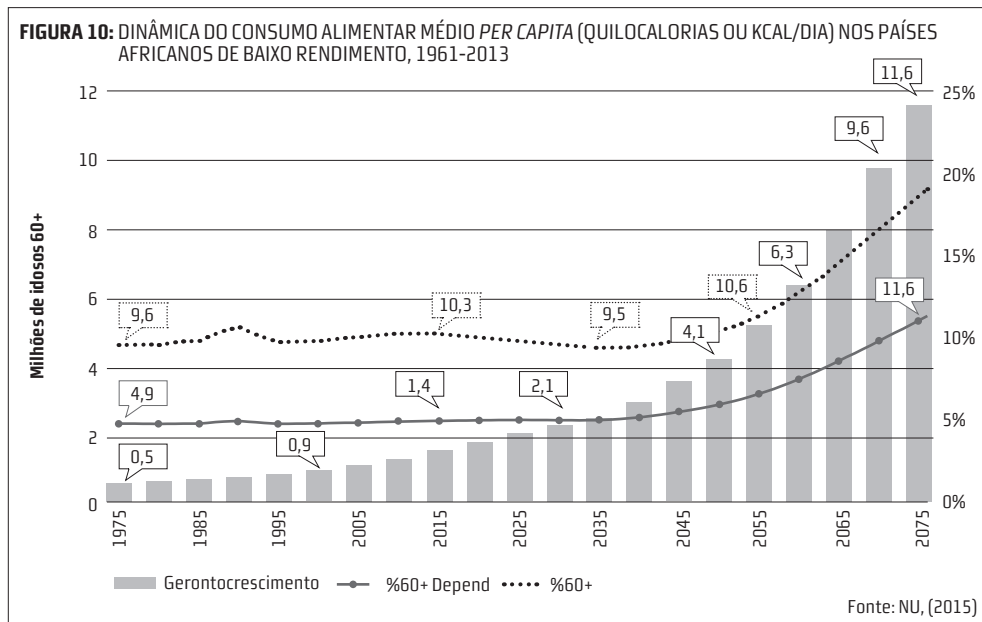
A maioria dos países africanos de baixo rendimento, contemplados no IGG, encontra-se presentemente numa transição incipiente não só demográfica mas também económica. A nível demográfico, as elevadas taxas de mortalidade e natalidade e a estrutura jovem da população são manifestações típicas do subdesenvolvimento demográfico das suas sociedades. A nível económico, a prevalência da produção mercantil simples contrasta com formas de produção típicas de economias capitalistas, mas emergentes, precárias, e que com elas se articulam progressivamente, dependendo dos mecanismos e dimensão das formas de poupança e investimento

(individual, familiar, empresarial e público) envolvidos no processo de acumulação do capital. A experiência internacional mostra que a produção capitalista nacional, inclusiva e abrangente, é indispensável para a sustentação dos alicerces dos novos sistemas de protecção social requeridos pelo regime demográfico moderno. Percebendo que o subdesenvolvimento se manifesta tanto em termos económicos, sociais e culturais como ao nível demográfico, por exemplo na estrutura demasiado jovem da população, aumenta a probabilidade de as abordagens das políticas públicas se tornarem efectivamente mais abrangentes e realistas.

Não há razão para acreditar que os países africanos de baixo rendimento permaneçam eternamente reféns das armadilhas decorrentes do regime demográfico antigo, sejam elas do tipo «equilíbrio de baixo nível» ou motivadas pela transição demográfica moderna. Isto porque não é crível, muito menos expectável ou desejável, que um país que iniciou a transição da mortalidade (presentemente, já não deve existir nenhum país que não a tenha iniciado) opte por interrompê-la, contrariá-la ou revertê-la, aumentando a mortalidade em vez de continuar a diminuí-la, a fim de corrigir a perturbação que provocou no equilíbrio populacional.

A menos que surtisse uma catástrofe, algo que não é impossível, mas que acreditamos ser improvável, todos os indicadores de mortalidade disponíveis apontam na direcção da melhoria da esperança de vida, tanto à nascença como nos demais grupos de idade, incluindo o idoso. Isto é ilustrado na Figura 10, representando a projecção da evolução do gerontocrescimento moçambicano até ao ano em que Moçambique completará o seu primeiro século como país independente. Se a projecção média das Nações Unidas se confirmar, no fim da primeira metade do corrente século o gerontocrescimento moçambicano atingirá cerca de quatro milhões de idosos e em 2075 terá triplicado para cerca de 12 milhões. Quanto ao envelhecimento, tendo em conta que o rejuvenescimento continuará forte na primeira metade deste século, o mais realista é que a sociedade moçambicana comece a evidenciar envelhecimento na segunda metade do século XXI.

FIGURA 10: DINÂMICA DO CONSUMO ALIMENTAR MÉDIO PER CAPITA (QUILOCALORIAS OU KCAL/DIA) NOS PAÍSES AFRICANOS DE BAIXO RENDIMENTO, 1961-2013



Em relação à qualidade de vida e ao bem-estar dos idosos, tudo dependerá da capacidade de a sociedade moçambicana criar sistemas de protecção social adequados ao processo de transição do regime demográfico antigo para um regime demográfico moderno. Em termos práticos, voltando ainda à Figura 10, o grande desafio será, por exemplo, se a sociedade moçambicana conseguirá criar sistemas, financeiros e administrativos, capazes de lidarem com a diferença entre a linha contínua, representando a proporção de idosos (60+), e a linha pontuada, referente à Taxa de Dependência dos Idosos. Convencionalmente, para efeitos de comparação internacional, assume-se que os idosos (60+ ou 65+) são dependentes da população economicamente activa. Na prática, porém, em países sem sistemas de protecção efectivos, grande parte dos idosos nunca se torna efectivamente dependente, em parte porque continua a trabalhar para o seu sustento até morrer, porque a sociedade não criou um sistema que lhes permita viver de poupanças acumuladas (individualmente ou por via pública), ao longo da sua vida jovem e adulta. Por outro lado, em muitos casos, os idosos continuam a providenciar sustento ou a tomar conta de crianças (netos ou outros parentes), quer porque os progenitores faleceram quer porque não conseguem o mínimo de sustento para os seus agregados familiares.

Assim, se os africanos de países de baixo rendimento quiserem continuar a aspirar, de forma realística, a uma vida mais longa e saudável, não resta outra alternativa às suas sociedades senão transformar o seu comportamento reprodutivo e a economia, em conformidade com tal aspiração de melhoria das condições de vida. Ainda que a redução da fecundidade não seja ga-

rantia, muito menos condição suficiente para o desenvolvimento socioeconómico, individual ou familiar, é certamente uma pré-condição ou condição necessária para que as elevadas taxas de fecundidade características do RDA deixem de contribuir para a estagnação ou o atraso do progresso económico e do desenvolvimento humano (Sippel *et al.*, 2011: 38). Por outro lado, o facto de os países de baixo rendimento serem pobres não é justificação para adiarem a criação de sistemas (financeiros e administrativos) de protecção social abrangentes e consistentes com o processo de modernização social e demográfica a que aspiram.

O facto de as transições em países africanos de baixo rendimento, nomeadamente a transição demográfica e a transição económica, serem, nos dias de hoje, fortemente dependentes de factores exógenos tem consequências contraditórias que necessitam da maior atenção. A importação de poupança externa e de tecnologia moderna e avançada ajuda a antecipar, induzir e incentivar mudanças que, em situações de população ou economia «fechadas», demorariam muito mais tempo a iniciar. Em contrapartida, certo tipo de dependência externa, principalmente a elevada dependência da poupança e do investimento externo, tende a desincentivar, retrain e dificultar a busca por opções institucionais indispensáveis para a formação e o desenvolvimento do capital nacional, de forma abrangente e inclusiva. Em particular, a dependência económica da substituição da poupança interna pela poupança externa, ainda que conveniente para o consumo imediato, na prática acaba por reforçar os preconceitos herdados da antiga condenação dos juros, alimentando a crença que a formação de capital e a geração ampliada de riqueza é possível sem poupança interna, ou consumo diferido e reservas financeiras, quando são elas que permitirem fazer face aos riscos e incertezas decorrentes da imprevisibilidade do futuro (Aghion *et al.*, 2006; Cavallo *et al.*, 2016; Hoppe, 2006: 94, 122-123, 151-154, 171). Pelo que mostra a experiência internacional, quanto pior for a relação de uma dada sociedade com a formação do capital nacional, maior é a lentidão e mais serão os obstáculos às transformações endógenas (Cavallo *et al.*, 2016; Francisco, 2013; Francisco & Siúta, 2015b; Soto, 2002). Numa situação de círculo vicioso e persistente dependência do «equilíbrio de baixo nível», ou no limiar da subsistência precária, ilustrado na Figura 9, dificilmente se alterarão os fluxos intergeracionais de riqueza favoráveis à substituição da base económica típica do RDA (Caldwell, 1982; Lee, 2015). Enquanto este for o caso, será difícil para os países africanos de baixo rendimento, incluindo Moçambique, deixarem de se concentrar na cauda do grupo de piores países do mundo para as pessoas idosas viverem.

A título de conclusão desta reflexão, vale a pena voltar à questão aflorada na Introdução, sobre a interferência que certas competências, desenvolvidas numa certa área do conhecimento, podem ter na compreensão outras. Precisamente por esta razão, antes de se questionar a indiferença e a desvalorização relativamente aos problemas da população, manifestadas pelos políticos de diferentes ideologias ou posições no exercício do poder político, é importante primeiro questionar a forma como tais políticos são assessorados e influenciados pelos técnicos,

investigadores e analistas que tomam as suas competências como referência para a concepção e formulação de políticas públicas.

Como é difícil descortinar o emaranhado e a complexidade de razões políticas, sociais e culturais que determinam o crescimento populacional, um passo crucial na sensibilização das pessoas para os chamados «problemas da população» (ou seja, problemas decorrentes dos desequilíbrios causados pela dinâmica e evolução demográfica) é, como defendeu Hardin (1987) no texto acima referido, libertar as mentes das pessoas do viés económico, sempre que se trate de lidar com taxas de crescimento populacional. Voltando ao exemplo de Hardin (1987), os investidores habituados a considerarem retornos de 6% a 9% ao ano do seu dinheiro como uma expectativa conservadora não vêem nada de espantoso quando certas populações crescem a taxas na ordem de 2,7% ou 3% ao ano. Na verdade, grande parte dos investidores e economistas tem grande dificuldade de aceitar a racionalidade do argumento dos demógrafos e biólogos quando defendem que, no caso da população, qualquer taxa de crescimento superior a zero é demasiado elevada (Hardin, 1987: 285).

À semelhança da interferência do viés económico convencional na percepção e avaliação das actuais taxas de crescimento populacional, em países africanos de baixo rendimento, quem não se surpreender com evidências como as que são representadas na Figura 9, ilustrando que a generalidade da população moçambicana e de outros países africanos continua a viver em condições de «equilíbrio de baixo nível» ou subsistência extremamente precária, dificilmente ficará preocupado e motivado para alertar a sociedade moçambicana do que é preciso fazer para que a recente ampliação da longevidade seja convertida numa conquista e num bónus efectivo do desenvolvimento humano, em vez de uma complicação e um ónus. De igual modo, se os investigadores e técnicos mais informados não alertarem os responsáveis políticos para os desafios revelados na Figura 10, pela esperada trajectória do gerontocrescimento *vis-à-vis* a esperada taxa de dependência dos idosos, o mais certo é que esta taxa continue a ser mais fictícia do que real. Se isto acontecer, será por falta de empenho ou incapacidade de os principais actores da sociedade e cidadãos em geral criarem mecanismos adequados para alicerçarem as suas aspirações a uma maior qualidade de vida e bem-estar.

Este são dois exemplos apenas, entre muitos que poderiam ser mencionados, em relação aos múltiplos desafios enfrentados pela investigação científica sobre as dinâmicas populacionais num contexto de incipiente transição tanto demográfica como económica. O alcance da investigação do IESE, presente e futura, nos domínios directa ou indirectamente abordados neste artigo, dependerá principalmente do sucesso que porventura for conseguido, na minimização e superação das interferências negativas no aprofundamento da pesquisa. Tais interferências são veiculadas de múltiplas formas, começando pela formação académica, cívica e política dos próprios investigadores. Sobre isto, o autor deste trabalho está consciente do esforço que tem precisado de fazer para superar limitações técnicas importantes, mas também e principalmente

os preconceitos analíticos e ideológicos adquiridos no passado, por influência de abordagens teóricas prevalentes no domínio económico e demográfico. Considerando os progressos realizados, acredita-se que uma crescente consciência crítica das limitações e vieses das abordagens explicativas usadas permitirá capacitarmo-nos para alcançar resultados de pesquisa de elevado alcance, sobretudo em termos de influência positiva nas políticas públicas

REFERÊNCIAS

- Abernethy, V. (1995). The demographic transition model: A ghost story. *Popul. Environ*, 17(1) 3-5.
- Aghion, P., Comin, D., Howitt, P. (2006). When does domestic saving matter for economic growth? *Working Paper*, 12 275.
- Alves, J. E. D. (2002). A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. *Textos para Discussão*, 4. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
- Angeli, E. (2014). A agenda de pesquisa heterodoxa da Mainline Economics. *Econ. E Soc.*, 23, 731-756.
- Bagolin, I. P., Comim, F. V. (2008). Human Development Index (HDI) and its family of indexes: an evolving critical review. *Rev. Econ.*, 34(2) (ano 32), 7-28.
- Bairoch, P. (2001) *Mitos e Paradoxos da História Económica*, 1.ª ed. Lisboa: Terramar.
- Barrows, S. P. (2010). The law of population and the Austrian School: how Austrian economics interacted with Thomas Robert Malthus. *Am. J. Econ. Sociol.*, 69, 1178-1205.
- Bloom, D. E., Canning, D., Sevilla, J. (2001). Economic growth and the demographic transition, *Working Paper*, 8685. National Bureau of Economic Research.
- Bongaarts, J. (2009). Human population growth and the demographic transition. *Philos. Trans. R. Soc. B Biol. Sci.*, 364, 2985-2990.
- Bongaarts, J. (2016). *Africa's Unique Fertility Transition*. Nova Iorque: Population Council.
- Bongaarts, J., Casterline, J. (2013). Fertility transition: is Sub-Saharan Africa different? *Popul. Dev. Rev.*, 38, 153-168.
- Cahill, M. (2005). Is the Human Development Index redundant? *East. Econ. J.*, 31, 1-5.
- Caldwell, J. C. (1982). *Theory of Fertility Decline*. Londres: Academic Press.
- Caldwell, J. C. (2006). *Demographic Transition Theory*. Dordrecht: Springer.
- Calot, G., Sardon, J. P. (1999). Population les facteurs du vieillissement démographique. *Population*, 54 (3), 509-552.
- Campbell, M. (2007). Why the silence on population? *Popul. Environ.*, 28, 237-246.
- Cavallo, E., Eichengreen, B., Panizza, U. (2016). Can countries rely on foreign saving for investment and economic development? *Working Paper*, IDB-WP-7-18. Berkeley: Inter-American Development Bank.
- Cervellati, M., Sunde, U. (2009). Life expectancy and economic growth: the role of the demographic transition. *Scholarly Paper*, 1 405 928. Nova Iorque: Social Science Research Network, Rochester.

- Cervellati, M., Sunde, U. (2015). The economic and demographic transition, mortality, and comparative development. *Am. Econ. J. Macroecon.*, 73, 189-225.
- Chesnais, J.-C. (1990). Demographic transition patterns and their impact on the age structure. *Popul. Dev. Rev.*, 16, 327-336.
- Coale, A. J. (1987). How a population ages or grows younger. In S. W. Menard, E. W. Moen (eds.), *Perspectives on Population: An Introduction to Concepts and Issues*, 365-371. Nova Iorque: Oxford Univeristy Press.
- Coleman, D. (2012). *The «Second Demographic Transition» – New Forms of Family*.
- Comissão Europeia, NU (2013). *Introducing the Active Ageing Index*. Comissão Europeia e Nações Unidas.
- Condorcet, A.-N. de (1789). *Sketch for a Historical Picture of the Progress of the Human Mind*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Cowgill, D. O. (1963). Transition Theory as General Population Theory. *Soc. Forces*, 41, 270-274.
- Cunha, N., Orton, I. (2011) Estender a cobertura da protecção social num contexto de alta informalidade da economia: necessário, desejável e possível? *Cad. IESE*, 5, 43.
- Davis, K. (1945). The world demographic transition. *Ann. Am. Acad. Pol. Soc. Sci.*, 237, 1-11.
- Deaton, A. S., Tortora, R. (2015). People in Sub-Saharan Africa rate their health and health care among the lowest in the world. *Health Aff. (Millwood)*, 34, 519-527.
- Defo, B. K. (2014). Demographic, epidemiological, and health transitions: are they relevant to population health patterns in Africa? *Glob. Health Action*, 7.
- Deutsch, D. (2011). *The Beginning of Infinity: Explanations that Transform the World*, 1.ª ed. Londres: Penguin Books.
- Deutsch, D. (2013). *O Início do Infinito: Explicações que Transformam o Mundo*, 1.ª ed. Lisboa: Grávida.
- Dumont, G.-F. (2003). L'équation du XXI^e siècle: vieillissement plus «gérontocroissance.» *Popul. Avenir*, 14-15.
- Dyson, T. (2010). *Population and Development: The Demographic Transition*. Londres: Zed Books.
- FAOSTAT (2015). *FAOSTAT Gateway*. Food Agric. Organ. UN – FAOSTAT. URL Disponível em: <http://faostat3.fao.org/download/FB/FBS/E> (consultado a 17 de Junho de 2014).
- Francisco, A. (1996). *Considerations for a Two-sex Demography: When, Why and How Should Both Sexes Matter to Demography?* Unpublished doctoral thesis. Camberra: Australian National University (ANU).

- Francisco, A. (2010). Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*, 37-95. Maputo: IESE.
- Francisco, A. (2011a). A natureza incipiente da transição demográfica em Moçambique. *Rev. Estud. Demográficos RED Port.*, 49, 5-35.
- Francisco, A. (2011b). Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*, 231-282. Maputo: IESE.
- Francisco, A. (2012). Política pública e intervencionismo: porque existe o PARP em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*, 259-294. Maputo: IESE.
- Francisco, A. (2013). Por uma nova constituição económica em Moçambique. In *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*, 75-127. Maputo: Escolar Editora.
- Francisco, A. (2016). «Gerontogrowth» and population ageing in Africa and the Global AgeWatch Index. *J. Econ. Ageing*.
- Francisco, A. (2017). Transição demográfica em Moçambique: mito ou realidade? In J. Feijó (ed.), *Movimento Migratório e Relações Rural-Urbano – Estudos de Caso em Moçambique*. Maputo.
- Francisco, A., Semedo, I. (2017). A face oculta do Orçamento do Estado moçambicano: saldos de caixa são fictícios? *Boletim IDELAS*, 93.
- Francisco, A., Siúta, M. (2015a). Poupança externa num contexto de crescimento económico sem poupança interna. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*, 311-346. Maputo: IESE.
- Francisco, A., Siúta, M. (2015b). Mozambican aggregate consumption and domestic saving: evolution and strategic relevance. *Afr. J. Gov. Dev.*, 4, 6-26.
- Francisco, A., Siúta, M., Semedo, I. (2016). Estratégia de crescimento económico em Moçambique: desta vez é diferente?. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*, 271-328. Maputo: IESE.
- Francisco, A., Sugahara, G. (2015a). Porque Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*, 347-380. Maputo: IESE.
- Francisco, A., Sugahara, G. (2015b). Moçambique: um dos piores países para os idosos. Porquê? *Boletim IDELAS*, 81.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P. (2013). *Growing Old in Mozambique: Dynamics of Well-being and Poverty*, 1.^a ed. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

- Galor, O. (2011) *Unified Growth Theory*, 1.^a ed. Princeton: Princeton University Press.
- Galor, O., Weil, D. N. (1998). *Population, Technology, and Growth: From the Malthusian Regime to the Demographic Transition and Beyond*. SSRN ELibrary.
- Godwin, W. (2006). *Enquiry Concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness*. Londres: The Online Library of Liberty.
- Hardin, G. (1987). Population growth: if you're not astounded you haven't got the message. *Am. Biol. Teach.*, 49, 285.
- He, W., Goodkind, D., Paul Kowal (2016). An aging world: 2015. *International Population Reports*, P95. Washington, DC: United States Census Bureau.
- HelpAge International (2013). *Global AgeWatch Index 2013 Methodology: Purpose, Methodology and Results*. Londres: HelpAge International.
- HelpAge International (2015). *Global AgeWatch Index 2015: Insight Report*. Londres: HelpAge International.
- Higgins, M. (1997). Demography, national savings and international capital flows. *Staff Reports*, 34. Federal Reserve Bank of New York.
- Hoppe, H.-H. (2006). *Economics and Ethics of Private Property: Studies of Political Economy and Philosophy*, 2.^a ed. Alabama: Lwdwig von Mises Institute, Auburn.
- Kahneman, D., Deaton, A. S. (2010). *High Income Improves Evaluation of Life but not Emotional Well-Being*. PNAS Early Ed.
- Kapitza, S. P. (2009). Global population blow-up and after: the demographic revolution and sustainable development. *Bull. Georgian Natl. Acad. Sci.*, 3(1), 5-12.
- Kobelev, L. Y., Nugaeva, L. L. (2000). *What Future Expects Humanity After the Demographic Transition Time?*
- Korotayev, A., Goldstone, J. A., Zinkina, J. (2015). Phases of global demographic transition correlate with phases of the Great Divergence and Great Convergence. *Technol. Forecast. Soc. Change*, 95, 163-169.
- Korotayev, A., Zinkina, J. (2015). East Africa in the Malthusian trap? A statistical analysis of financial, economic, and demographic indicators. *J. Dev. Soc.*, 31, 385-420.
- Korotayev, A., Zinkina, J., Kobzeva, S., Bozhevovnov, J., Khaltourina, D., Malkov, A., Malkov, S. (2011). A trap at the escape from the trap? Demographic-structural factors of political instability in modern Africa and West Asia. *Cliodynamics J. Theor. Math. Hist.*, 2.
- Landry, A. (1987). Adolphe Landry on the Demographic Revolution. *Popul. Dev. Rev.*, 13, 731-740.
- Lee, R. D. (2003). The demographic transition: three centuries of fundamental change. *J. Econ. Perspect.*, 17, 167-190.
- Lee, R. (2015). Becker and the demographic transition. *J. Demogr. Econ.*, 81, 67-74.

- Lee, R. D., Reher, D. S. (2011) Introduction: the landscape of demographic transition and its aftermath. *Popul. Dev. Rev.*, 37, 1-7.
- Lesthaeghe, R. (1980). On the social control of human reproduction. *Popul. Dev. Rev.*, 6, 527-548.
- Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Popul. Dev. Rev.*, 36, 211-251.
- Lesthaeghe, R. (2014a). The second demographic transition: a concise overview of its development. *Proc. Natl. Acad. Sci.*, 111, 18112-18115.
- Lesthaeghe, R. (2014b). The fertility transition in Sub-Saharan Africa into the 21st century. *Research Reports*, 14-823. Ann Arbor: Population Studies Center, University of Michigan.
- Lesthaeghe, R. J. (ed.) (1989). *Reproduction and Social Organization in Sub-Saharan Africa*. University of California Press.
- Livi-Bacci, M. (1992). *A Concise History of World Population*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Malmberg, B. (2008). *Demography and the Development Potential of Sub-Saharan Africa, Current Africa Issues*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Malmberg, B., Sommestad, L. (2000). Four phases in the demographic transition. Implications for economic and social development. *Arbetsrapport*, 2000(6). Institute for Futures Studies.
- Malthus, T. R. (1976). *An Essay on the Principle of Population and A Summary View of the Principle of Population*. Harmondsworth: Penguin Books
- McGillivray, M. (1991) The Human Development Index: yet another redundant composite development indicator? *World Dev.*, 19, 1461-1468.
- Morse, S. (2013). *Indices and Indicators in Development: An Unhealthy Obsession with Numbers?* Earthscan.
- Nasar, S. (2013). *Os Criadores da Economia Moderna*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Nazareth, J. M. (2004). *Demografia: A Ciência da População*, 1.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Nelson, R. R. (1956). A theory of the low-level equilibrium trap in underdeveloped economies. *Am. Econ. Rev.*, 46, 894-908.
- Nielsen, R. W. (2015a). *Demographic Transition Theory Contradicted Repeatedly by Data*. Goald Coast: Griffith University, Qld
- Nielsen, R. W. (2015b). *Unified Growth Theory Contradicted by the Hyperbolic Economic Growth*. Goald Coast: Griffith University, Qld
- Nielsen, R. W. (2015c). *Mathematics of Predicting Growth*. Goald Coast: Griffith University, Qld.
- NU (Nações Unidas) (2015). *World Population Prospects*. U. N. Dep. Econ. Soc. Aff. Popul. Div. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/>.

- NU (1958). *Multilingual Demographic Dictionary*. Nova Iorque: Nações Unidas (NU).
- Obeng-Odoom, F. (2013). Africa's failed economic development trajectory: a critique. *Afr. Rev. Econ. Finance*, 4, 151-175.
- Reher, D. S. (2004). The demographic transition revisited as a global process. *Popul. Space Place*, 10, 19-41.
- Samans, R., Blanke, J., Corrigan, G., Margareta Drzeniek (2015). *The Inclusive Growth and Development Report 2015: Insight Report*, 1.^a ed. Genebra: World Economic Forum (WEF).
- Schultz, T. P. (2004). Demographic determinants of savings: estimating and interpreting the Aggregate Association in Asia, *Working Paper*, 901. Yale University: Economic Growth Center.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*, 1.^a ed. Lisboa: Grávida.
- Shapiro, D., Gebresselassie, T. (2007). Fertility transition in Sub-Saharan Africa: falling and stalling. Presented at the Annual Meeting of the Population Association of America. Nova Iorque.
- Shin, I. (2013). The effect of compressed demographic transition and demographic gift on economic growth. Disponível em:
<https://mpr.ub.uni-muenchen.de/45003/> (consultado a 19 de Agosto de 2016).
- Sippel, L., Kiziak, T., Woellert, F., Klingholz, R. (2011). *Africa's Demographic Challenges: How a Young Population Can Make Development Possible*. Berlim: Berlin Institute for Population and Development.
- Siúta, M. (2014). *Papel da Poupança Externa num Contexto de Crescimento Económico sem Poupança Interna: O Caso de Moçambique (1960-2010)*. Monografia não publicada para obtenção da licenciatura em Economia. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Soto, H. de (2002). *O Mistério do Capital: Porque Triunfa o Capitalismo no Ocidente e Fracassa no Resto do Mundo*, 1.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Sugahara, G. T. L., Francisco, A. (2012). Idosos em Moçambique: romper a conspiração do silêncio. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*, 295-331. Maputo: IESE.
- Sugahara, G., Francisco, A. (2011). Population ageing in Mozambique: threat or opportunity. *Boletim IDELAS*, 37e.
- Sunde, U., Cervellati, M. (2012). *Diseases and Development: Does Life Expectancy Increase Income Growth?* VoxEU.org.
- Suntoo, R. (2012). Population ageing and the theory of demographic transition: the case of Mauritius. *Univ. Maurit. Res. J.*, 18.

- Taleb, N. N. (2012). *Antifragile: Things That Gain from Disorder*. Random House.
- Teitelbaum, M. S. (1987). Relevance of demographic transition theory for developing countries. In S. W. Menard, Elizabeth W. Moen (eds.), *Perspectives on Population: An Introduction to Concepts and Issues*, 29-36. Nova Iorque: Oxford Univeristy Press
- UNDP (2015). *Human Development Reports*. U. N. Dev. Programme UNDP. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2015-report> (consultado a 15 de Março de 2016).
- Zaidi, A. (2014). Life cycle transitions and vulnerabilities in old age: a review. *Occasional Paper*. Nova Iorque: Human Development Reports Office, United Nations Development Programme (UNDP).

«RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE DO NOSSO POVO»

DE SALÁRIOS SECTORIAIS A UM SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL NA ÁFRICA DO SUL¹

Ruth Castel-Branco e Gilad Isaacs

O salário mínimo tem-se tornado um foco de atenção por parte do público em Moçambique, com a queda acentuada do valor real dos salários no contexto de um rápido aumento da inflação². Ao definir um nível salarial abaixo do qual nenhum trabalhador pode ser pago, o salário mínimo é um instrumento do mercado de trabalho e de protecção social que pode contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, e estimular a produtividade da mão-de-obra. Como salienta a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para ser significativo, um salário mínimo deve «ser fixado a um nível que cubra as necessidades dos trabalhadores e das suas famílias, tendo em conta factores económicos» (ILO, 2015).

No entanto, em Moçambique, um emprego a tempo inteiro dá poucas garantias de que um trabalhador e a sua família sejam capazes de satisfazer mesmo as suas necessidades nutricionais mais básicas. A confederação sindical, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), calcula que o custo do cabaz de bens essenciais para um agregado familiar médio tenha duplicado desde 2014 e corresponda agora a 16 894 MZN por mês (OTM, 2016).³ Como se pode observar no Quadro 1, os salários mínimos sectoriais ficam muito aquém deste nível. No sector da agricultura, pecuária e silvicultura, por exemplo – que representa quase três quartos das actividades económicas das famílias moçambicanas (INE, 2016) –, o salário mínimo equivale a menos de um quarto do valor do cabaz de bens essenciais da OTM. A erosão dos salários mínimos é uma tendência preocupante, com implicações a longo prazo para a saúde pública e para o desenvolvimento social e económico.

¹ Este artigo é uma versão editada e traduzida de dois relatórios de Isaacs (2016) e Castel-Branco (2016a), publicados com a autorização da Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional, do programa de investigação de Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Industrial da Escola de Economia e Ciências Empresariais da Universidade do Witwatersrand.

² Desde 2014, tem havido um aumento fulgurante do custo de produtos de primeira necessidade. Entre 2014 e 2015, os preços aumentaram 43%; entre 2015 e 2016, subiram 46% (INE 2016).

³ O cabaz da OTM inclui arroz, farinha de milho, feijão-manteiga, amendoim, carapau, vegetais e legumes, pão, óleo vegetal, açúcar amarelo, petróleo, detergente, carvão e custos de transporte para o chefe de família. Não inclui custos relacionados com a saúde nem com a educação, água e electricidade, habitação, transporte para outros membros da família, vestuário, lazer, poupança e apoio monetário a outros membros da família. Embora as estatísticas oficiais sejam mais baixas, mesmo o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (Setsan) calcula que um agregado familiar médio precisa de pelo menos 10 500 MZN para satisfazer as suas necessidades nutricionais mais básicas (Setsan, 2016).

QUADRO 1: SALÁRIOS MÍNIMOS SECTORIAIS EM MOÇAMBIQUE (2017)

SECTOR	SALÁRIO MÍNIMO EM 2016 (MZN)	SALÁRIO MÍNIMO EM 2017 (MZN)	AUMENTO DE 2016 PARA 2017 (%)	SALÁRIO MÍNIMO EM 2017 (USD) ⁴	% DO CABAZ DA OTM 2015-16	% DO CABAZ DA OTM 2016-17
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	3298	3642	10,4	54,24	29	21
Pesca industrial	3815	4615	21,0	68,73	34	27
Kapenta	3375	3780	12,0	56,29	30	22
Indústria de extracção de minerais	6214	6963	12,1	103,69	55	41
Pedreiras, micro, pequenas e médias empresas	4907	5200	6,0	77,44	43	31
Indústria de minerais, salinas	4476	4734	5,8	70,50	39	28
Sector industrial	5200	5965	14,7	88,83	46	35
Sector de panificação	3985	4335	8,8	64,56	35	26
Produção e distribuição de electricidade, gás, água – grandes empresas	6037	7386	22,3	109,99	53	44
Pequenas empresas	5422	6002	10,7	89,38	48	36
Construção	4887	5436	11,2	80,95	43	32
Serviços não financeiros	5050	5525	9,4	82,28	44	33
Hotelaria	5050	5328	5,5	79,34	44	31
Serviços financeiros	8750	10 400	18,9	154,88	77	61
Microfinanças	8400	9240	10,0	137,60	74	55
Administração pública, segurança	3278	3996	21,9	59,51	29	24

Fonte: cálculo dos autores com base em OTM (2016) e Hanlon (2017)

A abordagem sectorial da fixação dos salários mínimos é ainda bastante nova em Moçambique. Entre 1975 e 1987, o Estado fixava os níveis salariais por meio de um processo de planificação centralizada. Com o ajustamento estrutural e a transição para uma economia de mercado, foram introduzidos salários mínimos e os sindicatos passaram a ser considerados parceiros sociais no processo de fixação dos salários.⁵ Este processo continuou, porém, dependente da aprovação pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que, em 1995, por exemplo, se opôs a um aumento do salário mínimo. Em 2000, foi introduzida uma distinção entre trabalhadores agrícolas e não agrícolas, e os salários mínimos para os primeiros diminuíram em termos nominais e reais (Hanlon, 2017). Como no período colonial, a justificação para fixar salários mínimos abaixo do custo da reprodução social era que os trabalhadores agrícolas podiam complementar o seu rendimento com a sua própria produção agrícola. Em 2008, os salários mínimos foram ainda mais desagregados por sector, o que acabou por resultar nas 16 categorias salariais que Moçambique hoje tem.

Os proponentes de uma abordagem sectorial de fixação de salários argumentam que esta pode responder eficazmente às variações entre ocupações, recompensando com salários mais altos

⁴ Com base na taxa de câmbio de 1 de Abril de 2017, quando os salários mínimos entraram em vigor: 1 USD = 67,15 MZN.

⁵ Em Moçambique, os salários mínimos são negociados através de um processo tripartido que envolve: representantes dos trabalhadores, nomeadamente a OTM e a Confederação de Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (Consilmo); representantes dos empregadores, como a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA); e representantes do Estado, sob a direcção do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (Mitess).

os trabalhadores de sectores com alta produtividade e mantendo salários baixos em sectores com baixa produtividade. Esta lógica não tem em conta, porém, as limitações conceptuais e práticas da abordagem sectorial. Em primeiro lugar, a produtividade está em grande medida fora do controlo individual dos trabalhadores e reflecte antes a forma como a produção está organizada. Um trabalhador não qualificado no sector dos serviços financeiros, por exemplo, pode ser mais produtivo, devido à inovação tecnológica, do que um trabalhador equivalente no sector agrícola. Penalizar trabalhadores empregados em sectores com baixa produtividade não é somente injusto como pouco faz para incentivar níveis de produtividade mais elevados. Em segundo lugar, os salários sectoriais normalmente têm em conta um conjunto limitado de factores, ignorando a estrutura da acumulação e o efeito agregado dos salários na produtividade, no crescimento e no emprego. Em terceiro lugar, num sistema sectorial, muitos trabalhadores assalariados acabam por não ser abrangidos pela protecção do salário mínimo, sobretudo num contexto de casualização do trabalho assalariado formal e enfraquecimento do poder negocial dos sindicatos. Em quarto lugar, os salários sectoriais tendem a perpetuar a desigualdade salarial, o que pode aumentar a desigualdade ao nível nacional, mesmo em países com altos níveis de desemprego, subemprego e emprego informal. Em Moçambique, como em grande parte dos países do continente africano, existe uma diferença salarial cada vez maior entre as ocupações ligadas aos sectores financeiros e extractivos e os sectores agrícolas e industriais. Por último, a complexidade de um sistema sectorial de fixação dos salários pode constituir um desafio para fazer cumprir a lei, em particular quando os recursos para a administração dos serviços de inspecção são escassos.

Reconhecendo as limitações do sistema sectorial de fixação de salários, o Governo sul-africano iniciou em 2014 um processo de introdução de um salário mínimo nacional.⁶ Este estabelece um mínimo salarial único para todos os trabalhadores, que complementa, e não substitui, as negociações colectivas. Sendo um salário mínimo nacional em vez de sectorial, pode servir objectivos políticos mais amplos, como a redução da pobreza e da desigualdade, tendo ao mesmo tempo em conta factores macroeconómicos. A introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul faz parte de um processo mais amplo de diálogo nacional entre os representantes do empresariado, da comunidade, do Governo e dos trabalhadores, com vista a combater salários baixos e desigualdades salariais, e a promover instituições laborais mais eficientes, num contexto de greves prolongadas e violentas. No início de Fevereiro de 2017, o vice-presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, anunciou um acordo para introduzir um salário mínimo nacional

⁶ A África do Sul, tal como Moçambique, tinha um sistema de fixação de salários sectorial e não nacional, com salários mínimos fixados quer através de acordos colectivos negociados ao nível da empresa ou do conselho de concertação social quer através de determinações sectoriais publicadas pelo ministro do Trabalho mediante recomendação da Comissão para as Condições de Emprego (ECC). Com 124 determinações sectoriais, a África do Sul é o país com maior número de salários mínimos de África, o que constitui um desafio para o cumprimento e para a aplicação da lei, sobretudo quando são escassos os recursos para a administração laboral. Muitos trabalhadores não são cobertos pelas protecções laborais, calculando-se que haja 2,35 milhões de trabalhadores com salários baixos que não estejam cobertos pelo salário mínimo (DPRU, 2016).

de 20 ZAR por hora ou 3500 ZAR por mês, para semanas de 40 horas (ou 3900 ZAR para semanas de 45 horas). Como Ramaphosa (2017) observou, embora este salário não assegure a sobrevivência, tem o potencial de reduzir a pobreza e a desigualdade:

[Os acordos] dão um maior impulso ao nosso esforço nacional de combate à pobreza, ao desemprego e também à desigualdade. Os acordos respondem à injunção constitucional que temos de restauração da dignidade do nosso povo. E creio que, através destes acordos, estabelecemos uma base firme para a concretização de um salário condigno, um princípio agora adoptado no NEDLAC7...

É um começo.

A introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul foi intensamente contestada durante mais de dois anos, e as pesquisas realizadas por diferentes conjunturas académicas foram utilizadas para justificar ou para se opor a esta iniciativa. O nível do salário mínimo nacional e os mecanismos da sua implementação foram questões cruciais no processo de negociação. Infelizmente, houve pouca mobilização de trabalhadores, e os termos da negociação dependeram largamente de pesquisa especializada – que foi apresentada ao público, imprensa, líderes trabalhistas e comunitários, e fazedores de políticas – para justificar as propostas. A falta de mobilização dos trabalhadores não é um modelo a reproduzir, mas o processo destaca o papel que a pesquisa orientada para as políticas pode desempenhar na elaboração de políticas progressistas. O caso sul-africano é particular na forma em que tal pesquisa influenciou o resultado final.

Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand – o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul –, este artigo apresenta algumas das questões-chave levantadas durante os debates. A primeira secção contextualiza os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial. A segunda secção dá uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade. A terceira secção analisa os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, incluindo: o custo dos produtos de primeira necessidade, como o limiar de pobreza para os trabalhadores pobres; os indicadores do mercado de trabalho, como o salário médio; e os indicadores da negociação colectiva.

A quarta secção explora o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções. A secção final conclui com os aspectos relacionados com a aplicação de um salário mínimo nacional.

⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e do Trabalho, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores, da sociedade civil e do Estado, e responsável pela negociação de legislação trabalhista na África do Sul.

Apesar das reivindicações de entidades empresariais e decisores políticos conservadores de que os salários mínimos levam a perdas de empregos e a deterioração económica – reivindicações feitas a nível mundial sempre que o salário mínimo aumenta ou são propostas mudanças progressistas ao salário mínimo –, a evidência apoia a introdução de um salário mínimo nacional. No contexto sul-africano, um salário mínimo nacional poderá reduzir a pobreza e a desigualdade se for fixado a um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e dos seus familiares, e concebido para que o crescimento salarial na base ultrapasse o crescimento salarial no topo. Os salários mínimos não aumentam necessariamente o emprego, nem é isso que se pretende – para isso, são necessárias outras políticas –, mas um salário mínimo nacional pode ser instituído sem que isso tenha efeitos de desemprego significativos, e com eventuais resultados positivos ao nível macroeconómico. Embora os mercados de trabalho moçambicanos e sul-africanos e as instituições que os sustentam sejam de natureza diferente, espera-se que as questões levantadas através deste estudo de caso possam contribuir para um debate mais amplo sobre o salário mínimo entre investigadores, sindicalistas e decisores políticos em Moçambique.

O CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO PARA UM SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL NA ÁFRICA DO SUL

A África do Sul tem o mais alto nível de desigualdade no mundo. A desigualdade salarial, que tem raízes na estrutura salarial do *apartheid*, é a principal causa da desigualdade dos agregados familiares (Leibbrandt *et al.*, 2012). Isto acontece porque os salários são, em conjunto, a mais importante fonte de rendimento do agregado familiar na África do Sul (embora os agregados familiares mais pobres dependam também muito de apoios sociais do Governo). Se bem que os salários médios reais tenham aumentado desde o fim do *apartheid*, os salários do topo da distribuição aumentaram mais depressa do que os da base, ampliando a diferença entre os trabalhadores mais pobres e os mais ricos. Hoje, os 20% dos assalariados com salários mais elevados levam para casa 60% do total do valor das remunerações, enquanto os 60% de assalariados com os salários mais baixos levam para casa apenas 20% (Finn, 2015).

A pobreza laboral também é terrível. Cinquenta e quatro por cento dos trabalhadores a tempo inteiro – o equivalente a 5,5 milhões de trabalhadores – ganham abaixo da linha da pobreza laboral, que é 4317 ZAR por mês (em Fevereiro de 2016). Isto significa que, mesmo quando complementado por outras formas de rendimento, como apoios sociais, o seu salário é insuficiente para os fazer sair da pobreza, e aos seus dependentes. Dada a herança do *apartheid*, a raça continua a ser um factor importante na distribuição dos salários, sendo os salários médios de trabalhadores brancos quase três vezes maiores do que os dos trabalhadores africanos (Finn,

2015). É também importante analisar as exigências colocadas aos assalariados à medida que o desemprego aumenta. O tamanho médio do agregado familiar na África do Sul é de 3,3, mas isto não dá conta do número médio de pessoas dependentes de cada assalariado, incluindo coresidentes não assalariados e os que não são residentes mas recebem remessas de dinheiro. Os trabalhadores pobres têm maior tendência a apoiar um maior número de dependentes do que os trabalhadores com rendimentos mais elevados. Ao transferir rendimento dos lucros para os salários, um salário mínimo nacional tem o potencial de aumentar as receitas dos trabalhadores mais vulneráveis e, assim, reduzir a desigualdade.

EVIDÊNCIAS DO IMPACTO DOS SALÁRIOS MÍNIMOS SOBRE O EMPREGO, A POBREZA E A DESIGUALDADE

A experiência internacional levou a um amplo consenso de que os salários mínimos reduzem a desigualdade salarial e podem melhorar o bem-estar dos trabalhadores com baixos salários (Garnero *et al.*, 2014), inclusive nos países em desenvolvimento. Num estudo de 19 países da América Latina e do Caribe, Kristensen & Cunningham (2006) demonstram que, entre 1997 e 2001, os salários mínimos reduziram a desigualdade no sector formal em dez países e no sector informal em 14. Mais recentemente, Maurizio & Vázquez (2015) mostram que o aumento de 130% no salário mínimo nacional real no Brasil, entre 2003 e 2012, desempenhou o papel mais importante na redução da desigualdade salarial-rendimento. Da mesma forma, na Argentina e no Uruguai, os salários mínimos foram fundamentais para a redução da desigualdade. Os maiores beneficiários são geralmente os trabalhadores mais vulneráveis. Além disso, os salários mínimos ajudam a fechar lacunas salariais regionais e de género [ver Mudronova (2016) para uma revisão]. Existem ainda mais evidências sobre a relação entre salário mínimo e emprego. A teoria neoclássica do «mercado competitivo» defende que um aumento do preço do trabalho levará a uma diminuição da sua procura e, portanto, a um aumento do desemprego. Os paradigmas neoclássicos concebem os mercados de trabalho como semelhantes aos de qualquer outra mercadoria e sujeitos aos mesmos princípios universais: quando os preços sobem, diminui a procura. Segundo este paradigma, o salário mínimo não tem nenhuma função benéfica. Se for fixado abaixo do «ponto de equilíbrio» salarial – o preço a que a oferta de trabalho é igual à procura –, será ineficaz, já que o salário do mercado será mais elevado; se for fixado acima, baixará a procura de mão-de-obra e fará subir o desemprego. Esta teoria prevê também que as empresas transfiram os custos dos salários mínimos para o consumidor, sob a forma de preços mais elevados.

Todavia, ao longo das duas últimas décadas, um grande número de estudos veio pôr em causa as conclusões da teoria do «mercado competitivo» e mostrar que o impacto dos salários míni-

mos no emprego é pequeno, muitas vezes estatisticamente insignificante e às vezes até positivo. De facto, seis metanálises recentes – que analisam dezenas de outros estudos – mostram que, em média, um aumento de 10% do salário mínimo leva a uma redução do emprego de entre 0% e 0,7% – um impacto muito pequeno. Considerase muitas vezes que os países em desenvolvimento têm maior risco de desemprego, uma vez que têm uma maior percentagem de trabalhadores pouco qualificados e presença de grandes sectores informais, mas tem-se demonstrado que geralmente não é isso que se verifica [analisado em Isaacs (2016)].

Os limitados efeitos dos salários mínimos no emprego não devem surpreender-nos, já que sabemos que: as empresas têm custos múltiplos, não apenas custos salariais; as empresas adaptam-se aos aumentos salariais de várias formas, incluindo aumentos de produtividade («salários de eficiência»), ligeiras subidas de preços, reduções dos salários dos assalariados mais bem pagos («compressão salarial») e redução das margens de lucro; a redução do número de trabalhadores não é muitas vezes a forma mais eficiente de reduzir os custos mantendo simultaneamente níveis de produção e de serviço; e salários mais elevados podem estimular maiores gastos e maior procura de bens e serviços na economia, assim neutralizando as pressões negativas sobre os níveis de emprego e fomentando a economia em geral. Embora o aumento dos salários possa exercer pressão sobre determinadas empresas, para as empresas em geral pode ser benéfico. O nível a que é fixado o salário mínimo nacional influenciará fortemente a forma como as firmas e a economia se ajustam.

Também têm sido usados «modelos dualistas do mercado de trabalho» para defender que a introdução de salários mínimos no sector formal reduz os salários no sector informal (Khamis, 2008). Isso é refutado tanto pela evidência inconclusiva sobre os efeitos no emprego como pela pesquisa de países em desenvolvimento, que encontra efeitos positivos dos salários mínimos nos salários médios da economia informal. A razão para este efeito de repercussão é a estreita interligação entre os dois sectores. Além da oferta de mão-de-obra, os sectores formal e informal também estão ligados pela procura de bens e serviços do sector informal (Maloney & Mendez, 2003). Assim, o aumento dos salários no sector formal pode aumentar a procura no sector informal e aumentar dessa forma o emprego e os salários da economia informal. Além disso, os salários mínimos do sector formal podem fazer subir o salário de reserva – o salário mais baixo que os trabalhadores estão dispostos a aceitar. Há fortes indícios da existência do chamado «efeito de farol», através do qual um salário mínimo nacional pode servir de indicador de um salário justo no sector informal e ser, portanto, um instrumento para aumentar a capacidade negocial dos trabalhadores (Saget, 2001; Boeri *et al.*, 2010; Belser & Rani, 2015).

Em suma, a teoria económica neoclássica – a teoria em que confiam os oponentes dos salários mínimos – argumenta que um aumento nos salários levará, sempre e inevitavelmente, a uma diminuição no emprego. No entanto, isso não é apoiado pela evidência internacional nem por uma compreensão teórica mais sofisticada da economia, que reconhece que uma

série de factores determina o emprego e que existem várias maneiras pelas quais as economias se ajustam a salários mais altos.

Os modelos estatísticos são uma forma útil de avaliar os possíveis efeitos de uma política, embora devam também ser encarados com cautela, dado que a compreensão teórica da economia influencia a forma como o modelo é construído (Storm & Isaacs, 2016). Na pesquisa sul-africana, foram usados dois modelos macroeconómicos. Nesses modelos, uma série de equações que descrevem a relação entre diversas variáveis na economia (como a relação entre salários e emprego) e coeficientes, calculados com base em dados históricos, regula a medida em que uma variável afecta a outra (como, por exemplo, se um aumento nos salários tem um pequeno ou grande impacto no emprego). O Modelo de Política Global (MPG) das Nações Unidas permite que a fracção de mão-de-obra ou salário – a parte do rendimento nacional que vai para salários e não para lucros – seja ajustada em diferentes «cenários», de modo a responder, essencialmente, à seguinte pergunta: o que acontece quando os trabalhadores recebem uma maior fatia do bolo [Strauss & Isaacs (2016), resumido em Isaacs (2016)]? O efeito positivo mais digno de nota é o aumento do consumo privado e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o aumento das taxas de crescimento se dissipe a longo prazo, o nível do PIB fica permanentemente mais elevado. Apesar de o aumento da fracção relativa à mão-de-obra ter um efeito negativo na conta-corrente da África do Sul e um efeito marginalmente negativo no investimento privado como percentagem do PIB, o investimento privado aumenta, ainda assim, em termos absolutos. O resultado demonstra que a economia sul-africana é «salarial» e que um aumento na fracção relativa à mão-de-obra é benéfico para a economia sem nenhum efeito negativo considerável.

Adelzadeh & Alvillar (2016) utilizam o Modelo Dinâmico Integrado de Simulação Macro e Microeconómica da Applied Development Research Solutions (ADRS) para quantificar o impacto na economia do aumento directo dos salários dos assalariados de baixo rendimento, com base em diversos cenários de salários mínimos nacionais. Neste exercício, demonstra-se que salários mínimos entre 3500 ZAR e 5500 ZAR fazem aumentar os salários médios em dez anos, em termos reais, entre 15% e 28%. Sem um salário mínimo nacional, a projecção para salários médios, em rands de 2010 durante o nosso período de previsão (2016-2025), é de aproximadamente 7800 ZAR. Com níveis de salários mínimos nacionais começando em aproximadamente 3500 ZAR e 4600 ZAR, os salários médios aumentariam para cerca de 9450 ZAR e 10 800 ZAR, respectivamente.

Os salários para os trabalhadores com salários baixos sobem desproporcionalmente. Isto resulta num aumento do rendimento familiar, particularmente para os trabalhadores com salários baixos, com uma potencial duplicação da taxa de crescimento do rendimento familiar, estimulando, portanto, maiores gastos dos consumidores e, assim, um aumento da produção e do aumento dos níveis de crescimento, juntamente com aumento da produtividade. Na África

do Sul, o nível de produção na economia seria 2,1% mais alto com um salário mínimo nacional (começando em níveis entre os 3500 ZAR e os 4600 ZAR), e a taxa média de crescimento do PIB projectada é de 2,8-2,9% em vez de 2,4%, sem salário mínimo nacional. Prevê-se que o emprego seja até 0,3% inferior com a instituição de um salário mínimo nacional, enquanto o número de pessoas em situação de pobreza deverá diminuir cerca de 2% – esta diminuição é maior para os sul-africanos negros - e a desigualdade deverá baixar. Estes resultados – que um salário mínimo nacional aumenta os rendimentos e as despesas para as famílias com baixos salários, aumentando a produção e a procura na economia, tal como a produtividade, e reduzindo a pobreza e a desigualdade – estão em harmonia com os dados internacionais sobre o impacto geral dos salários mínimos.

A capacidade do salário mínimo de afectar a incidência da pobreza depende da composição do mercado de trabalho e da percentagem de assalariados que ganham o salário mínimo e que vivam em agregados familiares pobres. Como os salários mínimos e as linhas de pobreza estão próximos entre si nos países em desenvolvimento e há um grande segmento de trabalhadores pobres, o impacto na redução da pobreza pode ser significativo. De facto, estudos internacionais mostram que os salários mínimos contribuem para a redução da pobreza (Lustig & Macleod, 1996).

Embora as linhas de pobreza sejam medições importantes, os salários mínimos são úteis se fizerem subir os salários baixos, mesmo que os trabalhadores permaneçam abaixo da linha de pobreza ou já estejam acima desta linha. Se forem correctamente fixados, de modo que o salário mínimo aumente os salários dos assalariados com vencimentos mais baixos, os salários mínimos fazem precisamente isso. Se forem fixados demasiadamente baixos, os salários mínimos não alteram a probabilidade de se sair da pobreza (Cunningham & Siga, 2006, *apud* Gindling, 2014). Os parâmetros de referência na fixação e no ajustamento do nível do salário mínimo nacional é, portanto, uma questão crucial em qualquer processo político, e foi fundamental no debate sul-africano.

PARÂMETROS DE REFERÊNCIA PARA DEFINIR E AJUSTAR O NÍVEL DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Embora o processo de fixação e ajustamento do salário mínimo seja, em última instância, político e resulte muitas vezes do diálogo social entre parceiros sociais, deve ser apoiado por dados que o justifiquem. A maioria dos países utiliza um indicador de custo de vida para fixar ou ajustar o salário mínimo. Uma abordagem consiste em definir um cabaz básico de bens e serviços e, com base nessa definição, calcular o nível do salário mínimo nacional. No Brasil, por exemplo, o salário mínimo nacional deve cobrir habitação, alimentação, educação, saneamento,

lazer, vestuário, saúde, transportes e segurança social (ILO, 2014b). Outra abordagem é usar como parâmetro de referência um limiar de pobreza nacional que reflecta as necessidades mais básicas dos trabalhadores e das suas famílias. A OIT recomenda que, para os países em desenvolvimento, o limiar da pobreza seja definido em função do agregado familiar e não do indivíduo (Herr et al, 2009).

Como mostra o Quadro 2, a linha de pobreza individual utilizada na África do Sul é de 1386 ZAR (em rands de Fevereiro de 2016), em que uma família de quatro pessoas necessita de 5544 ZAR para satisfazer as suas necessidades básicas [usando a linha de pobreza de custo de necessidades básicas de Budlender *et al.* (2015)]. A linha da pobreza laboral, que mede o rendimento salarial necessário para que um trabalhador médio e os seus dependentes possam sair da pobreza, era de 4317 ZAR em Fevereiro de 2016.

QUADRO 2: MEDIÇÕES DA POBREZA (2016)

MEDIÇÃO	NÍVEL
Linha da pobreza individual	1386
Linha da pobreza do agregado familiar (quatro pessoas)	5544
Linha da pobreza laboral	4317

Fonte: Isaacs (2016), baseado em Finn (2015)

Alguns países também têm em conta os indicadores do mercado de trabalho, nomeadamente o salário médio e o mediano (o mediano é o ponto que separa a metade maior e a metade menor da distribuição salarial). Qual destes indicadores é mais apropriado depende do contexto do país e dos objectivos do salário mínimo nacional. Em países com baixos níveis de desigualdade, a diferença entre o salário médio e o salário mediano é geralmente entre 10% e 15% (OCDE, 2010). Em países com altos níveis de desigualdade e uma percentagem significativa de trabalhadores com baixos salários, como a África do Sul, há uma discrepância muito maior entre o salário médio e o salário mediano.

Na África do Sul, em Abril de 2015, o salário médio dos trabalhadores a tempo inteiro era de 8168 ZAR, ao passo que o salário mediano era de 3640 ZAR (Finn, 2015). Ter o salário médio como referência para o salário mínimo nacional de uma forma contínua asseguraria que os salários na base crescessem pelo menos tão rapidamente como os salários médios, o que não acontece actualmente; isto é essencial para que o mínimo nacional funcione como instrumento de redistribuição.

Como mostra o Quadro 3, nos países de rendimento médio, os salários mínimos nacionais são fixados em 48% do salário médio ou 80% do salário mediano [Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT]. A África do Sul está bem abaixo deste valor, com um rácio mínimo-médio de 36% e um rácio mínimomediano de 74% (Rani *et al.*, 2013), utili-

zando valores ponderados das determinações sectoriais.⁸ Quarenta e oito por cento do salário médio na África do Sul equivale, em Fevereiro de 2016, a entre 4345 ZAR e 5161 ZAR por mês, consoante a definição do salário médio e mediano, ao passo que 80% do salário mediano é equivalente a entre 3428 ZAR e 3918 ZAR por mês (Quadro 4).

QUADRO 3: RÁCIOS SALARIAIS MÉDIOS MÍNIMO-MÉDIO E MÍNIMO-MEDIANO, POR GRUPOS DE PAÍSES

	MÍNIMO-MÉDIO	MÍNIMO-MEDIANO
Todos os países disponíveis	0,46	0,66
Países em desenvolvimento	0,47	0,78
Países de rendimento médio	0,48	0,80

Fonte: Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT

QUADRO 4: PERCENTAGEM DOS SALÁRIOS MÉDIOS E MEDIANOS PARA A ÁFRICA DO SUL (2016)

	48% da média	80% da mediana
Todos os empregados a tempo inteiro	4355	3428
Formal, excepto agricultura e trabalho doméstico	5161	3918

Fonte: Isaacs (2016)

Os indicadores das negociações colectivas também podem ser úteis como parâmetros de referência do nível do salário mínimo nacional. O Quadro 5 mostra os salários médios ponderados e não ponderados dos acordos do Conselho de Concertação Social na África do Sul em 2015. No sector privado, o salário médio ponderado dos acordos do Conselho de Concertação Social, que considera o número de trabalhadores cobertos por cada contrato colectivo, é de 4345 ZAR por mês. Se se incluir o sector público, o salário médio ponderado aumenta para 5747 ZAR por mês (Isaacs, 2016). Ao considerar estes três parâmetros – custo das necessidades básicas, níveis salariais actuais e negociação colectiva – torna-se claro que os valores de referência relevantes na África do Sul se concentram entre os 3500 ZAR e os 5500 ZAR.

QUADRO 5: NÍVEIS DOS ACORDOS COLECTIVOS DOS CONSELHOS DE CONCERTAÇÃO SOCIAL, 2015

Média não ponderada	3750
Mediana não ponderada	2866
Média ponderada – sector privado	4355
Mediana ponderada – sectores público e privado	5747

Fonte: Isaacs (2016)

⁸ Nos países em desenvolvimento, a percentagem é apenas ligeiramente inferior. Os salários mínimos nacionais são, em média, fixados em 47% do salário médio ou 78% do salário mediano [Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT].

Dado o desejo de fixar um salário mínimo nacional que tenha um impacto significativo nos níveis extremamente elevados de desigualdade salarial e de pobreza laboral na África do Sul, poderá ser necessária uma abordagem gradual para permitir que as empresas e a economia se adaptem. Esta abordagem a médio prazo fixa o salário mínimo nacional abaixo do nível que se pretende alcançar, mas vai aumentando o salário ao longo de um determinado período, a uma taxa superior à inflação.

O objectivo final e os aumentos devem ser negociados antecipadamente. Outra possibilidade é usar uma abordagem de «indexação». Por exemplo, o valor do salário mínimo nacional poderia ser inicialmente fixado em 40% do salário médio, ou seja, 3467 ZAR por mês (em Abril de 2015) – o que está abaixo da linha de pobreza laboral na África do Sul e segundo padrões internacionais –, e ser gradualmente aumentado para 45% do salário mediano ajustado à inflação de 2015, 3901 ZAR, até 2020 (Adelzadeh, 2015).

Quer haja ou não objectivos definidos, o salário mínimo precisa de ser regularmente ajustado. Os ajustamentos do salário mínimo podem ser efectuados quer automaticamente, segundo um índice prescrito ou uma fórmula, quer por decisão da autoridade competente. Os indicadores mais comuns para o ajustamento do salário mínimo são: o custo das necessidades básicas; o Índice de Preços no Consumidor (IPC); os indicadores do mercado de trabalho, como o salário médio ou mediano; e factores de ordem económica, como sejam a taxa de crescimento do PIB, as taxas de emprego e alterações na produtividade.

Embora o IPC seja um indicador comumente utilizado, a OIT chama a atenção para o perigo da indexação do salário mínimo unicamente à inflação média, uma vez que essa indexação pode levar à erosão dos salários ao longo do tempo, uma vez que a inflação para os trabalhadores com baixos salários tende a ser superior ao IPC geral (Luebker, 2012).

Em vez disso, a OIT sugere a combinação de vários indicadores. Em última análise, os indicadores utilizados dependem da finalidade do salário mínimo nacional. Estabelecer parâmetros relevantes para a fixação e ajustamento do salário mínimo é um passo importante na concepção de um quadro nacional de políticas de salário mínimo.

TRANSIÇÃO PARA UM SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL: A FUNÇÃO DE ESCALÕES, EXCLUSÕES E ISENÇÕES

Ao introduzir um salário mínimo nacional, cada país deve decidir a melhor forma de incorporar sectores com salários muito baixos, como sejam o trabalho doméstico remunerado e o trabalho agrícola, trabalhadores jovens, com deficiência ou inscritos em programas de estágio.

Embora a maioria dos regimes de salário mínimo não permita exclusões e isenções⁹, alguns países optaram por excluir da cobertura do salário mínimo nacional certas categorias de trabalhadores ou por estabelecer níveis de salários mínimos mais baixos, que possam ser gradualmente eliminados para facilitar a transição para um salário mínimo nacional. Em contraste com as exclusões, que descartam categorias inteiras de trabalhadores da cobertura do salário mínimo, um sistema de escalões estabelece níveis diferenciados para sectores seleccionados, a uma percentagem do salário mínimo nacional. É diferente de um sistema sectorial, na medida em que os níveis estão ligados ao salário mínimo nacional com o objectivo de virem a ser gradualmente eliminados.

Na África do Sul, a existência de sectores com salários muito baixos – como a agricultura e o trabalho doméstico – foi usada por alguns grupos para defender a criação de um salário mínimo nacional muito baixo. Estes sectores estão entre os mais vulneráveis, em que 50% dos trabalhadores domésticos a tempo inteiro auferem um salário mensal abaixo dos 1517 ZAR e 50% dos trabalhadores agrícolas a tempo inteiro um salário abaixo dos 2253 ZAR (Finn, 2015). Além de serem os mais vulneráveis, também são os mais numerosos, com aproximadamente 2,1 milhões de trabalhadores (Statistics South Africa, 2015). A exclusão generalizada dos salários muito baixos do salário mínimo nacional tornaria a desigualdade salarial ainda mais acentuada, prejudicando assim um dos objectivos fundamentais do salário mínimo nacional. Um sistema de escalões – em que os trabalhadores recebem uma percentagem do salário mínimo nacional – garante que os sectores com salários baixos não sejam deixados para trás e que os salários muito baixos não reduzam o nível geral do salário mínimo nacional. Estes escalões podem depois ser gradualmente eliminados ao longo do tempo. Por exemplo, na África do Sul, foi proposto um período de transição de dois anos, durante o qual os trabalhadores domésticos e os agrícolas receberão, respectivamente, 75% e 90% do salário mínimo nacional, dando assim mais tempo ao sector para se ajustar aos novos níveis salariais. Em Julho de 2019, esses sectores serão incluídos ao nível nacional.

Outros grupos de trabalhadores cuja exclusão do salário mínimo nacional por vezes se pondera são os jovens trabalhadores, os trabalhadores com deficiência e os inscritos em programas de estágio. Na África do Sul, porém, não há grande justificação para excluir essas categorias de trabalhadores. A lógica para a exclusão dos trabalhadores jovens assenta no pressuposto de que são menos produtivos, têm menos competências e exigem mais formação no local de trabalho do que os adultos. Além disso, prevalece a crença de que salários mais baixos para os jovens os tornarão mais competitivos no mercado de trabalho, o que, por sua vez, contribuirá para uma redução do desemprego juvenil. Trata-se aqui de uma questão fundamental na

⁹ As exclusões referem-se à eliminação de sectores inteiros ou de categorias de trabalhadores da cobertura de salário mínimo nacional. As isenções são a exclusão de determinados empregadores da obrigação de pagar o salário mínimo nacional completo durante um determinado período de tempo (Konopelko, 2016a).

África do Sul, onde o desemprego jovem ultrapassa os 50%. Não há, todavia, dados nacionais nem internacionais que comprovem a pertinência destas suposições (Eyraud & Saget, 2005; Konopelko, 2016a). Da mesma forma, a exclusão dos trabalhadores com deficiência baseia-se no pressuposto, em grande medida não fundamentado, de que são menos produtivos. Muitos países, incluindo a África do Sul, opõem-se fortemente a exclusões de salários mínimos para as pessoas com deficiência, por considerarem que se trata de uma exclusão discriminatória (Konopelko, 2016a). Por último, a exclusão dos trabalhadores inscritos nos programas de estágio justifica-se com base no facto de não serem trabalhadores, mas sim aprendizes. Porém, os estudantes executam muitas vezes trabalhos semelhantes aos dos empregados a tempo inteiro, pondo assim em causa o princípio do «trabalho igual, salário igual», bem como prejudicando potencialmente as posições de trabalhadores experientes. Dado que os empregadores na África do Sul já recebem uma série de incentivos para cobrir os custos de formação, incluindo subvenções e isenções fiscais, há pouca justificação para a exclusão dos estagiários (Castel-Branco, 2016b).

As isenções são outro mecanismo que se considera que facilitam a transição de um salário mínimo sectorial para um salário mínimo nacional. No entanto, a concessão de isenções gerais a um salário mínimo nacional é problemática (Konopelko, 2016a). Nos casos em que as isenções se baseiam nas dimensões das empresas, estas podem optar por empregar trabalhadores não registados ou passar a designar os trabalhadores como voluntários, para permanecerem abaixo do limite. Nos casos em que as isenções se baseiam no volume de negócios, as empresas podem tentar disfarçar o seu volume real. Às vezes, usam-se excepções gerais limitadas no tempo. Na Malásia, que introduziu recentemente um salário mínimo nacional, permitiu-se que as pequenas e médias empresas com menos de cinco empregados atrasassem o pagamento do salário mínimo nacional por um período até seis meses, com possibilidade de prorrogação do mesmo, se o salário mínimo nacional fosse considerado inacessível para determinadas empresas (NWCC, 2012). A isenção caso a caso de certos trabalhadores, juntamente com a inclusão temporária de alguns sectores de níveis mais baixos, foi importante para assegurar um compromisso no âmbito das negociações. No entanto, o objectivo deveria ser alcançar uma cobertura universal.

GARANTIR O CUMPRIMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Embora o debate público sobre a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul se tenha centrado nos parâmetros de referência para determinar o nível salarial e no processo de transição de um sistema sectorial para um sistema nacional, foi dada menos atenção à questão do cumprimento. Naturalmente, se os empregadores não respeitarem o salário mínimo

nacional, este terá pouco impacto na pobreza ou na desigualdade salarial, independentemente do nível a que é fixado ou do processo de aplicação gradual. Esta secção analisa um leque de questões-chave a considerar na introdução de um salário mínimo nacional.

Um elemento essencial para garantir o cumprimento é estabelecer directrizes claras de que componentes da remuneração contam para um salário mínimo nacional. Não há definição internacional juridicamente vinculativa de um salário mínimo nacional, mas a Figura 1 dá uma panorâmica das diversas abordagens. As componentes da remuneração na base são as mais comumente usadas para medir o cumprimento, as do meio são contestadas, e as do topo são fortemente desaconselhadas. O salário líquido refere-se ao salário que os trabalhadores levam para casa após retenção de impostos e outras deduções obrigatórias, enquanto o salário básico inclui o imposto sobre o rendimento e as contribuições para a previdência social, mas exclui os suplementos salariais, como sejam prémios de produtividade e benefícios em espécie. A vantagem de calcular o cumprimento a partir do salário-base é que é fácil de implementar, sobretudo se o valor dos suplementos salariais for difícil de avaliar.

Prémios de produtividade e remuneração por desempenho são formas suplementares de remuneração. Incluem trabalho à comissão e trabalho com gratificações. Muitos países excluem as comissões do cálculo do salário mínimo nacional para minimizar abusos e confusão (ILO, 2014a). No entanto, em certos sectores, como o hoteleiro ou o comércio a retalho, as comissões são uma componente importante da estrutura salarial. Por isso, alguns países permitem comissões, mas estabelecem salvaguardas para garantir que todos os trabalhadores recebam pelo menos o salário mínimo nacional e sejam, portanto, capazes de satisfazer as suas necessidades básicas (Castel-Branco, 2015). As gorjetas são uma gratificação deixada ao critério do cliente e, por conseguinte, a maioria dos países, incluindo a África do Sul, exclui-as do cálculo do salário mínimo.

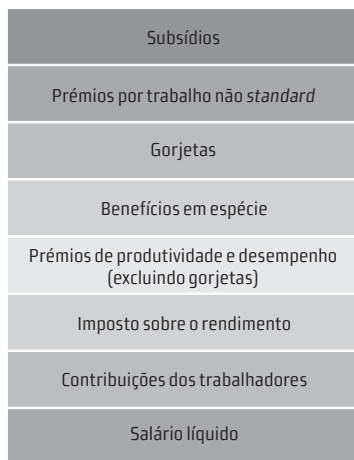
Trabalho à peça refere-se a um acordo de trabalho em que os trabalhadores são pagos à peça ou à tarefa, e não pelo tempo trabalhado¹⁰. Para os empregadores, a vantagem do trabalho à peça é que está directamente ligado à produção e às metas de produção. Para os trabalhadores, no entanto, acarreta longas horas de trabalho e baixos salários à hora. Por esta razão, o trabalho à peça está a ser eliminado internacionalmente, e alguns países introduziram garantias de que os salários dos trabalhadores a trabalhar à peça não possam ser inferiores ao salário mínimo aplicável (ILO, 2014a).

Os benefícios em espécie, como o alojamento, são formas de remuneração não salariais. Embora nalguns sectores possam ser benéficos tanto para os empregadores como para os empregados, também dão azo a abusos e sobrevalorização. Por esse motivo, a OIT desaconselha o

¹⁰ Na África do Sul, os salários são calculados com base nas horas normais de trabalho, o que garante que os trabalhadores recebam pagamentos por horas extraordinárias (DoL, 1997). Os salários mínimos específicos de cada sector são fixados à hora e depois convertidos para um valor diário, semanal ou mensal, conforme o sector.

pagamento de salários mínimos através de benefícios em espécie, mas se as partes acordarem que esse pagamento é desejável, devem ser tomadas medidas para a avaliação independente dos benefícios e estes devem ser estritamente regulamentados (ILO, 2014a).

FIGURA 1: METODOLOGIAS PARA CALCULAR O CUMPRIMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL



Além de definir as componentes de um salário mínimo nacional, é importante determinar o período durante o qual são calculados os salários. Nos casos em que o salário mínimo nacional é definido apenas à hora, os trabalhadores podem não trabalhar horas suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas mensais.

Para tentar combater este risco a nível sectorial, na África do Sul algumas determinações sectoriais e acordos colectivos introduziram medidas que garantem aos trabalhadores um rendimento mínimo (Castel-Branco, 2016a). A primeira é reduzir a vulnerabilidade à precariedade limitando as categorias de trabalho que podem ser pagas à hora. Por exemplo, nos sectores doméstico, florestal e agrícola, os trabalhadores a tempo inteiro podem recusar o pagamento à hora.

Uma segunda medida é estabelecer taxas salariais mais altas para os trabalhadores a tempo parcial. No sector do comércio a retalho e por grosso, por exemplo, os funcionários que trabalham menos de 27 horas por semana são pagos 25% acima do salário à hora para um trabalhador a tempo integral, mas perdem o direito a pagamentos extras por trabalho ao domingo, a baixas por doença pagas e a subsídios de trabalho nocturno. Uma última medida para garantir que os trabalhadores trabalhem um número mínimo de horas é estipular directamente esse mínimo. No sector da limpeza a contrato, um funcionário deve ser pago por um mínimo de seis horas num determinado dia, mesmo que trabalhe menos.

Os incentivos desempenham um papel importante no reforço do cumprimento voluntário da legislação. Os incentivos mais utilizados internacionalmente são campanhas de sensibilização pública, programas de certificação de conformidade, incentivos para as aquisições e contratações do sector público, incentivos fiscais e acesso a empréstimos ou créditos estatais (Konopelko, 2016b). Gerar um discurso público positivo relativamente ao salário mínimo nacional pode ter um impacto positivo, especialmente quando as campanhas de sensibilização pública reconhecem os melhores desempenhos e envergonham publicamente as empresas que não cumprem. Além disso, as campanhas de sensibilização pública informam os trabalhadores dos seus direitos, o que, por sua vez, os capacita para exigirem o pagamento do salário mínimo nacional. Os sindicatos também desempenham um papel fundamental, não apenas na divulgação de informação, mas também na protecção dos trabalhadores contra eventuais represálias, mediante a apresentação de queixas colectivas contra os empregadores, a prestação de assistência jurídica aos seus membros e a mobilização do poder colectivo em torno das reivindicações dos trabalhadores. Como afirma Benassi (2011), uma força laboral forte e bem organizada tem maiores probabilidades de fiscalizar o cumprimento das legislações e denunciar as violações. Certificados de conformidade são um mecanismo eficaz e acessível para motivar as empresas a cumprir os níveis de salário mínimo. Em geral, uma empresa solicita a um organismo competente um certificado de conformidade, emitido após a inspecção completa da empresa, que é válido por um período determinado. Um certificado de conformidade é particularmente eficaz se dele depender o acesso a contratos públicos, incentivos fiscais e finanças públicas (OCDE, 2010). Na África do Sul, o Conselho Nacional de Negociação para a Indústria Fabril e o Conselho Nacional de Negociação dos Têxteis emitem certificados de conformidade, válidos por um ano, para empresas que cumprem as normas laborais. Com um certificado de conformidade, uma empresa pode pedir um empréstimo à Corporação de Desenvolvimento Industrial, pode receber uma subvenção discricionária da Autoridade de Educação e Formação Sectorial (SETA) e beneficiar de descontos sobre direitos de importação. Além disso, um certificado de conformidade é um requisito prévio para se candidatar ao Incentivo à Produção do Departamento de Comércio e Indústria e ao Programa de Melhoria da Competitividade. Alguns estudos indicam que é improvável que os certificados de conformidade cheguem a pequenas e médias empresas (Newitt, 2012), mas o caso da África do Sul sugere o contrário. No sector do vestuário e têxteis, cerca de 65% das empresas que participaram no regime de certificado de conformidade eram pequenas e médias empresas (Vlok, 2015). Embora os incentivos sejam um importante instrumento de política, devem ser acompanhados por uma forte monitorização e medidas coercivas. As inspecções no local de trabalho são uma componente fundamental da aplicação (Berg, 2011). Contudo, para que seja um mecanismo eficaz, a inspecção deve dispor de pessoal e recursos suficientes para cumprir as suas atribuições. A norma da OIT para os países em desenvolvimento é de sete inspectores por cada

cem mil trabalhadores. Embora o número total de inspectores na África do Sul ultrapasse os padrões da OIT, a sua distribuição é geográfica e sectorialmente desigual (Murahwa, 2016), e são constantes as violações dos mínimos salariais. Além disso, em sectores como o doméstico e o agrícola, os inspectores enfrentam muitos obstáculos no acesso aos locais de trabalho. As casas particulares têm geralmente regras mais restritivas para a realização de inspecções laborais do que outros locais de trabalho, e exigem o consentimento do proprietário. Se o proprietário de uma casa se recusar a uma inspecção voluntária, pode fazer-se uma inspecção obrigatória com autorização do Tribunal do Trabalho, mas apenas se houver justificação para tal. Isto compromete a capacidade dos inspectores de identificar violações. Segundo Stanwix (2013), a probabilidade de um agricultor da província do Cabo Ocidental ser visitado por um inspector de trabalho é pequena. A assimetria nas relações de poder, sobretudo nos espaços «privados» do lar ou da quinta, combinada com o facto de os trabalhadores dependerem dos empregadores para habitação e para outros serviços, assim como a ausência de representação sindical forte nesses sectores, leva a que os trabalhadores se disponham menos a confrontar os empregadores ou a comunicar violações de salários.

Penalidades ou sanções são também uma importante ferramenta de aplicação. Internacionalmente, as sanções incluem: nomeação e humilhação, recusa de acesso ao crédito ou contratos públicos, revogação de licenças de operação, multas rígidas e prisão. Na África do Sul, as penalidades são relativamente baixas. Os empregadores sem historial de violações laborais pagam uma multa de 25% do pagamento insuficiente, incluindo juros. A multa aumenta com o número de violações. Os empregadores com quatro ou mais violações devem pagar 200% do valor devido mais juros (DoL, 1997). O montante aumenta para os reincidentes, mas atinge um valor máximo com quatro violações. Dada a pequena probabilidade de inspecção, os empregadores podem optar por pagar aos trabalhadores salários abaixo do mínimo, e se forem apanhados, pagar uma multa. Penas mais elevadas garantem que os custos de incumprimento sejam maiores do que os lucros desse mesmo incumprimento.

Todas estas questões de política – como definir o salário mínimo nacional, o período ao longo do qual é calculado, os incentivos ao cumprimento voluntário e as sanções por incumprimento – fizeram parte do debate sobre o salário mínimo nacional na África do Sul. Ao basear-se em políticas locais e internacionais existentes, e numa análise do contexto sul-africano, a NMWRI conseguiu apresentar recomendações de políticas relevantes que garantissem que o salário mínimo nacional alcançasse os objectivos de redução da pobreza e da desigualdade.

CONCLUSÃO

Neste artigo, apresentámos dados que suportam uma política nacional cuidadosamente concebida de salários mínimos fixados a um nível que possa melhorar significativamente os meios de subsistência dos trabalhadores. Embora sejam sempre incertas as consequências de qualquer política, dados internacionais e sul-africanos demonstram que esta intervenção tem o potencial de aumentar os salários dos trabalhadores pobres e reduzir a desigualdade, com efeitos sustentáveis, e até positivos, na economia em geral. Também demos destaque a algumas questões políticas fundamentais que devem ser tidas em conta, incluindo a melhor maneira de estabelecer e fazer cumprir o salário mínimo nacional, defendendo ao mesmo tempo que os objectivos dos salários mínimos podem ser alcançados através de um salário mínimo nacional único, em vez de múltiplos mínimos sectoriais, e complementado pela negociação colectiva.

Os benefícios de um salário mínimo nacional não são, porém, um dado adquirido. Para que o salário mínimo nacional atinja os objectivos pretendidos, deve ser fixado a um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e sustentável para a economia; deve ser concebido de modo que o crescimento dos salários na base ultrapasse o crescimento dos salários no topo; deve ser aplicado a todos os trabalhadores, independentemente da ocupação, idade, deficiência, condições de emprego e nível de conhecimentos; deve ser calculado com base numa definição e num período de referência que assegurem que, na prática, os trabalhadores recebam um salário mínimo nacional no final do mês; e deve ser adequadamente aplicado, através de uma combinação de incentivos e medidas de coacção. A viabilidade de tudo isto e a maneira de o levar a cabo têm sido objecto de intenso debate na África do Sul.

O nível do salário mínimo nacional acordado pelos parceiros sociais sul-africanos – 20 ZAR por hora, o que equivale a aproximadamente 3500 ZAR para uma semana de trabalho de 40 horas e 3900 ZAR para uma semana de 45 horas de trabalho – situa-se no nível inferior do intervalo entre os 3500 ZAR e os 5500 ZAR proposto pelos parâmetros internacionais analisados anteriormente. O nível refere-se ao salário básico. As questões de como proteger os trabalhadores que trabalham a tempo parcial, tal como o plano de execução, estão por resolver. O acordo também adopta uma abordagem temporariamente diferenciada para o sector agrícola e doméstico, como sugerido neste artigo, embora realce a importância de uma cobertura universal. Apesar de o nível proposto estar abaixo da linha de pobreza laboral para um agregado familiar, e assim insuficiente para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores e dos seus familiares, quando implementado, cobrirá aproximadamente um terço da mão-de-obra do sector formal, incluindo muitos dos trabalhadores mais vulneráveis. Por conseguinte, se for aumentado regularmente e a uma taxa superior à inflação, constitui um ponto de partida viável. Para alcançar este passo histórico na política laboral sul-africana, foi necessário afirmar os benefícios de um salário mínimo nacional e cuidadosamente definir uma política de salário

mínimo que, por um lado, eleva os salários dos trabalhadores e, pelo outro, é sustentável para a economia da África do Sul. A pesquisa apresentada neste artigo desempenhou um papel fulcral neste processo. Apesar de os mercados de trabalho moçambicanos e sul-africanos, e as instituições que os sustentam, serem diferentes, as questões aqui levantadas são também relevantes para o caso moçambicano, e espera-se que este artigo contribua para um debate mais amplo sobre o salário mínimo entre investigadores, sindicalistas e decisores políticos em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Adelzadeh, A. & Alvillar, C. (2016). The impact of a national minimum wage on the South Africa economy. *Working Paper*, 2. University of the Witwatersrand.
- Adelzadeh, Asghar (2015). *National Minimum Wage in South Africa: Quantification of Impact*. The National Minimum Wage Research Initiative. South Africa, Johannesburg: CSID, University of Witwatersrand.
- Alaniz, E., Gindling, T. H. & Terrell, K. (2011). The impact of minimum wages on wages, work and poverty in Nicaragua. *Labour Economics*, 18(1), S45-S59.
- Arango, C. A. & Pachón, A. (2004). Minimum wages in Colombia: holding the middle with a bite on the poor. *Borradores de Economía*, 280. Banco de la Republica de Colombia.
- Belser, P. & Rani, U. (2015). Minimum wages and inequality. In *Labour Markets, Institutions and Inequality: Building Just Societies in the 21st Century*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub.
- Benassi, Chiara (2011). The implementation of a minimum wage: challenges and creative solutions. *Working Paper*. Global Labour University.
- Berg, Janine (2011). Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. In *Regulating for Decent Work: New Directions in Labour Market Regulation*.
- Boeri, T., Garibaldi, P. & Ribeiro, M. (2010). Behind the lighthouse effect. *Discussion Paper*, 4890. Institute for the Study of Labor (IZA).
- Broecke, S., Vandeweyer, M. & Forti, A. (2015). The effect of minimum wage on employment in emerging economies: a literature review. *Social, Employment and Migration Working Papers*. OECD Publishing.
- Budlender, J., Leibbrandt, M. & Woolard, I. (2015). South African poverty lines: a review and two new money-metric thresholds. *Working Paper Series*, 151. Southern Africa Labour and Development Research Unit, University of Cape Town.
- Castel-Branco, Ruth (2015). The building blocks of a national minimum wage for South Africa. *Policy Brief*, 1. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Castel-Branco, Ruth (2016a). Policy considerations for the design and implementation of a national minimum wage for South Africa. *Summary Report*, 2. Johannesburg: National Minimum Wage Research Initiative, University of the Witwatersrand.
- Castel-Branco, Ruth (2016b). National minimum wage coverage for workers in learning programmes. *Policy Brief*, 4. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.

- Chletsos, M. & Giotis, G. P. (2015). The employment effect of minimum wage using 77 international studies since 1992: a meta-analysis. *MPRA Paper*, 61321. University Library of Munich, Germany.
- Cunningham, W. (2007). *Minimum Wages and Social Policy: Lessons from Developing Countries*.
- Dickens, R., Manning, A. & Butcher, T. (2012). Minimum wages and wage inequality: some theory and an application to the UK. *Working Paper Series*, 4512. Department of Economics, University of Sussex.
- DoL (Department of Labour) (1997). *Basic Conditions of Employment Act and Amendments*. Department of Labour.
- DPRU (Development Policy Research Unit) (2016). *Investigating the Feasibility of a National Minimum Wage for South Africa*. Development Policy Research Unit.
- Eyraud, François & Saget, Catherine (2005). *The Fundamentals of Minimum Wage Fixing*. International Labour Organization.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory: A Constructive Reassessment*. Routledge.
- Finn, Arden (2015). *A National Minimum Wage in the Context of the South African Labour Market*. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- FMI (Fundo Monetário Internacional) (2013). South Africa: 2013 Article IV Consultation. *IMF Country Report*, 13/303. Fundo Monetário Internacional.
- Garnero, A., Kampelmann, S. & Rycx, F. (2014). Minimum wage systems and earnings inequalities: Does institutional diversity matter? *European Journal of Industrial Relations*.
- Gindling, T. (2014). Does increasing the minimum wage reduce poverty in developing countries? *IZA World of Labor*, 1-10.
- Gindling, T. H. & Terrell, K. (2010). Minimum wages, globalization, and poverty in Honduras. *World Development*, 38 (6), 908-918.
- Hanlon, Joseph (2017). Minimum wage & exchange rate supplement. *Mozambique News Reports & Clippings*.
- Herr, H., Kazandziska, M. & Mahnkopf-Praprotnik, S. (2009). The theoretical debate about minimum wages. *Working Papers*, 6. Global Labour University.
- ILO (2014a). *Minimum Wage Systems*. ILC.103/III/1B International Labour Conference, 103rd Session. Geneva: International Labour Office.
- ILO (2014b). *World of Work Report 2014*. International Labour Organization.
- ILO (2015). *Resolution Concerning the Recurrent Discussion on Social Protection (Labor Protection)*.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2016). *Índice de Preços no Consumidor (IPC)*. Nota de Imprensa. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em:
<http://www.ine.gov.mz/news/2016/indice-de-precos-no-consumidor-ipc-nota-de-imprensa>.
- Isaacs, Gilad (2016). A national minimum wage for South Africa. *Summary Report*, 1. Johannesburg: National Minimum Wage Research Initiative, University of the Witwatersrand.
- Khamis, M. (2008). Does the minimum wage have a higher impact on the informal than on the formal labor market? Evidence from quasi-experiments. *Discussion Paper*, 3911. Institute for the Study of Labor (IZA).
- Konopelko, Elena (2016a). Exclusions and exemptions from a national minimum wage system. *Policy Brief*, 3. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Konopelko, Elena (2016b). Incentives to enhance compliance with a NMW in South Africa. *Policy Brief*, 5. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Kristensen, N. & Cunningham, W. L. (2006). *Do Minimum wages in Latin America and the Caribbean matter?: Evidence from 19 Countries*. World Bank Publications.
- Leibbrandt, M., Finn, A. & Woolard, I. (2012). Describing and decomposing post apartheid income inequality in South Africa. *Development Southern Africa*, 29 (1), 19-34.
- Luebker, Malte (2012). Determining the level of minimum wage: criteria. Presented at the ITC Course A3-55196: Trade Union Training on Wage Policies and Collective Bargaining (SNTUC-ACTRAV-Turin Workshop), Singapore.
- Lustig, N. & Mcleod, D. (1996). Minimum wages and poverty in developing countries: some empirical evidence. *Working Papers*. 125 Brookings Institution.
- Maloney, W. & Mendez, J. (2003). Measuring the impact of minimum wages. Evidence from Latin America. *Law and Employment: Lessons from Latin America...*, 29.
- Maurizio, R. & Vazquez, G. (2015). *Los impactos distributivos del salario mínimo en América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*.
- Mudronova, J. (2016). The international experience of the relationship between inequality, poverty and the minimum wage. *Working Paper Series*, 3. University of the Witwatersrand.
- Murahwa, Brian (2016). Effective monitoring and enforcement of minimum wages. *National Minimum Wage Research Initiative Working Paper Series*, 7. Johannesburg: University of the Witwatersrand.
- NEDLAC (2014). *Ekurhuleni Declaration*. National Economic Development and Labour Council.
- Newitt, Kirsten (2012). Private sector voluntary initiatives on labor standards. Background

- Paper for the World Development Report 2013. Washington DC: Banco Mundial.
- NWCC (National Wages Consultative Council) (2012). *Guideline on the Implementation of the Minimum Wages Order 2012*. Putrajaya: National Wages Consultative Council.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010). *Tackling Inequalities in Brazil, China, India and South Africa*. Paris: OCDE.
- OCDE (2012). *OECD Employment Outlook 2012*. Paris: OCDE.
- OTM (Organização dos Trabalhadores de Moçambique) & Langa, Domingos (2017). *Formação dos Sindicalistas*. Maputo.
- Ramaphosa, Cyril (2017). *Ramaphosa Hailed Introduction of the National Minimum Wage as Historic*.
- Rani, U., Belser, P., Oelz, M. & Ranjbar, S. (2013). Minimum wage coverage and compliance in developing countries. *International Labour Review*, 152 (3-4), 381-410.
- Saget, C. (2001). Is the minimum wage an effective tool to promote decent work and reduce poverty? The experience of selected developing countries. *Employment Paper*. Geneva: ILO.
- Schmitt, J. (2013). *Why Does the Minimum Wage Have No Discernible Effect on Employment?*
- Setsan (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional) (2016). *Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional*. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, República de Moçambique.
- Stanwix, Benjamin (2013). *Minimum Wages and Compliance in South African Agriculture*. Econ3x3.
- Statistics South Africa (2015). Methodological report on rebasing of national poverty lines and development of pilot provincial poverty lines. *Technical Report*, 3. Statistics South Africa.
- Storm, S. & Isaacs, G. (2016). Modelling the impact of a national minimum wage in South Africa: Are general equilibrium models fit for purpose? *Research Brief*, 1. University of the Witwatersrand, Johannesburg: CSID.
- Strauss, I. & Isaacs, G. (2016). Labour compensation growth in the South African economy: assessing its impact through the labor share using the Global Policy Model. *Working Paper Series*, 4. University of the Witwatersrand.
- Vlok, Etienne (2015). South African clothing and textile workers Union. Personal communication.

PARTE IV
MOÇAMBIQUE
NO MUNDO

MOÇAMBIQUE E A CRISE POLÍTICO-ECONÓMICA BRASILEIRA

Sérgio Chichava

INTRODUÇÃO

Durante a Presidência de Lula da Silva (2003-2010), as relações económicas, políticas e diplomáticas entre o Brasil e a África conheceram um crescimento sem precedente. São testemunha disso a criação de 19 novas representações diplomáticas e a realização de viagens regulares, 33 no total ao longo dos seus dois mandatos, fazendo de Lula da Silva o Presidente brasileiro que mais visitou o continente africano (Instituto Lula, 2015).

O papel de Lula da Silva no intensificar das relações entre a África e o Brasil foi também reconhecido pelos seus homólogos africanos. Considerando que mais nenhum outro Chefe do Estado brasileiro dera tamanha importância a África como Lula da Silva o fizera, dirigentes dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) decidiram homenageá-lo em Cabo Verde em 2010, aquando da sua última viagem ao continente africano na qualidade de Chefe de Estado. Para além de ter sido reconhecido pelos seus parceiros africanos, Lula da Silva considerava-se o Presidente brasileiro que mais importância dera à África, afirmando que o seu «sucessor terá a dura tarefa de fazer muito mais do que ele fez para África» (ANGOP, 2010).

Como resultado dessa expansão, o comércio entre o Brasil e os países africanos aumentou de quatro biliões USD para 20 biliões USD no mesmo período (*Estadão*, 2012). Em 2010, a África, com 57%, era o continente que maior proporção da cooperação técnica brasileira recebia, sendo a agricultura (26%), saúde (22%) e educação (12%) as principais áreas de cooperação (Cabral & Shankland, 2013). Mas, e provavelmente devido à afinidade cultural e linguística, 74% da cooperação técnica brasileira com África era realizada com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Cabral & Weinstock, 2010).

Legitimando a sua presença em Moçambique e em África em termos de demanda, prossecução de fins não lucrativos, desvinculação de interesses comerciais isenta de imposições ou condicionalismos políticos, e inspirada no conceito de «diplomacia solidária», participativa», «altiva e activa», «dívida moral» e «proximidade cultural» em consequência da escravatura e da

partilha do mesmo tipo de clima, o tropical, o Brasil acredita que a sua experiência e o seu modelo de desenvolvimento podem ser exportados para África, conquanto sejam adaptados ao contexto local. Nesta perspectiva, e mesmo considerando-se diferente, a concepção brasileira sobre o desenvolvimento não se distingue da de algumas «potências emergentes», tal como a China, nem da dos «doadores tradicionais», que também postulam a mesma visão, defendendo que o seu modelo de desenvolvimento pode ser replicado no continente africano (Chichava *et al.*, 2013; Chichava & Fingerhann, 2015).

Entretanto, a actual crise político-económica brasileira, que teve o seu auge durante a Presidência da Dilma Rousseff (2011-2016) e que, entre outros aspectos, se pode resumir pela contracção de investimentos e do Produto Interno Bruto (PIB), pelo aumento da inflação e do desemprego, pela *Operação Lava-Jato*, está a afectar a relação com África, em particular com o seu principal parceiro económico: Moçambique. Embora o país sul-americano tenha anunciado o cancelamento ou a reestruturação de quase 900 milhões USD da dívida africana ao Brasil em 2013, o orçamento para a cooperação técnica com a África caiu 25% em 2012, e os investimentos em programas de cooperação para o desenvolvimento estagnaram nos últimos anos. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) reduziu o número dos seus projectos em África de 253 para 161. Por sua vez, as exportações do Brasil para África caíram de 12,22 biliões USD em 2011 para 9,7 biliões USD em 2014, ao mesmo tempo que as importações aumentaram de 15,4 biliões USD para 17,1 biliões USD, resultando num maior défice comercial para o Brasil¹ (Mello, 2015; Peduzzi, 2015). As empresas brasileiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, bastante presentes em África, também foram afectadas pelo facto de estarem envolvidas em actos de corrupção e troca de favores na obtenção de contratos internacionais, o que levou ao congelamento dos seus projectos pelo facto de o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) ter temporariamente suspenso o financiamento de projectos de empresas investigadas no âmbito da *Operação Lava-Jato*².

É preciso ressaltar que foi durante o período Lula da Silva que também a análise das relações entre o Brasil e África ganhou nova dimensão e começou a estar em debate em diferentes fóruns de discussão. O Brasil passou a ser analisado não apenas na perspectiva da sua presença em África mas também comparando-se o seu engajamento com o dos outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e com os chamados «doadores tradicionais». A ideia era, por exemplo, ver se o forte engajamento do Brasil em África produzia ou produziria a emergência de novos paradigmas. Em Moçambique, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos

¹ De realçar que a balança comercial foi sempre favorável a África, e que, à semelhança da outra maior «economia emergente», a China, o petróleo é o principal produto de importação do Brasil em África, representando 88%.

² A *Lava-Jato* é considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil, envolvendo grandes empresas e agentes políticos locais. Para maior detalhe, ver Ministério Público Federal (s.d.).

(IESE) faz parte das instituições pioneiras que têm feito uma análise sistemática da presença do Brasil em África, particularmente no sector agrícola, que, como referenciado, é o sector mais importante da cooperação técnica brasileira em África. Entretanto, não sendo o foco deste trabalho fazer uma análise e avaliação da pesquisa do IESE sobre o Brasil em África, deixando esta tarefa para outro artigo que faz parte desta secção, o objectivo aqui é, tomando como base o caso de Moçambique, mostrar como as dificuldades económico-financeiras que afectam a cooperação técnica brasileira têm estado a manchar o prestígio do Brasil junto dos países africanos, sobretudo em projectos trilaterais nos quais tem participado geralmente em parceria com um doador ocidental, ou quando comparado com outras economias emergentes, em particular com a China, mais pujantes do ponto de vista financeiro.

Crê-se que Moçambique seja um caso emblemático para compreender não só o engajamento do Brasil mas também o impacto da crise político-económica brasileira no continente africano, pois para além de ser o seu principal parceiro da cooperação técnica, acolhe também um considerável volume de investimentos de empresas brasileiras, sendo, logicamente, um dos mais afectados. O artigo está dividido em duas partes. Primeiro, faz uma breve descrição da presença brasileira em Moçambique; segundo, usa o caso de Moçambique para analisar o impacto da crise brasileira em África.

BREVE APRESENTAÇÃO DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

Possuindo relações diplomáticas com o Brasil desde o ano de sua independência, em 1975, Moçambique, à semelhança da maioria dos outros países africanos, só viu as suas relações com aquele país sul-americano conhecerem um significativo incremento com a chegada de Lula da Silva ao poder. Neste período, Moçambique foi dos países africanos mais visitados por Lula da Silva (ver Tabela 1), tendo-se tornando também o principal parceiro de cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento em África, com 21 projectos activos e nove outros em processo de negociação, sendo os sectores da agricultura, saúde e educação os mais importantes em 2011 (Chichava *et al.*, 2013: 8). Moçambique faz também parte dos primeiros países visitados pela sucessora de Lula da Silva, Dilma Rousseff, em 2013³.

Neste período, Moçambique recebeu o maior projecto de cooperação agrícola envolvendo o Brasil em África, o ProSavana, no qual o Brasil entra principalmente com a componente técnica. Trata-se de um projecto trilateral que, para além do Brasil, envolve o Japão e Moçambique, e é inspirado no Prodecet, um projecto considerado como tendo transformado o Brasil num

³ Para além de Moçambique, Dilma visitou também Angola, África do Sul, Nigéria e Guiné Equatorial (neste último, o objectivo da viagem era participar na III Cúpula América do Sul-África).

dos mais importantes produtores no mundo do ponto de vista agrícola. O ProSavana está a ser implementado ao longo do Corredor de Nacala, abrangendo alguns distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, no Norte do país. Moçambique, à semelhança do Gana, também acolhia o escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária (Embrapa), que incluía o maior contingente de pesquisadores desta empresa em África. Moçambique contava também com um representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que, em colaboração com a Embrapa, coordenava os projectos de cooperação técnica brasileira no sector agrícola.

A importância de Moçambique para o Brasil durante este período é atestada pela instalação da única fábrica de anti-retrovirais e de outros medicamentos financiada e construída pelo Brasil em África e gerida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que também possui um escritório na capital moçambicana. Além de ser o principal parceiro da cooperação técnica brasileira, Moçambique foi o país africano que recebeu a maior proporção de alívio da dívida do Brasil durante a Presidência de Lula da Silva, ao ver esta perdoada em 95% em 2004 (BBC, 2013)⁴.

Para além da cooperação técnica, o engajamento brasileiro em Moçambique reflecte-se pela presença de multinacionais como a Vale, considerada a segunda maior empresa de mineração do mundo, que explora uma concessão de carvão em Moatize na província de Tete, e é um dos maiores investimentos brasileiros no País. Algumas das principais construtoras brasileiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, também aqui se encontram presentes, estando envolvidas em diferentes projectos.

A Odebrecht esteve envolvida na construção do Aeroporto Internacional de Nacala, dos terminais de carvão do Porto da Beira e da Mina de Moatize (este último em parceria com a Camargo Corrêa), detidas pela sua congénere Vale. Prevê-se ainda que a Odebrecht construa o Maputo Bus Rapid Transit (BRT Maputo), um projecto que tem como objectivo minimizar as dificuldades de transporte público na capital de Moçambique. Ambos os projectos foram ou são financiados pelo BNDES. A Camargo Corrêa participa através da InterCement, a sua *holding* na área de cimentos na exploração das cimenteiras de Matola, província de Maputo, e Dondo, província de Sofala. A Camargo Corrêa adquiriu ainda 51% da Cimentos de Nacala (Cinac), pertencente ao grupo moçambicano Insitec. Por seu turno, a Andrade Gutierrez, para além de ter construído o terminal de carvão de Nacala, também lhe viu adjudicada a construção da Barragem Moamba Major, um projecto que se prevê venha a minimizar os problemas de escassez de água que afectam a capital moçambicana, Maputo.

A saída de Lula da Silva em 2010 e a entrada de Dilma Rousseff não mudaram significativamente a situação, embora tenham coincidido com a intensificação da crise política e económica brasileira, que, como veremos, se repercutiu negativamente na cooperação e nos inves-

⁴ O perdão desta dívida já havia sido prometido em 2000 pelo então Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso.

timentos brasileiros no mundo⁵. Com 40 projectos de cooperação técnica em curso em 2016, Moçambique continuava a ser o principal parceiro da cooperação técnica brasileira em África (*Notícias*, 2016). Foi também o primeiro país africano a assinar em Março de 2015 um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cujo objectivo é promover e agilizar investimentos entre os dois países. Os investimentos deste país em Moçambique concentram-se na mineração, energia e construção civil e até 2015 estavam estimados em 9,5 biliões USD, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE) (Blog do Itamaraty, 2015). O *impeachment* da Dilma Rousseff no âmbito das chamadas «pedaladas fiscais», e da abertura de créditos suplementares sem aprovação do Congresso e a sua substituição pelo então vice-presidente, Michel Temer, não parecem ter tido grande impacto na política externa brasileira em relação a África, mesmo se com a crise a relação não conheceu avanços significativos, tendo até, se pensado em diminuir o número de representações diplomáticas do Brasil no continente. Esta ideia não teve seguimento, pois havia consciência do impacto negativo que podia ter para a imagem do Brasil no continente africano.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro tem consciência do potencial do mercado e dos recursos africanos para as empresas brasileiras e do facto de que o engajamento do Brasil tinha esfriado no período Dilma, estando actualmente em curso acções para recuperar o ímpeto que fora dado por Lula da Silva à relação do Brasil com África. A viagem do novo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a Moçambique, Malawi, Botswana, Namíbia e África do Sul em Maio de 2017 é testemunha disso. Uma vez mais, Moçambique aparece como o principal parceiro do Brasil em África (Africa Digital, 2017; Portugal Digital, 2017).

TABELA 1: VISITAS DE ALTOS DIGNITÁRIOS BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS (2003-2017)

Ano	Visitas de altos dignitários brasileiros a Moçambique	Visitas de altos dignitários moçambicanos ao Brasil
2003	Lula da Silva (Presidente)	
2004		Joaquim Chissano (Presidente)
2007		Armando Guebuza (Presidente)
2008	Lula da Silva (Presidente)	
2009		Armando Guebuza (Presidente)
2010	Lula da Silva (Presidente)	
2011	Dilma Rousseff (Presidente)	
2012	Michel Temer (vice-presidente)	Aires Ali (primeiro-ministro)
2015	Mauro Vieira (ministro das Relações Exteriores)	
2017	Aloysio Nunes Ferreira (ministro das Relações Exteriores)	

⁵ Para mais detalhes sobre as diferenças da política estrangeira de Lula da Silva e Rousseff, ver Marcondes & Mawdsley (2017).

IMPACTO DA CRISE BRASILEIRA NAS RELAÇÕES COM MOÇAMBIQUE

Em relação a Moçambique, a crise brasileira ditou o adiamento ou a anulação de diferentes projectos de cooperação técnica, à semelhança do projecto da implantação em Maputo de um Centro de Formação Profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP), que até finais de 2016 aguardava a libertação de fundos por parte da ABC. As actividades que tinham sido realizadas até 2016 eram as que não dependiam da construção do centro. Baseado no modelo implementado no Brasil e decidido em 2009 aquando da segunda visita de Lula da Silva a Maputo, o centro devia ter começado a operar em 2012⁶. Entretanto, graças a fundos da Japan International Cooperation Agency (JICA), o projecto vai começar a ser implementado a partir de 2017. Da mesma forma, praticamente paralisaram as actividades do Brasil no ProSavana, que também continua a maior parte das actividades graças à parceria com a JICA, uma vez que por restrições orçamentais e administrativas o Brasil retirou a representante da ABC e da Embrapa de Maputo. Em virtude disso, as acções da ABC em relação ao ProSavana passaram a ser coordenadas e desenvolvidas a partir de Brasília. A Embrapa também estava a rever a sua estratégia de internacionalização, que conheceu grande expansão com Lula da Silva, particularmente em África. De acordo com Lígia Sherer, antiga embaixadora do Brasil em Maputo, a saída do representante da Embrapa de Moçambique criara descontentamento nas autoridades moçambicanas. Estão também ainda por aprovar pelo Governo brasileiro os recursos necessários para a construção de um laboratório em Lichinga. O outro laboratório construído em Nampula estava a cargo do Japão e foi inaugurado em Junho de 2015. Pelas mesmas razões, o Brasil esteve ausente do «Seminário de divulgação dos resultados da Investigação Agrária no Corredor de Nacala», realizado em Nampula a 10 e 11 de Março de 2016, cujo objectivo era partilhar e divulgar os resultados e experiências do ProSavana-PI⁷. Desesperado, e consciente do impacto negativo da não-participação do Brasil num acontecimento em que seria um actor-chave, Rodrigo Soares, embaixador brasileiro em Maputo, apelava à disponibilização de fundos que permitissem a participação neste seminário, pois isso engrandeceria a imagem daquele país junto do Governo moçambicano e da sociedade civil, visto que o ProSavana era o maior projecto de cooperação técnica agrícola em que o Brasil participava (Brasemb Maputo, 2016).

⁶ O centro tem como objectivo formar e capacitar mão-de-obra em diversas áreas como mecânica, construção civil, tecnologia da informação, alvenaria, electricidade, entre outras.

⁷ O ProSavana consiste em três pilares: ProSavana-PI (Projecto de Investigação); o ProSavana-PD (Plano Director) e o ProSavana-PEM (Projecto de Extensão e Modelos).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pronae)⁸, estabelecido graças a um acordo tripartido assinado em 2010 entre o Governo de Moçambique, a ABC e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cujo objectivo é «auxiliar a implantação no País de um programa de alimentação escolar sustentável, tendo como referência a experiência brasileira», também estava a ter dificuldades em expandir-se devido á insuficiência de recursos financeiros. O programa tem continuado graças à parceria com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e como PMA, prevendo-se que seja expandido para todo o País (ONU Brasil, 2016).

Na saúde, o futuro da fábrica de anti-retrovirais sob gestão da Fiocruz é incerto, também devido a dificuldades financeiras, sobretudo do lado moçambicano.

É preciso realçar que o facto de a maior parte dos programas de cooperação técnica brasileira em Moçambique ser de carácter trilateral, em parceria com «doadores tradicionais», com mais robustez financeira e nos quais o Brasil entra apenas com a parte técnica e em que procura replicar os programas previamente implementados naquele país, tem ajudado à continuidade dos projectos. Outro aspecto tem que ver com facto de os projectos de cooperação técnica brasileiros não contemplarem transferência de recursos financeiros, mas sim de tecnologia, treino e capacitação.

A estas dificuldades resultantes da crise acrescenta-se a lentidão da burocracia brasileira na execução dos projectos de cooperação técnica. Os casos mais emblemáticos são a fábrica de produção de anti-retrovirais e a oferta de três aviões *T-27 Tucano* à Força Aérea moçambicana. Em relação à fábrica de anti-retrovirais, cuja construção fora formalizada através de um acordo assinado aquando da visita de Lula da Silva a Maputo em 2003 e que se previa entrar em funcionamento inicialmente em 2007, só viria a entrar em funcionamento em 2012, depois de sucessivos adiamentos devido a problemas burocráticos no Brasil, dificuldades de encontrar um lugar adequado para a implantação da fábrica por parte do Governo de Moçambique, tendo sido necessário recorrer-se ao apoio da Vale. O então ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, justificava o atraso pelo facto de o Brasil ser um país «doador recente» e não ter ainda muita experiência, ou seja, pelo facto de o Brasil ainda não estar acostumado a prestar cooperação técnica, mas apenas a receber (*O Globo*, 2008).

Em relação à oferta dos aviões, cuja promessa fora feita pelo Governo brasileiro em 2009, o processo foi tão moroso que acabou por ser cancelado em Agosto de 2016 pelo novo Presidente brasileiro, Michel Temer. De entre as diferentes razões para o cancelamento, Temer referia que o processo burocrático excessivamente lento representava um óbice grave e, ao invés de

⁸ Inspirado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implementado no Brasil a partir de 1995, o Pronae é um programa de cooperação trilateral entre Moçambique, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (Mined), o Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

favorecer a cooperação entre os dois países, a prejudicava (*Diário de Notícias*, 2016). É preciso realçar que um estudo de 2013 sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana (Chichava *et al.*, 2013: 8) já mostrava que a lentidão burocrática brasileira e a fraca robustez financeira eram dos aspectos negativos invariavelmente apontados em comparação a uma outra economia «emergente», a China, vista como flexível no cumprimento das suas promessas e com poucos entraves burocráticos.

Globalmente, pode-se concluir que, como defendem Marcondes & Mawdsley (2017), uma das razões da crise da Cooperação Sul-Sul brasileira se deve, entre outros, ao facto de a sua expansão não ter sido acompanhada por um conjunto de reformas legislativas e institucionais, nomeadamente recursos financeiros, humanos e logísticos que pudessem permitir que as instituições brasileiras lidassem melhor com a exigência e a complexidade da nova conjuntura da cooperação para o desenvolvimento.

A OPERAÇÃO LAVA-JATO VISTA DE MOÇAMBIQUE

Se apesar da crise económica brasileira Moçambique continua no topo dos beneficiários da sua cooperação técnica, acusações de corrupção envolvendo altas figuras políticas dos dois países tendem, todavia, a obscurecer a reputação do Brasil na opinião pública moçambicana. De entre elas, destacam-se Lula da Silva e Dilma Rousseff, do lado do Brasil; Joaquim Chissano e Armando Guebuza, do lado de Moçambique, considerados no período anterior como figuras catalisadoras da intensificação das relações entre os dois países.

Lula da Silva e Dilma Rousseff foram acusados e estão a ser investigados pela justiça local de usar a sua influência política para favorecer empresas brasileiras, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Petrobras, a ganhar contratos internacionais em troca de subornos e de financiamento das suas campanhas eleitorais, no que é conhecido no Brasil como *Operação Lava-Jato*. Em Moçambique, a concessão da construção da Barragem Moamba Major e do Aeroporto Internacional de Nacala à Andrade Gutierrez e à Odebrecht, respectivamente, estão entre os casos citados⁹. Por causa disso, o financiamento do BNDES à construção da Barragem Moamba Major e do BRT Maputo foi suspenso, fazendo parte dos 25 projectos temporariamente suspensos por aquele banco brasileiro para reavaliação dos financiamentos

⁹ No âmbito desta operação, os presidentes das empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez foram presos pela Polícia Federal brasileira. Marcelo Odebrecht ainda cumpre pena, enquanto o presidente da Andrade Gutierrez foi solto em 2015, após um acordo de «delação premiada». Lula da Silva e Dilma Rousseff estão a ser investigados pela justiça brasileira. De salientar que Dilma Rousseff, que também era acusada de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, acabou sendo afastada da Presidência do Brasil em 2016 através de um processo de *impeachment*. Entretanto, dados divulgados recentemente sobre a delação de Odebrecht indicam que Michel Temer, sucessor de Dilma e actual Presidente, e José Serra, ministro das Relações Exteriores durante o primeiro ano de Governo de Michel Temer, teriam recebido propina da companhia (Pereira, 2016; Megale, 2016).

e elaboração de uma nova política de exportação de serviços (*Notícias*, 2016b)¹⁰. Trata-se de obras que tinham sido adjudicadas às empresas que viriam a estar envolvidas na *Operação Lava-Jato*. Em relação à Barragem de Moamba Major, por exemplo, em Fevereiro de 2016, o deputado Rubens Bueno, da Câmara dos Deputados brasileira, solicitou informações ao Governo brasileiro acerca do crédito atribuído a Moçambique para a construção da barragem. De acordo com este deputado, e baseando-se numa notícia que tinha sido publicada pela revista *Época* a 11 de Janeiro de 2016, o empréstimo do BNDES de 320 milhões USD para a construção da barragem pela Andrade Gutierrez estava prenhe de irregularidades, sendo uma delas a dispensa da exigência de abertura de conta colateral em país de risco, Moçambique, portanto uma condição necessária para a concessão de empréstimos deste tipo e que serve de protecção em caso de falta de pagamento ou inadimplência do país credor (Bueno, 2016). Tal facto teria sido possível graças à influência da ex-Presidente Dilma Rousseff, que em troca de ajudar a Andrade Gutierrez a assegurar o contrato da construção da barragem teria recebido dez milhões de reais (cerca de três milhões USD) para financiar a sua campanha eleitoral. Ao mesmo tempo, há informações de que a concessão da barragem à construtora Andrade Gutierrez só foi facilitada com a condição de se incluir na operação a construtora Infra-Engineering Moçambique, detida por membros influentes do partido Frelimo; a concessão foi feita sob ajuste directo e sem o aval do Tribunal Administrativo moçambicano (Caldeira, 2017). A compra de dois aviões por Moçambique à empresa brasileira Embraer e a concessão da construção do Aeroporto Internacional de Nacala à Odebrecht teriam sido possíveis graças ao suborno de altos quadros moçambicanos.

A repercussão da *Operação Lava-Jato* em Moçambique divide opiniões de diversas entidades neste País. Alguns actores, como o Centro de Integridade Pública (CIP), uma organização independente que advoga a transparência e a boa governação, louvam a independência do sistema judicial brasileiro, afirmando que Moçambique devia usá-la como exemplo para agir contra inúmeros casos de corrupção envolvendo a elite política local (Caldeira, 2017). O CIP questiona ainda a inoperância e a passividade do Ministério Público e do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) na responsabilização dos moçambicanos envolvidos em actos de corrupção para facilitar a obtenção de contratos à Odebrecht em Moçambique (Faela, 2017). Outros, como o proeminente jornalista Marcelo Mosse, consideram perigosa uma *Operação Lava-Jato* em Moçambique, uma vez que podia levar à desintegração da Frelimo, actual partido no poder (Mosse, 2016)¹¹. Por seu turno, os dois partidos políticos da oposição, com destaque para a Renamo e para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), defendem uma operação similar no País, alegando que, como há moçambicanos envolvidos

¹⁰ Entretanto, o embaixador do Brasil em Moçambique, Rodrigo Soares, garante que o Brasil vai honrar seu compromisso em relação à Barragem Moamba Major (Macaub, 2016).

¹¹ No poder desde a independência em 1975 e visto por alguns como indispensável na estabilidade e unidade do País.

neste escândalo, muitos deles, senão todos, com ligações ao partido no poder, também deviam ser ouvidos pela justiça. Também inspirados pelo *Lava-Jato* no Brasil, a Renamo e o MDM pedem uma *Operação Lava Atum*, numa alusão ao escândalo das chamadas «dívidas ocultas» contraídas pelo Governo de Moçambique durante o segundo mandato de Armando Guebuza (2009-2014) sem aprovação do Parlamento e cuja descoberta colocou o País numa situação económica bastante crítica, não só pelo aumento astronómico da dívida pública mas também pelo cancelamento da ajuda ao Orçamento do Estado pelos doadores¹². Para a Renamo e o MDM, a condução coerciva de Lula da Silva mostra que no Brasil, diferentemente de Moçambique, ninguém está acima da lei. Em parte devido aos fortes laços estabelecidos pelo Governo de Lula da Silva e pelo Governo de Moçambique, particularmente durante a Presidência de Armando Guebuza, e pelo facto de o assunto mexer com figuras importantes do partido, a Frelimo recusa-se a apoiar a *Operação Lava-Jato* e considera a condução coercitiva de Lula da Silva como um acto de humilhação e falta de reconhecimento de uma figura política que transformou o Brasil num dos maiores actores da política internacional (*O País*, 2016). Ou seja, para a Frelimo, pouco importam os actos de corrupção de que Lula da Silva é acusado e os danos que eventualmente possam ter causado ao País, o que conta é o lado positivo da sua governação.

Outro actor importante que se pronunciou sobre este caso foi o Fundo Monetário Internacional (FMI), através do seu representante em Maputo, Ari Aisen, para quem o caso *Lava-Jato* devia ser uma fonte de inspiração para Moçambique na resolução dos diferentes casos de corrupção e de má governação que ensobram o país (Nhantumbo, 2017).

Este novo contexto político não só manchou a elite governante do Brasil aos olhos dos moçambicanos como veio também reforçar as críticas que em anos recentes começaram a emergir face aos aspectos mais problemáticos e menos positivos dos investimentos e da cooperação brasileiros em Moçambique. Ou seja, tudo leva a crer que a presença do Brasil em Moçambique não o tornará mais democrático e menos corrupto.

CONCLUSÃO

Este artigo discutiu as implicações e o impacto da crise política, económica e social brasileira em Moçambique e como isso é percebido no País. Uma das principais conclusões do estudo é que, tendo recursos financeiros limitados, a grande vantagem do Brasil face aos seus competidores do Norte e do Sul reside nas soluções técnicas que o país desenvolveu em áreas críticas, nomeadamente na agricultura, saúde e programas sociais de combate à pobreza, sendo as que

¹² O Governo de Armando Guebuza alega que parte importante destas dívidas teria sido contraída para a compra de barcos de pesca de atum.

apresentam maior potencial de aplicabilidade em África, devido a similaridades socioculturais e geoclimáticas. Como foi demonstrado, a quase totalidade dos projectos de cooperação técnica brasileiros funciona apenas graças ao suporte financeiro de outros parceiros, particularmente ocidentais. Se isto pode ser considerado como uma fraqueza, o facto de o Brasil saber conciliar ou privilegiar a inclusão de parceiros que oferecem robustez financeira pode ser considerado como positivo e inspirador. O outro ponto tem que ver com o facto de a cooperação técnica brasileira não ser apenas afectada pela crise naquele país, mas também pela lentidão burocrática para a implementação de diferentes projectos ou programas de cooperação. Se isto é justificado pelo facto de o Brasil ser um «doador emergente», não deixa de ser usado na comparação que se faz do Brasil com outros países também chamados «emergentes», como a China, em que apesar de também ser um «doador recente» é visto como sendo mais flexível na implementação dos seus projectos de cooperação e com mais robustez financeira. Ao mesmo tempo, as acusações de corrupção envolvendo elites políticas brasileiras e moçambicanas para viabilizar a implementação de projectos de desenvolvimento, de cooperação técnica e outros criam reticências na capacidade de a presença brasileira em Moçambique criar um paradigma diferente daquele dos chamados «doadores tradicionais».

REFERÊNCIAS

- Africa Digital (2017). Brasil confirma cooperação com Moçambique. Disponível em:
<http://africa21digital.com/2017/05/10/27679/> (consultado a 11 de Maio de 2017).
- ANGOP (2010). Meu sucessor terá obrigação moral de fazer muito mais por África Lula. Disponível em:
http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2010/6/26/Meu-sucessor-tera-obrigacao-moral-fazer-muito-mais-por-Africa-Lula,5bfd248e-168a-41a9-a474-afebe2af3ff1.html (consultado a 1 de Maio de 2017).
- BBC (2013). Brasil perdoa quase US\$ 900 milhões em dívidas de países africanos. Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_perdao_africa_mdb (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Blog do Itamaraty (2015). Brasil e Moçambique assinam Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Disponível em:
<http://blog.itamaraty.gov.br/22-assuntos-economicos-e-financeiros/124-brasil-e-mocambique-assinam-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Brasemb Maputo (2016). *CT Brasil-Japão-Moçambique. ProSavana-PI. Seminário. Participação do Brasil. N.º 00203*. Disponível em:
http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/491254/RESPOSTA_PEDIDO_DesptelsTels%20Prosavana%202015-16.pdf (consultado a 5 de Julho de 2017).
- Bueno, R. (2016). *Requerimento de Informação*. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1431652.pdf> (consultado a 5 de Julho de 2017).
- Cabral, L. & Shankland, A. (2013). Narratives of Brazil Africa Cooperation for Agricultural Development: new paradigms? *Working Paper*, 51.
- Cabral, L. & Weinstock, J. (2010). *Brazilian Technical Cooperation for Development: Drivers, Mechanics and Future Prospects. A report commissioned by the Brazilian Cooperation Agency and the UK Department for International Development*. Londres.
- Caldeira, A. (2017). Construção da Barragem de Moamba Major viciada de ilegalidades e compadrio. *A Verdade*. Disponível em:
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60880-construcao-da-barragem-de-moamba-major-viciada-de-ilegalidades> (consultado a 8 de Março de 2017).

- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., *et al.* (2013). Chinese and Brazilian cooperation with African Agriculture: the case of Mozambique. *Working Paper* (49). Future Agriculture Consortium.
- Chichava, S. & Fingermann, N. (2015). Chinese and Brazilian agricultural models in Mozambique. The case of the Chinese Agricultural Technology Demonstration Centre and of the Brazilian ProAlimentos programme. *Working Paper*, 112. Future Agriculture Consortium. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2015/FAC_Working_Paper_112_SC.pdf. (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Diário de Notícias* (2016). Presidente do Brasil cancela doação de três aeronaves a Moçambique. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/presidente-do-brasil-cancela-doacao-de-tres-aeronaves-a-mocambique-5368598.html> (consultado a 5 de Julho de 2017)
- Estadão* (2012). Brasil compete com China e Índia para investir na África. Comércio entre o Brasil e a África saltou de cerca de US\$ 4 bi em 2000 para US\$ 20 bi em 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-compete-com-china-e-india-para-investir-na-africa-imp-,906290> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Faela, B. (2017). Porquê o Gabinete Central de Combate à Corrupção não partilha informação esclarecedora sobre o «caso Odebrecht»? *CIP Newsletter*, 3. Maputo.
- Instituto Lula (2015). Saiba o que é e o que faz o Instituto Lula. Disponível em: <http://www.institutolula.org/duvidas-frequentes-a-respeito-do-instituto-lula> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Macauhub (2016). Embaixador do Brasil garante financiamento para construção de barragem em Moçambique. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2016/11/11/ambassador-of-brazil-guarantees-funding-for-dam-construction-in-mozambique/> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Marcondes, D. & Mawdsley, E. (2017). South–South in retreat? The transitions from Lula to Rousseff to Temer and Brazilian development cooperation. *International Affairs*, 3(93), 681-699.
- Mello, P. (2015). Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações à África. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml> (consultado a 10 de Março de 2016).
- Ministério Público Federal (s.d.). Caso *Lava-Jato*. Entenda o caso. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> (consultado a 16 de Maio de 2017).

- Mosse, M. (2016). Lava-Jato do Brasil? Não, obrigado. Disponível em:
<http://comunidademocambicana.blogspot.com/2016/03/lava-jato-do-brasil-para-mocambique-nao.html> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Nhantumbo, A. (2017). Moçambique pode tirar lições da Lava-Jato. Segundo representante do FMI no país. *Savana*. Maputo.
- Notícias* (2016a). FACIM/2016: Brasil deseja intensificar cooperação na agricultura. Disponível em:
<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/57756-facim-2016-brasil-deseja-intensificar-cooperacao-na-agricultura.html> (consultado a 2 de Maio de 2017).
- Notícias* (2016b). Projecto BRT precário. Disponível em:
<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/61042-projecto-brt-precario.html> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- O Globo* (2008). Investimento do Brasil na África demora «pra caramba», diz Lula. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/economia/investimento-do-brasil-na-africa-demora-para-caramba-diz-lula-3824964> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- ONU Brasil (2016). ONU, Brasil e Estados Unidos ajudam Moçambique a expandir rede de alimentação escola. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/onu-brasil-e-estados-unidos-ajudam-mocambique-a-expandir-rede-de-alimentacao-escolar/> (consultado a 5 de Julho de 2017).
- O País* (2016). Partidos da oposição dizem que «Lava-Jato» revela independência da justiça brasileira. Disponível em:
<http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/39962-partidos-da-oposicao-dizem-que-lava-jato-revela-independencia-da-justica-brasileira.html> (consultado a 10 Março de 2016).
- Peduzzi, P. (2015). Parcerias com África podem ajudar Brasil a amenizar efeitos da crise, diz Apex. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/parcerias-com-africa-podem-ajudar-brasil-amenizar-efeitos-da-crise-diz-apex> (consultado a 10 de Março de 2016).
- Portugal Digital (2017). Chefe da diplomacia brasileira visita África. Disponível em:
<http://portugaldigital.com.br/chefe-da-diplomacia-brasileira-visita-africa/> (consultado a 11 de Maio de 2017).

UM OLHAR DO IESE SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA

Natalia N. Fingerhann

INTRODUÇÃO

A Cooperação Sul-Sul (CSS) brasileira apresenta-se com uma narrativa diferente da cooperação tradicional ao afirmar que «a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores: entendemo-la como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades» (IPEA, 2010: 7). Essa nova narrativa, o empenho firmado pela Diplomacia Presidencial (Cason & Power, 2009) do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a estruturação, ainda que incipiente (Cabral & Weinstock, 2010), de programas de cooperação técnica no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) alteraram as relações do Brasil com os países em desenvolvimento, especialmente aqueles localizados no continente africano. Moçambique, que se torna o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na primeira década do século XXI, retorna ao debate dos estudiosos de política africana brasileira, porém trazendo agora a participação de outros actores, como activistas nacionais e activistas e académicos internacionais, que analisam por outro espectro a Cooperação Sul-Sul (IPEA, 2010, 2013, 2016).

Dentro da academia brasileira surgem diversos estudos que põem em debate as possíveis motivações por trás das iniciativas de CSS - imperialismo, altruísmo ou auto-interesse, porém sem apresentarem um diálogo mais amplo com a arquitectura de cooperação para o desenvolvimento internacional (Amorim, 2010; Cervo, 2003; Vigevani & Cepaluni, 2007; Pecequilo, 2008; Saraiva, 2010, 2012).

No âmbito externo, emergem pesquisas que saem do escopo da literatura de política externa brasileira, ao compararem a actuação do Brasil com a de outros países emergentes, assim como com a dos doadores tradicionais (Manning, 2006; Carmody, 2011, 2013; Scoones *et al.*, 2013; Chichava *et al.*, 2013).

No caso de Moçambique, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), principal *think-tank* desse país, assume a dianteira nas investigações sobre a Cooperação Sul-Sul. Inicialmente focado somente na atuação da China no continente africano e, particularmente, em Moçambique, com a publicação do livro *A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em*

Perspectiva (Chichava & Alden, 2010). Em 2011, o IESE inicia estudos comparativos da CSS chinesa, indiana e brasileira no sector agrícola, com a publicação do artigo «As economias emergentes no sector agrícola moçambicano. Leituras, implicações e desafios», em Chichava (2011). Entretanto, em 2012, com o convite do Institute of Development Studies (IDS) para a participação do projeto de investigação «O Brasil e a China na agricultura africana», o IESE, sob a coordenação do investigador Sérgio Chichava, passa a coordenar uma ampla gama de estudos de caso comparativos que trazem importantes reflexões sobre a CSS do Brasil, tanto para os estudiosos, ativistas e *policy makers* brasileiros quanto para moçambicanos. Com foco no sector mais relevante da cooperação técnica brasileira, a agricultura, os estudos do IESE nesse projeto identificam os principais desafios da CSS brasileira em relação aos outros doadores emergentes e tradicionais.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é mapear as publicações sobre CSS realizadas pelo IESE, entre os anos de 2010 e 2016, de forma a analisar e identificar as contribuições teóricas e práticas que a instituição construiu em torno da Cooperação Sul-Sul brasileira no sector agrícola durante os anos 2000 em Moçambique. Para isso, este artigo apresenta, primeiramente, o IESE e o projeto «O Brasil e a China na agricultura africana». Em seguida, faz um levantamento no banco de dados do IESE e no *site* Future Agriculture Consortium (FAC) das publicações realizadas pelos investigadores internos, associados e externos do IESE. Depois, o artigo analisa e compara as principais contribuições teóricas e práticas das publicações em relação ao debate sobre a CSS realizado por académicos brasileiros. Por último, o artigo conclui que há uma necessidade de se estreitarem os laços entre a academia brasileira e moçambicana, uma vez que se identifica um baixo nível de diálogo entre os autores moçambicanos e brasileiros, a despeito da tentativa de se estabelecer uma ponte por meio desse projeto.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS (IESE)

O IESE foi estabelecido como uma organização independente sem fins lucrativos em 2007, por iniciativa da Associação para a Promoção de Estudos de Desenvolvimento e apoio financeiro de agências oficiais de cooperação dos seguintes países: Dinamarca, Irlanda, Noruega, Suécia e Suíça (IESE, 2008). O instituto nasce da necessidade de se consolidar um centro de excelência em investigação científica interdisciplinar, que contribua com as problemáticas do desenvolvimento social e económico de Moçambique e da África Austral. Desde o seu surgimento, o instituto consolida três grupos de investigações: i. Economia e Desenvolvimento; ii. Pobreza e Proteção Social; iii. Cidadania e Governação. Todos os grupos são coordenados por investigadores doutores moçambicanos independentes, que contam com uma equipa de

novos investigadores, apoiados pelo IESE, para a continuidade dos seus estudos no exterior. Ainda hoje, o IESE conta com o financiamento de diversas agências de cooperação, porém a sua atuação já é amplamente reconhecida no País e na região pela alta qualidade e independência, tanto na produção quanto na promoção e disseminação de investigação e conhecimento sobre Moçambique e a região (IESE, 2017).

O Grupo Cidadania e Governação do IESE começou a estudar o engajamento dos países emergentes em Moçambique a partir de 2010 (Chichava & Alden, 2010; Chichava, 2011). No entanto, é com a aprovação do projeto «O Brasil e a China na agricultura africana», firmado em 2012, com financiamento da agência de investigação britânica Economic and Social Research Council (ESRC), no valor de aproximadamente 645 mil libras esterlinas, para os anos de 2012 a 2015 (ESRC, 2017), que o IESE expande as suas pesquisas para a Cooperação Sul-Sul brasileira no sector agrícola, sob a liderança do investigador e membro efetivo Sérgio Chichava e a colaboração de investigadores associados e externos, vinculados ao projeto. Para além do IESE, o projeto contou com a colaboração de entidades brasileiras, tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a Universidade de Brasília (UnB); entidades inglesas – Institute of Development Studies (IDS), International Institute for Environment and Development (IIED), Overseas Development Institute (ODI) –, entidades de outros países do continente africano eleitas para a investigação – a Research for Development Trust (Zimbabwe), a Universidade do Gana, e o Instituto Etíope de Investigação Agrícola, (Etiópia), e ainda a universidade China Agricultural University (CAU).

Com o propósito de analisar as visões e os modelos que sustentam os programas de cooperação agrícola do Brasil e da China com África, as diferenças e semelhanças entre os dois países, bem como entre estes e «doadores tradicionais» de Gana, Etiópia, Moçambique e Zimbabwe (IESE, 2017), o projeto realizou uma série de eventos, seminários e publicações que contribuíram substancialmente para o debate sobre a CSS brasileira. Além do mais, durante o desenvolvimento do projeto, o IESE teve um papel-chave na realização de investigação de campo, assim como contou com a disseminação do conhecimento sobre a Cooperação Sul-Sul brasileira em Moçambique, com a publicação de artigos elaborados em parceria com investigadores associados – Jimena Durán e Natalia Fingermann – ou investigadores externos, vinculados ao projeto, tais como Ian Scoones, Alex Shankland, Lúcia Cabral, Henry Tugendhat, Jing Gu, Lila Buckley, Anna Locke, Dawit Alemu Bimirew, Kojo Amanor, Langton Mukwereza, Alcides Costa Vaz, Arilson Favareto, Xu Xiuli, Qi Gubo, Li Xiaoyun, Tang Lixia.

O LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES

Para mapear as contribuições realizadas pelo IESE referentes à CSS brasileira no sector agrícola em Moçambique, esta pesquisa verificou tanto os artigos apresentados pelo IESE como parte do projeto (IESE, 2017) quanto aqueles publicados no *site* do FAC por meio de uma série de *Working Papers* (2013; 2015; 2016), uma edição especial da revista académica *World Development* (2016) e o *IDS Bulletin* (2013).

Posteriormente, este estudo levou a cabo um levantamento da quantidade de citações produzidas por cada um deles por meio do Google Scholar¹. A despeito das limitações desta ferramenta, que abrange somente as citações *online*, sem considerar citações no meio impresso, entende-se que a análise das citações de cada artigo pode ser usada como uma estratégia para verificar a relação entre a academia brasileira e a moçambicana em relação à CSS do Brasil. A Tabela 1 apresenta o levantamento das publicações, a quantidade de citações encontradas para cada artigo e a quantidade de citações realizadas em revistas ou *sites* do Brasil a partir do Google Scholar. Entre os cinco primeiros artigos, que são os que possuem mais de 20 citações, totalizando um montante de 137 citações, nota-se que somente 12 das 137 foram realizadas em *sites* ou revistas académicas do Brasil. Entre os artigos com 11 ou 10 citações, todos da edição especial da revista *World Development*, que totalizam 42 citações, somente quatro foram feitas em revistas ou *sites* do Brasil. Já para os outros 13 artigos, com citações entre sete e zero, e que totalizam 25 citações, identifica-se que nove foram realizadas em *sites* ou revistas brasileiras, sendo que se percebe que aqueles artigos publicados em português, tais como «O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?» e «Os mitos por trás do ProSavana», tiveram três das três citações e duas das sete citações em *sites* e revistas brasileiras, respectivamente. Dessa forma, a análise das citações indica que o debate entre a academia brasileira e a moçambicana ocorre ainda de maneira restrita sobre essa temática, a despeito da participação de investigadores brasileiros no desenvolvimento do projeto. É difícil afirmar se esse baixo diálogo está relacionado ao facto de o maior número de publicações ter sido feito em inglês ou à escassez de um campo epistémico em cooperação para o desenvolvimento dentro da área de ciências sociais e relações internacionais do Brasil. Porém, nota-se que quando as publicações foram realizadas no idioma comum, português, houve uma tendência de estas serem mais citadas em revistas e *sites* do Brasil. Por esse motivo, é importante identificar de que forma o conteúdo da pesquisa do IESE pode contribuir para o debate sobre CSS brasileira em Moçambique e no Brasil, conforme feito a seguir, assim como pesquisar meios para disseminar esses estudos no país.

¹ Conforme apontado por Mikki (2009), a despeito de o Google Scholar ter por base um algoritmo, o Google Scholar é uma ferramenta relevante para analisar o número de citações, uma vez que inclui citações realizadas em dissertações, teses e capítulos de livros não encontradas no Web of Science.

TABELA 1: ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE CSS BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE (2012-2016)

AUTORES	ARTIGOS	MEIO	ANO	CITAÇÕES	REVISTAS/ SITES NO BRASIL
Lídia Cabral, Alex Shankland	Narratives of Brazil-Africa cooperation for agricultural development: new paradigms?	<i>FAC Working Paper</i> , 51	2013	34	3
Sérgio Chichava, Jimena Duran, Lídia Cabral, Alex Shankland, Lila Buckley, Tang Lixia, Zhang Yue	Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: the case of Mozambique	<i>FAC Working Paper</i> , 49	2013	27	4
Ian Scoones, Lídia Cabral, Henry Tugendhat	New development encounters: China and Brazil in African agriculture	<i>IDS Bulletin</i> , 44	2013	27	0
Lídia Cabral, Alex Shankland, Arilson Favareto, Alcides Costa Vaz	Brazil-Africa agricultural cooperation encounters: drivers, narratives and imaginaries of Africa and development	<i>IDS Bulletin</i> , 44	2013	26	4
Sérgio Chichava, Jimena Duran, Lídia Cabral, Alex Shankland, Lila Buckley, Tang Lixia e Zhang Yue	Brazil and China in Mozambican agriculture: emerging insights from the field	<i>IDS Bulletin</i> , 44	2013	23	1
Kojo Amanor, Sérgio Chichava	South-South Cooperation, agribusiness and African agricultural development: Brazil and China in Ghana and Mozambique	<i>World Development</i> , 81	2016	11	0
Alex Shankland, Euclides Gonçalves	Imagining agricultural development in South-South Cooperation: the contestation and transformation of ProSavana	<i>World Development</i> , 81	2016	11	3
Ian Scoones, Kojo Amanor, Arilson Favareto, Qi Gubo	A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian engagements in African agriculture	<i>World Development</i> , 81	2016	10	0
Lídia Cabral, Arilson Favareto, Langton Mukwereza, Kojo Amanor	Brazil's agricultural politics in Africa: more Food International and the disputed meanings of «family farming»	<i>World Development</i> , 81	2016	10	1
Natalia N. Fingermann	Os mitos por trás do ProSavana	IESE, <i>IDeIAS</i> , 49	2013	7	2
Lídia Cabral	Priests, technicians and traders? The discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique	<i>FAC Working Paper</i> , 110	2015	5	2
K. Amanor, S. Chichava, B. Chinsinga, L. Mukwereza	Towards an even-handed and effective Africa-Brazil exchange for agricultural development: African perspectives	<i>Poverty in Focus</i> , 24	2012	3	0
Jimená Durán; Sérgio Chichava	O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?	IESE, <i>Desafios para Moçambique</i>	2013	3	3
Natalia Fingermann	A study of Brazilian trilateral development cooperation in Mozambique: The case of ProSavana and ProAlimentos	<i>FAC Working Paper</i> , 113	2015	2	1
Sérgio Chichava; Natalia N. Fingermann	Chinese and Brazilian agricultural models in Mozambique. The case of the Chinese Agricultural Technology Demonstration Centre and of the Brazilian ProAlimentos programme	<i>FAC Working Paper</i> , 112	2015	1	0
Alcides Costa Vaz	International drivers of Brazilian Agricultural Cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis	<i>FAC Working Paper</i> , 117	2015	1	1

Cont.»

Cont.»

AUTORES	ARTIGOS	MEIO	ANO	CITAÇÕES	REVISTAS/ SITES NO BRASIL
Arlison Favareto	Beyond «family farming versus agribusiness» dualism: unpacking the complexity of Brazil's agricultural model	<i>FAC Working Paper</i> , 138	2016	1	0
Alex Shankland, Euclides Gonçalves, Arilson Favareto	Social movements, agrarian change and the contestation of ProSavana in Mozambique and Brazil	<i>FAC Working Paper</i> , 137	2016	1	0
Sérgio Chichava	Africa and Brazil: Controversy surrounds Brazil's most ambitious agricultural project to date in Mozambique	LSE	2014	0	0
Sérgio Chichava; Jimená Durán	Civil society organisations' political control over Brazil and Japan's development cooperation in Mozambique: More than a mere whim?	LSE, <i>Global South Unit Working Papers series</i>	2016	0	0
Sérgio Chichava	A sociedade civil e o ProSavana em Moçambique	IESE, <i>Desafios para Moçambique</i>	2016	0	0

Fonte: elaboração própria. IESE (2017); Future Agriculture Consortium website (2017). Pesquisa realizada em 11 de Maio de 2017

CONTRIBUIÇÕES DO IESE PARA O DEBATE

A maior parte do debate dentro da academia brasileira sobre a expansão da Cooperação Sul-Sul segue a tradição dos estudos de política externa, que procuram identificar de que forma a CSS faz parte da estratégia de inserção internacional de equilíbrio/autonomia², que visa guiar o principal paradigma da política externa brasileira desde os anos 1930 – o desenvolvimento (Cervo, 2003). Dessa forma, o *mainstream* dos estudiosos brasileiros sobre a CSS tem feito um esforço para responder às motivações por trás da adoção dessa estratégia internacional no continente africano, de maneira que três interpretações prevalecem: parceiro do desenvolvimento (Amorim, 2003, 2010; Saraiva, 2010, 2012); subimperialista ou colonialista (Clements & Fernandes, 2013; Curado, 2010; Visenti, 2010); e auto-interessado (Soares de Lima, 2005; Vigevani & Cepaluni, 2007; Menezes & Ribeiro, 2010).

A perspectiva de parceiro do desenvolvimento alega a aproximação com África, por meio do crescimento de políticas de cooperação, relaciona-se com o reconhecimento da «dívida histórica»

² Conforme refere Cervo (2003), o principal paradigma da política externa brasileira é promover o desenvolvimento do país, porém a estratégia internacional para alcançar esse objetivo tem variado entre a estratégia de *"bandwagoning"*, devido à relação especial com os Estados Unidos, e a estratégia de autonomia.

que o Brasil tem com os povos africanos, que visa «... transformar os laços de amizade (...) em progresso económico e social, em benefício mútuo» (Amorim, 2003). A visão do subimperialismo, por outro lado, percebe os projetos de cooperação para o desenvolvimento como um mecanismo de o país promover políticas imperialistas de ocupação de territórios, de maneira a favorecer os interesses empresariais domésticos. Clements & Fernandes (2013) afirmam que o programa ProSavana³, no Norte de Moçambique, é um exemplo dessa postura brasileira colonizadora ao procurar favorecer a entrada do agronegócio nacional. Enquanto Visentini (2010) aponta que ainda é muito cedo para determinar exatamente se a relação Brasil-África se baseia numa proposta de imperialismo ou, simplesmente, numa procura por prestígio. Por último, a perspectiva auto-interessada apresenta duas razões, uma delas foca-se mais na manutenção do equilíbrio internacional, enquanto a outra olha para o desenvolvimento socioeconómico do país. Vigevani & Cepaluni (2007), por exemplo, destacam que a cooperação para o desenvolvimento faz parte de uma estratégia de «autonomia pela diversificação», da qual «a Cooperação Sul-Sul [visa] buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças» (Vigevani & Cepaluni, 2007: 283). Enquanto Soares de Lima (2005: 24) ressalta o papel instrumental da Cooperação Sul-Sul na manutenção do desenvolvimento socioeconómico do próprio Brasil, ao facilitar a participação de capital nacional na esfera mundial.

Embora seja relevante a contribuição trazida pelo debate da academia brasileira sobre as possíveis motivações do Governo brasileiro em ampliar os seus projetos de CSS no continente africano, nota-se que esse debate não propõe comparar a CSS do Brasil com outros provedores de CSS, tais como África do Sul, China e Índia, ou os chamados «doadores tradicionais», associados normalmente aos países vinculados ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE. Portanto, não há uma preocupação da academia brasileira, salvo algumas exceções (Abdenur & Fonseca, 2013; Fingermann, 2014, 2015), em inserir o debate da CSS na arquitetura da cooperação ao desenvolvimento internacional. Ademais, os estudos realizados na esfera doméstica carecem de pesquisas de campo, tal como é realizada pelo IESE e pelo projeto de investigação «Brasil e China na agricultura africana». A investigação empírica, fora da esfera nacional, traz importantes contribuições teóricas e práticas sobre a CSS brasileira no continente africano, especialmente em Moçambique, que podem somar-se ao debate da academia e apoiar *policy makers* no desenvolvimento de suas estratégias.

A análise das publicações listadas na Tabela 1 indica que não só é importante identificar as motivações do Governo brasileiro como entender de que maneira a narrativa e o imaginário social da CSS ocorrem em campo – por meio de um olhar para os «*interface encounters*» que

³ Programa ProSavana é um dos maiores projetos de cooperação trilateral brasileiro entre a Japanese International Cooperation Agency (JICA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério da Agricultura de Moçambique (Minag), que busca alavancar o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, no Norte de Moçambique.

acontecem entre Brasil, China e Moçambique durante a implantação dos projetos. Ou seja, inspirados pelos trabalhos de Long (1999) e Mosse (2005), os estudos do IESE contribuem para o debate ao perceber não só as diferenças e as semelhanças entre Brasil e China mas ao indicar como suas narrativas são percebidas de forma distinta pela elite moçambicana e pelos burocratas e pequenos agricultores, assim como pelos demais *players* na arquitetura da cooperação para o desenvolvimento internacional.

O artigo de Chichava *et al.* (2013), por exemplo, compara as semelhanças e as diferenças que há na narrativa do Governo brasileiro e do Governo chinês. Embora ambos, Brasil e China, se diferenciem em relação aos doadores tradicionais, ao afirmarem que os seus casos de sucesso na esfera nacional, com papel central do Estado e participação complementar do sector privado, foram a chave para o desenvolvimento agrícola. Os dois países divergem na forma em que estabelecem o imaginário social agrícola moçambicano, pois para os chineses:

Mozambique's low agricultural productivity (is related) to wasteful use of resources, while Brazilians are more inclined to emphasise the need for enterprising spirit and sustained investment to overcome the constraints imposed by geographical remoteness, natural hazards and poor infrastructure (Chichava et al., 2013: 24).

Ademais, os autores enfatizam a diferença na percepção da cooperação chinesa e brasileira entre os moçambicanos, uma vez que a primeira é vista como mais rápida, com mais recursos financeiros e direcionada a interesses comerciais, e a segunda é percebida como «burocrática», porém focada no desenvolvimento das capacidades das instituições locais, tendo como vantagem inicial o idioma comum e o *soft power* – ligado ao futebol e ao acesso a programas de televisão do Brasil, principalmente as novelas. Diferenças que são também destacadas pelos estudos realizados por Chichava & Fingermann (2015) na comparação de dois projetos agrícolas – o CITTAU⁴ e o ProAlimentos⁵.

Scoones *et al.* (2016), por outro lado, destacam a importância da CSS do Brasil e da China no continente africano, ao tratarem um sector produtivo como a agricultura, normalmente negligenciado pelos doadores tradicionais. Entretanto, os autores também indicam que a série de artigos da edição especial do *World Development* demonstra as limitações desses países em solucionar problemas no continente, devido às dificuldades de se efetuar transferência de tecnologia, ao não considerar o contexto político, económico, social e cultural dos países

⁴ O Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia Agrária de Umbelúzi (CITTAU) faz parte do projeto de cooperação agrícola chinesa para África, que visa estabelecer centros de pesquisa para implementar as práticas bem-sucedidas da China nas nações africanas

⁵ ProAlimentos é um projeto de cooperação trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), que visa aprimorar a produção e a distribuição de hortaliças na região de Boane, Moçambique.

beneficiários. Ademais, o artigo destaca os trabalhos de Amanor & Chichava (2016) e Amanor (2013), que identificam, a despeito do discurso de horizontalidade e aprendizagem mútua da CSS brasileira e chinesa, que ambos os países «*operate within the dominant frameworks of global agribusines and capital accumulation*» (Amanor & Chichava, 2016: 21). Porém, os mesmos autores afirmam que a capacidade de intervenção da CSS é limitada, seja pelas características do mercado agrícola e pelo grau de apoio do Governo (caso de Gana), seja pela pressão interna promovida pela sociedade civil (caso de Moçambique).

Entretanto, é importante ressaltar que a narrativa do agronegócio não é a única narrativa que permeia a CSS brasileira. De acordo com Durán & Chichava (2013), o esquema da cooperação técnica brasileira caracteriza-se por ocorrer de maneira descentralizada, com a participação de diversos actores domésticos, tais como o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Embrapa, os movimentos sociais, etc. Essa descentralização leva a que a narrativa do agronegócio se contraponha à narrativa da agricultura familiar no processo de implementação dos projetos, uma vez que não há um consenso entre os múltiplos actores sobre essa questão dentro da esfera doméstica.

Cabral (2015), na mesma linha, discute a multiplicidade de actores na CSS brasileira e a percepção de que há uma «dualidade de narrativas» no plano interno e internacional, porém a autora adiciona que é preciso olhar além dessa «dualidade». De acordo com Cabral (2015), a CSS brasileira em Moçambique é marcada por uma batalha entre três tipos de discursos: doutrinário, tecnocrático e mercantil. O discurso doutrinário enfatiza o compromisso em reforçar um tipo de desenvolvimento agrícola, baseado no apoio governamental para o desenvolvimento da agricultura familiar. O discurso tecnocrático destaca a necessidade de investimento técnico para se modernizar a agricultura e ganhar escala na produtividade, seja por pesquisa em agricultura tropical seja pela mecanização da agricultura familiar. O discurso mercantil está relacionado com os interesses privados da cooperação, que a entende como uma oportunidade económica tanto para o Brasil como para Moçambique, a longo prazo. O artigo de Cabral *et al.* (2016), somado ao artigo de Favareto (2016), partilha essa perspectiva, ao demonstrar como essa multiplicidade de narrativas já está presente no embate de diversos actores ligados à agricultura familiar no próprio Brasil.

Para complementar o olhar sob a CSS brasileira, Fingermann (2013, 2015) analisa o processo de implementação de dois projetos de cooperação trilateral – o ProAlimentos e o ProSavana⁶, ambos com parcerias com doadores tradicionais. Assim, a autora identifica que há uma dificuldade em executar esses projetos em campo, devido às diferentes percepções sobre desen-

⁶ ProSavana é o maior programa de Cooperação Trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Japan International Cooperation Agency (JICA) e o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), que tem o objetivo de estabelecer novos modelos de desenvolvimento agrícola na região do Corredor de Nacala, em Moçambique.

volvimento agrícola de cada parceiro. Ademais, a autora mostra que, a despeito do discurso de horizontalidade da CSS brasileira, a estratégia de cooperação trilateral gera a sobreposição de agenda Norte-Sul sob a agenda Sul-Sul, no caso do ProAlimentos, e não promove complementaridade no caso do ProSavana.

Por último, vale a pena mencionar as diversas produções acadêmicas que abordam a relevância na participação da sociedade civil transnacional e a sua capacidade de transformar o programa ProSavana e o seu potencial para redefinir a estratégia da CSS brasileira (Shankland & Gonçalves, 2016; Shankland *et al.*, 2016; Chichava, 2014, 2016; Durán & Chichava, 2016). Durán & Chichava (2016) destacam, principalmente, a importância das organizações da sociedade civil de Moçambique, com o suporte de algumas organizações não governamentais brasileiras e japonesas, em relação ao ProSavana e a outros megaprojetos. De acordo com os autores, o ativismo no caso do ProSavana, apesar de ainda ser um projeto incipiente na sua implementação, alterou a natureza do Fundo Nacala⁷ e o próprio programa. Assim, os autores concluem que esse caso demonstra como o envolvimento e a monitorização das organizações da sociedade civil «*remain essential to a balanced development strategy for Mozambique*» (Durán & Chichava, 2016: 25-26).

Shankland & Gonçalves (2016), por outro lado, verificam que o ativismo da sociedade civil não teve impactos reais na proposta de desenvolvimento agrícola para o Corredor de Nacala. Segundo os autores, a atuação da sociedade civil em Moçambique, no Brasil e no Japão conseguiu alterar somente a aparência da estratégia, por meio da elaboração de um novo documento, feito por consultores brasileiros com financiamento da JICA, com foco na agricultura familiar. No entanto, os autores apontam que, embora esse novo documento seja totalmente diferente daquele Plano Director divulgado pela Internet⁸ em 2013, que se focava somente na agricultura de larga escala, a estratégia de investimento corporativo do ProSavana não é alterada, uma vez que o Governo japonês, juntamente com o Governo moçambicano, lançou recentemente um projeto de desenvolvimento semelhante: «Project for Economic Development Strategies in the Nacala Corridor»⁹. Por fim, os autores destacam como o processo de contestação transnacional realizado por organizações da sociedade civil dos três países, tais como União Nacional dos Camponeses (Unac) e Justiça Ambiental (JA) de Moçambique, e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) do Brasil, deve ser visto como uma oportunidade para o Governo brasileiro rediscutir a sua proposta de Cooperação Sul-Sul.

⁷ O Fundo Nacala é uma iniciativa da GVAgro e da FGV Projetos, lançada em Julho de 2012, com o apoio direto da coordenação do ProSavana. A gestão do fundo é da FGV Projetos em conjunto com a empresa 4I. Greene tem o objetivo de atrair investimentos para o desenvolvimento agrário da região (*Notícias*, 2012).

⁸ Em 2013, as organizações da sociedade civil receberam, por meio de uma fuga pela Internet, o Plano Director elaborado pela equipa técnica do ProSavana. A disseminação desse documento foi a chave na organização da sociedade civil frente ao ProSavana, que passou a exigir maior participação na estruturação do projeto.

⁹ O «Project for Economic Development Strategies in the Nacala Corridor» trata-se de um acordo firmado entre os governos do Japão e de Moçambique, que visa integrar as estratégias de desenvolvimento no Corredor de Nacala, com a participação de investimentos privados (JICA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu as principais contribuições teóricas e práticas que o grupo de investigação Cidadania e Governança, do IESE, juntamente com os parceiros do projeto de investigação «O Brasil e a China na agricultura africana», trouxe para o debate da Cooperação Sul-Sul brasileira. Ao realizar uma extensa investigação empírica, o IESE pode não somente identificar as semelhanças e diferenças que há entre a CSS brasileira, chinesa e doadores tradicionais, como pode também verificar as diferentes narrativas presentes dentro da própria CSS brasileira no sector agrícola. Desta maneira, o trabalho mostra que não há como classificar de uma maneira unívoca a atuação do Governo brasileiro no continente africano, uma vez que este Governo é composto por diversos actores com narrativas e interesses divergentes entre si.

Por outro lado, o mapeamento das citações mostrou que esse debate precisa de ganhar mais amplitude no Brasil, de forma a contribuir para a discussão da CSS brasileira entre o Governo, burocratas e académicos no país. Para isso, recomenda-se que os trabalhos sejam publicados, de preferência em português, em revistas académicas brasileiras de alto impacto, assim como apresentados em seminários e simpósios da área no país.

REFERÊNCIAS

- Abdenur, A. E., Fonseca, J. M. M. (2013). The North's growing role in South-South Cooperation: keeping the foothold. *Third World Quarterly*, [S.l.], 34(8), 1475-1491.
- Amanor, K. (2013). China and Brazil in African agriculture: the case of Ghana. *CBA Working Paper*, 52. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Amanor, K., Chichava, S. (2016). South-South Cooperation, agribusiness and African agricultural development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. *World Development*, 81.
- Amanor, K., Chichava, S., Chinsinga, B., Mukwereza, L. (2012). Towards an even-handed and effective Africa-Brazil exchange for agricultural development: African perspectives. *Poverty in Focus*, 24.
- Amorim, C. L. N. (2003) O Brasil e o «renascimento africano». *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 25/05/2003.
- Amorim, C. L. N. (2010) Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010), *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 214-240
- Cabral, L. (2015). Priests, technicians and traders? The discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique. *CBA Working Paper*, 110. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Cabral, L., Shankland, A., Favareto, A., Costa Vaz, A. (2013). Brazil-Africa agricultural cooperation encounters: drivers, narratives and imaginaries of Africa and development. *IDS Bulletin*, 44.
- Cabral, L., Favareto, A., Mukwereza, L., Amanor, K. (2016). Brazil's agricultural politics in Africa: More Food International and the disputed meanings of «family farming». *World Development*, 81.
- Cabral, L., Shankland, A. (2013). Narratives of Brazil-Africa cooperation for agricultural development: new paradigms? *CBA Working Paper*, 51. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Cabral, L., Weinstock, J. (2010). Brazilian technical cooperation for development. Drivers, mechanics and future prospects. Londres: Overseas Development Institute, 1-45. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publicationsopinion-files/6137.pdf>.
- Carmody, P. (2011). *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity.
- Carmody, P. (2013). *The Rise of the BRICS in Africa: The Geopolitics of South-South Relations* London; New York: Zed Books.

- Cason, Jeffrey, W., Power, T. J. (2009). Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making from Cardoso to Lula. *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, [S.l.], 30(2), 117-140.
- Cervo, A. L. (2003). Política exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46(1), 5-11. Brasília: DF.
- Chichava, S. (2011). As economias emergentes no sector agrícola moçambicano. Leituras, implicações e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Chichava, S. (2014). Africa and Brazil: controversy surrounds Brazil's most ambitious agricultural project to date in Mozambique. LSE *website*.
- Chichava, S. (2016). A Sociedade Civil e o ProSavana em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Chichava, S. *et al.* (2013). Brazil and China in Mozambican agriculture: emerging insights from the field. *IDS Bulletin*, 44.
- Chichava, S., Alden, C. (orgs.) (2010). *A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em Perspectiva*. IESE & SAIIA.
- Chichava, S., Duran, J. (2016). Civil society organisations' political control over Brazil and Japan's development cooperation in Mozambique: more than a mere whim? *Working Paper*, 2/2016. LSE Global South Unit.
- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T., Yue, Z. (2013). Chinese and Brazilian cooperation with African agriculture: the case of Mozambique. *CBAA Working Paper*, 49. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Chichava, S., Fingermann, N. N. (2015). Chinese and Brazilian agricultural models in Mozambique. The case of the Chinese Agricultural Technology Demonstration Centre and of the Brazilian ProAlimentos. *CBAA Working Paper*, 112. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Clements, E. A., Fernandes, B. M. (2013). Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 2(1), 41-69.
- Durán, J., Chichava, S. (2013). O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- ESRC. (2017). *Research Catalogue*. Disponível em:
<http://www.researchcatalogue.esrc.ac.uk/grants/ESJ013420.1/read/outputs>.

- Favareto, A. (2016). Beyond «family farming versus agribusiness» dualism: unpacking the complexity of Brazil's Agricultural Model. *EAC Working Paper*, 138. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Fingermann, Natalia N. (2015). A study of Brazilian trilateral development cooperation in Mozambique: the case of ProSavana and ProAlimentos. *EAC Working Paper*, 113. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium. Disponível em: <http://www.future-agricultures.org/publications/research-and-analysis/1943-a-study-of-brazilian-trilateral-development-cooperation-in-mozambique-the-case-of-ProSavana-and-ProAlimentos/file>.
- Fingermann, Natalia N. (2014). *A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique - Um Estudo de Caso Comparado: O Proalimentos e o Prosavana*. PhD thesis. São Paulo, Brasil: Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11608/Fingermann_TESE_2014_joined_document.pdf?sequence=1.
- Fingermann, Natalia N. (2013). Os mitos por trás do ProSavana. *Boletim IDELAS*, 49. Maputo, Mozambique: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf (consultado a 30 de Junho de 2013).
- IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) (2008). *Balanço 2007-2008*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/Balanco_2007_2008.pdf.
- IESE (2017). *A China e o Brasil na Agricultura Africana*. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/a-china-e-o-brasil-na-agricultura-africana>.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada) (2010). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*. Brasília: IPEA.
- IPEA (2013). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010*. Brasília: IPEA.
- IPEA (2016). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2013-2015*. Brasília: IPEA.
- JICA (Japan International Cooperation Agency) (2017). *The Project for Nacala Corridor Economic Development Strategies in the Republic of Mozambique*. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/project/english/mozambique/002/outline/index.html> (consultado a 5 de Maio de 2017).
- Long, N. (1999). *The Multiple Optic of Interface Analysis*. UNESCO Background Paper on Interface Analysis. Paris, France: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Long, N. (2002). An actor-oriented approach to development intervention. In D. A. Cruz (ed.), *Rural Life Improvement in Asia*, 47-61. Report of an APO Seminar on Rural Life Improvement for Community Development Held in Japan, 22-26 Abril 2002. Tóquio, Japão: Asian Productivity Organization.

- Manning, R. (2006). Will «emerging donors» change the face of development cooperation? *Development Policy Review*, [S.l.], 24(4), 371-385.
- Mikki, S. (2009). Google Scholar compared to webof science: a literature review. *Nordic Journal of Information Literacy in Higher Education*, 1(1).
- Mosse, D. (2005). *Cultivating Development: Ethnography of Aid Policy and Practice*. Londres: Pluto Press.
- Pecequilo, C. S. (2008). A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.l.], 51(2), 136-153.
- Saraiva, J. F. S. (2010). The New Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(especial), 169-182. Brasília: DF.
- Saraiva, J. F. S. (2012). *África Parceira do Brasil Atlântico – Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.
- Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A., Gubo, Q. (2016). A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian engagements in African agriculture. *World Development*, 81.
- Scoones, I., Cabral, L., Tugendhat, H. (2013). New development encounters: China and Brazil in African agriculture. *IDS Bulletin*, 44.
- Shankland, A., Gonçalves, E. (2016). Imagining agricultural development in South–South Cooperation: the contestation and transformation of ProSavana. *World Development*, 81, 35-46.
- Shankland, A., Gonçalves, E., Favareto, A. C. (2016). Social movements, agrarian change and the contestation of ProSavana in Mozambique and Brazil. *EAC Working Paper*, 137. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Soares de Lima, M. R. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(1), 24-59.
- Vaz, A. (2015). International drivers of Brazilian agricultural cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis. *CBA Working Paper*, 117. Brighton, UK: Future Agricultures Consortium.
- Vigevani, T., Cepaluni, G. (2007). Lula's Foreign Policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly*, [S.l.], 28(7), 1309-1326.
- Visentini, P. F. (2010). Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo «soft»? As relações Brasil-África do Governo Lula. *Século XXI*, 1(1). Porto Alegre.

PUBLICAÇÕES DO IESE

LIVROS

Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique

– Uma colectânea de textos (2017)

Luís de Brito e Fernanda Massarongo (organizadores)

IESE: Maputo

Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique (2017)

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

Political Economy of Decentralisation in Mozambique: Dynamics, Outcomes, Challenges (2017)

Bernahard Weimer with João Carrilho

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2016. (2016)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015.pdf>

Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015).

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_EN.pdf

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco, Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco, Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

B. Weimer (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decentralizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)

Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação, IESE

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado:

Manual de Formação (2012) Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

**Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações
apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)**

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

**Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações
apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)**

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProtecaoSocial.pdf

**Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas
na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)**

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

**Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência
Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)**

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco
(organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

CADERNOS IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas/ Articles produced by permanent and associated researchers of IESE).

Cadernos IESE nº 16: A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o soft power chinês. (2015)

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad16.PDF

Cadernos IESE nº 15: Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo. (2015)

Peter E. Coughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012). (2015)

Luís de Brito, Egidio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique). (2014)

William R. Nylén

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique). (2014)

William R. Nylén

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

- Cadernos IESE nº 12E: The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude.** (2013)
Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf
- Cadernos IESE nº 12P: A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude.** (2013)
Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf
- Cadernos IESE nº 11: Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana.** (2011)
António Alberto da Silva Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancoisco.pdf
- Cadernos IESE nº 10: Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna.** (2011)
António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf
- Cadernos IESE nº 9: Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique.** (2011)
Paolo de Renzio
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf
- Cadernos IESE nº 8: Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate.** (2011)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf
- Cadernos IESE nº 7: Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership.** (2011)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf
- Cadernos IESE nº 6: Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique.** (2011)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf
- Cadernos IESE nº 5: Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?** (2011)
Nuno Cunha e Ian Orton
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: Questions of health and inequality in Mozambique. (2010)

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana? (2010)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

WORKING PAPERS

(Artigos em processo de edição para publicação. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

WP nº 1: Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

DISCUSSION PAPERS

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE” / Collection discontinued and replaced by the series “Cadernos IESE”)

DP nº 6: Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: Mozambique and China: from politics to business. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: Notas de Reflexão sobre a “Revolução Verde”, contributo para um debate. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

BOLETIM IDEIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 96 A “Operação Lava Jato” Vista de Moçambique (2017)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/ideias_96.pdf

Nº 95E Diversity of Economic Growth Strategies in the CPLP (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/IDEIAS-95e-1.pdf>

Nº 95P Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/boletim-ideias_95p.pdf

Nº 94 Porquê Moçambique precisa da Descentralização? Alguns subsídios para o debate (2017)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/06/IESE_Ideias94.pdf

Nº 93E The Hidden Face of the Mozambican State Budget: Are the cash balances fictitious? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93e.pdf

- Nº 93 A Face Oculta do Orçamento do Estado Moçambicano:
Saldos de Caixa são fictícios? (2017)**
António Francisco e Ivan Semedo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93.pdf
- Nº 92 Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias (2016)**
Egídio Chaimite
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/10/IESE_IDeIAS92.pdf
- Nº 91 De Novo a Questão dos Saldos Rolantes na Conta Geral do Estado (2016)**
António Francisco e Ivan Semedo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS91.pdf
- Nº 90 Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações
agro-industriais em Moçambique (2016)**
Rosimina Ali e Carlos Muianga
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf
- Nº 89 Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva (2016)**
Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf
- Nº 88 Cenários, Opções Dilemas de Política face à Ruptura da Bolha Económica (2016)**
Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf
- Nº 87 Rebatendo Mitos do Debate sobre a Dívida Pública em Moçambique (2016)**
Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias87.pdf
- Nº 86 A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida
e consequências económicas (2016)**
Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias86.pdf
- Nº 85 Introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas (2016)**
Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/05/IESE_Ideias85.pdf
- Nº 84 Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso (2016)**
Egídio Chaimite
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias84.pdf
- Nº 83 Rever o sistema eleitoral (2016)**
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias83.pdf

- Nº 82 Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano:**
Nyusi Encontrou Cofres Vazios? (2016)
António Franciso & Ivan Semedo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias82.pdf
- Nº 82 Rolling Balances in the Mozambican State Budget:**
Did Nyusi Find the Coffers Empty? (2016)
António Franciso & Ivan Semedo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf
- Nº 81 Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê? (2015)**
António Franciso & Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf
- Nº 80 Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo. (2015)**
Oksana Mandlate
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf
- Nº 77P Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP. (2015)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf
- Nº 77E Economic growth and development strategies in the CPLP. (2015)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf
- Nº 76 Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada. (2015)**
Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, e Epifânia Langa
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf
- Nº 75 Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana. (2015)**
Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf
- Nº 74 Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique. (2015)**
Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf
- Nº 73: Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique. (2015)**
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias73.pdf
- Nº 72: Finança Islâmica: Quando Terá Moçambique um Sistema Financeiro Halal? (2015)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias72.pdf

- Nº 71: Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica.** (2015)
Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf
- Nº 70: Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local.** (2015)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf
- Nº 69: Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas?** (2015)
Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf
- Nº 68E: Mozambican Aggregate Consumption: Evolution and Strategic Relevance** (2015)
António Francisco e Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias68e.pdf
- Nº 68P: Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica.** (2015)
António Francisco e Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf
- Nº 67: O Gigaprojecto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projecto de GNL Moçambique.** (2014)
António Francisco e Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf
- Nº 66P: Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem?** (2014)
Salvador Forquilha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf
- Nº 66E: Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist?** (2014)
Salvador Forquilha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf
- Nº 65P: Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos?** (2014)
António Francisco e Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_65p.pdf
- Nº 65E: Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly?** (2014)
António Francisco e Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

- Nº 64P: Poupança interna: Moçambique e os outros.** (2014)
António Francisco e Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf
- Nº 64E: Domestic savings: Mozambique and the others.** (2014)
António Francisco and Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64e.pdf
- Nº 63P: Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita.** (2014)
António Francisco e Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf
- Nº 63E: Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade.** (2014)
António Francisco and Moisés Siúta
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf
- Nº 62: Medias e campanhas eleitorais.** (2014)
Crescêncio Pereira
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf
- Nº 61: Indignai-vos!** (2014)
Egídio Chaimite
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf
- Nº 60: Ligações entre os grandes projectos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento.** (2014)
Oksana Mandlate
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf
- Nº 59: A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique.** (2014)
Fernanda Massarongo e Rogério Ossemame
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf
- Nº 58: As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa.** (2013)
Crescêncio Pereira, Egídio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf
- Nº 57: Cheias em Chókwê: um exemplo de vulnerabilidade.** (2013)
Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egídio Chaimite
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf
- Nº 56: Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais?** (2013)
Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

- Nº 55: Ligações com mega projectos: oportunidades limitadas a determinados grupos.** (2013)
Epifania Langa
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf
- Nº 54P: Viver mais para viver pior?** (2013)
Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf
- Nº 54E: Is living longer living better?** (2013)
Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf
- Nº 53: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3).** (2013)
Sayaka Funada-Classen
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf
- Nº 52: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2).** (2013)
Sayaka Funada-Classen
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf
- Nº 51: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann.** (2013)
Sayaka Funada-Classen
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf
- Nº 50: Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013.** (2013)
Domingos M. Do Rosário
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf
- Nº 49: Os mitos por trás do PROSAVANA.** (2013)
Natália N. Fingermann
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf
- Nº 48P: Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala.** (2013)
Marc de Tollenaere
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf
- Nº 48E: Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala.** (2013)
Marc de Tollenaere
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf
- Nº 47: Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento.** (2012)
António Alberto da Silva Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

- Nº 46P: Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique.** (2012)
António Francisco & Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf
- Nº 46E: The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population.** (2012)
António Francisco & Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf
- Nº 45: Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos?** (2012)
António Alberto da Silva Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf
- Nº 44: Taxas Directoras e Produção Doméstica.** (2012)
Sófia Armacy
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf
- Nº 43E: MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI.** (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf
- Nº 43P: ITIEM–Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE.** (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf
- Nº 42E: Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique.** (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf
- Nº 42P: Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique.** (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf
- Nº 41: Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo?** (2012)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf
- Nº 40: “Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários.** (2011)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf
- Nº 39: Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências.** (2011)
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

- Nº 38: Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária.** (2011)
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf
- Nº 37P: Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade?** (2011)
António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf
- Nº 37E: Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity.** (2011)
António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf
- Nº 36: A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011.** (2011)
António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf
- Nº 35P: Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique.** (2011)
Marc Wuyts
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf
- Nº 35E: Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience.** (2011)
Marc Wuyts
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf
- Nº 34: Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI.** (2011)
António Francisco e Simão Muhorro
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf
- Nº 33: Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique?** (2011)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_33.pdf
- Nº 32: Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?** (2010)
António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf
- Nº 31: Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede.** (2010)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

- Nº 30: A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)**
Fernanda Massarongo
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf
- Nº 29: Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)**
Carlos Uilson Muianga
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf
- Nº 28: Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf
- Nº 27: Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)**
Paolo de Renzio
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_27.pdf
- Nº 26: A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_26.pdf
- Nº 25: Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)**
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_25.pdf
- Nº 24: Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_24.pdf
- Nº 23: Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados – Cenário em Moçambique. (2009)**
Sofia Amarcy
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf
- Nº 22: Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)**
Luis de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf
- Nº 21: Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)**
Jeremy Grest
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf
- Nº 20: Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)**
Luis de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

- Nº 19: “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)**
Sérgio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf
- Nº 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)**
Eduardo Jossias Nguenha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf
- Nº 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)**
Emílio Dava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf
- Nº 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)**
Eduardo Jossias Nguenha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf
- Nº 15: Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)**
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf
- Nº 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira. (2009)**
Virgílio Cambaza
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf
- Nº 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)**
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf
- Nº 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)**
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf
- Nº 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)**
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf
- Nº 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)**
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf
- Nº 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)**
Rosimina Ali, Rogério Ossemane e Nelsa Massingue
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

- Nº 8: Sobre os Votos Nulos.** (2009)
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf
- Nº 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia.** (2008)
Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf
- Nº 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando?** (2008)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf
- Nº 5: Beira - O fim da Renamo?** (2008)
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf
- Nº 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação.** (2008)
Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf
- Nº 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa.** (2008)
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf
- Nº 2: Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral.** (2008)
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf
- Nº 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza.** (2008)
António Francisco e Rosimina Ali
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO

- Crónicas de uma eleição falhada.** (2016)
Luís de Brito (ed.)
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR1.pdf
- Murrupula: um distrito abstencionista** (2016)
Egídio Chaimite e Salvador Forquilha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR2.pdf
- Afinal nem todos votam em Manjacaze** (2016)
Egídio Chaimite e Salvador Forquilha
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR3.pdf

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral (2017)

Salvador Forquilha

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-4-WEB.pdf>

2014 – Um inquérito sobre a abstenção (2016)

Luís de Brito

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-5-WEB.pdf>

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane e Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Relatorio_Japao_final.pdf

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf (também disponível em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf